



NAS DUAS MARGENS
OS PORTUGUESES
NO BRASIL

COORDENAÇÃO
FERNANDO DE SOUSA
ISMÊNIA MARTINS
IZILDA MATOS

Título

NAS DUAS MARGENS. OS PORTUGUESES NO BRASIL

Coordenação

Fernando de Sousa

Ismênia de Lima Martins

Izilda Matos

Capa: Maria Adão

Edição

Edições Afrontamento / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt / geral@edicoesafrontamento.pt

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Rua do Campo Alegre, 1055 4169-004 Porto

Telef.: 22 609 53 47 / 22 600 15 13

Fax: 22 543 23 68

E-mail: cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

Colecção: Diversos, 24

N.º de edição: 1231

ISBN: 978-972-36-1028-4

Depósito legal: 298069/09

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Impresso em 2009

**NAS DUAS MARGENS.
OS PORTUGUESES NO BRASIL**

Coordenadores

**Fernando de Sousa
Ismênia de Lima Matos
Izilda Matos**

INTRODUÇÃO

Pelo impacto económico, social, político e demográfico que teve, num e nou- tro lado do Oceano, o movimento emigratório de Portugal para o Brasil assume- -se como um campo de investigação alargado e multidisciplinar de grande rele- vância, que, sobretudo ao longo dos últimos anos, tem merecido a atenção dos investigadores portugueses e brasileiros. Nesse âmbito têm sido desenvolvidos diversos projectos de investigação que, individual ou colectivamente, se têm debruçado sobre as várias vertentes dessa emigração, desde a identificação e quantificação dos fluxos migratórios, do âmbito sociodemográfico dos emigran- tes e das suas regiões de origem, da comparação dos ritmos migratórios com a evolução económica, até ao seu impacto sociodemográfico e reflexo migratório, passando pelo associativismo como forma de integração nos países de destino.

Realidade transversal a todo o continente europeu, e em especial da Europa do Sul, o fenómeno migratório marca uma herança comum com reflexos na sociedade contemporânea, quer ao nível social, quer económico e cultural. Se é inegável a influência que os emigrantes europeus exerceram no desenvolvi- mento e na transformação dos países latino-americanos em cujas sociedades se integraram com maior ou menor facilidade, não é menos verdadeira a asserção de que, para a modernização da Europa do Sul, foi determinante o contributo das remessas e dos investimentos realizados por aqueles que retornaram à sua terra natal. Nessa perspectiva, a problemática da emigração/imigração impõe- -se, também, como uma proffua área de investigação que, apesar dos projec- tos realizados e dos trabalhos produzidos, continua ainda em aberto, sentindo- -se a necessidade de, a par das especificidades locais, traçar as linhas de uma evolução comum ao nível da Europa Mediterrânica.

O Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESSE desenvolveu, desde 2005, o Projecto *Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, com o apoio de uma vasta equipa de investigação. Aprovado e finan- ciado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT, este Projecto cuja pri- meira fase terminou em Junho de 2008, foi avaliado em 2007 por uma Comis- são Internacional de Avaliação, tendo obtido a classificação de Excelente. A relevância do Projecto em questão justificou, ainda, o apoio financeiro por parte do Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior – GRICES, em Portugal, e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pes- quisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

Tendo como ponto de partida o conhecimento exaustivo da tipologia e das potencialidades das várias fontes históricas para o estudo da emigração, exis-

tentes nos arquivos portugueses e brasileiros, o referido Projecto apresentou como objectivo central o levantamento e sistematização da informação relativa aos emigrantes que saíram da região nortenha do território nacional com destino ao Brasil. Ao fazer a identificação individualizada e o mais completa possível, de cada um dos emigrantes que, nos séculos XIX e XX, legalmente, partiram para o Brasil, tornou-se possível conhecer, de uma forma mais abrangente e concreta, o volume dos efectivos migratórios dos portugueses para esse país a partir do norte do território nacional, o âmbito sociodemográfico dos emigrantes portugueses, a relação entre os ritmos migratórios e a evolução económica nacional e internacional, bem como o impacto sociodemográfico da emigração portuguesa no país receptor, o reflexo migratório e a importância da emigração portuguesa para a construção do Brasil contemporâneo.

O levantamento da informação feito, sobretudo, a partir dos livros de registo de passaportes pertencentes aos Governos Civis (1835-1960), centraram-se, nesta primeira fase, nos distritos nortenhos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Vila Real, Viseu e Bragança, distritos onde o referido Projecto dispôs de equipas de inventariação e levantamento de informação. Informação essa que se procurou, ainda, complementar com a consulta de documentação brasileira existente em bibliotecas e arquivos do Rio de Janeiro, Santos e São Paulo, principais portos de chegada dos portugueses emigrados.

Com a criação de uma Base de Dados na Internet (<http://cepese.up.pt>), que conta já com a identificação de 300 mil emigrantes, e que está em permanente actualização e enriquecimento pelo CEPESE, pretendeu-se criar uma ferramenta de consulta e pesquisa alargada sobre a emigração legal portuguesa para o Brasil, com vista à identificação de todos os indivíduos que participaram nesses movimentos. Uma informação que interessará quer aos investigadores, quer ao público em geral, interessado em conhecer as suas origens, e muito especialmente aos brasileiros interessados em adquirir a cidadania portuguesa, desde que provem ser descendentes de emigrantes portugueses.

No âmbito deste Projecto têm vindo a ser estabelecidos, desde o primeiro momento, diversos protocolos de cooperação com instituições de investigação brasileiras, de forma a estabelecer uma dinâmica de investigação e de cooperação entre os dois países. Dessa forma, pretende-se promover o levantamento das fontes documentais relativas à questão da imigração, no país destino, ou seja no Brasil, envolvendo os investigadores brasileiros com o objectivo não só de potenciar o intercâmbio de conhecimentos e de visões sobre a referida temática, mas também o de possibilitar o cruzamento de dados e de informações estatísticas acerca desses movimentos migratórios, com origem no território português. Para isso, foram já estabelecidos protocolos com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro, através da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ; com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, e, mais recentemente, com a Universidade Federal do Pará e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ.

No âmbito desta cooperação, realizaram-se, desde 2005, seminários anuais onde investigadores portugueses, brasileiros e espanhóis têm participado, partilhando experiências e conhecimentos e debatendo as conclusões que resultam dos seus trabalhos investigativos. Desde o I Seminário Internacional sobre a *Emigração Portuguesa para o Brasil Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos* (Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006) realizado em Novembro de 2005, no Rio Janeiro, e em que se estabeleceram as linhas orientadoras da investigação a desenvolver em ambos os países e as bases da cooperação bilateral, até ao IV Seminário Internacional *Nas duas margens: os Portugueses no Brasil*, efectuado em 21 a 25 Julho de 2008, tem sido percorrido um longo e frutuoso caminho. Em Julho de 2006, teve lugar, no Porto, o II Seminário Internacional de que resultou a publicação de *A Emigração Portuguesa para o Brasil* (Porto: CEPESE, Edições Afrontamento, 2007) e em Setembro de 2007, o III Seminário Internacional, realizado em São Paulo, de que se publicou *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses* (S. Paulo: Edusc, CEPESE, 2008).

Gostaríamos, ainda, de chamar a atenção para os trabalhos académicos de investigação já concluídos ou em curso, no âmbito de mestrados ou doutoramentos, a saber: Sílvia Braga – *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil nas vésperas da II Guerra Mundial (1935-1939)* (já concluído); Paulo Amorim – *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil durante a II Guerra Mundial (1939-1945)* (já concluído); Bruno Rodrigues – *As relações sociopolíticas Portugal-Brasil (1933-1934)*; Maria José Ferraria – *A Emigração Portuguesa para o Brasil (1880-1910) vista através dos livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto*; Ricardo Rocha – *A emigração do Norte de Portugal para o Brasil. Da implantação da República ao final da I Guerra Mundial (1910-1918)*; Diogo Ferreira – *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil. Do final da I Guerra Mundial à Grande Crise Capitalista (1918-1931)*; Maria Adelina Piloto – *A Emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil (1834-1949)*. *Problemáticas e Realidade* e Conceição Salgado – *O contributo do emigrante do Nordeste Trasmontano nas relações Portugal-Brasil*. No âmbito do Programa de Contratação de Doutorados Ciência 2008 está, ainda, a ser desenvolvido por Isilda Braga da Costa Monteiro o projecto de investigação *A emigração portuguesa para o Brasil e o retorno – Vila Real no século XIX e na primeira metade do século XX*.

Por último, queremos manifestar o nosso agradecimento às instituições que nos têm apoiado no desenvolvimento do Projecto e que contribuíram para a publicação que agora se edita: a FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Lusíada do Porto e o Governo Civil do Porto. Agradecemos também às instituições que patrocinaram este Seminário: FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia; Programa FACC – Fundo de Apoio à Comunidade Científica; Programa Operacional Ciência e Inovação 2010, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; Universidade do Porto; Escola Superior de Educação da Guarda, GRICES – Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior; Câmara Municipal do Porto,

Câmara Municipal de Matosinhos; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Fundação Eng.º António de Almeida, Fundação Dr. António Cupertino de Miranda; Carnady – Comércio Internacional, lda; ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração; Banco Espírito Santo; Moat-Engil; Vicaima; Agência Abreu; Real Companhia Velha; Jornal de Notícias e PUC – Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo.

Finalmente, uma palavra de reconhecimento a todos os investigadores do CEPESE que colaboraram no Projecto *Emigração do Norte de Portugal para o Brasil* e que contribuíram para o sucesso da sua execução.

Fernando de Sousa
(Presidente do CEPESE)

INTRODUCTION

Due to the economic, social, political and demographic impact that had in both sides of the Atlantic, the migratory movement from Portugal to Brazil is a research field of great importance and multidisciplinary relevance that has recently obtained the attention of Portuguese and Brazilian researchers. Thus several research projects are being developed, based on different aspects of emigration, such as the identification and quantification of migration, the sociodemographic context of emigrants and their origin regions, the comparison between migratory patterns and economic development, the sociodemographic impact, the migratory reflex, and even the role of associations as a mean of integration in the destination countries.

The migratory phenomenon that crosses the entire European continent, particularly southern Europe, marks a common heritage with consequences on the contemporary society, at social, economic and cultural levels. If it is undeniable that European emigrants influenced the development and transformation of Latin American countries, in which societies they were integrated with more or less facility, it is also true that, for the modernization of southern Europe, it was decisive the contribution of the remittances and investments by those who returned to their homeland. Accordingly, the issue of immigration/emigration is also an important area of research that, despite the projects and the work already produced, is still open, with the need, in addition to the specific local conditions, to trace the lines of a common development in the Mediterranean Europe.

CEPESE – Center for the Study of Population, Economy and Society, is developing, since 2005, a research Project on the *Emigration from the North of Portugal to Brazil*, with the support of a large team of researchers. Approved and funded by the Foundation for Science and Technology – FCT, this project whose first phase ended in June 2008, was evaluated in 2007 by an International Commission of Evaluation and obtained a classification of Excellent. The relevance of the project in question justified the financial support by the International Relations Office of Science and Higher Education – GRICES, Portugal, and by Carlos Chagas Filho Foundation for the Support of Research of the State of Rio de Janeiro – FAPERJ, Brazil.

Based on the thorough knowledge of the typology and the potential of various historical sources for the study of migration, between the Brazilian and Portuguese archives, the project has as its main objective the survey and systematization of information about emigrants who left the Portuguese nor-

thern territory to Brazil. The individual identification, as complete as possible, of each emigrant who, during the 19th and 20th century, legally left to Brazil, allowed the knowledge, in a more comprehensive and concrete way, of the volume of the migration from Portugal to this country, the sociodemographic scope of Portuguese emigrants, the relationship between migration patterns and national and international economic developments, the socio-demographic impact of Portuguese emigration in Brazil, and the influence and the importance of Portuguese emigration in the construction of contemporary Brazil.

The survey of the information, especially from the *books of registration of passports* belonging to Civil Governments (1835-1960), focused on, in this first phase of the project, the Northern districts of Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Vila Real, Viseu and Bragança, districts where different researchers are working in the inventory and survey of the information. All these data are meant to be enriched with the documentation held by Brazilian libraries and archives in Rio de Janeiro, Santos and São Paulo, the major ports of arrival for Portuguese emigrants.

With the creation of an electronic database (cepese.up.pt), which holds the identification of 300 000 emigrants and in permanent update and enrichment by CEPESE's research team, we expect to create a tool for consulting and extending the research on the Portuguese legal emigration to Brazil, in order to identify all individuals who participated in these movements, information of interest to researchers and the general public interested in knowing their origins, and especially to Brazilians interested in acquiring Portuguese citizenship.

Under this project, we have been establishing several protocols of cooperation with research institutions in Brazil, to reinforce a dynamic research and cooperation between the two countries. Thus, it is our intention to promote the survey of documentary sources relating to the issue of immigration in the destination country, involving Brazilian researchers, aiming not only at enhancing the exchange of knowledge and views on this subject, but also to enable the linking of data and statistical information about the migratory movements from the Portuguese territory. With this purpose, protocols have been established with the Secretariat of Science, Technology and Innovation of the State of Rio de Janeiro by means of Carlos Chagas Filho Foundation for the Support of Research of the State of Rio de Janeiro – FAPERJ, with the Catholic University of São Paulo – PUC-SP, and, more recently, the Federal University of Pará and the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro – PUC-RJ.

CEPESE is also carrying out, since 2005, annual meetings where Portuguese, Brazilian and Spanish researchers have been participating, sharing their knowledge and experiences and discussing their research work. Since the First International Seminar on Portuguese emigration to Brazil, *Portuguese in Brazil: Migrants in two acts* (Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006) in November 2005 in Rio de Janeiro, which established the guidelines of the research developed in

both countries and the basis of bilateral cooperation, to the IV International Seminar, *On both sides: the Portuguese in Brazil*, carried out in 21 to 25 July 2008, a long way of fruitful cooperation has been achieved. In July 2006, took place in Porto the II International Seminar resulting in the publication of *The Portuguese emigration to Brazil* (Porto: CEPES, Afrontamento Editions, 2007) and in September 2007, the III International Seminar, held in São Paulo, motivated the edition of *Displacements & Stories: the Portuguese* (S. Paulo: EDUSC, CEPES, 2008).

We would also like to draw the attention to the academic research works already completed or in progress, for the achievement of master or PhD degrees, namely: Sílvia Braga – *The Emigration from Northern Portugal to Brazil on the eve of World War II (1935-1939)* (already presented with success); Paulo Amorim – *The Emigration from Northern Portugal to Brazil during World War II (1939-1945)* (already presented with success); Bruno Rodrigues – *The Emigration from the North of Portugal to Brazil (1932-1935)*; Maria José Ferraria – *The Portuguese emigration to Brazil (1880-1910) seen through the books of registration of passports of the Civil Government of Porto*; Ricardo Rocha – *Emigration from Northern Portugal to Brazil. From the establishment of the Republic to the end of World War I (1910-1918)*; Diogo Ferreira – *The Emigration from Northern Portugal to Brazil. From the end of World War I to the Great Capitalist Crisis (1918-1931)*; Maria Adelina Piloto – *The Emigration of the municipality of Vila do Conde to Brazil (1834-1949), Issues and Reality*; and Conceição Salgado – *The contribution of emigrants from Northeast Trás-os-Montes in the Portugal-Brazil relations*. Under the Program for Employment of PhDs/Science 2007 of the FCT it is also being conducted by Isilda Braga da Costa Monteiro the research project *The Portuguese emigration to Brazil and return – Vila Real in the 19th century and the first half of the 20th century*.

Finally, we would like to express our gratitude to the institutions that have supported us in the development of the project and contributed to the publication of *On both sides: the Portuguese in Brazil*: FAPERJ – Foundation for the Support of Research in the State of Rio de Janeiro, Lusíada University of Porto and the Civil Government of Porto. We would also like to thank to the institutions that sponsored this seminar: FCT – Foundation for Science and Technology, FACC Program – Fund for the Support of the Scientific Community; Operational Program Science and Innovation 2010; European Regional Development Fund; University of Porto; School of Higher Education of Guarda; GRICES – International Relations Office of Science and Higher Education; Municipality of Porto; Municipality of Matosinhos; Municipality of Vila Nova de Gaia; Eng.º António de Almeida Foundation; Dr. António Cupertino de Miranda Foundation; Carnady – International Trade, Lda; ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração; Banco Espírito Santo; Mota-Engil; Vicaima; Abreu Travel Agency; Real Companhia Velha; Jornal de Notícias and PUC – Pontifical Catholic University of S. Paulo.

Finally, a word of recognition to all researchers who have been cooperating within CEPESE's Project *Emigration from the North of Portugal to Brazil*, contributing to its success.

Fernando de Sousa
(Chairman of CEPESE)

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL E AS ORIGENS DA AGÊNCIA ABREU (1840)

*Fernando de Sousa
Maria José Ferraria*

INTRODUÇÃO

A emigração portuguesa para o Brasil, no século XIX, só pode ser entendida como a continuação de um processo multissecular iniciado no século XVI e que, ao longo do tempo, com altos e baixos, se prolongou até praticamente aos nossos dias.

Quer sob a forma de colonização/emigração durante o Império Português (1500-1822), quer sob a forma de emigração propriamente dita a partir da independência do Brasil (1822), exigindo sempre, de 1709 em diante, a emissão de um passaporte para quem pretendesse ausentar-se de Portugal para aquele território, esta longa emigração iludiu as leis da proibição ou restrição de cá e de lá, e ignorou as mudanças dos regimes políticos que ocorreram em cada um dos países nos últimos dois séculos, uma corrente contínua que uma vez se submerge tão profundamente que parece não existir e outras vezes irrompe com uma pujança que tudo avassala e contra a qual não há nada a fazer.

As recorrentes perseguições aos portugueses no Brasil oitocentista nunca puseram em causa a sua continuidade e permanência naquele país, como as retóricas denúncias políticas em Portugal da miséria, exploração e servidão que afectava numerosos portugueses no Brasil, nunca foram susceptíveis de evitar tal emigração.

Renunciemos às múltiplas explicações e interpretações deste fenómeno, constante estrutural da história portuguesa e matriz inquestionável da nação brasileira. O que importa, agora, sublinhar é que, se os portugueses partiam, cultos ou analfabetos, ontem como hoje, era porque a aventura era mais forte que o enraizamento, o sonho mais irresistível que a realidade, o futuro mais prenhe de esperança ou abundância que o presente vivido. E sempre que tal acontece, homens e mulheres pura e simplesmente embarcam, respondendo aos apelos da história comum, da mesma língua, de familiares já instalados, dos vendedores de quimeras, de contratos sedutores, de negócios prometidos, enfim, das mais diversas razões, justificações e decisões, que fazem de cada emigrante um caso irreduzível. Se o passaporte, o meio de transporte e o local

de destino os uniformizam, as motivações que impelem os portugueses a emigrar para o Brasil são tão plurais e complexas como a sua idade, naturalidade, estado civil, formação, nível social, etc.

Estas breves considerações vêm a propósito do percurso de um português que cedo emigrou para o Brasil e regressou a Portugal como outros tantos *brasileiros* para fundar, no Porto, em 1840, a Agência Abreu, a mais antiga empresa de viagens portuguesa, uma das mais antigas do mundo, e que, nas mãos da mesma família, veio até aos nossos dias.

Importa, assim, caracterizar a emigração portuguesa para o Brasil entre 1836-1843, traçar o perfil do seu fundador Bernardo Luís Vieira de Abreu e explicar as razões que estão na origem da Agência Abreu, a qual, durante largas décadas, teve na emigração transoceânica a sua principal actividade.

1. QUEM EMIGRA?

A guerra civil em Portugal, que se desenvolveu entre absolutistas e liberais nos anos de 1832-1834, limitou drasticamente a emigração do Norte de Portugal para o Brasil. Mas, restabelecida a paz e instaurado o regime liberal em Portugal, a corrente migratória, predominantemente oriunda do Norte de Portugal vai intensificar-se, levando a que o governador civil do Porto, em 1836, chame a atenção para esta realidade, segundo ele, a exigir “séria atenção” por parte do Governo.

Entre 1827 e 1836, a título de exemplo, o consulado português da Baía registou a entrada de 1430 portugueses, 74% dos quais provenientes da província do Minho. Só da região do Porto e Braga registaram-se 787 portugueses, enquanto que de Lisboa, apenas se registaram 127¹.

A emigração do Norte de Portugal para o Brasil entre 1836-1843 através dos livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto, segundo o estudo de Jorge Alves, é caracterizada por ser predominantemente masculina, jovem, solteira, destinada predominantemente ao comércio e significativamente alfabetizada².

Uma emigração sobretudo alimentada por homens. Com efeito, mais de 95% dos que saíram pela barra do Porto, no período considerado, pertenciam ao sexo masculino. O número de mulheres emigrantes, anualmente, oscilava entre os 3% e os 5% do número total dos titulares de passaportes e acompanhantes.

Jorge Alves considera que esta emigração avassaladoramente masculina, que ultrapassa largamente os anos por nós estudados, uma vez que se espraia até 1881, não se insere “no modelo de emigração tradicional”, mas não adianta grandes explicações quanto a tal facto.

¹ REIS, 1991.

² REIS, 1991.

Se tivermos em atenção os valores encontrados por nós para 1805-1832, através da amostragem construída a partir das fontes da Real Companhia Velha, verificamos que, a percentagem de mulheres na época anterior chega aos 42 %, a demonstrar, quiçá, que a emigração do Norte de Portugal para o Brasil, após a independência, por força da instabilidade política reforçou o padrão masculino.

Vários factores ajudam a explicar o carácter francamente masculino desta emigração entre 1836-1843.

Em primeiro lugar, como já dissemos, trata-se de um universo de gente solteira, já que a percentagem de casados, nestes anos, nunca ultrapassou os 8%. Ora entre 1805-1832, o número de casados/casadas, no âmbito da distribuição do estado civil que nos foi possível apurar no trabalho referido, atinge os 67% do total. Ainda que considerássemos como solteiros aqueles cujo estado civil não é referido, mesmo assim, a percentagem de mulheres naqueles que requereram passaporte para abandonarem o País, seria muito superior à registada a partir de 1836.

Assim sendo, porque será então que a emigração do Norte de Portugal para o Brasil passa a ser, entre 1836-1843, praticamente masculina e solteira?

Pensamos que esta realidade tem a ver fundamentalmente com duas ordens de factores, uma que diz respeito a Portugal, a outra tem a ver com o Brasil.

No primeiro caso, como esclarece um texto publicado no *Diário do Governo*, em 1846, a emigração portuense, até 1840, dedicou-se quase exclusivamente ao comércio.

Poucas eram as casas de qualquer negócio no Rio de Janeiro, que não tinham um ou mais caixeiros portugueses, havendo até alguns destes que eram “chefes de casas de comércio e proprietários de estabelecimentos naquele país”³.

No mesmo sentido, aliás, vão as fontes do consulado português na Baía, para o período imediatamente anterior, 1827-1836, registando que, os 1430 portugueses entrados nesta cidade, “empregavam-se principalmente como caixeiros, comerciantes e marítimos”⁴.

Robert Rowland escreve que os comerciantes portugueses, ou seja aqueles “que continuaram a fazer depender a sua actividade económica da manutenção das relações estreitas com Portugal” só recrutaram “para as suas lojas jovens caixeiros vindos directamente de Portugal”⁵.

Por outro lado, a instabilidade política, as revoltas militares e o cíclico recrutamento de jovens para o exército, também contribuíram para a sua saída para o Brasil, onde sempre existiam parentes e amigos para os acolher, num processo de continuidade de relações sociais e cumplicidades que vinham já do período colonial e que a independência do Brasil, e neste particular, de modo algum extinguiu.

³ *DIÁRIO do Governo*, n.º 105, de 6 de Maio de 1846.

⁴ REIS, 1991: 35 e nota 19 do capítulo 1.

⁵ *OCEANOS*, 2000: 12.

No segundo caso, a conjuntura sociopolítica que o Brasil conheceu após a independência do Brasil, fortemente marcada pelo antilusitanismo, também ajuda a explicar esta emigração masculina do Norte de Portugal até meados do século XIX.

A época da Regência, posterior à abdicção do imperador Pedro I, e que decorreu até à subida ao trono de seu filho Pedro II (1831-1840), constituiu um dos períodos mais agitados da história política do Brasil.

Após o Acto Adicional de 1834 à Constituição de 1824, ocorreram revoltas no Norte e Nordeste, a Cabanagem no Pará (1835-1840), a Sabinada na Baía (1837-1838), a Balaiada no Maranhão (1838-1840), sem esquecermos o violento antilusitanismo que se viveu em Pernambuco até 1848, a guerra dos farrapos ou Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1836-1845) e a revolução Praieira de 1848, no Recife, que ultrapassam já largamente os limites cronológicos da Regência.

A Baía, que desde a independência tinha sido palco de várias revoltas, entre as quais rebeliões de escravos, com a Sabinada em 1837-1838, conheceu um novo surto de violência, agrupando “pessoas de classe média e do comércio de Salvador em torno de ideias federalistas e republicanas”. As forças governamentais acabaram por recuperar a cidade “através de uma luta corpo a corpo que resultou em cerca de 1800 mortos”.

Estas revoltas e movimentos deram origem a numerosas perseguições e mortes de portugueses radicados no Brasil, “sempre aqueles que são mais sacrificados”, porque responsabilizados pelas dificuldades da mais diversa natureza, e que vão ter eco na Câmara dos Deputados, em Portugal, nomeadamente em 1835 e 1839 quanto ao Pará, em 1838 quanto à Baía e em 1839 no que diz respeito ao Maranhão, para só nos referirmos ao período da Regência no Brasil.

Não existiam, pois, condições favoráveis para uma emigração de famílias ou feminina. Só a partir de meados do século XIX é que, estabilizada a situação política em Portugal e atenuada a hostilidade aos portugueses no Brasil, para além de outros factores bem conhecidos e já razoavelmente estudados, é que a percentagem da população portuguesa emigrante feminina para o Brasil, irá registar valores mais elevados, os quais, a partir de então, não mais deixam de aumentar.

Uma emigração que, por ser relativamente limitada, assumir predominância masculina e dizer respeito sobretudo a caixeiros e negociantes, e não a trabalhadores rurais, leva-nos a sugerir que o número de analfabetos seria pouco significativo, muito possivelmente inferior a 30 % do número total dos que saíram. Embora dificilmente se poderá chegar algum dia a valores seguros, sabemos contudo que o número de analfabetos irá crescer para valores bem mais elevados, mas só na segunda metade do século XIX, quando a emigração portuguesa para o Brasil engrossar, alargando-se ao mundo rural e à população feminina, a qual, como se sabe, era bem mais afectada pelo analfabetismo.

2. O ENQUADRAMENTO JURÍDICO DA EMIGRAÇÃO (1834-1843)

Com a instauração definitiva do liberalismo em Portugal (1834), de acordo com a Carta Constitucional de 1826, passou a vigorar o princípio do pleno exercício da liberdade, nomeadamente das liberdades políticas ou públicas, no âmbito das quais se integra o direito de o cidadão poder abandonar o país e sair para o estrangeiro munido do respectivo passaporte.

Entre 1836-1843, a emigração portuguesa foi regulada por uma complexa e múltipla legislação avulsa, decretos, portarias circulares e resoluções, que, não raras vezes, justificava a arbitrariedade das autoridades que a referiam ou interpretavam de modo diverso ou a seu favor.

Mais do que legislação da emigração, poderíamos falar de legislação que se prendia com a concessão de passaportes, uma vez que a grande maioria dos diplomas visava sobretudo as formalidades indispensáveis à emissão destes.

Com efeito, só em 1855, por carta de lei de 20 de Julho, é que a emigração clandestina conheceu, pela primeira vez, um diploma bem estruturado e destinado apenas a tal objectivo. E só em 1863, por decreto de 7 de Abril, na sequência da lei de 31 de Janeiro do mesmo ano, que aboliu os passaportes no interior do Reino e ilhas adjacentes, é que surge o primeiro regulamento de polícia exclusivamente dedicado à entrada em Portugal de viajantes procedentes de outros países, e à saída de portugueses para o estrangeiro, agrupando e integrando preceitos constantes dos decretos e portarias regulamentares publicadas desde 1810.

Sob este aspecto, podermos dizer que o Antigo Regime terminou na década de 1855-1865, ou seja na fase da Regeneração ou do Fontismo.

Assim sendo, durante o período em estudo, de 1836 a 1843, a saída dos emigrantes obedeceu a um conjunto de diplomas que vinham já do primeiro quartel do século XIX (com especial relevância para os decretos de 25 e 30 de Maio de 1825, circular de 24 de Junho de 1826 e decreto de 28 de Setembro de 1826), ou que, de forma avulsa, foram sendo produzidos após 1834, como a estrutura do passaporte se manteve basicamente igual ao modelo estabelecido desde finais do século XVIII, e tipificado em 1825.

Importa assim saber que autoridades tinham competência para emitir passaportes e que legislação regulou a emigração entre 1836-1843.

2.1. Quem emitia passaportes?

A competência para a concessão de passaportes para o exterior do Reino foi, no período imediatamente anterior a 1834, sucessivamente, das Secretarias de Estado – que não devem ser confundidas com a Secretaria Geral de Passaportes, criada pelo decreto de 4 de Junho de 1825, a qual apenas se pronunciava pela certificação dos passaportes –, mais concretamente da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e Justiça (portarias de 22 de Dezembro de 1832) e,

por alvará e portaria de 3 de Agosto de 1833, da responsabilidade da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, tendo os interessados de apresentarem a devida justificação da Intendência Geral da Polícia, referendada pelo governador das armas de Lisboa.

O decreto de 15 de Janeiro de 1835, além de reiterar que competia às secretarias de Estado em exclusivo, a competência de emitir passaportes para fora do Reino aos portugueses (os prefeitos gerais só o podiam fazer quanto aos estrangeiros, uma vez que, para os nacionais, apenas emitiam certificados para estes solicitarem os passaportes), procurou reforçar a autentificação dos passaportes, afim de evitar as falsificações, regulamentando a sua obtenção, actualizando deste modo a legislação de 1825 e uniformizando os passaportes que deviam ser impressos na Imprensa Nacional, de acordo, aliás com os modelos que faziam parte do decreto, e em obediência à exigência já estabelecida por decreto de 17 de Março de 1833.

Na sequência da criação dos distritos por carta de lei de 25 de Abril de 1835 e decreto de 18 de Julho do mesmo ano, a concessão de passaportes para o estrangeiro passou a ser dos governadores civis, competindo a estes magistrados, “dar passaportes para fora do Reino pelos portos de mar”.

Pela primeira vez, desde a criação da Junta do Comércio em 1756 (o organismo do Estado com competência para emitir passaportes para os portugueses emigrarem para o Brasil, até 1810), o Estado delegou a emissão de passaportes para o estrangeiro nos agentes da organização administrativa local, descentralizando assim, a sua emissão.

Esta prerrogativa dos governadores civis foi reafirmada pelo Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1836, cujas bases eram justamente a carta de lei de 25 de Abril e o decreto de 18 de Julho de 1835, e que definia, no artigo 109, que competia aos administradores gerais (designação dada pelo Setembrismo aos governadores civis) conceder passaportes para fora do Reino pelos portos de mar, a nacionais e estrangeiros, em conformidade com os regulamentos da polícia.

A portaria de 2 de Junho de 1838 veio declarar que os passaportes concedidos a nacionais e estrangeiros, que quisessem sair do Reino, pelos portos de mar ou pela raia seca, nos termos dos artigos 109 e 124 do Código Administrativo, eram expedidos pelas administrações gerais do distrito. Mas, logo a seguir, nova portaria, de 1 de Setembro de 1838, veio alterar a sua situação, remetendo os passaportes concedidos a nacionais e estrangeiros, para o exterior do Reino, pelos portos de mar, aos administradores gerais (governadores civis) e os passaportes a conceder a nacionais e estrangeiros para o exterior do Reino, pela raia seca, aos administradores dos concelhos.

O Código Administrativo de 1842 confirmou esta atribuição dos governadores civis, quanto aos passaportes para fora do Reino, pelos portos de mar, a qual se irá manter intacta daí em diante, a revelar a perenidade e estabilidade de um procedimento que se manteve salvo uma ou outra excepção, já no século XX, nas mãos do mesmo órgão de representação do Governo até aos nossos dias.

2.2. A legislação da emigração (1836-1843)

Importa agora chamar a atenção para a legislação que regulou a emigração entre 1836-1843.

A circular de 10 de Outubro de 1836, na sequência de uma portaria de 14 de Janeiro de 1833, vai alertar que, nas justificações para a concessão de passaportes, devia-se declarar se os indivíduos que os solicitavam estavam ou não sujeitos ao recrutamento do exército, a demonstrar, assim, que, desde os inícios do regime liberal constitucional, continuava a colocar-se a questão de a emigração masculina jovem revestir a modalidade mais utilizada de fuga ao serviço militar.

Com efeito, nenhum jovem português podia sair do Reino sem provar com documento autêntico, quando o recrutamento estava em curso, que se achava isento do serviço militar, disposição regulamentar de polícia já em vigor pelo regimento de concessão de passaportes de 1825 e numerosas portarias do Governo emitidas entre 1836-1843.

O decreto de 17 de Janeiro de 1837, da exportação da urzela, em consonância com a crónica utopia de substituir a emigração para o Brasil pela emigração para África, no seu artigo 8.º, estipulava que todos os oficiais mecânicos que de quaisquer portos portugueses quisessem rumar às províncias africanas e dispusessem de três atestações “que os abonem como homens laboriosos e de bons costumes”, teriam passaporte gratuito para si e as sua famílias, reservando-se o Governo conceder “outros auxílios que forem possíveis para a passagem dos ditos oficiais e seu estabelecimento nas nossas províncias africanas”.

Ainda no mesmo ano, pela circular de 27 de Setembro, o Governo vai chamar novamente a atenção dos administradores gerais para o cumprimento da legislação da polícia quanto à emissão de passaportes. E por portaria de 15 de Julho de 1839 voltar-se-á a insistir na necessidade de se uniformizarem em todo o Reino os passaportes, a fim de evitar a falsificação “e as terríveis consequências que dela resultam contra a tranquilidade pública”.

O decreto de 17 de Março de 1838 destinou-se a garantir a execução do decreto de 15 de Janeiro de 1835, reafirmando a exigência da impressão dos passaportes na Imprensa Nacional, segundo o modelo deste último diploma, da selagem com as respectivas taxas pela Junta de Crédito Público e da sua distribuição pelas administrações gerais dos distritos.

Por portaria de 6 de Novembro de 1838, o Governo, considerando que muitos portugueses emigrantes no Brasil se encontravam “em estado de extrema miséria”, mandou abonar a passagem para Angola a todos aqueles que quisessem instalar-se naquela província de África, devendo o seu governador-geral conceder-lhes terrenos agrícolas e facultar-lhes, no primeiro ano, sementes e utensílios agrícolas.

Em portaria de 25 de Junho de 1839, o Governo alerta as autoridades competentes para não concederem passaporte sem “de um modo indubitável” se verificar a identidade dos requerentes e a legitimidade da sua abonação, prática que manda cumprir por portaria de 20 de Julho do mesmo ano.

No seguimento destas medidas, o Governo, tendo em atenção o aumento do número de emigrantes no Brasil em situação miserável, remete 166 deles, do Rio de Janeiro para Angola, no brigue Valeroso e na corveta Isabel Maria.

Ainda no mesmo ano, por circular de 2 de Setembro, o Governo, considerando que se mantinha “a emigração de um prodigioso número de habitantes das ilhas do arquipélago dos Açores para o Brasil” empregando-se nessa “vergonhosa especulação”, três navios portugueses, dá instruções ao administrador geral do Distrito de Angra do Heroísmo para que proceda com o maior rigor contra os “aliciadores e mais cúmplices na referida emigração”⁶.

O decreto de 22 de Novembro de 1839, para facilitar a execução do decreto de 17 de Março de 1838 e esclarecer aspectos relativos à impressão, distribuição e selos de passaportes, publica um regulamento sobre tal matéria, do qual realçamos os seguintes aspectos:

- a impressão dos passaportes era da responsabilidade da Imprensa Nacional, a qual remetia os mesmos às administrações gerais dos distritos (governos civis);
- os passaportes eram impressos de acordo com o modelo que fazia parte do decreto;
- os passaportes para o estrangeiro, concedido aos portugueses que saíssem por via marítima eram selados com o “selo de verba de 2 000 réis”, pelo pagamento de emolumentos às administrações gerais, pela emissão de cada passaporte pelos portos de mar 1600 réis, o dobro do que pagavam os estrangeiros.

Eram isentos de imposto de selo os passaportes expedidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, os passaportes diplomáticos estrangeiros e os “expressos” que saíssem pelo porto de Lisboa.

A portaria de 15 de Outubro de 1840 vai chamar a atenção para o problema da emissão de passaportes colectivos, prática que vinha já, pelo menos, de finais de Setecentos, mas que era iludida por algumas autoridades. Esta portaria vai declarar abusivo o hábito do administrador geral do distrito do Funchal de obrigar os membros da mesma família, homem, mulher, filhos e criados a levantarem cada um o seu passaporte, quando era suficiente um só para todos. Os membros da mesma família só eram obrigados a passaportes individuais quando, por algum motivo, viviam ou estabeleciam-se “à parte”.

Por portaria de 19 de Agosto de 1842, o Governo, aproveitando os artigos que faziam parte de um projecto de lei apresentado às Cortes em anteriores legislaturas, em resposta às preocupações expressas pelo projecto de lei do visconde de Sá da Bandeira apresentado na Câmara dos Pares três dias antes, vai estabelecer uma série de medidas destinadas a “restringir pelo modo possível o

⁶ *DIÁRIO do Governo*, n.º 210

tráfico de escravatura branca, que sob o plausível nome de emigrados ou passageiros, vai despovoando não somente as ilhas adjacentes mas também o Reino de Portugal no Continente”.

Este diploma, regulamentando pormenorizadamente os passaportes, estabelecendo obrigações gravosas para os capitães dos navios, definindo uma relação mais restrita de passageiros/tonelagem, levantou numerosos protestos, nomeadamente da Associação Comercial do Porto, levando a que o Governo o alterasse, suspendendo os artigos mais contestados, aumentando a relação passageiros/tonelagem, de 24 para 30 e suspendendo a obrigação de fiança de quatro contos de réis para os capitães dos navios, o que veio a acontecer por portaria de 9 de Dezembro de 1842. A portaria de 3 de Agosto de 1843 vai também isentar um barco a vapor que fazia as rotas da Madeira e Brasil de cumprir a portaria de 19 de Agosto de 1842, tendo em consideração o alto preço das passagens, já suficientemente desincentivadoras para os emigrantes.

Por portaria de 7 de Julho de 1843, na sequência do requerimento do visconde de Sá da Bandeira, aprovado na Câmara dos Pares em 28 de Junho do mesmo ano, o Governo solicita aos governadores civis do Reino e ilhas adjacentes:

- quais as causas explicativas da emigração em cada distrito;
- quais as causas que impedem o aproveitamento dos baldios;
- que medidas legislativas são necessárias para se aproveitarem agricolamente esses terrenos,
- qual o modo mais adequado para substituir a mão-de-obra estrangeira utilizada nos trabalhos agrícolas por mão-de-obra portuguesa.

No mesmo dia, mês e ano foi enviada aos governadores civis outra portaria, determinando que não fossem concedidos passaportes aos indivíduos que pudessem estar compreendidos “como sorteados no recrutamento militar que então se procedia⁷.

Legislação portuguesa aplicável à emigração (1825-1843)

Decreto de 25 de Maio de 1825

Regulamento de 30 de Maio de 1830

Circular de 24 de Junho de 1826

Decreto de 23 de Setembro de 1826

Decreto de 16 de Maio de 1832

Portaria de 22 de Dezembro de 1833

Portaria de 14 de Janeiro de 1833

Alvará e portaria de 3 de Agosto de 1833

⁷ Toda a legislação referida neste trabalho, boa parte da qual não referenciada pelos investigadores que se debruçaram sobre a legislação da emigração deste período, foi recolhida a partir do *Diário do Governo* e de colecções de legislação da época.

Decreto de 17 de Março de 1833
Decreto de 15 de Janeiro de 1835
Portaria de 16 de Maio de 1835
Decreto de 18 de Julho de 1835
Decreto de 17 de Junho de 1836
Circular de 10 de Outubro de 1836
Decreto de 17 de Janeiro de 1837
Circular de 27 de Setembro de 1837
Portaria de 2 de Junho de 1838
Decreto de 17 de Março de 1838
Portaria de 1 de Setembro de 1838
Portaria de 6 de Novembro de 1838
Resolução régia de 5 de Dezembro de 1838
Portaria de 15 de Julho de 1839
Portarias de 22 de Junho de 1839
Resolução régia de 28 de Julho de 1839
Portaria de 25 de Junho de 1839
Portaria de 20 de Julho de 1839
Circular de 2 de Setembro de 1839
Circular de 22 de Novembro de 1839
Portaria de 15 de Outubro de 1840
Decreto de 13 de Agosto de 1841
Portaria de 19 de Agosto de 1842
Portaria de 9 de Dezembro de 1842
Portaria de 3 de Fevereiro de 1843

3. O DISCURSO POLÍTICO DA EMIGRAÇÃO (1836-1843)

A emigração portuguesa para o Brasil entre 1836-1843, enquanto problema político, foi já tratada por Fernanda Maia.

Diga-se desde já, que as inquietações políticas com esta emigração, são escassas, uma vez que tal fenómeno, apesar de Alexandre Herculano afirmar que nos anos anteriores a 1838 era “espantosa”, esteve longe de ser preocupante, até meados do século XIX, pelo menos no que diz respeito ao Continente, assumindo números relativamente modestos.

Foi justamente em 1835-1836 que o poder político, após a instauração definitiva do liberalismo em Portugal, dedicou alguma atenção à emigração portuguesa, devido a dois factos que passamos a analisar.

O primeiro tem a ver com a corrente migratória açoriana e madeirense para o continente americano, nomeadamente para o Brasil, mão-de-obra barata que se destinou, afinal, a efectuar o trabalho de escravos, e que o Governo pretendia, senão estancar, pelo menos reduzir.

Entre 1835-1837, várias medidas tomadas pelo Governo vão surgir com tal objectivo.

Assim, por portarias de 16 de Maio e 7 de Outubro de 1835, reforçadas por nova portaria de 17 de Junho de 1836, o Governo, atendendo aos “gravíssimos danos que resultam à agricultura e indústria das ilhas da Madeira e dos Açores de se passarem para a América um grande número de seus habitantes e naturais”, seduzidos por “homens mal intencionados e com fins ambiciosos e interessados”, transportados com “inaudita desumanidade”, para o Brasil e vendidos “nos portos daquele império como se fossem escravos da costa de África” determina:

- que se não conceda passaporte aos mancebos das ilhas que estivessem sujeitos ao recrutamento;
- que os governadores civis visitem os navios de transporte para verem se estão aptos a acolher os passageiros comodamente;
- que o capitão do navio preste fiança idónea pela qual se obrigue a deixar sair livremente os passageiros nos portos de destino e a avisar os agentes consulares portugueses aí residentes para assistirem aos contratos de prestação de serviços dos emigrantes.

O segundo facto tem a ver com a legislação proibitiva do comércio da escravatura que, ao contrário do que tem sido escrito, não se limitou apenas ao decreto de 10 de Dezembro de 1836, de Sá da Bandeira.

Com efeito, por circular de 22 de Outubro de 1835, o Governo, através do duque de Palmela, reconhecendo “em contravenção das leis existentes”, que navios de outras nacionalidades nos portos dos domínios portugueses e navios portugueses em portos estrangeiros continuavam a “ocupar-se no bárbaro e detestável tráfico da escravatura”, já restringido pelos alvarás de 14 de Outubro de 1751 e 7 de Setembro de 1761, e considerando ilícito por alvará de 26 de Janeiro de 1818 “com algumas excepções, as quais já não têm lugar desde que o Brasil deixou de formar parte da Monarquia Portuguesa”, em ordem a assegurar a sua total extinção, autoriza os cônsules de Portugal a tomar as medidas necessárias a fim de os contraventores sofrerem o castigo “que a lei impõe ao seu atroz delito”.

Idêntico texto, sob a forma de portaria de 26 de Outubro do mesmo ano foi enviado por José da Silva Carvalho a todas as repartições do seu Ministério, exigindo uma “escrupulosa vigilância” e a prevenção de “atentados” à legislação de 1818, podendo tomar, quanto ao Brasil as medidas indispensáveis contra o comércio de escravos.

O decreto de 10 de Setembro de 1836, “de exportação e importação de escravos”, que determinou “a inteira e completa abolição do tráfico de escravatura nos domínios portugueses sem excepção”, mas não a escravatura, deve ser visto, assim, como o corolário da política do Estado Português que tinha em consideração os seguintes factores:

- a pressão inglesa no sentido da abolição do tráfico negreiro, baseada na imoralidade de tal prática, denunciada por políticos, sábios e filantropos;
- a valorização das colónias africanas, para as quais devíamos promover a colonização dos europeus.

Sabemos que a lei de 1836 de modo algum impediu, nos anos seguintes, o comércio de escravos. Que Portugal não tinha quaisquer condições para aplicar a lei com rigor. Que a burguesia ligada a este tráfico ignorou praticamente, até meados do século XIX, a legislação proibitiva da mesma. Mas em 1835-1836, o poder político procurou definir uma estratégia de desenvolvimento das colónias africanas, as quais seriam mesmo susceptíveis de concorrerem vantajosamente para o Brasil.

As preocupações do Governo tiveram eco, logicamente, no Parlamento português, como Fernanda Maia já demonstrou.

Em 1836-1837, Passos Manuel e Costa Cabral vão denunciar a sordidez dos contratos que moldavam a emigração dos açorianos, o “tráfico da escravatura dos brancos” quando se preocupava acabar com o “tráfico da escravatura dos negros” – se bem que o deputado Santos Cruz lembrasse que os açorianos emigravam devido ao “feudalismo das ilhas”.

Alexandre Herculano, em Janeiro de 1838, ao jeito de comentário à iniciativa legislativa do Brasil de 11 de Outubro de 1837 – que pretendia dar protecção aos colonos assalariados, demonstrando assim que até então “eram grandes os vexames que a estes se faziam” – vai denunciar a existência de “espantosos abusos”, as “violências da parte dos brasileiros” que se faziam sentir no recrutamento da emigração portuguesa, seduzida por um Brasil comparado a um novo “*El Dorado*”, e nas condições de vida que lhe eram proporcionados no Brasil, mas recusa a retórica política de que “se está fazendo comércio de escravatura branca”. Com os Açores como cenário, defendendo que a emigração portuguesa para o Brasil “tem sido espantosa”, Herculano vai defender a utopia da colonização interna dos nossos “imensos baldios” em oposição à emigração para o Brasil – tese que irá perseguir toda a literatura oitocentista portuguesa –, mas também alerta, numa posição que irá manter coerentemente até à sua morte, que de nada vale procurar travar a saída dos portugueses, com o argumento de se arriscarem “a ser miseráveis” na emigração se estes apenas virem “na sua Pátria um prospecto de miséria”, já que lá sempre restava a esperança de “ser felizes” quando cá, tinham a certeza de nunca o ser.

Apesar das palavras avisadas de Alexandre Herculano, o estereótipo da “escravatura branca” vai fazer doutrina no Parlamento. Almeida Garrett, em 1839, então deputado pelos Açores, vai denunciar novamente o “comércio de escravatura branca”, alerta reforçado, em 1810, por Sá Nogueira, que fala da escravatura de cidadãos portugueses” no Brasil, um e outro no contexto da nomeação de uma comissão parlamentar destinada a propor medidas tendentes a extinguir ou pelo menos moderar a emigração portuguesa para o Brasil e de cujo labor, como aconteceu com muitas outras comissões parlamentares, nada resultou!...

O visconde de Sá da Bandeira, na Câmara dos Pares, na sessão de 16 de Agosto de 1842, apresentou um projecto de lei para pôr termo “à emigração e tráfico vergonhoso que com escândalo das leis e da moral se estava fazendo no Reino e províncias insulares”.

Costa Cabral, três dias depois, sendo ministro do Reino, em portaria de 19 de Agosto de 1842, tendo em mente o projecto de Sá da Bandeira, vai procurar dificultar a “escravatura branca” a que, segundo ele, se reduzia a emigração portuguesa para o Brasil. Mas os protestos levantados contra a mesma, nomeadamente pela Associação Comercial do Porto, levaram a que, ainda no mesmo ano, por portaria de 9 de Dezembro, as restrições e exigências mais penalizadoras fossem anuladas.

Refira-se ainda que a retórica política, durante o período considerado, levantou a hipótese de desviar a nível externo, a emigração brasileira para Angola, como aconteceu com as iniciativas legislativas de Sá da Bandeira de 1839 e 1842 e com a proposta de lei do deputado do Algarve, Silva Lopes, em 1842; e a nível interno explorando a sugestão de Herculano, de colonizar o Alentejo com os potenciais emigrantes para o Brasil, a fim de acabar com o “tráfico de escravatura branca”.

No primeiro caso, a experiência de Moçâmedes redundou num fracasso e no segundo caso, como se sabe, nunca se concretizou, continuando, porventura, na memória da classe política a desastrosa experiência da colonização do Alentejo por famílias vindas dos Açores em finais do século XVIII.

Aliás, em 1843, um triste episódio da emigração açoriana para o Brasil, vai desencadear uma nova iniciativa legislativa que mais uma vez redundou em insucesso.

Numa carta de Pernambuco, subscrita por Manuel José Coelho de Freitas, datada de 15 de Dezembro de 1842, dirigida ao governador civil do distrito de Angra do Heroísmo, mas só publicada no *Diário do Governo* em 15 de Abril de 1843, dava conta de dois navios entretanto chegados ao Recife, provenientes do Açores, carregados de emigrantes, os quais teriam sido vendidos “como aí se vende o gado, e aqui os escravos”, dando até os exemplos de cinco portugueses comprados por um senhor de engenho a 160 000 réis cada homem e de moços vendidos a 200 000 réis “para satisfazerem os apetites brutais e lascivos dos seus infames compadres”, tendo sido posta à venda uma moça virgem por 300 000 réis, que acabou por não ser vendida uma vez que não houve comprador para ela. Criticava ainda o cônsul por só pensar em emolumentos e nada ver.

Na sessão da Câmara dos Pares de 26 de Abril de 1843, fazendo eco da carta publicada no *Diário*, o conde do Lavradio invectivou o ministro dos Negócios Estrangeiros para dar explicações “a respeito do tráfico de *escravos brancos*”, que aumentava todos os dias e que se estava fazendo nas ilhas, especialmente nos Açores.

Daqui a pouco – continuou – “as nossas mulheres, os nossos filhos, mesmo no continente do Reino, são levados como escravos, para servir os brasileiros.”

O ministro, em resposta, observa não entender muito bem a expressão

escravos brancos; denuncia o exagero que havia na carta publicada; e esclarece que o Governo já tomara “certas disposições preventivas acerca da emigração dos Açores”. Contudo, entendia que a “emigração era inevitável”, nomeadamente no Minho, onde muitos dos seus habitantes tinham parentes no Brasil, mandando para lá os filhos que não destinavam à lavoura, e por consequência, travar a emigração dessa província era “um mal”.

As medidas para atenuar a emigração deveriam ser “indirectas” por ser as que davam melhor resultado – conclui o membro do Governo.

Lavradio replica que o que estava em causa não era a emigração mas o “tráfico de escravatura” que existia nas ilhas. O visconde Sá interveio no mesmo sentido. Mas Ornelas defendeu a saída dos varões da Madeira, ilha com mais de 120 000 habitantes, muitos dos quais não tendo do que viver, ou emigravam ou tornavam-se salteadores. Seria uma “tirania” na sua terra, impedir a saída das pessoas.

O conde de Linhares sugeriu que os que pretendiam emigrar fossem orientados para o Alentejo, mas o ministro lembrou que por tal era preciso que os colonos quisessem ir e encontrar os meios de financiamento para os transportar para lá. Mas não se opunha, contudo, a qualquer medida que viesse a ser tomada pelas Cortes para remediar tal situação.

A Comissão do Ultramar da Câmara dos Pares, de que o visconde Sá da Bandeira era relator, na sessão de 22 de Junho de 1843, vai apresentar um projecto de lei, baseado no parecer desenvolvido em 1838 por uma comissão especial das Cortes Constituintes, introduzindo-lhe as modificações que achava necessárias – uma vez que, nos anos anteriores, tinham saído da Madeira “muitos milhares de camponeses para um país mortífero”, embarcando os emigrantes sem passaporte e sem que as autoridades locais tentassem impedi-los; e assente ainda num acto do parlamento britânico, de Setembro de 1842, que melhorou muito a legislação inglesa sobre a emigração.

A comissão entendia que o Governo devia garantir o transporte gratuito aos madeirenses e açorianos para Portugal, onde podiam trabalhar nas vinhas do Alto Douro e cidades de Lisboa e Porto e também para as províncias de África.

O projecto de lei era extenso, restritivo da saída dos jovens sujeitos a recrutamento militar, exigente quanto às condições a que os navios deviam obedecer para o transporte de passageiros, quanto aos contratos de serviços, quanto às obrigações dos cônsules e quanto aos capitães dos navios, que eram obrigados a prestar uma fiança elevada antes de saírem dos portos nacionais. Referia ainda o modo como a lei seria executada nas províncias ultramarinas e era acompanhado dos modelos a preencher quanto aos capitães dos navios, à relação nominal de passageiros, formas de contrato dos mesmos e declarações dos cônsules a eles referentes.

Esta iniciativa legislativa começou a ser discutida na sessão de 22 de Novembro de 1843, com a presença do ministro do Reino, esclarecendo o visconde de Sá da Bandeira que a mesma sessão não se destinava a impedir a emigração, mas a dar “uma espécie de garantia aos indivíduos que emigram, prin-

principalmente das ilhas” para colónias britânicas e para o Brasil, onde os vendiam como escravos, trabalhando nas roças e nos engenhos como os negros.

Na sessão seguinte, de 24 de Novembro de 1843, o visconde de Laborim, porém, quando ainda se discutia o artigo 2.º do projecto de lei, propôs o seu adiamento por tempo indefinido. O projecto – continuou – era contrário à Carta Constitucional e ocupar-se dele era “legislar para a lua”.

Sá da Bandeira replicou, lembrando que as mulheres dos Açores eram *vendidas para se prostituírem* e que a humanidade pedia que se tomassem medidas.

Porém, o marquês de Ponte de Lima corroborou a tese de Laborim de que o projecto era anticonstitucional, que a emigração em vez de ser uma doença era um remédio, e que “moléstia seria impedir os homens que vão ganhar a sua vida”. O vice-presidente da Câmara dos Pares, conde de Vila Real, que presidia à sessão, pronunciou-se também pelo adiamento o qual foi imediatamente aprovado, assim terminando definitivamente as iniciativas legislativas que Sá da Bandeira apresentara às Cortes desde 1837.

Hipóteses condenadas ao fracasso, como Costa Cabral virá a reconhecer em Janeiro de 1843, ao assumir na Câmara dos Deputados que toda a legislação e regulamentação do fenómeno migratório produzida pelo Estado liberal revelara-se impotente para evitar a saída dos portugueses, insistindo na necessidade de endurecer a legislação quanto a essa matéria.

Não iludamos a questão. A preocupação do Governo era meramente formal, manifestando-se apenas na sequência de casos escandalosos que, por vezes, eram publicitados ou de iniciativas parlamentares a que se convinha dar alguma justificação.

Na verdade, nem o Governo nem a sociedade portuguesa estavam interessados em travar a emigração ou reorientá-la para as colónias africanas.

O Estado liberal, após 1834, até meados do século XIX, revelou uma incapacidade total para resolver a agitação sociopolítica que recorrentemente degenerou em guerras civis, os graves problemas económicos com que Portugal se debatia e a crise financeira, para a qual os sucessivos Governos não encontravam solução, de tal modo que as receitas estavam longe de cobrir as despesas, o tempo não mais deixou de agravar.

Não tinha, pois, quaisquer condições económicas para traduzir, na prática, a utopia parlamentar de canalizar os fluxos migratórios das Ilhas Adjacentes para o Alto Douro, Alentejo ou para África – soluções aliás, que nunca vingaram.

Por outro lado, a sociedade portuguesa também não estava interessada em dificultar a emigração. Nos Açores e na Madeira não havia trabalho para a sua população activa, funcionando deste modo, como válvula de escape da pressão social, a ampla emigração que se fazia sentir, atenuando a conflitualidade num espaço caracterizado por uma economia bloqueada e uma sociedade profundamente fechada, hierarquizada e desigual, tipicamente de Antigo Regime.

No Norte de Portugal também ninguém desejava bloquear a emigração para o Brasil, como demonstra a representação da Associação Comercial do Porto, em 1842, publicada por Jorge Alves. No Norte litoral, com profundas ligações

ao Brasil, não existia, uma só família sem parentes no Brasil, uma freguesia que não beneficiasse das remessas em dinheiro dos portugueses aí radicados, uma légua de território sem uma casa de um *brasileiro* que angariara fortuna naquele País e regressara a Portugal.

Por outro lado, a navegação do Porto era alimentada basicamente pela partida e regresso de emigrantes, não chegando um navio vindo do Brasil que não trouxesse brasileiros e instruções dos portugueses que aí se encontravam, para embarcarem, com destino àquele País, novos emigrantes, amigos seus e parentes.

Finalmente, a praça do Porto, na qual se encontravam numerosos negociantes brasileiros – que em 1838, atingiam o número de 163 –, era alimentada pelo dinheiro vindo do Brasil.

Impedir a emigração para o Brasil – concluía a representação que estamos a seguir – era aumentar a indigência e a mendicidade no Norte de Portugal⁸.

4. NAS ORIGENS DA AGÊNCIA ABREU (1840)

A Agência Abreu, a mais antiga agência de viagens de Portugal e uma das mais antigas do Mundo, uma vez que as suas origens remontam a 1840, foi fundada por iniciativa de Bernardo Luís Vieira de Abreu, um *brasileiro*, isto é, um português de torna-viagem.

Quem era Bernardo Luís Vieira de Abreu, fundador da Agência com o seu nome?

Não é fácil responder a esta questão, uma vez que, quando iniciamos esta investigação nada tinha sido escrito sobre ele, ou sobre as origens desta agência, e a própria família desconhecia tudo quanto diz respeito à sua vida.

Bernardo Luís Vieira de Abreu era natural da freguesia de São Salvador de Rossas, concelho de Vieira do Minho. Nasceu no dia 27 de Fevereiro de 1801, filho de José Luís Gonçalves Vieira e de Teresa de Abreu, neto paterno de Manuel Luís e Felicidade Vieira do mesmo lugar e materno de Bernardo José de Abreu e sua mulher Antónia Vieira do lugar de Celeiro, todos da mesma freguesia.

Sabemos que muito jovem emigrou para o Brasil, mais concretamente para a Baía, por volta da segunda década de Oitocentos, uma vez que, segundo a tradição, teria 18 anos quando saiu de Portugal. Contudo, ainda não nos foi possível apurar quando é que solicitou passaporte ou quando embarcou, apesar da investigação já feita em Portugal e na Baía.

Nesta cidade, terá trabalhado no comércio, ou com algum seu familiar que aí já se encontrava ou em casa comercial de alguém que fosse das relações de seus pais.

⁸ As fontes relativas a esta parte do nosso trabalho foram recolhidas a partir dos *Diários do Governo*, *Diários da Câmara dos Deputados*, *Diários da Câmara dos Pares do Reino e dos Diários das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, de 1837-1838. Há que referir ainda, os trabalhos da professora doutora Fernanda Paula Maia (MAIA, 2002; 2007), que já tratou desta problemática.

No Brasil permaneceu durante longos anos, amealhando o dinheiro indispensável para se vir a instalar por conta própria. Aí se manteve após a independência da antiga colônia portuguesa em 1822, dedicando-se à actividade comercial que, tudo leva a crer, se desenvolvia em estreita ligação com Portugal.

No atribulado processo que se seguiu à independência do Brasil, os negociantes portugueses, aqueles que mais ligados se encontravam ao comércio com Portugal, acabaram por ser objecto de fortes e contínuas manifestações de hostilidade e violência, que extravasou, não raras vezes, em incidentes e levantamentos populares que levaram à sua perseguição e assassínio. Assim aconteceu no Pará (1835-1839), no Maranhão com a Balaiada (1838-1839), em Pernambuco, etc.

Na Baía, onde Bernardo Vieira de Abreu se encontrava, abalada após a independência por uma forte instabilidade sociopolítica, eclodiu em Novembro de 1837, um novo surto de violência, com a *Sabinada*, que se arrogava à independência da região, e que levou ao êxodo de milhares de pessoas da cidade.

Apesar das proclamações dos revoltosos, declarando que as pessoas e os bens seriam respeitados e protegidos, tal “não bastou para tranquilizar os ânimos dos habitantes portugueses que na Baía são numerosos e que fornecem o grosso dos negociantes e lojistas daquela cidade... Todos eles trataram imediatamente de fechar as suas lojas, e de se embarcarem. Temiam-se novos motins e o envolvimento dos ‘escravos pretos’ nos mesmos, o que traria as mais desastrosas consequências⁹”.

Muito provavelmente, Bernardo Luís Vieira de Abreu foi um dos que embarcaram de regresso a Portugal, arrastado pela onda de pânico que varreu a cidade e sobretudo, a comunidade portuguesa. Com efeito, pela primeira vez, no *Directorio civil, politico e commercial da antiga, muito nobre, sempre leal e invicta cidade do Porto e Villa Nova de Gaya*, editado em 1838, Bernardo Luís Vieira de Abreu surge-nos como um dos “negociantes” nacionais da praça do Porto, a residir na Rua das Hortas, n.º 182, rua do centro da cidade, na qual viviam e exerciam a sua actividade muitos outros negociantes portuenses e até, um ou outro dos negociantes brasileiros a viver no Porto.

Importa assim saber o que entendemos por “negociante” do Porto em 1838-1840 e ainda, de que forma é que Bernardo de Abreu nos aparece registado com tal designação na Praça do Porto.

Negociante – esclarece José Ferreira Borges no *Código Comercial Português*, de 1833 – era sinónimo de comerciante. Mas – acrescenta –, em sentido restrito designava o indivíduo “que professa comércio externo”, ou seja, era um “comissário mercantil”. Ora, o Código Comercial esclarece que só podia ser comissário mercantil, uma sociedade com firma, ou um comerciante, neste caso, uma pessoa habilitada para contratar, inscrita na matrícula do comércio e que fazia da “mercancia” profissão habitual.

Toda a pessoa solteira, maior de 18 anos, podia exercer a actividade comer-

⁹ *DIÁRIO do Governo*, n.º 8, de 9 de Janeiro de 1838.

cial desde que fosse emancipada, dispusesse de pecúlio próprio e estivesse habilitada para administrar os seus bens de acordo com a lei.

Na designação de comerciante, genericamente compreendiam-se os banqueiros, seguradores, negociantes de comissão ou comissários, ou que se empregavam em especulações no estrangeiro, mercadores de grosso e a retalho e os fabricantes ou empresários de fábricas.

Os negociantes e mercadores que tinham a qualidade de comerciantes segundo a lei, estavam sujeitos à jurisdição, regulamentos e legislação comercial.

Os comerciantes, capitães e mestres de navios, corretores e mais pessoas empregadas no comércio, de uma determinada cidade, constituíam uma praça de comércio ou bolsa.

Assim, Bernardo Vieira de Abreu, enquanto negociante da Praça do Porto, podia dedicar-se aos mais variados negócios, quer no mercado interno, quer no estrangeiro. Sabemos que, aproveitando o profundo conhecimento que tinha da actividade económica da Baía, passou a dedicar-se ao comércio com essa cidade brasileira e provavelmente com o Rio de Janeiro.

Como é que Bernardo de Abreu nos aparece inscrito como negociante da Praça do Porto?

Em observância do artigo 1045 do *Código Comercial*, de forma a proceder-se à eleição dos juízes jurados comerciais (12) e seus substitutos (6), o juiz presidente do Tribunal de Comércio de Primeira Instância do Porto, em 5 de Agosto de 1834, publicou a lista nominal de todos os comerciantes, matriculados e não matriculados da Praça do Porto, em número de 510.

Com efeito, os comerciantes da praça do Porto “afim de os seus actos e obrigações activas e passivas serem regulados e protegidos pela lei comercial e poderem gozar dos benefícios e prerrogativas que aquelas lhes concede” tinham de se inscrever na matrícula no referido tribunal que fora instalado na cidade a 2 de Agosto de 1834.

A matrícula fazia-se apresentando o candidato uma petição na qual constasse:

- nome e sobrenome; no caso de uma sociedade, os nomes e sobrenomes dos indivíduos que a compunham e a firma adoptada;
- designação da qualidade do tráfico ou negócio;
- lugar ou domicílio do estabelecimento ou escritório;
- nome do feitor ou empregado que dirigia o estabelecimento.

A inscrição na matrícula seria ordenada pelo Tribunal de Comércio, sem emolumentos “ achando por informação sumária que o suplicante goza do crédito, probidade e ciência que caracterizam um comerciante da sua classe”. O Tribunal faria publicar o seu nome na lista dos matriculados na Praça do Porto, a qual era remetida ao “supremo magistrado de comércio”, isto é, ao presidente do Tribunal Superior de Comércio, e por este comunicada a todos os mais tribunais comerciais do Reino.

Ao registo público do Tribunal de Comércio do Porto pertenciam:

- as escrituras ou cartas de dote celebradas com negociantes;
- as escrituras de companhias, sociedades e parcerias comerciais;
- as autorizações, promoções ou poderes dados aos responsáveis pela direcção e administração dos negócios dos comerciantes;
- as escrituras ou escritos de comerciantes ou com comerciantes de hipotecas, incluindo as “letras de risco” quando o empréstimo tivesse lugar para se equiparem os navios antes de seguirem viagem.

Bernardo de Abreu não nos surge em 1838 como negociante matriculado, mas sim como comerciante registado no Tribunal do Comércio do Porto, assim se explicando que os almanaques da época reproduzissem os negociantes da Praça do Porto, cujo nome, aliás, constava das listas que anualmente aquele tribunal mandava imprimir. É, pois, um comerciante da Praça do Porto que desenvolve os seus negócios com o Brasil.

Não sabemos qual a natureza de tais negócios, mas sabemos que Bernardo de Abreu manteve estreitas ligações com o Brasil, aparecendo como abonador de emigrantes para a concessão de passaportes, tratando da documentação relativa aos passaportes; como vendedor dos bilhetes de passagem para o Brasil; e provavelmente desenvolvendo outras actividades comerciais.

Nessa actividade irá continuar até 1878, ano em que morre no Porto, envolvendo pelo menos três dos seus filhos, afim de desenvolver os seus negócios além Atlântico. Com efeito, em 1858, seu filho Domingos Luís Vieira de Abreu embarca para a Baía, onde morre um ano mais tarde. Temos notícia em 1862, de um dos seus filhos, José Luís Pinto de Abreu, negociante e representante dos negócios de Bernardo de Abreu no Rio de Janeiro. E ainda, de outro seu filho, António Luís Vieira de Abreu, que morre no Porto com 44 anos, em 1873, e que tinha sido negociante no Império do Brasil.

Bernardo de Abreu irá morrer em 1878, no Porto, dispoindo já de uma considerável fortuna uma vez que, como reza o seu testamento, efectuado em 1875, não tinha quaisquer dívidas, era proprietário das instalações em que se encontrava a sua casa comercial – ainda não designada como agência de viagens – e possuía ainda 16 contos de réis em inscrições do tesouro.

Irá suceder-lhe nos seus negócios, ou seja, na Casa Abreu, Daniel Luís Vieira de Abreu, nascido em 1842, que irá dar um novo impulso à Agência Abreu, a qual vai crescer e expandir-se justamente com o desenvolvimento que a emigração portuguesa para o Brasil regista a partir de 1880¹⁰.

¹⁰ Para a biografia da Abreu, foram desenvolvidas investigações no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Distrital do Porto, no Arquivo Distrital de Braga, no Arquivo Histórico da Cidade do Porto, Casa do Infante, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, no Arquivo do Tribunal do Comércio do Porto (Palácio da Justiça) e no Arquivo da Conservatória do Registo Comercial do Porto.

CONCLUSÃO

A Agência Abreu encontra-se indissolúvelmente ligada à emigração portuguesa para o Brasil. Sabemos já, ainda que de modo superficial, a importância que o *brasileiro*, ou seja, o português regressado do Brasil, teve na economia do Norte de Portugal na segunda metade do século XIX.

Nesta época, numerosas empresas tiveram a sua origem nas remessas provenientes do Brasil. Sabemos também que não é possível explicar a origem da Banca portuense e do Norte de Portugal oitocentista, sem recorreremos às remessas dos emigrantes e ao capital dos *brasileiros*. E estamos convencidos que, quanto mais se desenvolver a investigação sobre o tecido empresarial do Norte de Portugal no passado, mais iremos detectar a presença de capitais vindos do outro lado do Atlântico, e de que a Agência Abreu constitui um exemplo paradigmático.

BIBLIOGRAFIA

- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2002 – *O Discurso Parlamentar Português e as Relações Portugal-Brasil*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2007 – “A Emigração para o Brasil no Discurso Parlamentar Oitocentista”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima (coord) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE; Edições Afrontamento, p. 51-68.
- OCEANOS, 2000 – Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, n.º 44.
- REIS, João José, 1991 – *A morte é uma festa – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.

MOVIMENTAÇÃO DE PORTUGUESES NO BRASIL: 1808 A 1842 A BASE LUSA DO ARQUIVO NACIONAL

Ismênia de Lima Martins

O período entre 1808 e 1842 é particularmente significativo para a história brasileira. A transmigração da Família Real e a instalação da Corte no Rio de Janeiro constituem-se no seu marco político inicial, mas outros se destacam como a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, a reunião das Cortes em Lisboa, a abdicação de D. Pedro e o conturbado período regencial até a maioridade de D. Pedro II.

Foi de fundamental importância a intensa movimentação de portugueses no país naqueles anos, na ocupação das terras, na expansão dos negócios e nos conflitos que cercaram o processo de Independência, onde uma “facção” portuguesa reunia altas patentes militares, burocratas e comerciantes e apresentava-se como antagonista do “partido brasileiro” que também incluía portugueses enraizados na colônia e favoráveis à separação de Portugal. Além dos aspectos propriamente políticos, a imigração portuguesa nesse período exerceu uma forte influência sobre a formação cultural e social brasileira e no que viria ser a identidade forjada pelo Império

A segunda especificidade refere-se ao que Sergio Buarque de Hollanda chamou de “novo descobrimento do Brasil” pois “nunca o nosso país parecera tão atraente aos geógrafos, aos naturalistas, aos economistas, aos simples viajantes, como naqueles anos que imediatamente se seguem à instalação da corte portuguesa no Rio e à abertura dos portos ao comércio internacional”.

Não somente os comerciantes, mas, também os cientistas, e viajantes eram estimulados a descobrir ao mundo o país, suas riquezas e potencialidades.

Os representantes das nações estrangeiras, instalaram-se oficialmente no Rio de Janeiro, dando lustre e suntuosidade à antiga capital da colônia.

O inglês John Mawe foi o primeiro de uma série de estrangeiros que integrariam missões sistematicamente organizadas como a austríaca, a bávara, a russa e a francesa. Todos os que se distinguiam por seus conhecimentos úteis em quaisquer das artes liberais e mecânicas, eram recebidos com afabilidade sem preferência de nação ou de religião, concedendo-se liberalmente sesmarias aos que se propunham exercer a lavoura.

O crescimento da população foi considerável no período. No arrolamento populacional mandando realizar em 1799 pelo conde de Resende a população

do Rio de Janeiro, restringindo-se às paróquias que compunham a área urbana apresentaria o total de 43. 376 habitantes¹.

Outra iniciativa do gênero ocorreu já no reinado de D. João VI, em 1821.

A pesquisa compreendeu as áreas urbanas e suburbanas ou rurais, elevando-se o número para 112. 695. De qualquer maneira as quatro paróquias computadas em 1799 apresentavam um total de 79. 321 habitantes, ou seja, apresentavam um crescimento em torno de 90%².

A administração joanina cuidou de criar os equipamentos políticos e administrativos necessários para o funcionamento do governo e o bem-estar da Corte. Entre os problemas existentes a ordenação do espaço público e o controle da população eram matérias relevantes.

Pelo alvará de 10 de maio de 1808 foi instituído o lugar de Intendente Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil reproduzindo o modelo adotado em Portugal.

O decreto n.º 15, de 22 de junho de 1808, criou os oficiais da polícia, fixando sua competência: divertimentos públicos, mendicidade, concessão de licença para casas de jogos e botequins, mapas de população, iluminação e cuidado das ruas da corte, expediente dos passaportes, legitimação de estrangeiros, registro e expediente da Casa de Correção, dos escravos e calabouço.

A Intendência Geral de Polícia subordinada, inicialmente, ao Ministério e Secretaria do Estado do Brasil, passou em 1821 à Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça.

A documentação foi recolhida pela Secretaria de Polícia do Distrito Federal em 1871, 1886, 1926, 1929 e pela Brigada Policial do Distrito Federal em 1912, constituindo-se, atualmente, em importante acervo integrante da documentação textual do Poder Executivo do Arquivo Nacional.

A HISTÓRIA DA BASE LUSO

O acervo, no que se refere aos portugueses, foi objeto de três projetos implementados em ocasiões diferentes pelo Arquivo Nacional. O primeiro data de 1965, ano do quarto centenário do Rio de Janeiro evento que motivou as entidades portuguesas da cidade, na época, ainda capital federal. As Associações luso brasileiras, como eram então conhecidas, patrocinaram uma série de ações e eventos muitos deles contando, inclusive, com o apoio do governo português. Tal foi o caso, por exemplo, da estatueta equestre monumental de D. João VI, colocada na Praça XV, iniciativa que deu grande visibilidade ao grupo através da imprensa.

Outro exemplo foi, justamente, o mencionado projeto decorrente de entendimentos entre a Diretoria de Projetos Internacionais da Fundação Calouste Gulbenkian e o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, para publicação da relação dos

¹ LOBO, 1979: 121,122.

² ABREU, 2006: 39.

portugueses entrados no Brasil entre 1808 e 1842. Não se dispõe de dados precisos sobre as atividades então realizadas, mas o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, em 1970, avaliava que o acordo interinstitucional inicial já interrompido legara um material que carecia de melhor sistematização e revisão minuciosa.

Em 1970, teve lugar o segundo projeto correspondendo a uma retomada do trabalho original, ainda com auxílio da Fundação Calouste Gulbenkian. Tinha por objetivo a indexação de nomes de portugueses entrados no Brasil no período 1808-1842. Conforme observado no relatório do Serviço de Pesquisa Histórica do Arquivo Nacional, referente às atividades institucionais desenvolvidas no exercício de 1971, a partir do momento em que foi verificada a descontinuidade dos registros relativos exclusivamente à entrada dos portugueses, optou-se pela ampliação do levantamento, incluindo-se também os registros referentes à movimentação interna e para o exterior dos mesmos, assumindo o projeto, à época, o “título genérico” de *Portugueses no Brasil*. O citado relatório informa que o universo de trabalho compreendeu 26 códices, equivalente a um total de 96 volumes.

Um novo projeto teve início em 1996, quando foi firmado convênio entre o Arquivo Nacional e o Instituto Luso-Brasileiro de História do Liceu Literário Português, o projeto *Movimentação de portugueses no Brasil (1808-1842)*, que consistia basicamente na constituição de base de dados factuais coletados de documentos do fundo Polícia da Corte, custodiado pelo Arquivo Nacional, que tratavam da entrada, saída e movimentação interna de portugueses no Brasil na primeira metade do século XIX.

Até então, as informações levantadas entre as décadas de 1960 e 1970 encontravam-se disponíveis em fichas, compondo quatro fichários distintos, embora sob a mesma temática. O projeto, então implementado, procurou consolidar os dados informatizados, tendo em vista permitir a consulta *on-line* com diferentes recursos de cruzamento de informações, constituindo-se assim num instrumento de referência para estudos no campo da imigração.

A Base *Luso* é integrada por 64.116 registros e sua estrutura foi montada para comportar os dados originalmente extraídos dos documentos, permitindo a recuperação de informações variadas como: idade, estado civil, profissão, acompanhantes, locais de residência e moradia, destinos e características físicas, possibilitando, a partir dos indivíduos registrados, inúmeras pesquisas acadêmicas ou probatórias.

Em 2007, graças ao intercâmbio de pesquisadores portugueses liderados pelo CEPESE e brasileiros representados pela FAPERJ, conveniaram-se as entidades com o Arquivo Nacional e foram obtidos recursos para a transferência da Base *Luso* do programa MicroIsis, que já se revelava obsoleto para um software eficiente, eliminando o risco de perda total dos dados e possibilitando maior agilidade na recuperação das informações via *web*.

É importante ressaltar que ao longo desse período, de quatro décadas, sempre houve uma iniciativa mobilizadora por parte da comunidade portuguesa local, através de seu movimento associativo, na captação ou na promoção de recursos

necessários ao desenvolvimento dos projetos que resultaram, finalmente, na Base *Luso*. E, para surpresa dos pesquisadores, sua maior motivação não era a pesquisa probatória e sim impedir que aqueles nomes fossem esquecidos, não pudessem ser recuperados, e com eles se perdesse um patrimônio, uma parte de sua história.

OBSERVAÇÕES INICIAIS SOBRE A BASE LUSO

- É importante observar inicialmente que o mesmo indivíduo pode aparecer em mais de um registro, considerando o número de entradas que praticou assim como deslocamentos internos. O cruzamento destas informações permitirá verificar seu grau de circulação entre Portugal e Brasil e vice-versa assim como no território brasileiro.
- A ficha compreende as seguintes informações: nome e sobrenome, naturalidade, idade, características físicas (estatura, rosto, olhos, nariz, boca, cabelos, sobrancelhas, barba, bigode, compleição, pele e sinais particulares), estado civil ocupação/profissão, moradia (endereço), trabalho (endereço), data de chegada, procedência, tipo de embarcação, nacionalidade da embarcação, nome da embarcação, comandante, razão da vinda, destino, data do registro, observações e notação (código, volume, folha e número de registro no livro).
- Nem sempre todos os campos acham-se preenchidos. As lacunas devem-se, em alguns poucos casos, a problemas materiais da documentação, mas em sua maioria são devidas a falta da informação no registro efetuado pela Polícia à época.
- Quanto aos aspectos físicos e qualificações a mostra que se segue evidencia a falta de critério dos mesmos e a amplitude e preconceito das definições, quando se pensa, por exemplo, numa estatura ordinária ou numa cor natural!

Estatura	ordinária; pequena; baixa; mediana; alta.
Cor	natural; morena; trigueira; clara; corada; branca.
Rosto	comprido; redondo.
Olhos	pardos; azuis; pequenos; grandes; pretos.
Nariz	pequeno; regular.
Boca	regular; pequena; grandes lábios; fina.
Cabelos	pretos; castanhos; ruivos; escuros; castanhos claros;
Sobrancelhas	delgadas; finas; curadas; castanhas; regulares.
Bigode	buço; bastante.
Barba	bastante; bastante e branca; pouca; ausente; regular
Compleição	grosso de corpo; gordo; cheio de corpo; magro.
Sinais particulares	bexigoso; sem dentes; aleijado de uma perna; cicatriz do lado esquerdo, usa óculos; espinhas no rosto; cego do olho esquerdo.

- No que diz respeito ao estado civil menos de 50% dos registros examinados contemplam essa informação num total de 30 873 conforme o quadro que se segue, destacando-se a identificação de mais de 80% dos declarados como homens solteiros, confirmando-se nesta fonte o que vem sendo demonstrado em estudos anteriores³.

Quadro n.º 1 – Estados Cíveis Declarados

	Homens	Mulheres
Solteiros	25264	18
Casados	5053	12
Viúvos	400	126

- A questão da naturalidade, de grande interesse para os estudos sociodemográficos apresenta-se com muita complexidade na fonte devido a problemas de grafia ou imprecisão. Existe na documentação 936 diferentes nomenclaturas para naturalidade e 39 113 declarantes. Também neste caso confirma-se a tendência da historiografia dominante, que atribui ao Norte de Portugal os maiores contingentes de imigrantes, como se evidencia na amostra que se segue.

Quadro n.º 2 – Naturalidade

Locais	Total	Locais	Total	Locais	Total
Ilha do Faial	843	Lisboa	4294	Coimbra	525
Porto	13283	Minho	474	Ilha São Miguel	704
Braga	4520	Viana	1070	Guimarães	1514
Bastos	771	Faial	970	São Miguel	704
Aveiro	530	Gaia	229	Terceira	1216

- As procedências são declaradas em 39 046 registros e os locais nominados referem-se ao exterior ou ao próprio Brasil. Destaca-se a cidade do Porto com mais de 50% dos registros como se evidencia na amostra que se segue. Se relacionarmos o número apontado neste quadro para aquela cidade com o referido no quadro anterior relativo a naturalidade dos imigrantes, veremos que de lá partiam não apenas os seus naturais mas, também, a maioria dos imigrantes de toda a região.

Quadro n.º 3 – Locais de procedência

Locais	Total	Locais	Total	Locais	Total
Angola	511	Ilha de São Miguel	1199	Madeira	221
Porto	20569	Ilha Faial	1343	Viana	645
Lisboa	3686	Campos	1075	Rio Grande	802
Paranaguá	173	Cabo Frio	389	Benguela	160
Ilha de São Miguel	1035	Bahia	243	Montevideú	628

³ SOUSA; MARTINS, 2007.

- É particularmente instigante a variedade de ocupações relacionadas pelos 33 361 declarantes, atingindo um número de 542 diferentes nomenclaturas.

O exame da listagem produzida por este campo da Base satisfaz a curiosidade pelo esclarecimento de tão elevado número, que não corresponde, na verdade, a ofícios diferenciados e marcados, por exemplo: existe a denominação juiz, mas também, separadamente, as de juiz de direito, juiz de fora, juiz de alfândega, juiz de paz. Os caixeiros apresentam-se em dez categorias e existe uma extensa lista de “ex”: ex-feitor, ex-guarda, ex-mascate, ex-padeiro, ex-militar etc. Da mesma forma uma variedade de aprendizes de diversos ofícios.

O detalhamento poderia se atribuir ao zelo do funcionário ou ao desejo do declarante para marcar o seu lugar na hierarquia do ofício ou na sociedade.

Na amostra que se segue os caixeiros são em torno de 40% e somado aos negociantes correspondem a 60% dos declarantes. Por outro lado registram-se apenas 3% de agricultores e lavradores, reafirmando o caráter urbano da imigração portuguesa no Brasil desde esta época. Os ofícios ocupam lugar de destaque que se explica pela evolução urbana do período. As mulheres constituem-se em torno de 1% do número de declarantes e se dedicam aos ofícios de costureira e criada.

Quadro n.º 4 – Profissão

Ocupação	Total	Ocupação	Total	Ocupação	Total	Ocupação	Total
Caixeiro	12472	Criado	352	Religioso	203	Cirurgião	103
Capitão	131	Negociante	8659	Feitor	467	Agricultor	13
Costureira	141	Vive de negócios	113	Sapateiro	482	Ferreiro	153
Criada	151	Lavrador	926	Pedreiro	390	Carroceiro	111
Costureiro	1	Carpinteiro	1316	Sem ocupação	314	Volante	406

Pode concluir-se que, os registros da movimentação de portugueses no Brasil produzidos conforme o sistema de controle e registro da Polícia da Corte, iluminam as mais variadas características desse grupo e de cada indivíduo, identificando seus deslocamentos pelo Império e para o exterior. A disponibilização *online* desse instrumento garantirá a recuperação rápida de informações fundamentais para a história da emigração portuguesa para o Brasil e da inclusão social desse imenso contingente de mão-de-obra estrangeira nas primeiras décadas do então recentemente formado Estado Nacional Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Mauricio de A, 2006 – *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP.
 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 1978 – *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC.
 vol. 1.

- MARTINS, Ismênia de Lima; Sousa, Fernando de (org.), 2006 – *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Niterói, Rio de Janeiro: Muiraquitã.
- Matos, Maria Izilda; Sousa, Fernando; Hecker, Alexandre (org.), 2008 – *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru, São Paulo: Edusc.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia, 2007 – *A Imigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES, FAPERJ.

EMIGRANTES E IRMANDADES DE ORIGEM PORTUGUESA NO BRASIL: AS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA

Jorge Carvalho Arroiteia

INTRODUÇÃO

Este texto pretende ser um contributo para o conhecimento das irmandades de origem portuguesa no Brasil e da sua criação relacionada com os processos de colonização e de emigração para este país. Mais do que a enumeração exaustiva destas instituições, da época em que foram criadas ou mesmo da sua cronologia, importa ter em consideração a sua expansão no território, relacionando-a com o desenvolvimento da emigração nacional para terras de Vera Cruz e, sobretudo, com a progressão da colonização portuguesa do território brasileiro.

Da mesma forma importa assinalar como a criação das irmandades da Misericórdia, com a sua acção assistencial, médica e social em prol dos carenciados, acompanhou a fixação de colónias de portugueses nesse território, sendo um exemplo de difusão de uma das instituições religiosas mais antigas, orientadas para o cumprimento das setes obras de misericórdia, de natureza espiritual e de outras tantas, de natureza corporal. São elas, de natureza corporal: dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, dar pousada aos peregrinos, assistir aos enfermos, visitar os presos, enterrar os mortos; de natureza espiritual: dar bom conselho, ensinar os ignorantes, corrigir os que erram, consolar os tristes, perdoar as injúrias, sofrer com paciência as fraquezas do próximo, rogar a Deus pelos vivos e defuntos.

Com este texto pretende-se, ainda, saudar os “Irmãos” que ao longo destes últimos cinco séculos, desde 1539 à actualidade, permitiram o desenvolvimento e a expansão das 110 Santas Casas de Misericórdia existentes no Brasil. Em simultâneo, sugerir o desenvolvimento de outras investigações relacionadas com a importância destas Irmandades na sua relação com o desenvolvimento da emigração portuguesa e o povoamento do Brasil.

A criação das Santas Casas de Misericórdia em território brasileiro teve lugar durante a primeira metade de Quinhentos, poucos anos após a criação da Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia, em Lisboa, no ano de 1498, por iniciativa da Rainha Leonor de Lencastre e com o apoio espiritual de Frei Miguel de Contreiras, seu confessor. De acordo com a doutrina cristã, estas

procuravam acorrer aos doentes e enfermos, na fome, nas pestes, nas guerras, bem como no enterro dos confrades e desamparados e noutras situações de necessidade, através de práticas caritativas assumidas pelos irmãos da mesma confraria, de acordo com os compromissos estipulados pela Irmandade.

O interesse destas instituições, tais como de outras que se espalharam após os Descobrimentos pelo mundo conhecido dos portugueses, é considerável uma vez que as Santas Casas foram responsáveis pela criação de numerosas albergarias, hospitais e de igrejas, onde se cuidava do corpo e da alma dos mais necessitados. Ainda hoje nas diversas cidades brasileiras onde existe esta irmandade, um número significativo de serviços clínicos, de enfermagem e de saúde, são geridos por estas instituições. Assim o refere Khoury: “na maioria dos continentes e países onde foram fundadas Santas Casas, elas se anteciparam às atividades estatais de assistência social e à saúde, e o que é ainda mais extraordinário, em alguns países e, notadamente no Brasil, foram elas as criadoras dos cursos de Medicina e Enfermagem, como é o caso daqueles fundados em São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e muitos outros mais”¹. Mais ainda, no dizer da mesma autora, recentemente representavam “cerca de 62% da oferta-leito no País, e 80-90% na assistência social, sendo que, na maioria dos Municípios Brasileiros, elas constituem o único bastião de assistência social e à saúde da população”².

A nota que elaborámos tem presente o levantamento coordenado pela prof. doutora Yara Aun Khoury, da Pontifícia Universidade de São Paulo, publicado em 2004. Esta fonte documental reúne a história, a distribuição e os recursos destas instituições no território brasileiro. Entendemos que o trabalho conduzido por esta investigadora e docente universitária, constitui um valioso contributo para o conhecimento da história e da evolução destas irmandades, sendo um importante testemunho do processo de povoamento e da evolução da emigração portuguesa neste país, que se pode aprofundar através da análise da evolução da comunidade luso-descendente que aí tem crescido e continuado a manifestar os sentimentos de solidariedade que estiveram na origem da difusão destas instituições sociais.

IRMANDADES

A análise da emigração portuguesa para o Brasil, cuja evolução e volume tem sido marcado por um interesse constante por parte da população portuguesa e de outras nacionalidades, em função do processo de colonização e, sobretudo, depois que o estado do Brasil deixou de ser colónia portuguesa, tem sido objecto de diferentes estudos de natureza histórica, geográfica, sociológica e cultural³. Não importa aqui referenciá-los. Apenas ter presente que os colonizadores e emigrantes, os religiosos e militares, os degredados e os escravos,

¹ KHOURY, 2004: 10.

² KHOURY, 2004: 10.

³ ROCHA-TRINDADE; ARROTEIA, 1984.

transportaram consigo modelos culturais das sociedades de origem, afeiçoados localmente pelo contacto com a população autóctone e com novos habitantes oriundos de diferentes continentes, que contribuíram para a colonização deste vasto território. Daqui terá resultado uma mescla civilizacional, cultural e étnica, dominada por elites religiosas, militares, políticas, ou já administrativas e comerciais, que alimentaram presença contínua de portugueses nesse território, durante os últimos cinco séculos.

Além dos homens, das leis e dos modelos de administração e da economia local, foram igualmente transportadas as instituições, que por meio de iniciativas próprias conseguiram implantar estruturas de natureza religiosa, cultural, económica e outras, que vieram a desempenhar uma acção aglutinadora da população autóctone e imigrante, sobretudo de origem portuguesa.

Dos exemplos que poderíamos citar relacionadas com o modelo de organização administrativa local e municipal, com a criação de diversos tipos de escolas, algumas precursoras de universidades, interessou-nos o exemplo das Santas Casas, que se desenvolveram em Portugal por acção da Igreja e de ordens religiosas em locais de maior convergência de peregrinos, de afluência de necessitados ou respondendo a necessidades surgidas em momentos críticos⁴ de epidemias, tais como a varíola, a febre amarela, a cólera ou a gripe espanhola. Fundadas em 1498, rapidamente se espalharam pelas principais cidades e vilas do Reino e pelos locais visitados pelos navegadores e religiosos portugueses. Como assinala Khoury a sua criação durante o período colonial “diz muito a respeito das formas de organização política do governo português e das relações por meio das quais esse processo colonizador foi sendo gestado”. Mais ainda, “constituídas de maneira articulada à criação das primeiras cidades coloniais, como as de São Vicente, Salvador e São Sebastião serviram como suportes da administração da Coroa distante”⁵.

Contudo, afirma também a referida autora, nos continentes e países onde foram fundadas as Santas Casas, anteciparam-se “as actividades estatais de assistência social e à saúde” e em alguns países, “notadamente no Brasil, foram elas as criadoras dos cursos de Medicina e Enfermagem, como é o caso daqueles fundados em São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e muitos outros mais”⁶.

Data de 1539⁷, a criação da Santa Casa da Misericórdia da vila de Olinda, “com a finalidade de cuidar dos pobres e enfermos, socorrer as viúvas, órfãos e necessitados, além de defender as causas dos encarcerados, enterrar os mortos e exercitar outras obras de misericórdia”. Segundo o levantamento coordenado por aquela autora⁸, até à independência deste país e à publicação da Constituição Imperial de 25 de Março, de 1824, tinham sido criadas as seguintes

⁴ KHOURY, 2004: I, 26.

⁵ KHOURY, 2004: I, 26.

⁶ KHOURY, 2004: 10.

⁷ KHOURY, 2004: 187.

⁸ KHOURY, 2004: 10.

Santas Casas, no seu início, regidas pelo Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa:

- Olinda PE (1539)
- Santos SP (1543)
- Salvador BA (1549)
- Rio de Janeiro RJ (1567)
- Vitória ES (1551-1606)
- São Paulo SP (1599-1603)
- João Pessoa PB (1602-1618)
- Belém PA (1619-1687)
- São Luís MA (1567)
- Campos RJ (1792).

A criação destas instituições, em locais próximos da costa assinala a fixação dos primeiros colonos portugueses nestas paragens, ao qual se seguiu a exploração do território interior, conforme o estabelecido pelo regime de capitanias, delineadas por paralelos e a sua ocupação por donatários, escravos e emigrantes. O roteiro do povoamento brasileiro pode ser seguido através dos registos locais destas Irmandades, os quais reúnem informação abundante e diversificada sobre a vida das comunidades locais e a construção da sociedade brasileira. Sendo um processo longo e extenso, com interesse para várias ciências, há oportunidade de referir, a título exemplificativo, alguns actores.

Assim, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos, deve-se ao fidalgo português, Braz Cubas, “líder do povoado do Porto de São Vicente”⁹, que encetou as obras de construção de um Hospital, inaugurado no dia de Todos os Santos de 1543. Refere a mesma autora que, antes ainda da chegada dos jesuítas a esta região, em 1553, este mantivera a sua importância, antes do final desse século quando a vila de Santos caiu em decadência, por via da quebra do movimento marítimo causado pela migração das plantações e dos operários do litoral para o planalto interior, “em busca de melhores oportunidades nas Fazendas, bem como nas chamadas Entradas e Bandeiras. Outro motivo era a fuga de doenças infecciosas, que assolavam as terras húmidas do litoral”.

Já a Santa Casa de Salvador, terá tido a sua origem no Hospital da Cidade, criado pelo Governador Tomé de Souza¹⁰ e anos mais tarde, em 1816, terá acolhido as aulas da Academia Médico-Cirúrgica da Bahía, primeira do Brasil, fundada por D. João VI, em 1808.

Pelo seu interesse transcrevemos desta obra¹¹, a seguinte notícia relativa à criação da Santa Casa de Rio de Janeiro. Em 1582, o “Padre José da Anchieta encontrava-se no Rio de Janeiro e, com a ajuda de alguns Irmãos da Miseri-

⁹ KHOURY, 2004: II, 641.

¹⁰ KHOURY, 2004: I, 110.

¹¹ KHOURY, 2004: II, 467.

córdia, levantou um barracão coberto de palha, para socorrer os marinheiros” da esquadra do almirante espanhol Diogo Flores Valdez que então procurava o Estreito de Magalhães.

Preocupações relacionadas com o “amparo dos doentes pobres e desvalidos”¹², terá estado na origem da criação da Santa Casa de Vitória (Espírito Santo), de São Paulo, de João Pessoa, de Campos e de S. Luís. Neste caso, aponta a referida autora¹³ que o “Padre António Vieira e os jesuítas, enviados em missão evangélica à cidade de São Luís, não mediram esforços para a criação do Hospital da Caridade e da Irmandade”.

Os exemplos anteriores, sugerem como a criação destas primeiras Irmandades estiveram ligadas ao esforço de povoadores (capitães e outros donatários) e de clérigos, muitos deles da Ordem de Jesus, que se esforçaram por implantar no Brasil as instituições de assistência que seguiam o modelo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a qual servia de exemplo na sua organização e privilégios. Há medida, porém, que a Irmandade se foi generalizando, estas foram sendo criadas por iniciativa de particulares, comerciantes, médicos, militares, magistrados e outros, e as suas doações destinadas à criação de hospitais de caridade, de asilos para recolha de doentes e de indigentes, de idosos e de crianças desprotegidas.

A este respeito, cada uma destas instituições tem uma história diferente, sendo que, na vida destas instituições, momentos houve que coincidiram com épocas de crise, tal como a que coincidiu com a ocupação holandesa ou com outros acidentes militares, internos ou internacionais. Daqui resultou a perda de documentação, a extinção de irmandades, a transferência da sede ou até o desenvolvimento de outras actividades que permitem o seu funcionamento actual e a recolha de fundos a sua subsistência. É o que nos relata levantamento de Yara Khoury, o qual permite ainda destacar:

- o impulso registado nas primeiras décadas após a fundação da Irmandade, em Lisboa, que levou à criação de oito instituições no Brasil, entre 1539 e 1585;
- a redução desse movimento durante o domínio Filipino, uma vez que, apenas entre 1622 e 1650, foram criadas duas Irmandades no Brasil;
- a lenta progressão deste processo de criação após a Restauração, dado que entre 1650 e 1730 não há referência à criação de qualquer Irmandade, o que só acontece entre 1730 e 1822, com a fundação de dez novas Santas Casas.

Só após a independência do Brasil é que o movimento de criação de novas Irmandades ganha um extraordinário incremento, registando-se, durante o século XIX:

¹² KHOURY, 2004: I, 260.

¹³ KHOURY, 2004: I, 167.

- entre 1825 e 1850, a criação de dezasseis Irmandades;
- entre 1852 e 1900, a criação de setenta e cinco novas instituições.

Este movimento progride durante o século XX, tendo-se verificado:

- entre 1901 e 1924, a criação de quase nove dezenas de Irmandades, valor quase idêntico ao registado entre 1926 e 1950;
- entre 1951 e 1974, a criação de mais de uma centena de Irmandades;
- depois de 1975 e entre esta data e 1998, foram ainda criadas 31 Irmandades.

Primeiramente fundadas ao longo da costa e do litoral, estas Irmandades foram-se expandindo para o interior à medida que progrediu o povoamento do planalto e do sertão, espalhando-se ao longo dos cursos de água e dos entrepostos comerciais aí criados. Finalmente difundiram-se por entre o tecido urbano brasileiro constituído pelas vilas e cidades de maiores dimensões, acompanhando a evolução das colónias de portugueses e dos seus descendentes, em locais carenciados de cuidados de saúde e de assistência física e moral das populações.

O desempenho destas Irmandades, dentro e fora do Reino, pode ser apreciada num discurso de Almeida Garrett: “Temos em Portugal uma instituição que nos honra (...), que nasceu com a monarchia (...), que a acompanhou por todas as partes do mundo, que a seguiu aos mais remotos confins do globo, onde ella foi levar a cruz e a civilização, o evangelho e o commercio, a liberdade e as suas colónias. Em nenhum paiz da terra há instituição philantrópica superior nem igual!”¹⁴.

EMIGRANTES

As referências anteriores ganham algum significado se atendermos aos dados da emigração portuguesa registados para este país. Assim se tivermos em conta os valores apontados por V. M. Godinho¹⁵ relacionados com as perdas da população portuguesa, associada às preferências da população portuguesa pelo Brasil, temos o panorama seguinte:

- desde o século XVI, que o Brasil atraía colonos de origem portuguesa, que durante o século seguinte, até à Restauração, se repartiam igualmente por Castela e pelo império espanhol;
- depois da Restauração e antes do ‘rush’ mineiro do século XVIII, este movimento de saída é particularmente registado nos portos de Viana do Castelo, Porto e Lisboa, com destino a Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro, com cerca de dois milhares de emigrantes anuais.

¹⁴ Discurso proferido na Câmara dos Pares em 10 de Fevereiro de 1854. Diário n.º 86. Discursos, p. 220 (MARTINS, 1998).

¹⁵ GODINHO, 1978: 8-9.

Este registo permitiu a este autor¹⁶, estimar as seguintes perdas da população portuguesa:

- de 1500 a 1580, cerca de 280 000 indivíduos;
- entre 1580 e 1640, entre 300 000 e 360 000;
- entre 1640 e 1700, cerca de 150 000;
- entre 1700 e 1760, esse valor aumenta para mais de meio milhão, talvez 600 000.

Estes últimos valores estão associados à cultura da cana do açúcar, à exploração mineira e durante o século XIX, à cultura do café e à progressiva dificuldade de recrutamento da população negra, a partir de meados de Oitocentos, a que sucedeu a supressão da escravatura. Estas razões associadas ao incremento da navegação a vapor e dos transportes oceânicos, dos finais desse século, permitiram um aumento de saídas, da ordem das três centenas de milhar entre 1820 e 1890 e de cerca de duas centenas de milhar, na década de 1891 a 1900.

Já durante o século XX, quase meio milhão de portugueses saíram para o Brasil desde o início do século até ao início da I Guerra Mundial, representando quase 90% da emigração portuguesa durante esse período; mais de 200 000 voltaram a fazê-lo após o termo desse conflito armado e até ao início da crise económica dos anos trinta; quase 90 000, entre 1931 e 1940, valor que voltou a aumentar durante os primeiros anos da segunda metade de Novecentos, até 1963, data em que as saídas para o Brasil foram definitivamente ultrapassadas pela emigração transoceânica, em queda desde então.

Com as reservas inerentes a este tipo de estimativa, bem como tendo presente a diversidade de destinos desta população, importa salientar que a dimensão de saídas e a sua preferência por aqueles portos justifica a criação das primeiras Irmandades nesses Estados e nos que atraíram maior número de portugueses nas plantações, na exploração do sertão, na exploração mineira, no comércio ou já na administração.

Importa ainda salientar que aos valores relacionados com as saídas de portugueses, uns a partir dos portos do reino de Portugal, outros do reino de Castela, se devem juntar os dados relacionados com o tráfico negreiro, a partir das costas de África, garantindo uma mão de obra escrava necessária à expansão das culturas do algodão, do açúcar e do café, conforme os ciclos da economia brasileira.

Temos presente a situação registada depois da fuga da família real para o Brasil (1808), da independência deste país (1822) ou da abolição da escravatura (1888), que conduziu a uma intensificação das saídas de portugueses para este país, fenómeno que perdurou até meados da segunda década do século XX. Posteriormente regista-se um novo ciclo, com o decréscimo destas saídas a partir de meados desse século, quando a grande corrente emigratória, de carácter

¹⁶ GODINHO, 1978: 8-9.

transoceânico, foi substituída, a partir do início dos anos sessenta, pela emigração intra-europeia.

No que respeita a emigração transoceânica, esta reduz-se às áreas mais densamente povoadas do norte e do centro do país, as que então apresentavam maior densidade demográfica, ou mesmo nas ilhas dos Açores e da Madeira, e testemunham a tradição deste movimento no Minho e em Trás-os-Montes, nas Beiras ou mesmo no Algarve, à data os primeiros centros de recrutamento desta população emigrante. Esta tendência foi igualmente sentida em relação ao total de saídas uma vez que, entre 1950 e 1988, quase metade das saídas oficiais registadas no continente português foram provenientes dos distritos de: Porto, Aveiro, Viseu, Braga e Viana do Castelo e ainda dos Açores e da Madeira.

Não sendo necessário reter outros aspectos desse movimento é bom considerar o contributo desta população emigrante, senão como impulsionadores da criação das Santas Casas, pelo menos como beneficiários das mesmas. De facto, se é certo que o Brasil foi o "Eldorado, onde para achar ouro não há mais do que tocar naquelas praias abençoadas", como escreveu Alexandre Herculano, referindo-se aos muitos emigrantes portugueses que aí desembarcaram, temos igualmente conhecimento dos que lá viveram pobres e mendigos, sepultados por acção destas obras de caridade, a expensas destas Irmandades ou de outras instituições de solidariedade.

Essa a face negra da emigração portuguesa para o Brasil, que importava igualmente conhecer.

NOTA FINAL

Como estudo exploratório, o texto anterior pretende realçar a criação das Santas Casas de Misericórdia no Brasil, sugerindo a sua relação com o fenómeno da emigração portuguesa para aquele país, antes e depois da sua independência. Para tanto será necessário conhecer a história do povoamento geral deste território, bem como dos seus diversos Estados, bem como a evolução da população de origem portuguesa em diversas épocas da história deste país.

Se é certo que a criação destas Irmandades deveu-se primeiramente à acção da Igreja ou a outras iniciativas pessoais promovidas por capitães e donatários, num passado próximo, foram as elites locais, sustentadas pelo comércio, pelos serviços ao já por outras actividades económicas, que desempenharam uma função de realce na sua criação e expansão por todo o território brasileiro. Mais, ainda, elas terão influenciado diversos aspectos da vida e da sociedade brasileira, nomeadamente "o traçado urbano das cidades"¹⁷, devido à imposição da legislação eclesiástica, aos instrumentos do direito canónico e às exigências da própria confraria ou Irmandade.

¹⁷ KHOURY, 2004: 32.

Estas são algumas conclusões que se podem retirar do levantamento, em boa hora realizado pela professora Khoury, que se constitui como um excelente instrumento de trabalho para todos os que se vierem a interessar por esta temática e mesmo para os que se venham a debruçar sobre a origem e difusão de algumas instituições de origem portuguesa, tais como os municípios, as escolas, as associações e outras, neste país.

BIBLIOGRAFIA

- ARROTEIA, J. C., 1983 – *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*. Lisboa: I.C.L.P.
- ARROTEIA, Jorge, 1988 – “Aspects regionaux de l’émigration portugaise vers le Brésil au XIXème siècle”, in *Portugal-Brésil-France: Histoire et Culture*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, p. 41-55.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 2007 – *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ARROTEIA, Jorge; TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, 1984 – *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.
- GODINHO, Vitorino M., 1978 – “Lémigration portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde”. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*. Lisboa, 1-2, p. 5-32.
- KHOURY, Yara Aun, 2004 – *Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil*. São Paulo: EDIC, PUC, SP, Imprensa Oficial. 2 vols.
- LADAME, Paul, 1958 – *Le role des migrations dans le monde libre*. Genève: Librairie E. Droz/Paris, Librairie Minard.
- MARTINS, Oliveira, 1956 – *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães Editores.
- MARTINS, José V. P., 1998 – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa, Academia das Ciências.
- SERRÃO, J., 1976 – *Testemunhos da emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

ANEXO

**Cronologia da fundação de Santas Casas da Misericórdia no Brasil
(KHOURY, 2004)**

<i>Antes da Independência</i>		<i>Depois da Independência</i>		
<i>Período</i>	<i>Estado</i>	<i>Período</i>	<i>Estado</i>	
1539-1585	PE – 1	1826-1850	BA – 2	
	SP – 2		MG – 3	
	ES – 1		PR – 1	
	BA – 2		RJ – 4	
	RJ – 1		RS – 3	
	PB – 1		SP – 3	
1622-1650	MA – 1	1852-1900	MG – 19	
	PA – 1		PR – 1	
	MG – 1		RJ – 5	
	SC – 1		SP – 32	
	AL – 1		RS – 5	
	BA – 1		SC – 1	
	MG – 1		AL – 1	
	RG – 1		PE – 1	
	1803-1824		SP – 1	BA – 3
			MG – 1	CE – 1
RS – 1		AM – 1		
RJ – 1		MT – 1		
PI – 1				
ES – 1				
<i>Século XX</i>				
1921-1924	SP – 46	1926-1950	SP – 52	
	MG – 26		MG – 22	
	RS – 3		AL – 1	
	MS – 2		PR – 7	
	PR – 2		RJ – 1	
	BA – 5		ES – 2	
	RG – 1		BA – 3	
	AL – 2		MA – 1	
	PA – 1		RS – 1	
	CE – 1		GO – 3	
1951-1974	SP – 64	1975-1998	BA – 2	
	ES – 3		SP – 17	
	MG – 14		MG – 6	
	RS – 1		MS – 2	
	BA – 6		PR – 2	
	MS – 3		GO – 1	
	PR – 13		CE – 1	
MT – 1				

MIGRAÇÕES SOCIAIS, TRANSMIGRAÇÕES POLÍTICAS E RECEPTIVIDADE IMIGRACIONAL

José Jobson de Andrade Arruda

Os deslocamentos populacionais massivos tem sido, ao longo da história da humanidade, uma de suas principais *driving forces*. Por isso mesmo, o fenômeno migratório preenche integralmente os requisitos de um fato social total, na conceituação dos sociólogos, que o historiador François Hartog, invocando Pierre Nora, denomina evento monstro¹, acontecimento de grande significado, cuja compreensão exige um referencial muito mais complexo do que aqueles providos por uma confraria de especialistas. Naturalmente, os motivos que embasam esses movimentos populacionais são historicamente referenciados e as possibilidades dessas transmigrações são tributárias do desenvolvimento das tecnologias de comunicações e de transportes, que oferecem os meios para a realização das viagens, viabilizando o conhecimento de outras terras, alimentando o sonho de se construir um novo destino. Em termos gerais, é possível admitir que os fluxos migratórios tendem a desconstruir as tensões sociais nos países de origem, na medida em que se exportam contingentes ponderáveis de indivíduos incapazes de garantir seus meios de sobrevivência, e tendem, por outro lado, a acentuar as tensões nas sociedades receptoras ao entrarem em competição direta com as populações autóctones por espaço no mercado de trabalho.

Desde as grandes travessias oceânicas, pelo menos, a reaglutinação *offshore* de amplos contingentes populacionais provocou impactos de forte intensidade nas diversas sociedades envolvidas, mormente nas receptoras que são impelidas a conviver com culturas diversas e equacionar os problemas advindos da proximidade imposta pela presença estrangeira. Se a condição de estrangeiro é especialmente dolorosa, para os nacionais, a aceitação do estranho impõe desafios ponderáveis. As volumosas movimentações de pessoas entre continentes passam a ser a regra com o advento da Época Moderna, como condição mesma do empreendimento colonizador. A partir do século 19, dirigiram-se, normalmente, para países politicamente autônomos e economicamente dinâmicos; do lado dos migrantes, o impulso de mudança tinha como companhia o desejo de se construir uma vida mais digna em outras plagas e a crença na sua exequibilidade, a tal ponto que não hesitaram em romper com as suas raízes.

A profundidade desses processos sociais, tanto objetivos quanto subjetivos, construiu todo um novo campo de estudos voltados para o entendimento desse

fenômeno de massas, levando à criação de noções que pudessem conter as particularidades de que se revestia. As categorias de assimilação e de integração social são noções especificamente orientadas para a compreensão do encontro entre populações e culturas diferentes postas em relação, para o qual o fenômeno migratório é exemplar. A despeito do caráter correlato entre as duas categorias analíticas, elas acentuam faces diversas do fenômeno. A noção de *integração* social volta-se para o entendimento das formas de participação dos imigrados, particularmente nas esferas econômicas e políticas da sociedade de acolhimento, pressupondo a aceitação da diversidade cultural dos recém-chegados, e a consequente extensão aos egressos dos direitos de cidadania, designando a forma pela qual elementos sociais dissemelhantes constituem unidades estanques no âmbito de um conjunto social mais amplo.² A de *assimilação*, por seu turno, privilegia as modalidades de inserção cultural, processo pelo qual um grupo social ou étnico limitado e posicionado em situação de inferioridade, numérica ou econômica – ou ambas – assume o sistema de valores e modelos comportamentais da sociedade em que busca se inserir³, geralmente precedido por um estágio preliminar de acomodação, facilitadora da assimilação “na medida em que o imigrante aceita os símbolos exteriores da nova cultura⁴, pois, caso contrário, poderá haver recusa da assimilação em favor da preservação de valores identitários originais. A primeira visa à funcionalidade das partes heterogêneas em contato; a segunda pressupõe considerar a participação ativa do estrangeiro, de sua contribuição na modelagem das novas formas de convívio e da cultura.

Para além do problema a ser considerado, a maneira pela qual os intelectuais dos países que abrigaram correntes migratórias trataram do fenômeno, expõe a particularidade da recepção dos recém-chegados em cada sociedade de acolhimento. No Brasil, desde a obra clássica, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, publicada em 1933, a importância das culturas africanas na formação do Brasil ficou assentada e, a partir de então, não se pode mais desconsiderar a presença indelével dos escravos na construção da nossa cultura. Por isso, o autor utiliza-se do conceito de assimilação para revelar a participação ativa dos africanos no tecido cultural. Já nos Estados Unidos, o mesmo problema foi enfocado a partir da categoria de integração social, a exemplo das pesquisas desenvolvidas pela chamada *Escola de Chicago*⁵, voltadas para o tratamento dos modos de ajustamento do estrangeiro no novo meio. Não por casualidade, Freyre havia se formado no ambiente acadêmico norte-americano, e tinha sido aluno do culturalista Franz Boas. Quando nos inícios dos anos 1960, o sociólogo Florestan Fernandes criticou as teses freyrianas, em *A integração do negro na sociedade de classes*, utilizou-se da categoria de integração social, em evidente inspiração nos estudos

¹ HARTOG, 2003: 217.

² Cf. verbete INTEGRAÇÃO, THINES *et al*, 1974: 92.

³ Cf. verbete ASSIMILAÇÃO, THINES *et al*, 1974.

⁴ PIERSON, s.d.: 206.

⁵ Sobre a escola de Chicago e outros estudos de integração, cf. EUFRÁSIO, 1999.

norte-americanos, para revelar a marginalização a que os egressos da escravidão foram relegados após a abolição, cujos efeitos se aprofundaram no curso da modernização brasileira, sendo capaz, inclusive, de comprometê-la.

De forma geral, os estudos sobre os movimentos populacionais tenderam a tratar ou de processos gerais, ou de fenômenos particulares deles advindos. Não tem sido comum sua análise a partir de situações históricas particulares, como a ocorrida por ocasião da viagem da Família Real portuguesa para o Brasil. *Pari passu* ao caráter inusitado do acontecimento, a monarquia portuguesa foi obrigada a enfrentar grandes desafios, como o de reconstituir as instituições do Estado e organizar o exercício do poder em um contexto que, não obstante originário dos mesmos princípios doutrinários e culturais, discrepava da própria matriz por sua ambientação colonial.

Uma terceira via de considerações remete às condições prodigalizadas pela recepção política, isto é, das condições geradas por conjunturas históricas específicas capazes de criar um clima extremamente propício aos desejosos de imigrar. Se os ambientes históricos convulsionados por situações extremas, a exemplo dos regimes adversos ou autoritários, produzem forte estímulo ao elã imigracionista, a existência de regimes acolhedores, apaziguados, funcionam como elementos de atração, mormente se tais regimes instalados no ultramar pertencem à própria tradição política e histórica com os quais os imigrantes estão familiarizados e guardam, portanto, uma acolhedora relação de confiança.

É exatamente este tipo de reflexão que a transmigração da Corte portuguesa para o Brasil propicia aos estudiosos da imigração, evento histórico de alta significação simbólica, cujo bicentenário repõe problemáticas naturalizadas pela tradição historiográfica. Em que medida a existência de um governo de legítima extração portuguesa deve ser considerado relevante no fluxo migratório luso para o Brasil, imediatamente após a instalação da Corte no Rio de Janeiro e sua consequente transformação em sede efetiva do transcontinental império português? E, complementarmente, qual o significado dessa presença na intensificação desse movimento no transcorrer do século 19, pelo menos até a queda do Império em 1889, e os possíveis reflexos do encerramento da era bragantina no país com a instalação do regime republicano sobre o caudal migratório para o Brasil? Em suma, trata-se de aquilatar o papel desempenhado pelos fatores estritamente políticos nos contextos migratórios, uma face do processo secundarizada pela longa hegemonia semissecular das motivações econômico-sociais.

A prova ruidosa, mais consistente, seria estabelecer uma relação direta entre a vinda da Família Real e o crescimento da chegada de portugueses num ritmo persistente ao longo do século 19, fácil de ser comprovada pelos indicadores que demonstram ser o Brasil o destino de eleição dos portugueses imigrados, entre 1808 e 1889⁶, argumento que pode ser retificado em parte pela necessária inclu-

⁶ O número de imigrantes portugueses entre 1885 e 1889 somou 267 470, não havendo estatísticas estabelecidas para o período 1808-1855.

são de uma miríade de fatores outros que, obrigatoriamente, devem ser agregados à explicação geral, a exemplo da atração exercida pela dinamização das atividades econômicas conectadas à expansão cafeeira. Prova indireta, aparentemente menos consistente, mas específica para a natureza política da explicação, é o cotejo entre as experiências históricas das monarquias ibéricas, no espaço americano, por envolver um exercício de história comparativa balizada numa delimitação espacial e temporal apropriada, um recurso cada vez mais utilizado pelos especialistas, dada a multiplicidade dos recortes historiográficos.

É por via destes enquadramentos da conjuntura política e econômica mundial que se pode entrever a cadeia de eventos que conformam um dos acontecimentos da mais alta significação histórica, ocorrido neste período em que praticamente não há fatos de baixa significação. A transmigração da Corte portuguesa para um dos extremos de seu Império é um fato marcante na história da civilização ocidental: único em sua densidade específica.

Neste senso, impõe-se a retomada das razões objetivas a partir das quais busca-se explicar a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, mudança forçada, tanto quanto foi compulsória a transposição de cinco milhões de africanos para a terra *brasilis*. Independentemente do número de indivíduos que compuseram o séquito cortesão, se foram dez ou 15 mil, trata-se de evento sem paralelo na história da humanidade: a totalidade do aparato burocrático e administrativo de um Estado transladar-se através do oceano para outro continente, levando consigo todo o arsenal necessário ao exercício do poder, que nem de longe se pode comparar a todos os deslocamentos provocados pela avalanche napoleônica. Basta relembra o que Oliveira Lima, de maneira precursora, chamou de cortes em fuga:

“extraordinário espetáculo: o rei da Hespanha mendigando em solo francês a proteção de Napoleão; o rei da Prússia foragido da sua capital ocupada pelos soldados franceses; o Stathouder, quase rei da Holanda, refugiado em Londres; o rei das Duas Sicílias exilado na sua linda Nápoles; as dinastias da Toscana e Parma, errantes; o rei do Piemonte reduzido à mesquinha corte de Cagliari, que o gênio de publicista do seu embaixador na Rússia, Joseph de Maistre, bastava entretanto para tornar famosa; o Doge e os X enxotados do tablado político; o czar celebrando entrevistas e jurando amizade para se segurar em Petersburgo; a Escandinávia prestes a implorar um herdeiro dentre os marechais de Bonaparte; o imperador do Sacro Império e o próprio Pontífice Romano obrigado de quando em vez a desamparar seus tronos que se diziam eternos e intangíveis”⁷.

Todas estas evasões tem em comum o fato de serem historicamente depressivas. Nenhuma foi capaz de arregimentar uma nação; fundar um Estado; preservar o regime monárquico; lastrear um Império em terras tropicais, fustigadas pelos ventos do republicanismo que exercia enorme fascínio sobre as elites

⁷ LIMA, 1996: 149.

intelectualizadas nos espaços recentemente descolonizados. Também aos espanhóis ocorreu a mesma alternativa à submissão inglória a Napoleão, ao aventarem a hipótese de se transladar ao México, mas cujo projeto ficou apenas nas intenções, nos sonhos, sem condições de se viabilizar⁸.

É de vital importância, portanto, que sejamos capazes de inquirir motivações mais profundas da epopéia portuguesa, até aqui atrelada de modo quase absoluto ao torvelinho político gerado pelo furacão napoleônico, uma naturalização das explicações históricas assumidas sem crítica pela quase totalidade dos numerosos textos produzidos por ocasião das celebrações do bicentenário, com raras exceções, sob o império da modalidade do fazer histórico dominante, o privilegiamento do *como*, da descrição, da narração, em desfavor do *porquê*, da busca dos nexos causais, das razões mais profundas que alicerçam a modalidade histórica compreensiva⁹.

Quando afirmamos que houve naturalização das interpretações, é porque em nenhum momento a explicação francesa foi questionada, o papel desempenhado pelo curso posto em xeque, numa evidente mitificação do fenômeno Napoleão. Isto talvez se explique pelas novas faturas da história colocadas diante da argúcia do historiador. A disposição para investigar aquilo que parece efetivamente promissor em matéria de construção histórica, ou seja, a história artefato produzida pela artesanania da nova história cultural: usos, costumes, gestos, práticas, cotidianos, vestuário, mobiliário, habitação, alimentação, arte, música, teatro, imprensa, recepção cultural, imaginários. Mas uma razão não menos importante deve ser debitada na conta do interesse midiático, a sujeição temática ao cardápio de suas preferências, sobretudo imagens facilmente apropriáveis e plenamente receptivas à massa de consumidores, em sua forma falada, escrita ou televisiva. Nem mesmo a comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil mereceu cobertura tão intensa e diversificada. A tal ponto que historiadores do porte de Evaldo Cabral de Mello atacaram a importância do evento, considerando-o uma “armação de carioca”¹⁰, mas que efetivamente acabou por produzir, em nossa opinião, um excelente trabalho de mobilização da pesquisa histórica, destinada a mover o interesse de milhões de brasileiros para este evento histórico singular.

Um verdadeiro frenesi de lançamentos apossou-se das editoras, o que revela a alta receptividade por parte do mercado e a conseqüente elevação dos temas históricos, sobretudo aqueles enredados nas comemorações, à categoria de temas preferidos pela indústria cultural. Somente assim se pode explicar por que o livro de um jornalista, que jamais havia escrito um livro de história, que não é historiador de profissão, tenha conseguido o prodígio de vender mais de

⁸ Projeto inconcluso elaborado por Carlos IV e seu herdeiro, futuro Fernando VII, que pretendiam transferir-se ao México.

⁹ ARRUDA, 1998.

¹⁰ “Essa história de comemoração da vinda da corte ao Brasil é armação de carioca para promover o Rio de Janeiro” (“O primeiro ano do resto de nossas vidas”. *FOLHA de S. Paulo*, 25 nov. 2007, p. 4).

200 mil exemplares da obra *1808*, com o subtítulo altamente apelativo – *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil* –, evidente arremedo de verdade histórica¹¹.

Autores e livros de oportunidades que, como toda regra, têm sua exceção, e que pode ser exemplificada pelo também jornalista, nascido na Austrália, ambientado no Brasil, que elegeu a epopéia portuguesa para escrever seu primeiro livro, mas que o fez com propriedade, alicerçando suas reflexões com referências documentais consistentes, fruto de pesquisa nas bibliotecas e nos arquivos nacionais e estrangeiros. Deve-se a seu tino a localização do documento mais instigante entre tantos outros que foram revelados nessa cruzada em favor da História brasileira em seu nascedouro. Referimo-nos ao documento localizado na *British Library Manuscripts Room*, que trata do projeto inglês de ocupar militarmente o Rio de Janeiro, elaborado entre 1805 e 1806, portanto, antes do agravamento das tensões que levaram D. João a se decidir por deixar Portugal¹².

Se o descobrimento do Brasil foi intensamente comemorado pelos portugueses, traduzido em farta publicação de títulos absolutamente relevantes que ressignificaram a compreensão da expansão portuguesa nos séculos 15 e 16, resultado do programa estratégico para as comemorações elaborado pela Comissão especialmente criada para este fim¹³, as publicações sobre a vinda da Família Real foram, compreensivelmente, parcas, pois se trata da história de uma perda irreparável, de uma efetiva mutilação do Império. Isto explica porque, no que diz respeito à conexão Brasil, os lançamentos de maior relevo foram as biografias de D. João VI e D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil)¹⁴. O foco privilegiado de atenção continua sendo as guerras peninsulares, estas, sim, objeto de uma pletora de lançamentos editoriais em Portugal¹⁵, imersa num minucioso detalhamento da grande guerra, finalmente vencida por Portugal contra os exércitos napoleônicos considerados imbatíveis, mesmo que para tanto a contribuição dos ingleses tenha sido essencial, fruto também do encapsulamento intelectual e cultural que, durante séculos, a cultura francesa exerceu sobre Portugal.

Em nossa perspectiva, a transferência da sede do Império português para o Rio de Janeiro, na forma do deslocamento da Corte e todo seu aparato institucional, foi um projeto longamente acalentado pela inteligência britânica, encastelada no Foreign Office, com a finalidade de estabelecer uma ligação direta

¹¹ GOMES, 2007.

¹² WILCKEN, 2005.

¹³ Sobre a comparação entre o projeto português *vis-à-vis* o projeto brasileiro sobre a comemoração do descobrimento do Brasil, ver ARRUDA, 1999.

¹⁴ PEDREIRA *et al*, 2008; SANTOS, 2006; MARROCOS, 2008; MARTINS, 2007.

¹⁵ VICENTE, 2006; VENTURA *et al*, 2007; SOUSA, 2007; *GUERRA Peninsular*, 2005; CENTENO, 2008: vol. I.

com a rica colônia portuguesa, eliminando o papel de intermediário exercido pelos portos portugueses. A consciência dessa necessidade foi lentamente se formando a partir de um momento simbólico, o ano de 1776, que marca, ao mesmo tempo, a perda da riquíssima colônia norte-americana e a primeira vez em que a Balança Comercial britânica se torna deficitária em relação a Portugal, exigindo, para reequilibrá-la, a remessa de moedas de ouro, durante todo o quinquênio que medeia entre 1776 e 1780. Era o sinal de que a política de fomento manufatureiro pombalina dava seus primeiros resultados, o que levou os ingleses a solicitar dos portugueses uma compensação na forma de concessão do porto de Santa Catarina, na costa brasileira, como porto aberto aos ingleses. Os ingleses acusaram o golpe, mas o consideraram passageiro, sobretudo porque suas necessidades financeiras não tinham a gravidade de que viriam a se revestir anos mais tarde. Mas a inversão da Balança Comercial voltou a se repetir no quinquênio 1791-1795, conforme se depreende da tabela elaborada por Sandro Sideri¹⁶. Dessa feita, o golpe foi expressivamente registrado por Robert Walpole que, em carta dirigida a lorde Greenville, em 12 de outubro de 1791, diz que o fato deveria ser olhado como “a kind of phenomenon”, ou seja, algo que, aparentemente, não tinha explicação natural. Depois de um reequilíbrio momentâneo, a Balança voltou a registrar *deficits* brutais entre 1801-1805, e consideráveis entre 1805 e 1810. Nesses momentos, as moedas portuguesas cunhadas com ouro do Brasil, e trazendo a efígie de D. João IV, passaram a retornar aos cofres portugueses, peças de ouro que as minas brasileiras produziram, e o novo produto rei na pauta de exportação, trazia de volta a Portugal: o algodão.

Quais eram as razões estruturais de tal inversão? Sem dúvida, o fenômeno constatado pelos ingleses estava no Brasil. No novo padrão de acumulação resultante das reformas pombalinas, que estimulava a diversificação da produção agrícola e pastoril da colônia, fornecedora de alimentos, matérias-primas, além dos tradicionais produtos tropicais de reexportação. As matérias-primas produzidas na colônia passaram a ter um lugar de destaque no concerto internacional em tempos de revolução industrial. O algodão, especialmente, alimentava as nascentes manufaturas têxteis portuguesas, supria a necessidade da emergente indústria francesa, bem como da indústria inglesa, cujos fornecedores norte-americanos estavam temporariamente bloqueados pelas guerras de independência.

Era a colônia brasileira que criava as condições para o *superavit* da balança comercial portuguesa em relação à Inglaterra. Nestes termos, assumir o controle direto desta colônia anularia os *superavits* comerciais portugueses, ampliaria sua fonte de suprimento de algodão, abriria o mercado brasileiro para as manufaturas têxteis inglesas, entorpeceria o desenvolvimento das manufaturas portuguesas, aniquilaria a indústria francesa, razões mais do que suficientes para a adoção de medidas agressivas, rompendo a secular aliança com os por-

¹⁶ SIDERI, 1970: 332.

tugueses. A primeira manifestação da nova política imperialista assumida pelos britânicos, enquadrada nos ditames do imperialismo do comércio livre, que buscava o domínio informal das economias periféricas, foi o estímulo desabrido ao contrabando, uma forma de guerra comercial bem conhecida, praticada sistematicamente nos quadros do mercantilismo quando, não tendo colônias produtoras de riquezas significativas, sobretudo metais preciosos, os ingleses formalizaram a pirataria corsária, uma maneira de se apropriar das riquezas coloniais que cruzavam os oceanos. A agressividade do comércio de contrabando cresce a partir de 1791 – ano da segunda inversão da balança comercial –, quando a presença registrada de navios estrangeiros ampliam-se na barra do Rio de Janeiro, chegando ao ápice em 1800, quando 70 navios são registrados no porto, exatamente o mesmo número de navios aí estacionados em 1808, quando foram declarados abertos os portos brasileiros. Isto significa que, de fato, a partir de 1800, os portos brasileiros estão de fato abertos pela agressiva ação inglesa, facilitada pela conivência das autoridades coloniais. Mercadorias inglesas eram trocadas por ouro em pó, em barra, e até mesmo mercadorias coloniais, a exemplo do cacau¹⁷.

A pressão via contrabando era, contudo, uma medida paliativa. Era a forma indireta de agir sem romper abertamente com o tradicional aliado. A forma direta, a tomada militar da colônia, não estava fora da cogitação dos governantes ingleses. Entre 1805 e 1806, um plano secreto de ocupação militar do Rio de Janeiro foi urdido pelas autoridades britânicas. Na hipótese de Portugal cair sob dominação napoleônica, uma esquadra com dez mil infantes deveria dirigir-se ao Rio de Janeiro e tomar posse do lugar de surpresa. Em caso de resistência, o alvo seria Salvador, na Bahia e, alternativamente, Santa Catarina, cidades que teriam o mesmo destino reservado a Goa, Macau e Madeira. Planos que não foram postos em execução por conta da política procrastinadora de D. João, que levou os ingleses a adiarem sua execução até que, no final de 1807, quando a pressão napoleônica se avolumava sobre Portugal, os ingleses assinaram com os portugueses a Convenção Secreta de Londres, de 22 de outubro de 1807, portanto, apenas 38 dias antes do embarque da Família Real. Essa Convenção, assinada pelo plenipotenciário português, Domingos de Sousa Coutinho, e pelo Secretário de Estado inglês, George Canning, pré-escreve a história futura de Portugal e Brasil: o deslocamento da Corte; a abertura dos portos e os Tratados Comerciais de 1810. Concessões de tal ordem foram feitas que atentavam contra a soberania do Império, pois, no fundo, os ingleses se comprometiam com a preservação da dinastia dos Braganças no trono português, recebendo como moeda de troca a supremacia sobre a desejada colônia brasileira.

Com a abertura dos portos, a Inglaterra assegurava direitos preferenciais sobre o Brasil. Passava a ser seu principal parceiro comercial em substituição a Portugal, alcançando *superavits* constantes havidos enquanto colônia de Por-

¹⁷ PIJNING, 1997: 82.

tugal. Sequiosa pelo algodão brasileiro, a matéria-prima representava 60,7% de todas as exportações brasileiras para a Inglaterra, ao mesmo tempo em que passava o Brasil a importar 66,3% em manufaturas têxteis de algodão, no conjunto de todas as importações que realizava da Inglaterra. A partir de 1800, as manufaturas provenientes das fábricas portuguesas, que tinham mercado cativo no Brasil, passaram por drástica redução, demonstrando que a ação via contrabando tinha atingido sua finalidade, abrindo o mercado colonial para as manufaturas inglesas. O impacto sobre as novas indústrias francesas criadas sob estímulo napoleônico foi devastador. A França não tinha a matéria-prima fundamental: o algodão. Dependia do algodão brasileiro que entrava na França através de Portugal. A participação francesa na recepção de produtos coloniais brasileiros cresceu exponencialmente a partir de 1801, chegando ao clímax em 1807-1808, quando 77,87% de todos os produtos brasileiros exportados eram consumidos pela França, dos quais 50% eram algodão e outros 19,2% couros. O estancamento do fluxo de algodão em rama provoca o colapso das indústrias francesas, havendo cidades industriais, como Troyes, onde o número de desempregados ultrapassava a casa dos dez mil, crise esta que levou Napoleão a lamentar o fato de ter investido indústrias para as quais não produzia, em seu próprio território, a matéria-prima fundamental.

O projeto urdido pelo Foreign Office alcançou plenamente seus objetivos. A colônia brasileira tornou-se efetivamente uma colônia inglesa, donde concluiu-se que os motivos estruturais da transferência da Corte estão assentes nos seus interesses e que, portanto, os franceses tiveram um papel circunstancial e até autodestrutivo, pois, se a pressão sobre Portugal decidiu os portugueses em favor dos ingleses, o resultado foi o asfixiamento da indústria francesa pela carência de matéria-prima. D. João diligenciou para que as perdas fossem as menores possíveis. Se enfrentasse Napoleão, perderia o Reino; se aderisse ao corso, perderia a colônia. Sua opção garantiu-lhe a preservação do Reino e, acima de tudo, a continuidade dinástica dos Braganças, tanto em Portugal quanto na colônia, ao se tornar um Estado independente. Para os ingleses, tanto se lhes dava se a colônia adquirisse sua emancipação sob regime monárquico ou liberal republicano, pois, de qualquer forma, seu interesse era a exploração indireta das novas nações independentes, livrando-se do ônus do domínio direto, preservando-se as vantagens da dominação econômica e financeira indireta, ainda mais se uma certa formalidade fosse possível, através de tratados comerciais vantajosos, como de fato se fez no Brasil.

Estamos diante, portanto, de uma situação absolutamente original. É o próprio Estado português que patrocina a transição do estatuto colonial rumo à condição de nação independente, responsabilizando-se, em larga medida, pela coesão interna que daria origem a um Estado de vastas proporções territoriais. São os próprios portugueses que emprestam aos brasileiros sua centenária tradição dinástica, que perdura até o final do século 19. Tal configuração política brasileira, nesse período, nada tem a ver com a intensificação da imigração portuguesa, sobretudo na segunda metade do século? Onde os novos chegados

identificavam o governo brasileiro como de legítima extração portuguesa? Talvez mesmo mais legítimo do que o regime dinástico bragantino retornado a Portugal, crispado por dissensões internas que culminaram em disputas fratricidas, cujo embate contribuiu para eclipsar a mística da monarquia, sua dimensão sobrenatural, e sobre quem pesava o fardo oneroso de ter perdido o Brasil.

Quando imigrantes portugueses conjeturavam sobre a possibilidade de se instalar no Brasil; quando as empresas de imigração organizavam seus pacotes de viagem; quando seus funcionários argumentavam com seus clientes, implícita ou explicitamente, o fato de o governo brasileiro ter raízes lusitanas deveria jogar um papel relevante. Se razões de vária natureza, sobejamente conhecidas, eram essenciais¹⁸, a existência de um legítimo governo português no exílio não era despidendo. D. Pedro II, que tinha todos os motivos para se considerar um autêntico soberano brasileiro, pois nascera e fora criado no Brasil, jamais fez oposição sistemática a Portugal. Se no Instituto Histórico e Geográfico, do qual era patrono, arquitetava-se a identidade nacional, buscando uma aproximação com a cultura francesa e o conseqüente distanciamento da influência portuguesa¹⁹, tratava-se de uma fratura de circulação restrita, tangenciando as camadas sociais superiores e, sobretudo, os circuitos eruditos, sem penetração nas camadas populares.

Um esforço comparativo em relação aos eventos concomitantes havidos na América espanhola pode dar solidez aos argumentos. Ao romper com a metrópole espanhola em batalhas sangrentas, romperam também a sensibilidade política, a solidariedade ao regime monárquico e aos próprios espanhóis, tomados como referência negativa no afã de construção da identidade nacional, uma cesura irreversível da noção de pertencimento ao mundo que os espanhóis haviam criado na América. Sentimento que não feneceu na centúria seguinte, e que refloresceu na oportunidade de comemoração do descobrimento da América em 1992, quando, em vários lugares, Cristóvão Colombo foi julgado e condenado à morte em efígie responsabilizado pelo genocídio dos ameríndios; congressos foram organizados para serem a antítese das comemorações, com sugestivos títulos: *Hacia los no descubrimientos*; recusas nem sempre polidas foram feitas por Estados latinos às solicitações espanholas para que participassem da grande EXPO-SEVILHA, caso dos mexicanos que pensaram na construção de um pavilhão em ferro, desmontável, para que nada ficasse no solo da ex-metrópole.

Exatamente o oposto do que se verificou nas comemorações relativas aos 500 anos do descobrimento do Brasil. As comemorações foram tranquilas, as resistências mínimas, considerando-se que os momentos de celebração fazem aflorar com mais intensidade as sensibilidades identitárias; Portugal e os portugueses não foram considerados inimigos, a comemoração foi apaziguada, quase

¹⁸ Sobre os motivos gerais do movimento de imigração no século 19, ARRUDA, 2007: 13-50.

¹⁹ GUIMARÃES, 1988.

naturalizada, sensação que teve Eduardo Lourenço quando se deparou com uma revista em quadrinhos em que um carioca típico observa a chegada da esquadra do descobrimento com sua tripulação engalanada e, simplesmente, observa: “Ah, é o Cabral”²⁰, como quem diz, é de casa, é da colônia! Este estado de espírito deve, e muito, à figura de D. João, que conduziu a transição política bem ao gosto da sociedade de acomodação, pensada por Gilberto Freyre. Criou condições para que o regime instituído por seu filho e seu neto pendesse mais para o liberal do que para o absoluto, em meio à maioria avassaladora de regimes liberais e republicanos dominantes na América Latina, uma sabedoria política que lhe permitiu esgueirar-se entre ingleses e franceses e, ao se decidir corretamente pela retirada rumo à colônia, preservou a mística da realeza, sem dúvida, um dos elementos estratégicos na explicação da longevidade do regime: 81 anos, se o demarcarmos a partir da instalação da Corte no Brasil.

Seria temerário pensar que a hostilidade aos espanhóis generalizada em toda a América Latina teria sido um fator limitativo para as emigrações rumo aos novos países do continente? Não teria sido esta uma das razões pelas quais os espanhóis tornaram-se o segundo contingente de emigrantes para o Brasil, superando mesmo os portugueses, considerando-se a periodicidade secular entre 1820 e 1920?²¹ Simples conjecturas, que a pesquisa empírica se incumbirá de reavaliar.

A transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil diferencia o processo migratório em relação ao momento imediatamente anterior, quando os deslocamentos populacionais enquadravam-se nos ditames da colonização regida pelo sistema colonial moderno, que dava aos portugueses privilégios exclusivos, bem como em relação aos processos coetâneos, na América e no mundo. A diferenciação, contudo, não ocorreu apenas em função de regramentos jurídicos em que tais deslocamentos estavam inseridos. Diferenciavam-se, também, em relação aos níveis sociais dos contingentes deslocados, figuras da elite metropolitana, não apenas despossuídos ou perseguidos, mas componentes de estratos sociais mais elevados, tanto do ponto de vista de sua formação educacional, quanto de suas posses materiais.

Pensando-se no significado mais amplo dessa presença, é possível dizer que o processo de acomodação social se acomodou, pois a instalação da Corte na colônia contribuiu de modo decisivo para arrefecer as tensões sociais internas, amenizando atritos e conflitos potenciais, típicos da presença em massa de estrangeiros em espaços forâneos, funcionando como uma espécie de amortecedor para os espasmos sociais provocados normalmente pelos fluxos migratórios nos pontos de chegada. Talvez seja esta a explicação para a existência de

²⁰ Conferência de Eduardo Lourenço na abertura do *Colóquio Internacional 200.º Aniversário da Chegada da Família Real portuguesa ao Brasil*, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, 26 maio 2008.

²¹ PEREIRA, 2002: 30, em que os espanhóis perfazem 1 388 881 imigrantes contra 1 055 254 portugueses.

um certo sentimento de naturalização, transmitido pela presença lusitana entre nós brasileiros, mesmo após a independência. Quem sabe esteja aí a razão pela qual a intelectualidade que enfrentou o problema de nossa formação social, a exemplo de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes tenham, com diferentes propósitos, partido da mesma premissa.

Gilberto Freyre, ao enfatizar em suas interpretações da cultura brasileira o conceito de *assimilação*, pensa o acentuado traço de miscibilidade inerente aos portugueses, responsável pela sua vasta capacidade de aglutinação étnica que, ao mesmo tempo, produz o que ele chamou de “nossa sociedade de acomodação”, nossa especial capacidade de harmonizar antagonismos. Daí derivam suas posições contrárias às correntes imigratórias oriundas de fora da península Ibérica. No livro *Interpretação do Brasil*, começa por afirmar “o Brasil necessita de imigrantes”, ponderando a seguir:

“mas, quer do ponto de vista político, quer do econômica e cultural, o mais acertado para o Brasil é admitir o maior número possível de imigrantes agrícolas procedentes de Portugal; estes e os espanhóis são o tipo de imigrantes de que o país necessita para base ou lastro de uma nova camada de imigração européia”²².

Já em Florestan Fernandes, a leitura de nosso processo de formação social, numa chave interpretativa mais propriamente sociológica do que antropológica, parte, paradoxalmente, da mesma vertente, ou seja, da naturalização da presença dos portugueses no Brasil, a despeito de trabalhar com a categoria de integração social, como fazia boa parte da intelectualidade norte-americana com que convivera, enfatizando a questão dos direitos, da criação da cidadania, que não se realizaria sem a inserção no mercado capitalista, caminho através do qual a integração dos negros em nossa sociedade, como nos Estados Unidos, seria possível e desejável. Florestan diz, explicitamente, que, no período em que as famílias dos fazendeiros começam a fixar residência em São Paulo e se acentuar a diferenciação do sistema econômico, o “liberto defrontou-se com a competição do imigrante europeu, que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente”. E mais, que

“quando se acelera o crescimento econômico nos fins do século XIX, todas as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbanos, eram monopolizadas pelos brancos e serviram como trampolim para as mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantam a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminado para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo, retirando dele proveitos personalizados, secundários e ocasionais”²³.

²² FREYRE, 1947: 256.

²³ FERNANDES, 1965: I, 4.

Mas, enquanto Gilberto pensa o Brasil a partir do Nordeste ou, no máximo, a partir do Rio de Janeiro, lugares onde a presença portuguesa sempre foi majoritária e emblemática, Florestan o faz a partir da experiência histórica de São Paulo, lugar onde a presença portuguesa estava diluída pelo arranque exponencial das migrações de outras extrações, especialmente de italianos, espanhóis, árabes e tantos outros, a quem ele atribuiu papel de importância fundamental no deslocamento dos negros e mulatos no mercado de trabalho em fase acelerada de expansão. A marginalidade social dos ex-escravos e seus descendentes aprofundam as tensões sociais no processo de criação da moderna sociedade brasileira. O viés interpretativo de Florestan, construído a partir de uma realidade moldada por levas de imigrantes não ibéricos, também é tributário de uma concepção forjada a partir do ponto de vista dos portugueses.

Efetivamente, os portugueses não podem ser excluídos da responsabilidade geral, outorgada aos imigrantes, pelo alijamento dos descendentes de escravos africanos do mercado de trabalho em expansão frenética no Estado de São Paulo, conforme se depreende do texto de Maria Izilda Santos de Matos, *Cotidiano e cultura*, que faz uma verdadeira crônica das inúmeras atividades às quais se dedicaram os imigrantes portugueses, especialmente na cidade de Santos, tanto homens quanto mulheres, atividades estas, em sua imensa maioria, que teriam sido canais naturais de penetração dos negros excluídos no mundo do trabalho²⁴. Os portugueses açambarcaram o setor de serviços urbanos (moteiros, cobradores, vigilantes, coletores, varredores, bombeiros, destacando-se na construção civil, imobiliária, ferroviária ou portuária, distinguindo-se como pedreiros, ajudantes, pintores, serralheiros, marceneiros, marmoristas, calceteiros, bem como no setor industrial nascente, caracterizando-se como mão-de-obra adequada às fiações, tecelagens e malharias, isto para não falar de sua presença no comércio ambulante e inúmeras outras atividades, praticamente dominando os transportes carreteiros e carroceiros, além do trabalho nos portos, como ensacadores e estivadores. O trabalho feminino, sobretudo, contou com a presença marcante das portuguesas costureiras, bordadeiras, tricoteiras, lavadeiras e engomadeiras, trabalho que as aproximava das funções domésticas, que iam da condição de amas a governantas²⁵, realidade esta que, por certo, não era desconhecida do mestre Florestan Fernandes, mas que foi por ele incluída no rol das atividades desenvolvidas por brasileiros ou, no máximo, por luso-brasileiros.

A questão fulcral que sobreleva as condições até aqui referidas, remete ao significado profundo da presença estabilizadora exercida pela monarquia portuguesa entre nós, um evento de natureza singular, unívoco, conjunturalmente definido, delimitado na média duração dos 13 anos – isto se pensarmos unicamente nos eventos que envolvem a temporalidade mudança/retorno, que medeia entre os anos 1808-1821 –, mas que produz impactos de longa duração

²⁴ MATOS, 2002: 74 e seguintes.

²⁵ SOUZA *et al*, 2008: 19-22.

ao criar um regime político estável, seguro, confiável para os residentes e para aqueles que aqui se dispusessem a viver, em larga medida o oposto das oscilações constantes dos regimes políticos latino-americanos, com suas conhecidas experiências caudilhescas, típicas de regimes políticos mal assentados, precariamente institucionalizados. Daqui resulta, possivelmente, a naturalização da imigração portuguesa, comumente desconsiderada como presença estrangeira, mesmo no contexto da nação constituída a partir dessa presença e que somente se poderia efetivas em oposição a ela.

Em suma, a questão que originalmente se pôs foi a de refletir sobre o peso da dimensão política em contextos migratórios, mobilizando-se a experiência brasileira *vis-à-vis* ao mundo americano criado pelos espanhóis, num contexto absolutamente único, mas que tem o poder de atrair luzes para um problema crucial, o da recepção imigracional em sua face política.

Inquestionavelmente, a continuidade política luso-brasileira no século 19 foi fator decisivo no estímulo à imigração portuguesa para o Brasil, contrariando os próprios desígnios do governo português que preferia ver seus cidadãos deslocando-se para os territórios coloniais africanos. Continuidade expressa em sua face monárquica, dinástica e imperial. Prioridade invertida, pois, em termos simbólicos, foi a tradição do Império que, por séculos, preencheu o imaginário político de gerações de portugueses, por todas as glórias alcançadas. Vasto império marítimo, de escala transcontinental, que sempre alumbrou os lusitanos com as promessas ilimitadas dos paraísos terreares e os fez sentirem-se, como bem lembrou Eduardo Lourenço, insulares em relação à Europa. A face monárquica, que precedeu ao Império, é propriamente a categoria chave no amplo espectro do universo imperial, mas que se transforma, no transcorrer do tempo, numa categoria subordinada, dada a densidade crescente da expressão imperial, mais elástica e inclusiva, sobretudo nos espaços da conquista que foram acrescentados ao arcabouço imperial. Tão que, se em Portugal a cúpula do poder é identificada ao monarca, ao Rei, no Brasil, está relacionada ao Império. D. Pedro e D. Pedro II são imperadores, não são vistos como reis. O Brasil se apresenta perante as demais nações – e assim é visto por elas – como Império do Brasil, e não como reino. E isto não se deveu ao fato de que o ato de ruptura simbólica que funda o Estado ter se revestido da mística de um ato de força, um ato militar às margens do Ipiranga, próprio da natureza política imperial, desde suas origens no poder excepcional concedido aos cônsules romanos em momentos extremos.

A tradição dinástica vem em segundo lugar e, no caso brasileiro, encerra uma contradição flagrante. De um lado, reforça o sentido de continuidade que adensa a legitimação do poder. Por outro, rememora as raízes lusitanas que se pretende nublar na invenção de uma nascente arquitetura política, o Estado brasileiro. Isto se a análise for encerrada na ótica da brasilidade, em construção, porque na perspectiva portuguesa, os Braganças que reinavam em Portugal imperavam também no Brasil. O Império que sempre incandescera o imaginário português sobrevivia no Brasil, forte e promissor, um verdadeiro Eldorado

para os açorianos, permanentemente atraídos pelo “Império do Brasil”, onde, “desde inícios da centúria, com a partida da Corte para o Brasil, esta colónia tornou-se um foco de atracção para inúmeros emigrantes continentais e insulares”, como apropriadamente observou Susana Serpa Silva²⁶.

A presença da dinastia bragantina entre nós foi, indiscutivelmente, um elemento central na determinação da preferência dos imigrantes portugueses pelo Brasil no transcorrer do século 19. Eles representariam um porcentual que oscilava entre 80 e 90% da totalidade das saídas lusas rumo ao estrangeiro, índices confirmados para o período posterior a 1855, quando tem início a era propriamente estatística da imigração portuguesa²⁷. Os números relativos ao período protoestatístico, entre 1808 e 1855, estão em processo de elaboração a partir do escrutínio sistemático dos passaportes expedidos, ambicioso projeto de pesquisa que vem sendo conduzido, a partir do CEPESE, pelo professor Fernando de Sousa e sua equipe, cujos porcentuais, entretanto, não seriam inferiores aos indicados para o período estatístico.

Se as provas quantitativas não desmentem a interpretação avançada nesta reflexão, os eventos históricos de alta significação ocorridos no final da centúria apontam na mesma direção. A massiva corrida imigracional portuguesa em direção ao Brasil atinge o pico em 1891, quando 32.349 portugueses entraram no país, recuando quase 50% no ano seguinte, firmando-se tendência descendente até 1900, exatamente o período em que chega ao fim a presença da dinastia bragantina entre nós, determinada pela proclamação da república e o exílio da família imperial²⁸, cuja consequência imediata é a quebra de confiança por parte dos imigrantes portugueses no regime político republicano instalado no país e o perverso desdobramento dos atos de rejeição aos portugueses, que se traduziram em atos de violência explícita. A acusação de que os portugueses haviam apoiado a Revolta da Armada contra o novo regime, ocorrida entre 1893 e 1894, levou à ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal, de março de 1893 a março de 1894, sinalizando o fim de uma era nas relações entre os dois países, configurando-se um longo período de transição que vai da chegada da Corte em 1808 ao exílio forçado de D. Pedro II, em 1889, com indiscutível repercussão sobre o movimento da imigração portuguesa em direção ao Brasil.

Em suma, a questão que originalmente se pôs foi a de refletir sobre o peso da dimensão política em contextos migratórios massivos, mobilizando-se a experiência histórica brasileira, *vis-à-vis* ao mundo criado pelos espanhóis no continente americano, num contexto absolutamente unívoco, mas que tem o poder de lançar algumas luzes sobre um problema crucial, o da recepção imigracional em sua face política.

²⁶ SILVA, 2004: 277.

²⁷ LEITE, 2000: 177-178.

²⁸ LEITE, 1987: 480.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, José Jobson de Andrade, 2007 – “A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (org.) – *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento; CEPESE/ FAPERJ, p. 13-50.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade, 1998 – “Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica”. *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 4, p. 29-42.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade, 1999 – *O trágico 5.º centenário do Brasil*. Bauru: EDUSC.
- CENTENO, João Torres, 2008 – *O exército português na guerra peninsular*. Lisboa: Prefácio. Vol. I.
- EUFRÁSIO, Mário, 1999 – *A estrutura urbana e a ecologia humana. A Escola Sociológica de Chicago*. São Paulo: Editora 34.
- FERNANDES, Florestan, 1965 – *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus Editora.
- FREYRE, Gilberto, 1947 – *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- GOMES, Laurentino, 2007 – *1808*. São Paulo: Planeta.
- GUERRA peninsular: novas interpretações, 2005*. Lisboa: Tribuna da História.
- GUIMARÃES, Manoel L. S., 1988 – “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, n.º 1.
- HARTOG, François, 2003 – *Régimes d’historicité. Presentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil.
- LEITE, Joaquim da Costa, 1987 – “Emigração portuguesa: a lei em números (1855-1914)”. *Análise Social*. Lisboa, n.º 97.
- LEITE, Joaquim da Costa, 2000 – “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1814)”, in FAUSTO, Boris (org.) – *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP.
- LIMA, Manuel de Oliveira, 1996 – *Dom João VI no Brasil*, 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks (1 ed. 1908).
- MARROCOS, Luis Joaquim dos Santos, 2008 – *Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- MARTINS, Ana Canas Delgado, 2007 – *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Ministério da Cultura; Torre do Tombo.
- MATOS, Maria Izilda Santos, 2002 – *Cotidiano e cultura. História, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC.
- PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores, 2008 – *D. João VI: um Príncipe entre dois continentes*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC, 2002.
- PIERSON, Donald, s.d. – *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- PIJNING, Ernst, 1997 – *Controlling contraband*. Baltimore.
- SANTOS, Eugénio dos, 2006 – *D. Pedro IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- SIDERI, Sandro, 1970 – *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SILVA, Susana Serpa, 2004 – “Emigração clandestina nas ilhas do Grupo Central em meados do século XIX”, in *Actas do III Colóquio o Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de (coord.), 2007 – *A guerra peninsular em Portugal. Relatos britânicos*. Lisboa: Caleidoscópio.

- SOUZA, Fernando; PEREIRA, Conceição Meireles, 2008 – “Introdução”, in *Os novos descobridores. Catálogo da Exposição realizada no Porto*. Porto: CEPES.
- THINES, G.; LEMPEREUR, Agnés, 1974 – *Dicionário Geral das Ciências Humanas*. Lisboa: Edições 70.
- VENTURA, António; SOUSA, Maria Leonor Machado de (coord.), 2007 – *Guerra peninsular: 200 anos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- VICENTE, António Pedro, 2006 – *Guerra peninsular 1801-1814*. Lisboa: QuidNovi.
- WILCKEN, Patrick, 2005 – *Império à deriva. A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva.

PORTUGUESES E A LUTA PELO ALARGAMENTO DE DIREITOS E PELA CIDADANIA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Gladys Sabina Ribeiro

A constituição da cidadania no Brasil não pode ser identificada à construção da identidade nacional nem da nacionalidade e insere-se em um longo processo de construção do Estado nacional. O estudo seminal de Maria Odila forneceu-nos nova dimensão desse processo inicial, mostrando o quanto a historiografia estava equivocada ao situar o constitucionalismo e suas demandas em contexto que se remetia à luta entre a Metrópole e a Colônia, enfoque muito mais apropriado à Independência dos EUA¹. Contudo, foi Emília Viotti da Costa, que ao abordar o mesmo processo de Independência do Brasil, fez uma primeira reflexão sobre a participação ativa das camadas populares no espaço público, com projetos políticos específicos².

José Murilo de Carvalho afirmou ser a distinção entre cidadania e nação meramente heurística, pois a primeira pode ser vista como identidade coletiva, “produção de um sentimento comunitário entre indivíduos naturais de uma cidade ou de um estado³”, dentro da tradição ocidental marcada por Aristóteles e pelas contribuições de Rousseau e de August Comte. Nesse sentido, propôs que estudemos a formação de identidades coletivas, entre elas a identidade nacional e étnica, mas que igualmente atentemos para cidadania como distinta de identidade nacional e concebida de forma a incluirmos as relações dos cidadãos com o governo e com as instituições do Estado, bem como estejamos atentos aos valores e às práticas sociais definidoras da esfera pública⁴.

Partindo dessas premissas colocadas por José Murilo, analisaremos a participação do imigrante português em busca de uma igualdade democrática através da sua inserção na sociedade brasileira, em finais do século XIX e nos inícios do XX. Tomaremos como boa advertência aquela que faz Manuel Villaverde Cabral ao afirmar que cidadania é vista com “excessivo grau de ‘formalismo’” quando subordinamos os seus indicadores a “caracteres processuais do

¹ DIAS, 1972: 160-184; DIAS, 1998.

² COSTA, 1977: 64-125; RIBEIRO *et al*, 2000: 103-123.

³ CARVALHO, 2003.

⁴ CARVALHO, 2003.

regime representativo, tais como os procedimentos eleitorais”⁵ e deixamos de ver outras concepções que privilegiam o respeito pelos direitos humanos e, em alternativa ou em combinação, pelos direitos sociais dos cidadãos⁶. Ao criticar a visão evolutiva de Marshall e de Rawls, sendo que este último concebe o binômio liberdade-igualdade em três etapas (a liberdade natural – que seria os direitos civis de Marshall –; a igualdade liberal – direitos políticos formais – e a igualdade democrática – equidade social que confere substância à igualdade formal), Villaverde chama atenção para a necessidade da especificidade de tratamento da cidadania política. Ressalta que se todos os direitos foram obtidos com luta sociais, nem todos foram e são usufruídos da mesma forma.

Vislumbramos, portanto, a cidadania como um conceito histórico⁷, fruto de lutas, que supõe uma aprendizagem e que deve ser observada em duas dimensões. Primeiramente, no uso que as autoridades e os indivíduos fizeram dos diplomas legais tais como as Constituições de 1824 e de 1891, dos Códigos Criminais e de Processo do Império e da Republica, do Código Civil de 1916. Em segundo lugar, devemos levar em consideração como as pessoas se descobriram possuidoras de direitos desde as práticas políticas e das revoluções do século XVIII, e exigiram-nos, tanto usando o poder judiciário como instrumento de suas lides e demandas, como através da mobilização popular em atos de rebeldia cotidianos e rotineiros e através das paredes e greves⁸.

Dessa forma, concordamos com Cabral quando ressalta que a cidadania política não é “exercida de forma igual e plena por todos os seus membros”, pois os direitos políticos, tais como a liberdade de expressão e de associação, o direito de eleger e de ser eleito para cargos representativos, nunca são automáticos e devem ser exercidos de forma ativa porque as liberdades devem ser exercidas, não apenas garantidas⁹. Entretanto, discordamos da sua assertiva reproduzida abaixo:

nos Estados onde os direitos civis e sociais vigoram constitucionalmente, os cidadãos não podem exercê-los de forma activa e, caso sejam discriminados, têm o direito suplementar de recorrer às instâncias judiciais nacionais e, em alguns casos, até supranacionais encarregadas de velar pela sua aplicação.

Ora, o recurso à justiça, como veremos a seguir, constitui-se uma forma ativa e política importante de fazer com que a Constituição e as leis fossem garantidas. Mais do que isso, os que se reconheciam cidadãos reivindicaram direitos pretéritos e tentaram que o Estado os reconhecesse, parcialmente ou no todo, ao apresentarem provas e testemunhas diante do poder judiciário, dando

⁵ CABRAL, 2003: 1-18n.51.

⁶ CABRAL, 2003: 2.

⁷ PINSKY; PINSKY, 2003.

⁸ THOMPSON, 1987; THOMPSON, 1982.

⁹ CABRAL, 2003: 3.

conta de uma visão alargada e diferenciada do que seriam os direitos dos cidadãos. Ao realizarem esses movimentos em prol da defesa e da garantia de direitos, distanciaram-se na noção de uma cidadania política vinculada estritamente ao local de nascimento, à nacionalidade *strictu sensu*. Reportaram-na à nação construída pelo conjunto da sociedade e representada pelo e nos diferentes poderes, sendo o legislativo e o judiciário as grandes novidades desde final do século XVIII. Aproximavam-se, em contrapartida, da concepção de direitos do cidadão como direitos da pessoa, que como tal deveriam ser garantidos pelo Estado constitucional.

O USO DO PODER JUDICIÁRIO PELOS PORTUGUESES COM VISTAS AO ALARGAMENTO DE DIREITOS

No Brasil, a cidadania foi um conceito vivenciado na prática como direitos que não se restringiam apenas aos direitos políticos, mas que traziam consigo dimensões que eram constitutivas dos chamados direitos sociais e direitos humanos ao se travar lutas pela equidade social em espaço marcado pelas hierarquias e pelo escravismo. Essas lutas remeteram-se à questão básica que foi posta desde final do século XVIII: a hierarquização dos direitos a liberdade, a igualdade e a propriedade. Nesse sentido, as liberdades, como as de ir e vir, a de associação, a de livre exercício profissional e de expressão, assumiram sentido específico nesse momento porque tiveram no poder judiciário um importante canal de expressão.

Tal como os direitos foram se constituindo depois do setecentos em civis, políticos e sociais, da mesma forma os diferentes campos do Direito foram se formando e se separando em um longo processo histórico. Segundo José Reinaldo de Lima Lopes, na visão de alguns juristas do Brasil do século XIX, o direito público incluía um direito político (o direito constitucional) e um direito administrativo. O direito penal dividia-se um pouco entre o direito privado e o direito público. O direito civil, na mesma ordem de idéias, era o do direito do “comércio” da vida ordinária¹⁰.

Dito isso, o autor citado analisou a jurisdição de conflitos “políticos”, “distributivos” ou “plurilaterais”, inserindo-a no desenvolvimento da separação dos poderes nos Estados constitucionais liberais. Afirmou ainda que “tirar dos tribunais judiciários as matérias políticas era uma das formas de permitir que as reformas fossem realizadas, já que os tribunais costumavam respeitar a tradição e os privilégios”¹¹. Assim, no Brasil Império, a jurisdição contenciosa foi apartada de toda outra em nome da separação dos poderes prevista na Carta de 1824¹². Em 1828, as câmaras municipais foram reformadas por lei, de modo

¹⁰ LOPES, 2004: 231-232.

¹¹ LOPES, 2004: 232.

¹² LOPES, 2004.

que fossem apenas órgãos de administração, não de justiça. Reservou-se toda a jurisdição contenciosa ao judiciário (juri, juízes de direito e juízes municipais) e toda a representação política à Assembléia Geral do Império.

O bem comum foi levado para a alçada do direito público, já que na distribuição “o direito administrativo tornou-se o campo por excelência dos problemas distributivos”¹³, mas esses passaram a ser discutidos de acordo com a noção de interesse geral, representada no Estado ou em alguns órgão do Estado, como o poder executivo, e, no caso do Brasil, como o poder moderador.

O Estado que representa o interesse geral é o *Governo*, a *Administração* (como inspeção política da Nação), é a *Autoridade Política*; o *Estado Pessoa Jurídica*, no entanto, é apenas um sujeito a mais, o Estado fisco, tendo interesses dominantes, de dono ou de parte contratante. A pessoa jurídica do Estado tem interesses próprios, não interesse geral¹⁴ (itálicos e maiúsculas próprios do texto original).

De acordo com José Reinaldo, essa distinção entre interesses gerais (política) e direitos particulares (direito e justiça) foram importantes no momento que se separava as competências entre os poderes judiciário e executivo, ou, ter-se-ia que tratar do contencioso, o que foi feito no âmbito do Conselho de Estado, que era o órgão auxiliar do poder moderador¹⁵. Os problemas de justiça passaram a ser da órbita do judiciário, contudo, se os conflitos se dessem entre interesses ou entre interesses e direito, a questão se deslocava para o *contencioso administrativo*. O governo não se submetia ao judiciário, mas o fisco, sim¹⁶.

A distinção entre justiça e política, através da análise feita por Lima Lopes, de juristas como o visconde de Uruguai, Pimenta Bueno e Antonio Joaquim Ribas¹⁷, levam-nos a pensar sobre o funcionamento do Estado e sobre a divisão de poderes inaugurada no século XIX.

No Primeiro Reinado parece que grande embate foi entre o executivo e o legislativo, sendo que os ministros e conselheiros se colocavam no âmbito do executivo. Em 1828, terem as câmaras municipais se convertido em órgãos meramente administrativos, fez com que muitos juízes municipais ou de direito aplicassem a lei como autoridade administrativa, havendo uma confusão de poderes que somente a prática iria conseguir desfazer.

Dessa forma, faltam ainda estudos mais consubstanciados para que possamos entender a relação entre os poderes de modo a desvendarmos a própria dinâmica política de funcionamento da monarquia brasileira dentro de uma experiência parlamentarista. Para isso, é importante perguntarmo-nos sobre a relação entre o poder moderador e o Conselho de Estado (1841) e entre o Conselho de Estado e

¹³ LOPES, 2004: 240.

¹⁴ LOPES, 2004: 240.

¹⁵ LOPES, 2007.

¹⁶ LOPES, 2004: 240.

o poder judiciário no que se referia às questões políticas, uma vez que muitos conselheiros transitavam entre cargos do executivo e até mesmo do legislativo. Além desses aspectos, devemos estar atentos à atuação diferenciada entre o que se decidia no Conselho e nos tribunais, para que possamos compreender como o Conselho se relacionava com o Supremo Tribunal de Justiça¹⁸ e com o poder legislativo. Lembremos que no Primeiro Reinado, por exemplo, o legislativo queixava-se que o Imperador não o “escutava” e de quebra absorvia as suas funções. E o Conselho de Estado também tinha funções legislativas!

Assim, só conseguiremos analisar as mudanças sofridas no judiciário na passagem para a República se compreendermos como os poderes foram se desenhando ao longo do Império e qual foi o lugar que aqueles homens do governo republicano foram lhe atribuindo. Se no Primeiro Reinado as demandas de todo tipo foram enviadas pela sociedade ao poder legislativo¹⁹, no Segundo Reinado o poder moderador teve um papel discricionário, exterior ao sistema político, capaz de uniformizar entrechoques de interesses diversos e de disciplinar os direitos²⁰. Era o árbitro por excelência e um ponto de referência para todos os agentes políticos.

Derrubado o Imperador, o poder judiciário tornou-se centro da República e as disputas mais intensas passaram a se dar entre ele e o executivo. Segundo Andrei Koerner,

o sistema de governo presidencialista de tipo norte-americano foi adotado na Constituição a partir da ação de Rui Barbosa, que atribuía ao Poder Judiciário Federal, em especial ao STF, não só o papel de árbitro da federação, mas sobretudo o papel de defensor dos direitos e garantias individuais. Porém, o debate a respeito do Poder Judiciário em todo o processo de organização constitucional centrou-se no nível de um pacto político entre as unidades constitutivas da nova ordem – os estados. O problema central nesse debate era a divisão do controle sobre a nova magistratura entre a União e os estados. Isso se verificou na ação de Campos Salles e outros republicanos (paulistas, gaúchos, paraenses), que procuraram restringir ao máximo os poderes da União em geral, e também as atribuições do Poder Judiciário Federal e as restrições constitucionais à organização da magistratura estadual (...) Assim, na organização constitucional da República, o Poder Judiciário Federal não foi considerado do ponto de vista do seu papel de guardião das liberdades individuais declaradas na Constituição. Quanto ao problema do Poder Judiciário estadual, foi concedida total autonomia de organização aos estados. Nesse processo, foi deslocada a ênfase dada pelos libe-

¹⁷ LOPES, 2004: 240-252.

¹⁸ CARAVANTES, s.d.: 7. O Supremo Tribunal de Justiça foi criado em 18 de setembro de 1828, composto de 17 juízes letrados tirados das relações por suas antiguidades. O Decreto de 19 de outubro de 1928 nomeou os primeiros ministros e o presidente do Tribunal e no dia 9 de janeiro de 1929 se realizou a sua instalação. Os juízes não eram inamovíveis e podiam ser suspensos pelo Imperador.

¹⁹ PEREIRA, 2008.

²⁰ KOERNER, 1998: 145.

rais do Império e, mais tarde, por Rui Barbosa, ao estabelecimento de um Judiciário independente que servisse de garantia aos direitos individuais²¹.

Dessa forma, embora Koerner delimite o poder da justiça federal dizendo que a ela não foi dado o papel de guardião das liberdades individuais porque o processo de organização constitucional “centrou-se no nível dos pactos políticos entre as unidades constitutivas da nova ordem – os estados”, vemos que a Constituição de 1891 salvaguardou a harmonia entre os poderes e deu mais organicidade ao judiciário, que foi reestruturado de acordo com as esferas federal e estadual.

A justiça federal foi organizada pelo Governo Provisório através do Decreto Federal n.º 848, de 11 de outubro de 1890, que foi ampliado pelo Decreto n.º 1420, de 21 de fevereiro de 1891. Já no governo constitucional, foi complementado com a Lei n.º 221, de 20 de novembro de 1894. Também uma consolidação das disposições vigentes sobre a justiça e o processo federal foram feitos por José Higino Duarte Pereira, entrando em vigor pelo Decreto n.º 3084, de 5 de novembro de 1898²².

Nos Estados era constituída por um juiz federal seccional e por um juiz substituto ou juiz preparador, e ainda tinha um procurador. O Supremo Tribunal Federal (STF) era composto de 15 juízes nomeados pelo presidente e aprovados pelo Senado. Ficava assegurada a independência da magistratura e a inamovibilidade. As garantias estendiam-se à magistratura dos estados, cujas Constituições deveriam obedecer aos princípios constitucionais da União²³.

Os juízes seccionais processariam e julgariam em primeira instância as causas que tratassem sobre marcas de fábricas, privilégios de invenção e sociedades literárias²⁴. Em matéria criminal, deveriam proferir sentença de acordo com juri que presidissem; em matéria civil julgavam causas de natureza federal, como as que corriam pelo extinto Feitos da Fazenda Nacional, tanto as contenciosas quanto as administrativas, as dependentes ou assecuratórias de direitos da fazenda. Não eram da sua competência questões de direito criminal, de direito internacional público ou privado, nem as que versavam sobre tratados ou convenções internacionais, tampouco as que derivassem de atos administrativos do Governo Federal, tendo como parte a União ou o Estado. As rogatórias deveriam ser cumpridas depois do *exequatur* do Governo federal, sendo competentes os juízes seccionais do Estado onde fossem executadas as diligências deprecadas e as cartas estrangeiras somente seriam exequíveis com a prévia autorização do STF, devendo estar presente na audiência o procurador geral da República. Se as causas referentes a esse artigo 12, da mencionada Lei n.º 221, fossem entre a União e os Estados, entre esses ou entre nação estrangeira e a União ou os Esta-

²¹ KOERNER, 1998: 144.

²² CARAVANTES, s.d.: 10.

²³ CARAVANTES, s.d.: 10.

²⁴ LEI n.º 221, 1894, título II, capítulo 1, art. 12 a 19.

dos, deveria ser respeitada a competência exclusiva estabelecida pela Constituição Federal, no seu artigo 59. Os crimes de responsabilidade, que eram dados a conhecer ao Senado Federal, eram regulados pelo artigo 53 da Carta de 1891. O STF deveria julgar as pessoas que tivessem cometido crime político durante o exercício de suas funções públicas, salvo as atribuições conferidas a Câmara dos Deputados e ao Senado da República. O crime comum ou de responsabilidade conexo, como o crime político, deveria ser processado e julgado por autoridade judiciária competente para conhecer o crime político.

Além desses, no artigo 13 da Lei, os juízes federais também teriam competência para julgar causas que lesassem direitos individuais por atos ou decisões das autoridades administrativas da União. Na petição inicial o autor deveria alegar violação de seu direito subjetivo pela autoridade administrativa e instruir o processo de provas documentais, podendo a ação ser excluída *in limine* se não tivesse sido instruída devidamente, se a parte fosse ilegítima ou por decurso de tempo (um ano) da data da publicação ou intimação, mesmo assim, nesse caso, seria passível de agravo. Caso o ato ou resolução fosse efetivamente ilegal, a autoridade judiciária poderia anular o ato no todo ou em parte. Isso se dava quando constatado que não tinha havido a aplicação da lei vigente, tendo acontecido ato discricionário da autoridade ou excesso de poder. Os juízes e tribunais apreciariam a validade das leis e dos regulamentos, deixando de aplicá-los caso fossem manifestadamente inconstitucionais ou incompatíveis com leis existentes. A violação do julgado incorreria em responsabilidade civil e criminal; nas decisões relativas às questões constitucionais não haveria alçada. Previa ainda que todas as disposições dessa lei não alterariam o que estava vigente com relação ao *habeas corpus*, às sessões possessórias e às causas fiscais.

O artigo 14 previa a manutenção da jurisdição da autoridade administrativa (Decreto n.º 657, de 5 de dezembro de 1849) para ordenar a prisão dos responsáveis pelos dinheiros e valores pertencentes à Fazenda Federal; o artigo 15 estabelecia a competência para as reclamações sobre inclusão ou exclusão na lista dos jurados federais, para a formação de culpa e atos preparatórios do julgamento dos crimes da competência do júri federal, estabelecendo que o juiz seccional tinha atribuições expressas no Decreto n.º 848 de 1890; o artigo 16 dava ao juiz seccional a competência conferida pelo artigo 5.º, § 3.º da Lei n.º 3129, de 14 de outubro de 1882, ao juízo comercial do mesmo distrito para o processo e julgamento das nulidades de patentes de invenção ou certidão de melhoramentos, concedidas pelo Governo; o artigo 17 estabelecia que os juízes seccionais eram competentes para a execução de todas as sentenças e ordens do STF que não tivessem sido atribuídas privativamente a outros juízes, mas somente poderiam intervir nas decisões dos juízes ou tribunais dos Estados ou Distrito Federal caso esses se recusassem a cumprir sentença superior. Já os artigos 18 e 19 estabeleciam as atribuições dos substitutos dos juízes seccionais e dos suplentes na sede do juízo seccional.

Portanto, a gradativa reorganização do judiciário nos primeiros anos republicanos, bem como a atuação dos juízes federais prevista nos diplomas legais

mencionados, na prática levaram a uma clara necessidade de delimitar o poder do Estado, que vinha sendo em parte entendido como sinônimo do poder moderador. Por outro lado, na nascente República era preciso se encontrar uma forma de se contrapor à centralização do período monárquico.

Andrei Koerner possui interessante análise sobre os projetos de Constituição republicanos. Defende que uma das grandes questões era a do presidencialismo *versus* o parlamentarismo. Vimos acima como esse autor partiu da hipótese que o presidencialismo adotado foi fruto da atuação de Rui Barbosa, que atribuiu ao judiciário federal e ao STF papéis de defensores dos direitos e garantias individuais²⁵. Com toda certeza, foi esse o entendimento que prevaleceu quanto ao papel fundamental do que competia ao judiciário federal, sobretudo no que concernia às garantias individuais do cidadão face ao poder do Estado previstas pelo uso do remédio do *habeas corpus*, ao menos até a reforma constitucional de 1926.

Se a constitucionalização das liberdades desde a Carta de 1824 foi fundamental para que todos pudessem acessar à justiça para a garantia de direitos, podemos dizer que esse processo se deu de forma mais efetiva com a República, onde o *habeas corpus* se destacou como remédio, instrumento de ação privilegiado dos cidadãos (pessoas físicas e jurídicas) para protegerem os direitos que consideravam líquidos e certos. Portanto, o *habeas corpus* se constituiu em um instrumento efetivo e poderoso de participação popular, através do qual se participava politicamente naquele Estado que se acreditava ser democrático, confundindo-se República e democracia, República e garantia de direitos sociais e econômicos entregues aos cidadãos. Esse foi um sonho compartilhado por todos, tanto pelos que acorriam à Justiça em busca do amparo legal, quanto pelos que serviam de curadores ou de advogados, que acreditavam estar em outro momento político e de existência do poder judiciário, diferente do que era vivido no Império. Era comum a crença de se estar em outro momento político e de existência do poder judiciário, diferente do que se havia vivido no Império.

O advogado Abelardo Saraiva da Cunha Lobo terminou o seu pedido de *habeas corpus*, impetrado em 1900, com os seguintes dizeres:

Nestas condições, o Suplicante cumpre um dever de piedade justaposto a um dever cívico da mais alta significação (sic) jurídica, impetrando a favor do paciente a garantia constitucional do *habeas corpus* que é, por assim dizer, a imagem dominante no sagrado altar onde fervorosamente cultuamos a República.

Através desse remédio jurídico, o advogado dizia-se fervoroso republicano e fazia sinonímia entre o regime e a democracia, entre o regime e o Estado de Direito, onde poder-se-ia levar demandas inerentes à cidadania, uma vez que seriam respeitadas como em um altar. Mas, é bom que se diga que nem todos

²⁵ KOERNER, 1998: cap. 3.

tinham a mesma concepção sobre o *habeas corpus* e que nem todos os juízes pensavam a sua aplicação da mesma forma.

Presente no Brasil desde o Código de Processo de 1832, se por um lado foi influenciado pela Common Law, o *habeas corpus* encontrou

suporte na ‘apelação extrajudicial’ e em outros mecanismos de tutela interdital previstos nas Ordenações do Reino, conhecidas como ‘seguranças reais’ e com as ‘cartas de seguro’ ou de ‘segurança’²⁶.

Segundo Kátia Laranja, esse “remédio heróico” tomou uma amplitude por conta da inegável influência dos interditos na nossa tradição processual, que fez com que no Império fosse usado no campo civil, tendo como exemplo os acórdãos que asseguraram a liberdade de “escravos que tinham carta de alforria duvidosa”. Mas, ainda para essa autora, somente em 1891 ele obteve a amplidão de uso referentes a deveres de fazer ou não fazer, “ganhando *status* de garantia constitucional”.

Assim, com base no artigo 72 da Constituição, o *habeas corpus* não foi usado estritamente em casos de restrição à liberdade de locomoção e foi dilatado. Sobre ele surgiram três correntes de interpretação:

A primeira, encabeçada por Ruy Barbosa, ficou conhecida como ‘teoria brasileira do *habeas corpus*’, e o entendia como um remédio geral, que poderia ser utilizado na defesa de qualquer direito ameaçado ou afrontado por ilegalidade ou abuso de poder, não apenas no caso de liberdade de locomoção. Esta era uma interpretação estritamente constitucional do instituto jurídico, pois a Carta Magna não estabelecia nenhuma limitação. (...) A segunda corrente apegava-se somente à origem histórica do *habeas corpus* e, portanto, restringia sua utilização exclusivamente à defesa da liberdade de locomoção. Por fim, a terceira vertente, sustentada pelo Ministro Pedro Lessa, do Supremo Tribunal Federal, entendia que o *habeas corpus* poderia ser usado em todos os casos que a ofensa à liberdade de locomoção fosse meio de afronta a outro direito²⁷.

Foi a reforma constitucional de 1926 que limitou o seu uso e restringiu-o à liberdade de locomoção, deixando vários direitos desamparados. Ainda de acordo com Kátia Laranja, esse problema só foi resolvido com a criação do mandado de segurança, anos depois.

Dessa forma, no período inicial da República foram vários os indivíduos que recorreram ao expediente do *habeas corpus*. Ir à justiça demandar reconhecimento de direitos civis era um ato eminentemente político. Escravos tinham feito isso no período imperial²⁸. Agora os imigrantes usavam fartamente essa estratégia: impetravam o remédio do *habeas corpus* na justiça federal.

²⁶ A análise sobre o que foi o *Habeas Corpus* no Brasil e as suas interpretações foram baseadas em: LARANJA, 2005: 41-49.

²⁷ LARANJA, 2005: 46.

²⁸ CHALHOUB, 1990; GRINBERG *et al*, 1994; LARA *et al* e MENDONÇA *et al*, 2006: 101-128;

A nova Constituição, no título VI, Seção I, estabelecia no artigo 69, itens de 1.º a 3.º, as *qualidades do cidadão*: ser nascido no Brasil. Já os itens 4.º e 5.º desse mesmo artigo tratavam dos estrangeiros. Seriam brasileiros os estrangeiros que estivessem no Brasil na data da proclamação e que seis meses após a promulgação da Constituição não tivessem se declarado ter conservado a nacionalidade de origem, além dos que fossem possuidores de imóveis e fossem casados com brasileiras ou tivessem filhos nascidos aqui, salvo se não tivessem o desejo explícito de mudar de nacionalidade. Entretanto, tão importante quanto essa Seção, era a seguinte, que estabelecia uma declaração de direitos onde o artigo 72 assegurava a todos os “brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”. No § 1.º dizia que ninguém podia ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei, sendo que o parágrafo seguinte estabelecia a igualdade de todos perante essa mesma lei.

Esses dois parágrafos, acima citados, em conjunto com os de número 11 a 16, garantiam o asilo inviolável ao indivíduo, a livre manifestação de opiniões, a necessidade de flagrante delito para a prisão e culpa formada para se manter alguém preso, além de estabelecer que toda sentença devia estar conforme a lei, sendo aos acusados amplamente assegurado o direito de defesa. O parágrafo 22 previa que se desse *habeas corpus* a quem sofresse violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder²⁹.

Não deixa de ser interessante que a Constituição de 1891 separasse, no item dos “cidadãos brasileiros”, as suas “qualidades” e os seus “direitos”. Ao fazer isso, de certa maneira dissociava a cidadania da nacionalidade vinculada ao nascimento e a ampliava para a aquisição de direitos, estabelecendo vínculo jurídico entre o indivíduo e o Estado³⁰. Essa, ao menos, era a interpretação que tiveram os portugueses naturalizados e os que mantiveram a nacionalidade de origem. Ninguém, evidentemente, prescindia da nacionalidade, mas o nexo para se sentir cidadão se dava na percepção de que os direitos dos cidadãos estavam vinculados ao pertencimento e se fazia no espaço público como espaço de igualdade³¹.

Ao dizer que cidadania era “a representação universal do homem emancipado, fazendo emergir a autonomia de cada sujeito histórico, como a luta por

GRINBERG *et al*, 2002; CARVALHO *et al*, 1998: 175-256; PENA *et al*, 2001; MAMIGONIAN *et al*; 2007: 163-174; MENDONÇA *et al*, 1999.

²⁹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891. *Constituições do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1986.

³⁰ CORREA, 2002.

³¹ ARRUDA, 2008. J. Jobson de Andrade Arruda apontou a naturalização da presença portuguesa e “uma situação absolutamente original”, em sete aspectos que enumera no artigo apresentado no Seminário *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. IV Encontro Internacional sobre “A Emigração Portuguesa para o Brasil” realizado na Universidade Lusíada do Porto, Portugal, entre os dias 21 e 25 de julho de 2008. Um deles chama atenção: “Onde os novos chegados identificaram o governo brasileiro como de legítima extração portuguesa”. Essa análise corrobora o que vimos dizendo.

espaços políticos na sociedade a partir de cada sujeito”, Darcísio Corrêa afirma também que a cidadania não se confunde com os direitos humanos, mas é a luta por esses direitos

é a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos ao ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna³²

Os imigrantes ajudavam a alargar direitos quando lutavam por direitos econômicos e sociais, muitos deles estreitamente relacionados ao mercado de trabalho, como apontou Lená Medeiros de Menezes³³. Dessa forma, queriam transformar a desigualdade em igualdades básicas que julgavam ter. Em outras palavras, recorrer ao poder judiciário significava reconhecer e recorrer à igualdade básica, ter plena consciência que se era sujeito de direitos e obrigações, estas últimas como elemento de mão-dupla. Legitimava-se igualmente o vínculo jurídico de pertencimento ao Estado e à nação por via mais ampla do que a via nacional. Isso não quer dizer que não se dimensionasse o vínculo jurídico-político do ser nacional em um mundo recém-saído do século XIX, momento que se discutia o nacionalismo *versus* internacionalismo³⁴ e as primeiras organizações de trabalhadores colocavam a mesma questão em relação às demandas do mundo do trabalho. Para corroborar o nosso argumento, o que mais nos interessa é acompanhar o que os advogados ou pacientes argumentavam ao solicitar esse remédio legal.

José Joaquim Alves, de 40 anos de idade, solteiro, de nacionalidade portuguesa, comerciante, estabelecido e domiciliado na rua das Marrrecas n.º 4, disse “sofrer constrangimento ilegal” porque foi preso por duas vezes, dias 10 e 20 de novembro, sendo solto em seguida. A sua prisão foi decretada pelo chefe de Polícia da 6.ª Circunscrição Urbana sem flagrante delito, nem ordem escrita da autoridade competente

nem as formalidades garantidoras da liberdade e dos direitos consagrados no artigo 72 § 13 e 14 da Constituição. Essas prisões injustas e ilegais têm acarretado ao impetrante graves prejuízos morais e materiais, e o que é mais, o tem impossibilitado de dirigir a sua casa pelas constantes importunações por parte dos inspetores da referida circunscrição e tanto assim que ainda ontem foi chamado à Delegacia, de modo abusivo e atentatório da sua liberdade, onde foi

³² CORREA, 2002: 217.

³³ Lená afirma que os portugueses cometiam delitos relacionados à “pobreza e à falta de oportunidades no mercado de trabalho, bem como àqueles relacionados à constestação operária, marcante em determinadas conjunturas” (MENEZES, 2006: 96). Nesse sentido, diz que as expulsões acompanharam o processo de acirramento do movimento operário entre 1917-1921, sobretudo nas greves de 1917, 1918 e no ano vermelho de 1919, bem como as explosões em padarias no ano de 1920 e a “limpeza urbana” com as disposições legais de 1907, 1921, 1926 (MENEZES, 2006: 97).

³⁴ HOBSBAWM, 1996; HOBSBAWM, 1990.

insultado e ameaçado de ser preso. O escrivão da delegacia é insaciável em matéria de dinheiro e entendeu de persegui-lo para obter, como tem obtido, diversas quantias. Acresce que esse escrivão é assessor da autoridade, de modo que o impetrante será tantas vezes preso quanto o referido escrivão tiver necessidade de dinheiro. Chegando posteriormente ao seu conhecimento que essa ameaça torna-se realidade, e como se ache por essa razão, o impetrante em iminente perigo de sofrer novas violências, da caprichosa e arbitrária autoridade, requer a V. Exa que se digne passar em seu favor ordem de habeas corpus preventivo de acordo com o Decreto n.º 848 de 11 de outubro de 1890 e a Constituição Federal artigo 72 § 22³⁵.

Foi dessa forma que os *habeas corpus* impetrados por estrangeiros recorriam sempre ao artigo 72 da Constituição nos parágrafos citados, mencionando declaradamente que se esperava igualdade de tratamento perante a lei, uma vez que aos estrangeiros garantia-se os mesmos direitos. E, dentre os estrangeiros, levar os lusitanos em consideração na questão da reivindicação de direitos e da participação nos movimentos urbanos deve-se ao seu expressivo contingente populacional no período inicial da República³⁶.

Dados levantados na Casa de Detenção do Rio de Janeiro por Charleston José de Sousa Assis e Leila Menezes Duarte³⁷, revelam que foram inúmeras as prisões de lusitanos pelos mais diferentes motivos, destacando-se, em um total de 1511 registros e de acordo com amostragem controlada que fizeram, a vagabundagem (354), a desordem (224), a embriaguez e desordem (160), a vagabundagem e desordem (85), o furto (77), a vagabundagem e furto (64), a embriaguez (49), a vagabundagem e embriaguez (45), as ofensas físicas (38), a infração do termo (23), entre outros.

Existia a preocupação com a vagabundagem e tudo que pudesse lembrar a preguiça do brasileiro desde a época imperial, revelado no projeto de repressão

³⁵ Arquivo da Justiça Federal (AJF), 2.ª Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, 1894.

³⁶ Segundo o censo de 1890, havia 106.461 lusitanos, sendo que os homens correspondiam a 50% da população estrangeira e as mulheres a 18%. Homens e mulheres somavam um total de 68% dos estrangeiros. Este censo ainda nos revela a percentagem de portugueses que adotaram a nacionalidade brasileira, 18% (14% homens; 4% mulheres) e os brasileiros de origem lusa: 120.983 habitantes filhos de pai e mãe portugueses; 2.895 habitantes filhos de pai brasileiro e mãe portuguesa e 37.325 habitantes filhos de mãe brasileira e pai luso. Dessa forma, em 1890 e em números brutos, os lusitanos na capital formavam 1/5 da população. Se a estas cifras acrescentarmos os filhos de portugueses, a população de origem lusitana mais direta cresce para 267.664 pessoas, havendo uma verdadeira presença portuguesa na cidade. Já em 1906, o Rio de Janeiro tinha 811.443 habitantes, sendo 463.453 homens e 347.990 mulheres. O total de brasileiros era de 600.928 e de estrangeiros, 210.515. Dentre esses últimos, havia 133.393 lusitanos. De acordo com o RECENSEAMENTO DO BRASIL de 1920, a população do Rio de Janeiro na época era de 1.157.873 habitantes, sendo 598.307 homens e 559.566 mulheres. Havia 917.481 (79,2%) brasileiros e 239.129 (20,8%) estrangeiros. A percentagem de estrangeiros na cidade diminuiu um pouco, em comparação com os outros censos. O número e o percentual de lusos na cidade também decresceu: 172.338, equivalente a aproximadamente 14% da população total..

³⁷ ASSIS; DUARTE, 2007.

à ociosidade”³⁸. Nele se propunha, como circunstâncias agravantes, a embriaguez, a falta de provisão de alimentos à família, o abandono de emprego ou ocupação, a dissipação dos bens próprios ou de família, a recusa de oferecimento de trabalho ou rompimento de contrato. As idades de 21 a 40 anos eram priorizadas nas punições porque eram tidas como “parte da vida humana em que nos achamos revestidos pela natureza de maior aptidão física para o trabalho”³⁹. Lembremos que o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, de 1890, punia também a mendicidade e a vadiagem⁴⁰ e que entre os mendigos, pelo artigo 70 § 1 item 1, não eram considerados cidadãos.

Portanto, acusar os portugueses de desordeiros, vadios ou embriagados, ou, então, simular algum tipo de desavença com ferimentos e ofensas físicas era uma forma de prendê-los, sobretudo porque os portugueses eram considerados exemplos do bem trabalhar na cidade⁴¹.

Vamos citar alguns exemplos de *habeas corpus* de 1894, 1896 e 1909 onde essas alegações eram rechaçadas pelos pacientes e por seus advogados. Em 1894, temos um caso de pretensa vadiagem e outro de ofensas físicas. No primeiro, o mesmo delegado da 6.^a Circunscrição Urbana prendeu José Passos Pereira de Castro⁴², de 28 anos, português, casado, tal qual José Joaquim Alves, comerciante, sem qualquer nota de culpa ou flagrante, apenas por se achar deambulando na Lapa. O segundo exemplo é o dos pacientes portugueses, lavradores, Antônio Lopes, Ricardo Malta e Estradício Fernandes, presos em Irajá e por ordem do delegado de Polícia, por terem feito ofensas físicas em Antônio Alves Lage, sem contudo apresentar provas ou corpo de delito⁴³.

Em 1896, um austríaco e dois portugueses alegaram que se encontravam presos fazia mais de cinco dias sem nota de culpa⁴⁴. Alegavam que ignoravam o crime que haviam cometido, o que infringia o Código de Processo Penal no artigo 148. Acusavam a Polícia de ser autoritária e de cometer prisões arbitrárias, abusando do poder que tinha. Já no *habeas corpus* que o advogado Oscar da Rocha Cardozo impetrou, em 1909, havia o pedido de soltura porque o seu paciente, o português Joaquim Nascimento, estava preso há mais de quatro meses e sofria a possibilidade de deportação⁴⁵. O advogado alegava que o paciente havia sido preso na rua do Lavradio sem qualquer motivo e que isso

³⁸ *Anais da Câmara dos Deputados*. Parecer da Comissão de Constituição e Legislação sobre o projeto de lei de repressão da ociosidade, v. 3, sessão de 10 de junho de 1888.

³⁹ *Anais da Câmara dos Deputados*. Parecer da Comissão de Constituição e Legislação sobre o projeto de lei de repressão da ociosidade, v. 3, sessão de 10 de junho de 1888.

⁴⁰ RIBEIRO, 1995: 169-190; CHALHOUB *et al*, 1986.

⁴¹ RIBEIRO, 1990.

⁴² AJF – 2.^a Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, paciente José Passos Pereira de Castro, 1894.

⁴³ AJF – 2.^a Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, paciente Antonio Lopes e outros, 1894.

⁴⁴ AJF – 2.^a Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, pacientes Carlos Feelich, Domingos de Oliveira e Joaquim Leal de Barros, 1896.

⁴⁵ *Arquivo da Justiça Federal*, 2.^a Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, paciente Joaquim Nascimento, 1909.

era estratégia da polícia para deportá-lo porque era português e havia assinado termo de ocupação. Dessa forma, percebe-se que o advogado usava o *habeas corpus* como meio claro que mantê-lo no país.

Em todos esses casos, era comum o paciente ser solto, ou o juiz conceder o *habeas corpus*, ou, ao menos analisá-lo frente à regulamentação do papel da justiça federal. Nesse último caso, o magistrado não concedeu o *habeas corpus* por se julgar incompetente para tal: alegou que José Nascimento havia sido condenado por ordem do juiz da 1.^a Pretoria e a prisão foi feita pelo chefe de polícia, autoridades locais.

Até os primeiros anos da década de 1900, muitos juízes concederam *habeas corpus*, tomando atitude contrária a um decreto de 1893, citado por Lená Medeiros de Menezes como de curta duração e responsável pela expulsão de 76 estrangeiros por crime político. Ainda segundo essa mesma autora, Geminiano da Franca, em livro intitulado *Expulsão de Estrangeiros*, publicado no Rio de Janeiro pela Typ. do Jornal do Commercio, em 1930, afirmou que o decreto tinha sido um “arrastão”, um “estado de sítio permanente contra o alienígena” e teria estabelecido a orientação que a expulsão dever-se-ia dar por crime comum e por repressão a doutrinas perigosas, como o anarquismo, dando o tom e a orientação dos decretos que o sucederiam⁴⁶.

Já era comum, dessa maneira, acusar os portugueses por crimes políticos como forma de expulsá-los, mesmo antes da lei Adolfo Gordo, de 1907. No processo citado acima, José Joaquim Alves acusou o delegado José da Malta Teixeira de prender estrangeiros como desordeiros, mesma acusação que lhe fizera José Passos Pereira de Castro, ambos em 1894. Como prova, anexou recorte do jornal *O País*, que noticiava como o delegado havia se metido em uma desavença com Mme Foustel, costureira, por não haver pago o aluguel da casa que ocupava no Beco Manoel de Carvalho n.º 5. Ao não aceitar as explicações que ela lhe dava

exacerbou-se porque ela lhe disse que em seu favor, e para defender o deus direito, estava disposta a invocar até o auxílio do marechal vice-presidente; exacerbação tal que a ameaçou com um termo de bem viver, e levou-o até o ponto de mandar metê-la na prisão, que fica em rua muito distante da sede da delegacia. Mme Foustel foi, por ordem do sr. delegado, através de ruas da cidade, conduzida para o xadrez por um soldado, e aí encerrada pelo espaço de 22 horas, não obstante os seus protestos e as suas justificativas⁴⁷.

É interessante ressaltar que fornecia como prova um documento onde outro estrangeiro clamava por direitos, assim entendia-se sujeito de direitos até mesmo diante do vice-presidente, reconhecendo no executivo poderes que poderiam salvá-lo do poder discricionário da polícia, acusada por muitos advo-

⁴⁶ MENEZES, 2006: 91.

⁴⁷ AJF – 2.^a Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, impetrante José Joaquim Alves, 1894.

gados como um poder a parte. Mas, a polícia não dava mesmo trégua e o chefe interino informou ao juiz, “cidadão Aureliano de Campos”, em 5 de julho de 1894, que José Joaquim Alves, de acordo com o mesmo delegado da 6.^a Circunscrição, havia sofrido nova prisão, por “delito político, alheio ao que deu lugar a obtenção do *habeas corpus* e que, sobre o novo delito abriu inquérito administrativo”⁴⁸.

As prisões políticas multiplicaram-se a partir da segunda década republicana. Tal qual Lená Medeiros de Menezes aponta para os processos de expulsão⁴⁹, os *habeas corpus* crescem na mesma medida e com o mesmo tipo de argumento, contra o Estado policial que se colocava em franca oposição ao Estado democrático e de direito, desrespeitando os direitos civis que deveriam ser cultuados no altar da República.

Arthur Gomes de Almeida foi um dos processados e expulsos que encontramos na documentação do Arquivo Nacional, compulsada por Lená Menezes. Na documentação da Justiça Federal encontramos dois pedidos de *habeas corpus* impetrados a seu favor por José de Castro Nunes. O primeiro processo narrava a sua prisão, em um domingo, dia 25 de junho de 1911. Foi levado para o 12.^o Distrito, preso por lenocício, o que em si já justificava a sua deportação. O advogado alegou que no inquérito foram colhidos depoimentos suspeitos e que o chefe de polícia perseguia indivíduos, que eram obrigados a recorrer à justiça. Afirmava também que o Supremo Tribunal Federal havia reconhecido as arbitrariedades das decisões das autoridades policiais. Portanto, achava ser o caso perfeito para a concessão de *habeas corpus* porque o paciente estava preso e não havia praticado qualquer ato contra o governo, de acordo com a Lei n.^o 1641, de 7 de janeiro de 1907. Além disso, alegava que ainda que houvesse ato do poder executivo, o decreto mandava conceder ao estrangeiro sujeito à expulsão o prazo de 3 a 30 dias para se retirar do país. Nesse sentido, acusava novamente a polícia por estar agindo arbitrariamente e por não “assegurar indistintamente as mesmas regalias aos nacionais e aos estrangeiros residentes no país”⁵⁰.

Mas, como a 3 de junho de 1911 Rivadávia Correia tivesse atestado que o paciente não estava preso, nesse mesmo ano Francisco Duarte impetrou nova solicitação. Dessa feita, alegava que se desejava expulsar o paciente sem processo, e não desqualificava as testemunhas, prostitutas, mas dizia que elas tinham sido coagidas a depor. Novamente esgrimia o tempo de moradia no país e dava datas e locais onde Arthur havia trabalhando: como empregado da Alfaiataria de Euclides de Souza Mendes, em 1907 e 1908, e como chauffeur desde 15 de abril de 1909, conforme a carteira apresentada como prova e fornecida pela Polícia Federal, bem como carta de habilitação dada em consonância com o exame feito a 17 de fevereiro de 1909. Indagava, então, como a polí-

⁴⁸ AJF – 2.^a Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, impetrante José Joaquim Alves, 1894.

⁴⁹ MENEZES, 2006: 97.

⁵⁰ AJF – 2.^a Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, paciente Arthur Gomes de Almeida, impetrante José de Castro Nunes, 1911.

cia podia ter conferido carteira de profissão honesta a um caften. Reivindicava mais uma vez, em nome de seu paciente, que aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país fossem aplicadas as mesmas leis e “regalias”. Dizia que esperava que o paciente fosse solto depois das informações que solicitou ao Ministério da Justiça e ao Chefe de Polícia. Contudo, esse último negou que Arthur estivesse preso em 24 de novembro de 1911. Sabemos que dessa vez foi a polícia que ganhou tempo, e Arthur foi mesmo expulso do país⁵¹.

Examinando processos de expulsão do Arquivo Nacional, Lená Menezes diz que eles acompanharam o processo de acirramento do movimento operário⁵². Podemos fazer essa mesma afirmativa quando acompanhamos os processos de *habeas corpus* existentes na Justiça Federal. Contudo, não sabemos se o exame dos *habeas corpus* não nos levaria a chegar a conclusão diferente da autora quanto ao uso da desculpa do lenocínio e de outros crimes para expulsão⁵³.

De fato, a grande discussão a partir da chamada Lei Gordo de 1907 foi sobre a sua constitucionalidade e quanto ao papel do STF e do judiciário. Nos processos passou-se a citar acórdãos e decisões anteriormente tomadas. Em autos consultados para os anos de 1918⁵⁴ e de 1919⁵⁵, argüia-se a polícia por exorbitar em suas funções. Pedia-se que a justiça fosse restabelecida. Dessa maneira, o poder judiciário entrava como o fiel da balança, e exercia papel importante na segurança desses direitos, sobretudo nos momentos de estado de sítio.

No pedido de 1918, Sérgio Teixeira de Macedo requeria que José Martins da Cruz, português, chauffeur, residente há 16 anos no Brasil, fosse solto porque fora acusado injustamente de lenocínio. Segundo argumentava, o paciente teria sido preso por conta do decreto que estabeleceu o estado de sítio.

Esta competência de polícia administrativa, em virtude da Reg n.º 1641 de 7 de janeiro de 1907, subtraindo à sanção do Código autores de delitos que ele julgar verificados, não se justifica perante nossas leis e importa em revogar o código quanto a uma classe de delitos desde que o acusado é estrangeiro. Uma luminosa sentença do Dr. Pieres e Albuquerque de 5 de janeiro de 1913, confirmado pelo acórdão quase unânime de 14 de janeiro de 1914 sob n.º 3491, fazendo considerações que acima reproduzimos, conclui logicamente considerando em franco antagonismo com o artigo 72 da Constituição Federal e Decreto 2741 de 8 de janeiro de 1913 que revogou artigo 8 da lei de 1907 e deixa os estrangeiros absolutamente sem defesa perante a polícia que age arbitrariamente (sic).

Assim, a Secretaria de Polícia informou que no dia 13 de fevereiro de 1918 José Martins se “achava preso como medida de segurança, em virtude da Lei

⁵¹ MENEZES, 2006: 109.

⁵² MENEZES, 2006: 97.

⁵³ MENEZES, 2006: 92.

⁵⁴ AJF – 2.ª Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, paciente José Martins da Cruz, 1918.

⁵⁵ AJF – 2.ª Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, pacientes, Belarmino Oiticica e José Pinto Carneiro, 1919.

n.º 3393 de 16 de novembro de 1917”. Esse foi o motivo para o juiz denegar o pedido, sob a alegação que não havia informação oficial de sua prisão em virtude da lei acima.

Em 1919, Francisco de Paula Leite e Oiticica Filho impetrou pedido de soltura para Belarmino Fernandes, colocado incomunicável pela polícia, e José Pinto Carneiro. Ambos eram portugueses, empregados no comércio, solteiros, e teriam participado do movimento de 18 de novembro. O advogado argumentou que haviam sido presos durante o estado de sítio que terminou a 31 de dezembro 1918 e baseou-se na Constituição Federal artigo 72 (§ 13 e 22), no Código Criminal artigo 131 e 353 e nos seguintes acórdãos: n.º 2968, de 18 de Novembro de 1910; n.º 3001, de 5 de Abril de 1911; n.º 3164, de 3 de Abril de 1912; n.º 3380, de 19 de Julho de 1913 e n.º 3333, de 9 de Abril de 1913.

com cessação do estado de sítio cessam todas as medidas de repressão durante ele tomadas pelo poder executivo”. Diz ainda que “se não justifica a prisão dos pacientes, mas ressalta o abuso de poder de que é vítima Belarmino Fernandes ainda incomunicável, porquanto a incomunicabilidade do paciente mesmo durante o estado de sítio é um excesso de defesa da ordem social, arbítrio que o sítio não autoriza, abuso de poder, ação francamente ilegal para a qual o habeas corpus é o remédio próprio, expressamente declara o Acórdão do STF de 10 de junho de 1914./Revista Jurídica I, p. 116.

Como consta na sentença, o juiz substituto disse que Belarmino não se achava preso à disposição do Juízo da 1.ª Vara do Distrito Federal. Sobre o outro paciente, alegou erro no nome do acusado. O verdadeiro acusado seria José Pinto Barreto. Entretanto, José Pinto Carneiro disse, em depoimento, que teria ido a Rio das Pedras encontrar com os seus companheiros porque a polícia não os autorizava reunião no centro do Rio. Por essas razões, o juiz Henrique Coelho Vaz Pinto deixou de tomar conhecimento do *habeas corpus* e recomendou que o paciente Belarmino entrasse com outro *habeas corpus* diante do tribunal competente, no dia 15 de janeiro de 1919.

Por volta dos anos de 1920, uma nova onda de antilusitanismo varreu as ruas da cidade. Um *habeas corpus* impetrado a favor do paciente português Carlos Rodrigues Seguro⁵⁶ discutiu o caso desse marinheiro, que mesmo sendo português e sem ter se naturalizado foi admitido como fogueira na Marinha, por tempo indeterminado e de acordo com o Decreto n.º 9468, de 23 de março de 1912. Tal documento legal não foi publicado e dizia que ele poderia ser dispensado a qualquer momento do serviço na Inspetoria de Máquinas, sem direito a quaisquer reclamações e vice-versa. Nessa condição, Carlos prestava serviço desde 27 de abril de 1917. Em 1918, partiu para os Estados Unidos a bordo do encouraçado São Paulo. Chegando em Nova Iorque, desertou. Por essa razão, foi submetido a Conselho de Guerra que o condenou a um ano de prisão com trabalho.

⁵⁶ AJF – 2.ª Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, paciente Carlos Rodrigues Seguro, 1920.

O advogado de Carlos, Fellipe de Souza Mattos, preferiu não discutir a acusação com base na “observância da formalidade do direito e nas leis militares” por ter sido condenado por deserção, o que estava previsto no Código Penal da Armada, artigo 117. Preferiu se apoiar na requisição da igualdade de direitos para um estrangeiro, pois era “ilegalidade manifesta qual a de sujeitar um civil estrangeiro, em tempo de paz, ao foro e pena militar”. Analisando a situação jurídica do paciente diante da Constituição Federal, do Direito Penal Militar e de outros dispositivos legais, se perguntava se Carlos, sendo estrangeiro, poderia exercer cargo civil militar; além disso, se não podendo ser militar, se poderia responder por crime militar. É aí que a sua argumentação enveredou pela Constituição e revelou que, na prática, o governo republicano facultava aos portugueses, inicialmente, as prerrogativas da igualdade diante da lei, mesmo no que tangia aos empregos públicos, que concerniam aos direitos políticos e eram regidos na letra da lei pelo critério da nacionalidade.

Dessa forma, nesse processo o paciente recorreu à letra da lei para se salvar de situação exdrúxula, uma vez que exercia função que só cabia a brasileiros natos ou naturalizados, mas que certamente era compatível com o que julgava ser seu direito, tanto ao trabalho quanto ao não trabalho, podendo tacitamente deixar de ser fogueira. Nessa parte da defesa, o advogado discutiu o que entendia por ser brasileiro e deveres do cidadão. Exigia que o Executivo cumprisse a lei. Ao fazer recurso ao STF, por ter tido o seu pedido denegado, argumentava que a Marinha usava há oito anos lei não publicada. Queixava-se também da

TOGA E A ESPADA, ou a desatenção do Ministério da Marinha para com o Poder Judiciário. Contado, todos diriam ser mentira, o descaso que merecem o pedido de informações, incluindo-se a requisição do mesmo, que à aquele Ministério fizera o MM Juíz. Este gesto despótico atinge a um abuso que o Egrégio Tribunal saberá qualificar e reprimir, sendo que tal descortesia, ou que outro nome tenha, importou na confirmação de nossas alegações.

Assim, nos anos de 1920 começamos a ver uma mudança no relacionamento entre o executivo e o judiciário, que se delinearía de forma mais cabal com a reforma da Constituição em 1926, que confirmou práticas de expulsão do executivo e que restringiu o uso do *habeas corpus*. Nesse caso acima, o STF negou recurso afirmando ser o caso “extraordinário” e não se posicionou quanto ao alegado pelo advogado.

Se as expulsões se baseavam no perigo à ordem do ponto de vista político, essa situação foi contornada com publicação de dois decretos de 1921, que embasaram a possibilidade de repressão à militância porque definiram o que era crime político. Um deles modificou o tempo de permanência no país, com regras sobre entrada e saída. O outro tratou da repressão aos anarquistas, aos já chamados subversivos⁵⁷.

⁵⁷ MENEZES, 2006: 91; MENEZES *et al*, 1997; MARAN *et al*, 1979.

O que constatamos a partir dos anos de 1920 são prisões e deportações feitas pela polícia por motivo de saúde. O Decreto n.º 19482, de 19 de dezembro de 1930, proibia a entrada de passageiros de terceira classe, o que era justificado com base nos discursos antiimigrantistas do período e na menção ao desemprego com a “afluência desordenada de estrangeiros”. A Constituição de 16 de julho de 1934, no seu parágrafo 6.º, artigo 121, estabeleceu o regime de cotas, embora desde o Decreto-lei n.º 1641, de 7 de janeiro de 1907, se proibisse a entrada de mendigos, aleijados e portugueses portadores de enfermidades⁵⁸.

São esses os casos de *habeas corpus* de Antonio Nunes⁵⁹, Rita Ramos do Amaral⁶⁰, Maria de Jesus⁶¹, Arthur Fernandes da Costa⁶² e Antonio Fernandes e Gentil Alcides⁶³. Todos esses indivíduos passaram pela Ilha das Flores e se viram a braços com a Autoridade Sanitária do Porto. Segundo Beatriz Kushnir, o Decreto n.º 9081, de 1911, estabeleceu ser a Ilha das Flores um local para hospedar os desembarcados, que lá não poderia ficar por mais de 8 dias, exceção feita para casos excepcionais⁶⁴.

As duas mulheres citadas vieram encontrar os seus respectivos maridos. Rita chegou a bordo no navio Santaré, com dois filhos menores, para encontrar o brasileiro Amaro José Marques Pereira, com quem vivia maritalmente, tendo com ele dois filhos. Amaro voltara para o Brasil por ter ficado cego em Portugal. Maria de Jesus chegou de Lisboa em companhia de uma filha menor, a bordo do vapor Wusttemberg. Era casada com o português Francisco Albuquerque Magalhães e trazia com ela todos os documentos exigidos no Decreto n.º 16761, de 31 de dezembro de 1924, e que provavam a sua boa conduta, a sua identidade, nacionalidade e estado civil, todos apreendidos pelos funcionários da Diretoria Geral de Povoamento.

No primeiro caso, o advogado alegava que não se podia impedir Rita de desembarcar porque ela nem seus filhos não eram “elementos perigosos ou subversivos ao regime” nem se estava em estado de sítio. O jornal *O Globo* encampou a causa e dizia que ela havia devotado a sua vida a um brasileiro devendo por isso ter direitos, apoio moral e material. Já sob Maria de Jesus pesava a ameaça de ser deportada por estar com suspeita de doença contagiosa: o tracoma. Em sua defesa, o advogado voltava à baila com a igualdade entre nacionais e estrangeiros

quanto à aquisição e ao gozo de direitos civis. Afirmava que o marido, como “chefe da sociedade conjugal” estava privado de seus direitos incontestáveis

58 MENEZES, 2000: 170-171-178.

59 AJF – 2.ª Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, paciente Antonio Nunes, 1927.

60 AJF – 2.ª Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, paciente Rita Ramos do Amaral, 1927-1928.

61 AJF – 2.ª Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, paciente Maria de Jesus, 1928.

62 AJF – 2.ª Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, paciente Arthur Fernandes da Costa, 1931.

63 AJF – 2.ª Região, São Cristóvão, Habeas Corpus, paciente Antonio Fernandes e Gentil Alcides, 1935.

64 KUSHNIR, 2008: 59-73.

“à vida comum, à mútua assistência, ao sustento, guarda e educação dos filhos, direitos e obrigações oriundos da sua qualidade de marido e pai, garantidos expressamente no Código Civil” [e que lhe foram] arrancados violentamente com a proibição de desembarque da sua esposa e filha menor. Perderá, talvez, o pátrio poder sobre a filha menor, se deixá-la ao abandono, se a mesma for repatriada.

Dessa forma, solicitava que o marido tivesse seus direitos civis equiparados aos dos nacionais por conta de ver cumprido o que estabelecia o Código Civil no artigo 384, II – VL e por conta de Sentença de 12 de dezembro de 1827, publicada no *Diário da Justiça* de 23 do mesmo mês e ano, onde se tratava dos casos de repatriamento e se privava ao pai do direito de educar e tratar dos filhos. Citava também sentença da Justiça Federal da 2.^a Vara, publicada no *Diário da Justiça* de 23 de outubro de 1927 e que interpretava o Decreto n.º 21247, de 6 de janeiro de 1921, que por sua vez vedava a entrada apenas de leprosos, tuberculosos, portadores de elefantíase ou de câncer. Nos dois casos, a negativa do *habeas corpus* prendeu-se à questão das provas. No primeiro, Rita não provou que a filha era comum. No segundo, não havia provas do casamento.

Contudo, nem sempre as provas ajudavam. Nos *habeas corpus* impetrados a favor de Arthur F. da Costa elas nada adiantaram. Arthur tinha 26 anos, era domiciliado no Brasil há mais de oito e trabalhava no comércio. Não era doente, segundo conseguiu provar, e tinha identidade fornecida pelo Gabinete de Identificação e Estatística, além do fato de ter feito viagem a Portugal a negócios. A seu favor tinha, inclusive, um requerimento de desembarque firmado pelo negociante Augusto Ferreira dos Santos.

Antonio tinha 63 anos de idade, era casado com brasileira, tinha filhos e netos nascidos em Petrópolis e possuía propriedade em Pedro do Rio. Dentre os seus amigos, estava o ex-deputado federal José de Barros Franco Júnior. Todos esperavam-no no porto, quando foi impedido de desembarcar e levado para a Hospedaria de Imigrantes. Era brasileiro naturalizado e de tudo apresentou provas que lhe foram de grande serventia, junto com o argumento que havia devotado mais de 40 anos “de indefeso labor na terra, durante os quais contraiu a moléstia que se considera cronicamente afetado”. Não esqueçamos que a prevenção dizia respeito aos que vinham se estabelecer na cidade ou retornar para o meio urbano. Um pedido de 1935 relatava a problemática e os critérios que foram usados para o estabelecimento de cotas de entrada de estrangeiros.

Esse processo impediu o desembarque de imigrantes portugueses vindos a bordo do vapor Highland Brigade e trazidos por Enéas Paiva. Segundo o advogado Alcides Gentil, esse agenciador havia obtido concessão para introduzir mil imigrantes europeus antes do Decreto n.º 24215, de 9 de maio de 1934 (regulado pelo Decreto n.º 24258 de 16 de maio de 1934), e que esses foram impedidos de desembarcar por conta de decreto posterior. Alegava a favor do seu argumento o “princípio de direito”. Dizia que a suspeição de que esses homens não vinham para o campo, para trabalho em Bananal, São Paulo, era totalmente

infundada. Além disso, evocava terem esses imigrantes passaporte visado em Lisboa pelo consul brasileiro e que o diretor do Departamento Nacional de Povoamento agia de forma discricionária por ter deixado imigrantes japoneses entrarem em número superior às cotas estabelecidas por nacionalidade.

Para qualquer pessoa de bom senso o sistema da ordem pública está contido na legislação que se adota. A legislação em vigor deve necessariamente inspirar-se no sistema por ela preferido. O impetrante já declarou, mais de uma vez, que essa história de individualismos, facismos, comunismos, despotismos ou imperialismos não lhe perturbe os sentimentos cívicos de brasileiro, contanto que os homens de governo fiquem obrigados à seleção pessoal pelo registro de idoneidade e a fiscalização imediata de seus haveres pelo cadastro patrimonial. Essa velha opinião do impetrante não é segredo para os que neste país estudam problemas de organização política.

Seguia, então, dizendo que a lei brasileira facultava o aproveitamento de um terço de estrangeiros em atividades urbanas e que a cota constitucional dizia respeito tão somente à lavoura. Afirmava ainda que a imigração era bem-vinda porque os serviços humildes não seriam feitos por aqueles que possuíam meios seguros de vida, e era esse aspecto unido àquele da maior proximidade de pessoas amigas que tornavam o emprego fácil para os portugueses, uma vez que os patrícios lhe sorriram com a colocação que procuravam.

Por outro lado, o imigrante português não pode estar sujeito à localização pelo gênero de trabalho. Essa localização a que se refere os decretos de maio de 1934 não foi a que inspirou o legislador constituinte, conforme se vê no artigo 121, § 6.º da carta de 16 de julho. Rosto a rosto da nossa formação nacional e da nossa estrutura étnica, o papel máximo do imigrante português não é o de ir obrigatoriamente para o campo; é o de continuar a ser um coeficiente de raça branca, na nossa mestiçagem, e um fator pessoal de defesa do nosso patrimônio histórico. Subordinar a sua localização exclusivamente a interesse do incremento agrícola, ou só permitir nas cidades portuguesas que tenham dinheiro (Decreto n.º 25258, artigo 3.º) equivale, por um lado, admitir que os portugueses de qualidade procurem ligações com mulheres de cor, e, por outro, supor que essas mulheres residam precisamente nos contros de imigração rural.

Na sua petição, prosseguiu dissertando sobre a miscigenação dos portugueses com negros até chegar ao ponto de criticar a visão da arianização contida no livro de Oliveira Vianna, que dizia que teríamos tendência para a arianização, em *O Povo Brasileiro e a sua evolução*, da Typ. de Estatística, publicado em 1922. Citava ainda o *Diário Carioca* de 23 de junho de 1935, que mencionava que a Constituição, no artigo 121, limitava a entrada de estrangeiros e que o Ministério do Trabalho estabelecia as seguintes cotas provisórias, com base em 2% das entradas dos nacionais nos últimos 50 anos: italianos – 28 027; portugueses – 22 955; espanhóis – 11 524; alemães – 3 088; japoneses

– 2849; poloneses – 2307; etc remetido ao Ministério das Relações Exteriores. Esse jornal mencionava que o desembarque era autorizado se o passaporte tivesse visado pela Departamento Nacional de Povoamento e que se havia dado permissão para o desembarque de 28 000 imigrantes japoneses trazidos em 1924, pela Companhia Kaigai Kogyo Kabashuki Kaisha, destinados a São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Pará. Apropriava-se ainda da matéria do *Diário Carioca* que mencionava que havia sido feita uma consulta jurídica nada mais nada menos que a Clóvis Beviláqua. Era claro o seu intuito de defender o direito de desembarque dos portugueses trazidos por Enéas, comparando estratégias imigrantistas do governo.

O advogado tentava, então, afirmar e reafirmar direitos trazendo para o processo nada mais do que o autor do Código Civil de 1916. Entretanto, acabou tendo o *habeas corpus* negado. O diretor do Departamento Nacional de Povoamento fez a sua defesa repetindo os argumentos do juiz Waldemar da Silva Moreira, da 1.^a vara. Segundo ele, o juiz teria negado a entrada dos lusitanos porque Enéas Paiva não havia obtido a autorização anterior à Constituição. Além disso, havia assinado, em janeiro de 1935, diante da Inspeção Regional do Ministério do Trabalho, do estado de São Paulo, um “termo de responsabilidade” que estava de acordo com a ordem da Diretoria Geral, em ofício de 6 de dezembro de 1935, que mandava atender à condição imperativa do Decreto n.º 24.258, de 16 de maio de 1935. Este facultava a imigração para áreas incultas, destinada ao serviço agrícola e pelo prazo de 3 anos em localidade certa. Enéas havia burlado a lei imigratória e o direito adquirido não poderia ser aplicado.

Dessa forma, o diretor esgrimia duas linhas de argumento que parecem ter se baseado na sentença do juiz. A primeira, afirmava que os portugueses não estavam sofrendo coação à liberdade e que tudo estava de acordo com a portaria do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 30 de junho de 1925. Na segunda, faz a sua autodefesa afirmando direitos que julgava que deveriam pertencer somente a brasileiros e que estavam sendo invocados por portugueses, e, pior, por recém-chegados. Deslocava a questão da afirmação e do alargamento dos direitos para o campo dos “interesses comerciais”:

Ante a majestade da Justiça, não me cabe responder às indelicadezas que se contém na petição junta, e nem me preocupam ser taxados de odiosos os atos, que preciso praticar, e que continuarei a praticar, em correspondência às responsabilidades do meu cargo, que se projeta, qual sentinela avançada, nos portos e fronteiras do Brasil, para preservar a nacionalidade de elementos assalariados, que poderão trazer, talvez, excelente contribuição ao povoamento do solo, na sua concepção restrita, mas indesejáveis se os considerarmos sob um prisma mais elevado, colocando-os acima, bem acima, de interesses meramente comerciais.

Terminava a sua defesa invocando novamente a lei imigratória (Decreto n.º 24 215) e o Regulamento de Passaportes (Decreto n.º 23 704-A), de 8 de janeiro

de 1934. Argumentava igualmente que o *habeas corpus* não deveria ser usado para expor doutrinas ou o valor do elemento português. Certamente criticava a defesa que o advogado havia feito dos lusitanos, mas sabemos por um recorte do jornal *Lux*, de 7 de janeiro de 1935, que o juiz Ribas Carneiro, que novamente examinou o caso, havia denegado o *habeas corpus* sob o seguinte fundamento: “o interesse da coletividade, o interesse nacional predomina em todos os sentidos a quaisquer direitos individuais, romantismo a Rousseau e a Goethe”. Ainda de acordo com a notícia, que reproduziu partes da sentença, o juiz teria afirmado que os elementos trazidos por Enéas aumentariam a população cosmopolita,

sem o menor interesse à economia brasileira, talvez com prejuízo desta, trazendo os preceitos que estiolam a Europa, intoxicando o meio social do nosso país com idéias, tendências, costumes, de que já nos sentimos fartos de aturar. (...) tenho sustentado que a época do liberalismo radical, do extremado individualismo, é uma sombra do passado e que a supremacia do Estado, como órgão tutelar da sociedade, fala com uma eloqüência tão impressionante, que somente não é ouvida pelos surdos e pelos piores surdos, aqueles que não querem ouvir, os negativistas da autoridade, os entusiastas pela desordem, a “claque” da demagogia (...) O interesse da coletividade, o interesse nacional predomina em todos os sentidos a quaisquer direitos individuais, romantismo a Jean Jacques Rousseau e Goethe.

O juiz remetia-se à nacionalização do trabalho, tema tão caro ao governo Vargas⁶⁵. Apontava também claramente para a construção da cidadania estreitamente ligada ao Estado e ao pertencimento à nação, negando a possibilidade de se discutir quaisquer outros tipos de direitos. Afirmava, ainda, que acatava os argumentos do Diretor porque

o Estado [tem] o poder inerente à sua soberania e essencial à sua própria conservação de proibir a entrada de estrangeiros em seus domínios ou de admiti-los somente nos casos e sob condições que entender convenientes, como aliás, em toda parte.

Como argumento de autoridade, citava longo trecho de sentença proferida na Suprema Corte dos Estados Unidos da América, que afirmava ser o Estado soberano nas suas decisões.

CONCLUSÃO

Todas estas demandas tiveram significado especial em momento de pretenso igualdade democrática, como no primeiro período republicano, que, contudo, demonstrou-se ocasião de exceção política constante com estados de sítio

⁶⁵ GOMES, 1979.

decretados justamente em função do alegado perigo à ordem, consubstanciado pelo que se entendia ser direito dos indivíduos, nacionais ou estrangeiros, e pelo intenso movimento social.

Portanto, ao analisar a participação dos portugueses nos movimentos sociais e o recurso à Justiça pretendemos avançar nas reflexões sobre a necessidade de alargarmos o conceito de cidadania, ultrapassando a sua divisão em direitos políticos, civis e sociais. Pretendemos reforçar a idéia que a cidadania deve apontar na direção das identidades construídas no movimento social e o seu entendimento deve mapear as expectativas de vivências das liberdades dentro de uma sociedade democrática. A luta política pode ser entendida como forma de alargamento de direitos, onde o indivíduo nem é cooptado pelo Estado nem meramente aceita ou reivindica a concessão de direitos.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Charleston José de Sousa; DUARTE, Leila Menezes, 2007 – “Imigração portuguesa e conflito urbano: portugueses detidos na Casa de Detenção do rio de Janeiro (1880-1930)”, in SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia (coord.) – *Emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/FAPERJ, p. 143-170.
- CABRAL, Manuel Villaverde 2003 – “O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, n.º 51.
- CARAVANTES, Eduardo, s.d. – “O poder Judiciário brasileiro a partir da Independência”, menção honrosa no concurso “André da Rocha”, promovido pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), Sequincentenário da Independência nacional.
- CARVALHO, José Murilo de, 2003 – *O foco e a articulação, Projeto Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: PRONEX/FAPERJ/CNPq.
- CARVALHO, Marcus de, 1998 – *Passos no caminho da liberdade. Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822 – 1850*. Recife: Editora Universitária/UFPE.
- CHALHOUB, Sidney, 1986 – *Trabalho, lar e botequim*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CHALHOUB, Sidney, 1990 – *Visões da Liberdade. Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CORREA, Darcísio, 2002 – “Cidadania: a construção conflitiva do espaço público”, in *A construção da cidadania. Reflexões Histórico-Políticas*. Ijuí: Editora Unijuí.
- COSTA, Emília Viotti da, 1977 – “Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil”, in MOTTA, Carlos G. – *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, p. 64-125.
- DIAS, Maria Odila Silva, 1972 – “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”, in MOTTA, Carlos Guilherme – *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, p. 160-184.
- DIAS, Maria Odila Silva, 1998 – “Sociabilidade sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881”, in FREITAS, Marcos Cezar (org.) – *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2.ª ed.
- GOMES, Angela Maria de Castro, 1979 – *Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- GRINBERG, Keila, 1994 – *Liberata, a lei da ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- GRINBERG, Keila, 2002 – *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRINBERG, Keila, 2006 – “Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX”, in

- LARA, Sílvia H. E.; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.) – *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 101-128.
- HOBBSBAWN, Eric, 1990 – *Nação e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidades*, Tradução Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOBBSBAWN, E. J, 1996 – *Ecossistemas da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KOERNER, Andrei, 1998 – *Judiciário e cidadania na constituição da República Brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política.
- KUSHNIR, Beatriz, 2008 – “A hospedaria central: a Ilha das Flores como a ante-sala do Paraíso”, in MATOS, Maria Izilda et al (org.) – *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. São Paulo/ Baurú: EDUSC, p. 59-73.
- LARANJA, Kátia Torfíbio Laghi, 2005 – “As garantias do cidadão no Brasil: do Habeas Corpus ao Mandado de Segurança”, in CAMPOS, Adriana Pereira – *Velhos temas, novas abordagens: História e Direito no Brasil*. Vitória: PPGHis, p. 41-49.
- LOPES, José Reinaldo de Lima, 2004 – *As palavras e a lei. Direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Editora 34/EDESP.
- LOPES, José Reinaldo de Lima, 2007 – “Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1890). A formação da cultura jurídica brasileira”. *Almanack Brasiliense*. São Paulo: USP/IEB, n.º 5.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, 2007 – “O direito de ser africano livre na década de 1860 ou a lei de 1831 e a questão servil”, in NEDER, Gizlene e outros (orgs.) – *História e Direito*. Rio de Janeiro: Editora Revan, p. 163-174.
- MARAN, Sheldon Leslie, 1979 – *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, 1999 – *Entre as mãos e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos para a abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 1997 – *Os indesejáveis; desclassificados da modernidade*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 2000 – “Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, história de fracassos”, in GOMES, Angela Maria de Castro (org.) – *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (19-7-1930)”, in MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, p. 86-117.
- PENA, Eduardo Spiller Pena, 2001 – *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT.
- PEREIRA, Vantuil, 2008 – *Ao Soberano Congresso. Petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. Niterói (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF).
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B, 2003 – “Introdução”, in PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (orgs) – *História da cidadania*. São Paulo: Contexto.
- RIBEIRO, Gladys Sabina, 1990 – *Mata galegos: os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense.
- RIBEIRO, Gladys Sabina, 1995 – “Dos Caras de La Misma Moneda: La Recreacion Del Prejuicio Racial Y Del Prejuicio Nacional En La Republica Velha”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, v. 29, p. 169-190.
- RIBEIRO, Gladys Sabina, 2000 – “Os portugueses na formação da nação brasileira: o debate historiográfico desde 1836”. *Ler História*. Lisboa, n.º 38, p. 103-123.

THOMPSON, E. P., 1982 – *The Making of the English Working Class*, 13.^a ed. Middlesex/New York: Penguin Books.

THOMPSON, E. P., 1987 – *Senhores e caçadores. A origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OS TRABALHADORES PORTUGUESES NA CIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS, NO FINAL DO SÉCULO XIX

*Maria Aparecida Franco Pereira
Maria Suzel Gil Frutuoso*

Os imigrantes portugueses em Santos são a principal corrente imigratória da segunda metade do século XIX a meados do século XX. Alguns estudos mostram sua participação na vida econômica e social da cidade.

O presente texto, que faz parte de um projeto de pesquisa mais abrangente sobre a presença dos portugueses em Santos, ateve-se a fazer um levantamento e um estudo inicial sobre trabalhadores lusos, nos arquivos de duas instituições tradicionais: a Santa Casa de Misericórdia, criada em 1543, e a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos, fundada em 1859.

Pretendeu-se identificar, embora se tratando de uma amostragem, os portugueses imigrados para Santos e suas atividades profissionais na cidade. A intenção foi ainda traçar, tanto quanto possível, um perfil desses trabalhadores, tendo em vista sua origem geográfica, idade e estado civil.

A cidade apresentou certo desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XVIII, quando o Morgado de Mateus, um dos governadores ilustrados pombalinos, incentivou a plantação de cana-de-açúcar no interior paulista, com o produto exportado pelo porto de Santos. A construção da calçada do Lorena, importante obra de engenharia da época, vencendo as escarpas da Serra do Mar pela qual transitavam tropas de muares, facilitou a condução do açúcar para o porto, ao desenvolver a comunicação entre o planalto e o litoral.

A produção e a exportação açucareira foram pouco a pouco superadas pelo café, que na metade do século XIX consegue a liderança na economia nacional.

Acanhada territorialmente, entretanto em meados do século XIX Santos preparava-se para se tornar importante centro econômico. A década de 1860 marca a construção da ferrovia, ligando o porto ao interior produtor do café. Também as atividades portuárias e a dinâmica da economia agro-exportadora do café em ascensão levaram ao crescimento populacional. Inicia-se assim uma nova fase de desenvolvimento para a cidade, principalmente a partir de 1870, transformada em escoadouro da produção e praça de comercialização do café.

É nesse contexto que os estrangeiros começam a afluir cada vez mais em busca de melhores condições de vida, por causa da situação econômica ou da política de seus países de origem.

No século XIX a colônia portuguesa já apontava como a mais importante corrente imigratória da cidade como mostram os censos do período. Em 1854 o presidente da Província, José Antonio Saraiva, ordenou que fosse feito um recenseamento em São Paulo, apurando-se para o município de Santos 7855 habitantes, desses, 710 eram estrangeiros¹.

No censo de 1872, a população santista aumentara para 9192 habitantes, sendo 1577 estrangeiros, e os portugueses, 931 indivíduos, pouco mais de 10% da população geral e quase 60% da população estrangeira².

Será o censo de 1913 que mostrará a importância numérica dessa presença. A população urbana, composta de 71236 habitantes, compreende 33 612 estrangeiros dos quais 18856 são portugueses (12090 homens; 6766 mulheres). Os espanhóis são o segundo grupo mais numeroso (7076), seguido dos japoneses (3200).

A cidade santista apresentava um cenário econômico com possibilidades crescentes de emprego para os imigrantes que começavam a afluir em grande escala: a ferrovia, a partir de 1867, no transporte do café e mercadorias; a modernização das docas, a partir de 1880; o aparelhamento da infra-estrutura urbana (calçamento, iluminação, saneamento, transporte); construção civil; as atividades de sobrevivência vital (padaria, taverna, quitanda, pensão; lazer etc.). E os serviços ligados diretamente ao comércio do café.

Entretanto, como entender a atração dos imigrantes por uma cidade que se modernizava, mas em que o saneamento e a saúde eram problemas graves a enfrentar? Com os perigos da insalubridade, as doenças e as epidemias que matavam indiscriminadamente, muitas delas atingindo em maior número os trabalhadores, os pobres. Cidade de clima quente, quase sem infra-estrutura (sem rede de esgoto, sarjetas, poucas calçadas, buracos e ratos, sem escoamento das águas pluviais que inundavam a planície e as ruas, criando focos de doenças), as epidemias (febre amarela, peste bubônica, tifo, varíola) encontravam em Santos, freqüentemente visitada por navios que traziam doentes, terreno propício para a sua disseminação.

As condições higiênicas d'esta cidade são as piores possíveis e muito, senão tudo há a fazer para torná-la apta a repelir o inimigo traiçoeiro que aparecendo entre nós aniquila milhares de vidas preciosas, trazendo ao mesmo tempo o terror e com ele avultando prejuízo ao comércio (Ofício da Comissão de Vigilância Sanitária de Santos, de 17 de maio de 1889)³.

Embora conhecida como “città maledetta” não é a única a sofrer os óbitos pelas epidemias: “a febre amarela, saindo das bordas litorâneas, atinge a zona cafeeira, penetrando em Campinas e, de lá, irradiando-se pela Mogiana rumo a Ribeirão Preto, o grande centro produtor do ouro verde”⁴.

¹ ÁLVARO, 1919: 13.

² ÁLVARO, 1919: 13.

³ LOPES, 1974: 157.

⁴ LOPES, 1974: 133.

A febre amarela fez considerável número de vítimas fatais em Santos: relativamente poucas de 1850-1872 (221 em 22 anos). A primeira grande epidemia dá-se em 1873; no período de 1873 a 1888, há mortalidade maior como em 1876 (284); 1878 (175); 1889 (750). Os números tornam-se mais assustadores a partir de 1891: 1891 (1019), 1892 (1823), 1893 (1668), 1894 (172) e 1895 (1058, sendo 53% estrangeiras).

De 1895 a 1902, o total de óbitos por febre amarela é 1961: 1376 são brasileiros; 261 portugueses; 112 espanhóis.

Outras epidemias (peste bubônica, febre tifóide, varíola) assolavam Santos⁵. Em 1892, há também 823 óbitos por varíola. A peste bubônica, relacionada com a existência de ratos contaminados nas cocheiras, também matou (embora em número bem menor), nas épocas vizinhas a 1900. A Comissão Sanitária incinerou, em 1900, 67500 ratos; em 1902, 52000!

O movimento da febre amarela e outras epidemias coincide com a entrada de imigrantes. As oportunidades abertas pela cafeicultura exerciam mais atrativos aos estrangeiros. Apesar da cidade não possuir a infra-estrutura para receber o grande número de portugueses, eles continuam a chegar, encontram (os que sobrevivem) possibilidades de amealhar economias para viver e enviar a seus familiares, igrejas ou outras instituições lusas. Muitas vezes, contavam com alguém na terra santista que servia de amparo inicial.

Para fugir às epidemias havia também a possibilidade de busca de locais menos contaminados, como a cidade vizinha, São Vicente. O grande sanitarista Guilherme Álvaro diz, numa das crises mais violentas (em 1889), que a cidade se despovoara logo no começo de março⁶.

O Relatório do Professor Público de primeiras letras da Vila de S.Vicente, Pe. Antonio Agostinho de Sant'Anna, datado de 1º de novembro de 1876, observa: "Com as epidemias e às vezes por causa dos banhos de mar, vem algumas famílias; tem ocasiões que freqüentam muitos [alunos] conforme a estada das mesmas neste lugar"⁷.

Em 1907, o sistema de saneamento (cujo plano urbanizou a cidade) estava concluído e a febre amarela não apresentava mais óbitos desde 1905.

1. A SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE SANTOS

Foi a partir dessa realidade gerada pelas epidemias e outras doenças que alguns portugueses, com destaque na cidade, resolveram criar uma associação que pudesse dar apoio aos seus patrícios, especialmente em tratamento de saúde.

⁵ Dados dos pacotes "Óbitos", do Arquivo da Prefeitura Municipal de Santos citado por Betralda Lopes, p. 59 e 60.

⁶ ÁLVARO, 1919: 25.

⁷ Relatório ao Dr. Francisco Aurélio de Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, AESP (atualizada a grafia). Agradecemos a Alcides Caetano da Silva Jr., aluno do 4º de História da Universidade Católica de Santos, a cópia do documento.

Desse movimento nasceu a Sociedade de Beneficência Portuguesa fundada em 21 de agosto de 1859, que se mantém em atividade até hoje. Em 16 de setembro de 1859, uma assembléia, com 98 sócios, liderada por José Joaquim de Souza Airam Martins e Joaquim José da Costa e Silva, aponta a necessidade dos portugueses se unirem nessa obra humanitária.

Os freqüentes apelos resultaram no crescente número de sócios e do patrimônio da instituição. Em 1862 uma grande campanha convida os portugueses a se associar à Beneficência e, a partir daí, é possível verificar, no livro de registros de sócios, o aumento constante de associados.

Em seu livro sobre a Beneficência Portuguesa, Jaime Franco mostra como a cidade se agitou com a Guerra do Paraguai. Em 1864 as tropas que se deslocavam para o Sul transitavam por Santos, onde se organizavam batalhões de voluntários. “Neles se alistaram muitos portugueses que exerciam várias profissões necessárias aos trabalhos de acampamento”⁸.

A vida comercial e associativa da cidade é prejudicada, em especial a da Beneficência, “cujos diretores poucas vezes se reuniram e destas reuniões não se lavraram atas [...]. Em 1866 esses são reeleitos quase todos por falta de pessoas para assumir a direção da Instituição”⁹. É quando, em 1866, a Beneficência recebe a doação de um terreno onde seria construído o primeiro hospital, no bairro do Paquetá, em local pouco salubre. A pedra fundamental foi lançada em abril de 1868 e a abertura solene do hospital dá-se dez anos após, em 1878. Essa instituição contribuiu enormemente com a saúde dos trabalhadores portugueses radicados em Santos e também de empresários, construindo um modelo de hospital que ao longo de décadas marcaria presença na cidade.

Antes do funcionamento do hospital, a Beneficência mantinha um convênio com a Santa Casa de Misericórdia de Santos para tratamento de saúde de seus sócios; ou estes ficavam em suas residências, recebiam a visita do médico e remédios. Antes disso, as pessoas com mais recursos dirigiam-se ao Rio de Janeiro para tratamentos mais modernos de saúde.

Aos poucos a instituição abriu-se também para brasileiros e outros estrangeiros, em especial nos períodos calamitosos de epidemias.

A partir de registros de sócios no período de 1862 a 1874, foi possível fazer o levantamento de profissões exercidas por portugueses e traçar um perfil desses associados, embora se tratando de um curto período (13 anos).

Estima-se que haja nos dois grandes livros, desde a segunda metade do século XIX a meados do século XX, cerca de 20 mil matrículas. Esses livros encontram-se aparentemente em bom estado, mas apresentam problemas de higienização e de manuseio, e os registros, algumas dificuldades com relação a abreviações, o que leva a um maior cuidado na consulta e pesquisa de dados.

Além de uma relação das atividades profissionais dos lusitanos, a documentação trouxe outros dados referentes a sua origem geográfica, filiação,

⁸ JUNOT, 1959: 98.

⁹ JUNOT, 1959: 98.

idade, estado civil, endereço e data em que se tornou sócio da instituição. Há outras informações como mudança de categoria de sócio, falecimento, transferência para outra cidade e desligamento da associação.

Essa documentação apresenta uma seqüência de número de matrícula, mas por vezes a numeração falha, sem que haja qualquer ressalva, tratando-se possivelmente de erro. Há registros em que consta apenas o nome do associado, sem qualquer outra informação (sem possibilidade de apurar-se a nacionalidade), ou falha em um ou outro dado como estado civil, idade, profissão, endereço.

A origem geográfica mostra que a grande maioria era proveniente dos distritos do norte de Portugal. Aparecem o nome de cidades e vilas bastante conhecidas e de outras que se tornam mais difíceis de localizar; consta o nome, mas não há referência à freguesia, ao concelho ou ao distrito; outras vezes aparece apenas o nome da Província.

Quanto ao item referente a profissões, há uma variedade delas, mas chama a atenção a de negociante, que entre os sócios da Beneficência era de pouco mais de 1/3 do total dos registros. Esse grupo está também entre os principais benfeitores da instituição. Segue-se a dos trabalhadores sem profissão definida e a dos caixeiros.

Quadro n.º 1 – Período de 1862 a 1874 (13 anos) – 393 registros consultados

Número de sócios portugueses: 317	
Ativos	254
Remidos	48
Benfeitores	13 (de um total de 29)
Beneméritos	02 (de um total de 03)

O período de 1862 a 1874 mostra que a esmagadora maioria de sócios era de portugueses (317 num total de 393). Há também alguns de outras nacionalidades e brasileiros, que aparecem quase sempre como beneméritos ou benfeitores.

A Beneficência tinha em seu quadro associativo, nesse período, 29 benfeitores. Desses, 13 eram portugueses, nove deles eram negociantes, um caixeiro, um artista, um religioso, um sem indicação profissional; eram oriundos dos distritos do norte de Portugal (quatro do Porto, dois de Penafiel, dois de Póvoa de Varzim, um de Braga, um de Cabeceira de Bastos, um de Barcelos, um de São Salvador de Travanca e um da Ilha do Faial nos Açores). Entre eles encontra-se o comendador Antonio Ferreira da Silva, negociante, natural de Penafiel, no distrito do Porto.

Os demais são na sua maioria brasileiros. Destacaram-se como Benfeitores, o comendador Nicolau Vergueiro, que aparece como negociante (mais tarde, visconde de Vergueiro e Benemérito, cuja família era ligada ao café); e o imigrante natural de Vigo, José Caballero, sapateiro, que mais tarde se tornaria um nome importante na cidade, como proprietário de uma casa de banhos e terras na região de Pilões em Cubatão, no município de Santos.

Os beneméritos eram três (um brasileiro e dois portugueses): Manoel Ferreira Vinagre, solteiro, natural de Vila Real, negociante; e Luíza Sousa Marianna, casada, natural da Ilha do Faial.

A importância de tais sócios (sejam ativos, beneméritos e benfeitores), é que todos contribuíram financeiramente para a manutenção da Instituição e da construção do hospital, inaugurado apenas em 1878, adquirindo também, com isso, o direito a tratamento de saúde.

Quadro n.º 2 – Profissões

Profissão	Número de profissionais
Negociantes	104
Trabalhadores	59
Caixeiros	50
Pedreiros	14
Carpinteiros	12
Sapateiro	9
Ferreiro	8
Marítimo	6
Canteiro	5
Jornaleiro	5
Guarda-Livros	4
Alfaiate	4
Tanoeiro	4
Pintor	3
Barbeiro	3
Charreteiro	2
Tamanqueiro	2
Artista	2
Serralheiro	2
Latoeiro	1
Farmacêutico	1
Tipógrafo	1
Cigarreiro	1
Seleiro	1
Empregado da Estação	1
Ator	1
Comércio	1
Arquiteto	1
Lavrador	1
Charuteiro	1
Carroceiro	1
Ourives	1
Empregado da Estrada de Ferro	1
Calceteiro	1
Cozinheiro	1
Enfermeiro	1
Total	315

Desses números, como já ficou evidenciado, chamam a atenção os “negociantes” (104), praticamente 1/3 do total de registros. A seguir vêm os “trabalhadores” sem profissão específica, podendo trabalhar em qualquer atividade não

qualificada. Os caixeiros (empregados de casas comerciais) explicitam a atividade comercial, importante na cidade. A designação de negociante não fornece informações sobre o tipo de empresa ou negócio a que se dedicavam os portugueses.

Esses trabalhadores portugueses, sócios da Beneficência, residiam em sua maioria na cidade de Santos. Não há nenhum registro de sócio residente na vizinha cidade de São Vicente, localidade mais salubre.

Dados sobre a origem geográfica (naturalidade)

Os sócios da Beneficência eram provenientes em sua maioria dos distritos do Norte de Portugal, com apreciável presença açoriana.

Quadro n.º 3 – Origem geográfica¹⁰

Porto	35
Vila Nova de Gaia (Distrito do Porto)	9
Lisboa	9
Braga	8
Coimbra	4
Penafiel (Distrito do Porto)	4
Vila Real	4
Monção (Distrito de Viana do Castelo)	4
Ilhas dos Açores	29
Ilha da Madeira	5

Dados sobre idades

As idades variam entre 8 e 71 anos. As faixas etárias de 8 a 17 anos não ultrapassam um ou dois indivíduos em cada uma, o mesmo ocorre com as de 44 a 71 anos, não são expressivas. De 18 a 19 anos: há seis indivíduos em cada uma. Nas de 20, 21, 24, 35, 36 e 37 anos aparecem oito indivíduos em cada uma.

A maior concentração de sócios encontra-se nas faixas etárias de:

Quadro n.º 4 – Idades

Idade	Número de Indivíduos	Idade	Número de Indivíduos
17	14	32	14
22	10	33	14
23	18	38	9
25	18	40	7
26	16	41	5
28	16	43	4
29	11	45	7
30	25	46	6
31	13		

¹⁰ Outros distritos aparecem com menos de 4 indivíduos.

A maior concentração encontra-se entre os 23, 25, 26, 28, 30, 32 e 33 anos, destacando-se a idade de 30 anos. As idades de 47 a 62 anos que aparecem nos registros indicam apenas um ou dois indivíduos em cada uma delas. Os mais jovens, abaixo de 17 anos e os indivíduos de 42, 44 e acima de 47, estão em número pouco expressivo.

Dados sobre estado civil

Nos registros de matrícula em que consta o estado civil do associado (312), aparecem:

Quadro n.º 5 – Estado civil

Solteiros	237
Casados	71
Viúvos	4

Apontando que a maioria é composta por solteiros, em alguns casos mesmo após os 40 anos. É marcante o número de solteiros entre 18 e 35 anos. Os casados estão em menor número e o de viúvos é muito baixo. Os casamentos se dão mais a partir dos 35 anos.

Ao analisar a idade do grupo dos negociantes, verifica-se que há negociantes em quase todas as faixas etárias, de adolescentes a pessoas com mais idade, embora apareçam em número reduzido. A idade dos negociantes: 16 a 71 anos.

Concentração de idades dos negociantes¹¹

Quadro n.º 6 – Idade dos negociantes

30 anos	10
28, 32, 36, 46	5 em cada (20)
23, 25, 26, 27, 34, 38	4 em cada (24)
21, 29, 31, 33, 35, 37, 40	3 em cada (21)
Total	75 indivíduos

Estado civil dos negociantes

Quadro n.º 7 – Estado civil dos negociantes

Solteiros	59
Casados	44
Viúvos	1

¹¹ As demais idades aparecem com um ou dois indivíduos.

Os solteiros representam mais de 50% desses indivíduos, ao comparar com a tabela das idades, observa-se que eram homens jovens e solteiros que predominavam nessa atividade profissional.

Origem geográfica dos negociantes

Quadro n.º 8 – Origem geográfica dos negociantes

Maior concentração (por distrito)			
Porto	10	Distrito do Porto	29 = 39
Braga	4	Distrito de Braga	14 = 18
Vila Real	2	Distrito de Vila Real	10 = 12
Viana do Castelo	1	Distrito de Viana do Castelo	9 = 10
Viseu	2	Distrito de Viseu	4 = 6
Ilhas dos Açores	9	do Faial	2
		de São Miguel	3
		da Terceira (Angra do Heroísmo)	3
		da Graciosa	1
Ilha da Madeira	3	–	

A maior concentração de negociantes é do continente, embora seja apreciável o número daqueles oriundos das ilhas atlânticas.

Estão presentes os açorianos. Dos registros consultados dos 29 açorianos nove eram negociantes, ou seja, quase 1/3. Os madeirenses aparecem em cinco registros, e desses, três também eram negociantes. Apesar de constituírem um número pequeno representam mais de 50% dos madeirenses matriculados como sócios da Beneficência no período estudado.

Trabalhadores

Idades dos trabalhadores: entre 18 e 71 anos.

Concentração de idades dos trabalhadores: entre 20 e 45 anos, destacando-se os de 20 a 32 anos.

Estado civil dos trabalhadores

Quadro n.º 9 – Estado civil dos trabalhadores

Solteiros	47
Casados	10
Viúvos	2

Origem geográfica dos trabalhadores

Quadro n.º 10 – Origem geográfica dos trabalhadores

Maior concentração (por distrito)			
Porto	9	Distrito do Porto	17 = 21
Braga	–	Distrito de Braga	8 = 8
Viana do Castelo	–	Distrito de Viana do Castelo	4 = 4
Vila Real	–	Distrito de Vila Real	2 = 2
Ilhas do Açores	11	Terceira	5
		S. Miguel	2
		Pico	2
		Faial	1
		Graciosa	1
Ilha da Madeira	2	–	–

Os trabalhadores também são, em sua maioria, jovens e solteiros.

Caixeiros – idade dos Caixeiros: entre 13 e 49 anos. Concentração de idades dos caixeiros: entre 18 e 25 anos, seguida dos de 27 a 33 anos. São principalmente homens jovens.

Estado civil dos caixeiros

Quadro n.º 11 – Estado civil dos caixeiros

Solteiros	47
Casados	2
Viúvos	1

Origem geográfica dos caixeiros¹²

Quadro n.º 12 – Origem geográfica dos caixeiros

Maior concentração (por distrito)			
Braga	3	Distrito de Braga	12 = 15
Porto	6	Distrito do Porto	6 = 12
Viana do Castelo	5	Distrito de Viana do Castelo	= 5
Vila Real	1	Distrito de Vila Real	3 = 4
Aveiro	–	Distrito de Aveiro	3 = 3
Bragança	–	Distrito de Bragança	2 = 2
Açores	2	–	= 2

¹² Outros distritos de Portugal aparecem com um caixeiro por distrito.

Origem geográfica dos pedreiros¹³

Quadro n.º 13 – Origem geográfica dos pedreiros

Maior concentração (por distrito)			
Porto	4	Distrito do Porto	4 = 8
Braga	–	Distrito de Braga	3 = 3

Carpinteiros: origem geográfica dos carpinteiros

Quadro n.º 14 – Origem geográfica dos carpinteiros

Maior concentração (por distrito)	
Distrito do Porto	4 (concelho de Vila Nova de Gaia)
Distrito de Braga	3

Idade dos pedreiros, entre 21 e 40 anos, os carpinteiros entre 24 e 36 anos. Quanto ao estado civil, os pedreiros eram 10 solteiros e 4 casados, os carpinteiros 9 e 3, respectivamente.

CONCLUINDO

Ao observar as tabelas verifica-se que os imigrantes portugueses sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência eram homens, o que é uma característica marcante da emigração portuguesa durante décadas. Esses mesmos sócios são os trabalhadores e empresários levantados neste estudo, que se radicaram na cidade portuária de Santos para trabalhar.

Nas profissões citadas a maioria é composta por homens jovens e solteiros, provenientes principalmente dos distritos do norte de Portugal, com forte concentração em torno do distrito do Porto e distritos de Braga e Viana do Castelo (na província do Minho). Há uma apreciável presença açoriana, mas os madeirenses são pouco expressivos.

Tanto entre os negociantes, trabalhadores, caixeiros e outras ocupações a tônica é a mesma, revelando o que as estatísticas demonstram sobre a imigração portuguesa para o Brasil no século XIX, homens jovens e solteiros que quando radicados em cidades buscavam atividades ligadas ao comércio e aos serviços. A atividade de negociante chama a atenção, tanto entre os do continente quanto os das ilhas atlânticas. Mesmo não sendo citado o ramo de negó-

¹³ Outros distritos, aparecem apenas com 1 indivíduo em cada.

cios a que se dedicavam, aparecem em número considerável nos registros consultados, enfatizando o potencial econômico de Santos.

Os dados obtidos possibilitam uma continuidade do estudo e um maior entendimento sobre os lusos em Santos.

2. HOSPITAL DA IRMANDADE SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTOS

A Irmandade de Misericórdia, desde o seu início, preocupou-se com a assistência hospitalar. Segue a secular tradição portuguesa, desde a época em que D. Isabel de Aragão, esposa de D. Dinis, promoveu a abertura em Alenquer, no século XIV, de vários hospitais. D. Isabel é considerada, por isso, a predecessora das Misericórdias.

Mais tarde, D. Leonor de Lencastre, esposa de D. José III, dedicou-se às obras de beneficência, fundando a 15 de agosto de 1498, a Irmandade de Misericórdia em Lisboa.

Várias novas misericórdias vão sendo criadas, e se dedicam então ao serviço hospitalar. Assim acontece em Santos, em 1 de novembro de 1543, por incentivo do fidalgo português Brás Cubas, que chegou em janeiro de 1532 com a frota de Martim Afonso de Sousa, relacionado com D. João III.

Brás Cubas era neto de Nuno Gonçalves, fundador da Misericórdia do Porto. Inspirando-se na Misericórdia de Portugal, promoveu a instituição de uma Irmandade, iniciando um pequeno hospital junto ao Outeiro de Santa Catarina, no povoado nascente de Santos, com a legenda “Casa de Deus para os Homens; porta aberta ao mar”.

O hospital atendia os marinheiros portugueses, que aportavam na vila de Santos, e os seus habitantes, pois a região era insalubre por seu clima quente e pelos inúmeros pântanos que possuía.

A Misericórdia era muito importante, como destaca o médico Cláudio Luiz da Costa (1798-1869), provedor da Irmandade, em relatório de 1837: “Os capitães geraes d’esta Província logo que tomavão posse de seus respectivos Governos punhão – Cumpra-se – n’este Compromisso como que para renovar o vigor desta Lei por uma renovada sanção.

A data destas sancções, a mais remota hé do dia 1.º de Novembro de 1592, 41 anos depois que o compromisso foi decretado em Almeirim”.

Após a morte de Brás Cubas (1592), pouco se sabe com detalhes sobre a Irmandade, pois o documento mais antigo, encontrado pelo Provedor Cláudio Luiz da Costa, é de 1.º de julho de 1709: “só desta época em diante hé que vos posso fazer uma descrição mais circunstanciada [...]; neste documento há informações antigas havendo dado a descrição de tudo quanto se passou n’esta Irmandade no longo espaço de 166 anos, perdendo-se, talvez, preciosos documentos”.

O provedor resenhou a atividade da Irmandade, mostrando “o pequeno número de vezes que se reuniu, a Mesa desta Irmandade para tratar dos seus peculiares interesses, desde quando aquelle anno de 1709 até 1830” (espaço de 121 anos).

Cláudio Luiz da Costa enceta a recuperação da Irmandade. Em 4 de setembro de 1836, é inaugurado o novo hospital junto ao atual Monte Serrat. Em 1878 iniciaram as ampliações do hospital devido ao crescimento da população, concluídas em 1902.

É este último hospital que temos presente neste estudo, mas cujo tamanho em dezembro de 1924 já preocupava a Mesa Administrativa: “Nenhum dos Snrs. mesários ignora o desenvolvimento que está tomando a nossa cidade e dentro de pouco tempo o nosso actual hospital será pequeno para attender as necessidades geraes” (palavra do tesoureiro)¹⁴.

Os portugueses tinham presença no hospital, tanto como doentes como funcionários.

O Primeiro Relatório¹⁵ do provedor Cláudio Luiz da Costa apresenta um quadro de internações coletadas de 1 de outubro de 1831 a 22 de julho de 1837: foram 775 internamentos (623 homens e 152 mulheres).

Quadro n.º 15¹⁶

Filhos de Portugal	258
Filhos da Província de São Paulo	182
Filhos da África, livres, libertos e escravos	98
Filhos de outras Províncias do Império	83
Outros estrangeiros	61
Total	775

São tratados:

Marinheiros	278
Pobres	424
Curados à sua custa	73
	775

¹⁴ Primeiro Relatório apresentado à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia desta Villa de Santos, em sessão geral ordinária realizada em 22 de junho de 1837, pelo seu provedor Cláudio Luiz da Costa.

¹⁵ Ata da 2.ª Sessão Extraordinária de Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Santos, em 24 de dezembro de 1924. O quarto e atual Hospital é inaugurado somente em 2 de julho de 1945, nas festividades de Santa Isabel, padroeira das Santas Casas, com a presença do então presidente da República, Getúlio Vargas.

¹⁶ Há erro de soma na última parcela. O texto consultado é cópia datilografada, mas ele, mais adiante, contém a observação referente à existência de um terço de portugueses internados.

Quadro n.º 16 – Livro de registro de empregados da Santa Casa de Misericórdia de Santos n.º 2 (1886-1891)

Nome	Naturalidade	Nascimento	Registro	Profissão	Páginas
José de Magalhães Bastos	Português	32 anos [1858]	18/12/1890	Enfermeiro	p. 36
Manoel Antonio Gomes	Chaves	30 anos [1857]	29/08/1887	Enfermeiro	p. 37
Abel Correia Viegas	Ameal do Campo		23/06/1887	Servente	p. 39
João Antonio Coxo	Chaves	30 anos [1856]	04/05/1886	Enfermeiro	p. 43
Adriano Rodrigues	Porto	23 anos [1867]	12/04/1890	Enfermeiro	p. 49
Domingos Rodrigues Netto	Abacás	40 anos [1849]	13/06/1889	Ajudante de enfermagem	p. 49
Virgínia de Jesus Cardoso	São João	24 anos [1867]	09/01/1891	Enfermeira	p. 70
Antonio Espigas	Vila Real	23 anos [1866]	20/02/1889	Ajudante de enfermagem	p. 77
Antonio ?	Vila Real ?	25 anos [1865]	08/12/1890	Ajudante de enfermagem	p. 78
Antonio Henrique	Português	26 anos [1863]	11/12/1889	Ajudante de enfermagem	p. 83
Manoel Marques	Caramanha	27 anos [1861]	15/11/1888	Jardineiro	p. 97
Antonio Correia Viegas	Ameal do Campo	44 anos [1840]	10/01/1884	Servente	p. 105
Silveira Narcizo	Lauzano	26 anos [1864]	20/05/1890	Servente	p. 106
Antonio Maria de Oliveira	Português	39 anos [1851]	11/07/1890	Servente	p. 107
Antonio Carramanho	Ameal do Campo	50 anos	28/07/	Servente	p. 113
João Pinto do Carmo	Porto	28 anos [1862]	26/08/1890	Servente	p. 115
Joaquim Ribeiro	Conselho	33 anos [1858]	12/01/1891	Servente de [farmácia]	p. 115
Manoel Pereira Vaz	Vila Real	24 anos [1867]	19/01/1890	Servente	p. 116
José Bispo	Coimbra	28 anos [1863]	13/01/1891	Servente	p. 118
Manoel Baptista	Vila Real	24 anos [1867]	15/01/1891	Servente	p. 118
Manoel Sanfins	Abacás	26 anos [1861]	31/06/1887	Servente	p. 121
Joaquim Simões Amaro	Parcos	35 anos [1855]	01/03/1890	Servente	p. 125
Manoel dos Santos	Coimbra	40 anos [1848]	05/08/1888	Servente	p. 129
Joaquim Ferreira	Conselho Geral	33 anos [1867]	16/05/1890	Servente	p. 130
Daniel Pereira Vaz	Abacás	23 anos [1867]	24/11/1890	Servente de [cozinha]	p. 132
Antonio Fernandes	Português		24/11/1889	Servente	p. 135
Manoel Pereira Vaz	Vila Real		19/11/1890	Servente	p. 135
José Ramada	Português	52 anos [1838]	24/11/1890	Servente	p. 135
João Martins	Ilha da Madeira	28 anos [1862]	17/10/1890	Servente	p. 136
Manoel Baptista	Vila Real	21 anos [1868]	09/11/1889	Ajudante de cozinha	p. 141
Luiz Nunes	Ilha de São Miguel	19 anos [1871]	15/11/1890	Servente	p. 144
Roque Corrêa Teixeira	Vila Real	15 anos [1875]	02/02/1890	Ajudante de cozinha	p. 145
João Cardozo Motta	Arzilar ,Coimbra(?)	40 anos [1850]	10/04/1890	Cozinheiro	p. 150
José Brigas	Abacás	25 anos [1864]	08/03/1889	Cozinheiro	p. 157
Maria Alves	Vila Real	17 anos [1872]	26/02/1889	Lavadeira	p. 165
Maria Brigas	Abacás	32 anos [1858]	15/05/1890	Lavadeira	p. 171
Maria Jaca Fernandes	Vila Real	30 anos [1860]	24/12/1890	Lavadeira	p. 173
João Simões	Louzá	22 anos [1868]	01/10/1890	Servente()	p. 195

Quadro n.º 17 – Total de empregados portugueses da Santa Casa de Misericórdia de Santos (entradas de 1886 a 1891)

	Homens: 34 Mulheres: 4
Entrada no hospital	1886: 1 1887: 1 1888: 3 1889: 7 1890: 19 1891: 4
Profissões	Serventes: 21 Enfermagem: 9 Cozinha: 4 Jardineiro: 1 Lavadeira: 3
Data de nascimento (aproximada)	1838: 2 1840 a 1849: 3 1850 a 1859: 8 1860: a 1869: 19 1870 a 1879: 3 Sem especificação: 3
Naturalidade dos portugueses	<p>Sem especificação: 8 Nenhuma 5 Incompleta 2 Sem localização 1</p> <p><i>Distrito de Coimbra: 8</i> Coimbra 2 Lousa 1 Lanzano 1 Amial do Campo 3 Carramanha 1</p> <p><i>Distrito de Vila Real: 16</i> Vila Real 9 Chaves 2 Abacás 5</p> <p><i>Leiria: 1</i> São João 1</p> <p><i>Porto: 2</i></p> <p><i>Ilhas: 2</i> Madeira 1 S. Miguel 1</p>

Quadro n.º 18 – Livro de registro de empregados da Santa Casa de Misericórdia de Santos (1889-1940)

Nome	Local de nascimento	Data de nascimento	Data de admissão	Profissão	Local
José Maria Coelho	Samuel, Coimbra	11/09/1883	12/03/1906	Enfermeiro	p. 5
Julia Areias (F)	Traz dos Montes	28/02/1890	01/03/1907	Lavandéria	p. 5
Felisbela de Jesus (F)	Coimbra	24/06/1874	04/06/1908	Parteira	p. 6
Athamazio Martins	Lisboa	18/04/1892	14/02/1912	Maquinista	p.8
Antonio Neves	Coimbra	29/12/1880	15/11/1910	Enfermeiro	p.9
Evaristo Peres	Coimbra	07/09/1894	13/08/1915	Enfermeiro	p.13
Maria Rosa Gonçalves (F)	Vila Real	15/09/1883	01/01/1915	Lavandêira	p.14
Manoel Ferreira Neto	Pereira do Campo	30/07/1875	08/05/1918	Jardineiro	p.17
Antonio Ferreira	Mata Mourisca, Leiria	14/10/1893	08/03/1919	Enfermeiro	p.19
Eduardo Santos	Curral das Vacas	06/06/1894	28/04/1921	Enfermeiro	p.20
Victorino Moreira	Penafiel (Porto)	14/10/1899	24/04/1921	Foguista	p.21
Francisco Serpa Quaresma	Góes, D. Coimbra	28/09/1900	24/03/1922	Enfermeiro	p.21
Cesar Augusto Guimarães	Ancião, Leiria	25/03/1879	01/04/1922	Escriturário	p.22
Virgílio Correa Abranches	Vila Nova de Poiares, D. Coimbra	11/01/1907	25/03/1923	Enfermeiro	p.23
José Nunes	Abaças (Vila Real)	19/09/1895	05/05/1924	Of. de farmácia	p.26
João José dos Santos	Português	1878	01/07/1924	Servente	p.27
José Monteiro	Paião, D. Coimbra	19/02/1900	12/09/1924	Enfermaria	p.27
Abílio Antunes da Costa	Seixo da Beira	?	10/06/1925	Jardineiro	p.30
Sara da Piedade Ferreira (F)	Porto	01/12/1908	03/08/1925	Lavandêira	p.31
Matheus Rodrigues Gonçalves	Porto	25/08/1901	30/05/1926	Enfermeiro	p.36
ngelo de Oliveira Amado	Coimbra	18/05/1900	27/07/1926	Chofer	p.37
José Augusto Cardoso	Marco, D. Coimbra	18/11/1902	02/08/1926	Servente	p.38
José Cardoso Cavallo	Coimbra	01/11/1894	26/10/1926	Copeiro	p.40
Manoel Francisco Felix	Póvoa de Vazim, Porto	02/05/1894	11/01/1927	Copeiro	p.40
Simeão Fonseca	Coimbra	28/08/1903	25/02/1927	Enfermeiro	p.43
José Matheus Lazaro	Coimbra	03/02/1906	Junho 1927	Enfermeiro	p.45
Leno Augusto de Oliveira	Lisboa	29/03/1902	Ago. 1927	Enfermeiro	p.46
Bernardino Freire Clinio	Penella	30/11/1892	Ago. 1927	Servente	p.46
Francisco Mendes da Silva	Loureiros, D. Leiria	03/12/1880	13/10/1927	Almoxarifado	p.48
José Antonio de Aneiaes Proença	Prova, D. Guarda	17/01/1882	24/01/1928	Servente	p.50
Quintino G. Passos	Porto	22/09/1887	29/03/1928	Servente	p.51

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 18 – Livro de registo de empregados da Santa Casa de Misericórdia de Santos (1889-1940) (continuação)

Nome	Local de nascimento	Data de nascimento	Data de admissão	Profissão	Local
Maria Natividade Mathews (F)	S. Eugenia, Vila Real	24/06/1911	26/06/1928	Servente	p.53
Maria Augusta Pereira (F)	Lisboa	26/01/1909	27/10/1928	Enfermeira	p.56
Antonio de Almeida Monteiro	Belide de Campo	23/02/1882	19/01/1912	Enfermeiro	p.57
Francisco Avidago	Vila Real	01/01/1894	14/01/1929	Servente	p.58
Julio dos Santos Batalha	Coimbra	11/11/1898	02/02/1929	Servente	p.60
João Affonso Mathews	Alijo (ou Aleijó) de Douro	12/09/1891	18/05/1929	Farmácia	p.62
José Ferreira Norte	Coimbra	25/03/1898	11/10/1929	Enfermeiro	p.63
Abel de Oliveira Loreto	Condeixa a Velha, D. Coimbra	28/05/1899	28/10/1929	Servente	p.66
Margarida Rodrigues (F)	Portuguesa	Não consta	04/01/1930	Servente cozinha	p.67
Sara Areias (F)	Vila Real	24/06/1904	01/02/1930	Lavandaria	p.68
Manoel Gonçalves	Coimbra	24/04/1911	03/09/1930	Servente	p.76
Nazareth das Neves (F)	Pombal, D. Leiria	10/03/1903	18/10/1930	Servente	p.77
Albino de Jesus Martins	Português	28/02/1905	16/01/1931	Escriturário	p.80
José Francisco	Vila da Rainha	01/05/1877	26/01/1931	Servente	p.81
Joaquim Acácio Moreira	Penafiel	30/05/1898	12/02/1931	Servente	p.82
Antonio dos Santos	Soure, Coimbra	18/04/1899	17/03/1931	Servente	p.83
Arménio Ferreira Alves	Aveiro	28/09/1904	17/09/1931	Servente	p.87
Beatriz Amado (F)	Coimbra	17/03/1912	02/03/1932	Lavandeira	p.98
Manoel Nunes	Português	Não consta	01/11/1932	Servente	p.111
Ermelinda dos Anjos (F)	Prov. de Vinhaes	17/04/1894	02/02/1931	Cozinha	p.94
Joaquim Martins	Vila Nova Monsarros	03/02/1879	06/06/1926	Jardineiro	p.96
João Baptista de Oliveira	Português	não consta	28/09/1933	chofer	-
Manoel Rodrigues	Português	não consta	21/10/1933	serviço em comissão	-
Antonio de Souza Capello	Português	29/10/1899	17/02/1934	Ajudante de enfermeiro	-
Julio dos Santos	Penela	07/10/1900	11/02/1934	serviço em comissão	-

Este livro n.º 3 (1889-1940) apresenta dados mais completos (com requisitos a serem completados impressos). Há outras referências como demissão, penalidades, salários recebidos, residência. Os portugueses concorrem em número com os espanhóis e com os próprios nacionais. A permanência no emprego é maior, sabendo-se que no final da 1.ª Década do século XX a cidade já está em grande parte saneada.

Passamos a recolher os dados dos prontuários dos Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, onde encontramos informações sobre os portugueses, referentes à profissão e a alguns aspectos de suas vidas.

Quadro n.º 19 – Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Santos – Portugueses

Nome	Nascimento	Morte	Localidade	Admissão	Emprego
Antonio L. Teixeira	10/07/1867	01/10/1943	Ilha da Madeira	31/05/1924	Proprietário
Antonio das Neves	25/02/1886	10/05/1953	Santa Comba da Seia	31/05/1924	Comércio
Antonio Neves	29/12/1878	10/06/1941	Beira Alta	10/06/1930	Enfermeiro
Antonio Augusto Ramos	14/03/1875	03/06/1960	Vale dos Ladrões	fev. 1924	Aposentado
Antonio Ferreira	14/10/1893	29/04/1957	Distr. de Leiria	30/03/1923	Enfermeiro
Antonio de Andrade Ribeiro	20/11/1885	26/12/1959	Distr. Guarda	10/06/1930	Comércio
Antonio Rodrigues de Freitas	13/08/1889	17/03/1953	Ilha da Madeira	30/08/1939	Comerciante
Antonio Palmeiras	27/06/1877	18/02/1952	Mirandella	10/06/1930	Comerciante
Antonio de Oliveira Ventura	10/02/1872	29/07/1958	Freguesia das Febres	29/06/1921	Proprietário
Antonio Pinto	11/05/1890	30/08/1959	Porto	27/06/1922	agricultor
Antonio Taveira	---	04/04/1940	Não Consta	11/12/1912	Comércio
Aristides Cabrera Correa da Cunha	08/03/1890	27/05/1952	Braga	14/04/1913	Comerciante
Armindo Alves Villela	27/07/1887	28/06/1958	Vila Real	21/09/1923	Comércio
Armindo do Nascimento	07/02/1900	04/04/1960	Trancoso	05/01/1942	Comerciante
Avelino Ferreira Guimarães	12/11/1893	30/05/1959	Porto	31/07/1925	Operário
Antonio Rodrigues	17/09/1884	26/06/1961	Coimbra	27/08/1915	Enfermeiro
Antonio Augusto Ramos	25/09/1892	27/03/1952	Guarda	31/08/1926	Comerciante
Antonio Freire	---	27/05/1959	Não Consta	06/12/1935	Comércio
Augusto Fernandes Mendes	08/06/1873	27/04/1953	Espinhhal	21/08/1921	Jardineiro
Alexandre Baptista Pereira	22/05/1887	06/04/1952	Ilha da Madeira	28/03/1924	Comércio
Adriano Rodrigues Gatto	---	22/09/1945	Leiria	18/01/1945	Comércio
Alberto da Costa	21/04/1888	22/10/1962	Viseu	28/03/1924	Alfaiate
Alberto Gomes Ferramenta	16/12/1901	13/04/1950	Galafura	23/10/1942	Ferrovário
Alvaro Correa da Silva	13/10/1893	17/12/1944	Provincia do Douro	28/03/1924	Comercio
Albino Ferreira Paulo	---	13/03/1940	Não Consta	22/09/1928	Alfaiate
Alberto de Oliveira Santos	09/01/1875	13/02/1951	Porto	23/11/1928	Industrial
ngelo Bernardo	23/08/1879	30/12/1952	Vale de la-Mula (Guarda)	19/03/1951	Agricultor
Antonio Loio Moita	---	30/06/1957	Condeixa-a-Nova	27/12/1951	Pedreiro
Antonio Lourenço Gomes	09/10/1878	27/03/1948	Macedo (Minho)	17/03/1913	Negociante
Casemiro de Queiroz	15/02/1882	12/09/1957	Porto	26/04/1915	Proprietário
Constantino Pereira Alves	---	04/10/1949	Cons. Matosinho – Douro	10/07/1930	Carpinteiro

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 19 – Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Santos – Portugueses (continuação)

Nome	Nascimento	Morte	Localidade	Admissão	Emprego
Deocleciano Pompeu Ferreira	13/06/1897	25/09/1951	Guarda	31/12/1926	Negociante
Domingos dos Santos	18/12/1899	19/07/1958	Não Consta	30/11/1934	Operário
Evaristo Pires	07/09/1894	19/01/1954	Coimbra	10/06/1930	Enfermeiro
Ernesto Mathias	10/05/1884	21/11/1959	Coimbra	23/07/1913	Comerciante
Ernesto de Araújo Lacerda	---	02/03/1959	Não Consta	30/12/1925	Comerciante
Emygdio de Costa	09/03/1890	30/07/1951	São João de Lorosa	12/11/1925	Negociante
Francisco de Figueiredo Sá	23/12/1869	20/04/1960	Vizeu	10/11/1910	Comércio
Francisco Fonseca	11/07/1880	29/07/1962	Origo	11/06/1930	Operário
Francisco Castro Jr.	16/02/1873	11/01/1946	Não Consta	19/04/1928	Portuário
Francisco Carlos	15/04/1877	29/04/1940	Não Consta	19/08/1927	Func. municipal
Francisco Bento de Carvalho	---	30/07/1944	Não Consta	10/05/1894	Comerciante
João Augusto Ribeiro	27/06/1889	---	V. Real Trás dos Montes	28/04/1921	Portuário
João Cerqueira	16/01/1868	---	incompleto		
João Constantino	24/12/1890	23/02/1961	não consta; adm.	06/07/1928	Motoneiro (bonde)
João Felix da Silva	19/02/1884	04/12/1960	Cons. Vinhaes; adm.	10/06/1930	Comerciário
João da Silva Pimenta	10/03/1886	12/10/1961	Não Consta	10/08/1940	Ferrador
João Manoel Amieiro	20/05/1900	31/05/1962	não consta	28/03/1924	Ensacador
João Paes Machado	---	11/08/1961	---	31/12/1917	Proprietário
João Ranulpho de Mattos	27/05/1881	30/04/1946	Aldeia Oliveira Barreiro	10/06/1908	Proprietário
Joaquim Correa de Andrade	17/01/1867	---	Port. nat. Brasil	30/09/1926	Operário
Joaquim Fernandes Baeta	---	17/01/1958	Não Consta	13/06/1927	Garçon
Joaquim Ferreira Coelho	---	---	Não Consta	19/10/1916	Capitalista
Joaquim Pedro dos Santos	29/11/1868	19/11/1940	Murtede, Coimbra	10/01/1910	Proprietário
Joaquim Pitta	28/10/1896	06/07/1951	Ilha da Madeira	30/06/1924	Mecânico
José Augusto Amieiro	28/09/1876	06/02/1946?	Vila Provezende	30/06/1923	Alfaiate
José da Costa	08/03/1896	05/03/1945	Vizeu	15/02/1927	Empres. de pintura
José da Costa	08/08/1873	11/06/1962	Vila da Rainha	31/12/1926	Aux. enfermagem
José Dias dos Santos	1897	---	Português naturalizado n.	20/01/1942	Motorista
José Ferreira Couto	14/09/1877	31/01/1944	Freguesia de S. Diego	19/08/1927	Comerciante
José Gonçalves	---	08/01/1942	Ilha da Madeira	28/07/1922	Oper. limpeza pub.

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 19 – Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Santos – Portugueses (continuação)

Nome	Nascimento	Morte	Localidade	Admissão	Emprego
José João dos Santos	02/09/1879	15/04/1944	S. Pedro do Sul	30/06/1926	Ronda noturno SC
José Joaquim Marques	21/04/1871	30/04/1949	Riba de Moura	28/11/1921	Negociante
José Maria Carneiro	---	16/09/1944	Não Consta	30/10/1925	Feroviário SPR
José Maria Coelho	11/09/1882	20/05/1956	Samuelle	30/11/1939	Enfermeiro S.Casa
José Maria Gonçalves	27/12/1876	15/11/1947	Cons. de Vinhaes	Não Consta	Professor
José Nunes	19/09/1895	25/03/1948	Vila Real	10/06/1930	Ofic. farmácia SC
José Rodrigues Pereira	19/04/1881	09/09/1942	Cons. de Rezende	19/03/1928	Operário
José Adelino Correa	05/03/1875	06/09/1960	Louzã	16/10/1919	Comércio
José Antônio de Anclães Proença	17/01/1882	23/05/1950	Méda, Cons. Avelouso	22/11/1929	Servente
José Alípio Pinheiro	19/04/1881	07/09/1954	Coimbra	31/07/1921	Operário
José Antunes Rodrigues	28/03/1887	20/08/1954	Não Consta	20/09/1950(67)	Não consta
José da Silva Tavares	---	20/05/1943	Não Consta	28/03/1924	Barbeiro
José Simões Duarte	14/10/1895	14/12/1962	Farello	30/06/1923	Carpinteiro
José do Valle Quaresma	02/10/1890	10/02/1960	Não Consta	28/03/1924	Comércio
José Vaz de Oliveira	02/07/1882	26/06/1959	Lamego	30/11/1925	Condu. veículos
Luiz Paiva Novo	19/10/1872	26/12/1953	Coimbra	30/06/1923	Comerciante
Manoel Antonio da Silva	13/12/1896	15/06/1961	Distrito de Leiria	10/06/1930	Funci.. Docas
Manoel de Araújo	21/10/1897	19/01/1953	Póvoa de Varzim	01/02/1939	Moço (?)
Manoel Barria	---	15/12/1944	Não Consta	30/11/1925	Operário
Manoel Duarte	17/03/1898-	23/09/1948	Beira Alta	31/08/1925	Operário
Manoel Fernandes dos Santos	06/11/1890	19/11/1953	Não Consta	30/11/1934	Comerciante
Manoel Ferreira Norte	30/07/1875	11/11/1942	Coimbra	10/06/1930	Jardineiro
Manoel de Jesus Ramos	08/01/1870	04/11/1951	Distrito de Viseu	30/06/1923	Alfaiate
Manoel Joaquim Cardoso	---	28/01/1945	Não Consta	18/04/1911	Negociante
Manoel Lopes dos Santos	[1896]	06/07/1950	Distrito do Minho	21/03/1942	Não consta
Manoel Machado de Mello	21/03/1863	19/01/1941	Distr. de Povoação	28/10/1938	Trab. operário
Manoel Marques Ferreira Jr	---	02/02/1939	Não Consta	25/02/19219	Comerciante
Manoel Martins Moreira	56 anos[1894]	16/01/1958	Pronça a Nova	13/12/1950	Comerciário
Manoel Mendes Rollo	22/09/1889	12/06/1953	Não Consta	19/04/1928	Alfaiate
Manoel Mendes Batista Jr.	09/05/1902	23/12/1962	Ancião	08/04/1953	Comerciante
Manoel Monteiro	---	05/01/1940	Não Consta	15/01/1937	Padeiro

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 19 – Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Santos – Portugueses (continuação)

Nome	Nascimento	Morte	Localidade	Admissão	Emprego
Manoel Morgado	---	14/09/1960	Não Consta	27/05/1922	Não consta
Manoel Pereira Firmino	23/11/1881	22/12/1960	Porto	30/03/1922	Comerciante
Manoel dos Santos Catarinha	25/12/1891	02/12/1941	Folgozinho	27/06/1924	Padeiro
Manoel Ramos	1887	21/08/1943	Não Consta	15/02/1927	Proprietário
Manoel Martins Fontes	05/03/1889	12/05/1962	Canellas	10/06/1930	Operário
Manoel de Souza	[1892]	25/09/1953	Não Consta	22/09/1928	Carpinteiro
Malaquias Antonio Marcelino	---	26/10/1939	Não Consta	28/02/1926	Doméstico
Plácido Ferreira d Andrade	---	jan.1940	Não Consta	09/08/1888	Operário
Pompeu Augusto dos Santos	07/12/1886	17/05/1957	Lousa	30/11/1926	Proprietário
Rachide de Abreu Mauá	13/08/1883	---	Coimbra	30/10/1923	Negociante

Apresentamos separadamente o elemento feminino, pois a maioria é doméstica, ou seja, do lar.

Quadro n.º 20 – Irmãs da Santa Casa de Misericórdia de Santos, Portuguesas adm. 1.ª metade séc. XX

Nome	Nascimento	Morte	Localidade	Admissão	Atividade
Adelaide Migueis dos Santos	05/12/1881	18/12/1949	Lisboa	24/11/1947	Massagista
Adília Augusta Lopes	08/01/1876	21/10/1957	Trás dos Montes	13/06/1927	Doméstica
Albertina de Jesus	11/06/1891	01/05/1951	Não Consta	20/09/1950	Doméstica
Albina Ribeiro	---	01/01/1945	Não Consta	15/02/1927	Doméstica
Anna Conceição Pinto	19/03/1866	06/12/1945	Não Consta	29/08/1922	Doméstica
Anna de Jesus Coelho	21/01/1884	28/06/1962	Samuelle	19/10/1916	Doméstica
Anna de Oliveira Carneiro	[1892]	17/06/1962	Praia de Espinho	23/06/1916	Doméstica
Antónia da Conceição Fernandes	25/01/1880	15/04/1950	Não Consta	28/03/1924	Doméstica
Antonia de Jesus	18/03/1854	14/07/1941	Não Consta	30/06/1923	Não Consta
Aurora dos Santos	30/11/1892	14/07/1961	Lisboa	31/05/1925	Doméstica
Bárbara de Jesus Pinto	05/02/1868	25/12/1945	Vila Real	19/04/1938	Doméstica
Elisa Alves de Freitas	09/04/1899	27/01/1951	Ilha da Madeira	19/04/1928	Doméstica
Emília Pereira	11/12/1885	26/07/1950	Porto	30/06/1924	Doméstica
Emília Pereira	11/12/1885	26/07/1950	Porto	30/06/1924	Doméstica
Ermelinda de Souza Pinheiro	26/12/1897	24/01/1955	Não Consta	26/11/1952	Doméstica
Felísbella de Jesus	25/06/1873	27/03/1946**	Penelas, Coimbra	12/04/1940	Doméstica
Florinda de Mercedes	---	22/07/1943	São Miguel	23/11/1928	Não Consta
Gracinda de Jesus	18/10/1870	29/07/1945	Minho	19/11/1913	Doméstica
Guilhermina Pinto Carneiro	24/06/1882	08/11/1951	Vila Real	14/12/1963*	Doméstica
Joaquina Soares Ferreira	---	27/01/1942	Não Consta	30/12/1921	Doméstica
Júlia de Jesus Carvalho	04/06/1878	23/08/1960	Almalagriez, Coimbra	Não Consta	Doméstica
Justina de Jesus Peres	---	29/03/1949	Beira Alta	28/02/1923	Doméstica
Maria Augusta de Almeida	12/04/1876	10/05/1949?	Mariaiva, B. Baixa	31/12/1924	Doméstica
Maria Berta Teixeira Gomes	07/01/1889	+ 01/07/1959	Vila Formosa	19/04/1928	Doméstica
Maria Conceição Pestana	10/01/1890	17/09/1952	Ilha da Madeira	27/02/1935	Doméstica
Maria da Conceição	---	08/10/1940	Traz os Montes	28/04/1926	Doméstica
Maria da Conceição Cabral	12/09/1887	11/12/1959	Porto	30/03/1939	Doméstica
Maria da Conceição de Moura	14/07/1902	07/07/1949	Coimbra	15/01/1943	Doméstica
Maria da Piedade Silva*	[1902]	+ 25/01/1954	Ferraria de S.João.	14/08/1954	Doméstica
Maria de Jesus	[1890]	+ 15/03/1960	Ilha da Madeira	30/09/1926	Doméstica
Maria de Jesus Rodrigues	[1879]	03/08/1955	Não Consta	10/01/1940	Doméstica

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 20 – Irmãs da Santa Casa de Misericórdia de Santos, Portuguesas adm. 1.ª metade séc. XX (continuação)

Nome	Nascimento	Morte	Localidade	Admissão	Emprego
Maria dos Anjos	07/03/1880	21/12/1961	Penedono, B. Alta	10/08/1940	Doméstica
Maria dos Santos	09/08/1901	+ 30/08/1958	Não consta.	13/09/1950	Doméstica
M. Estrela Gomes de Oliveira Antunes	[1885]	14/--/1953	Não consta	10/01/1894	Doméstica
Maria Guilhermina de Souza	08/07/1872	03/02/1945	Coimbra	27/11/1924	Doméstica
Maria José Fernandes	20/10/1871	30/09/1941	Não consta	10/06/1930	Lavadeira (SC)
Maria Rosa Gonçalves	07/09/1883	14/10/1960	Vila Real	27/07/1915	Doméstica
Nazareth Marques Nunes	12/01/1887	+ 19/08/1948	Oliveira do Hospital	10/06/1930	Doméstica
Olympia da Conceição Azevedo	09/10/1886	13/02/1951	Vilaroco	29/10/1924	Enfermeira
Ottília Marcello	02/01/1891	05/09/1959	Arcosas	31/07/1925	Doméstica
Rita Ferreira	22/08/1881	26/04/1949	Não consta	30/06/1925	Doméstica
Rosa dos Santos	01/10/1877	13/02/1959	Distr.Coimbra	27/02/1936	Doméstica
Rosa Martins	11/10/1870	19/05/1951	Figueira da Foz	11/06/1930	Doméstica
Rosalina Augusto Rodrigues	---	18/07/1949	Não consta	28/03/1924	Doméstica
Rufina da Conceição Soares	---	01/11/1947	Não consta	30/06/1925	Doméstica
Thereza Felix de Moraes (Carvalho)	---	06/02/1959	Não consta	31/12/1926	Doméstica
Thereza Gomes	20/04/1873	+ 20/02/1959	Distr. Coimbra	29/09/1926	Doméstica
Tomazina Joaquina Peralta	01/01/1877	+ 06/09/1944	Cedovim, Paschoa	28/03/1924	Doméstica
Vivência de Jesus Gonçalves	02/11/1884	25/06/1962	Ilha da Madeira		Doméstica

* Ultrapassado período da baliza

** Consta na lista das funcionárias da Santa Casa, como ajudante de parteira adm. em 1928

Quadro n.º 21 – Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos

		Homens: 102 Mulheres: 47 <hr style="width: 50px; margin-left: auto; margin-right: 0;"/> 149																																																			
Data de admissão		1888 = 1 1894 = 2 1.ª década de 1900 = 1 década de 10 = 17 década de 20 = 77 década de 30 = 27 década de 40 = 11 década de 50 = 7 + de 50 = 3 sem especificação = 3																																																			
Data de nascimento		<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20%;">1854:1</td> <td style="width: 20%;">1870: 3</td> <td style="width: 20%;">1880: 3</td> <td style="width: 20%;">1890: 8</td> <td style="width: 20%;">1900: 2</td> </tr> <tr> <td>1863:1</td> <td>1871: 2</td> <td>1881: 6</td> <td>1891: 3</td> <td>1901: 2</td> </tr> <tr> <td>1866:1</td> <td>1872: 3</td> <td>1882: 5</td> <td>1892: 4</td> <td>1903: 3</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1867: 2</td> <td>1873: 5</td> <td>1883: 2</td> <td>1893: 3</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1867: 2</td> <td>1874: 0</td> <td>1884: 5</td> <td>1894: 2</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1868: 3</td> <td>1875: 4</td> <td>1885: 3</td> <td>1895: 2</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1869: 1</td> <td>1876: 4</td> <td>1886: 4</td> <td>1896: 4</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>1877: 5</td> <td>1887: 6</td> <td>1897: 4</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>1878: 3</td> <td>1888: 1</td> <td>1898: 1</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>1879: 3</td> <td>1889: 5</td> <td>1899: 2</td> </tr> </table>		1854:1	1870: 3	1880: 3	1890: 8	1900: 2	1863:1	1871: 2	1881: 6	1891: 3	1901: 2	1866:1	1872: 3	1882: 5	1892: 4	1903: 3		1867: 2	1873: 5	1883: 2	1893: 3		1867: 2	1874: 0	1884: 5	1894: 2		1868: 3	1875: 4	1885: 3	1895: 2		1869: 1	1876: 4	1886: 4	1896: 4			1877: 5	1887: 6	1897: 4			1878: 3	1888: 1	1898: 1			1879: 3	1889: 5	1899: 2
1854:1	1870: 3	1880: 3	1890: 8	1900: 2																																																	
1863:1	1871: 2	1881: 6	1891: 3	1901: 2																																																	
1866:1	1872: 3	1882: 5	1892: 4	1903: 3																																																	
	1867: 2	1873: 5	1883: 2	1893: 3																																																	
	1867: 2	1874: 0	1884: 5	1894: 2																																																	
	1868: 3	1875: 4	1885: 3	1895: 2																																																	
	1869: 1	1876: 4	1886: 4	1896: 4																																																	
		1877: 5	1887: 6	1897: 4																																																	
		1878: 3	1888: 1	1898: 1																																																	
		1879: 3	1889: 5	1899: 2																																																	
Sem indicação = 29																																																					
Naturalidade		<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Sem especificação</td> <td style="width: 20%; text-align: right;">47</td> </tr> <tr> <td>Nenhuma</td> <td style="text-align: right;">44</td> </tr> <tr> <td>Sem identificação</td> <td style="text-align: right;">3</td> </tr> <tr> <td colspan="2">(Arcosas, Riba de Moura, Freg. S. Diego)</td> </tr> <tr> <td>Distrito de Coimbra</td> <td style="text-align: right;">23</td> </tr> <tr> <td>Coimbra</td> <td style="text-align: right;">11</td> </tr> <tr> <td>Lousã</td> <td style="text-align: right;">2</td> </tr> <tr> <td>Murte de</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> <tr> <td>Febres</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> <tr> <td>Espinhal</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> <tr> <td>Oliveira do Hospital</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> <tr> <td>Farelo</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> <tr> <td>Penelas</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> <tr> <td>Almalaguez</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> <tr> <td>Condeixa a Nova</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> <tr> <td>Figueira da Foz</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> <tr> <td>Distrito de Guarda</td> <td style="text-align: right;">13</td> </tr> <tr> <td>Guarda</td> <td style="text-align: right;">3</td> </tr> <tr> <td>Aldeia S. Miguel</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> </table>		Sem especificação	47	Nenhuma	44	Sem identificação	3	(Arcosas, Riba de Moura, Freg. S. Diego)		Distrito de Coimbra	23	Coimbra	11	Lousã	2	Murte de	1	Febres	1	Espinhal	1	Oliveira do Hospital	1	Farelo	1	Penelas	1	Almalaguez	1	Condeixa a Nova	1	Figueira da Foz	1	Distrito de Guarda	13	Guarda	3	Aldeia S. Miguel	1												
Sem especificação	47																																																				
Nenhuma	44																																																				
Sem identificação	3																																																				
(Arcosas, Riba de Moura, Freg. S. Diego)																																																					
Distrito de Coimbra	23																																																				
Coimbra	11																																																				
Lousã	2																																																				
Murte de	1																																																				
Febres	1																																																				
Espinhal	1																																																				
Oliveira do Hospital	1																																																				
Farelo	1																																																				
Penelas	1																																																				
Almalaguez	1																																																				
Condeixa a Nova	1																																																				
Figueira da Foz	1																																																				
Distrito de Guarda	13																																																				
Guarda	3																																																				
Aldeia S. Miguel	1																																																				

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 21 – Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos (continuação)

Cedovim	1
Folgozinho	1
Marialva	1
Meda	1
Sta. Comba da Seia	1
Trancoso	1
Vale de la Mula	1
Vale dos Ladrões	1
Vila Provezende	1
Distrito do Porto	11
Porto	7
Matosinhos	1
Povoação	1
Povoa de Varzim	1
Douro	1
Distrito de Viseu	11
Viseu	4
Lamego	1
Rezende	1
Origo	1
Vila da Rainha	1
S. Pedro Sul	1
S. Jo.Lorosa	1
Oliveira do Barreiro	1
Distrito de Vila Real	7
Vila Real	6
Galafura	1
Profissões	
Irmãos	
Negociantes	6
comerciantes	13
comercio	11
comerciário	3
proprietários	8
capitalista	1
industrial	1
agricultor	1
empreiteiro de pintura	1
pedreiro	1
carpinteiro	3
ferrador	1
mecânico	1
jardineiro	1
operário	11
ferroviário	2
portuário	2
ensacador	1
alfaiate	5
doméstico	1
massagista/enfermeiro	6

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 21 – Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos (continuação)

	oficial de farmácia	1
	ronda noturno	1
	servente limpeza	2
	barbeiro	1
	motorista	2
	motoneiro (bonde)	2
	padeiro	2
	professor	1
	sem especificação	7
Irmãs		
	Domésticas (do lar)	43
	Massagista/enfermeira	2
	Lavadeira	1
	Sem especificação	2

FONTES MANUSCRITAS

- Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos – *Livro de Registro de empregados*: n.º 2: 1886-1891; n.º 3: 1889-1940.
- Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos – Prontuários (fichas de A a Z).
- Sociedade Portuguesa de beneficência de Santos – *Livro 1 do Registro de Matrículas dos Sócios*. 1862-1874.

BIBLIOGRAFIA

- ÁLVARO, Guilherme, 1919 – *A Campanha Sanitária de Santos: causas e efeitos*. São Paulo: Casa Duprat.
- ALVES, Jorge Fernandes, 2005 – “Emigração e sanitarismo – Porto e Brasil no século XIX”. *Ler História*. 48, p. 141-156.
- ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes, 1995 – “Santos: urbanismo na época do café. 1889-1930”, in PEREIRA, Maria Aparecida Franco *et al* – *Santos – Café & História*. Santos: Leopoldianum, p. 89-106.
- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil, 1990 – *Imigração portuguesa e sua influência no Brasil – o caso de Santos: 1850-1950*. USP (Dissertação de Mestrado em História).
- JUNOT, Jaime Rodrigues Franco, 1959 – *A Beneficência*. São Vicente: Editora Gráfica de São Vicente .
- LANNA, Ana Lucia Duarte, 1998 – “Santos 1870-1914. Transformações urbanas e sociais”, in SAMPAIO, Maria Ruth de (coord.) – *Habitação e cidade*. São Paulo: FAU/USP. p. 67-82.
- LOPES, Betralda, 1974 – *O porto de Santos e a febre amarela*. USP (Dissertação de Mestrado em História)
- MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando; HECKER, Alexandre (orgs.), 2008 – *Deslocamentos & História: os portugueses*. Bauru, SP: EDUSC.

A REPRESSÃO AOS IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO: OS SUBVERSIVOS E OS OUTROS

Frederico Alexandre Hecker

Os estudos sobre a história da e/imigração merecem toda a atenção dos estudiosos neste início do século XXI. Por um lado, promovem o entendimento de processos históricos que se encontram na base do desenvolvimento de sociedades tão ativas, multifacetadas e problemáticas como a que se formou no Estado de São Paulo. Por outro, são obrigados a levar em consideração preocupações que gravam o mundo contemporâneo. Se toda a história é sempre história contemporânea, os estudos sobre imigração o são de forma ainda mais presente, já que recolocam temas e críticas cuja inter-relação do passado com o presente é intrínseca.

Neste artigo pretende-se interpretar alguns dos sucessos relativos à história política de um dos grupos populacionais mais importantes, no mínimo numericamente, para o processo migratório para o Brasil: os portugueses. E justamente no período em que sua presença nas transformações sociais tornava-se fundamental, isto é, desde os anos 1920 – período em que a polícia política do Estado, que reuniu informações sobre os imigrantes, foi criada – até o momento da II Grande Guerra, época na qual a imigração portuguesa ganharia novos significados. Interessa também notar que no período em questão o Estado brasileiro reorganizava suas bases políticas para intensificar o processo de modernização da sociedade¹. Neste sentido a documentação amealhada pelo DEOPS, Departamento de Ordem Política e Social paulista, oferece informações para entender o conjunto de problemas relacionados à vida destes imigrantes, isto é, às relações sociais, políticas, familiares, sentimentais, de militância que aqui desenvolveram.

UMA POLÍCIA MODERNAMENTE REPRESSORA

O DEOPS nasceu a partir da ampliação do Gabinete de Investigações, instituição policial organizada durante a gestão de Washington Luiz como Secre-

¹ Esta instituição, ao longo de sua história de quase 60 anos, adotou também a denominação Delegacia de Ordem Política e Social, DOPS.

tario Estadual de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, em 1909². Em 1924, no cargo de Presidente do Estado, o antigo Secretário convocou auxiliares daqueles tempos anteriores para modernizar o aparato policial, atribuindo-lhe uma especialização condizente com aquilo que definia como as exigências políticas do momento, ou seja, adotando métodos e procedimentos suficientes para garantir uma ordem social e política favorável à oligarquia no poder de Estado³. Afinal, como Prefeito da cidade de São Paulo (1914-1919) consolidara a presença de um aparato policial eficiente e experiente, pois havia enfrentado as conseqüências e as “desordens” sociais decorrentes dos três Gs, como ficaram conhecidos os problemas relativos à Guerra (1914-1918), às Greves operárias de 1917 e à Gripe Espanhola (1918).



Ilustração n.º 1 – A primeira sede própria do DEOPS (1927), juntamente com todo o Gabinete de Investigações, estava localizada em um prédio na esquina das ruas dos Gusmões e Sta. Efigênia. Na fotografia, vê-se o prédio ocupado a partir de 1947 até a extinção da polícia política paulista (1983). Restaurado, o edifício é hoje ocupado pela Estação Pinacoteca.

Em 1924, o Gabinete de Investigações passou então a contar com novas delegacias especializadas, entre elas uma apenas para investigar ameaças à ordem pública. E esta, o DEOPS, nascia com a explícita preocupação de vigiar e controlar as “classes perigosas”, uma vez que recebeu das indústrias paulistas, como

² De acordo com pesquisas do doutorando da USP, Marcelo T. Q. Martins, o Gabinete fora criado a partir do modelo adotado pela polícia inglesa e caracterizava-se por ter um setor de identificação, onde eram arquivados prontuários, com impressões digitais e informações, de todos os anarquistas e criminosos comuns então conhecidos. Em 1914, o Gabinete já contava com 60 mil prontuários.

³ O termo oligarquia aqui é tomado no seu sentido de oposição à democracia, representando a presença no poder de Estado de um restrito grupo, relativamente homogêneo e estável no nível nacional, que governava de modo autoritário e procurava eliminar sumariamente a oposição.

“prêmio” pelo início de seus trabalhos, milhares de fichas contendo informações preciosas sobre os seus trabalhadores. Era um bom começo para a instituição que pretendia promover ações de pesquisa que identificassem todos os empregados em todas as empresas da capital do Estado. A fim de desenvolver seus ambiciosos objetivos, o DEOPS foi aquinhado pelo governo do Estado com uma significativa verba própria e um grande grupo de funcionários exclusivos.

Ao longo de sua existência, o DEOPS passou por diversas mudanças administrativas. Em 1930, a delegacia ganhou uma divisão interna para melhor desenvolvimento de seu trabalho: foi então estabelecida uma seção denominada Ordem Política e outra Ordem Social. Em 1938, o Delegado chefe do DEOPS – que então respondia diretamente ao Secretário de Estado dos Negócios de Segurança – tinha sob sua autoridade quatro principais delegacias: a Ordem Social, que cuidava de fiscalizar greves, campanhas, associações, sindicatos etc.; a Ordem Política, que se incumbia de investigar partidos, militantes, eleições, comícios etc. Ambas as delegacias compostas por seções de policiamento separadas de seções de investigação, e servidas por divisões como Cartório, seção de Expediente (Protocolo e Arquivo Geral), Contabilidade, Corpo de segurança, Serviço secreto, Prisões e Portaria. Outras duas delegacias compunham o Gabinete do Delegado chefe: a de fiscalização de entrada, permanência e saída de Estrangeiros (a qual era responsável pela emissão das carteiras modelo 19) e a de fiscalização de Explosivos, armas e munições. Um verdadeiro exército de funcionários e encarregados freqüentavam as quatro unidades sob o comando do Delegado chefe⁴.

O quadro abaixo apresenta uma sinopse das datas mais representativas da inserção do DEOPS na história política do Brasil no século XX.

Quadro n.º 1

Anos	Repressão: Histórico
1924	Criação do DEOPS (Polícia Política)
1930-1945	Ditadura. Governo de Getúlio Vargas
1945-1964	“Democratização”
1964-1975	Ditadura: Golpe Militar de 1964
1975-1979	Processo de “distenção” (Presidência Gen. Ernesto Geisel)
1979-1985	Processo de “abertura democrática” (atuação de advogados de presos políticos, religiosos progressistas e personalidades)
1983	Extinção do DEOPS
1985-1991	O retorno “Estado de Direito” – Nova Constituição
	Guarda do Acervo DEOPS: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Consulta restrita à Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos do regime militar
1996	Abertura dos Arquivos: criação de Projetos de pesquisas junto ao INVENTÁRIO DEOPS
2006	PROMACK, Projeto de Pesquisa Arquivo do Estado Mackenzie – equipe

⁴ Uma 5.ª delegacia, de Ordem Econômica, cuidando dos crimes contra o custo de vida e da fiscalização de produtos proibidos, teve vida efêmera. Para informações pormenorizadas sobre a estrutura do DEOPS, ver CORRÊA, 2008.

Se a criação do DEOPS ocorreu nos anos 1920, o recrudescimento de sua ação repressora apresentou-se mais claramente na década seguinte. À fase de implantação, de experimentação, seguiu-se um período de truculenta repressão, no qual a ação policial foi respaldada pela criação de legislação tipicamente autoritária e cerceadora de direitos democráticos. Em Abril de 1935, a lei de Segurança Nacional, alcunhada de Lei Monstro, reunindo medidas práticas e anteprojetos anteriores, passou a impor-se como parâmetro para coibir as ações de ordem política e social, a criminalizar atos da imprensa, de funcionários civis e militares, e a orientar a expulsão de estrangeiros indesejáveis ao poder constituído. Embora a promulgação desta lei constituísse uma resposta conservadora ao momento de intranquilidade vivido pela república inaugurada em 1930, ela significava já uma previsão dos grupos poderosos de que questões políticas candentes estavam ainda por vir, e colocar em cheque o autoritarismo varguista. Graças a uma relativa proximidade entre os projetos integralistas e os propósitos nacionalistas restritos do governo Vargas, a escolha do inimigo mais temível recaiu principalmente sobre os comunistas. O DEOPS paulista, no período, respondeu a esta identificação, investigando, prontuariando e perseguindo muito mais os comunistas do que outros “inimigos do regime”⁵.

A Lei Monstro antecedeu os lances mais objetivos de manifestação das esquerdas no período: o comício da ANL (Aliança Nacional Libertadora)⁶ no Rio de Janeiro – que deveria realizar-se em Julho – e o próprio movimento de novembro, batizado pela historiografia governista como a “Intentona Comunista”⁷. Assim, o clima de insegurança alardeado pela grande imprensa estabelecia-se sobre o “imminente perigo comunista” e sua estreita correlação com a presença de estrangeiros como veículo de “estranhas ideologias de esquerda”. As insurreições de Natal, Recife e Rio de Janeiro ocorridas no final do mês de Novembro, acabaram por consolidar o uso simbólico do mote repressor condensado na díade comunismo-estrangeiro. Por muitas décadas este foi o leitmotiv do amedrontamento da população e da criação de condições psicológicas favoráveis à formação de uma “opinião pública” que aprovasse a perseguição, repressão e anulação dos adversários das diversas oligarquias políticas brasileiras.

⁵ O manuseio preliminar da documentação policial paulista relativa a estrangeiros (projeto de pesquisas junto ao Arquivo do Estado de S. Paulo, denominado PROMACK, por nós coordenado), mais do que o estabelecimento de dados sistemáticos, leva a pressupor que os dois sujeitos mais investigados no período foram os comunistas e os fascistas.

⁶ A Aliança Nacional Libertadora foi uma organização política apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro, criada oficialmente em março de 1935, que reunia diversos opositores do regime Vargas. O objetivo declarado da instituição era apoiar as lutas populares que então se travavam. Defendia a suspensão do pagamento da dívida externa do país, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a proteção aos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas entre outras propostas.

⁷ Intentona Comunista foi o nome atribuído pela historiografia conservadora à tentativa de golpe contra o governo de Vargas realizado em novembro de 1935, sobretudo pelo Partido Comunista Brasileiro, em nome da Aliança Nacional Libertadora.

A partir de 1935, houve um recrudescimento das condições para a repressão. O agravamento da Lei de Segurança Nacional e a determinação de promover milhares de prisões atingiu até mesmo opositores como João Mangabeira, “absolutamente alheio a qualquer trama”. Advogado e deputado de posições democráticas moderadas, impregnadas por ensinamentos de Ruy Barbosa, restou também ele vítima do tacão policial arbitrário, tendo sido preso “porque, no cumprimento estrito do meu dever, procurei defender o direito e a liberdade, impetrando hábeas corpus contra prisões evidentemente inconstitucionais”. Em seu protesto lavrado em 30 de Março de 1936, contra a Polícia Central do Rio de Janeiro, o parlamentar pôs em evidência todo o desmando – das maiores autoridades, como dos pequenos poderes – que caracterizava o governo seu contemporâneo:

recuso-me a... reconhecer à Polícia competência legal para me inquirir, nas condições em que me encontro, preso desde sete horas da noite de 23, quando em minha casa fui detido. Não me tendo encontrado, até agora, senão com os agentes subalternos, que... executaram o crime, que outros lhe haviam mandado perpetrar, aproveito este momento para protestar contra a violência feita à letra expressa da Constituição e contra o desrespeito e a diminuição infligidos à Câmara dos Deputados, de que tenho a honra de ser membro. É que, Deputado Federal, ainda em caso de guerra contra o estrangeiro, e do território nacional por ele invadido, eu não poderia ser preso, nem processado, sem licença da Câmara...⁸.

Contudo, o governo Vargas e os grupos que o apoiavam justificavam a repressão em nome mesmo do direito do cidadão de desfrutar de uma sociedade segura e tranqüila, isenta da ação de “ideologias e ativistas estrangeiros”, como faziam parecer que os movimentos de oposição e as insurreições de novembro teriam sido. Isto é, em nome da paz, o Estado varguista impôs a guerra social e desenvolveu o aparato policial repressor⁹. Aos imigrantes a situação se descortinava aterrorizadora, pois mesmo quando denunciados e prontuários por motivos fúteis – e encontram-se casos do gênero aos borbotões na documentação – e não penalizados diretamente, restavam afetados: a ação repressiva, agindo desta maneira, mostrava-se presente e atuante, à disposição de novas medidas. O medo estabelecia-se como garantia da ordem. Se arbitrariedades – e muito comuns eram as notícias sobre sevícias, torturas policiais e expulsões do país¹⁰ – não foram praticadas em todos os casos, sempre pairava a hipótese do seu exercício. A inação, assim, se estabelecia.

No sentido de tornar instável a vivência que o estrangeiro tinha das instituições brasileiras, contribuía, afora as questões policiais-políticas, outro processo de caráter mais genérico, isto é, a sua pertinência ou não como componente da

⁸ Ideias políticas de João Mangabeira, 1980: 79-81.

⁹ DUTRA, 2003.

¹⁰ RIBEIRO, 2003.

sociedade brasileira que os grupos dominantes projetavam para o futuro. Neste caso estava em jogo a imagem do “outro” favorável, e o critério básico adotado ao longo de décadas para selecioná-lo se constituiu na sua dócil possibilidade de assimilação. O estrangeiro deveria pertencer a uma “raça” favorável à integração com o povo brasileiro, embora não se soubesse mais precisamente a que conceito de povo os governantes se referiam; deveriam ser cordatos nas suas relações de trabalho, não criando dificuldades para o empregador latifundiário ou industrial explorador; enfim, “favorecedor” do progresso econômico nas condições que lhe eram oferecidas. A escolha, de modo geral, recaía sobre o europeu branco e cristão que parecia reunir os predicados almejados.

Portanto, a vinda de imigrantes portugueses contou sempre com a genérica boa vontade das oligarquias dominantes em cada diverso período da história brasileira, desde as primeiras discussões sobre o assunto travadas entre os abolicionistas e imigracionistas, estabelecidas por ocasião do Congresso Agrícola Brasileiro de 1878, e depois intensificadas a partir da Lei Áurea.

Também pelo critério da eugenia – quando ele passou a ser invocado mais fortemente, no início do século XX – os portugueses não sofriam restrições. As principais controvérsias no seio da “Comissão Central Brasileira de Eugenia”, criada em 1931, com o objetivo de fazer lobby pela implantação de uma legislação eugênica no país, referiam-se ao aproveitamento populacional de indivíduos negros, judeus ou asiáticos¹¹. A questão mesmo com os portugueses, assim como com italianos ou espanhóis, os grupos que forneceram maior número de imigrantes, era de caráter político. E desde logo a República brasileira cuidou de excluir os estrangeiros a ela inconvenientes. Assim, entrou em vigor, em 1907, um Decreto Legislativo pelo qual o estrangeiro que colocasse em risco a “segurança nacional” deveria ser expulso. Tal Decreto foi reforçado por legislação ainda mais draconiana, de 1921, que permitia a expulsão de qualquer indivíduo condenado em seu país por prática de roubo ou outras ações financeiras penáveis. Como a burocracia policial agia muitas vezes sem controle, um amplo leque de “penalidades” atribuíveis ao estrangeiro poderia ser invocado mais ou menos ao sabor das conveniências políticas.

O PORTUGUÊS COMO ALVO DA PERSEGUIÇÃO POLICIAL

Os dados estatísticos disponíveis indicam que consideradas todas as entradas de imigrantes no Brasil, desde o início do processo massivo de vinda de estrangeiros, isto é nos anos 1870, até os 1960, os três maiores grupos se constituíram nos italianos, portugueses e espanhóis, nesta ordem. Embora para o Estado de São Paulo, no mesmo período, possa-se também fazer igual afirma-

¹¹ Sobre questões de eugenia e imigração, ver *Estado Novo e Eugenia* de Fábio Koifman, em <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/F%C3%81BIO%20KOIFMAN.pdf>

ção, para épocas específicas os números indicam outra conformação. Assim é que, para o Estado, entre os anos 1910 e 1960, o grupo nacional que forneceu maiores contingentes foi o dos portugueses. Observando o quadro abaixo, nota-se que sob um total de 1.552.837 entrados no período, enquanto os italianos e os espanhóis representam aproximadamente 18%, cada um dos grupos, os portugueses ascendem a quase 30%.

Quadro n.º 2

Datas	Total Geral	Itália	Portugal	Espanha
Imigrantes italianos e portugueses investigados pelo DEOPS				
1910-1934	1 062 734	187 558	263 063	204 016
1935-1959	488 120	90 130	156 536	65 321
1960-1961	1 983	4 144	14 982	12 539
	1 552 837	281 832	434 581	281 870
Imigrantes italianos e portugueses investigados pelo DEOPS				
1924-1983		12 600 4,5%	5 400 1,25%	

Num raciocínio simplista poder-se-ia inferir que estando presentes em maior número, numa época de repressão às atividades políticas dos estrangeiros, aparecessem também os portugueses com maiores contingentes entre os perseguidos e prontuários pela polícia política, num intervalo de datas semelhante ao citado. Mas, não é isto o que se observa quando se recorre aos números obtidos em pesquisas realizadas na documentação reunida pelo DEOPS paulista. Entre os anos de 1924 (ano de criação do DEOPS) e 1983 (ano de sua extinção) a polícia política abriu aproximadamente um total de 160 mil prontuários, entre os quais cerca de 5400 eram de portugueses e 12 600 de italianos residentes no Estado. Embora não seja possível considerar todos os indivíduos prontuários como contestadores do regime político em questão, já que os motivos mais diversos deram ocasião à abertura de investigações, o problema é que grosso modo pode-se levantar a hipótese de que os portugueses causaram menores preocupações aos policiais do que, por exemplo, o contingente de italianos nas mesmas condições. Enquanto estes foram investigados num percentual de cerca de 4,5%, aqueles preocuparam a polícia política em aproximadamente apenas 1,25% do total de entrados no país¹².

¹² Evidentemente não há precisão estatística nestas observações. Ressalte-se que não há lógica estreita na comparação entre contingente de entradas e número de prontuários, até mesmo porque muitos dos perseguidos pela polícia haviam chegado ao Estado em época anterior a 1924. Depois, é preciso considerar que, por terem os brasileiros nomes e sobrenomes inseparáveis dos portugueses, e por serem os documentos do DEOPS muitas vezes incompletos (isto é, sem identificação da nacionalidade), é possível que um bom número daqueles últimos não possam ser reconhecidos pela pesquisa como portugueses. Os números gerais sobre imigração foram obtidos no site do Memorial do Imigrante, <http://www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/historico/e6.htm>

Em seu clássico estudo, *Trabalho urbano e conflito social*, Boris Fausto repercutiu, e de certa forma avalizou, a hipótese levantada por Sheldon Maran, em *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*, pela qual o imigrante português era indicado como menos afeito às reivindicações e à militância contra as más condições de trabalho encontradas aqui no país¹³. Maran cita, sem identificar o autor, um livro denominado *A Terra Livre*, no qual estaria escrito que “é bastante ridículo o papel que os portugueses vêm desempenhando. Esses pobres Maneis... correm para a central de polícia e se tornam seus fantoches, prontos a assassinar grevistas...”.

Maran colocava a questão em termos relativos, pois, atribuía a idéia a alguns militantes italianos da época, que consideravam os portugueses como “furadores de greves sem consciência social”; observava também que “as generalizações sobre a docilidade do trabalhador português devem ser atenuadas pelos determinantes geográficos e ocupacionais”; e indicava que “afinal, foi o operário português das docas e da construção civil que, de parceria com os espanhóis, fez de Santos um centro de agitação e organização operárias...”.

Entretanto, não obstante as ressalvas, o que resulta da sua leitura é a concepção da passividade do imigrante português, já que definitivos são os seus argumentos a favor da idéia. Em primeiro lugar, conjeturava que a acusação aos portugueses poderia ter “validade se considerarmos o período anterior à I Guerra Mundial. O imigrante do nordeste da Itália veio de um dos centros sindicais mais vitais da Europa, enquanto o português vinha de um posto distante, já bastante enfraquecido, do socialismo europeu”. Depois, justificava que “para o trabalhador português, furar uma greve era uma questão de sobrevivência”, pois eles haviam chegado ao Brasil quando os postos de trabalho já estavam ocupados. Finalmente, e de forma definitiva, asseverava que

Em termos gerais, pode-se atribuir à superioridade relativa do movimento operário de São Paulo sobre o do Rio de Janeiro também ao fato dos italianos constituírem o maior grupo estrangeiro da força de trabalho paulistana, enquanto brasileiros e portugueses mais passivos constituíam o grosso da força de trabalho somente na capital federal. O gerente da fábrica de tecidos Corcovado... tendo tido problemas com os empregados... ameaçou substituí-los por portugueses mais dóceis e brasileiros de cor negra¹⁴.

¹³ FAUSTO, 1976: 35-36; (Fausto leu o trabalho de Maran ainda mimeografado, anterior à publicação em livro aqui citada). Fausto observa: “Os portugueses eram tidos em São Paulo, pelos organizadores do movimento operário como elementos dóceis, destituídos de consciência de classe, uma visão que seu comportamento muitas vezes confirmava. Sem dúvida, a menor propensão dos portugueses a organizar-se, constatada sobretudo na Capital, relacionava-se em algum grau com sua experiência prévia”.

¹⁴ MARAN, 1979: 31-34. Provavelmente há erro de citação em Maran, referente ao livro de título *A Terra Livre*, pois ele indica a data de publicação como sendo “5 de fevereiro de 1907” o que sugere uma publicação periódica, tal como o conhecido jornal anarquista de S. Paulo e do Rio, que circulou no período de 1905-1907.

A questão permanece em aberto, mesmo porque outros grupos imigrantes também foram criticados por se “sujeitarem a baixos salários, provocando o desalojamento de trabalhadores nacionais do mercado de trabalho”¹⁵. O acesso à documentação, paralelamente ao desenvolvimento das pesquisas junto aos prontuários do DEOPS paulista, poderá contribuir muito para uma colocação mais precisa do problema.

De toda a forma é possível observar que a ação policial sobre o estrangeiro coagia a todos os grupos nacionais e a todas as pessoas em seu interior, pois partia de uma verdadeira lógica da suspeição generalizada, que implicava na permissão para uma incriminação elástica. Qualquer forma de dissídio político, brando ou exacerbado, poderia se confundir com infração à lei e como tal dar lugar a diversas práticas de repressão ou até mesmo eliminação do “imigrante ousado”.

Três eram, naquele período, os pilares estruturais desse pensamento persecutório da polícia política: primeiramente, o estrangeiro era concebido como um elemento estranho à idealizada nação brasileira, já que portava consigo o perigo de contaminação do corpo nacional por meio dos bacilos de ideologias exóticas; em segundo lugar, a polícia das idéias políticas tratava a todos os “diferentes” ideologicamente como subversivos indiscriminados, reunindo no mesmo processo de aversão comunistas, anarquistas, republicanos radicais, e por vezes fascistas, nazistas etc. Finalmente, adotava uma indiscriminada implicação generalizante em relação ao perseguido: isto é, não considerava a relação específica mantida entre o indivíduo e a proposta política assumida. Constituíam-se em sujeitos igualmente investigáveis e penalizáveis diante do furor persecutório do órgão repressivo um militante, um aderente, um simpatizante ou um eleitor.

O português Antônio Candeias Duarte pode ser aqui tomado como um dos modelos de militante investigado. Candeias, que tinha a tipografia como profissão, atuou como militante anarquista, e depois comunista, em São Paulo nas primeiras décadas do século passado. Exerceu importante papel no comitê de greve de 1917, quando a cidade foi paralisada por aproximadamente um mês, e o governo alarmou-se com a magnitude do protesto. Em 1919, escreveu em co-autoria com Edgard Leuenroth *O que é o marxismo ou maximalismo?* Seu prontuário no DEOPS apresenta diversas implicações que o tornavam suspeito de procedimentos políticos “indevidos”, mas entre estas implicações ressalta a acusação específica de crime de opinião, tendo a polícia usado como argumento cabal para justificar sua perseguição o fato do implicado escrever livros!

Sobretudo em dois momentos da história da polícia política paulista os portugueses foram por ela atormentados, dando origem a uma intensificação da produção documental: nos anos 1930, por ocasião dos eventos relacionados à Aliança

¹⁵ TAKEUCHI, 2002: 17.

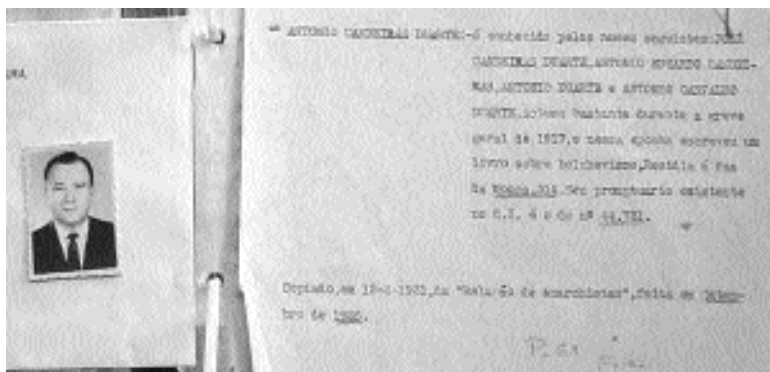


Ilustração n.º 2 – Antônio Candeias Duarte

Nacional Libertadora, ANL, e no período da passagem dos anos 1950 aos 1960, quando uma série de acontecimentos ligados a dissidentes da ditadura salazarista teve repercussão direta no território brasileiro. Em 1959, o general Humberto Delgado, que fora candidato à Presidência de Portugal, colocando em cheque a lógica ditatorial portuguesa, fugindo à perseguição da PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado – instalou-se no Rio de Janeiro. Uma vez no Brasil, entrou em contato com grupos opositoristas portugueses procurando criar uma unidade contra o governo de Oliveira Salazar, e foi responsável, juntamente com outro importante líder dissidente, Henrique Galvão, também sediado entre nós, pela captura do navio português Santa Maria. Tais episódios tornaram o DEOPS extremamente sensível às ações da “colônia” portuguesa, dando origem a diversos processos de investigação e repressão aos portugueses em São Paulo.

OS PORTUGUESES EM NÚMEROS DA POLÍCIA POLÍTICA PAULISTA

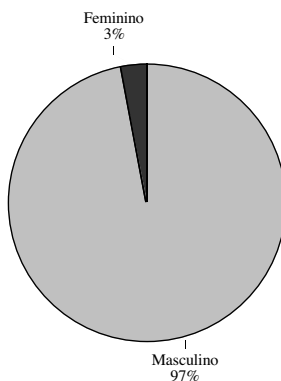
Os dados disponíveis neste momento da pesquisa indicam que, ao longo de seus quase 60 anos de atividades, o DEOPS abriu e acumulou informações em 5371 prontuários referentes a imigrantes portugueses residentes ou momentaneamente sediados no Estado de São Paulo¹⁶. Valendo-se destes dados, podem-se apresentar de modo genérico alguns números que contribuem para conhecer o perfil dos portugueses perseguidos pela polícia, ao longo do período.

A grande maioria dos prontuários se constituía em pessoas do sexo masculino, demonstrando uma nítida disposição dos homens no enfrentamento das

¹⁶ Considere-se aqui o que foi informado na nota n.º 9. É pretensão da equipe de pesquisadores por produzir informações sistemáticas de cada um destes 5371 prontuários. Para o presente artigo valemo-nos dos dados apresentados nas fichas remissivas já acumuladas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

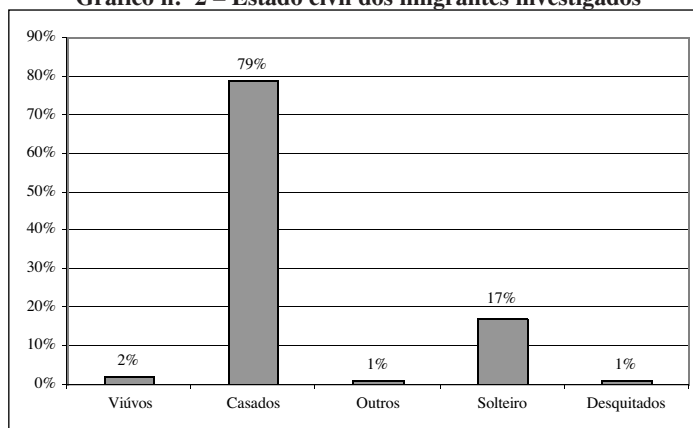
questões políticas no nível público. As mulheres portuguesas provocaram a ação policial principalmente no que respeita a denúncias de querelas entre proprietárias e inquilinos (de ambos os sexos) de casas de pensão. A subida do preço dos aluguéis quase sempre era a questão polêmica.

Gráfico n.º 1 – Investigados segundo o sexo



Os homens portugueses investigados eram quase sempre casados, identificando uma tendência de militância do homem maduro em detrimento do argumento quase sempre levantado de que o arrebatamento da juventude e a disponibilidade do homem só significavam disposição inequívoca para a contestação.

Gráfico n.º 2 – Estado civil dos imigrantes investigados



Os portugueses investigados no Estado de São Paulo não provinham de uma região específica de Portugal, que por razões sociológicas ou políticas stricto sensu compelsse o natural à militância contra o Estado de imigração ou suas instituições. Os dados indicam uma proveniência difusa de todo o Portugal, com ligeira preeminência de imigrantes provindos das principais aglomerações urba-

nas do país. A maioria dos investigados pelo DEOPS, 57,9%, era proveniente de aproximadamente outras 500 diferentes localidades não indicadas no quadro.

Quadro n.º 4 – Percentuais sobre a totalidade dos investigados pelo DEOPS, conforme as localidades mais “expulsoras”

Localidades	%
Porto	4,8
Coimbra	4,0
Guarda	3,1
Aveiro	3,0
Bragança	2,7
Viseu	2,2
Leiria	2,0
Lisboa	1,8
Vila Real	1,1
Madeira	1,0
Arouca	0,7
Braga	0,7
Total parcial	27,1

Quase a totalidade dos portugueses investigados pelo DEOPS tinha como moradia no Brasil o Estado de São Paulo (99%), e neste, a capital – com 89% – constituía-se no local ao mesmo tempo mais escolhido pelo imigrante, como o espaço de ação política e conseqüente vigilância mais assídua da polícia. A cidade de Santos – com 5% – aparece também como um ponto de concentração dos investigados, ficando os restantes 5% distribuídos por outros municípios como Ribeirão Preto, Assis, Tupã, São José do Rio Preto, etc.

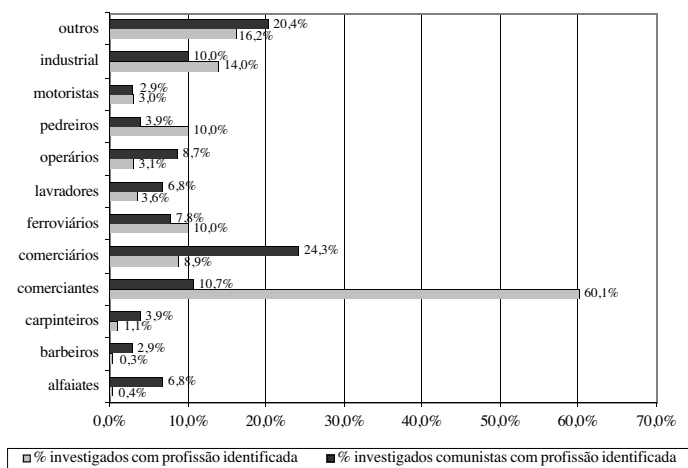
As informações alcançáveis até este momento da pesquisa permitem identificar muito precariamente os motivos alegados pelo DEOPS para promover a investigação e a perseguição dos militantes políticos portugueses. Dispõe-se de dados sobre “o crime político” praticado apenas para 378 prontuários. Porém, tomando este número como uma amostragem, ainda que não fidedigna em relação à totalidade, é possível estabelecer alguma conjectura. Anote-se que do número informado, a polícia classificou como comunistas 174 casos; como integralistas, 10; e como outras (infração à lei de economia popular, idem lei do inquilinato, grevista, “elemento suspeito”, desacato à autoridade, expulsão etc.), 194 casos.

Entre os portugueses indicados como comunistas, pode-se reconhecer como principais razões do DEOPS para perseguição e repressão, a investigação por motivo de averiguação das atividades do cidadão ou pelo fato de que ele simplesmente estivesse fazendo propaganda de suas idéias. De tal forma que a intenção era nitidamente silenciar a voz opositora ainda no seu nascedouro.

Considerado o mesmo grupo, isto é, os portugueses indicados como comunistas, e promovendo uma comparação com números relativos à totalidade dos portugueses sobre os quais a documentação do DEOPS oferece informações,

podem-se notar algumas discrepâncias. Enquanto a maioria dos investigados seguia o padrão de ocupação dos imigrantes portugueses em geral para o Brasil, isto é, eram comerciantes (60,1%), o militante comunista tendia a exercer profissões identificadas como tipicamente de empregados subordinados, não proprietários: mais de 50% constituíam-se em comerciários, operários, ferroviários, pedreiros ou lavradores. Enquanto o grupo profissional mais autônomo, isto é, menos subordinado aos ditames dos patrões, ou seja, proprietário de seu próprio negócio – industrial, comerciante, carpinteiro, barbeiro, alfaiate – constituía apenas 25% dos acusados de “crime de comunismo”.

Gráfico n.º 3 – Relação entre o total de investigados e comunistas, sobre os quais se tem informação



Assim é que, num ensaio aproximativo para entender qual o protótipo do português/imigrante que mais incomodava diretamente às autoridades e aos órgãos policiais executores da política interessante às oligarquias, pode-se encontrá-lo nas seguintes condições: o cidadão do sexo masculino simpatizante ou militante do comunismo, maduro, casado, empregado não-proprietário, proveniente de todo o território português e morador na Capital de São Paulo. Este era o mal a ser eliminado, extirpado, os demais, os outros imigrantes, deveriam ser contidos à base do amedrontamento e da coibição a fim de não caírem na categoria anterior e colocarem em risco a passividade do trabalhador brasileiro.

DISPOSIÇÕES DA POLÍCIA POLÍTICA DIANTE DE “PORTUGUESES COMUNISTAS”

A atuação da polícia política paulista esteve longe de seguir normas e técnicas descritas como “científicas” ou sistemáticas para promover a coerção de

seus inimigos imigrantes mais temidos, os comunistas. A identificação dos motivos que levaram os policiais a perseguir indica ao analista o tanto de improvisação e de amadorismo que marcavam o DEOPS, apesar de seus “métodos modernos” e de suas intenções nefastas.

A título de exemplificação, é possível elencar pelo menos cinco modos diferentes de avaliação da polícia política diante de portugueses acusados de adesão ao comunismo. A princípio e por princípio ela adotava uma visão nacionalista xenófoba, avaliando todo o imigrante insatisfeito como um perigoso traidor da confiança nele depositada pelo “bondoso povo brasileiro”. Desta maneira manifestou-se o delegado responsável pela coerção ao português Hermínio Augusto e seus companheiros, em 1936, acusados de possuírem um mimeógrafo para produzir propaganda favorável ao comunismo:

O Estado não deve deixar de punir os indiciados nestes atos, estrangeiros ingratos e mal reconhecidos, que não souberam compreender os nossos sentimentos quando foram em nossa grande pátria recebidos de braços abertos pelos brasileiros, sempre bons e excessivamente tolerantes. Por tudo isto, não deverão e não poderão ser perdoados das graves faltas que cometeram, para o próprio interesse dos brasileiros¹⁷.

A polícia política procedia de forma comumente truculenta de modo a banalizar a repressão, não apenas porque fossem os seus agentes submetidos aos “ossos do ofício” de policial, mas a fim de construir uma imagem que infundisse temor no seio da população e assim angariasse “respeito” pelas suas ações. Em 1939, um motorista de praça da cidade de São Paulo, de nome João Henrique, foi alvo deste comportamento “propositadamente arbitrário” dos beaguins ideológicos. O tal João, conforme se lê em seu prontuário do DEOPS, estava com o seu carro no ponto de táxis “quando apareceu um moço a quem o declarante conhecia apenas de vista, por ser sobrinho de um senhor de nome Graciano, que trabalhava na firma Pinto Villela, a quem o declarante também servia com o seu carro. O moço subiu no automóvel e mandou seguir até chegar à rua Conselheiro Nébias. O rapaz então desceu do carro e mandou que João esperasse um pouco. Quando voltou, apareceram juntamente inspetores do Deops que o prenderam.” Todos foram encaminhados para o Deops. Lá, João “afirmou não estar ligado a nenhum assunto referente ao comunismo e saber respeitar as leis do país em que vive”.

O motorista foi preso mesmo assim¹⁸.

Outro procedimento comum desta que era uma verdadeira delegacia “do pensamento”, constituía-se em controlar a exposição de símbolos que significassem divulgação de idéias contrárias aos “bons costumes políticos”, incriminando seus divulgadores. Joaquim Carreira, um elegante português, simpático à

¹⁷ Prontuário n.º 2182, de Hermínio Augusto, Fundo Deops, 13.10.1938.

¹⁸ Prontuário n.º 3674, de João Henrique Antunes, Fundo Deops, 02.10.1939.

propaganda da Aliança Nacional Libertadora, ANL – que até mesmo havia participado da distribuição de boletins entre os seus companheiros de trabalho desta, então, instituição legal – foi encaminhado ao xadrez porque foi visto usando abotoaduras com o símbolo do partido comunista. Embora, sobre ele nada mais pudesse ser levantado como razão para incriminação, e tenha, certamente como subterfúgio, declarado aos policiais “que as usava inconscientemente e ao saber do significado delas atirou-as a um rio”, Joaquim foi detido¹⁹.

A polícia política temia também a expansão das propostas comunistas por puro contágio e passava a dar crédito a delações em que tanto os acusados como os acusadores acabavam envolvidos nas malhas da repressão. Assim ocorreu com o marido de uma mulher “brasileira anônima”, que delatou por carta a um português de nome Joaquim Pereira de Mattos, acusando-o de ter “promovido várias reuniões com o intuito de discutir idéias comunistas”. A dita mulher dizia temer que o acusado virasse “a cabeça do seu marido, já que são amigos”. Acabaram por serem detidos, não apenas o “corruptor” Joaquim, mas também o marido, para averiguações e possíveis punições²⁰.

Para além do crédito a delações, não confirmadas pelos fatos, o temor da expansão das idéias comunistas em São Paulo, e por extensão no Brasil, levou o DEOPS a incriminar toda e qualquer manifestação de pensamento entendido como progressista, dando lugar a uma forma de indiciamento por aproximação ideológica. Em 1937, José Assucena Maia, português versado nas práticas do “racionalismo científico christão”, foi detido pela polícia porque contribuía por meio de sua profissão de fé para a propaganda da Aliança Nacional Libertadora, tendo sido “assíduo freqüentador de suas reuniões”. Nem adiantaram as objetivas negativas do pobre racionalista de que a acusação só podia ser “fruto de inimizade de algum companheiro”. Como em tantas outras ocasiões o “imigrante mal-agradecido” foi recolhido à prisão²¹.

Nos anos 20 do século passado, a cidade e o Estado de São Paulo conheceram uma significativa expansão do seu parque industrial. Na base dessa ampliação da produção e das trocas comerciais estava o trabalho de dezenas de milhares de imigrantes, e entre estes o grupo imigrante português representava uma parcela significativa.

As divergências de posicionamentos sociais e políticos entre operários e empreendedores – que remontavam às últimas décadas do século XIX – ganharam então, novas conformações. De uma fase em que a repressão aos movimentos de trabalhadores era comandada por ações “particulares” dos empresários – por meio de demissões e outras medidas coibidoras – as classes dominantes passaram a adoção de medidas ainda mais efetivas de punição. Numa promíscua relação oligárquica entre interesses políticos de empresários paulistas e da camada dirigente do Estado de São Paulo, foi criado o DEOPS que a

¹⁹ Prontuário n.º 70013, de Joaquim Carreira, Fundo Deops.

²⁰ Prontuário n.º 4671, de Joaquim Pereira de Mattos, Fundo Deops, 04.01.1937.

²¹ Prontuário n.º 4564, de José Assucena Maia, Fundo Deops, 23.10.1937.

partir de então comandou sistematicamente o impedimento das ações mais contundentes do operariado em geral e, especificamente, de suas lideranças.

Entender a participação dos imigrantes portugueses nesses acontecimentos contribui decisivamente para avaliar a sua extensão, e aponta para a compreensão das relações entre o passado e o presente do processo político brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- CORRÊA, L. R., 2008 – “O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo”. *Revista Histórica*, n.º 33 (Outubro). <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/materia04/>
- DUTRA, E. de F., 2003 – “Crime político e segurança nacional”, in *Seminários n.º 3: Imigração, Repressão e Segurança Nacional*. S. Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- FAUSTO, Boris, 1976 – *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. S. Paulo: Difel.
- IDÉIAS políticas de João Mangabeira*. Brasília, Senado Federal: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- MARAN, Sheldon, 1979 – *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio: Paz e Terra.
- RIBEIRO, M. C. dos S., 2003 – “Imigração e expulsão: mecanismos para seleção de estrangeiros no Brasil in *Seminários n.º 3: Imigração, Repressão e Segurança Nacional*. S. Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- TAKEUCHI, M., 2002 – *O perigo amarelo em tempos de guerra*. S. Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

VILACONDENSES NA FUNDAÇÃO E ENGRANDECIMENTO DO REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE PERNAMBUCO

*Adelina Piloto
Antônio Monteiro dos Santos*

INTRODUÇÃO

Em meados do século XIX, uma mortífera epidemia de *cholera-morbus* assolou o Brasil, martirizando particularmente o estado de Pernambuco. A comunidade portuguesa liderada pelo Dr. José de Almeida Soares Lima Basto decidiu fundar, em 1855, o Real Hospital Português de Beneficência no Recife para tratar gratuitamente as vítimas da moléstia, salvando desse modo muitas vidas¹.

Desde a sua fundação, e ao longo dos mais de 150 anos de existência, muitos naturais de Vila do Conde, à semelhança de outros portugueses solidários e altruístas, concederam generosos donativos e desempenharam cargos da mais alta responsabilidade nessa instituição. Entre os vilacondenses que devotaram a sua vida àquela que é considerada uma das maiores obras que a diáspora portuguesa construiu e mantém em todo o mundo², destacamos: José Joaquim de Lima Vairão; Antônio Pedro Sousa Soares; Albino Gonçalves de Azevedo; Bento Luís de Aguiar; Frei Bento do Monte Carmelo Flores; Marcelino Ferreira dos Paços; Randolfo Pinto Ferreira; José Narciso Maia Palmeira; Fernando Ferreira Maia e Januário José de Almeida.

FLUXO MIGRATÓRIO PARA PERNAMBUCO

A emigração de Vila do Conde para o Brasil em geral, e de forma muito particular para Pernambuco, começou bem cedo. Já no século XVI, encontramos referido, nas fontes, o nome de Manuel Gonçalves, piloto e patrão da capitania de Pernambuco. No tempo de um dos filhos do primeiro donatário, D.

¹ SILVA, 1960: 25-30.

² Declaração de Jorge Peixoto, director de comunicação do Real Hospital, à Agência Lusa, em 4 de Novembro de 2005, na evocação dos 150 anos da fundação do Real Hospital Português de Beneficência, no Recife.

Duarte Coelho. Manuel Gonçalves foi segundo marido da vilacondense Isabel de Oliveira³, e era já falecido no ano de 1625.

Manuel Gonçalves é, tudo leva a crer, o primeiro colono brasileiro oriundo da terra de Vila do Conde.

Sabemos que a produção açucareira realizada em grande escala, desde meados do século XVI, na capitania de Pernambuco, impulsionou fortemente o desenvolvimento económico dessa imensa região e, concomitantemente, estimulou a atracção populacional. Eram frequentes, nos jornais pernambucanos, os anúncios de portugueses a oferecer os seus préstimos: “oferece-se para caixeiro ou administrador de engenho um português de que tem bastante prática, sabe bem fazer açúcar com cal, escreve e lê bem”; “uma pessoa chegada há pouco tempo, da ilha de S. Miguel, se oferece para tratar de sítios, hortas, e enfim tudo quanto é de plantações...”⁴.

O *Diário Pernambucano*⁵, em 1848, ao descrever os ramos de negócio e os empregos que gerava, informava que Pernambuco tinha mais de seis mil casas de comércio a retalho que estavam na posse de estrangeiros. Cada loja comercial tinha, pelo menos, dois caixeiros portugueses, o que perfazia um total de 12 000 indivíduos que excluía do comércio os naturais. A concluir a notícia, afirmava que mesmo os trabalhos mais sujos, mais mal remunerados e mais pesados, como o de carregador, eram exercidos por portugueses⁶.

Esta notícia evidencia claramente a intensa actividade comercial dos estrangeiros em Pernambuco e, em simultâneo, espelha o ressentimento com laivos de lusofobia que os pernambucanos sentiam na época, à semelhança do que se passava noutras partes do Brasil, nomeadamente, na capital do Reino, onde o emigrante lusitano, na sua maioria homem, solteiro e em idade produtiva era considerado um concorrente em potencial do brasileiro, num mercado de trabalho com escassas oportunidades, sendo muitas vezes olhado pela massa popular brasileira como usurpador e aproveitador⁷. Os pernambucanos acreditavam que os seus inimigos eram os comerciantes portugueses que monopolizavam o comércio nas cidades e os senhores de engenho que monopolizavam a terra no interior, mas, na realidade, eram os ingleses quem dominavam fortemente a vida económica brasileira, desde 1808, com a abertura dos portos do Brasil⁸.

³ Isabel de Oliveira faleceu a 5 de Março de 1626. No seu testamento, feito a 13 de Janeiro de 1625, refere ter sido casada com Pedro Rodrigues em segundas núpcias “mulher que ultimamente foy de manoeil Gonçalves pyloto e patrão que foy na Capitannya de pernão bucu” (Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC) – Arquivo dos Condes de Azevedo, doc. avulso, Testamento de Isabel Oliveira).

⁴ *DIÁRIO Pernambucano*, 6 e 12 de Junho de 1844.

⁵ O *Diário Pernambucano* é o mais antigo periódico em toda a América Latina. Foi fundado em 7 de Novembro de 1825.

⁶ HOLANDA, 1972: 230.

⁷ RIBEIRO, 2007: 125.

⁸ MELLO, 1997: 25-28.

Na década de 1850, o tráfico negreiro decaiu fortemente, na sequência do acto aprovado pelo Parlamento inglês e que ficou conhecido, no Brasil, como “Bill Aberdeen”, que autorizava a marinha inglesa a tratar os navios de escravos como navios piratas, com direito à sua apreensão e julgamento dos infractores nos tribunais de Inglaterra. Nabuco de Araújo⁹ pressionou mesmo a substituição do presidente da província de Pernambuco, por outro mais decidido no combate ao tráfico escravagista, quando ocorreu em Serinhaém uma das últimas tentativas de desembarque de escravos¹⁰. A escravatura foi oficialmente extinta no Brasil pela lei de 1888.

Simultaneamente, intensificou-se no Brasil uma política de imigração que privilegiava a ida de portugueses, constituindo-se verdadeiras redes migratórias, com engajadores, contratantes, negociadores e monopolistas, chegando mesmo a formar-se uma “Associação de Colonização de Pernambuco, Paraíba e Alagoas” que tinha permissão do Governo para introduzir nas três províncias 25 000 colonos. O transporte destes trabalhadores, oriundos na sua esmagadora maioria do Norte de Portugal, era feito quase sempre em precárias condições, daí que esta massa humana fosse muitas vezes apelidada de “escravatura branca”¹¹.

Do que não resta dúvida é que a emigração vilacondense para Pernambuco foi importante. Entre 1865 e 1913, foram solicitados 3940 termos de responsabilidade e fiança para embarcar para o Brasil. Desse quantitativo, 526 emigrantes indicaram como destino o Estado de Pernambuco, cifra que corresponde a 13,3% do total. Pernambuco era o terceiro destino preferencial¹². Estes são os números oficiais, mas muitos outros emigrantes devem ter partido clandestinamente.

Pernambuco continuou, ao longo dos séculos XIX e XX, a ser uma região próspera, com grande movimento comercial e acentuado desenvolvimento em todos os sectores de actividade. Esta panorâmica económica não podia deixar de ser do maior interesse para qualquer emigrante, e os vilacondenses por certo não enjeitaram a oportunidade que se lhes deparava de singrarem no comércio, em vez de enfileirarem por outros tipos de actividades, mais duras e menos gratificantes.

PARTICIPAÇÃO DOS VILACONDENSES NO REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE PERNAMBUCO

Aquando da terrível e mortífera epidemia de cólera, um grupo de portugueses eivados de amor pelos menos afortunados, reunido no Gabinete Português de Leitura do Recife, sob a liderança do Dr. José de Almeida Soares de Lima Bastos, empreendeu a fundação de um hospital provisório de beneficência. De provisório para a erradicação da epidemia de cólera, acabaria por se ins-

⁹ Ministro da Justiça entre 1853 e 1857.

¹⁰ FAUSTO, 2008: 192-196.

¹¹ GAMA, 1983: 3.

¹² AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, Livros 3115-3141/A.

titucionalizar e perpetuar para servir de abrigo na velhice e na doença aos portugueses residentes na região bem como a outros indivíduos de outras nacionalidades que a ele recorressem nas horas mais amargas da vida.

Em 25 de Agosto de 1855, para angariação de fundos e para promoção do necessário alistamento de associados, foram organizadas comissões divididas por quatro bairros: Bairro do Recife, Bairro de Santo António, Bairro da Boa Vista e Bairro de São José. Neste último, fazia parte da referida comissão o vilacondense José Joaquim de Lima Vairão¹³.

José Joaquim Pereira de Lima embarcou para o Brasil em 29 de Setembro de 1834. Tinha na data 12 anos, e era natural da freguesia de Fornelo¹⁴. O apelido “Vairão” que juntou ao nome de baptismo, como nos aparece no livro do Centenário do Real Hospital, sendo ele natural da freguesia contígua à de Vairão, pode dever-se ao facto de a família ter, entretanto, mudado de residência. Também pode ter decidido adoptar esse apelido por ser um nome sonante e histórico¹⁵ e ter uma certa semelhança fonética e ortográfica com o título nobiliárquico de barão, o que lhe conferia uma certa dignidade, uma das razões, afinal, que o teria levado até ao Brasil.

Em 15 de Janeiro de 1836, José Joaquim Pereira de Lima também natural de Fornelo, casado, de 53 anos de idade, solicitou passaporte para o Brasil. Supomos tratar-se do pai do anterior¹⁶. Por sua vez, em 3 de Novembro de 1869, solicitou fiança para embarcar para o Brasil, António José de Lima, solteiro, natural de Vairão, filho de José Joaquim de Lima¹⁷. O registo evidencia que trocaram de freguesia, de Fornelo para Vairão, mas omite a idade, assim como a quem ia recomendado, acrescentando, contudo, que estava isento do serviço militar pelo n.º 2, do artigo 8.º da lei de 27 de Julho de 1855¹⁸. Estamos em presença de três gerações sucessivas de emigrantes da mesma família – avô, pai e filho. Depreendemos que as duas primeiras gerações desta família parecem não ter alcançado no Brasil a ambicionada fortuna, uma vez que o último a emigrar estava isento do serviço militar por ser amparo da família.

José Joaquim de Lima foi o primeiro vilacondense a fazer parte da fundação e organização do Hospital Português em Pernambuco. Outros se lhe seguiram, quer na direcção, quer na forma como generosamente concorreram no sentido do maior progresso, desenvolvimento científico e material daquela unidade hospitalar:

¹³ SILVA, 1960: 22.

¹⁴ Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Registo de passaportes*, Livro 3242, fl. 94 v.

¹⁵ O convento de Vairão de freiras beneditinas foi fundado no século X.

¹⁶ ADP – *Passaportes nacionais para fora do reino*, Livro 3245, fl. 12.

¹⁷ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, Livro 3116, fl. 13.

¹⁸ “Aquele que provar, que ele só, pelo seu trabalho, sustenta qualquer dos seus ascendentes ou irmãos, que não possam alimentar-se por absoluta carência de meios, e estado de não poder obtê-los; e bem assim o exposto, abandonado ou órfão, que sustentar, só com o seu trabalho, a mulher pobre, ou sexagenária que o criou gratuitamente, e educou desde a infância” (Lei de 27 de Julho de 1855, cap. II, art.º 8, n.º 2).

Antônio Pedro de Sousa Soares nasceu na freguesia de S. Bento de Vairão. Era filho do casal José Alves de Sousa Soares e Maria José do Carmo Vasconcelos Mesquita Queiroz de Sousa Soares. O pai era médico e boticário das freiras beneditinas do convento de Vairão. Embarcou para Pernambuco ainda muito jovem e tendo alcançado fortuna e notoriedade, prestou ao Real Hospital relevantes serviços humanitários e desempenhou o cargo de vice-provedor em 1884¹⁹.

Albino Gonçalves de Azevedo, natural da freguesia de Fajozes, filho de modestos lavradores – Antônio Gonçalves de Azevedo e Maria Ramos Leite –, prestou termo de fiança para embarcar, em 16 de Maio de 1868. O jovem imberbe de 13 anos de idade, ia recomendado a seu irmão Antônio Gonçalves de Azevedo (o mesmo nome do pai), que estava em Pernambuco. O pai abonou e pagou a viagem, tendo também assinado o respectivo termo²⁰.

No Brasil, enriqueceu com fábricas de bolachas, de biscoitos e de café. O governo português concedeu-lhe a mercê honorífica do título de visconde de Santo Albino, por decreto de 4 de Janeiro de 1908, atendendo às suas qualidades humanas e morais, assim como ao relacionamento estreito e profícuo que estabeleceu com a comunidade brasileira²¹.

O visconde de Santo Albino prestou ao Real Hospital inúmeros serviços e foi de uma largueza de benfeitorias traduzida, por exemplo, na oferta de uma enfermaria que mandou construir e mobilar, e na qual despendeu a avultada quantia de 35 contos de réis, à qual foi decidido atribuir o seu nome. Razões pelas quais à entrada do átrio da portaria do Real Hospital está, do lado esquerdo, o busto brônzeo do visconde de Santo Albino²².

Após várias décadas no Brasil, sentindo, talvez, que a saúde já lhe era escassa, o visconde decidiu regressar à sua terra natal, visando a 20 de Abril de 1916, o seu bilhete de residência na administração do concelho de Vila do Conde²³.

Decorrido menos de um mês do regresso a Portugal, lavrou o seu testamento cerrado, declarando, no mesmo, que era solteiro, de maior idade e brasileiro naturalizado. O seu testamento é a demonstração cabal da enorme riqueza que acumulou ao longo da vida. Deixou à sua sobrinha, Emília Gonçalves Azevedo, filha do seu irmão Joaquim, o usufruto vitalício da casa em que residia em Fajozes com todo o seu recheio, juntamente com todas as outras propriedades que tinha na mesma freguesia, assim como um grande número de prédios na cidade do Recife. Ressalvava ainda, que a mesma sobrinha teria o usufruto enquanto estiver solteira, casando ou falecendo os bens passariam para os filhos da mesma. Embora nunca tivesse casado oficialmente, viveu maritalmente com a referida sobrinha de quem teve vários filhos, e que consagra no testamento como principais herdeiros da sua imensa fortuna. Legou no

¹⁹ VILA do Conde, *Caderno de Cultura*, n.º 93, 30 de Abril de 1981.

²⁰ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, Livro 3115, fl. 134 v.

²¹ Decreto do rei D. Carlos de 4 de Janeiro de 1908.

²² SILVA, 1960: 65-66; 71.

²³ AMVC – *Livro de registo de títulos de residência*, Livro 2816, fl. 20.

testamento redigido a 16 de Maio de 1916, ao Real Hospital de Pernambuco a quantia de cinco contos de réis²⁴.

O visconde de Santo Albino faleceu na sua residência na freguesia de Fajozes, no dia 9 de Junho de 1919, deixando em todos os conterrâneos as mais gratas recordações.

Em 6 de Outubro de 1873, Manuel de Aguiar prestou, na administração do concelho, termo de responsabilidade e fiança para o seu filho de 13 anos, Bento Luís de Aguiar, partir com destino a Pernambuco, recomendado ao tio materno, Frei Bento do Monte Carmelo Flores. O pai assinou o termo e pagou a respectiva viagem²⁵.

Bento Luís de Aguiar foi um empresário com sucesso e um filantropo da cultura na cidade do Recife. Mandou construir a suas expensas o Teatro do Parque do Recife, no qual investiu a quantia de 200 contos de réis, tendo o mesmo sido inaugurado na noite de 24 de Agosto de 1915, pela Companhia de Operetas e Revistas do Teatro Avenida, de Lisboa²⁶.

Contribuiu com generosas dádivas para o Real Hospital e exerceu com grande empenho e proficiência o cargo de provedor entre 1913 e 1916²⁷.

Casou-se no Brasil com Josefina Cavalcanti de Barros. Deste matrimónio nasceram três filhos: uma filha e dois gémeos, um rapaz e uma rapariga. À filha mais velha foi dado o nome de Olga, tendo sido baptizada no Recife, na freguesia da Boavista, a 26 de Outubro de 1901. Esta veio a consorciar-se com o vilacondense José Pinto Ferreira, natural da freguesia da Junqueira, irmão de Randolfo Pinto Ferreira, (de quem falaremos mais adiante) e tio do Dr. Carlos Pinto Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde entre 1954 e 1966, e director do jornal *Renovação*²⁸. Os dois filhos gémeos – António e Maria dos Anjos – receberam a água lustral do baptismo na capela do Hospital Português, no dia 6 de Agosto de 1911, das mãos do seu tio paterno, o Dr. Elias de Aguiar²⁹, sacerdote e musicólogo, que para o efeito se deslocou a Pernambuco, na companhia da avó dos neófitos, D. Maria Flores de Aguiar, por nessa altura ser já falecido o avô Manuel Luís de Aguiar.

De regresso a Vila do Conde, Bento Luís de Aguiar adquiriu uma casa apaçada, na Avenida Bento de Freitas, junto ao mar, conhecida pelo Palacete Melo. Mais tarde, esse palacete foi adquirido pelo industrial Delfim Ferreira, de Riba D’Ave, e está hoje transformado em centro de acolhimento de crianças, gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Azurara.

²⁴ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, Livro 3278 (1918-19).

²⁵ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, Livro 3118, fl.30 v.

²⁶ FRANÇA, 1977: 15.

²⁷ SILVA, 1960: 74-75.

²⁸ O jornal *Renovação* foi fundado em 1936 e extinto em 1983.

²⁹ O Dr. Elias de Aguiar foi reorganizador e regente do Orfeão Académico de Coimbra, no ano de 1915, de que ficou célebre a sua primeira audição a 2 de Junho de 1915, em que intervieram Viana da Mota, Augusto Rosa, Afonso Lopes Vieira e Branca de Gonta Colaço (*Enciclopédia Luso-Brasileira*, 3: 123).

Continuando a dar mostras do seu espírito altruísta e solidário, distribuiu a várias instituições vilacondenses, como ao Hospital, ao Clube Fluvial Vilacondense e à Igreja Matriz, avultados donativos. À Igreja Matriz, nomeadamente, ofereceu um magnífico órgão de tubos.

Em 13 de Maio de 1913, D. Manuel Baptista da Cunha, Arcebispo Primaz de Braga, faleceu na casa de Bento Luís de Aguiar em Vila do Conde, onde se encontrava exilado, após a implantação da República³⁰. Pelos serviços de benemerência prestados à pátria, foi-lhe atribuído o título de comendador.

O seu tio, Frei Bento do Monte Carmelo Flores, frade carmelita, que vivia no mosteiro da sua ordem em Pernambuco, exerceu, em simultâneo, no ano de 1876, as funções de capelania e de regente do serviço interno da capela do Real Hospital, inaugurada em 16 de Setembro de 1859.

Em 4 de Setembro de 1878, cinco anos após a partida de Bento Luís de Aguiar para Pernambuco, emigra para a mesma província o seu irmão António Luís de Aguiar, de 11 anos de idade, na companhia do referido tio frade que tinha vindo de visita a Portugal, responsabilizando-se este pelo pagamento da viagem. Infelizmente, este jovem morreu poucos dias após a chegada ao Brasil, vitimado pela febre-amarela³¹.

O comendador da Ordem de Cristo, Marcelino Ferreira de Paços, filho de Manuel José Ferreira Paços e de Rosa Maria Lopes, natural da freguesia de Tougues, tirou passaporte para emigrar para Pernambuco, em 21 de Janeiro de 1892, com 13 anos de idade³². Em 17 de Maio de 1923, com 43 anos de idade, já viúvo, solicitou passaporte para viajar pela Europa e pela América³³.

Figura de relevo nos meios comerciais da colónia pernambucana, exerceu por várias vezes os cargos de provedor e de tesoureiro do Real Hospital. Foi presidente do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, tendo na sua administração construído o edifício onde essa associação está instalada na Rua do Imperador. Pelos relevantes serviços prestados à colónia portuguesa foi agraciado pelo governo português com a comenda da Ordem de Cristo. Faleceu em 1949, em Pernambuco, onde residia há 57 anos³⁴.

Randolfo Pinto Ferreira, natural da freguesia de S. Simão e S. Judas Tadeu da Junqueira, nasceu em 1889. Era filho de José Pinto Ferreira e de Ana Francisca de Lima. À semelhança do que era tradição na época, a primogénita deste casal herdou a casa paterna para dar continuidade à família na terra onde estava radicada e para tratar dos pais na velhice. Dos restantes cinco filhos, quatro emigraram para o Brasil. De entre estes, Randolfo foi o que logrou maior ascensão económico-social. Tendo começado como empregado de comércio foi-se, paulatinamente, afirmando no mundo dos negócios. Era sócio proprie-

³⁰ O AVE, Vila do Conde, n.º 339, de 15/05/1913: 2.

³¹ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, Livro 3120, fl.101 v..

³² ADP – *Registo de passaportes*, Livro 95, fl. 260 v.

³³ ADP – *Registo de passaportes*, Livro 3442, fl. 188 v.

³⁴ O COMÉRCIO do Porto, Porto, 11/04/1949: 7.

tário de uma grande ourivesaria na cidade do Recife, a ourivesaria Krause. A família de Randolpho em Portugal também beneficiou de visível ascensão. Um seu sobrinho – Carlos Pinto Ferreira – formou-se em medicina e durante doze anos foi presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde³⁵.

Randolfo foi grande protector do Real Hospital e fez parte, como suplente, da Junta Administrativa do Centenário, em 1954-1955³⁶.

Randolfo manteve-se solteiro, mas tinha uma filha de namoro que perfi-lhou. Mandou construir, na sua terra natal, um majestoso palacete que ombreava em altura com a torre da igreja paroquial da freguesia que se situava nas proximidades. Conta-se que só mandou parar a edificação da torre da sua imponente casa, quando dela conseguiu avistar o mar de Vila do Conde que se situa a cerca de sete quilómetros do local. Tencionava, após o regresso à sua aldeia, deleitar-se no seu torreão a apreciar ao longe o mar, mas a sorte foi-lhe madrastra, pois faleceu no Recife em 1957, onde foi sepultado.

O comendador da Ordem de Benemerência, José Narciso Maia Palmeira, foi baptizado na igreja de Santa Maria de Vilar, a 3 de Abril de 1901, e era filho de Manuel Antunes Palmeira, lavrador, e de Maria Dias Moreira³⁷.

Chegou ao Recife a bordo do vapor Araguaia, no ano de 1914. O seu primeiro emprego foi numa loja de tecidos. A pulso, com muito trabalho e rigo-rosa gestão, passou a sócio maioritário da firma Narciso Maia Tecidos Lda, jun-tamente com a filha, Wanda Maria Stanford Palmeira que nasceu do casamento realizado em 1942. A firma dedicava-se à venda de tecidos por grosso e a reta-lho, contando, em 1985, com uma rede de 18 lojas, sendo sete no Recife e as restantes espalhadas por várias zonas do Brasil.

Wanda Stanford Palmeira era casada com o Dr. William Pereira Stanford, distinguido em 1995 com a medalha de prata pelo profissionalismo e dedica-ção ao Real Hospital. O Dr. Stanford, desde 1963, dirigiu o serviço de hemo-diálise e também o programa de transplantes renais, tendo efectuado o primeiro transplante em 17 de Fevereiro de 1976, sendo pioneiro na região.

Durante 17 anos consecutivos, José Narciso Maia Palmeira trabalhou com grande dedicação e espírito filantrópico no Hospital Português de Beneficên-cia, sendo seu provedor entre 1963 e 1980. Foi também, durante quatro anos, director do Gabinete Português de Leitura. Durante a sua administração, o Hospital Português beneficiou de importantes obras: os equipamentos foram modernizados; construiu a maternidade, as rampas ligando todo o hospital, os pavilhões Dr. João Marques, Luís de Camões e Rosa Célia Palmeira (que é sua neta), e o pavilhão que tem o seu nome, além do pavilhão Egas Moniz. Pela sua acção à frente dessa prestigiosa instituição hospitalar, recebeu do então presi-dente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, o grau de comendador da Ordem de Benemerência e uma especial bênção apostólica do papa João XXIII.

³⁵ *VOZ do Ave*, Vila do Conde, 13/02/1985: 5.

³⁶ SILVA, 1960: 74-75.

³⁷ ADP – *Registo de baptismos*, Livro 168, fl. 3 v..

José Narciso Maia Palmeira³⁸ recebeu o título de “Comerciante do Ano”, que lhe foi concedido pelas entidades de classe comercial de Pernambuco, em 1980³⁹. Faleceu a 13 de Agosto de 1989, no Recife, onde jaz.

Fernando Ferreira Maia nasceu em 1902, na freguesia de Guilhabreu. Com 13 anos de idade partiu para Pernambuco a bordo do navio Oreana. Iniciou a sua actividade como balconista, passando depois a caixeiro-viajante, profissão que exerceu durante dezoito anos consecutivos, até que fundou a sua própria firma. Foi através dele que emigraram muitos portugueses, nomeadamente do concelho de Vila do Conde. A convite do amigo Palmeira (referido no ponto anterior), exerceu durante quase vinte anos as funções de tesoureiro do Hospital Português⁴⁰.

Januário José de Almeida, filho de Albino José de Almeida, natural da freguesia de Árvore, emigrou para Pernambuco com 13 anos de idade, em 12 de Abril de 1914⁴¹. Faleceu a 27 de Maio de 1961, na sua casa situada na Avenida Bento de Freitas, em Vila do Conde.

Januário José de Almeida alcandorou-se a lugares cimeiros nos meios comerciais e sociais de Pernambuco. Fez parte do Gabinete Português de Leitura, do Clube Português e do Real Hospital de Beneficência, dispensando a estas atitudes de grande benemerência.

Promoveu, no Recife, em 1955, uma iniciativa filantrópica a favor do Hospital da Misericórdia de Vila do Conde, cujo rédito atingiu 102 400 cruzeiros. Foi também benfeitor da Cantina Escolar Vilacondense e de todas as associações locais de índole cultural, recreativa e desportiva. A suas expensas, e em cumprimento de uma promessa de sua esposa, D. Maria Teresa de Carvalho Almeida, mandou erigir a igreja do lugar da Areia, de invocação a Nossa Senhora de Fátima, inaugurada em 1959. Esta foi considerada a mais importante realização no género, que nos últimos anos se tinha levado a cabo no concelho, por iniciativa particular⁴².

Da freguesia da Junqueira partiram muitos emigrantes para o Brasil, e pode ufanar-se esta terra do concelho de Vila do Conde, de ter, na actualidade, um seu natural à frente dos desígnios do Hospital Português Beneficente de Pernambuco.

Alberto Ferreira da Costa, nascido a 4 de Maio de 1936, partiu para o Brasil em 1950, levando no bolso a modestíssima quantia de 50\$00 escudos, que lhe foi dada pelo irmão Abílio Ferreira da Costa, hoje industrial. Em Pernambuco, singrou como empresário da construção civil, construindo um valioso empório. Dez anos após a partida, voltou a Portugal para contrair matrimónio com Maria do Carmo Ferreira de Castro. De novo regressou ao Brasil, mas nunca esqueceu a sua terra de origem, promovendo nela alguns melhoramentos significativos e sendo alvo de várias homenagens.

³⁸ Tio-avô materno de Adelina Piloto.

³⁹ *VOZ do Ave*, Vila do Conde, 9/01/1985: 3.

⁴⁰ *VOZ do Ave*, Vila do Conde, 16/01/1985: 2.

⁴¹ ADP – *Registo de passaportes*, Livro 169, fl. 109v.

⁴² *RENOVAÇÃO*, Vila do Conde, 3/06/1961: 4.

Em 1971, tornou-se sócio do Real Hospital e em 1976 foi eleito mordomo do mesmo. Em 1990, assumiu o cargo de Provedor e, desde aí até à actualidade, tem sido sucessivamente reeleito. Tem baseado o seu programa de acção num conjunto de reformas tendentes a dotar o hospital com os meios mais modernos e eficazes para a prevenção e tratamento de doenças⁴³.

CONCLUSÃO

Fundado, no Recife, em 16 de Setembro de 1855, o Hospital Português de Beneficência teve desde a sua fundação e até ao presente, a valiosa contribuição de emigrantes portugueses solidários e beneméritos. Entre eles contam-se muitos vilacondenses.

Trata-se de uma obra que permanece como uma das realizações mais meritorias e emblemáticas da comunidade portuguesa no Brasil e bem representativa da capacidade de integração, relacionamento e edificação dos portugueses.

FONTES

Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC) – *Termos de responsabilidade e fiança*, Livros 3115 a 3141-A (1865-1913). 27 volumes.
AMVC – *Livro de registo de títulos de residência*, Livro 2816 (1916-1927).
AMVC – *Arquivo dos Condes de Azevedo*, documentos avulso.
Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto*, Livros 3242 a 3245 (1834-1836); Livros 3412 a 3424 (1914 a 1920).
ADP – *Livros de registo de baptismos*, Livro 168 (1901).
COMÉRCIO do Porto, 11 de Abril de 1919.
DIÁRIO Pernambucano, 6 e 12 de Junho de 1844.
O AVE, 15 de Maio de 1913.
RENOVAÇÃO, 13 de Junho de 1961.
VOZ do Ave, 9 e 16 de Janeiro de 1985.

BIBLIOGRAFIA

FAUSTO, Boris, 2007 – *História do Brasil*. S. Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo.
FRANÇA, Ruben, 1977 – *Momentos do Recife*. Recife: Secretaria da Educação e Cultura.
GOUVEIA, Fernando da Cruz, 1990 – *Perfil do Tempo*. Recife: Secretaria da Educação e Cultura.
HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1972 – *História Geral da Civilização Brasileira*. S. Paulo: Ed. Civilização.
MELLO, Virgínia Pernambucana, 1997 – *O Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco*. Recife: Comissão Organizadora dos 140 anos de aniversário.

⁴³ MELLO, 1997: 131.

MENSAGEIRO Real, Pernambuco: Real Hospital Português de Beneficência, 2005-2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina, 2007 – “O Imigrante e a Imigração Portuguesa no Acervo da Justiça Federal do Rio de Janeiro (1890-1930)” in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando (orgs.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 121-142.

SILVA, Laurindo, 1960 – *O Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco no seu primeiro Centenário*. Recife: Imprensa Oficial.

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA, CASAMENTO E RIQUEZA EM BELÉM (1870-1920)

Cristina Donza Cancela

Ao procurar analisar a imigração para a Amazônia, mais especificamente para a cidade de Belém, capital do estado do Pará, no período da economia da borracha, me deparei com uma forte presença de imigrantes portugueses na documentação levantada. Para se ter uma idéia dessa superioridade vale destacar que, no cotejamento de inventários *post mortem* realizados para os anos de 1870 a 1920, cerca de 10% deles dizia respeito a estrangeiros residentes no Pará, dentre estes, 87% era formada por portugueses, e os 13% restantes, por franceses, espanhóis, alemães, ingleses e italianos¹.

Esse percentual majoritário pôde também ser percebido nos dados censitários disponíveis para a capital paraense. De acordo com os resultados do recenseamento de 1872, 79% dos estrangeiros residentes em Belém eram portugueses², esse número cai para 68% em 1920, mas continua representando um valor significativo que indica a hegemonia dessa imigração para a capital paraense³.

Diante desse quadro de maior presença de imigrantes portugueses em Belém quando comparados a indivíduos de outras nacionalidades, procurei discutir essa imigração observando, em um primeiro momento, o cenário da economia da borracha, quem eram essas pessoas que estavam migrando, de onde vinham, os motivos alegados para o deslocamento, as diferenças de status social e gênero, e, paralelamente, analisar as questões relativas ao casamento e a família destacando os arranjos necessários ao deslocamento, às alianças matrimoniais e à riqueza.

A BORRACHA, A CIDADE E A SUA POPULAÇÃO

O período que compreendeu os anos de 1870 a 1920, foi marcado pela formação e auge da economia da borracha, nas províncias que ficam na área que

¹ Centro de Memória da Amazônia (Arquivo da Universidade Federal do Pará) (CMM) – *Inventários cartório Odon Rhossard*. Ano 1870-1920.

² BRAZIL DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento da população do Império do Brasil 1872*. Rio de Janeiro: 1873-1876. Parte 10. (Microfilme HA971-A2). CEDHAL/USP, São Paulo.

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – *Recenseamento de 1920. População estrangeira das capitais, segundo a nacionalidade e o sexo*. Rio de Janeiro: Typ. de estatística, 1926, p. 328-329.

atualmente chamamos Amazônia, localizada ao Norte do Brasil. A goma elástica produzida nestas localidades atingiu a marca de 24% do total dos produtos exportados pelo país na virada do século, tornando-se o segundo maior item na pauta de exportação brasileira⁴.

As mudanças geradas nestas áreas em consequência da produção gomífera podem ser percebidas nas transformações culturais, arquitetônicas e urbanísticas impressas no cotidiano e no cenário das principais capitais amazônicas, entre elas, a cidade de Belém, por cujos portos grande parte do produto era exportada. De alguma forma, esta liquidez econômica propiciou o aumento da renda dos governos provinciais; a construção de palacetes, praças e avenidas (re)construídos à época; o início do transporte em *bonds* elétricos e do uso da iluminação elétrica; a vinda de grandes espetáculos e exposições internacionais que aportavam na capital. Este período foi constantemente associado à imagem da riqueza, do progresso, da alegoria do fausto e da modernidade, pelo menos na leitura dos escritores clássicos⁵.

Contudo, a literatura mais recente vem chamando a atenção para as tensões e contradições que marcaram este período, problematizando as imagens do fausto, à medida que vão mostrando as dificuldades da população em situação de pobreza, em torno da moradia, do trabalho e da circulação nesta metrópole da borracha⁶. É portanto fundamental levarmos em conta as diferentes formas de viver esta cidade pelo conjunto de sua população, marcada por diferenças de riqueza e origem. Uma população que redefine e lê de forma distinta as mudanças trazidas pela economia do *ouro negro*.

Uma população que cresce aceleradamente em função da migração interna e estrangeira. Pessoas atraídas pelas possibilidades abertas com a exploração da borracha. Para se ter uma idéia do crescimento demográfico da cidade de Belém no período estudado, referimos que ela passa de cerca de 60 000 habitantes, em 1870, para cerca de 240 000 em 1920⁷.

Parte da população que aporta em Belém é formada por migrantes nacionais, mas um número significativo é composto por estrangeiros, entre eles, os portugueses, que têm uma relação muito estreita com o comércio da borracha na cidade.

⁴ WEINSTEIN, 1993: 90. Acerca da importância da economia da borracha para a Amazônia cf. também: SANTOS, 1980.

⁵ BRAGA, 1931; REIS: 1972; CRUZ, 1973; TOCANTINS, 1963; PENTEADO, 1968.

⁶ SARGES, 2002.

⁷ RECENSEAMENTO DO BRAZIL. Vol. 4, POPULAÇÃO, 1.09.1920. *População do Brasil por estados, municípios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade*. Rio de Janeiro: Typ. de estatística, 1926; PARÁ – Secretaria do Governo, Manoel Baena. *Relatório apresentado ao governador do Estado em janeiro de 1897*. Pará: Typ. Do Diário Official, 1897. *ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ – Presidente de Província, Augusto Monetenegro (1901-1909)*. Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908.

⁸ Os seringais, como eram chamadas as áreas que compreendiam as estradas de seringueiras, localizavam-se inicialmente na região das ilhas próximas à Belém e, posteriormente, atingem áreas mais distantes junto à província do Amazonas e aos rios Solimões, Madeira, Purus e Juruá.

Basta lembrar que muitos dos proprietários de seringais⁸ no Pará, e das casas de aviação⁹ existentes em Belém, eram portugueses, ou portugueses naturalizados brasileiros¹⁰.

Os comerciantes lusos se destacaram no mercado local de aviamento e exportação, e com o crescimento desse negócio passaram a sofrer a concorrência, cada vez maior, de comerciantes de outras nacionalidades, particularmente ingleses e americanos. Esses últimos foram gradativamente incorporando e fundando novas firmas de exportação e importação, beneficiando-se da vantagem de possuírem relações mais estreitas com as maiores empresas estrangeiras consumidoras de borracha, muitos delas também de origem inglesa e americana.

Com isso, parte da comunidade mercantil portuguesa concentrou-se no comércio de aviamento, comprando a borracha das casas de aviamento do interior do estado, ou diretamente, dos donos de seringais (parte deles portugueses) e vendendo-a aos importadores ingleses e americanos, que colocavam o produto no mercado estrangeiro.

Este quadro, aqui rapidamente caracterizado do papel dos estrangeiros no negócio da borracha, nos ajuda a entender a influência destes indivíduos na reconfiguração e consolidação dos grupos sociais locais. Assim, as tradicionais famílias de proprietários de terra enraizadas na província ainda no período colonial, tiveram que flexibilizar suas atividades para fazer frente às novas demandas do mercado da borracha e aos indivíduos recém-chegados, muitos deles, como vimos, estrangeiros, sem tradição, mas com fortunas centradas no negócio da goma elástica ou às atividades incrementadas a partir de sua expansão. Com isto, novos signos de riqueza se estabelecem, e as famílias da elite local, cujo patrimônio e prestígio estavam pautados preferencialmente na propriedade de engenhos, criação de gado, ocupação de cargos administrativos, funções militares e, por vezes, firmas comerciais, tiveram de restabelecer seus investimentos em novas bases, iniciando e/ou associando-se aos novos negócios e grupos de comerciantes, formados, não exclusivamente, mas em boa parte, por portugueses. Seringais, casas de aviação, firmas comerciais, ações e imóveis urbanos passaram a estar cada vez mais presente nos legados das famílias proprietárias, redimensionando o perfil das fortunas e das alianças matrimoniais.

É um pouco da trajetória desses migrantes portugueses diretamente associados ao comércio da borracha, e de tantos outros não necessariamente a ele ligado,

⁹ Casas aviadoras eram os estabelecimentos comerciais que abasteciam os seringais de mercadorias gerais como alimentos, roupas e utensílios, recebendo, em troca, o pagamento em espécie, mais propriamente em borracha. O dono da casa aviadora intermediava a venda da borracha para a casa exportadora e importadora, ou mesmo uma segunda casa de aviação, maior que a sua, da qual ele próprio era aviado (REIS, 1953: 84-89). O preço alto cobrado pela consignação de mercadorias aos seringueiros e o baixo preço pago na hora de comprar a produção da borracha eram reclamações constantes destes trabalhadores, que dificilmente conseguiam saldar suas dívidas com a casa aviadora à qual estavam ligados.

¹⁰ SANTOS, 1980: 62.

mas que de alguma forma vieram para o Pará em função do crescimento econômico gerado por ele, que passo a traçar mais detalhadamente a partir de agora.

SOLICITANDO PASSAPORTE, DESLOCANDO-SE PARA O PARÁ

Como muitos desses migrantes chegavam à Belém? Era uma migração eminentemente masculina? As mulheres também se deslocavam? Com filhos? A que atividades estavam ligados? Como vinham e com quem vinham?

Nas caixas da Torre do Tombo encontrei resposta para estas perguntas através dos inúmeros pedidos de passaportes de homens e mulheres portuguesas que procuravam viajar para o Pará nos anos de 1889 e 1900. Alguns pela primeira vez, outros já aqui haviam estado e solicitavam novo retorno. Mostro a partir de agora quem eram essas pessoas, quais suas atividades e os motivos de sua viagem.

Com diferentes marcadores sociais de status, geração e gênero, os imigrantes portugueses vinham dos distritos de: Viana do Castelo, Viseu, Bragança, Aveiro, Leiria, Beja, Santarém, Porto, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa e Ponta Delgada. Ao saírem de seus locais de origem, em vilas rurais de Portugal, dirigiam-se para Lisboa, onde ficavam em hotéis ou casa de conhecidos e parentes, até conseguirem dar entrada no pedido de passaporte e ter a autorização para viajar.

Entre esses imigrantes a presença masculina era majoritária. Dos cerca de 124 passaportes solicitados nos anos de 1889 e 1890, 101 foram requeridos por homens e 23 por mulheres.

Em relação aos homens as principais atividades declaradas nos pedidos de passaporte estavam assim concentradas: proprietários, comerciantes, empregados no comércio, marítimos e trabalhadores agrícolas. Outras profissões apareceram em menor escala, como as de: serralheiro, jornalista, padeiro, sapateiro, carpinteiro, criado de servir, calafate, alfaiate, pescador e vendedor ambulante. Este perfil mostra a diversidade de ocupações daqueles que procuravam migrar, embora se acentue o fato de que a maior parte deles estava, de alguma forma, associada às atividades comerciais, fosse na condição de proprietário de casa comercial, fosse como empregado no comércio. De igual maneira, o número de indivíduos que se declararam “lavrador” ou “trabalhador agrícola” mostrou-se também bastante expressivo, apoiando a idéia que associa as dificuldades de posse e distribuição da terra em Portugal à migração¹¹.

A maior parte daqueles que migrou para o Pará declarou-se solteiro, como é o caso do comerciante Joaquim Nunes da Silva Motta, de 44 anos de idade, natural do Distrito de Castello Branco e que, ao vir ao Pará pela segunda vez, traz o sobrinho, também solteiro, Acassio Nunes da Motta, “o qual vae seguir

¹¹ SCOTT, 2002.

a vida commercial”, tal qual o tio¹². Ou mesmo pessoas como o padeiro João Martins Corrêa, 28 anos, que não sabe ler nem escrever¹³. Solteiro, viajou sozinho a fim de exercer sua profissão, assim como o agricultor de 21 anos de idade, Casimiro da Silva, também solteiro¹⁴.

A propósito do expressivo número de indivíduos solteiros que aqui aportaram foi possível encontrar imigrantes que se declararam casados, ainda que, a maior parte deles viajasse sozinho, supostamente deixando mulheres e filhos em Portugal. Situações como a do jornalista Manoel Fernandes, 30 anos de idade, do distrito de Vizeu¹⁵, ou do sapateiro de 27 anos, Antonio dos Santos¹⁶. No formulário ambos declararam-se casados mas viajavam sozinhos justificando a viagem pelo propósito de “exercer sua profissão” ou “arrumar meios de vida”.

Uma vez analisado o perfil da imigração masculina, discuto, a partir de agora, a feminina observando que a principal justificativa das mulheres para a realização da viagem para o Pará era a necessidade de vir ao encontro do marido, ou da família, que aqui residia. Era essa a situação de Josefina de Jesus, 30 anos de idade, que viajava com a filha, Maria da Conceição, de 11 anos, ou de Emilia Carreira Gaspar, de 26 anos, que viajou com o filho, Pedro, de dois anos, todas elas declararam como motivo da viagem o fato de irem para “companhia de seu marido”¹⁷.

Outras, em menor número, vinham acompanhadas do marido, como Rosa Maria de Jesus, 23 anos, casada, prendas domésticas, que chegou ao Brasil em 1896, depois de ter vivido em Portugal durante três anos com seu marido, Avelino Xavier da Costa, 25 anos, que se tornou caixeiro de um armazém, em Belém, onde se comprava partidas de borracha¹⁸.

A propósito da maior parte das mulheres justificar a vinda ao Pará pela possibilidade de ficar em companhia do marido, ou da família, não foi pequeno o número de portuguesas que afirmavam viajar para tratar de negócios da casa ou mesmo para trabalhar. Algumas delas eram viúvas, como Maria da Luz Gonçalves, 26 anos, proprietária, que viajava com seus dois filhos, Andreza e Carolina, de 4 anos e 17 meses, respectivamente, para “tratar dos negócios da casa”¹⁹. Outras viajavam em busca de trabalho e, em geral, exerciam atividades ligadas ao serviço doméstico, como: criadas, engomadeiras, costureiras e amas-de-leite.

Comumente, essas mulheres trabalhadoras vinham sozinhas ou em companhia de seus filhos. Assim foi com a criada Marianna da Conceição, de 23 anos de idade, que veio ao Pará a fim de “exercer sua profissão”. Ou mesmo da costureira Adelaide Augusta das Neves, 33 anos de idade, solteira, não sabia ler nem

12 ANTT – *Listagem de Passaporte*. Governo Civil. Cx. n.º 06, NT 2511. Ano 1889.

13 ANTT – *Listagem de Passaporte*. Governo Civil. Cx. n.º 14, NT 2646. Ano 1890.

14 ANTT – *Listagem de Passaporte*. Governo Civil. Cx. n.º 54, NT 935. Ano 1896.

15 ANTT – *Listagem de Passaporte*. Governo Civil. Cx. n.º 5, NT 2510. Ano 1889.

16 ANTT – *Listagem de Passaporte*. Governo Civil. Cx. n.º 5 (segundo maço), NT 2510. Ano 1889.

17 ANTT – *Listagem de Passaporte*. Governo Civil. Cx. n.º 83, NT 2014a. Ano 1900.

18 CMM – 3.º Distrito Criminal. *Ferimentos leves*. Cx 1896. Doc. 3. Ano: 1896.

19 ANTT – *Listagem de Passaporte*. Governo Civil. Cx. n.º 14, NT 2646. Ano 1890.

escrever, que viajava com seu filho Damaso, de nove anos²⁰. E, ainda, Maria das Dores Madeira, 26 anos, criada de servir, solteira. Ela queria viajar para o Pará em companhia da filha bastarda recém nascida, ainda com quatro meses de idade, que tivera no lugar onde residia, no distrito de Beja. Sem condições de criar a filha em sua localidade, via no Pará a possibilidade de “procurar meios de ocupação”²¹.

Fragmentos de histórias de mulheres viúvas ou solteiras, algumas proprietárias, muitas trabalhadoras pobres, viajando sozinhas ou com seus filhos naturais, que vinham ao Pará em busca de trabalho e meios de sustentar a família.

Uma vez no Pará, muitos desses imigrantes se fixaram e construíram uma vida familiar a partir do casamento realizado em Belém. Ao analisar os registros de casamento religioso de duas igrejas de Belém, Sé e Nazaré, podemos reencontrá-los. Em meio aos homens, a maioria veio a casar-se com mulheres paraenses, o que correspondeu a um total de 48% dos matrimônios realizados. A opção pelo casamento com paraenses chega a ser 34% maior do que o número de uniões realizadas com mulheres portuguesas. Estas últimas atingem apenas 14% dos enlaces realizados. De certa forma, isto pode estar associado ao próprio caráter dessa migração, marcada pela forte presença masculina em detrimento da feminina realizada em menor número.

Em contrapartida, as mulheres portuguesas que viviam em Belém contraíram matrimônio majoritariamente com seus conterrâneos. Das vinte e oito mulheres presentes nos registros, um pouco mais da metade contraiu núpcias com homens da mesma nacionalidade (54%), as demais se uniram aos homens paraenses (18%) e nordestinos (11%).

Dos noivos e noivas portuguesas que se casaram em Belém a maioria vinha de famílias legítimas marcadas pelo matrimônio de seus genitores, o que correspondeu ao total de 72% de nubentes nessa condição. Uma realidade diferente da população local, que provinha majoritariamente de famílias ilegítimas, onde se tinha a ausência no registro de pelo menos um dos genitores.

Ficar no Brasil, mesmo para aqueles que eram casados em Portugal, mostrou-se uma alternativa para muitos destes imigrantes. Exemplo disso é a trajetória do português Francisco Pereira da Silva, de 34 anos de idade, lavrador, casado, que ao ser perguntado sobre sua família em um auto aberto na delegacia, em 1873, em função de uma briga por causa de um serrote, assim declarou: “...que existe na Ilha de Faial, achando-se sua mulher senhorinha Isabel da Silva e que também tem na companhia desta dois filhos.” Dando continuidade ao interrogatório, a autoridade pergunta “Porque o dito Francisco ausentou-se de sua família abandonando-a?”, ao que ele respondeu:

que não abandonara sua família, e sim aventurou-se deixando sua mulher e filhos em companhia de seus parentes e que veio para o Brasil procurar algum meio de vida e que logo que pudesse voltaria para o seio de sua família, por-

²⁰ ANTT – *Listagem de Passaporte*. Governo Civil. Cx. n.º 6, NT 2511. Ano 1889.

²¹ ANTT – *Listagem de Passaporte*. Governo Civil. Cx. n.º 14, NT 2646. Ano 1890.

que preferia passar por necessidade do que representar algum papel diante dos seus”. Complementou ainda que: “casou com 26 para 27 anos depois que abandonou a vida marítima, que sendo seus pais mortos deixou alguma coisa que por ocasião do que, elle respondente, assistia sua família.” Perguntado pelo delegado se possuía família no rio Acará, respondeu que: “por necessidade para ter algum trato delle respondente em suas enfermidades ou mesmo quem defenda seus interesses em sua ausência encostou-se a uma mulher que vive ainda em poder de seu pai de nome, Anna Pereira Gemaque, com quem elle respondente mora²².

De seu depoimento depreende-se que o português Francisco deixara a mulher com os filhos em Portugal, que sobreviviam com o auxílio de parentes e de bens deixados pelos pais do mesmo. Francisco estava há oito anos no Pará, onde exercia a profissão de lavrador, provavelmente no rio Acará (interior do estado), e há cinco meses viera para Belém, onde permanecia. Como bem afirmou em seu depoimento, vivia “encostado” com uma mulher em Acará. A necessidade de ter alguém, para o português, estava associada ao cuidado em caso de enfermidade e proteção de seus interesses. Em seu depoimento reitera a pretensão de voltar a Portugal, apesar de encontrar-se há oito anos no Brasil, para onde veio em busca de novas oportunidades.

Não se tem como saber se Francisco realmente voltaria a Portugal, mas a questão que se coloca a partir de sua narrativa é que a migração para o Brasil é, muitas vezes, encarada por esses imigrantes como temporária, uma alternativa para a acumulação de capital e a possibilidade de retorno em uma condição de riqueza e prestígio superior àquela deixada quando do deslocamento para a antiga colônia. Uma estratégia bastante utilizada e aludida nas narrativas, mas nem sempre atualizada nas experiências cotidianas.

DE VAPORES E CARTAS

Ainda seguindo a trilha dos pedidos de passaporte encontrei um conjunto de cartas trocadas por casais portugueses, que se encontravam separados, vivendo cotidianos pontuados por dias de distância em navios a vapor. Suas correspondências enviadas nas embarcações que saíam dos portos de Belém e Lisboa encontram-se anexadas aos pedidos de passaporte solicitados junto ao Governo Civil de Lisboa. Essas cartas outrora minimizaram os espaços e as distâncias, hoje, permitem conhecer às ausências, às formas de organização da vida doméstica, às relações de parentesco, o reiterar do amor e dos procedimentos necessários para a viagem que possibilitava o re-encontro familiar destes casais.

A partir delas fragmentos de trajetórias de vida podem ser conhecidos, como a do português Bento Motta e sua esposa Josefina de Jesus, de 30 anos

²² CMM – *Auto de Perguntas. Fundo de Segurança Pública*. Ano 1873. Cx 1873.

de idade. Ele morava em Belém, ela em Lisboa. E, desta forma, eles se comunicaram:

Pará, 20 de novembro de 1900

Minha querida esposa. Muito estimo que estas duas mal notadas linhas a vão encontrar com uma perfeita e feliz saúde, mais as nossa filha i touda a família. Mulher. Hoje mesmo terminei a tua jornada i de nossa filha a Conceição ahi te mando uma letra com o valor de 50.000 mil réis para ires receber a caza de Braga não posso agora te mandar mais. Recebe o dinheiro da vaca.e vende o pão que eu te lá deixei i venderas a porca e as batatas toudas i faz por apurares todo esse dinheiro, venderas a lâ que tudo te sera precizo para a tua jornada e nossa filha Conceição, faz por a render os bens se ober quem os queira. Se não haver quem os queira entrega a teu pae i que pague os tributos. Faz os impossíveis para ver se cá esta para o natal. A casa de cima arrenda i as outras debaixo onde estava o caiador deixa la ficar os nossos moveis e deixaras la a chave da casa a tua mai, traz os lençóis que cá tudo é precizo e traz as colças. Prega o portão da casa de cima que entras para a debaixo com uma taboa...compra uns sapatos para a pequena para aqui desembarcar...Si não trato em Lisboa, eu escrevo daqui para o Antonio Araújo para elle te ir esperar na estação i para vir com tigo a te o vapor i elle mesmo te trata do teu passaporte irás com essa carta a Taboço reconhecer a carta no tabelião i arranjar logo os teus papeis toudo em Taboço, para não andares [ilegível]. mandame dizer que vapor vens para eu a qui te esperar no desembarque não traga encomendas para ninguém, quem sofre com isso somos nós, é precizo que tu tragas essa carta para tirares o passaporte é precizo mostrar essa carta i ser reconhecida pelo tabelião. Mandaras comprar uma roupinha a pequena para trazer com tigo não te encomodes sou teu marido, só a vista terá fim. Se não houver alguma pessoa que venha para aqui não tenhas medo de entrar no vapor.

Bento Motta²³.

Josefina reconhece a carta alguns dias depois, junto a um tabelião, em 13 de dezembro de 1900. Ela e Bento estavam casados há 12 anos conforme informação da certidão de batismo da filha, Maria, que nascera no ano posterior ao casamento, em 1889. Naquele ano, Bento exercia a atividade de jornalista e o casal vivia no “Concelho de Taboço”, diocese de Lamego, onde ele instruíra a esposa a reconhecer a documentação. A carta faz alusão à remessa de dinheiro, através de letras, feita por Bento à família que restara em Portugal. Bento chega a ser minucioso nas instruções que remete a Josefina para que esta viabilizasse os preparativos de sua jornada, mandando-lhe vender a vaca, a porca, trancar as portas, deixar a chave com a mãe e entregar ao pai o que não pudesse vender, ao que este trataria de pagar os tributos.

Essa correspondência demonstra bem a dimensão das medidas que implicavam o deslocamento dessas pessoas. Para além do valor monetário do traslado,

²³ ANTT – *Listagem de Passaporte*. Governo Civil. Cx. n.º 83, NT 2014a. Ano: 1900.

elas dão uma descrição rica dos pormenores necessários para se desfazer, mesmo que temporariamente, dos bens e afazeres de Portugal a fim de realizar a viagem.

Bento sugere à esposa que traga lençóis e colchas, “porque cá tudo é preciso”. Chega mesmo a destacar a importância dela comprar um sapato e uma roupa à filha para a viagem e o desembarque no Pará. A longa viagem para um local desconhecido poderia implicar em um certo receio, ao que se percebe da preocupação de Bento ao consolá-la dizendo que “se nao houver alguma pessoa que venha para aqui não tenhas medo de entrar no vapor”.

Na narrativa fica clara a importância da rede familiar e de amizade para os preparativos da viagem. Josefina ia precisar dos pais para, entre outras necessidades, guardar a chave da casa e ficar responsável pelas coisas que não conseguiria vender. Iria também precisar do auxílio de um amigo, a quem Bento recorreria para levar a esposa à estação e ao vapor, além de ajudá-la com a solicitação de passaporte.

Uma segunda carta nos permite conhecer a história de Emilia Carreira Gaspar Dias de Souza, de vinte e seis anos de idade. Ela morava em Lisboa com o filho de dois anos, Pedro, em companhia de seu sogro. O marido, Pedro Fernandes Dias de Souza, encontrava-se em Belém e era oficial da marinha mercantil. Seu pai, após algum tempo convivendo com Emilia e o filho, parece tê-lo pressionado a mandar buscá-los para viver com ele em Belém. Segundo a carta de Pedro à Emilia, este alega ter ficado surpreso com a carta do pai solicitando que o filho mandasse chamar a família. Diz Pedro:

Pará, 31 de Outubro de 1900

É o meu maior desejo e os meus ardentes votos que esta minha carta te va encontrar no goosso de bôa saúde, assim como nosso querido filhinho, e mais família, em ao presente sem novidade. Pelo paquete passado fiquei tão surpreendido com as cartas recebidas de meu pae, que não disse tudo que queria, porque enfim é meu pae, mas elle me faz uma accusação que eu não mereço pois que se perdeu o logar na Ilha Brava a culpa foi delle, porque se opôz a tua vinda par cá, e agora diz que eu tinha promettido mandarte vir e que elle fiado nisso tratou de tudo para embarcar no transporte. A pouca é que como eu não te mandasse virque perdeu o logar, pois que não havia de te deixar sozinha e agora diz me que já tem logar e que deve lá estar em dezembro, e portanto que resolva a teu respeito. Ora eu já resolvi que é a tua vinda para cá como verás não? a carta e junto desta encontrara uma ordem de 200#00 fortes, e para o outro mandarei o resto caso me seja fácil.... contava mandar-te dinheiro agora, mas só fazem pagamento no dia 1 do mez e o paquete sae hoje e não há outro, tem paciência que até 25 (vinte e cinco) de novembro chegará ahi, chegara sem falta que a ordem vae em teu nome farás o que entender. Não acredito ainda que meu pai vá para a Ilha, mas quer vá quer não, tu é que ahi não ficas. Não deixes ahi ficar senão o que de todo for impossível trazer informa-te na agencia do vapor onde tomares passagem se pode trazer mobília com bagagem, cuja mobília demarcaras e encaixota as para o que tem junta em Lisboa para isso, porque só tu aqui veras como isso aqui é caro. A casa já tenho, é uma das mais baratas que pago, faz lá idéia, 24#000fortes, por...mez!!, tem sola, alcova

e um quarto, casa de jantar, cosinha e fora um quintal, um banheiro e retrete, e estou com sorte felizmente. Por hoje nada mais e aguardo carta tua para ser mais extenso.

Pedro Fernandes Dias de Souza²⁴.

Como já observado Emilia e o filho ficaram em Lisboa com o sogro, que passou a exercer certa pressão para que Pedro os mandasse buscar. O marido pagaria a despesa da viagem enviando ordens de pagamento. Por outro lado, Emilia deveria cuidar de todos os preparativos para o embarque e, embora não precisasse da autorização do esposo para realizá-lo, era necessário reconhecer a carta de Pedro junto a um tabelião para retirar o passaporte. Ao que parece, ela viria para viver durante algum tempo, tendo em vista a preocupação em trazer a mobília, pois, segundo Pedro, as coisas em Belém eram caras, justificando tal despesa, como ele afirmara à esposa: “só tu aqui veras como isso aqui é caro”. Mesmo o preço da casa em que ele vivia lhe parecia muito alto frente às características que esta apresentava e por ele minuciosamente descrita. Em suas palavras: “A casa já tenho, é uma das mais baratas que pago, faz lá idéia, 24\$000 fortes, por... mez!!.”

Mais uma vez vemos a importância das relações de parentesco para a realização da viagem entre *as duas margens do Atlântico*. De alguma maneira, a viagem de Pedro se fez possível à medida que a mulher e o filho ficaram com o seu pai.

Emilia deveria vir no mês de dezembro para o Pará, o mesmo período do deslocamento de Josefina, devendo informar a data do embarque em pelo menos um *paquete* de antecedência. Outros tempos, outras medidas de referência.

Essas histórias nos trazem fragmentos de circunstâncias particulares da vida desses imigrantes. Da preocupação com a compra do sapato da filha pequena para o desembarque no Pará ao fechamento da porta com tábuas da casa portuguesa; do envio de uma carta chamando a cônjuge para viver junto de si, justificando, desse modo, junto às autoridades, a sua viagem, às ordens de pagamento enviadas para a realização da mesma. Em sua singularidade, essas histórias revelam, com riqueza, os detalhes, as dificuldades, acordos e ajustes domésticos necessários à realização da migração. E, com elas, um olhar novo e complementar se faz associar aos números e percentuais da migração a que remetem as solicitações de passaporte que pontuei no item anterior.

CASAMENTO E ALIANÇAS

Ao chegar em Belém, esses imigrantes assumiam diversas profissões. Encontrei-os na condição de aguadeiros, leiteiros, no transporte de *bonds* movidos a animal, caixeiros e proprietários de casas comerciais.

²⁴ ANTT – *Listagem de Passaporte*. Governo Civil. Cx. n.º 83, NT 2014a. Ano 1900.

A maior parte daqueles que enriqueceram estava de alguma forma ligada ao comércio da borracha, direta, ou indiretamente. Como em muitas localidades, a propriedade de terra e gado ficava nas mãos das famílias tradicionais da elite local, cabendo aos imigrantes recém chegados, atraídos pela economia da borracha, o comércio. Todavia, embora a borracha trouxesse a perspectiva do enriquecimento ou o fortalecimento de fortunas já iniciadas, nem sempre isto era suficiente para que os proprietários estrangeiros participassem do universo restrito da elite paraense. Fazia-se necessário aliar à riqueza outros fatores como prestígio, reconhecimento, nome e tradição familiar, o que poderia ser alcançado através de alianças comerciais e/ou conjugais com membros das famílias proprietárias local que, como já salientado, remontavam ao período colonial, quando muitas delas receberam sesmarias doadas pela coroa.

Como já referi, essa elite local possuía terra, gado, engenhos de açúcar, ocupavam cargos políticos e funções militares que desvelam sua rede de influência e poder. Pouco a pouco, esses proprietários combinaram essas atividades à extração de seringa, ou ainda, à firmas de aviamento ou de comércio de mercadorias em geral. A entrada neste negócio poderia se dar de forma individual ou através de sociedades comerciais, que muitas vezes envolviam comerciantes estrangeiros, muitos deles portugueses, filhos de portugueses, ou brasileiros naturalizados.

Estas sociedades não raramente extrapolavam o âmbito dos negócios e alcançavam as relações familiares. A abertura dessas famílias tradicionais a novas atividades e negócios podia ser iniciada, ou consolidada, a partir da aliança matrimonial com comerciantes estrangeiros, que passaram a ocupar cada vez mais espaços organizacionais, reforçar associações, investir em serviços urbanos, estendendo sua rede de poder e de influência.

Em meio às alianças conjugais envolvendo famílias de comerciantes portugueses, ou filhos de portugueses, e famílias tradicionais da elite local, cabe o exemplo do matrimônio de João Gualberto da Costa Cunha e Anna Cândida Malcher Cunha.

João Gualberto da Costa Cunha nasceu em 1844 no Maranhão sendo filho de pais portugueses. Sua família de comerciantes era importante naquela província, recebeu o nome homônimo de seu avô português que chegara ao Maranhão ainda no início do século XIX. Uma vez em Belém, João Gualberto tornou-se um dos maiores comerciantes locais, participando da firma de aviamento “Darlindo Rocha & Companhia”. Participou, ainda, da instituição e publicidade do Banco Emissor. Casou-se com Anna Cândida Malcher Cunha, filha de uma família de proprietários de terras concedidas por sesmarias. Seu pai, José da Gama Malcher, era médico, tendo ocupado diversos cargos na administração da província, como o de vereança, chegando mesmo a ser, durante muitos anos, intendente de Belém. Vê-se assim de que forma um

²⁵ CMM – *Inventário João Gualberto da Costa Cunha*. Maço 27. Ano 1908.

migrante maranhense de uma rica família de origem portuguesa casou-se com uma mulher da elite local²⁵.

Na verdade, ao chegar ao Pará, João Gualberto não estava sozinho. Seu tio materno, Francisco Gaudêncio da Costa, já era um rico comerciante instalado em Belém desde a primeira metade dos oitocentos. Francisco era casado com a paraense, Carlota Pombo Brício, sobrinha de um grande pecuarista da Ilha do Marajó, Ambrozio Henrique da Silva Pombo²⁶. Por sua vez, sua esposa, Carlota, era irmã do barão do Marajó, José Coelho da Gama e Abreu, que foi presidente da província do Pará, em 1879²⁷.

Esses dados deixam claro como membros de duas gerações de uma mesma linhagem de comerciantes portugueses, ou filhos de portugueses, Francisco e João Gualberto, casaram-se com mulheres de famílias tradicionais paraenses, proprietárias de terra e com grande influência na política local; afinal, a cunhada de Francisco fora casada com um presidente de província, e seu sobrinho, João Gualberto, casou-se com a filha de um intendente da capital paraense.

Através dessas alianças as famílias fortificavam o patrimônio e ampliavam a rede de influência política, o que, particularmente para os migrantes, poderia tornar-se um elemento importante de integração à sociedade e aos espaços de sociabilidade da elite local.

Estas histórias poderiam ser multiplicadas, no entanto, aqui, cabe apenas indicá-las e através das diversas fontes trabalhadas, trazer um pouco do universo da imigração realizada para o Pará e sua capital, compreendendo algumas trajetórias pessoais de homens e mulheres, casados e solteiros, que viajavam sozinhos ou acompanhados, alguns vinham sem riqueza, outros com bens, havendo ainda os que fizeram fortuna a partir de negócios ligados direta, ou indiretamente, à borracha. Muitos se casaram em Belém, com paraenses ou portuguesas, alguns se associaram às tradicionais famílias da elite local através do matrimônio. Muitas histórias, tantas outras trajetórias por contar, mas outros vapores ainda podem ancorar *nas duas margens do Atlântico...*

BIBLIOGRAFIA

- CANCELA, Cristina Donz, 2006 – *Casamento e relações familiares na economia da borracha. Belém 1870-1920*. São Paulo: Universidade de São Paulo (tese de doutoramento).
- BATISTA, Luciana Marinho, 2004 – *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c. 1870*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (tese de doutoramento).
- BORGES, Ricardo, 1986 – *Vultos notáveis do Pará*. Belém: CEJUP.
- BOTELHO, João José da Costa, 1983 – *A família Castro no Pará*. Belém: Falangola.

²⁶ BORGES, 1986: 131.

²⁷ BORGES, 1986: 646

- BRAGA, Theodoro Reis, 1931 – *História do Pará: resumo didactico*. São Paulo: Companhia Melhoramentos.
- CRUZ, Ernesto, 1973 – *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), vol. 1.
- FONTES, Edilza Joana de Oliveira, 1993 – “Prefere-se portuguesas: mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém do Pará. *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Belém: UFPA, vol. 12, n.º 1/2, p. 67-84.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira, 1953 – *O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola.
- PENTEADO, Antonio Rocha, 1968 – *Belém: Estudos de geografia urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru/ São Paulo: EDUSC/Portugal: Instituto Camões.
- SANTOS, Roberto, 1980 – *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- SCOTT, Ana Sílvia, 2002 – “Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste português (século XVII e XIX)”, in *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*. Ouro Preto/Minas Gerais, Novembro.
- MARIN, Rosa Acevedo, 1985 – “As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX”. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo: Instituto de pesquisas Econômicas (IPE), n.º 15, p. 153-167.
- WEINSTEIN, Bárbara, 1993 – *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP.

OS “BRASILEIROS” DE TORNA-VIAGEM E AS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL NA DÉCADA DE 1930 – ESTUDO DE CASO

Fernanda Paula Sousa Maia

Com fortes raízes na região Noroeste do continente português que, desde o século XVII, viu muita da sua população excedente cruzar o Atlântico em demanda do Brasil, seria, no entanto, apenas no século XIX que a emigração para o território americano registaria um volume quantitativo mais expressivo, factor responsável e determinante para o debate que a partir de então suscitou. Embora inserida numa era de migração de massas que afectou toda a Europa, a emigração portuguesa para a antiga colónia americana, agora nação independente, não deixaria de ser vista, pelo Estado, como um fenómeno isolado, expressão sintomática de uma vivência patológica da sociedade portuguesa, a que o sentimento de decadência nacional, prevalecente nos finais da centúria, viria a emprestar ainda maior consistência.

Na verdade, o fluxo emigratório para o Brasil, nunca deixou de ser uma realidade ambivalente, já que, como bem sublinhou Eduardo Lourenço, a emigração enquanto fenómeno complexo pôs, sobretudo, em causa a imagem de nós mesmos. Talvez assim se perceba melhor a tendência do discurso oficial para, pelo menos até à década de 1940, acentuar a noção de decadência na análise deste fenómeno. Entroncando, mais uma vez, na carga cultural decadentista que tão bem nos caracterizou, este discurso voltaria ostensivamente as costas à perspectiva do actor-protagonista desta aventura – o emigrante. Dele ficaria a imagem do pobre, rústico e analfabeto que, na sua ignorância, se tornou uma presa fácil e desprevenida nas mãos de empregadores sem escrúpulos, visão afinal tão contrastante com o sucesso daqueles que, uma vez regressados, não deixaram de criar oportunidades para ostentarem a sua riqueza.

Esta matriz discursiva sobre pôs-se à própria realidade que, especialmente a nível local, oferecia vários exemplos de emigrantes de sucesso que regressavam enriquecidos. Na verdade, hoje sabemos que muitos destes homens que partiram para o Brasil não o fizeram definitivamente. O retorno puro e simples ou, ainda, a reemigração, ou seja, o retorno temporário, gerando um movimento pendular de emigrantes, cadenciado pelo ritmo dos negócios, dos afazeres, das festividades locais ou apenas para tratar de questões particulares (descansar, marcar presença em casamentos, baptizados e solenidades públicas ou privadas), assumiram uma inegável importância e até algum significado estatístico, como o pro-

vou, para a região do Porto, Jorge Fernandes Alves¹, que estimou o retorno da emigração oitocentista para o Brasil, entre 30 a 50% dos que partiram. Aliás, qualquer leitura, mesmo desatenta, da imprensa periódica portuguesa de finais de Oitocentos e de toda a primeira metade do século XX ajuda-nos a confirmar este fenómeno ritmado de partidas e chegadas dos emigrantes de sucesso às suas terras de origem, registadas em pequenas notícias nas quais o(s) redactor(es) saudava(m) a chegada e dava(m) as boas vindas, fazia(m) votos de boa viagem de regresso ou, simplesmente, desejava(m) melhoras de saúde. Eles eram, localmente, os exemplos mais acabados de sucesso de homens que, partindo como iguais, por si próprios tinham conseguido vencer e, por isso, despertavam em seu torno o interesse público, e até a inveja, que a imprensa escrita local, consoante os interesses em presença, aproveitava para mediatizar.

Estes ressentimentos e invejas ajudam a explicar o aparecimento, na literatura de finais do século XIX, de um novo personagem, o *brasileiro* de tornaviagem fixado, quase sempre, com traços estereotipados que acentuavam o exotismo da sua linguagem e do seu vestuário, a ostentação de adereços e dos sinais exteriores de riqueza, associados, geralmente, a um perfil psicológico pouco abonatório, em que a imodéstia, a falta de cultura e de educação, decorrentes de um arrivismo endinheirado, eram a tónica.

E, embora, o Estado Novo tenha tentado reverter esta imagem do emigrante português no Brasil, veiculando uma versão mais positiva, destinada a protegê-lo e a acarinhá-lo, mas também a torná-lo objecto de propaganda do regime², o que é facto é que também do lado brasileiro, por esta altura, a imagem do emigrante português não era mais abonatória. Na verdade, por um lado, o recrudescimento dos sentimentos nacionalistas brasileiros surgidos na sequência da implantação da República neste país sul-americano, em 15 de Novembro de 1889, e, por outro, as dificuldades sentidas no relacionamento entre o Brasil e Portugal após este período, que levaram mesmo à interrupção das relações diplomáticas ocorridas entre 13 de Maio de 1894 e 16 de Março de 1895³, provocou um aumento significativo das reacções antiportuguesas. Esta lusofobia é bem visível na célebre caricatura da autoria de Raul Pompeia, surgida em 1893, e intitulada *Brasil entre dous ladrões*, na qual o português é representado a partir da visão estereotipada do *portuga*, um homem pequeno, gordo e novo-rico, de sandálias de trabalho, vestes aparatosas e chapéu grande⁴, incorporando uma visão predominante, especialmente no seio do movimento nacionalista brasileiro.

¹ ALVES, s.d: 353.

² PAULO, 2000: 25; 53; 85.

³ A 6 de Setembro de 1893, elementos da marinha brasileira, comandados por Saldanha da Gama, manifestaram a sua oposição monárquica ao regime republicano brasileiro. Tendo, no entanto, sido derrotados, o comandante e mais 500 dos seus homens refugiaram-se a bordo de dois barcos de guerra portugueses ancorados na Baía da Guanabara, comandados pelo Almirante Augusto de Castilho, que os transportaram a Buenos Aires. Esta decisão provocou profunda indignação no governo e povo brasileiro.

⁴ VIEIRA, 1991: 127.

Nem mesmo os argumentos dos defensores brasileiros das vantagens da aproximação luso-brasileira, como é o caso de intelectuais como Sílvio Romero⁵, foram suficientes para apagar esta visão crítica de Portugal e dos portugueses no Brasil. Por outro lado, o crescente fluxo de emigrantes portugueses desembarcados nos portos brasileiros, caracterizado predominantemente, aos olhos da época, por homens pobres e incultos, como, em 1902, escrevia o escritor e jornalista português, Alberto d’Oliveira, não ajudava a melhorar esta imagem “da vida e da sociedade portuguesa”⁶.

Mal entendido pela grande maioria dos intelectuais da sua época, o emigrante português no Brasil – ‘brasileiro’ em Portugal e ‘portuga’ no Brasil – foi, no entanto, sem o saber, uma das figuras mais importantes para a dinamização económica, social, política, cultural e educativa das suas terras de origem, como temos vindo a defender nos estudos que já publicámos sobre estas questões⁷. Numa altura em que os detractores da emigração não apresentavam qualquer plano alternativo de modernização da economia, como seria, por exemplo, a opção pelo desenvolvimento de uma via industrializadora no país, e se ficavam por argumentos conservadores, como as propostas de diminuição dos impostos que recaíam na agricultura, o desvio estatal do fluxo migratório para o Alentejo ou para as colónias africanas⁸, as remessas dos emigrantes inundavam a economia portuguesa que delas, pouco a pouco, se ia tornando dependente.

Foram poucos os contemporâneos deste fenómeno que entenderam o papel virtuoso da emigração para o Brasil no contexto da dinamização da economia e da sociedade portuguesas. Dentre os que o fizeram, permitimo-nos destacar Eça de Queirós que, no âmbito do exercício do múnus diplomático, assumiu também, sem rodeios, uma defesa clara da emigração, chegando a considerá-la textualmente “como força civilisadora”⁹. Num manuscrito que, apenas em 1979, pelas mãos de Raul Rêgo, viu a luz do dia¹⁰, o diplomata reflecte sobre a emigração, fazendo o seu historial, perspectivando-a em contexto europeu, observando as suas causas, reflectindo sobre qual deveria ser o papel do Estado e terminando com uma análise sobre “as vantagens geraes que a emigração (...) tem dado à civilização”¹¹ que merece ser levada em linha de conta.

Já, noutras ocasiões, tivemos oportunidade de sublinhar esta perspectiva benigna da emigração portuguesa para território brasileiro. Na verdade, entre

⁵ ROMERO, 1902.

⁶ OLIVEIRA, 1915: 202.

⁷ Veja-se, a título de exemplo: MAIA, Nov. 2005: 3-14; MAIA; COSTA, recuperado de <http://www.museu-emigrantes.org/seminario-comunicacao-f-maia.htm>; MAIA; PEREIRA, 2000: 309-317.

⁸ Veja-se, para maior desenvolvimento, MAIA, 2002: 369-396.

⁹ QUEIROZ, 1979: 150.

¹⁰ Trata-se de um relatório que Eça escreveu enquanto cônsul, datado de Novembro de 1874, tendo-o entregue a Andrade Corvo, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, antes de partir para o seu posto em Newcastle.

¹¹ Veja-se todo o capítulo IV: 83-95.

finais do século XIX e a eclosão da II Guerra Mundial, muitos destes *brasileiros* endinheirados, de regresso às suas terras de origem, configuraram o papel de verdadeiros agentes de investimento e de desenvolvimento de muitas localidades portuguesas, especialmente daquelas que geraram os maiores fluxos de partidas, como foi então o caso, de todo o Norte de Portugal. Tal como escreveu J. Costa Leite, acreditamos que, não apenas as consequências da emigração não foram perfeitamente percebidas pelos contemporâneos, como sobretudo o impacto da emigração na sociedade portuguesa está, ainda hoje, longe de ter sido avaliado adequadamente¹².

Todos, porém, reconhecemos hoje, a importância destes *brasileiros* na dinamização do processo industrializador em Portugal, responsáveis pelo investimento em novas áreas produtivas, como por exemplo o café, contribuindo para a difusão do seu consumo entre nós (lembramo-nos apenas da importância de marcas como “A Brasileira”). Outros investiram os seus capitais em indústrias tradicionais, ampliando unidades já existentes ou criando-as de origem. Outros ainda, mantendo os negócios no Brasil, continuaram a investir na agricultura e no comércio, ostentando o seu sucesso na (re)construção da sua quinta, ou da habitação urbana que, entretanto, haviam comprado¹³. Nestes casos, estes edifícios procuravam ser o reflexo do sucesso financeiro do seu proprietário, destacando-se dos envolventes pela qualidade dos materiais de que era construído, pelas suas dimensões, pelo ajardinamento das áreas exteriores e pelo maior conforto oferecido. Tudo isto já conhecíamos, bem como a vertente filantrópica e beneficente destes homens que ostentavam o êxito financeiro do seu regresso dourado, ora oferecendo dinheiro para as esmolas dos pobres, para a assistência à infância desvalida, para as festividades locais, para as obras da igreja, para a construção do hospital ou de equipamentos culturais, como as salas de espectáculo e as escolas da terra que os viu partir. Apesar de não estar ainda inventariado todo o património construído no Norte do país que a eles se deve, nem ter sido feita uma avaliação aproximada do seu contributo para o desenvolvimento local e regional, o padrão de investimentos é já bem conhecido dos investigadores e, neste momento, não parece surpreender ninguém.

O que hoje pretendemos sublinhar, a partir de uma abordagem biográfica que configura um estudo de caso não permitindo fazer, por enquanto, generalizações, é o papel do emigrante português no Brasil, o conhecido ‘brasileiro’, enquanto protagonista e agente do processo de desenvolvimento das relações Portugal-Brasil. Ou seja, pretendemos abrir uma nova dimensão da actuação destes ‘brasileiros’ numa área até aqui reservada a outros protagonistas, geralmente o Estado e os diplomatas. Na verdade, o exemplo que trazemos aqui evidencia o caso de um emigrante que soube olhar para as suas duas pátrias – a de acolhimento e a de naturalidade – como uma só, procurando estabelecer pontes

¹² LEITE, 1994: 21-22.

¹³ Veja-se a este propósito, por exemplo, MAIA; PEREIRA, 2000: 309-317.

e reforçar os elos de ligação, de forma a melhorar o entendimento mútuo, numa época em que passava mais de um século sobre a independência do Brasil.

Alexandre Herculano da Câmara Rodrigues¹⁴ foi, como muitos outros homens e mulheres do seu tempo, um emigrante que ainda jovem parte de Lamego com destino ao Brasil, procurando cumprir o sonho de sucesso e enriquecimento. No entanto, desde o início este não nos pareceu ser um emigrante igual aos outros. A partir da leitura dos periódicos de Lamego existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto, apercebemo-nos, desde cedo, que ele se inclui na galeria de privilegiados locais. O semanário *A Fraternidade*, por exemplo, refere-se-lhe, sempre, em termos particularmente lisonjeiros, classificando-o de multimilionário, ou destacando-lhe o “valor moral e intelectual”, aspectos que tanto “tem marcado não só no nosso meio como na grande capital do Brazil”. Publicita também a dimensão da sua riqueza, para o que transcreve artigos da imprensa brasileira onde, por exemplo, se anuncia a recente aquisição de duas fazendas¹⁵. Na verdade, não apenas pela dimensão das suas esmolas e ofertas que, quase sempre, excedem largamente as restantes, ocupando, geralmente, o seu nome o topo da lista de benfeitores das instituições lamecenses¹⁶, como sobretudo pelo tipo de festas privadas para as quais era convidado, bem como pela distinção social da sua rede de amizades, somos obrigados a pensar que estamos perante um cidadão distinto económica, social e, até, culturalmente.

Alexandre Herculano Rodrigues, mesmo antes de partir com destino ao Brasil, pertencia já à nata da sociedade de Lamego. Nascido em Almacave, Lamego, a 2 de Janeiro de 1882¹⁷, sobrinho do Dr. Manuel da Silva Quintela, professor e reitor do Liceu de Lamego, tornou-se a partir do início da década de 1920, no “grande benemérito da sua terra”, como já então o classificava o jornal *A Fraternidade* no seu número de 10 de Março de 1923. Mas, foi a partir do momento em que se publicitou o facto de ter sido eleito presidente da Câmara Portuguesa do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro que o emigrante Alexandre Rodrigues, agraciado também pelo governo português com a Comenda da Ordem de Cristo, passou regularmente a fazer parte do noticiário da imprensa local¹⁸. Com

¹⁴ AFFONSO, 1988: 3,474. O autor refere-o na medida em que é pai de D. Raquel de Carvalho Rodrigues, casada com o 10.º conde de Pombeiro.

¹⁵ *A FRATERNIDADE*, 23 de Junho de 1928: 1.

¹⁶ Em 1922, aparece pela primeira vez nas páginas dos jornais lamecenses como destacado “benfeitor da Sopa dos Pobres” (*A FRATERNIDADE*, 23 de Setembro de 1922: 2). Em 1927, o jornal republicano de Lamego *Éccos d’A Fraternidade*, regista, em 15 de Janeiro, a dádiva de Alexandre Herculano Rodrigues, de 5 contos, ao Asilo de Infância Desvalida (p.2); enquanto, no mesmo título, se pode ler em 19 de Fevereiro de 1927 que o comendador Alexandre Herculano Rodrigues estaria disposto a dotar Lamego de um Hotel Monumental (p.1). Por seu turno, o jornal *A Fraternidade*, de 9 de Novembro de 1929, anuncia que aquando da comemoração das Bodas de Prata do comendador, este teria mandado distribuir esmolas a 50 pobres (p.2). O jornal *Voz de Lamego*, de 21 de Janeiro de 1933, anuncia que o comendador Alexandre Herculano Rodrigues doou 5 contos para o Hospital e 2 contos para a Sopa dos Pobres (p.4).

¹⁷ Recuperado de http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=104394 (em 20 de Julho de 2008).

¹⁸ *A FRATERNIDADE*, 23 de Setembro de 1922: 2.

feito, no número de 30 de Setembro de 1922, o semanário *A Fraternidade* transcreve do diário fluminense “Jornal do Comércio” de 29 de Agosto anterior, o artigo relativo à eleição deste “membro de destaque no alto comercio desta praça” para a presidência da referida Câmara de Comércio, sublinhando tratar-se de um cargo a “que, pela sua importância, só costuma ser guindado quem no grande meio comercial e industrial do Rio de Janeiro ocupa uma posição de notável destaque pela sua fortuna, pelo seu carácter, pela sua intelligencia e pelo seu espírito de iniciativa”. Relatando, com algum pormenor, a primeira reunião por ele presidida, o articulista adianta que Alexandre Rodrigues “comunicou que o embaixador de Portugal vai convocar uma reunião com as associações portuguesas para tratar” da questão da visita do Presidente da República portuguesa António José de Almeida ao Brasil, por ocasião da comemoração dos 100 anos de independência deste país sul-americano, o que nos permite concluir sobre o tipo de sociabilidades que já então partilhava.

Esta distinção rapidamente se repercutiria em outras tantas dignidades recebidas na terra que o viu nascer. Efectivamente, em Fevereiro de 1924, é-lhe feita pela Santa Casa da Misericórdia “uma justa homenagem”, sendo nomeado Irmão Benemérito, pelas avultadas quantias oferecidas¹⁹. Esta distinção haveria de colocar a Santa Casa da Misericórdia na rota das instituições beneficiárias da filantropia do Comendador. Assim, para além das diversas associações de ajuda à pobreza e dos Bombeiros Voluntários locais que o Comendador auxilia, em 14 de Abril de 1923, *A Fraternidade* anuncia a sua oferta de dois mil e quinhentos escudos à Santa Casa e, em 25 de Julho de 1925, o mesmo jornal publicita, na sua primeira página, a grandiosa oferta de oito mil escudos – uma elevada quantia para a época – que Alexandre Herculano Rodrigues faz à Santa Casa da Misericórdia de Lamego. Curiosamente, nesta mesma notícia, pode-se também ler que o Comendador doou, na mesma altura, dois mil escudos para se proceder a melhoramentos no Museu de Lamego, facto que denuncia já o seu requintado gosto e apurada sensibilidade cultural.

Mas a homenagem suprema com que a cidade de Lamego brindou o Comendador deve ter acontecido em 1926, quando, por altura das festas da Nossa Senhora dos Remédios, o seu retrato a óleo, da autoria do artista português João Augusto Ribeiro, foi solenemente inaugurado e, posteriormente, exposto na galeria dos benfeitores da Irmandade com o mesmo nome²⁰. Figurava, enfim, na galeria dos notáveis locais.

Ao longo dos anos em que o acompanhamos nas páginas dos jornais, este

¹⁹ *A FRATERNIDADE*, 23 de Fevereiro de 1924: 2. As doações de Alexandre Herculano Rodrigues à Santa Casa aconteciam com regularidade. Para além das referidas correspondentes aos anos de 1923 e 1925, sabemos ainda que o comendador doou 4 mil escudos, em Abril de 1926, destinados, segundo o semanário, a melhorar o arsenal cirúrgico do seu hospital (*A FRATERNIDADE*, 10 de Abril de 1926: 1); e em Janeiro de 1933, quando entrega cinco contos (*A FRATERNIDADE*, 14 de Janeiro de 1933: 1).

²⁰ *A FRATERNIDADE*, 14 de Agosto de 1926: 1.

capitalista, emigrante no Rio de Janeiro, apresenta um típico movimento pendular de viagens entre o Rio de Janeiro e Lamego, cidade onde passa largas temporadas e a partir de onde visita regularmente a Europa²¹. Na verdade, é possível verificar que, com excepção do período em que decorre a II Guerra Mundial, o comendador Alexandre Herculano Rodrigues quase sempre optou por estar alguns meses em Portugal, na sua casa construída em Lamego, o que acontecia geralmente entre Janeiro e Abril, altura em que partia de novo para o Brasil, regressando aos seus negócios.

Até à compra da Quinta da Biquinha, posta à venda em Setembro de 1925²², e que ele transformará na sua “rica vivenda”, por todos conhecida como Palacete da Vista Alegre, o Comendador instalava-se com a família em casa de seu tio, Manuel da Silva Quintela. Assim aconteceu em 1925²³, em 1926²⁴ e 1927, altura em que o encontramos a proceder a obras na propriedade recém-adquirida – a Quinta da Biquinha²⁵. Dois anos depois, em Janeiro de 1929, aquando da comemoração do seu aniversário natalício (ocorrido a 2 de Janeiro), é preparada uma festa surpresa na sua “rica vivenda”, designada já de palacete da Vista Alegre. Entre os amigos que homenageiam este grande benemérito lamecense, encontramos Eugénio do Vale Teixeira, um dos sócios-gerentes das Caves Raposeira, então, uma das mais importantes casas comerciais de Lamego. O jornal *A Fraternidade* dará a este acontecimento um grande destaque, tendo colocando inclusivamente uma fotografia do homenageado na primeira página, o que não era habitual dado o encarecimento final do semanário²⁶.

Alexandre Herculano tinha então pouco mais de 40 anos. Tendo saído de Lamego, muito jovem, para o Brasil, tinha lá prosperado e feito grande fortuna que, segundo *A Fraternidade*, de 27 de Outubro de 1928, continuava a aumentar, “apesar do muito que dá e das muitas lágrimas que enxuga”. Era o exemplo do sucesso, no exterior e na sua terra natal, o que justifica todos os elogios que, então, o semanário lhe faz. Mas este sentimento não deveria ser unânime. Na verdade, nesse mesmo número, sem levantar o véu sobre o teor das questões, o redactor protesta junto dos leitores, pelo facto de uns “agravos que umas criaturas, filhos de Lamego e se dizem amantes da sua terra, acabam de fazer-lhe”.

No ano de 1929, o Comendador partiu para o Rio de Janeiro um pouco mais cedo do que o habitual, a 6 de Fevereiro. Provavelmente, na base deste regresso antecipado deve ter estado a comemoração das bodas de prata do seu casa-

²¹ O comendador era um homem viajado e cosmopolita. O jornal *A Fraternidade* anuncia várias viagens à Europa: a primeira em Março de 1924 (22 de Março de 1924: 2), em Junho de 1931 partiu em viagem de recreio com a mulher (6 de Junho de 1931: 3) e em 1935, partiu para a França e Suíça (13 de Abril de 1935: 3). Finalmente, em Abril de 1939, em vésperas de estalar a II Guerra Mundial, partiu para a Alemanha (BEIRA-DOURO, 22 de Julho de 1939: 2).

²² *A FRATERNIDADE*, 26 de Setembro de 1925: 2.

²³ *A FRATERNIDADE*, 19 de Setembro de 1925: 1.

²⁴ *A FRATERNIDADE*, 13 de Março de 1926: 1.

²⁵ *ÉCCOS d’A Fraternidade*, 29 Jan. 1927: 1.

²⁶ *A FRATERNIDADE*, 12 de Janeiro de 1929: 1.

mento com D. Marieta de Carvalho Rodrigues, que seria celebrado no dia 15 de Outubro desse mesmo ano, na igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, o que o obrigou também a vir mais cedo do que habitualmente²⁷.

Era, em regra, na Primavera que o destacado proprietário e comerciante do Rio de Janeiro fazia a sua viagem de regresso aos negócios, geralmente acompanhado pela família. Assim aconteceu no ano de 1928²⁸, 1931²⁹, 1932³⁰, 1933³¹, 1934³², 1935³³, no de 1936³⁴ (ano em que a sua mulher veio para Portugal um pouco mais cedo do que ele, no mês de Setembro³⁵, indiciando alguma perturbação neste ritmo que se teria ficado a dever, com grande probabilidade, ao ambiente de tensão política e militar que se vivia, nesta altura, na Europa) e mantém-se, ainda, no ano de 1937³⁶.

O ano de 1938 anuncia uma clara mudança de hábitos, presumivelmente fruto da instabilidade então vivida. Com efeito, o comendador Alexandre Herculano Rodrigues chega a Portugal em Abril desse ano³⁷ partindo em Novembro, altura em que visita a redacção do jornal *Beira-Douro* apresentando cumprimentos de despedida³⁸. Este novo ritmo de chegada a Lamego, em Abril³⁹, e regresso, ao Rio de Janeiro, em finais de Setembro⁴⁰ repete-se em 1939, ano em que o Comendador, antes de se instalar definitivamente em Lamego, parte em viagem para a Alemanha, juntamente com a sua mulher e filho, já então um distinto advogado da praça brasileira⁴¹. Esta viagem à Alemanha, objecto de particular admiração por parte dos redactores do jornal *Beira-Douro* que chegam a tecer o seguinte comentário: “É digno da maior admiração e coragem (...) em empreender, no momento actual [guerra], uma viagem de tão longo

²⁷ *A FRATERNIDADE*, 9 de Novembro de 1929: 2. Menos de dois meses depois, o comendador e a sua mulher estavam, de novo, em Lamego, talvez para comemorarem o primeiro aniversário da sua neta Maria Teresa Rodrigues Castelo Branco (*A FRATERNIDADE*, 11 de Janeiro de 1930: 2).

²⁸ *A FRATERNIDADE*, de 23 de Junho de 1928: 1.

²⁹ *A FRATERNIDADE*, de 6 de Junho de 1931: 3. O jornal anuncia que o comendador partiu em viagem de recreio com a sua mulher.

³⁰ *VOZ de Lamego*, 16 de Abril: 4. Está em Lamego desde Janeiro desse ano.

³¹ O jornal refere que o comendador vai ao Rio de Janeiro por pouco tempo (*A FRATERNIDADE*, 17 de Junho de 1933: 1).

³² *A FRATERNIDADE*, 24 de Fevereiro de 1934: 1. O jornal anuncia a sua partida para o dia 6 de Março, desejando-lhe boa viagem. Em Junho desse mesmo ano, o mesmo semanário anunciava o regresso do Rio de Janeiro do comendador e da sua cunhada e irmão, que vinha convalescer nos “bons ares” (23 de Junho de 1934: 2). Embarca, de novo, para o Brasil a 2 de Setembro de 1934 (25 de Agosto de 1934: 1).

³³ Embarca em Lisboa em finais de Maio ou inícios de Junho (*A FRATERNIDADE*, 1 de Junho de 1935: 1).

³⁴ *BEIRA-DOURO*, 11 de Abril de 1936: 4.

³⁵ *BEIRA-DOURO*, 5 de Setembro de 1936: 2.

³⁶ *BEIRA-DOURO*, 24 de Abril de 1937: 2.

³⁷ *BEIRA-DOURO*, 30 de Abril de 1938: 4.

³⁸ *BEIRA-DOURO*, 12 de Novembro de 1938: 1.

³⁹ *BEIRA-DOURO*, 8 de Abril de 1939: 1.

⁴⁰ *BEIRA-DOURO*, 30 de Setembro de 1939: 1.

⁴¹ *BEIRA-DOURO*, 22 de Julho de 1939: 2.

curso, mas os importantes negócios a sua casa na capital do Brazil, assim o exigem”⁴², justifica-se porque nesse país residia então a irmã de Alexandre Herculano Rodrigues, casada com o barão de Schabingen von Shorwingen, de quem tinha um filho – o Dr. Karl Schorwingen – e que já antes se haviam hospedado na Quinta da Vista Alegre, como, por exemplo, aconteceu na Primavera de 1936, tendo chegado a participar em actos públicos⁴³.

O ano de 1940, marcado pela realização da Exposição do Mundo Português, que assinalou a comemoração do duplo centenário da independência (1140) e da restauração (1640), retê-lo-ia mais tempo entre nós⁴⁴, evidenciando a vertente que hoje queremos destacar, ou seja, a de promotor e patrocinador das relações Portugal-Brasil.

A ligação do Comendador à intelectualidade do seu tempo, já nos havia sido anunciada nas páginas dos jornais de Lamego. Em 28 de Setembro de 1928, por exemplo, o semanário *A Fraternidade*, ao evocar em termos elogiosos a figura do comendador, destaca-lhe esta faceta, ao sublinhar ter ele contribuído para o repatriamento, para Portugal, dos restos mortais do mais famoso dos compositores portugueses, Marcos Portugal, que havia falecido no Rio de Janeiro, em 1830.

Pouco tempo depois, o mesmo semanário, de 28 de Junho de 1930, publicita a passagem de “visitantes ilustres” pela cidade que, durante todo o anterior fim-de-semana, se haviam hospedado no palacete do comendador Alexandre Herculano de Carvalho. Trata-se, segundo este jornal, de uma visita habitual de um grupo de professores de Engenharia do Porto que tiveram, também, a oportunidade de visitar as Caves Raposeira, onde foram recebidos, e de, na noite de sábado, ocuparem dois camarotes oferecidos pelo Teatro Ribeiro Conceição, tendo assistido à sessão de cinema. Entre esses ilustres visitantes estavam nomes como o do professor jubilado General Vitorino Laranjeira e Bento Carqueja.

Por seu turno, o leque de conhecimentos e amizades do Comendador e da sua família ultrapassava os limites de Lamego. Por um lado, porque o Comendador casara, pelo menos uma das suas filhas, no seio de uma das mais distintas famílias de então – os condes de Pombeiro⁴⁵. Por outro, porque percebemos

⁴² *BEIRA-DOURO*, 30 de Setembro: 1.

⁴³ *VOZ de Lamego*, 11 de Abril de 1936: 2. A irmã e o sobrinho estarão presentes na tomada de posse do novo provedor da Santa Casa da Misericórdia, José Teixeira Rebelo Júnior tendo mesmo assinado o auto de posse (*VOZ de Lamego*, 18 de Abril de 1936: 4).

⁴⁴ Em inícios de Março vai apresentar cumprimentos à redacção do jornal *Beira-Douro* (9 de Março de 1940: 4) e regressa ao Brasil em finais de Setembro do mesmo ano (*BEIRA-DOURO*, 21 de Setembro de 1940: 2).

⁴⁵ Em Novembro de 1930, ainda na ausência do comendador no Rio de Janeiro, a sua filha e genro, António de Castelo Branco, conde de Pombeiro, vão instalar-se na Quinta da Vista Alegre, provavelmente para aí aguardarem o nascimento da sua filha, que ocorreria em finais de Janeiro de 1931 (*A FRATERNIDADE*, 1 de Novembro de 1930: 2; 31 de Janeiro de 1931: 2). O comendador regressou, a Lamego, em meados de Janeiro de 1931 (17 de Janeiro de 1931: 2), tendo sido o baptizado da menina Maria Cristina realizado na Sé, no dia 21 de Março (28 de Março de 1931: 2). Recuperado do sítio electrónico http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=21043 (on-line 18

que, no regresso do Rio de Janeiro, habitualmente feito por Lisboa, a família se detinha alguns dias pela capital onde era recebida por pessoas amigas “do meio financeiro e elegante”⁴⁶. O semanário, transcrevendo um outro jornal brasileiro, informa que, também nesse país, o Comendador era apresentado como um homem cosmopolita, culto e viajado, falando várias línguas⁴⁷.

O cosmopolitismo do comendador Rodrigues ver-se-á, no entanto, em toda a sua plenitude, a propósito do registo de outro acontecimento importante que teve Lamego por epicentro. Em 2 Janeiro de 1937, anunciava o semanário *Beira-Douro*, a chegada a Lamego, para se hospedar em casa de seu amigo o comendador Alexandre Herculano Rodrigues, do intelectual brasileiro e médico reputado, Afrânio Peixoto. Esta amizade seria sempre ressaltada nas páginas dos jornais de Lamego. Com efeito, quando o semanário *Beira-Douro*, de 8 de Abril de 1939, anuncia em primeira página a publicação da obra “Viagens na Minha Terra” da autoria de Afrânio Peixoto, não deixa de sublinhar também os termos elogiosos com que o autor se refere a Lamego, bem como ao bom tempo passado por ele nas suas quintas, nomeadamente na Quinta da Vista Alegre “onde mora a doce Amizade, que não distingue Portugal do Brasil”⁴⁸, numa clara referência à sua ligação pessoal ao comendador Alexandre Herculano Rodrigues e à sua acção em prol das relações entre os dois países.

Durante a estada do ilustre visitante brasileiro em Portugal, no ano de 1937, e sempre com destaque de primeira página, o referido jornal ia dando mais pormenores: Afrânio Peixoto teria chegado a Portugal no vapor Alcântara, enquanto amigo do Comendador, instalara-se em Lamego e era hóspede do proprietário da Quinta de Vista Alegre. Aproveitava para lhe traçar um elogioso perfil biográfico, destacando-o como académico, a quem, juntamente com outros intelectuais, se ficara a dever a criação da cátedra de Estudos Camonianos em Lisboa, sendo também um reputado médico legista e grande vulto da cultura brasileira⁴⁹.

Em meados de Janeiro desse ano, Afrânio Peixoto proferia uma conferência no Liceu Latino Coelho, a que deu o título “Portugal na História” e que seria publicada ainda nesse mesmo ano⁵⁰. Trata-se de um texto bem ao gosto

de Julho de 2008) pode ler-se que D. António Maria de Castelo-Branco de Vasconcelos e Sousa (10.º conde de Pombeiro), nascido em Lisboa, a 21 de Junho de 1903, casou com Raquel de Carvalho Rodrigues, em Lisboa, a 7 de Janeiro de 1928. Deste casamento nasceriam duas filhas, a 6 de Janeiro de 1929, Maria Teresa e a 25 de Janeiro de 1931, Maria Cristina, a que os jornais fazem referência.

⁴⁶ *A FRATERNIDADE*, 31 de Dezembro de 1932. Chegaram no grande paquete Atlantique.

⁴⁷ *A FRATERNIDADE*, 7 de Julho de 1934. O título do jornal era “Folha Nova”, tratava da vida do comendador, elogiava-lhe a dignidade de carácter, apresentava-o como um proprietário de Iguassú e incluía uma fotografia.

⁴⁸ PEIXOTO, 1938: 146.

⁴⁹ *BEIRA-DOURO*, 9 de Janeiro de 1937: 1. A sua actividade em favor dos estudos sobre o poeta d’*Os Lusíadas* não se fica por aqui. Na verdade, a ele se ficou também a dever a autoria de vasta bibliografia sobre Luís de Camões (v.g. PEIXOTO, [1927]; PEIXOTO, 1928; PEIXOTO, [192-]; PEIXOTO, 1924; PEIXOTO, 1932; PEIXOTO, 1926; PEIXOTO, 1924).

⁵⁰ *BEIRA-DOURO*, 16 de Janeiro de 1937: p.1. Na verdade, o texto desta conferência seria publicado sob um outro título: PEIXOTO, 1937.

do regime de Salazar, na medida em que dele emerge como que uma linha de continuidade entre a grandeza do passado, do presente e do futuro de Portugal. Sendo dita por quem no seu currículo, entre muitas outras distinções e títulos honoríficos, figurava o cargo de reitor da Universidade do Rio de Janeiro, de Professor da Faculdade de Medicina e de Direito, tendo sido também presidente da Academia Brasileira de Letras, ganhava outra legitimidade, sempre bem-vinda. Nas duas semanas seguintes, o teor desta conferência teria, ainda, destaque de primeira página no semanário *Beira-Douro*, prolongando-se o interesse sobre este tema nas páginas interiores deste jornal⁵¹. Até ao regresso de Afrânio Peixoto ao Rio de Janeiro, anunciado no número de 20 de Fevereiro de 1937, o jornal sempre dará notícia sobre este intelectual e a sua obra, bem como as visitas que entretanto empreendeu à região, tendo sempre como anfitrião o comendador Alexandre Herculano Rodrigues.

No ano de 1938, o comendador Rodrigues receberia na sua casa de Lamego, como hóspede, outro vulto intelectual e político brasileiro. Nada mais, nada menos, do que Washington Luís que o semanário *Beira-Douro*, de 12 de Novembro de 1938, classificaria como uma “ilustre figura política e literária do mais absoluto relevo no Brasil, onde já exerceu a Suprema magistratura de Presidente da República”.

Seria, no entanto, no ano da realização da Exposição do Mundo Português, aberta ao público entre 23 de Junho e encerrada a 2 de Dezembro de 1940⁵² que emergiria toda a sua acção de defensor e agente do estreitamento das relações Portugal-Brasil. Logo a 23 de Março de 1940, o semanário *Beira-Douro* anuncia que chegaram a Lamego, vindos de Lisboa, para visitar o comendador Alexandre Herculano Rodrigues alguns “visitantes ilustres”, dentre os quais o jornal destaca o Dr. Araújo Jorge, embaixador do Brasil em Portugal, Octávio de Brito, cônsul do Brasil no Porto e Augusto Lima Jr., representante geral do Brasil junto da Exposição do Mundo Português em Lisboa.

A presença do homem de letras e historiador, Artur Guimarães de Araújo Jorge, diplomata que, então, representava o Brasil em Portugal, como hóspede do Comendador em Lamego é apenas um sinal do importante papel que este português desempenhou no estreitamento das relações entre Portugal e o Brasil. Este seu comportamento enquadra-se, aliás, num movimento mais vasto que teve início na década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, e em que a maior aproximação entre o Brasil e Portugal passou a ser uma das linhas estruturantes da diplomacia cultural dos dois governos. Assim, por exemplo, logo em 1934, os dois países haviam criado o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura que tinha como um dos objectivos principais promover o intercâmbio entre os intelectuais dos dois lados do oceano, estimulando missões, cursos e conferências.

⁵¹ *BEIRA-DOURO*, 23 de Janeiro de 1937: 1-2; 30 de Janeiro de 1937: 1-2.

⁵² BARROS, 1996: 326.

A Exposição do Mundo Português era uma espécie de momento alto deste relacionamento, o que justificou, também, esta maior actividade de Alexandre Herculano Rodrigues como anfitrião, tanto mais que na sua casa seria também hospedado o embaixador do Brasil e Londres, Dr. Regis de Oliveira, bem como a sua esposa e filha, como relata o semanário *Beira-Douro* de 10 de Agosto de 1940. Por fim, em finais de Setembro desse mesmo ano, nas vésperas de Alexandre Rodrigues regressar aos seus negócios no Rio de Janeiro, recebe, ainda no seu Palacete da Vista Alegre, em Lamego, outras “altas individualidades brasileiras”. Desta feita, para além do cônsul do Brasil no Porto e, de novo, do embaixador do Brasil em Lisboa e respectiva família, hospedaram-se em Lamego o escritor Eugénio de Castro, da Armada Brasileira, delegado do Brasil ao Congresso Luso-Brasileiro que decorreu durante o evento da Exposição, bem como o delegado do Departamento Nacional do Café do Brasil e o engenheiro-arquitecto do Pavilhão do Brasil na Exposição de 1940⁵³.

Era o contributo do comendador Alexandre Herculano Rodrigues, enquanto emigrante no Rio de Janeiro, para “o abraço de Portugal e do Brasil” que então parecia ser, pela primeira vez, mais evidente⁵⁴. Incorporando a ideologia preva- lecente nesta época, que insistia em que “só o conhecimento mútuo” desfaria o equívoco luso-brasileiro⁵⁵, assumiu o papel de preservador deste ideal que acentuava a lógica da comunidade entre dois países, respaldada numa produção académica e numa dinâmica específica da própria comunidade emigrante portuguesa⁵⁶. Menos de dois anos depois, no dia 7 de Junho de 1942, falecia no Rio de Janeiro, com apenas 60 anos⁵⁷. Terminava, assim, a vida de um “brasileiro” que havia dedicado uma boa parte dela e da sua riqueza ao estreitamento dos laços entre dois países que teimavam em viver de costas voltadas.

IMPrensa PERIÓDICA DE LAMEGO

A *TRIBUNA*, Lamego, 22 Mar.1914-4 Nov.1917.

A *FRATERNIDADE*, Lamego, 3 Dez.1910-Jun.1935.

ÉCCOS d'A Fraternidade, Lamego, 6 Jan.1927-5 Mar.1927.

VOZ de Lamego, Lamego, 1 Nov. 1930-[12Ago.1933] 1936.

BEIRA-DOURO, Lamego, 20 Jul.1935-30 Nov. 1940.

⁵³ *BEIRA-DOURO*, 21 de Setembro de 1940: 2.

⁵⁴ *BEIRA-DOURO*, 3 de Agosto de 1940: 1.

⁵⁵ PEIXOTO, 1938: 10.

⁵⁶ PAULO, 2000: 239.

⁵⁷ Recuperado de http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=104394 (em 20 de Julho de 2008).

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Portugal oitocentista*. Porto: [s.n.].
- AFFONSO, Domingos de Araújo *et al.*, 1988 – *Livro de Oiro da Nobreza: apostilas à resenha das famílias titulares do reino de Portugal...* Lisboa: J. A Telles da Sylva. 3 v.
- BARROS, Júlia Leitão de, 1996 – “Exposição do Mundo Português”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de – *Dicionário de História do Estado Novo*. [S.l.]: Círculo de Leitores, p. 325-327.
- LEITE, Joaquim da Costa, 1994 – *Portugal and emigration, 1855-1914*. New York: Columbia University.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2000 – “Os Brasileiros empresários e investidores”, in PORTUGAL, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. *Os Brasileiros de Torna-Viagem – Lisboa*: CNCDP. p. 309-317.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2002 – *O Discurso Parlamentar Português e as Relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados: 1826-1852*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, Nov. 2005 – “A acção dos ‘Brasileiros’ de torna-viagem em Ovar: a obra dos irmãos Oliveira Lopes (Válega)”, *Dunas: Temas & Perspectivas. Revista Anual Sobre Cultura e Património da Região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, V. 5, p. 3-14.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa; MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – *Os ‘brasileiros’ de torna-viagem como agentes culturais: o caso de Lamego na primeira metade do século XX*. Recuperado de <http://www.museu-emigrantes.org/seminario-comunicacao-f-maia.htm> (Julho de 2008).
- OLIVEIRA, Alberto d’, 1915 – “Os Portuguezes no Brazil!”. *Atlântida*. I, 3, p. 202.
- PAULO, Heloisa, 2000 – “*Aqui também é Portugal*”: a colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto Ed.
- PEIXOTO, Afrânio, [192-] – *Camões médico ou a medicina dos “Lusíadas” e do “Parnaso”*. 2.^a ed. Lisboa: Aillaud & Bertrand.
- PEIXOTO, Afrânio, 1924a – *A camonologia ou os estudos camonianos: iniciativa da criação de uma cadeira de Camões na Universidade de Lisboa*. Rio de Janeiro: Sociedade de Estudos Camonianos; Livraria Francisco Alves.
- PEIXOTO, Afrânio, 1924b – *Dicionário dos Lusíadas de Luís de Camões...* Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves.
- PEIXOTO, Afrânio, 1926 – *Leituras Camonianas...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- PEIXOTO, Afrânio, [1927] – *Camões e o Brasil*. Paris; Lisboa: Aillaud; Bertrand.
- PEIXOTO, Afrânio, 1928 – *Camões humorista*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PEIXOTO, Afrânio, 1932 – *Ensaio Camonianos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PEIXOTO, Afrânio, 1937 – *Dom Portugal: Lição Inaugural do Liceu Latino Coelho, de Lamego*. Lamego: Caixa Geral do Liceu Latino Coelho.
- PEIXOTO, Afrânio, 1938a – *Viagens na Minha Terra. I. Portugal*. Porto: Lello & Irmão Ed.; Aillaud & Lellos.
- PEIXOTO, Afrânio, 1938b – *O “Brasileiro” ou o Equívoco Português*. Lisboa: [s.n.].
- QUEIROZ, Eça de, 1979 – *A Emigração como força civilizadora*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- ROMERO, Sílvio, 1902 – *O Elemento Portuguez no Brasil: conferencia*. Lisboa: Comp. Nac. Ed.
- VIEIRA, Nelson H., 1991 – *Brasil e Portugal: a Imagem Recíproca: o Mito e a Realidade na Expressão Literária*. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

OS PORTUGUESES NA CIDADE: TRABALHO E COTIDIANO (BELÉM – 1900)

Maria de Nazaré Sarges

O novo “século das luzes”, assim foi denominado o século XX, refletiu na Amazônia, em especial em Belém, os signos da modernidade rascunhada de acordo com o discurso da civilização, impulsionada pela administração de Antonio Lemos que representava uma nova ordem política e econômica desde o final do século XIX.

A vinculação da Amazônia a uma economia global que atingia fronteiras intocadas e derrubava barreiras consideradas intransponíveis, como a densa floresta e os enormes rios amazônicos, propiciou a construção de uma nova tessitura do urbano, transformando o centro da cidade em um espaço moderno e civilizado, entenda-se bonito e asseado. Era preciso vincular a cidade de Belém, em especial, à República, regime que representava a modernidade, colocando um ponto final na “letargia da monarquia” ou na “barbárie da escravidão”. É notório que a instituição do regime republicano gerou uma verdadeira batalha simbólica, conforme registra o historiador Murilo de Carvalho, ao apontar a necessidade de troca de símbolos, como o hino, a bandeira, os heróis, assim como a mudança de nomes de ruas e de estabelecimentos que lembravam a extinta monarquia. Novas imagens passaram a representar o novo regime, a exemplo das figuras de mulheres francesas, numa tentativa de redesenhar uma nova Nação.

O início do século XX representou não somente os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, a ampla gama de utensílios domésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão e tantos outros inventos tão importantes¹, mas também a perda de grandes ícones da cultura universal, como o compositor italiano Giuseppe Verdi, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche e o escritor português Eça de Queiroz, em Paris².

Mas, o que acontecia com a principal cidade do vale amazônico? No período de 1890 a 1900 surgiram inúmeras fábricas, entre as quais, a “Fábrica Palmeira”, que produzia açúcar, biscoitos, caramelo etc., a “Fábrica de Cerveja Paraense” e a “Fábrica Perseverança”, que produzia fibras e cordas. Ocorreram alterações acentuadas na estrutura social, pois o comerciante português e a burocracia

¹ SEVCENKO, 1998: 3, 514.

² SEVCENKO, 1998: 3, 514.

administrativa que participavam da dominação política, durante as primeiras décadas do século XIX cederam lugar ao “coronel da borracha”, aos financistas e aos exportadores, frações estas cujos interesses específicos o Estado garantia, por excelência, pois os governantes interessavam-se em captar os impostos sobre o volume exportado³. Ícones do “novo tempo” foram erguidos no espaço público, como os quiosques, com a finalidade de vender a retalho determinados produtos, excluindo os alimentícios, para não prejudicar o asseio e a higiene pública, as belas praças e o bosque, pois o intendente almejava, com a arborização da cidade, além da estética, a necessidade de criar locais salubres e higiênicos. O apelo modernizador era tão forte que a Intendência mandou buscar equipamentos fora do Brasil para o embelezamento das praças; os equipamentos da praça Batista Campos, por exemplo, foram importados da Alemanha.

Lemos enfatizava que “quanto mais se torna eficaz o saneamento duma cidade, maiores encantos e segurança adquire ela e mais atraente se faz para os visitantes estrangeiros”⁴. E para comprovar o quanto estava certo na sua política de embelezamento da cidade, ele transcreveu em um de seus relatórios o emocionado depoimento da escritora norte-americana Mary Robinson Wright, prestado a um colaborador de *A Província do Pará*: “Não se retire antes de eu testemunhar-lhe o meu contentamento pela formosura das praças de Belém, pelo asseio de suas vias públicas e particularmente pela delícia inenarrável que desfrutei visitando o Bosque Rodrigues Alves [...] Disseram-me que isto tudo, esta beleza de urbs é obra do Senador Antonio Lemos. Felicite-o vivamente em meu nome, já que não me resta tempo de o cumprimentar em pessoa, como desejava”⁵.

Antonio Lemos considerava que uma cidade moderna deveria possuir um sistema de transporte eficiente. Ele muito reclamava por esse serviço à Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense. Seu objetivo era implantar um sistema elétrico, visto que ainda naquela ocasião os bondes eram puxados por mulas. Os serviços de transportes em Belém começaram em 1868 quando James Bond obteve, por meio da Lei n. 585 de 23 de outubro, a concessão pelo prazo de 30 anos para explorar as linhas urbanas. Posteriormente, esse serviço passou a ser explorado pela Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, que ampliou as cláusulas obtidas por James Bond, e passou a atingir as ruas de bairros mais distantes, como Pedreira, São Braz, Telégrafo, Guamá, Reduto e Umarizal.

Nessa nova cenografia, na área comercial agora pavimentada e embelezada, encontravam-se as grandes casas aviadoras, os bancos e as lojas *chics* com produtos vindos da Europa e que eram consumidos avidamente pela elite endinheirada. A nova elite econômica, com destaque para os seringalistas, escolheu a cidade de Belém como base de suas atividades econômicas, transformando-a em centro financeiro e também de consumo, luxo e divertimentos.

³ SARGES, 2002: 53.

⁴ LEMOS, 1903: 96.

⁵ LEMOS, 1908: 32.

Nada mais emblemático do que a casa Paris N'América, cujo prédio em estilo eclético e com marcas do *art nouveau*, ainda resiste ao tempo e ergue-se como um símbolo daquela época em que a memória popular fala dos prazeres e excessos da elite da borracha, e tantas outras, como a loja *Petit Paris* que sempre estava a anunciar as “peças de fazendas ricas e modernas da última moda de Paris, Londres, Roma, Viena e Berlim...”. Os jornais eram ricos em anúncios de produtos, alguns considerados “esquisitos” e outros supérfluos.

A favorável condição econômica da alta sociedade possibilitou também que fossem trazidas para Belém as mais importantes companhias teatrais e musicais, especialmente da Itália, França e Espanha. A importância da ópera para a elite local pode ser avaliada pelo número de peças encenadas no Teatro da Paz e pelo minucioso comentário dos jornais sobre esses eventos e o desempenho dos artistas. A presença de autoridades, ricos comerciantes e intelectuais – e o modo como estavam trajados – servia de termômetro do prestígio das companhias e da elite local. Ir ao teatro, além de uma opção de lazer, era um sinal de elegância e distinção social, o que levava a uma identificação com o comportamento cultural da elite européia.

Mas, as companhias estrangeiras não freqüentaram somente os palcos do Teatro da Paz, pois era comum, após a temporada em Belém seguirem para exibição no Teatro Amazonas, onde a elite amazonense numa demonstração de satisfação pela lírica, também se exibia em suas roupas importadas.

Em todo esse processo modernizador, o modelo adotado foi o europeu – Paris. Em vista disso, o francês foi a língua que a elite escolheu como um dos referenciais identificadores da civilização nos trópicos. Os costumes e gostos franceses transformaram-se em símbolos da gente *chic* que circulava pelos teatros, cafés, livrarias e pelas ruas pavimentadas e arborizadas da cidade, mesmo representando um impacto nos hábitos e costumes das camadas que estavam à margem do próspero comércio da borracha.

No ano de 1900, páginas inteiras dos jornais anunciavam por meio de seus classificados não apenas os mais recentes produtos chegados da Europa, mas também trabalhadores oferecendo seus serviços, como o guarda-livros, o leiloeiro, o alfaiate, a madame portuguesa que lecionava em seu *atelier* cortes de vestidos, o encadernador⁶, além do professor “estrangeiro recém-chegado falando alemão, francês, inglês, russo, húngaro e italiano...” que procurava um emprego no comércio ou numa casa particular, não fazendo exigências de grande ordenado visto falar ainda pouco o português⁷. Ao lado dessas ofertas de serviços havia anúncios oferecendo trabalho àqueles que se enquadrassem, por exemplo, como criado de armazém, caixeiro, cozinheira.

As transformações da cidade afetaram em cheio o cotidiano dos trabalha-

⁶ SALLES, 1992: 166. Segundo o autor, desde a década de 70 trabalhavam em Belém inúmeros técnicos estrangeiros especializados, inclusive com duas ‘fábricas’ de piano e dois organeiros estabelecidos.

⁷ *DIÁRIO de Notícias*, 1890: 1.

dores pobres, que tiveram de adequar sua forma de vida aos novos implementos econômico-sociais e político-culturais que davam cara nova à cidade. Assim, novas profissões surgiram, ou ainda permaneceram, enquanto outras se extinguíram.

Mas, nem sempre os trabalhadores adequavam-se às novas imposições que o momento apresentava. Isso contribuía para a eclosão de problemas com o governo, principalmente em consequência do não cumprimento das diretrizes impostas pelo Código de Posturas Municipais. As novas regras invadiam, muitas vezes, a privacidade dos moradores da cidade e impunham padrões culturais e de comportamentos, levando os trabalhadores a desenvolverem subterfúgios para escaparem dessas pressões, ao mesmo tempo em que mantinham relações de amizade ou inimizade, companheirismo ou agressão... Foi um período marcado por problemas entre patrões e empregados, ou entre estrangeiros e nacionais, por questão de nacionalidade ou por disputas de mercado de trabalho. As diferentes facetas dos trabalhadores e a imprevisibilidade de suas ações davam um aspecto particularmente interessante à cidade de Belém.

Contudo, havia os laços de solidariedade que as autoridades locais mantinham com a pátria portuguesa. Por ocasião do centenário do descobrimento do caminho marítimo para as Índias, por exemplo, o governador do Pará, José Paes de Carvalho, decretou feriado nas repartições públicas, atitude seguida também pelo intendente Antonio Lemos, chefe da comuna de Belém. O senador José Marques Braga, presidente da Associação Comercial, solicitou à praça comercial que não abrisse as casas. As ruas de Belém foram ornamentadas pelos caixeiros e operários portugueses. As casas particulares também foram enfeitadas, como os armazéns de Cunha Cerqueira & C., localizados na rua Quinze de Novembro, e de instante em instante eram estourados morteiros e foguetes. Esse cenário está destacado, neste momento, apenas para lembrar as relações institucionais de extrema gentileza e solidariedade que existiam entre brasileiros e portugueses. Enquanto isso, nas ruas da cidade, os portugueses trabalhadores da informalidade experimentavam o peso da lei e a disputa com os nacionais.

Os periódicos portugueses registram que depois dessa fase de euforia a colônia portuguesa entrou numa fase apática, tanto que se mostrou indiferente às comemorações centenárias do descobrimento do Brasil, em 1900. Nesse mesmo ano, o Grêmio Literário Português passou a chamar-se Grêmio Literário e Comercial Português, época em que abrigava cerca de 28 mil volumes, em português, francês, italiano, espanhol, alemão, grego e latim, além de administrar aulas primárias de português, aritmética, desenho, história e geografia. A comunidade lusitana entendia que o Grêmio deveria adequar-se às necessidades pedagógicas da Colônia e transformar-se em uma entidade moderna de educação, por isso converteu-o em Grêmio Português de Educação, considerando que “os patrícios continuam a vir de todo analfabeto para o exterior”⁸.

⁸ O PARÁ, 1920.

Mas, a colônia portuguesa sempre esteve envolvida nesta ação corporativa e mutualista, desenvolvendo estratégias de solidificação de uma certa identidade lusitana por meio de criação de associações como o Grêmio Literário Português ou de gazetas, como *O Lusitano*, *A Colônia Portuguesa*, entre outras.

Em 1854, vários portugueses se juntaram para a construção da Beneficente Portuguesa, cuja concretização ocorreu somente em 1867, ao final do qual contava com 1060 sócios. Ao lado do hospital criaram o Asilo Português de Infância Desvalida, que se incorporou à Beneficente em 1875. Ao completar 50 anos, a Beneficente Portuguesa instalou-se na Avenida Generalíssimo Deodoro, cuja construção foi concluída em 1906, abrindo-se ao público no dia 20 de abril do mesmo ano, quando congregava mais de 3 mil sócios.

Em 1898, foi criada a Associação Vasco da Gama, sendo a maioria dos sócios provenientes do comércio e tendo por objetivo o socorro médico, apesar de também prestar atendimento a funerais, além de fornecer medicamentos e até passagens para Portugal. Na década de 1900, precisamente no ano de 1908, o jornal *A Província do Pará* inseriu, na sua primeira página, um apelo à colônia lusitana sobre a necessidade de socorrer aqueles que por doença ou outras razões ponderáveis devessem regressar à pátria. A ação da Liga Portuguesa de Repatriação foi tão eficaz que sua primeira diretoria chegou a repatriar 239 portugueses, e em conseqüência, acabou sendo reconhecida pelo governo belenense como benemérita da República.

No início dos anos 1900, o Estado do Pará recebeu um expressivo contingente de imigrantes portugueses. Alguns vinham com passagem subvencionada e embarcados, a maioria, pelo porto de Leixões. Sob o forte apelo da propaganda imigrantista do governo paraense, os portugueses, chegando à cidade de Belém, não demonstraram interesse em se fixar no campo, como determinavam os contratos de trabalho, visto que pouquíssimos eram lavradores. Na cidade, eles exerceram várias atividades, desde vender peixes pelas ruas até carregar pianos ou lavar casas de pessoas ricas, embora muitas vezes tenham se tornado donos de estabelecimentos comerciais.

A obrigatoriedade de matrícula de empregados e as constantes multas imputadas às desobediências geraram uma série de protestos naquela época. No ano de 1900, a Intendência foi procurada por uma comissão de caixeiros cuja exigência era a revogação da taxa de 10% que incidia sobre os vencimentos dos empregados no comércio. Em outros momentos, essas insatisfações foram estampadas com mais ênfase. Os verdureiros, por exemplo, na época, chamados “horteleiros”, insurgiram-se contra as medidas municipais, e lideraram uma greve em 1902, quando se recusaram a pagar os impostos à municipalidade. Esses mesmos vendedores ambulantes de hortaliças, também reclamaram contra a Lei n. 411 de 16 de junho de 1905, que os obrigava a comprar carrinhos da Empresa Americana de Veículos para a venda de seus produtos.

Outro confronto com a polícia ocorreu na greve dos carroceiros portugueses, em 1907, em meio a um protesto contra a taxa pelo exercício da profissão e a monopolização das atividades destes trabalhadores pela referida empresa,

além do tumulto de 1911, no Largo da Pólvora (atual Praça da República), contra a nova tabela de preços pelo serviço de automóveis. Este confronto foi decorrente da intolerância de Lemos aos vendedores ambulantes, expressada em seu Relatório de 1906: “Ninguém negará o feio dos veículos até há pouco empregados em Belém para a venda ambulante de vários gêneros de consumo. Em sua maioria de ridículas traquitanas, donde haviam sido banidos todos os preceitos de asseio, sem falar dos “clássicos” tabuleiros, sobre os quais esvoaçavam moscas insidiosas, transmitindo toda espécie de sujidade aos frutos e doces oferecidos ao consumo público”⁹.

Naquela época, o exercício dessa atividade era bastante instável, pois além da disputa entre si, compelidos por necessidades imediatas de sobrevivência, os trabalhadores informais ainda tinham de se defrontar com o que pensava um administrador que repugnava as práticas ditas incivilizadas.

A presença marcante dos ambulantes na documentação pesquisada evidenciou situações em que trabalhadores não-qualificados encontravam-se arengando entre si. Houve, inclusive, casos, como o de uma cozinheira esbandalhar o cesto de compras na cara do carregador português¹⁰, e o caso de: “Antonio Vasques, português, ambulante, ofereceu um abacate para uma moça. Ela aceitou, mas ao olhar para a fruta achou que a mesma estava estragada e devolveu-a a Antonio. Ele não gostou do ato e jogou o abacate na cara da senhora”¹¹.

Havia também situações em que os trabalhadores estavam na mira da fiscalização cotidiana. Os leiteiros, por exemplo, sempre apareciam infringindo o art. 54 do código de posturas municipais. Eles colocavam água no leite, às vezes, tapioca¹², aliás, eram freqüentes essas autuações porque os leiteiros eram apontados como contumazes falsificadores do produto que vendiam aos moradores da cidade. O vendedor de leite também deveria “vestir-se com limpeza, usando camisa branca de mangas curtas quando estiver mugindo o leite, a trazer o animal limpo e bem nutrido, a empregar somente medidas decimais aferidas rigorosamente asseadas, não podendo trazer outra vasilha de medir se não aquelas”¹³.

A burla do controle do Serviço Sanitário expressava quão os trabalhadores usavam de artifícios no ato da matrícula obrigatória como registra o caso de um cidadão português e vendedor de café chamado de João Marques de Figueiredo que utilizou depois de algum tempo outro nome e desta vez, dizendo trabalhar no comércio. Constatado o crime de “falsidade ideológica” o médico exigiu ao Intendente “o castigo necessário a fim de cessar semelhante burla que *freqüentemente* se reproduzia”¹⁴.

⁹ LEMOS, 1906: 107.

¹⁰ *DIÁRIO de Notícias*, 1897: 2.

¹¹ *FOLHA DO NORTE*, 1900: 2.

¹² *FOLHA do Norte*, 1897: 3.

¹³ APEP – *Código de Polícia Municipal*, 1900.

¹⁴ APEP – *Secretaria Municipal de Belém. Fundo: Serviço Sanitário*.1915. Ver também sobre controle da vacinação obrigatória RODRIGUES, 2008.

No universo do trabalho na cidade, a paisagem urbana era constituída por diversos tipos, desde o sorveteiro italiano que foi proibido de mascatear no largo de Sant’Anna por não ter pagado a licença até o português de tamancos que vendia leite nas portas das casas ou do aguadeiro que percorria a cidade como descreve Marques de Carvalho no romance *Hortência*: “Era um português de farto bigode louro e cútis tostada pelos ardentes ósculos de sol. Gotas de suor brilhavam-lhe na testa, por baixo do chapéu de palha do Chile, e na ponta do nariz. Assoviava ternamente uma canção popular de Traz-os-Montes cuja letra começa assim: “Quando eu quis, tu não quiseste”¹⁵.

O controle social compreendia, naquele momento, todas as esferas da vida do sujeito e ganhava uma dimensão que extrapolava a nacionalidade. Foi o que aconteceu em 1903 quando o português João Rodrigues Ramos juntamente com o espanhol Manoel Gailardo combinaram de espancar um certo fiscal apelidado por eles de “fiscal preto”, agressão que resultou no indiciamento dos dois estrangeiros na condição de “ferimentos leves”. Essas provocações aos homens de farda eram recorrentes no cotidiano da cidade. Segundo o registro de Autos-Crimes de 1902: “O português Antônio Leal Junior adentrou numa loja do Reduto (bairro) e falou a todos os presentes que todos os “praças” eram caloteiros. Um “praça” presente no estabelecimento, descrito como “paciente” (talvez fosse alguma denominação para alguma patente da polícia) retrucou defendendo-se, o que gerou uma luta corporal entre ambos”¹⁶.

Em outros momentos, o conflito era motivado pelo excesso de taxas que os comerciantes também eram obrigados a pagar à Intendência. Um caso enquadrado pela polícia como ferimentos leves foi o que aconteceu envolvendo o comerciante português José Paulino, o qual foi acusado de bater com uma tábua no indivíduo João Pedro Bezerra por este ter entrado em seu comércio pedindo esmola. O comerciante negou o pedido, alegando que tinha acabado de pagar o imposto da Intendência, que cobrava 15% para o asilo de mendicidade. Segundo o proprietário, diante da negação, o pedinte tentara furtar umas roupas que estavam na janela de sua casa (localizada ao lado do comércio), o que foi desmentido pelo mendigo que o acusava de agressão com uma tábua de barril.

As tensões com o poder público eram constantes naquela época. Houve um incidente que aconteceu com o português José Maria Cabral, comerciante, que tendo comprado um botequim localizado no bairro do Reduto, fora intimado por uma autoridade a fechá-lo sob o pretexto de ser o botequim um foco de imoralidade e de desordeiros, além do pouco asseio que apresentava. Embora multado em cem mil réis, o comerciante acabou sendo dispensado por não ter meios para quitar a dívida, mas o seu botequim não escapou de ser fechado até ulterior deliberação do chefe de polícia¹⁷.

¹⁵ CARVALHO, 1997: 48.

¹⁶ CMA – *Autos-crimes*, 1902.

¹⁷ APEP – *Auto de perguntas*, 1903

As vivências das classes trabalhadoras podem ser reconstituídas naquele espaço de vivência social, envolvendo várias situações de conflitos. Os portugueses, por exemplo, constantemente eram encontrados em variadas situações de luta, como foi o caso de José Simões Reis, que contratou um capataz para espancar o padeiro Jacinto, seu ex-funcionário, sob a acusação de que a vítima tinha uma séria dívida com ele. Mas havia também, naquele espaço conflituoso, desavenças entre portugueses e espanhóis, conforme o registro do Tribunal Correcional, em 1909: “Cardama Castro e outros espanhóis proprietários de hotéis estavam insatisfeitos com o sucesso dos hotéis pertencentes aos portugueses citados no processo. Por isso, agrediram um funcionário de um dos hotéis e ameaçaram os proprietários, amedrontando-os quanto a possíveis agressões. Os portugueses se uniram e denunciaram o fato a polícia; no dia seguinte Castro publicou uma nota no jornal *A Província do Pará* invertendo a situação a fim de confundir a população, afirmando que os portugueses citados estavam ameaçando-o de agressão. Então, Cardoso, Rocha e Fernandes (portugueses) entraram com um processo de injúrias impressas e calúnia contra Castro”¹⁸.

Essa citação evidencia que, em lugar da luta física, os estrangeiros, talvez por serem comerciantes, resolveram enfrentar a disputa na justiça. No entanto, havia formas de provocações que envolviam os rixosos motivados por ciúmes ou decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas no espaço de lazer. Em certa situação ocorrida em um bar/pensão da cidade, um bolieiro e dois comerciantes portugueses que se encontravam no local tomando uma cerveja resolveram “galantear” duas mulheres de outra mesa, situação que desencadeou uma briga generalizada, pois havia homens na mesa das mulheres. Durante o confronto, um dos acusados acertou a cabeça de um tal Zeferino com uma garrafa e embora a vítima tentasse fugir, foi atacada com murros e pontapés. Esta confusão resultou na morte de Zeferino, três dias depois. Todos os acusados foram enquadrados em crime de homicídio.

A documentação criminal também registrou uma outra briga ocorrida entre um português e um passante por motivo de estratégias de venda no mercado de trabalho, caso publicado na *Folha do Norte* (1900), sob o título “A Luta pela vida”. Segundo o jornal, um caixeiro português que trabalhava numa loja próxima ao Ver-o-Peso denominada “Queimação”, envolveu-se em confusão com um transeunte ao insistir para que este entrasse na loja para ver os preços, uma prática muito comum nas ruas do comércio. A propaganda e a disputa pelos fregueses fora da loja resultavam muitas vezes em confusão, sobretudo porque havia um amontoado de caixeiros nas ruas do centro comercial.

Esse flagrante conflituoso se repetia, às vezes, com certo ar pitoresco e comezinho. Houve uma situação que envolveu a portuguesa Rita Rosa que ao ver na rua uma galinha pertencente à Margarida dos Santos, pegou-a, matou-a e cozinhou-a. Após isso, colocou a galinha à venda e passou a fazer propaganda

¹⁸ CMA – *Autos-crimes*, 1909.

enganosa sobre esta, atribuindo qualidades que a tal galinha não possuía. Margarida queixou-se à polícia sobre esse fato.

Em alguns casos, os envolvidos competiam pela obtenção de um instrumento de trabalho, essencial para a sua sobrevivência, a exemplo do enquadramento do carroceiro Francisco Lopes no crime de furto de um carrinho de rua, ocorrendo também quando um lusitano tinha uma de suas vacas roubadas, conforme a denúncia de um proprietário de vacaria¹⁹, lembrando que esta estratégia de sobrevivência ocorria quando o indefeso invocava um pouco de poder para tomar o que precisava daqueles que no mundo do trabalho eram considerados “afortunados”.

Esses relatos revelam que, na disputa pela sobrevivência, sobressaíam-se os conflitos de nacionalidade, visto que sempre o estrangeiro, em especial, o português, era quem disputava o mercado de trabalho com os nacionais pobres ou quem era considerado “explorador” quando era proprietário, seja comerciante ou dono de casa de aluguel. Chalhoub identifica com clareza esse problema na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, quando registra que “entre os populares, os portugueses carregavam, sem dúvida, o estigma de aventos ou exploradores, o que na verdade apenas refletia a situação real de predominância portuguesa no pequeno comércio da cidade”²⁰.

Um caso provocador dessas hostilidades foi relatado por um dos periódicos da cidade, sob o título “Judas nos Tamoyos”: “Na rua dos Tamoios, entre Tupinambás e Jurunas, vive um cidadão português que não tem e nem procura ter maior intimidade ou proximidade com os vizinhos. Cuida de seus afazeres e não liga pro que acontece ou está ao seu redor. Na frente da casa do dito cidadão, moram uns indivíduos que não gostam dele. Por isso, resolveram, pela segunda vez, fazer uma brincadeira: produzir um boneco de Judas e colocá-lo na janela do português. Porém, desta vez, o lusitano abriu a janela e deu vários tiros de espingarda, produzindo uma confusão e ferindo um dos autores do boneco”²¹.

As relações conflituosas ocorridas naquela época são reveladoras de experiências cotidianas da classe trabalhadora, de seu espaço de luta, pois nem sempre “as relações de vida dos agentes sociais expropriados são sempre relações de luta, e não se restringem aos movimentos reivindicatórios organizados”²². Em certas situações muito peculiares do mundo do trabalho, podem ser encontrados gestos de solidariedade. Houve um caso que envolveu um ambulante português que após vender uma xícara de café a um indivíduo e este não pagar, entrou em atrito com o freguês, sendo preso e espancado por praça da polícia. No caminho da delegacia, a prisão do português foi marcada pela interferência de populares que se colocaram contra a prisão do ambulante²³.

¹⁹ CMA – *Autos-crimes*, 1900.

²⁰ CHALHOUB, 1986: 76.

²¹ *FOLHA do Norte*, 1900: 2.

²² CHALHOUB, 1986: 31.

²³ APEP – *Auto de perguntas*, Belém, 29 de Agosto de 1906.

Por outro lado, naquela época, com certa frequência, eram publicados anúncios em jornal que explicitavam a preferência portuguesa para determinado ofício, conforme publicado em *A Província do Pará* (1908): “Em casa de Manoel Jorge Pereira Junior & Cia. precisa-se de um rapazinho chegado recentemente da Europa, que deseje empregar-se no comércio, é para a vila de São Miguel do Guamá”.

Também havia oferta de empregados: “Oferece-se um criado chegado há pouco de Lisboa, com prática de jardim e de casa particular ou para servente de qualquer escritório; quem pretender dirija-se á estrada de São Jeronymo n.º 155”²⁴.

O universo daquela época também refletia o exercício do jogo da política. Desde 1896, os operários portugueses já se reuniam para a escolha de seu representante no congresso internacional que se realizaria em Londres. Esse jogo também podia ser observado quando um elemento com mais consciência de classe, lançava um manifesto à classe caixeiral constituída em sua maioria por indivíduos de nacionalidade portuguesa. Vale a pena ler essa peça:

Caixeiro!

O que se entende por caixeiro?

Uns, entendem por empregado de casa de negócio. Outros, por gerente de seus negócios, e ainda outros por mecânico que faz caixas.

Caixeiro, de que tratamos nessa ocasião, é o que se entende por empregado de casa de negócio; e assim mesmo, sobre este tratamento ainda há muito modo de pensar. Os patrões severos consideram os seus caixeiros como um escravo; tratam-no como um carregador de rua; privam-no de se colocar junto a si em uma mesa de jantar, proíbem-no de passear, até nas únicas horas de descanso que tem; censuram-no se intervém em suas conversações; enfim, procuram esmagar a classe caixeiral colocando-a no mais ínfimo grau de posição. No entanto que os patrões de caráter sincero tratam seus caixeiros como amigos; convidam-nos para todas as festas que fazem em suas casa, conversam com eles; pedem-lhe o seu parecer; enfim, consideram o seu caixeiro como uma pessoa indispensável em seus negócios.

É o que sucede a mim, que tenho patrões de caráter sincero, sou estimado por todos, tratado com consideração pelos meus patrões e até não posso admitir que, quando convido um colega para passear, ele me diga, não! Não posso, porque o meu patrão privou-me de sair hoje. Oh! Homem sem raciocínio! Pois não vês que o teu caixeiro tem o mesmo direito de se divertir como tu? Oh! Isso é intolerável²⁵.

O manifesto ainda faz lembrar o sapateiro politizado da Inglaterra no século XIX²⁶, que conhecia o valor da independência e tinha ampla autonomia

²⁴ *DIÁRIO de Notícias*, 1888: 1.

²⁵ *DIÁRIO de Notícias*, 1889: 1.

²⁶ HOBBSAWM, 1998: 54.

de comparar sua relativa autonomia com a de seus clientes, neste caso e neste cenário de Belém do Pará, com os seus companheiros de ofício – os caixeiros.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) – *Auto de perguntas*, Belém. 1903; Belém, 29 de Agosto de 1906.
- APEP – *Código de Polícia Municipal*, Belém. 1900.
- APEP – *Secretaria Municipal de Belém. Fundo: Serviço Sanitário*. Belém. v. 2 (série: ofícios). 1915.
- CARVALHO, João Marques de, 1997 – *Hortêncina*. Belém: CEJUP, SECULT.
- Centro de Memória da Amazônia (CMA) – *Autos-crimes*, Belém. 1900; 1902; 1909.
- CHALHOUB, Sidney, 1986 – *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense.
- DIÁRIO de Notícias*, Belém, 14 de fevereiro de 1888; 29 de dezembro de 1889, 18 de novembro de 1890, 13 de agosto de 1897.
- FOLHA do Norte*, Belém, 4 de Abril; 3 de janeiro; 15 de janeiro; 15 de abril.
- HOBSBAWM, Eric, 1998 – *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*, 2 ed., São Paulo: Paz e Terra.
- LEMOS, Antonio José de, 1903 – *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Typografia A. A. Silva.
- LEMOS, Antonio José de, 1906 – *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal.
- LEMOS, Antonio José de, 1908 – *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal.
- O PARÁ e a Colônia Portuguesa*, 1920. Belém.
- RODRIGUES, Sílvio Ferreira, 2008 – *Esculápios tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919*. Pará: Faculdade de História, Universidade Federal do Pará (dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia).
- A PROVÍNCIA do Pará*, 1908. Belém.
- SALLES, Vicente, 1992 – *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão Pará*. Belém: CEJUP, Belém.
- SARGES, Maria de Nazaré, 2000 – *Belém: Riquezas produzindo a belle époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu.
- SEVCENKO, Nicolau, 1998 – *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

EMIGRACIÓN Y ASOCIACIONISMO ESPAÑOL EN BRASIL

Juan Andrés Blanco Rodríguez

INTRODUCCIÓN

Siendo Brasil el tercer país por el volumen de inmigrantes españoles en América, sin embargo este proceso no ha recibido la atención que merece. No vamos a analizar aquí las causas que han sido abordadas en los conocidos trabajos de Herbert Klein, Elda González, Marilia Canovas, Ricardo Robledo, Blanca Sánchez o César Yáñez, entre otros¹. Tampoco vamos a incidir en los aspectos cuantitativos y las discrepancias entre los datos aportados por las fuentes españolas y las brasileñas, tal como se reflejan en los mencionados trabajos de Yáñez y Klein. Las cifras aportadas por Klein para el periodo 1820-1972, y según las fuentes brasileñas, se elevan a 717 424, destacando los decenios 1889-1898 (etapa en la que juegan un papel destacado los pasajes subsidiados), y 1904-1914, el periodo 1923-1927, y una nueva etapa que va desde 1951 a principios de los años sesenta del siglo pasado². Las estadísticas españolas que maneja César Yáñez nos aportan unas cifras globales distintas, 359 714 emigrantes a Brasil para el periodo 1882-1962 según datos del Instituto Geográfico y Estadístico Español, a los que habría que añadir otros más de 20.000 que con-signa el Consejo Superior de Emigración de España para la etapa 1963-1972³. La diferencia con las cifras de las fuentes brasileñas tiene que ver con la existencia de una notable emigración clandestina desde España hasta finales de los años veinte, la importancia de las salidas desde los puertos portugueses, algunos franceses y Gibraltar y la no referencia, lógicamente, a los inmigrantes españoles que proceden de otros países americanos, en especial Argentina⁴.

Siendo importante la cifra global de la inmigración española, en particular en su concentración en el Estado de Sao Paulo, nos interesa más referirnos al notable proceso asociacionismo que lleva a cabo esta inmigración española en Brasil.

¹ Pueden verse al respecto, entre otras, las siguiente obras: SÁNCHEZ, 1994; KLEIN, 1996; GONZÁLEZ, 1999; SOUZA, 2006; AGUIAR, 1991; SOUZA-MARTINS, 1995; CANOVAS, 2005. Un análisis más reciente de las causas de la emigración española hacia América, aunque centrado en la emigración castellano-leonesa, puede verse en ROBLEDOS y BLANCO, 2005.

² KLEIN, 1996: 143-147.

³ Elda GONZÁLEZ, 1992: 517, aporta la cifra de 578 351 para el periodo 1880-1929.

⁴ YAÑEZ, 1994: 85-97.

ASOCIACIONISMO ESPAÑOL EN BRASIL

Las asociaciones creadas por los emigrantes constituyen uno de los elementos más relevantes de su actuación colectiva. Por otro lado, buena parte de la recuperación de la visibilidad de estos emigrantes ha sido posible a partir de estas entidades asociativas. Las asociaciones son la memoria institucional de la emigración y la parte más visible de ella. En ellas se ha reflejado una cierta memoria colectiva de la emigración y dentro de las mismas se han evidenciado las tensiones identitarias y de desarraigo que atraviesan esta memoria. Entiendo que se ha descuidado en cierta medida, al menos en algunas regiones, esta memoria de la emigración a América, en parte por su lejanía en el tiempo. Las asociaciones son un elemento material fundamental para la reconstrucción de la misma, tarea que tiene cierta urgencia por el peligro de desaparición de las mismas o de modificación sustancial de su significación primera. Fueron un elemento importante de la presencia española en América y de la visualización que desde América se tenía de esa presencia, y en alguna medida lo son en la actualidad que se encuentran inmersas en un proceso de notorio cambio por la evolución de las mismas en relación con los cambios en los países en que se asientan, la progresiva desaparición de una masa significativa de emigrantes nacidos en España – y el envejecimiento de los que quedan – y la revitalización de muchas y la creación de otras en relación con el proceso de modificación de la organización territorial en España.

SIGNIFICACIÓN DEL ASOCIACIONISMO

Uno de los aspectos que tal vez despiertan mayor interés en la temática inmigratoria actual se refiere a la incorporación de los inmigrantes a los países de recepción. Más aún, a los especialistas en este fenómeno les llama la atención la proliferación de asociaciones que los inmigrantes van fundando desde poco después de su llegada. Moisés Llordén considera que el asociacionismo es una de las características de la emigración masiva y se puede observar en todos los países que reciben un flujo migratorio significativo, si bien también es visible la tendencia distinta a asociarse según la pertenencia a un país u otro, incluso a una región u otra región de origen y el desempeño de determinadas ocupaciones. Es significativa la práctica asociativa entre los emigrantes procedentes del sur de Europa, donde la experiencia asociativa era sensiblemente inferior a la existente en el norte⁵. En esta dirección, autores como Fernando Devoto consideran que la tendencia asociativa es mayor entre los emigrantes que entre los que permanecen en su país y refleja quizás la posible ruptura parcial del universo cultural y las redes de sociabilidad y subordinación en las que el emigrante estaba inserto en su

⁵ BARTHELÉMY, 2003.

lugar de origen⁶. Llama la atención también que para muchos de los inmigrantes españoles y de otras nacionalidades, las sociedades creadas en los países de destino constituyen la primera experiencia asociativa que tienen, en especial los procedentes del medio rural, que eran la mayoría. Una vez tenida la primera, sí es frecuente que la extiendan en los sucesivos destinos.

Se ha señalado que las asociaciones resultan fundamentales en la integración de los emigrantes, dado que tienen estrecha relación con la decisión, más o menos consciente, de asentarse en el nuevo destino, hacerse un espacio y construir, expresar y mantener una nueva identidad colectiva. Aunque el papel del asociacionismo en los procesos de integración sigue siendo controvertido. Una de las preocupaciones y retos de todo grupo inmigrante se centra en conseguir mantener y hacer compatibles su identidad primigenia con las señas de identidad de la sociedad en la que se insertan. Según se ha apuntado, en una primera etapa, cuando los inmigrantes se ubican en un escenario multiétnico, tratan de definir sus fronteras identitarias frente a la propia de la sociedad de acogida y otras presentes, incidiendo en sus rasgos culturales propios para reforzar su visibilidad. Cuando se ha conseguido esto, se incide en la reinterpretación, redefinición e incluso la relativa invención⁷ de sus tradiciones propias, tratando paralelamente de integrarse en su nueva sociedad utilizando como palanca un amplio tejido asociativo étnico que les facilita influencia, en buena medida por la acción de sus líderes, y paralelamente les proporciona servicios de educación, cultura, atención sanitaria y asistencial además de ayuda mutua⁸. A medida que se van logrando estos objetivos y los inmigrantes comparten identidades cruzadas o anfíbias por la relación entre la suya primigenia y la de la sociedad de acogida, los dirigentes procuran dirigirlos progresivamente hacia un proceso de aculturación. A través de esta actuación como mediadores las elites de los colectivos inmigrantes alcanzan influencia y capital relacional entre las clases dirigentes del país receptor y al mismo tiempo reconocimiento en la sociedad de partida, liderazgo que se reduce al aceptar la segunda generación de inmigrantes los elementos culturales básicos y valores de la sociedad de acogida⁹. Como apunta José Antonio Vidal, “este será, de alguna manera, el proceso de socialización de las colectividades españolas en América”¹⁰.

⁶ DEVOTO, 1992a: 174.

⁷ En relación con los procesos de “invención” de la identidad entre grupos inmigrantes véase SOLLORS, 1889; KOZEN, 1992 y DEVOTO, 1992b.

⁸ Como sostiene JONES-CORREA (1998: 333), para el caso de los inmigrantes masculinos latinoamericanos en los EE.UU.: “Los inmigrantes temporales se asocian para reconstruir su red social y perpetuar los rasgos socializadores de su tierra de origen. Las organizaciones étnicas ofrecen a los inmigrantes una alternativa a la adaptación al país de acogida, ofreciéndoles un entorno que, como el enclave étnico, reconoce su status social, a pesar de cualquier movilidad económica descendente que pudiera sufrir en los EE.UU.”.

⁹ Sobre los procesos de integración de las minorías inmigrantes en América véase HUGHES Y MCGILL, 1952.

¹⁰ VIDAL, 2008: 12.

Los ámbitos de sociabilidad formales constituidos por los emigrantes cumplen al mismo tiempo, al menos en muchos casos, una doble función aparentemente contradictoria: recrean identidades primigenias de los inmigrantes y facilitan en cierta medida la integración en las sociedades a las que llegan como algo extraño. Sin duda se centran en el mantenimiento y recreación del sentido de lo propio mediante la incidencia y la recuperación de la historia, el mantenimiento de los símbolos, la valoración y defensa de la unidad del grupo frente a los “otros”. Sin duda las asociaciones pueden ser consideradas en ocasiones como lugares de sociabilidad política o cultural en las que por medio de ciertas prácticas se conformaban o trasmitían determinadas formas de comportamiento, determinados valores. En ese sentido la existencia de distintos grupos sociales podía ser una ventaja en el proyecto de construcción de ciertas identidades culturales o políticas¹¹. En ese sentido estas asociaciones jugaban un papel proyectando de arriba hacia abajo modelos de comportamiento que facilitaban la adhesión a ciertos valores de las elites. Tienen también significación porque estas asociaciones podían ser vistas así mismo como ámbitos en los que las elites trasmitían un conjunto de valores, de prácticas sociales, de modelos de comportamiento, que se proyectaban de arriba hacia abajo. Se ha incidido en su papel de control social, de implantación de formas de comportamiento social a imitación de las elites (como ocurre con los entierros que se determinan minuciosamente). Comportamientos sociales preferentemente de los sectores medios de la inmigración, que son los más activos, y que reflejarían sus valores alejados de los sectores altos y los populares.

Junto a prácticas centradas en el reforzamiento de los vínculos de solidaridad entre el grupo inmigrante, paralelamente las asociaciones sirven de plataformas de interlocución y presencia social y política en las sociedades de acogida y sus culturas. Desarrollan y favorecen estrategias de relación, negociación y asimilación con la sociedad de acogida. Aunque el tema del papel del asociacionismo en sentido general y del español en particular en los procesos de integración precisa un tratamiento más diversificado.

Además de la significación que las asociaciones cumplen en el proceso de integración su importancia reside en la amplia gama de funciones que cumplen. Como ha señalado Consuelo Naranjo, “estas asociaciones actuaron de amortiguador del choque cultural a la llegada del individuo al posibilitar su incorporación-adaptación al nuevo país. Ellas proporcionaron al recién llegado la seguridad frente a un medio desconocido, le cubrían las necesidades afectivas, económicas y culturales en un primer momento”¹². Le ayudan a mantener su identidad étnica y le proporcionan puntos de referencia en cuanto a su identidad en el nuevo país, lo que posibilita que éste mantenga una continuidad con la vida que dejó atrás.

¹¹ DEVOTO, 1992a: 180.

¹² NARANJO, 1988: 96.

Estos espacios de sociabilidad responderán a la urgencia del encuentro, un encuentro repleto de imperativos afectivos, sociales e incluso económicos¹³. Económicos en algunos casos de especial indigencia, afectivos al permitir la reconstrucción de redes primarias desarticuladas por el alejamiento de su país de origen y reforzar espacios privados rotos por la emigración; y sociales, ya que surgen frente a la llamada de reconstrucción de un pasado discontinuo generado por la propia emigración en el que interpretar comúnmente una historia compartida que preste la eficacia emotiva necesaria.

El asociacionismo es asimismo un centro de acceso a la información, aspecto fundamental para superar la incertidumbre que muchas veces acompaña al emigrante en un país desconocido, aunque las redes de relación hayan trabajado ya en esa dirección desde la etapa previa a la emigración. El asociacionismo, pues, va a ayudar a “relativizar el paradigma del desarraigo derivado de la condición de migrante”. Estos espacios formales de sociabilidad no eliminan el desarraigo pero sí contribuyen a relativizarlo, aunque sea compartiendo la nostalgia a partir de una especie de terapia grupal que se lleva a cabo desde dichos espacios.

Entre las diversas funciones que realizan las asociaciones está una que facilita el propio inicio de la emigración. Muchas veces sirven de aval para sortear los trámites exigidos por distintos países para entrar en los mismos, lo que determina que en ocasiones los inmigrantes sean miembros de algunas de estas asociaciones antes de llegar al país donde han sido constituidas. Es lo que ocurre en Cuba, donde las sociedades regionales españolas más importantes tendrán una delegación con presencia en las instituciones de inmigración cubanas y se encargarán de proporcionar a numerosos inmigrantes la “carta de garantía” que permitía la entrada en la Isla¹⁴.

A pesar de su significación, al proceso asociacionista constituido por los emigrantes se ha prestado poca atención. Fernando Devoto ha resaltado que el asociacionismo de la emigración, al margen la desigual atención que ha tenido en los lugares de origen, constituye un capítulo mayor de la historia social de los países receptores del flujo migratorio¹⁵. El estudio de estas asociaciones permitirá disponer de una imagen más rica y variada del movimiento asociativo y del papel desempeñado por el mismo en las transformaciones de las sociedades de acogida

¹³ COLEMAN, 1990.

¹⁴ La Ley sobre Reclusión de Inmigrantes en el Lazareto de Tiscornia de 6 de noviembre de 1909, determinaba el internamiento en dicho centro de acogida situado a la entrada de la bahía de La Habana, en el caso de no haber sido reclamado por algún familiar o empresario en Cuba que presentase una carta de garantía. Como apunta Consuelo Naranjo, “esta carta era presentada por el individuo que estuviese en Cuba, lo cual era tramitado por el Centro Regional al que perteneciese. Muchos de los emigrantes eran asociados a algún Centro antes de su llegada”, e incluso, “para evitar que vayan a Tiscornia, los Centros Regionales expiden en España, antes de embarcar, esas cartas de garantía” (NARANJO, 1987: 47-48). Algo similar harán algunas asociaciones en Argentina para evitar a los emigrantes el paso por el Hotel de Inmigrantes.

¹⁵ DEVOTO, 1992a: 174.

y en la relación con las sociedades de partida, a través del conocimiento de la trama de relaciones sociales que los emigrantes establecieron entre sí y con los habitantes del territorio de acogida así como de unas briznas de las imágenes, sueños, y proyectos que constituirían su percepción de la experiencia vivida. Tema poco tratado, como pone de manifiesto D. Armus para el caso argentino¹⁶, que recibe el contingente mayor de españoles, pero constituye un elemento clave para conocer la problemática de la inserción de los inmigrantes en una nueva sociedad, a la que llegan, como para conocer asimismo las relaciones internas entre estos grupos de inmigrantes y de los mismos con los lugares de origen.

Las asociaciones posibilitan conocer la distribución ocupacional y residencial de la emigración, así como su adscripción regional, provincial y local, aspectos que para amplios periodos no reflejan las estadísticas, aunque hay que tener en cuenta la limitada representatividad de los censos de muchas de estas asociaciones en relación con la comunidad respectiva. Estas sociedades nos permiten conocer asimismo el imaginario de estos colectivos de emigrantes españoles a partir de la iconografía y símbolos de las sociedades que crean y mediante las representaciones que reflejan en sus teatros, festivales y conmemoraciones patrióticas.

La proliferación de publicaciones periódicas creadas o alentadas por estas asociaciones aporta una información de gran interés sobre el quehacer sociocultural de estos emigrantes en los lugares de acogida, como mecanismo de auto-protección y ayuda mutua en un contexto diverso según países, desde el de dependencia casi colonial de Cuba respecto de Estados Unidos a la situación en otros como México de fuerte cuestionamiento social de lo hispano. Esta prensa constituye un elemento básico de defensa. Estas publicaciones – y otras internas de las asociaciones – constituyen una fuente de gran interés para reconstruir la historia de los inmigrantes españoles en América, así como para la reelaboración de sus culturas de origen en contacto con un nuevo contexto sociocultural¹⁷.

Insuficiente atención en general y menor en el caso español. En conjunto, los españoles darán lugar en América, fundamentalmente hasta los años treinta del siglo XX, a un muy notable proceso asociacionista que, a pesar de los estudios aparecidos en especial en torno a la efemérides del 92, no ha recibido la atención historiográfica que merece, carencia que es extensible al conjunto de los estudios sobre sociabilidad en España¹⁸, a pesar de que ya en 1952 la UNESCO se preocupó de fomentar los estudios e investigaciones sobre los aspectos culturales y sociales de la migraciones internacionales¹⁹. Al menos

¹⁶ ARMUS, 1986: 454.

¹⁷ GUANCHE, 1999: 256.

¹⁸ Sobre este panorama de los estudios en torno a la sociabilidad, de importante cultivo en Francia y significativo en otros países como Italia, Alemania, Bélgica, Holanda o Suiza, puede verse el artículo de CANAL, 1992. Para un panorama más general puede verse el citado trabajo de BARTHÉLEMY, 2003 y también ARIÑO VILLARROYA, 2004.

¹⁹ BLANCO, 2001: 193.

En general, la historiografía sobre el asociacionismo español en América está conformada por

hay un notable retraso en su tratamiento²⁰. El estudio del asociacionismo en general, y de la creación y despliegue de las asociaciones españolas entre la emigración económica en América en particular y su papel y funciones en diferentes momentos de la vida política y socio-cultural de los países de origen y destino, es en buena medida una asignatura pendiente tanto de la historiografía española como de los países latinoamericanos, aunque menos en algunos casos, en especial en Argentina. Posiblemente la ausencia de atención suficiente por la historiografía española responda a la propia dificultad, durante tanto tiempo, para difundir en los lugares de salida de estos millones de emigrantes esta que es una de las actuaciones más perdurables de los mismos en los países de acogida pero a favor tanto de los propios emigrantes como de las sociedades de partida y de inserción, aunque en grado diverso según el tipo de asociaciones constituidas. Por ello, una de las características más notables del proceso de integración de los emigrantes españoles en las sociedades americanas durante los siglos XIX y XX ha sido la creación y desarrollo de un movimiento asociativo que los representaba. Estas asociaciones constituirán una plataforma de relación entre los propios inmigrantes, pero también con sus lugares de origen y con España.

Sobre el caso del asociacionismo español, seguramente tenía razón el miembro de la Academia Gallega Adolfo Calveiro Couto cuando afirmaba en 1964 que “lo que representan a beneficio de sus afiliados o socios, las instituciones de naturaleza similar a Naturales de Ortigueira – ésta única en Cuba, por el número de los servicios que presta a sus miembros-, no pueden imaginárselo siquiera quienes no conozcan, directa e íntimamente, los móviles que las inspiraron y los modos y procedimientos para que las mismas se desarrollen, sostengan y rindan sus frutos naturales”²¹.

El asociacionismo español entre la emigración en América muestra diversas facetas que deberían reflejar su importancia. Una, no necesariamente la más relevante, su dimensión numérica, aunque desigual en relación con la colectividad española inmigrante según países. Como ejemplo puede valer considerar que, en un momento determinado, más de un tercio de la colonia española en Cuba es miembro de alguna asociación. En los años cincuenta del siglo pasado, las sociedades españolas en Cuba tienen más de 400.000 asociados, con entidades como el Centro Asturiano que casi llega a los 100.000, o la Asociación Hijas de Galicia que supera esta cifra. Más significativa es sin duda su labor:

materiales dispersos y aportes fragmentarios que no han facilitado la comparación entre las dinámicas asociativas de los diferentes países de acogida de la emigración española.

²⁰ De hecho el fenómeno general del asociacionismo tampoco ha sido un campo muy tratado por la historiografía, aunque ya Tocqueville, en *La Democracia en América*, llamó la atención sobre la importancia de este fenómeno asociativo en Europa y América en los siglos XVIII y XIX. Aspecto sobre el que también incidió Maurice Agulhon. En las últimas décadas, sin duda con una motivación algo distinta, se produce una nueva proliferación de formas de asociacionismo, una eclosión asociativa como demuestra BARTHELÉMY, 2003.

²¹ CALVEIRO, 1964.

Además de su actuación benéfica y asistencial, fundamental en el plano sanitario como puede comprobarse en la memoria de muchas de estas asociaciones, llevan a cabo una muy significativa labor recreativa y cultural de mantenimiento y redefinición de identidades diversas: nacional, regionales y provinciales, en general no contradictorias, pero sí en algunos casos.

Habría que tener en cuenta la percepción de los propios emigrantes que consideran a estas asociaciones fundamentales en el proceso de adaptación a los lugares a los que llegan: “El centro Asturiano – expone el actual Presidente de la Sociedad Asturiana de Beneficencia en Cuba –, como otras sociedades españolas, jugaron un papel muy importante para que los emigrantes, que llegábamos de España, encontráramos trabajo, amigos y, lo que es muy importante, conociéramos las “reglas del juego” del país al que llegábamos, que, aunque pareciera menos, era un país extranjero”²².

Como para el conjunto del asociacionismo, la motivación también es compleja entre las formas de asociacionismo voluntario constituidas por los inmigrantes españoles y tiene que ver con la insuficiencia o la práctica inexistencia de servicios básicos del Estado como la atención sanitaria y educativa. Buscan la superación de problemas, responden al intento de reinventar un sentido provisorio de la comunidad añorada – se persiguen enclaves para la convivencia, la reconstrucción de vínculos y la producción de identidades. Asociacionismo cultural y festivo, convivencial y recreativo, como aparece en las que se asientan sobre la actividad recreativa que se centra en la distracción, la evasión y las prácticas festivas. Es decir, hay asociaciones orientadas estrictamente a la sociabilidad y otras centradas en la solidaridad o la ayuda mutua y en ocasiones algunas responden también a las dificultades que tienen los inmigrantes para la participación política directa, aunque las asociaciones constituidas por la emigración económica inciden generalmente en su carácter formalmente apolítico. Motivación compleja y estructura asimétrica, por lo que hay que considerar el carácter multifactorial de la dinámica de la producción asociativa entre los inmigrantes, teniendo en cuenta que existen múltiples fuentes de la asociatividad (tanto convivencial como productora de servicios y altruista). Diversidad, complejidad y variada vitalidad de este asociacionismo, que se inicia en torno a mediados del XIX y sigue en la actualidad.

El asociacionismo puede responder a prácticas conocidas en los lugares de origen de los emigrantes, pero también puede ser consecuencia de la posible ruptura parcial del universo cultural y de las redes de sociabilidad y subordinación en las que el inmigrante estaba inserto en su lugar de origen. Hay que tener en cuenta que existe una mayor propensión a asociarse según lugares de procedencia y también según profesiones.

Como ha apuntado M. Llordén, las primeras asociaciones de los inmigran-

²² Entrevista con Constantino Díaz Lucas, “Constante”, Presidente de la Sociedad de Beneficencia Asturiana y durante 32 empleado en el Centro Asturiano. La Habana, abril de 2006.

tes europeos en América en la época contemporánea responden al intento de hacer frente a algunos de los problemas que se le plantean a estos emigrantes en los países de acogida, que al margen de las concomitancias culturales, étnicas o de otro tipo – como ocurre para los españoles en Iberoamérica –, son conscientes de un cierto grado de inseguridad en un medio distinto a aquel del que proceden. Responden sin duda a la necesidad de dotarse de una serie de servicios y ayudas cuya necesidad siente con fuerza la emigración española, como ocurre con otros colectivos de emigrantes. Tienen también sin duda un componente de solidaridad y de altruismo en muchos casos. Y a esas finalidades más perentorias se van uniendo otras de motivación diversa, desde las políticas a las deportivas, conformando un abigarrado mosaico de espacios formales de sociabilidad que inciden en aspectos fundamentales para el emigrante como la integración y la identidad.

Estas asociaciones se conforman respondiendo a las formas en que los grupos de inmigrantes van definiendo un “nosotros”, mediante la construcción de espacios de sociabilidad. El asociacionismo refleja asimismo la contradicción en que se encuentran los inmigrantes entre su tendencia a la adaptación que exige ciertas relaciones interculturales y la tendencia conservadora a mantener la vinculación con el territorio de pertenencia original, con la “patria chica”, que forma parte indisoluble de su identidad cultural, identidad que puede ser diversa y no necesariamente contradictoria.

Las asociaciones son una continuación y plasmación de las redes sociales que, como ha apuntado Massey, son “conjuntos de vínculos interpersonales que conectan a migrantes, antiguos migrantes y no migrantes en su área de origen y de destino a través de los lazos de parentesco, amistad, comunidad de origen compartida”²³. Por ello las redes sociales son elementos relevantes en la generación de espacios sociales y a través de éstos de procesos identitarios o de recreación de identidades. La existencia de dichas redes sociales, asentadas sobre pertenencias y vinculaciones, se convertirán en un requisito fundamental para que sobre una discursividad común, sobre una identidad grupal embrionaria, se institucionalice en algunos casos un espacio social que dota de presencia y constancia real a un determinado sector de la emigración tanto entre la comunidad emigrante como entre la sociedad de acogida, espacio que finalmente institucionaliza y oficializa un discurso de sentir compartido. Así pues, frente a la existencia de causalidades comunes y ante el deseo ineludible de institucionalizar una forma de definirse y definir a los otros, surgen una serie de asociaciones de diversa índole, objetivos y estructuras internas que acabarán dotando al discurso identitario de una oficialización. Dan lugar a una estructuración del grupo al autodefinirse y ser definido por los otros.

²³ MASSEY, 1990.

IMPORTANCIA DEL ASOCIACIONISMO MUTUAL ESPAÑOL EN BRASIL

Los distintos colectivos de inmigrantes en Brasil crearon un gran número de entidades que los agrupaban. Dentro del territorio brasileño, el asociacionismo español alcanzó su principal desarrollo en el Estado de Sao Paulo, donde vivía cerca del ochenta por ciento del total de inmigrantes de ese origen radicados en el país. En otras regiones de Brasil el asociacionismo mutualista, combinado a veces con el de beneficencia, había comenzado a desarrollarse con anterioridad a la expansión cafetalera que atrajo a la mayoría de los españoles hacia Sao Paulo. En Río de Janeiro, por ejemplo, ya existía una sociedad de ese tipo desde 1859, mientras que otras similares fueron fundadas en Bagé (1868), Salvador de Bahía (1885) – con atención también para los brasileños – y Porto Alegre (1893). En 1927 existían en este país, al menos, 27 sociedades españolas de socorros mutuos, además de algunas de vinculación regional y otras de beneficencia que también ofertaban servicios de ayuda mutua.

Todas ellas mantenían una clara orientación hacia los servicios médicos y farmacéuticos, por lo que debieron soportar fuertes crisis durante las diversas epidemias de la segunda mitad del siglo XIX. Desde la perspectiva socio-ocupacional, sus padrones estaban mayoritariamente integrados por pequeños comerciantes, empleados, dependientes y en menor medida artesanos, es decir por estratos urbanos a los que el mutualismo brindaba una cobertura asistencial relativamente eficiente y asequible. En la dirigencia predomina aún más esta clase media urbana. En cuanto a los orígenes regionales, los gallegos constituyeron el grupo más abundante en los padrones de las asociaciones españolas, a la vez que fundaron sus propios Centros en Río, Sao Paulo y Belem do Pará²⁴.

El modelo netamente dominante fue en principio el de las sociedades de socorros mutuos que abarcaban a todos los españoles sin distinción. Dadas las apremiantes necesidades de financiación del asistencialismo y las dificultades de muchos de los inmigrantes – pertenecientes en una vasta proporción a los estratos de trabajadores urbanos y rurales – para abonar regularmente sus cuotas, estas sociedades debieron abrirse con bastante rapidez a los descendientes de aquéllos ya nacidos en Brasil e incluso establecer convenios de atención de los afiliados con las entidades más poderosas que habían creado los italianos²⁵. Como expresaban de manera idéntica los estatutos de dos de esas mutuales, de lo que se trataba era de “fomentar el espíritu de asociación que debe unir a los hombres en los sagrados vínculos de fraternidad y proporcionarles medios de instrucción, socorro y auxilio mutuo”²⁶.

²⁴ FERNÁNDEZ, 1992: 343-344.

²⁵ GONZÁLEZ, 1990: 208-210.

²⁶ Centro Español de Cafelandia, *Reglamento*, Cafelandia, Tip.da Comarca de Pirajuhy, 1927; Centro Español de Catanduva, *Reglamento General*, Catanduva, s/d., 1926.

EL ASOCIACIONISMO ESPAÑOL EN EL ESTADO DE SAO PAULO

El estado de Sao Paulo recibirá más del 75% de los españoles que llegan a Brasil en la etapa denominada de emigración masiva. La ciudad de Sao Paulo se había convertido al iniciarse el siglo XX en la étnicamente más plural. Según impresión de esos años, “Sao Paulo no es una ciudad brasileña de 450.000 habitantes, sino una ciudad italiana de aproximadamente 100.000, una portuguesa de unos 40.000, una española de igual tamaño y una alemana de 10.000 habitantes más o menos (...) Incluso tiene unos 5.000 sirios que poseen tres periódicos impresos en caracteres arábigos; unos 1.000 franceses, rusos, polacos, turcos, además de ingleses, escandinavos, americanos en número desconocido por falta de una estadística fidedigna. El resto, probablemente un tercio del total, debían de ser brasileños”²⁷. Desde el inicio de la década de los ochenta la capital paulista vio incrementarse el número de residentes españoles. A finales de esa década habían llegado al Estado de Sao Paulo más de 100.000 españoles, muchos a través del sistema de reclutamiento mediante contrata puesto en marcha por las autoridades y los dueños de las grandes haciendas cafetaleras. Muchos otros rechazan este sistema y se establecen en los núcleos urbanos, particularmente en São Paulo y Santos. Por ello será en estos lugares donde se creen las primeras asociaciones.

Al iniciarse el XX en Sao Paulo residen más de 40.000 españoles, concentrados buena parte de ellos en los barrios pobres de Mooca y Brás, éste último conectado por ferrocarril con el puerto de Santos y la Hospedaria de Imigração. La aglomeración de españoles da lugar a la creación de distintas instituciones vinculadas a los mismos, destacando las sociedades mutuales, como la Sociedad Española de Socorros Mutuos que se funda en 1898 por iniciativa de pequeños comerciantes, periodistas como Eiras García, artesanos y obreros. Sus objetivos se centran en la atención sanitaria y farmacéutica a sus asociados y también pretende “propender, por medio de la cooperación moral y material, al fomento de la cultura, al esparcimiento del espíritu y al bienestar social”, así como “interponer toda su influencia moral para la defensa de sus asociados, en casos de manifiesta ilegal persecución por parte de cualesquiera poderes o entidades”²⁸. Sin olvidar el fomento de la instrucción y el apoyo en la búsqueda de trabajo. La política, también la relacionada con España, no estará ausente y dará lugar a divergencias y divisiones internas. A la Sociedad Española de Socorros Mutuos se unirá en 1919 la Beneficencia Española, que tenía como objetivo fundamental la asistencia médica.

Con las medidas nacionalizadoras de los años treinta pasará a denominarse Sociedade Brasileira de Socorros Mutuos y desde 1957 Sociedad Hispano-Brasileña de Socorros Mutuos, Instrucción y Recreo, y en ella se integrarán con el

²⁷ PETRONE, 1992: 174.

²⁸ *Reglamento de la Sociedad Española de Socorros Mutuos*. São Paulo, 1903, p. 1.

tiempo una serie de instituciones españolas: la Casa de Galicia, el Centro Asturiano, el Instituto Regional Valenciano, el Centro Andaluz, la Casa de Aragón y el Centro Democrático Español. En la actualidad, con el nombre de Casa de España, su padrón social lo integran españoles y descendientes y también brasileños, y sus servicios han evolucionado al ampliarse la oferta pública del Estado de servicios sociales, incidiendo ahora en las actividades deportivas y el fomento de la lengua y cultura españolas.

Con participación de algunos de los fundadores de la Sociedad Española de Socorros Mutuos se creó en 1903 la Liga Española de Defensa Mutua, por iniciativa de varios periodistas y destacados líderes obreros. Tuvo breve existencia, y centró su actividad en el apoyo jurídico a los inmigrantes españoles que trabajaban en las fazendas del interior del Estado paulista.

También de carácter mutual será otra institución fundada en 1912 en el barrio de Brás a iniciativa de un grupo de obreros, la Federación Española, abierta a los españoles y sus hijos. Además de la ayuda mutua incide, en una perspectiva regeneracionista, en el fomento de la cultura y la educación. A este fin, en 1913 establece una escuela nocturna que pretende hacer frente al alto índice de analfabetismo que afecta también a la comunidad española, al igual que al resto de inmigrantes. La Federación es sensible también a otra preocupación de la colectividad, el hecho de que los hijos de los españoles eran alfabetizados en portugués. Así, en un escrito dirigido al cónsul español en Sao Paulo, se expone: “Nos hallamos en un país donde los intereses del elemento indígena nos obligan, tanto a nosotros como a nuestros hijos, a adoptar para todas las transacciones y en todas las circunstancias, el idioma oficial (portugués) y que, poco a poco e insensiblemente, se va amalgamando por así decirlo, nuestra colonia al ambiente exótico que respira, amoldándose al idioma extraño y dejándose llevar, unos por convencionalismos, otros por parecer bien y los más por encontrarse sin el indispensable centro de enseñanza del idioma nativo”²⁹. También pretende atender en un albergue al efecto a los españoles faltos de recursos. Creará asimismo una agencia de colocación dirigida a obreros y empresarios. Tomará la iniciativa para la construcción de la Casa de España y la creación de la Cruz Roja Española. Llevará a cabo una amplia actividad recreativa y cultural, destacando la atención al teatro³⁰.

También de carácter preferentemente recreativo y cultural en sus inicios será el Centro Español que se funda en 1919. Pronto añadirá también fines asistenciales y tendrá iniciativas de tipo comercial como la creación de la Cámara Oficial de Comercio, Industria y Arte.

El asociacionismo de carácter político también estuvo presente en la comunidad española en Sao Paulo. El republicanismo, opuesto al sistema político de

²⁹ AMAE: Consulado de São Paulo. Expediente 2048. Tomado de GONZÁLEZ, 2008.

³⁰ Existen diversas instituciones españolas dedicadas al teatro como el Centro Dramático Español Cervantes, el Grupo Dramático Alfonso XIII y el Centro Lírico-Dramático Alfonso XIII (CANOVAS, 2008).

la Restauración en la España del último cuarto del siglo XIX y primer tercio del XX, tiene presencia en un sector de la inmigración española en América. En esa línea, en 1918 se constituye en el mencionado barrio de Brás el Centro Republicano Español que como tal existirá hasta 1947. Pretendía difundir el ideario republicano a la par que ofrecer “la más decidida cooperación a los republicanos españoles que en España o fuera de ella se hayan constituido en agremiación política”. Incide en la actividad cultural y propagandística y está abierto a españoles, descendientes e incluso otros residentes en Brasil, si bien éstos no podrán acceder a la dirección de la sociedad.

El carácter político también estará presente en algunas sociedades de vinculación regional. Es el caso del Centro Gallego que se funda en 1903. Es lógico que sean los gallegos los que constituyan la primera asociación de agrupamiento regional entre la comunidad española (aspecto que no deja de levantar sus controversias dentro de la misma), por ser este colectivo el más numerosos entre los españoles que se asientan en el medio urbano. Tiene una muy escasa actividad en las primeras décadas de su existencia y de hecho es refundado en 1932, desarrollando desde entonces una intensa actividad recreativa y asistencial, centrada en la atención médica a sus asociados³¹, sin olvidar la actividad educativa con cursos de portugués y español. En el contexto de la Segunda República española, que tiene su reflejo en la emigración española, refuerza su carácter político. Al prohibir la Administración brasileña el funcionamiento del Centro Republicano de Sao Paulo sus asociados se integraron en el Centro Gallego, reforzando la orientación política de éste, rescatándolo de paso social y económicamente. Desde 1964 pasará a llamarse Centro Gallego-Centro Democrático Español, llevando a cabo una intensa labor contra el franquismo vigente en España y defendiendo dentro de la colectividad española el valor de las libertades democráticas: “...En este fin de año lleno de esperanzas para nuestro pueblo – se escribía en la invitación a una comida de solidaridad en diciembre de 1970 –, no podemos dejar de pensar un poco en aquellos luchadores abnegados, que sacrifican todo en su lucha por el bienestar social, privados de la libertad, alejados de sus familias y humillados en todo momento...”³². La actividad cultural desarrollada por esta institución tenía un fuerte contenido político centrado en la situación mundial y muy en especial en la española, recibiendo a ilustres invitados como los petas Pablo Neruda y Gabriel Celaya.

El asociacionismo político también cuajó entre los catalanes. El movimiento emigratorio masivo a partir de mediados del XIX llevó a cientos de catalanes a tierras brasileñas para dedicarse a la pujante explotación del café y negocios de exportación-importación. Si bien el colectivo catalán de Brasil tuvo su primer

³¹ En 1934 contaba ya con más de 700 asociados. *Boletín del Centro Gallego-Centro Democrático Español*. Noviembre-diciembre-enero de 1959.

³² Se invitaba a acudir a una comida de solidaridad con los presos organizada por las mujeres de la entidad. Folleto del Centro Gallego-Centro Democrático Español. Programación del mes de diciembre de 1970.

centro a mediados de la primera década del siglo XX (el Centre Unió Catalana) – como buena parte de las ciudades americanas que concentraban una presencia catalana significativa –, con los años éste fue perdiendo masa de asociados y tras varios traslados la colonia se quedó sin una entidad madre hasta que, con la llegada del exilio político de la Guerra Civil, en 1948 se creó *Catalònia. Sociedad Paulista de Cultura Catalana*. El *Catalònia* pretendía propagar, difundir y defender la cultura catalana atendiendo al clima de persecución de la lengua y la cultura bajo el régimen franquista. En este contexto político, pueden comprenderse declaraciones volcadas en las páginas del boletín del Centre que denunciaban ante catalanes y paulistas que no podía enseñarse en catalán, que el catalán carecía de posibilidades en el mundo de la edición y que por lo mismo la vitalidad de la lengua y de la literatura catalanas estaba amenazada³³.

Se crearon algunas otras sociedades españolas (como el Grupo Dramático Hispano-Americano) y siempre estuvo presente, aunque con reticencias de ciertos colectivos regionales, una tendencia a la coordinación del conjunto de las españolas para reforzar su incidencia tanto en la sociedad de acogida como entre la propia colectividad española. En 1918 se constituyó en la capital del estado de Sao Paulo un Consejo Federal de las asociaciones españolas que pretendía construir una Casa de España. Los objetivos de esta institución podrían resumir los ideales de las distintas asociaciones: desde lograr el estrechamiento de los vínculos entre los españoles y difundir las “glorias pasadas, presentes y futuras” del país de origen, hasta la creación de una escuela y de un hospital. El primer objetivo se cumpliría bastante tarde, en 1978, al crearse el colegio Miguel de Cervantes. El segundo no se logró. El Consejo estaba integrado además de por las ya citadas Federación Española y Sociedad Española de Socorros Mutuos, por el Centro Unión Española, el Centro Catalán, el Grupo Dramático Recreativo Cervantes y el Grupo Dramático Isaac Peral, además de los periódicos *Diario Español* y *Revista Española Ilustrada*³⁴.

EL ASOCIACIONISMO ESPAÑOL EN OTRAS CIUDADES PAULISTAS

Vinculada en particular al desarrollo de la actividad cafetalera, en la etapa de emigración en masa existe una importante colonia en otros ayuntamientos del Estado además de la capital paulista. En muchos de ellos se fundarán también sociedades, en su origen de carácter mutual³⁵. A finales de los años veinte existía en el noroeste del Estado el Centro Español de Cafelandia, cuyos objetivos se centraban en la protección jurídica, la atención sanitaria y los servicios de enterramiento. En la misma zona existía una sociedad básicamente recrea-

³³ “La nostra llengua”, en *Catalònia*, Any I, n.º 2, Julio 1949.

³⁴ AMAE, H, leg. 1420.

tiva, la Sociedad Española de Baurú. En la región central se funda en Bragança en 1900 la Sociedad Española de Socorros Mutuos 2 de Mayo que incide en la atención medico-farmacéutica y ayudas dinerarias en caso de enfermedad o fallecimiento del socio, servicios similares a los ofertados por la Sociedad Beneficente Gremio Español de Piracicaba.

Especial significación tendrá el asociacionismo en la ciudad portuaria de Santos, cercana a la capital del Estado y con importante actividad comercial. En 1913 un 9% de su población estaba constituido por españoles que trabajaban en los muelles, el transporte, el comercio y también en la agricultura³⁶. Las primeras asociaciones surgen a finales del siglo XIX. En 1895 se crea el Centro Español de Santos, conocido en sus inicios como Casino Español, que pretende agrupar a la elite española (dirigido un tiempo por el conocido naviero Miguel Troncoso) y centra su actuación en actividades culturales y recreativas de exaltación de lo español en una versión conservadora que dará lugar a distintas críticas internas y en el seno de la colectividad española. Durante la Guerra Civil española se convertirá en sede extraoficial del consulado del Gobierno franquista.

En 1900 se crea la Sociedad Española de Socorros Mutuos, Instrucción y Recreo que, como consigna en su nombre, se centra en objetivos recreativos y mutuales de atención sanitaria. Muchos de los emigrantes veían pronto frustradas sus expectativas y se encontraban sin medios incluso para financiar el retorno. Las escasas ayudas oficiales al efecto, tanto del país de procedencia como de la Administración brasileña, determinan la creación de sociedades que se centran en este servicio. El alto porcentaje de españoles dentro del colectivo de mendigos existentes en Santos está en el origen de la creación en 1902 de la Sociedad Española de Repatriación, con más de 400 socios en sus inicios. Tuvo una intensa actividad en los difíciles años 30³⁷. Se unió en 1954 al Centro Español, dando lugar al Centro Español y de Repatriación, en ese momento con reducido padrón social y dificultades financieras, a la espera de la revitalización que algunas sociedades tuvieron con el repunte de la inmigración española desde mediados del XX. En 1956 contaba con 564 socios y se inclinará por apoyar al Gobierno franquista y su apuesta por la idea de Hispanidad. La fuerte colonia española Santos da lugar también a entidades de otro tipo, como el denominado España Fútbol Club fundado en 1914, que en la etapa del Gobierno de Vargas pasa a denominarse Jabaquara.

Con el desarrollo de la actividad cafetalera tuvo extraordinario auge otro centro urbano, Campinas. Principal centro cafetalero del Estado en 1860, se convirtió en importante nudo ferroviario lo que determinó un notable crecimiento urbano con importante aporte inmigratorio, también español. A las acti-

³⁵ Se crearán sociedades mutuales, entre otras ciudades, en Campinas, Ribeirao Preto, Monte Azul, Uberaba, Jahú, Sao Carlos do Pinhal, Olimpia, Catanduva, Itú, Rio Claro, Cafelandia, Araçatuba.

³⁶ DUARTE LIMA, 1996: 196.

³⁷ Durante sus años de existencia repatriará una media de 35-40 personas al año (GALLEGO, 1995: 51).

vidades ligadas a la producción de café se unió una floreciente industria de maquinaria agrícola, textil y en general de bienes de consumo, junto a talleres ferroviarios, bancos, servicios urbanos y comercio en general³⁸. En Campinas se crea en 1900 la Sociedad Española de Socorros Mutuos e Instrucción, cuyos fines mutuales están impregnados de un fuerte contenido moral. Así, se niega la ayuda a quienes abusaran del alcohol o sufrieran daños por peleas, y perdían la condición de socios quienes fuesen condenados por algún delito o se dedicasen a actividades deshonestas³⁹. Con la reducción del número de asociados se verá abocada a la realización de convenios con otras asociaciones, como el que firma para la atención médica con el Circolo Italiani Uniti⁴⁰.

LAS ASOCIACIONES EN OTROS ESTADOS BRASILEÑOS

El asociacionismo español en América surge en el campo de la beneficencia con la creación de la Sociedad Española de Beneficencia en Tampico, México. De este mismo carácter es la primera institución que crean los españoles en Brasil, la Sociedad Española de Beneficencia, en 1859 en Río de Janeiro, que también aporta atención educativa y especialmente sanitaria, campo en el que ampliará su oferta en 1928 con la creación del Hospital Español, entidad que sigue existiendo. En 1930 la Beneficencia española de Río contaba ya con 4.000 socios, la mayoría gallegos. En 1931 funciona también el Centro Español y en 1951 se constituye el Club Español.

En Río de Janeiro se desarrolló asimismo el asociacionismo de agrupación regional, en especial entre la colectividad más numerosa constituida por los gallegos. Será en esta ciudad en la que también se creen un tipo de sociedades microterritoriales (como la Sociedad Hijos del Distrito de Arbó, la Sociedad Hijos de Picoña, o la de Hijos de Cabeiras) que aglutinan a los procedentes de pequeños pueblos o comarcas, sociedades que proliferarán en La Habana y en Buenos Aires. A principios del siglo XX se crea el Centro Gallego, de carácter interclasista. En 1947 se funda la Casa de Galicia. En la década de los ochenta acaba uniéndose al Club Español para formar la Casa de España de Río de Janeiro que incidirá en objetivos recreativos y culturales en defensa y difusión del idioma y cultural españoles entre los inmigrantes españoles y también en la sociedad carioca.

La fuerte atracción de Sao Paulo determina un menor contingente de inmigración española hacia el Estado de Minas Gerais, a pesar de poner en marcha asimismo programas de pasajes subsidiados para atraer mano de obra hacia las

³⁸ SEMEGHINI, 1991.

³⁹ *Estatutos de la Sociedad Española de Socorros Mutuos e Instrucción. Reforma de Estatutos aprobada en asamblea general especial realizada en 25 de noviembre de 1922.* Sao Paulo, Typografia do Diario Español, 1922, p. 7-8.

⁴⁰ GONZÁLEZ, 1990.

haciendas dedicadas al café. Sin embargo, en Belo Horizonte se funda en 1911 el Gremio Español de Socorros Mutuos e Instrucción. Este núcleo urbano había acogido desde finales del XIX un importante contingente de obreros y artesanos españoles, entre los que destacan los gallegos, de los ramos de la madera y la piedra que participan en la expansión de la ciudad. El Gremio Español de Belo Horizonte sigue la estela de otra asociación creada con anterioridad en Salvador de Bahía, y centra su actividad en la atención sanitaria y económica. En los años treinta atienden asimismo en su albergue a los numerosos mendigos derivados de la crisis económica⁴¹.

Precisamente en Salvador de Bahía se constituye una de las asociaciones españolas más antiguas, la Real Sociedad Española de Beneficencia de Salvador, fundada en 1885 por el amplio colectivo español en el que destacan los pequeños propietarios de comercios, restaurantes, panaderías y tiendas de ultramarinos, la mayoría de origen gallego. Antes de acabar el siglo algunos de esos socios habían establecido el emblemático Hospital Español. En Salvador también tendrá presencia el asociacionismo regional creándose ya en el XX entre la colectividad gallega la Sociedad Caballeros de Santiago que centra su actividad en la difusión de la cultura gallega, aunque también se incide en la lengua y bailes españoles. A esa finalidad divulgadora responde la creación del boletín *Plus Ultra* y la revista *Caballeros de Santiago*.

La exigua colonia española en Manaus, que apenas reúne unos pocos miles de integrantes, fundará en 1916 la Sociedad Española de Socorros Mutuos. Su objetivo central será la atención sanitaria, fundamental por los estragos de la malaria, y también atenderá a los gastos de repatriación para los imposibilitados para el trabajo. En la actividad recreativa se reforzaba la vinculación con la patria de origen. Contará con instalaciones propias, pero la reducción de la colonia española, que no se recupera con el repunte emigratorio tras la Segunda Guerra Mundial, y algún infortunio como el incendio de su sede social, reducirán drásticamente su padrón social y finalmente desaparecerá en 1966.

En Belem do Pará se establece una limitada colonia española desde mediados del XIX, pero a finales del mismo existen tres sociedades españolas: la Unión Española, el Centro Galaico y la Liga Española de Repatriación, centradas en labores asistenciales y también recreativas. Según un informe consular de 1932, las dos primeras disponían de sede social propia y notable patrimonio⁴².

Los españoles también residieron en el sur de Brasil. Porto Alegre, Pelotas, Uruguaiana y Bagé congregaban en la década de los años 20 del siglo pasado unos 10.000 individuos. En 1868 se había constituido una primera sociedad mutual en Bagé y en 1893 se fundó en Porto Alegre la Sociedad Española de Socorros Mutuos que se centraba en la actividad recreativa y también en la atención sanitaria, inaugurando una moderna policlínica en los años cuarenta

⁴¹ Sobre esta sociedad véase *Gremio Español. Noventa años de historia*. Belo Horizonte, Editora Gráfica Speed, 2001.

⁴² AMAE. Legajo R 721. Expediente 144.

del XX. Posteriormente se funda la Casa de España, abierta al conjunto de españoles, al igual que el Centro Español. En Porto Alegre está presente también el asociacionismo regional, integrándose los gallegos en el Centro Español – Departamento de Cultura Gallega. Actualmente siguen vigentes el Centro Cultural-Brasil-España tanto en Florianópolis como en Porto Alegre.

EL ASOCIACIONISMO POLÍTICO

Sería necesaria una pequeña referencia al asociacionismo explícitamente político que se desarrolla fundamentalmente durante la Guerra Civil española. La guerra supuso una profunda división en la colonia española y en distintas ciudades brasileñas se constituyeron, con grandes dificultades y reticencias de la Administración brasileña, asociaciones de tinte republicano. Como hemos visto, ya desde 1918 existe un centro Republicano Español en Sao Paulo, orientado a difundir los ideales republicanos, que adquiere relevancia con el establecimiento de la República en 1931 y al iniciarse la Guerra Civil aglutina los esfuerzos de la colectividad española a favor del bando republicano⁴³. A lo largo de 1937 se fundan centros republicanos en distintas ciudades como Río de Janeiro, Santos, Sorocaba y Porto Alegre, que persiguen defender al Gobierno de la República y también las ideas republicanas y de izquierda en la batalla ideológica que también tiene lugar en la sociedad brasileña. Un modelo puede ser el de Santos que aglutinaba unos cuatrocientos españoles y brasileños descendientes de españoles, en su mayoría trabajadores en el puerto⁴⁴. Su actividad se centró en recabar fondos de apoyo a la causa republicana. El hostigamiento de la Administración será permanente y se refleja bien en un informe sobre la expulsión de varios españoles acusados de comunistas: “se habían organizado en un centro especial, para el trabajo continuo de ideas subversivas con el régimen social, ya sea difundiendo entre los elementos de la colonia española las teorías subversivas y marxistas sustentadas por el actual gobierno de Valencia, digo republicano, ya diseminando entre nosotros la educación sin Dios, sin religión, contraria a la actual constitución y a la condición del pueblo brasileño. Son pues, además de comunistas confesos y convictos, elementos peligrosos para Brasil, que son irrespetuosos con nuestra constitución...inútiles, con una teoría verdaderamente internacional, sin una idea de Patria que les ilumine el sentido empapado de la pasión subversiva y destructora...”⁴⁵. Como hemos dicho, finalmente en 1938 serán prohibidas todas las asociaciones de inmigrantes explícitamente políticas.

⁴³ Según el cónsul español en Santos llegó a alcanzar la cifra de 2.400 asociados, que parece excesiva. AMAE, Leg. 314, exp. 22.551.

⁴⁴ *O DIÁRIO*. Santos, 24 de agosto de 1937, p. 3

⁴⁵ Arquivo do Estado. Sao Paulo. Departamento de Orden Política e Social de Sao Paulo (DEOPS). *Relatório para o Delegado Adido a Seção de Investigações*. Sao Paulo. 16/6/1937. Prontuario 3817. Tomado de GAMBI, 2006.

El final de la guerra supuso también la extinción de la mayoría de estas asociaciones perseguidas por la policía política brasileña y huérfanas de apoyo institucional del régimen establecido en España⁴⁶. Tras la Segunda Guerra Mundial surgen entidades antifascistas como la Associação Brasileira de Amigos do Povo Español, creada en 1945. La oposición al franquismo se organizará en torno al Centro Gallego-Centro Democrático y el quincenario *Democracia Española* que se editará hasta el golpe militar de 1964.

Durante la etapa denominada de emigración en masa las asociaciones, también las españolas, desarrollaron con bastante libertad su actividad. La situación cambió en los difíciles años treinta, cuando junto a los problemas derivados de la crisis económica se desarrolla en el seno de la sociedad brasileña un amplio debate sobre la identidad nacional incidiendo en diversos aspectos como la herencia esclavista, la heterogeneidad étnica, la incidencia de la inmigración y la modernización del estado, entre otros⁴⁷. Con la bandera de la necesaria asimilación se pone de manifiesto una notable desconfianza ante las asociaciones étnicas de los inmigrantes que serán fiscalizadas e intervenidas. Un decreto de 1938 prohibió cualquier tipo de asociación de inmigrantes con objetivos políticos y se limitó el campo de actuación de todas ellas, reservado a los fines culturales, asistenciales y de beneficencias⁴⁸. Estas medidas incidirán en la evolución del asociacionismo español de estos años y en su revitalización con el repunte inmigratorio tras la Segunda Guerra Mundial que determinará que, con modificaciones, siga vigente en la actualidad.

EL ASOCIACIONISMO DE LA ÚLTIMA OLEADA INMIGRATORIA

Desde los inicios de la década de los cincuenta del XX hasta finales de los sesenta hay un repunte de la emigración a Brasil (más de 200.000 inmigrantes españoles de 1950 a 1970) y de su mano un resurgir del asociacionismo español, bien reforzando las sociedades existentes (con marcada disgregación y debilitadas por falta de socios y dificultades económicas) o creando otras nuevas, en ocasiones más proclives a la administración franquista. A la altura de mediados de los cincuenta han desaparecido muchas de las sociedades constituidas en la etapa de emigración masiva, pero todavía se mantienen vigentes más de 40⁴⁹. En los

⁴⁶ GAMBI, 2006.

⁴⁷ GONZÁLEZ, 2003: 196.

⁴⁸ AMAE. Legajo R 1070. Expediente 56. Decreto-Ley n.º 383 de 18 de abril de 1938. Supone el cambio de nombre de muchas de ellas y su dirigencia habrá de estar integrada por brasileños. También se prohíbe a los brasileños formar parte de cualquier asociación foránea, lo que obligó a darse de baja a todos los hijos de españoles nacidos en Brasil. Otro decreto de 1940 exigió la nacionalización de todas las asociaciones extranjeras o su extinción, lo que determina su cambio de nombre en muchos casos.

⁴⁹ AMAE, R-4767, expediente 96. Listado de sociedades españolas en Brasil. Véase la relación en GAMBI, 2007.

años sesenta es visible la pérdida de fuerzas por la dispersión del asociacionismo español y surgirán numerosas voces a favor de la fusión, con críticas paralelas al asociacionismo regional.

También ahora el grueso de este flujo se dirige a Sao Paulo⁵⁰. Será una inmigración orientada a ciertas actividades económicas acorde con el desarrollo industrial de esta megalópolis en rápida expansión desde mediados de los cincuenta⁵¹ y predominarán los técnicos y obreros especializados, que en ocasiones acabarán reclamando a su familia. Surge ahora (1955) la Casa de Galicia-Hogar Español, en el barrio Liberdade, y dispondrá también de un local de recreo, en línea con el predominio de sus objetivos recreativos, aunque no se abandonan la beneficencia y el regionalismo cultural, marcando diferencias con el Centro Democrático Español de notorio carácter político⁵². El carácter galleguista se irá diluyendo con el tiempo y en su dirigencia se integrarán españoles de otras regiones y se mantendrá al margen de las actitudes más polémicas del franquismo. Alcanzó pronto casi el millar de asociados y disponía de un programa radiofónico y la revista *Alborada*.

Otros colectivos regionales también crearán sus asociaciones: la Casa de Valencia se funda en 1956 y más tarde se convertirá en el Instituto Regional Valenciano; el Centro Andaluz se crea en 1963 y en la década de los sesenta existirán el Centro Catalán, la Casa de Aragón, Rioja y Navarra, el Centro Asturiano y el Centro Vasco. Junto a ellos otros globalmente panhispanos como el Centro Dramático Hispano-Americano o la Sociedad Hispano Brasileira de Socorros Mutuos. La Casa de Cervantes estaba abierta a españoles y brasileños de origen español y publicaba la revista *Quijote*, pero los problemas económicos determinaron su disolución en los sesenta, aunque algunos socios fundarán poco después el Circulo Cervantino, de objetivos similares.

Los problemas derivados de la reducción del aporte inmigratorio y las dificultades económicas ocasionados por la reducción del padrón social de muchas de estas sociedades darán lugar a un proceso de distintas fusiones, no exento de conflictos. En 1965 la Casa de Aragón, Rioja y Navarra se integró en el Centro Recreativo Andaluz, fundando ambos la Casa de España, en la que se integrará asimismo el Gremio Dramático Hispano-Americano. En 1973 se reúnen en un denominado Centro Español la Casa de Galicia-Hogar Español, el Centro Asturiano, el Círculo Cervantino y el Instituto Regional Valenciano y al que se incorporaría también el Centro Democrático Español. El Centro Español y la Casa de España se fusionarán al iniciarse la Transición Democrática española en la Sociedad Hispano Brasileira, que sigue existiendo. Vinculado a este asociacionismo paulista y dirigidos a la colonia española se desarrollarán diversos programas

⁵⁰ Según Manuel Diegues Júnior, hacia 1950, 102.671 españoles residían en el estado, que representaban el 77.9% de los españoles de los que vivían en Brasil. El de Guanabara reunía a 10.814; Paraná a 6.683 y Bahía a 2509. DIEGUES, 1964: 198.

⁵¹ BENAVIDES, 1976: 203-204.

⁵² PÉRES, 2002: 311.

radiofónicos como Recordando España en radio América; Relicario Español, en radio Piratininga y radio Club Santo André; Ondas de España en radio Sur América; Programa Español en radio Cacique de Sao Caetano do Sul, entre otros⁵³. En la década de los ochenta, y debido al acusado envejecimiento de la colonia española, surgirán distintas asociaciones dirigidas a socorrer a los inmigrantes ancianos y sin recursos. En 1981 se funda la Sociedad Beneficente Rosalía de Castro, primero en Sao Paulo y luego en Santos, teniendo como finalidad la asistencia integral a los ancianos españoles que se encontraran marginados y con carencias tanto sanitarias como de alojamiento, fomentando su integración en las asociaciones españolas y en sus actividades culturales y recreativas para evitar su marginación. En Río se creará la Sociedad Recreo de los Ancianos.

La misma tendencia a la fusión se produce en otras ciudades. En 1951 se funda en Río de Janeiro el Centro Cultural y Recreativo Español, que incorpora también servicio médico. En 1961 un grupo de trabajadores jóvenes funda el Club Iberia, que persigue también fines recreativos y cuenta pronto con amplia masa social, manteniendo una acusada rivalidad con el Centro Español. En la década de los ochenta se crea en Río de Janeiro la casa de España como resultado de la fusión del Centro Recreativo Español y la Casa de Galicia. En 1953, el grupo Amizade 12 de octubre de la Sociedad Española de Socorros Mutuos crea la Casa de España, proclive a la administración franquista, que editara el periódico *El Correo Español*. La rivalidad entre las dos asociaciones se mantuvo hasta su fusión en 1991, creando el Centro Español.

CARACTERÍSTICAS Y DIFICULTADES DEL NUEVO ASOCIACIONISMO

La configuración del Estado de las Autonomías en España supuso un impulso al proceso asociacionista regional en América, revitalizando algunas sociedades, de vida lánguida, y fomentando la creación de otras nuevas, en un proceso que continúa en la actualidad. Como es lógico, la masa societaria ha evolucionado notablemente, una vez que la aportación de nuevos emigrantes a estas asociaciones, en términos generales, se cortó hace décadas. Este hecho, el debilitamiento progresivo de muchas de ellas y los cambios que se han derivado de los existentes en la organización territorial y el desarrollo económico en España han influido poderosamente en esa modificación de la masa societaria de muchas de estas asociaciones.

Las actividades también han sufrido variaciones con el paso del tiempo. En su origen primaba la actividad recreativa, de rememoración de la identidad de origen, y también la ayuda mutua y la atención asistencial, sanitaria en algún caso y cultural siempre. Con la creación y desarrollo de los sistemas estatales de

⁵³ *Boletín del Centro Gallego-Centro Democrático Español*. Noviembre-diciembre-enero de 1959.

atención médica y educativa se fueron reduciendo o desaparecieron las mismas en el seno del asociacionismo español, primando los aspectos recreativos. El envejecimiento de la masa social y las dificultades de la misma han relanzado la atención asistencial, con el apoyo ahora de instituciones de una España en desarrollo económico, que antes habían prestado poca atención a un asociacionismo que siempre demandó y procuró esa vinculación.

Las dificultades vienen en parte de su carácter anquilosado en actividades, padrón social y dirigencia. El grupo dirigente se perpetuaba, aduciendo que no había interés por el relevo generacional. Como resultado, el padrón social se iba reduciendo a los militantes de siempre, diezmando progresivamente por razones biológicas. El futuro, pues, exigirá la incorporación de los jóvenes a la vida activa de las sociedades y su repercusión en cuanto a actividades, modo de funcionamiento y consideración sería de que ellos son ciudadanos de los países respectivos y esa es su identidad primordial, aunque algunos sean al mismo tiempo ciudadanos españoles. Entre las actividades, en este caso dirigidas a los más mayores y la colectividad en general, jugará un papel central la obra social, pero adaptada a los nuevos tiempos, teniendo en cuenta la realmente existente en el país de acogida⁵⁴. Todo ello sin olvidar que en la actualidad el conjunto de asociaciones españolas en Brasil acoge a un número reducido de socios posiblemente por falta de interés, dinero, tiempo y la dispersión, y también en relación con las menores dificultades que tendrán y percibirán los españoles para integrarse plenamente en el país de acogida. La concentración en una megalópolis como São Paulo tampoco facilita la relación. El resultado es una menor influencia del asociacionismo entre la colectividad española. Actualmente, el envejecimiento y desaparición de muchos de los inmigrantes de la segunda oleada, junto a la integración de las siguientes generaciones ha determinando la “brasileñización” del padrón social de estas asociaciones que centran su actividad en objetivos recreativos y culturales.

Para los españoles emigrados a América y por tanto a Brasil, desde el momento de su llegada, e incluso antes, las asociaciones desempeñaron un importante papel, facilitando la entrada al país, amparando las contingencias de los que no hicieron fortuna y favoreciendo la integración de los recién llegados. Lo que otorgó consistencia a estas entidades no fue sólo su capacidad para brindar prestaciones y servicios, solucionar problemas burocráticos o facilitar contactos en el país de destino. También colaboró la necesidad de acercamiento y confraternidad, ya que aquéllas sustituían en cierto modo al hogar y al terruño. Eran por lo tanto una forma de institucionalizar los lazos de identidad superpuestos a veces con los de parentesco y vecindad. Colaboraron de diversas formas con los emigrantes, contribuyeron a mejorar su cultura e instrucción, los auxiliaron en la desgracia y en la enfermedad y mantuvieron latente el culto a las tradiciones y costumbres de sus lugares de origen.

⁵⁴ Véase entrevista con el saliente Consejero de Trabajo y Asuntos sociales de España en Argentina. *Crónicas de la Emigración*, 25 de marzo de 2008.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Cláudio, 1991 – *Os espanhóis no Brasil: Contribuição ao estudo da emigração espanhola ao Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- ARIÑO VILLARROYA, Antonio, 2004 – “Asociacionismo, ciudadanía y bienestar social”. *Papers*, n.º 74, p. 85-110.
- ARMUS, Diego, 1986 – “Diez años de historiografía sobre la inmigración masiva a la Argentina”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, a. 2, n.º 4, dic.
- BARTHÉLEMY, Martine, 2003 – *Asociaciones: ¿una nueva era de la participación?*. Valencia: Tirant lo Blanch.
- BENAVIDES, María Victoria de Mesquita, 1976 – *O governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BLANCO, Juan Andrés, 2001 – “El asociacionismo español en América”, en VV.AA – *Las claves de la España del siglo XX. La modernización social*. Madrid: Sociedad Estatal Nuevo Milenio.
- BLANCO, Juan Andrés, 2008 – *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: UNED/Junta de Castilla y León.
- CALVEIRO, Adolfo, 1964 – “Breves consideraciones inspiradas en la creación de Naturales de Ortigueira”, en *Memorias de Naturales de Ortigueira*. La Habana: Imp. Mario Pedrol Piñeiro /Naturales de Ortigueira.
- CANAL, Jordi, 1992 – “La sociabilidad en los estudios sobre la España contemporánea”, *Historia Contemporánea*, n.º 7, p. 183-205.
- CANOVAS, Marília, 2005 – *Hambre de tierra. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930*. São Paulo: Lazuli Editora.
- CANOVAS, Marília, 2008 – “*El Diario Español* y las asociaciones españolas en Sao Paulo, las primeras décadas del siglo XX”, en BLANCO, Juan Andrés, 2008 – *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: UNED/Junta de Castilla y León. p. 389-422.
- COLEMAN, James, 1990 – *Foundations of Social Theory*. Harvard: Harvard University Press.
- DIEGUES, Manuel, 1964 – *Imigração, Urbanização e Industrialização*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério de Educação e Cultura.
- DEVOTO, Fernando, 1992a – “La experiencia mutualista italiana en la Argentina: un debate”, en DEVOTO, Fernando; MÍGUEZ, Eduardo (comps) – *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica*. Buenos Aires: CEMLA-CSER-IEHS.
- DEVOTO, Fernando, 1992b – “¿Inventando a los italianos”. Imágenes de los primeros inmigrantes en Buenos Aires (1810-1880)”. *Anuario del IEHS*, VII, p. 121-135.
- DUARTE LIMA, Ana Lucía, 1996 – *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo/Santos: Editora Hucitec/Prefectura Municipal de Santos.
- FERNÁNDEZ, Alejandro, 1992 – “Mutualismo y asociacionismo”, en VIVES, P., VEGA, P.; OYAMBURU, J. (comps.) – *Historia general de la emigración española a Iberoamérica*. Madrid: CEDEAL-Historia 16.
- GALLEGO, Avelina, 1995 – *Espanhóis, Cadernos de Migração – 5*, São Paulo: Centro de Estudos Migratorios.
- GAMBI, Esther, 2006 – “La guerra en la distancia. Republicanos y franquistas en Brasil, 1936-1939”. *Studia Historica*, vol. 24, p. 133-151.
- GAMBI, Esther, 2007 – *La inmigración castellana y leonesa en São Paulo, 1946-1962* (Tesis doctoral presentada en la Universidad de Salamanca).
- GONZÁLEZ, Elda, 1990 – *Café e inmigración: los españoles en São Paulo, 1880-1930*. Madrid: CEDEAL.
- GONZÁLEZ, Elda, 1992 – “Los españoles en un país más allá del Océano, Brasil. Notas acerca de las etapas de la emigración”. *Revista de Indias*, vol. LII, n.º 195/196.
- GONZÁLEZ, Elda, 1999 – “O Brasil como país de destino de migrantes espanhóis”, en

- FAUSTO, Boris – *Fazer a América. A emigração em massa para a América Latina*. Sao Paulo: EDUSP, p. 239-271
- GONZÁLEZ, Elda, 2003 – *La inmigración esperada: la política migratoria brasileña desde Joao VI hasta Getúlio Vargas*. Madrid: CSIC.
- GONZALEZ, Elda, 2008 – “Tres inmigrantes, cuatro centros, un periódico. Las asociaciones españolas en Brasil”, en BLANCO, Juan Andrés – *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: UNED/Junta de Castilla y León, p. 365-387.
- GUANCHE, Jesús, 1999 – *España en la savia de Cuba*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.
- HUGHES, E.C.y MCGILL, H., 1952 – *Where People meet: Racial and Ethnic Frontiers*. Glencoe: Free Press.
- JONES-CORREA, M, 1998 – “Different Paths: Gender, Immigration and Political Participation”. *Internacional Migration Review*, n.º 2, Nueva Cork.
- KLEIN, Herbert, 1996 – *La inmigración española en Brasil (siglos XIX y XX)*. Colombes: Archivo de Indianos.
- KOZEN, K.N., 1992 – “The Invention of Ethnicity: A Perspectiva from USA”. *Journal of American Ethnic History*, 12.
- MASSEY, Douglas, 1990 – “Social structure, household strategies and the acumulative causation of migration”. *Population Index*, n.º 56.
- NARANJO, Consuelo, 1987 – *Cuba vista por el emigrante español, 1900-1959. Un ensayo de historia oral*. Madrid: CSIC.
- NARANJO, Consuelo, 1988 – *Del campo a la bodega: recuerdos de gallegos en Cuba (siglo XX)*. Sada (A Coruña).
- PÉRES, Elena Pájaro, 2002 – *A inexistência da Terra Firme. A imigração galega em São Paulo. 1946-1964*. Sao Paulo: Fapesp/Edusp/ Imprensa Oficial SP.
- PETRONE, Pasquale, 1992 – *A cidade de São Paulo no século XX*. São Paulo, 1955. Citado por: ROBLES, Suely – *São Paulo*. Madrid: Mapfre.
- ROBLEDO, Robledo y BLANCO, Juan Andrés, 2005 – “Sobre las causas de la emigración castellana y leonesa a América”, en BLANCO, Juan Andrés (ed.) – *El sueño de muchos. La emigración castellana y leonesa a América*. Salamanca: Caja España/UNED, p. 33-52.
- SÁNCHEZ, Blanca, 1994 – *Las causas de la emigración española, 1880-1930*. Madrid: Alianza.
- SEMEGHINI, Ulysses C., 1991 – *Do café à indústria. Uma cidade e seu tempo*. Campinas: Editora da Unicamp.
- SOLLORS, E.1989 – *The Invention of Ethnicity*. New York: Oxford University Press.
- SOUZA, Ismara Izepe de, 2006 – *Espanhois: Historia e Engajamento*. São Paulo: Editora Nacional.
- SOUZA-MARTINS, José de, 1995 – “La inmigración española en Brasil y la formación de la fuerza de trabajo en la economía cafetalera”, en SÁNCHEZ ALBORNOZ, Nicolás – *Espanñoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza, p. 249-269.
- VIDAL, José Antonio, 2008 – “El asociacionismo gallego en Cuba”, en BLANCO, Juan Andrés (ed.) – *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: UNED/Junta de Castilla y León.
- YAÑEZ, César, 1994 – *La emigración española a América (siglos XIX y XX)*. Colombes: Archivo de Indianos.

FONTES PARA O ESTUDO DA EMIGRAÇÃO: O CASO DO NORDESTE TRANSMONTANO (1901-1920)

Maria da Graça Martins

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As fontes históricas constituem o verdadeiro alicerce da produção e da escrita em História, válidas pela quantidade, estrutura, natureza e, acima de tudo, pela riqueza de conteúdos, forma de elaboração, de registo e de preservação. As fontes permitem a reconstituição temática e a reconstrução da memória social e histórica, constituindo, sem dúvida, o arsenal de ferramentas do historiador. Enquanto matéria-prima e manancial de informação, nelas encontramos as dúvidas, as questões para explorar, os conflitos decisórios e também muitas respostas. Que fontes procurar? Onde as pesquisar e como as encontrar? Quem as elaborou? Como as tratar? Estas são as perguntas que o investigador coloca no início da sua pesquisa, obrigando-o a um trabalho de bastidores que permita drenar e filtrar a informação final.

Durante o afã labiríntico da pesquisa, no vasto filão dos inventários e fundos documentais, seleccionar é determinante, a fim de possibilitar um melhor tratamento da informação. O respeito pelo documento, bem como a fidelidade perante os seus conteúdos é, igualmente, relevante, pois o espírito de pesquisa deve ser independente e é incompatível com ideias preconcebidas, sem que, no entanto, o documento nos escravize, torne dependentes ou nos envolva em paixões sem controlo.

O objecto da História sobrevive pelas fontes que traduzem a acção do homem no irreversível tempo histórico, um tempo de processos e de evolução. No entanto, a ciência histórica tem limitações: pela impossibilidade de recriar totalmente o passado em função do que se espera ou deseja; pela dependência perante a escassez, a quantidade e o acesso às fontes que condicionam a visão e o conhecimento indirecto do passado; pela subjectividade da selecção elaborada pelo investigador e da influência do presente na compreensão do passado.

Não poderemos negligenciar os vários enquadramentos das fontes, no seu tempo, no contexto e numa época histórica, perante uma entidade ou instituição que as elaborou, para perceber a sua natureza, razão de ser e utilidade. Na verdade, o conhecimento do passado depende dos documentos que o mesmo nos lega e a sua existência, organização e conservação devem-se a um conjunto

de factores que não foram ordenados em função das exigências da pesquisa do historiador, mas sim das entidades produtoras, das circunstâncias, procedimentos e determinações da época. Vários historiadores partilham a ideia de que o conhecimento histórico é o que as fontes fazem dele, mas enquanto estas são intermediárias entre o passado e o historiador são, para além de um espelho da verdade histórica, um instrumento que pode ser, também, deformador na origem e na fase de produção das mesmas.

Este artigo pretende reflectir sobre o outro lado do trabalho de investigação, aquele que muitas vezes fica confinado ao capítulo das fontes, ou é remetido para notas de rodapé ou para anexos finais, mas que, no entanto, é vital para os historiadores e determinante para obter conclusões sobre os temas objecto de estudo.

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES

Debruçamo-nos, neste estudo, sobre a região do Nordeste Transmontano, durante as duas primeiras décadas do século XX, espaço e tempo analisados na investigação que realizámos anteriormente sobre a emigração¹ e que se centrou na quantificação e na análise qualitativa do fenómeno, a partir da recolha de informação em diferentes tipos de fontes.

Para a análise quantitativa da emigração do distrito de Bragança (1901-1920), exploraram-se essencialmente cinco fontes, manuscritas e impressas:

- *Livros de Registos de Passaportes* (1900-1920, existentes no Arquivo Distrital de Bragança);
- Quatro publicações nacionais oficiais, a saber:
 - *Anuário Estatístico de Portugal* (1900; 1903; 1904-1905; 1906-1907; 1908-1910; 1910-1914; 1912-1916);
 - *Emigração Portuguesa* (1901-1912);
 - *Movimento da População* (1913-1920);
 - *Censos da População de Portugal* (1900, 1911 e 1920).

Para a análise qualitativa do fenómeno emigratório regional utilizaram-se três tipos de fontes impressas:

- *Boletim de Emigração* (1919-1920);
- *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa* (1901-1920);
- Imprensa regional.

¹ Este trabalho tem por base as fontes compulsadas aquando da elaboração da dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras do Porto em 1997.

1. LIVROS DE REGISTOS DE PASSAPORTES DO GOVERNO CIVIL DE BRAGANÇA

A utilização dos Livros de Registos de Passaportes partiu da necessidade de completar e comparar alguns dados numéricos apresentados nas estatísticas oficiais da emigração, nomeadamente quanto aos emigrantes em grupo que tiraram passaportes no distrito e dos quais as estatísticas oficiais apenas apresentaram valores a partir de 1914.

Por isso, o trabalho em causa, não se apoiou no tratamento exaustivo desta fonte que, apesar de obedecer a formatações nacionais, revelou ser uma fonte regional com muitas particularidades para explorar.

Os Livros de Registo de Passaportes encontram-se em bom estado de conservação, ainda que com séries incompletas, devido a diversos factores entre os quais se inclui o incêndio no edifício do Governo Civil e o extravio de documentação na mudança de instalações. Por essa razão, não foi possível registar dados para 1901, 1904, 1905 por não existirem os Livros de Registos de Passaportes n.º 14, 16, 17 e 18, relativos a esses anos. Por sua vez, os livros de registo relativos aos anos de 1902 e 1906 estão incompletos. Após várias tentativas de localização dos referidos livros, para o período que nos interessava, conseguimos detectar a maior parte deles, no Governo Civil, e os restantes, no Arquivo Distrital de Bragança, onde se encontravam depositados. Foi possível, assim, reunir, documentação que estava dispersa e que se indica no quadro abaixo:

Quadro n.º 1 – Livros de registo de passaportes de Bragança (1902-1920)

Ano – Número de registos – data limite	N.º do Livro de Registo de Passaportes
1902 – n.º 106 a 281 – 01/03 a 31/11	15
1903 – n.º 1 a 217 – 02/01 a 30/11	15
1906 – n.º 122 a 563 – 15/03 a 31/12	19
1907 – n.º 1 a 809 – 02/01 a 21/12	19/20/21
1908 – n.º 1 a 1719 – 02/01 a 31/12	21/22
1909 – n.º 1 a 1076 – 02/01 a 31/12	22/23
1910 – n.º 19 a 820 – 03/01 a 31/12	23/24
1911 – n.º 1 a 2585 – 03/01 a 30/12	24/25
1912 – n.º 1 a 4617 – 03/01 a 31/12	25/26/27
1913 – n.º 1 a 3453 – 02/01 a 31/12	27/28
1914 – n.º 1 a 742 – 02/01 a 26/12	28/29
1915 – n.º 1 a 507 – 02/01 a 31/12	29
1916 – n.º 1 a 661 – 03/01 a 27/12	29
1917 – n.º 1 a 484 – 02/01 a 31/12	29
1918 – n.º 1 a 429 – 09/01 a 28/12	29/30
1919 – n.º 1 a 850 – 03/01 a 31/12	30
1920 – n.º 1 a 751 – 02/01 a 31/12	30
Total de registos: 20.564	

Os dados inscritos na folha de registo dos referidos livros, permitem a identificação e a descrição física (quando preenchidos) do requerente/titular:

- Nome do requerente (titular);
- Estado civil;
- Profissão;
- Filiação;
- Naturalidade (freguesia, concelho, distrito);
- Idade;
- A indicação de que “sabe escrever” (no canto superior direito do registo) (referente ao titular);
- Sinais característicos: altura, rosto, cabelos, sobrancelhas, olhos, nariz, boca e “cor natural” (no canto, superior esquerdo do registo);
- Sinais particulares (tais como: coxo, aleijado, cicatrizes, etc), dados físico-somáticos reveladores da mentalidade da época e, por isso, pouco objectivos.

Para além destes, existe outro tipo de informação relevante para a investigação sobre a temática da emigração:

- Local de destino;
- Local de embarque;
- Indicação de quem leva em companhia/na dependência do/a cargo de/ao cuidado de;
- Registo do número de passaporte;
- Validade;
- Referência ao passaporte abonado por documentos competentes;
- Data.

Outras particularidades detectadas nesta fonte: a designação Brasil aparece, a partir de 1913, impressa no formulário, bem como o espaço destinado aos acompanhantes com as expressões *mulher e filhos*. Frequentemente, surgem vários indivíduos ou grupos familiares da mesma povoação ou concelho que tiram o passaporte na mesma altura com diferença de alguns dias e para o mesmo local de destino. Situação detectável para o Brasil (Santos e São Paulo), bem como para os Estados Unidos da América e Chile.

Nos grupos familiares aparece um número considerável de mulheres casadas, jovens, acompanhando o marido e respectivos filhos (grupos até 12 membros) e grande número de menores, alguns com meses e até dias (caso extremo detectado de uma criança com seis dias). Encontramos mães acompanhadas dos filhos, sem registo de presença paterna e também pais que levam apenas filhos em sua companhia. Os outros acompanhantes apresentam graus de parentesco próximo: irmãos, sogros, sobrinhos, genros, enteados, avós, netos, serviçais (estes considerados como membros da família). Dos acompanhantes,

registra-se o primeiro e último nome ou somente o primeiro nome, idade e relação de parentesco com o titular. A discriminação dos acompanhantes é feita do elemento mais velho para o mais novo, tendo em conta um critério etário, tratando-se da mulher e filhos. Os restantes parentes aparecem, por norma, indicados no final.

A partir de 1919, nas observações consta também a indicação de *sem vínculo de trabalho*, nomeadamente para os requerentes de passaportes que se deslocavam para o Brasil e França. A especificidade desta fonte permite, pois, quantificar e conhecer a constituição dos grupos de emigrantes, bem como apreender as trajectórias/destinos continentais e intercontinentais percorridos anualmente, com especial destaque para as cidades do território brasileiro.

O local de embarque mais utilizado era o Porto, Leixões e Barca de Alva. Por via terrestre (seca), a saída fazia-se geralmente em Alcanices/Espanha. Cádiz aparece mencionada como zona de passagem. Os locais de destino aparecem referidos sem se especificar as zonas ou lugares. A designação genérica à Europa, a África e ao Brasil dificulta uma contabilização uniforme.

A validade do passaporte era inicialmente de 90 dias. A partir de 1908 passa para cinco anos. Posteriormente, os registos especificam o prazo de validade averbado de forma manuscrita ou corrigido no formulário base (ex: para o ano de 1910: 332, 48, 57, ou 55 dias).

Os passaportes apresentam uma numeração contínua. No entanto, em cada registo não são individualizados os acompanhantes que se deslocam na dependência do titular do passaporte. Nalguns casos, verificam-se que alguns registos têm falhas na ordem de numeração, aparecendo também registos anulados ou duplicados, surgindo, ainda, alguns registos com alíneas (ex: 1081 e 1081a). Desta forma, é difícil proceder-se a uma contabilização precisa do número de passaportes registados e, mais difícil ainda, a contabilização do número de pessoas que terá efectivamente emigrado.

Nos anos de 1917 e 1918, aparecem registos de passaportes para grupos de operários com destino à Europa (França), com um chefe e com um número de registo único, feito em nome do representante de cada grupo. Também a partir do ano de 1918, no mesmo espaço de registo, o requerente e o grupo podem surgir com numerações individuais para a esposa, os filhos a partir dos 10 anos e outros acompanhantes. Todos os menores com idade inferior a 10 anos, não têm direito a qualquer número de registo. Apesar desta individualização numérica continuam a aparecer registos com a discriminação dos acompanhantes ao *cuidado de* ou *na dependência de*, ainda que com número autónomo.

A falta de identificação do destino, a troca do destino pela naturalidade ou pelo local de embarque é corrente. Apenas em alguns registos, estas falhas de preenchimento são corrigidos, revelando a falta de uniformização no trabalho dos amanuenses que faziam o registo, dando origem a discrepâncias e obrigando o investigador a critérios atentos.

No registo das idades, não é mencionada a data de nascimento. Além disso verifica-se uma confusão frequente nos meses e anos referidos, criando alguns

problemas aos que pretendem fazer, a partir desta fonte, uma quantificação rigorosa da emigração por grupos etários.

Encontramos, também, alguns registos assinalados a vermelho no formulário, com a indicação de 2.^a *via de passaporte*, devido quer ao extravio do documento quer à prorrogação do tempo de validade (situação pouco frequente).

A utilização desta fonte, requer, por estas e outras questões, uma grande atenção do investigador, nomeadamente para apuramento dos números de registos e do número de emigrantes, para cada ano, pelo facto de não serem correspondentes. Estes tipos de situações fazem com que os Livros de Registos de Passaportes exijam pois um trabalho aturado, que requer atenção particular, dado serem uma fonte com algumas irregularidades de preenchimento, mas que não impedem o apuramento “e análises quantitativas capazes de contribuir monográfica e microscopicamente para o estudo das migrações portuguesas localizadas e, assim, conduzir a algumas respostas nos estudos da emigração nacional”².

2. ANUARIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL

Este tipo de fonte, publicada desde 1875, no período que nos importa, revela-se útil por conter dados demográficos que vão desde a natalidade, mortalidade, nupcialidade e emigração, ao território, culto religioso, passando pela justiça, agricultura e comércio. J. Manuel Nazareth a propósito dos *Anuários Estatísticos* afirma que “dada a morosidade das Estatísticas Demográficas, os tornam em instrumentos de trabalho bastante úteis”³.

O *Anuário Estatístico* revela já uma estatística oficialmente organizada, mas ainda de forma incipiente e incompleta, no tocante à questão da emigração.

Na advertência ao volume publicado em 1907, em que se apresenta a publicação, o então director-geral interino, A. J. Campos de Magalhães, escreve que: “Ao effectuar-se a publicação deste último Anuário espera-se a breve trecho entrar numa phase de regularidade, conseguindo-se formas conhecidas do público os dados estatísticos, sem decorrerem tantos annos sobre aquelles a que se referem”.

Aqui podem apurar-se também alguns indicadores numéricos sobre o fenómeno emigratório de Portugal Continental e do distrito de Bragança, ainda que menos completos (especialmente a partir de 1900) em relação aos apresentados na publicação *Emigração Portuguesa* de que falaremos a seguir.

² LOPES, 1995: 212.

³ NAZARETH, 1988: 183.

3. EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Esta publicação editada em 12 volumes, entre 1904 e 1913, apresenta dados estatísticos referentes ao período de 1901 a 1912⁴. Atendendo à especificidade da questão migratória, o Ministério dos Negócios da Fazenda entendeu por bem criar uma publicação autónoma, para registo de informações numéricas.

É a partir do ano de 1901 que a publicação se apresenta com este cariz. Esta obra apresenta um conjunto de informações preciosas, atendendo às limitações técnicas da época, para além de esquematizar e racionalizar o tipo de registo sobre a emigração. As tabelas e os gráficos que contém, revelam uma preocupação pela necessidade de concretizar o fenómeno emigratório, em termos quantitativos.

A *Emigração Portuguesa* inclui dados relativos ao continente português, às ilhas e às possessões ultramarinas. Especifica zonas geográficas, desde as províncias até aos distritos, chegando mesmo às distribuições concelhias. Para além deste horizonte geográfico, o conteúdo prima por uma grande riqueza e variedade de informação recolhida, relativa à origem dos emigrantes, à distribuição por sexos, às suas profissões, alfabetização, idade, estado civil, destino, causas do fenómeno e movimentos nos principais portos do continente, entre outros. Grande parte destes dados é apresentado mensalmente, o que pode valorizar a pesquisa e enriquecer a análise de determinados conteúdos do fenómeno emigratório.

Apesar de algumas discrepâncias numéricas, a quantificação é bastante completa, procurando, sempre que possível, estabelecer parâmetros comparativos entre os valores de vários anos.

4. MOVIMENTO DA POPULAÇÃO. ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA

Publicação com 9 volumes, repartidos pelos seguintes anos: 1909-1913; 1910-1914; 1911-1915; 1912-1916; 1913-1917; 1914-1918; 1915-1919; 1916-1920 e 1917-1921⁵. Esta publicação, editada pelo Ministério das Finanças entre 1915 e 1922, vem na sequência da *Emigração Portuguesa* que deixou de se publicar a partir de 1913. O tipo de tabelas estatísticas bem como os gráficos apresentam-se na forma e nos conteúdos com uma grande uniformidade.

O motivo da inclusão do capítulo da emigração nesta estatística demográfica é apresentado pelo então chefe da 4.^a Repartição da Direcção Geral de Estatística, Paulo de Melo, quando afirma, em 1915, a propósito dos registos estatísticos da emigração entre 1909 e 1913:

Sendo de capital importância, para estudos de ordem social e económica,

⁴ *EMIGRAÇÃO Portuguesa 1901-1912*. Ministério dos Negócios da Fazenda/Direcção Geral da Estatística e Próprios Nacionais. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904-1913. 12 volumes.

⁵ *MOVIMENTO da População. Estatística Demográfica*. Ministério das Finanças/Direcção Geral da Estatística. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915-1922. 9 volumes.

o conhecimento, tão pormenorizado quanto possível, do Movimento da População, pareceu-me que seria de todo o ponto conveniente reunir num único volume o que a esse respeito se refere. É por isso que, de futuro, deixarão de ser publicados separadamente os volumes estatísticos referentes ao Movimento Fisiológico e à Emigração.

Estas estatísticas juntamente com as que se referem ao movimento de passageiros, tanto nos portos portugueses (publicada pela primeira vez) como nas fronteiras terrestres por via-férrea, estão tão intimamente ligadas entre si, sob o ponto de vista demográfico, que não devem ser separadas em volumes especiais⁶.

A emigração é, assim, para além da natalidade, mortalidade e nupcialidade, uma questão importante e complementar para o estudo do movimento da população. É, inclusivamente, objecto de estatísticas oficiais, em brochuras específicas, devido aos elevados valores numéricos que apresentava e à necessidade de se conhecerem as razões de um fenómeno populacional e social que marcava a sociedade portuguesa. Reconhecido como um “importantíssimo assunto e cancro que afecta todos os países”, o *Movimento da População* de 1917 refere sobre o fenómeno migratório, o seguinte:

Testemunha-se eloquentemente o seu decréscimo por uma forma que deve causar o maior júbilo. Desde 1901 que o seu acréscimo se acentuava de ano para ano, em vertiginosa carreira, subindo em seis anos de 21.000 para 44.000. E estes números ainda mais se elevaram no ano de 1912 em que atingiram 89.000, por motivos de várias ordens, entre os quais avultam as grandes vantagens oferecidas pelos agentes do Governo Brasileiro e de certo modo também a anormalidade que resulta de uma mudança de sistemas políticos.

A baixa que a seguir se deu para 26.000 em 1914 demonstra que a última das causas que determinaram aquela tão elevada cifra emigratória desapareceu pelo restabelecimento da confiança pública, devendo ainda acrescentar-se que esta descida se acentua cada vez mais, podendo desde já calcular-se que ela passou ao mínimo do existente anterior a 1910⁷.

5. CENSOS DA POPULAÇÃO

Os dados censitários referentes aos recenseamentos efectuados nos anos de 1900, 1911 e 1920, com datas de 1 de Dezembro funcionam como um núcleo documental de referência no âmbito da demografia. Tal como afirma J. Manuel Nazareth: “Os serviços demográficos das Nações Unidas, definem recenseamento de uma população como o conjunto de operações que consistem em recolher, agrupar e publicar dados demográficos, económicos e sociais que dizem respeito a um momento determinado. Uma das características funda-

⁶ *MOVIMENTO da População.... 1909-1913.*

⁷ *MOVIMENTO da População... 1913-1917.*

mentais do recenseamento é a simultaneidade de recolha”⁸.

5.1. O Censo de 1900 correspondente ao 4.º Recenseamento da População⁹. Apresenta-se com quatro volumes:

- Vol. I – Fogos – População de residência habitual e de facto, distinguindo sexos, naturalidade, estado civil e instrução elementar.
- Vol. II – População de facto agrupada segundo as idades, distinguindo sexos, estado civil e instrução elementar.
- Vol. III – População de facto classificada segundo as grandes divisões profissionais por sexos e grupos de idades, cegos, surdos-mudos, idiotas e alienados. Número e composição das famílias.
- Vol. IV – Resultados gerais do Recenseamento. Neste censo introduziu-se a questão da religiosidade por distritos e concelhos, atendendo à distribuição por sexos.

5.2. O Censo de 1911¹⁰ foi publicado um ano depois dos prazos legais estipulados pelo Congresso Internacional de Estatística em 1872 (os censos deveriam realizar-se nos anos terminados em 0), sendo esta uma excepção, atendendo à mudança de regime político verificada em Portugal no ano de 1910. De salientar que no ano de 1911 se dá uma mudança estrutural, com a introdução da obrigatoriedade do registo civil. É o 5.º Recenseamento da População Portuguesa e segue uma linha de continuidade com o anterior, apresentando-se os resultados em seis volumes:

- Parte I – Fogos-População de residência habitual, população de facto distinguindo sexos, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução (abrange distritos, concelhos e freguesias).
- Parte II – População de facto, agrupada por idades, distinguindo sexos, estado civil e instrução.
- Parte III – Cegos, surdos-mudos, idiotas e alienados, por sexos.
- Parte IV – Longevidade – Indivíduos de 80 ou mais anos, agrupados por idades, distinguindo o sexo. Este é um capítulo inovador e extenso no conjunto dos recenseamentos em causa, indo ao pormenor da freguesia.
- Parte V – População de facto, classificada segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo sexos, por grupos de idades.
- Parte VI – Censos das Povoações, Fogos – População de facto classifi-

⁸ NAZARETH, 1988: 178.

⁹ *CENSO da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*. Ministério dos Negócios da Fazenda/ Direcção Geral da Estatística e Próprios Nacionais. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905. 4 volumes.

¹⁰ *CENSO da População de Portugal no 1.º Dezembro de 1911*. Ministério das Finanças/Direcção Geral da Estatística. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913. 6 volumes.

cada por distritos, concelhos, freguesias e povoações. A população é distribuída em cada freguesia por núcleos de população que a integram.

5.3. O *Censo de 1920* corresponde ao 6.º Recenseamento Geral da População de Portugal¹¹. É composto por dois volumes:

- Vol. I – Fogos – População de residência habitual e população de facto, distinguindo sexos, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução.
- Vol. II – População de facto agrupada por:
 - a) Idades, distinguindo sexos, estado civil e instrução.
 - b) Número de cegos, surdos-mudos, idiotas e alienados por sexos.

O recenseamento da população efectuado nos anos referidos obedeceu a instruções próprias, especificadas na introdução destas brochuras, e reflectem uma grande preocupação com a forma de execução das operações de registo e com o rigor das estatísticas demográficas.

A informação censitária é extremamente rica pela sistematização com que opera, podendo obter-se dados não só ao nível de Portugal Continental, distrital e concelhio, como das freguesias, permitindo traçar, com rigor e precisão, o quadro demográfico do país, na época.

Nos censos podemos encontrar ainda dados referentes ao número de concelhos e freguesias, número de habitantes por km², número de fogos, tipos de naturalidade, número de estrangeiros residentes no país, entre outros. Também devemos salientar as análises comparativas com censos anteriores, a apresentação de gráficos ilustrativos e de valores relativos à evolução da população em países estrangeiros. A apresentação de relatórios sobre a forma como decorreram os trabalhos de registo e também os comentários perante determinados valores censitários é de realçar nesta publicação.

As oscilações populacionais são aqui destacadas pelas suas quebras ou ascensões. A questão da emigração é objecto de comentários, atendendo ao volume crescente que apresentava.

6. BOLETIM DE EMIGRAÇÃO

Brochura trimestral editada entre Outubro de 1919 e 1933, pelo Ministério do Interior e Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, aproximadamente com cinco números anuais¹².

Este Boletim oficial destinava-se à publicação de informações diversifica-

¹¹ *CENSO da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920*. Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatísticas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1923. 2 volumes.

¹² *BOLETIM de Emigração (1919-1933)*. Ministério Interior/Comissariado Geral dos Serviços de Emigração. Lisboa: Imprensa Nacional, ano I-VI, n.º 1-4, 1919-1925.

das, relativas ao fenómeno emigratório no início do século XX, tais como:

- Correspondência preparatória para o patronato (ofícios e circulares expedidos pelo Comissariado e respectivas respostas);
- Tabelas, pistas e estatísticas sobre as companhias de navegação e agentes de passagens e passaportes habilitados perante o Comissariado;
- Propostas do Comissariado Geral sobre temas vários referentes ao funcionamento dos serviços de emigração e afins;
- Divulgação de textos informativos e críticos alusivos ao conceito de emigração, com esclarecimentos próprios sobre as suas múltiplas perspectivas;
- Bibliografia temática actualizada;
- Factos e informações diversas.

A leitura destes boletins permite uma melhor compreensão de algumas perspectivas da interpretação do fenómeno emigratório, nas duas primeiras décadas do século XX, dos organismos oficiais de então, bem como a forma como se diagnosticavam alguns dos problemas e se apresentavam potenciais alternativas ou soluções para os resolver.

As dimensões internacional, nacional e regional da emigração estão patentes em textos e artigos publicados nestas brochuras, bem como a grande preocupação com conceitos como o de *emigrante*, *emigração* e *colonização*, entre outros.

As informações enviadas dos consulados portugueses, especificamente do Brasil, incluídos nesta publicação, de grande riqueza informativa, alargam, ainda mais, o leque das possibilidades de análise.

7. COLECCÃO OFICIAL DE LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

Este vasto conjunto documental permite fazer o enquadramento legislativo do fenómeno da emigração, bem como o conhecimento de um conjunto de normas legais, regulamentos e de procedimentos inerentes à emissão de passaportes e outras matérias afins a merecer um inventário e tratamento específico.

8. IMPRENSA REGIONAL DE BRAGANÇA (1900-1920) – BREVE NOTA

Dos periódicos do concelho de Bragança, publicados entre 1900 e 1920, num total de 30 títulos, centrámo-nos, na investigação que desenvolvemos, mais directamente em 18 deles, dos quais 13 contêm notícias sobre a emigração ou sobre questões relevantes no contexto do distrito de Bragança. Privilegiando nós, neste artigo, as fontes quantitativas, não queremos, no entanto, deixar de mencionar o valor da imprensa regional para a investigação sobre o fenómeno emigratório. Por certo, será um aspecto pertinente a desenvolver

oportunamente dentro desta área de estudo.

De momento, apresentamos, apenas, uma relação dos periódicos que abordaram a questão da emigração, no distrito de Bragança, para o período cronológico em causa:

- *Alerta*
- *O Bragançano*
- *Districto de Bragança*
- *Gazeta de Bragança*
- *Jornal de Bragança*
- *O Leste Trasmontano*
- *O Montanhês do Norte*
- *O Nordeste*
- *Notícias de Bragança*
- *Notícias de Nordeste*
- *A Pátria Nova*
- *O Trasmontano*
- *Ilustração Trasmontana*

CONCLUSÃO

No vasto universo das fontes nacionais, regionais e locais, quer manuscritas quer impressas, sobre a emigração, muitas podem ser as linhas de pesquisa. Pela relevância dos dados que neles se inscrevem os *Livros de Registo de Passaportes* permitem uma informação quantitativa fundamental para a recuperação dos contingentes numéricos, para além de um conjunto de informações valiosas sobre as componentes demográficas e socioeconómicas locais.

A relevância do fenómeno emigratório, no início do século XX, em Portugal, justificou que na transição para o regime republicano e durante a sua vigência, se privilegiassem novas formas de registo oficial, mais cuidadas e sistemáticas que permitissem reunir, de forma mais rigorosa, dados sobre o país, onde cada região aparecesse diferenciada segundo muitas variáveis. Essa preocupação com a quantificação não impediu, no entanto, que, devido à emigração clandestina, um grande número de portugueses não entrasse nas estatísticas oficiais, inviabilizando uma contabilização mais exacta. Assim, enquanto fenómeno social e populacional de enorme complexidade, nem sempre as estatísticas oficiais puderam dissecar a emigração na sua globalidade.

No entanto, várias são as publicações que, como verificámos, se podem compulsar para o estudo quantitativo desta temática. As interrogações iniciais sobre os emigrantes marcam as linhas de apuramento estatístico: quantos são, qual a sua origem concelhia, qual o seu sexo e estado civil, quais os grupos de idades mais atingidos por este fenómeno, a que grupos profissionais pertenciam, que níveis de instrução revelavam, para onde se dirigiram, de onde par-

tiram, por que partiram e com que finalidade, são muitas das questões a que, dessa forma, se pretende dar resposta.

BIBLIOGRAFIA

- LOPES, Maria Teresa Braga Soares, 1995 – “Correntes de Opinião Pública e Emigração no Distrito de Aveiro (1882-1894)”. *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 1, p. 209-231.
- MARTINS, Maria da Graça, 1997 – *A Emigração do Distrito de Bragança (1901-1920) – Uma Análise Regional*. 2 volumes (dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- MARTINS, Maria da Graça, 1998 – “A Emigração do Distrito de Bragança (1901-1920), uma análise regional”. *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 4, p. 321-365.
- MARTINS, Maria da Graça, 1999 – “A Emigração do Distrito de Bragança e a imprensa regional, no limiar do século XX”. *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 5, p. 121-166.
- MARTINS, Maria da Graça, 1999 – “Trajectórias geográficas dos emigrantes transmontanos no limiar do século XX”. *Revista Cultural Domus*, Bragança: ISLA, n.º 3-4, p. 175-249.
- MARTINS, Maria da Graça, 2000 – “Níveis de alfabetização dos emigrantes transmontanos no limiar do século XX”. *Revista Cultural Domus*, Bragança: ISLA, n.º 5-6, p. 91-126.
- MARTINS, Maria da Graça, 2007 – “A emigração do Nordeste Transmontano para o Brasil no início do século XX”. *População e Sociedade*, Porto: CEPSE, n.º 14, p. 257-281.
- NAZARETH, J. Manuel, 1988 – *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.

HERÓIS NO MAR, HEROÍAS NA TERRA: VILA MADALENA, UM PORTO SEGURO

Yvone Dias Avelino

Este artigo é o resultado parcial de uma pesquisa sobre o Bairro de Vila Madalena, em São Paulo, que acolheu imigrantes portugueses desde o início do Século XX, até meados dos anos 60, apresentada por nós no *IV Encontro Internacional sobre A Emigração Portuguesa para o Brasil: Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*, realizado entre 21 a 25 de Julho de 2008 na Universidade Lusíada do Porto, cidade do Porto, em Portugal. Várias foram as fontes que já burilamos para esta pesquisa, tais como Documentação Oral, Carteiras Modelo 19 (registros de identidade), Livros de Registros de chegada de imigrantes, fotografias, jornais, registros de compra e venda de imóveis entre outros. Nesta nossa explanação, trazemos principalmente as contribuições que recebemos da Fonte Oral, pois acreditamos que é ela teoricamente, para os historiadores, de grande utilidade.

Houve uma época em que apenas alguns historiadores reconheciam a utilidade da técnica, sendo pouco o seu uso prático. Restringia-se a alguns eruditos da área, ao contrário do hoje, onde ela encontra uma grande aceitação em diversas áreas do conhecimento, especificamente entre os historiadores

A Documentação Oral parte da descoberta do passado, e de fontes que se buscam localizar, apreendendo, compreendendo, estabelecendo um sentido do que foi, do que aconteceu. Esta linha de preocupações nos conduziu à confecção de documentos não só fidedignos quanto à procedência, mas ricos de conteúdos¹ também.

Deste projeto de pesquisa centrado no cruzamento de fontes orais e escritas resultou em um momento de nosso trabalho com a Fonte Oral um Museu de Rua, e um farto e expressivo material, com várias entrevistas realizadas, cujas fitas foram transcritas pelo grupo de pesquisadores à época, e que fazem parte de um acervo que se encontra na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A Documentação Oral enquanto técnica possibilita o aparecimento de um tipo especial de fontes. O registro oral, diferentemente da autobiografia, é produzido pela interação entre entrevistador e entrevistado, assumindo o primeiro um papel fundamental. Dar ouvidos aos que viveram a história é para Thompson empreender a representação do passado². A palavra daquele que viveu a História assume um papel muito significativo. A História Oral cresceu “como uma

¹ FROTA, 1985.

² THOMPSON, 1978.

bola de neve”³, e nas últimas décadas, passou a ocupar um espaço privilegiado no universo não só Historiográfico, mas no conjunto das Ciências Humanas⁴.

Ao utilizarmos a entrevista para recuperarmos a trajetória, a construção e o desenvolvimento desta vila, através da fala dos seus agentes, optamos proceder mais como um diálogo, onde o outro fala mais do que uma “entrevista dirigida”, passível de se transformar em uma fonte objetiva. Acreditamos que apenas esta explicitação permite-nos entender a dimensão do outro, que constrói o seu próprio domínio do passado com serenidade, na organização da sua memória a partir daquela situação. A espontaneidade, a sinceridade e as questões éticas assumem assim um papel fundamental nesta perspectiva. A entrevista espontânea, levada essencialmente pelos interesses do entrevistado constitui-se em potencialidade da construção de uma “self-imagem”, que se afirma a partir de um universo cultural específico.

Desta forma, a memória que é veiculada pela narrativa da História de Vida, registrada mecanicamente e logo transposta para o texto escrito, antes de ser algo dado a priori, passível de ser resgatada, é uma “invenção”, uma construção que se instituiu a partir da interação entre os dois “selfs”⁵.

É necessário com esse procedimento ter paciência e cautela, posto que aumenta a responsabilidade ética do pesquisador, que enfrenta o problema das relações de poder, que se estabelecem no trabalho com a Documentação Oral em todas as suas etapas, desde os contatos preliminares, passando pela entrevista, e chegando à fase de transcrição e análise⁶. Neste sentido, a redefinição de metodologia e técnicas se apresenta como uma necessidade decorrente destas intenções específicas. Assim sendo, optamos pela entrevista não-diretiva, técnica esta, que mais se adaptava ao nosso trabalho de campo, visto estarmos lidando com personagens populares, não acadêmicos, nesta primeira fase da pesquisa. Isto não significa um silêncio do entrevistador frente ao entrevistado, mas sim de uma posição interativa do primeiro frente ao segundo, pois é através dele que se realiza a direção da entrevista. O entrevistado dá conta de suas experiências subjetivas a respeito de acontecimentos que tenha visto, escutando ou participando. Enquanto o entrevistador, por sua vez, deve estar atento ao propósito de não conduzir a entrevista aos seus fins e de atentar também para os aspectos dados como importantes pelos entrevistados, os quais podem ser indicadores do seu grau de compromisso com a situação. Na História Contemporânea, muitos fenômenos históricos são produzidos a partir da palavra. É a palavra pois, o veículo que mensura a importância do acontecimento. Aliada ao vídeo, a palavra foi transformada em ato, dando às declarações, discursos e entrevistas um cunho que data os nossos tempos de um presente pleno de “História”⁷.

³ NEVINS, 1984.

⁴ GALLIAN, 1992.

⁵ GALLIAN, 1992: 32.

⁶ GALLIAN, 1992: 33.

⁷ FROTA, 1985: 50.

Seguindo esta linha de reflexão, apontamos o prefácio do livro *Vila Madalena: História, Fatos e Fotos*⁸, do jornalista Gilberto Dimenstein, coordenador do Projeto Cidade Escola Aprendiz, projeto este que propõe transformar o bairro em escola, retirando meninos pobres da rua, onde narra:

O Fascínio que Nova York exerce no mundo é, em essência, o fascínio que Vila Madalena exerce na Cidade de São Paulo. A “Vila” consegue ser uma ilha paulistana onde se mesclam cosmopolitismo e provincianismo, aglutinando boemia, arte e intelectualidade. Não é um bairro homogêneo: encontram-se apartamentos milionários próximos de cortiços, que fazem lembrar os primórdios da ocupação do bairro. Andar à pé pela “Vila” é um delicioso programa para quem está disposto a fazer paradas estratégicas e conversar com seus personagens: artesãos, artistas plásticos, músicos, e gente simples, com uma boa história para contar.

Esta é a Vila Madalena de hoje. Agitada, movimentada, eclética, com personagens de variadas nacionalidades e com casas, construções e arquiteturas comerciais que lhe dão coloridos degradês, feições multicoloridas, que a enfeitam e lhe dão uma identidade original.

Mas ontem, em uma outra época, um outro século, a Vila não se apresentava tão glamourosa como hoje. Era pacata, com uma população pequena, constituída por comunidades de portugueses, italianos, espanhóis e negros, definidas pontualmente. A população portuguesa era maioria, e era essa população que cuidava de grande parte da organização dos eventos, tanto religiosos, como esportivos, sociais e educacionais.

A Vila Madalena, no início do século XX, era apenas uma seqüência de morros, que começava próximo ao chamado Córrego do Rio Verde, e terminava perto do Córrego das Corujas. Era uma imensa gleba de terra. Havia árvores frutíferas e capinzais ótimos para o pasto de gado. Na época, apenas poucos se arriscavam para um passeio a cavalo, ou a pé, para caça a aves. Os locais aonde havia mais movimento eram o Largo dos Pinheiros, hoje conhecido como Largo da Batata. As pessoas apenas andavam a cavalo, ou de carroça, na chamada Estrada das Boiadas, hoje Avenida Dr. Diógenes Ribeiro de Lima, que termina no visinho Bairro da Lapa.

Na entrevista⁹ realizada com Dona Maria Justo, de 84 anos, filha de imigrantes portugueses que fazem parte dos sujeitos da nossa pesquisa, que ocuparam este território no início do século XX, a mesma confirma essa mudança progressista do antigo bairro pacato:

⁸ AFONSO, 2002.

⁹ Entrevista realizada por Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim e Carlos Danilo Oliveira Lopes, pesquisadores do NEHSC, utilizando a técnica da Documentação Oral, em 27 de Junho de 2008, com Dona Maria Justo, na residência da mesma, situada à Rua Aspícueta, 334 – Vila Madalena – São Paulo.

Naquela época, a Vila Madalena era um encanto de vila, porque era uma vida bem família, não tinha asfalto, só tinha água de poço, não tinha água de rua, não tinha luz na rua. Então, era uma vida bem família. Agora não, agora é só restaurante, boteco, eu não sei onde essa gente arranja tanto dinheiro, que não é gente da Vila Madalena que gasta aqui. Pra não dizer que eu nunca entrei em nenhum lugar, eu fui nesse restaurante português que se chama Pois-Pois, porque só tem bacalhau. Foi meu irmão Ivo e a Mara que me levaram duas vezes, porque eu não saio, vou comer onde? Agora aqui você não vê casas, só tem restaurante. Tem a minha e a da vizinha, e toda hora o pessoal das imobiliárias vem bater na porta para saber se a gente quer vender, não tem casa para morar, toda hora vem gente perguntar se eu não tenho quarto para alugar.

Meus pais vieram para o Brasil, vieram como imigrantes. Naquela época havia os navios que levavam “um século e meio para chegar”, minha mãe falava que a primeira casa na qual ela morou foi no Brás, de lá ela veio aqui para a Rua Saracura, que hoje nem tem mais esse nome.

Vieram para cá muitos imigrantes portugueses, mas já morreram quase todos. Meu pai veio com a minha mãe no mesmo navio, eles tinham amizade, nem pensavam em namorar. Aqui no Brasil eles se encontraram, namoraram e casaram. Foi então que vieram morar na rua Saracura. O primeiro emprego que meu pai conseguiu aqui foi no Instituto Paulista, lavar defuntinho, e minha mãe trabalhava na lavanderia. Ela trabalhou bastante tempo ali. Então nós nos mudamos, depois de muitos anos viemos aqui para a Heitor Penteado. Meu pai tinha uma chácara que vendia leite para fora, ali perto da Igreja do Calvário. O Calvário era uma capela. Então, meu pai tirava leite e a gente entregava pelo bairro. Naquele tempo, não era pasteurizado, tirava da teta da vaca e já entregava para os clientes, mas os fiscais da prefeitura começaram a dar em cima, meu pai começou a ficar doído, porque... eles vinham toda hora... ele resolveu largar de fazer aquilo.

A Vila era mato, não tinha bonde, aí a gente saía com um sapato velho, era só lama, tinha um bar ali na esquina, ali perto onde tinha uns portugueses que eram amigos da gente. Deixávamos lá num cantinho do boteco dele o sapato sujo de barro, calçávamos outro limpo e íamos para a cidade. Fazíamos compras no Mercado Municipal. Naquele tempo, a gente deitava e rolava, andava e não tinha preguiça. Quando voltava, tirava o sapato limpo e calçava o sujo. Depois veio o asfalto para a Vila Madalena. Aí o bonde começou a vir até aqui. Foi no governo Jânio Quadros, em 1957 e foi quando eu virei funcionária pública.

Com o início das vendas de terras, da formação de loteamentos, foram se formando vilas dentro da própria Vila, criadas por grupos de parentes e amigos, que vinham chegando ou de outros bairros, como é o caso dos pais de Dona Maria, que vinham do Bixiga, ou outros, que vinham diretamente de Portugal. Foram chegando, então, e fixando-se na região. Propositamente, como nos narra Lúcia Helena Gama¹⁰, como se possuíssemos uma lente de aumento para perceber a emergência de alguns traços dessa população cuja intimidade reteve

¹⁰ GAMA, 1998: 90.

vínculos sociais que aí se estabeleceram, encontramos nos relatos e nos documentos profissionais de nacionalidade portuguesa os que aí se estabeleceram: o barbeiro, a costureira, o leiteiro, o padeiro, o médico, que não apenas chegaram à suas portas, mas adentraram os seus lares e estabelecem relações. Relações de serviços muito diferentes da atual vida nas modernas metrópoles. Estes sujeitos foram diversificando suas profissões, e seus filhos, alguns, em algumas famílias que estudamos, tornaram-se servidores da limpeza pública, motorneiros, cobradores de bondes, padeiros, leiteiros, saqueiros, açougueiros, sapateiros, donos de “vendas”. Outros, de outras famílias, saltaram mais alto. Foram para as universidades, e hoje, são dentistas, professores universitários, médicos, engenheiros, advogados, formando na própria Vila, ou fora dela, um contingente de trabalhadores e de intelectuais que ajudaram esta cidade de São Paulo a crescer, a melhorar e a transformar-se, transformando também a Vila onde seus pais foram os pioneiros.

Com a construção do Cemitério São Paulo na Vila Madalena, autorizada pela Câmara Municipal de São Paulo em 1920, gerou-se mais um grande número de empregos: pedreiros, pintores, carpinteiros, encanadores, jardineiros, serventes e coveiros. Os cemitérios do Araçá e da Consolação, que eram próximos à Vila também empregaram muitos dos que chegavam¹¹. Alguns tornaram-se funcionários públicos efetivos da Prefeitura Municipal de São Paulo, trabalhando ou nesses cemitérios, ou no Departamento de Limpeza Pública, indo trabalhar no forno de lixo, no bairro do Sumaré. A coleta de lixo era feita com carroça, e descarregada neste local, onde o incinerador queimava o lixo da cidade.

Concomitantemente, estas terras da Vila iam sendo adquiridas através das primeiras economias dessa brava gente portuguesa, que trabalhava duro, não escolhia serviço e sabia poupar. As terras compradas eram registradas no Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição da Comarca da Capital do Estado de São Paulo. Algumas terras mais distantes eram griladas, ou seja, ocupadas indevidamente, fazendo-se Usucapião¹². A Vila tomou ares de vilarejo, onde nas esquinas havia empórios e botecos. Segundo Ênio Squeff¹³:

A escritora Gertrude Stein, magnificamente retratada por Picasso em um de seus melhores óleos, num livro que ficou famoso, escreveu repetidamente a frase “uma rosa é uma rosa, é uma rosa” e por aí afora, indefinitivamente. Sem querer imita-la, (mas já a imitando) poder-se-ia dizer que a “Vila Madalena é uma vila, é uma vila, é uma vila”, também eternamente, e tudo para enfatizar que, se a Vila Madalena já não é, hoje em dia, rigorosamente uma “vila”, um dia ela o foi. E com todas as implicações que o termo sugere.

Na verdade, a palavra vila é bem mais antiga do que a nossa imaginação possa construir, tanto pelo que sabemos dela, quanto pelo que a própria História

¹¹ AVELINO, 2008.

¹² FERREIRA, 1975: 1434. Modo de adquirir propriedade móvel ou imóvel, pela posse pacífica e ininterrupta da coisa durante certo tempo. Prescrição aquisitiva.

¹³ SQUEFF, 2002: 59.

do Brasil ensina. Que o diga o dicionário Houaiss, no qual a palavra “Vila” aparece como uma povoação de categoria inferior a uma cidade, mas superior a uma aldeia. Considerada somente por essa primeira definição, a Vila Madalena talvez se encerre mesmo na fórmula sugerida por Gertrude Stein – de ser apenas uma vila; ou de não ser mais do que isso, já que um dia foi isso e muito mais”.

Os portugueses, nosso objeto de pesquisa, saíram de pequenas aldeias, dos vários cantos de Portugal, para se situarem na vila que era mais que uma aldeia, mas não era a cidade, embora circunscrita geograficamente à metrópole paulistana, que já se urbanizava, iniciava a industrialização e prometia ser uma grande megalópole.

A Vila Madalena do início do século XX originou-se de pequenas chácaras, como a Chácara de Francisco Mourato, hoje rua Mourato Coelho, esquina com a Rua Delfina; a Chácara do Instituto Pinheiros, imenso laboratório especializado em farmacologia, sobretudo vacinas; a Chácara do Paco, um espanhol que plantava flores e verduras para vender na região de Pinheiros; a Chácara das Vinhas, cujo dono cultivava uvas, e fazia um excelente vinho; Chácara da Primor, cujo proprietário montou a primeira padaria do bairro, com o mesmo nome da chácara. Naquele tempo, as padarias só faziam pão (ao contrário de hoje, onde encontramos no mesmo espaço doceria, supermercado, etc), e que no final da tarde, o pão era entregue nas casas, com carroças, cujos estacionamentos ficavam nas chácaras. A rotina das padarias começava logo cedo, para poderem levar o pão à mesa dos fregueses. As primeiras padarias foram de portugueses. Até hoje, ainda se brinca que padarias boas são de famílias de Alémmar, da Santa Terrinha:

Aqui na Vila, meu pai comprou uma padaria, coisa que nunca tinha sido... resolveu ser padeiro. Olha minha filha, se você soubesse quanto saco de sal e farinha eu carreguei... eu tinha uns doze anos, vim para a Vila Madalena com oito, veja há quantos anos eu moro aqui. Todos os meus irmãos trabalhavam, principalmente os mais velhos. Trabalhavam com meu pai na padaria, e meu pai só vendeu a padaria porque no tempo da guerra só vinha aquela farinha de glúten... hoje é moda comer pão de glúten, mas naquela época as pessoas reclamavam. Meu pai ficou com medo da farinha fazer mal e matar alguém, vendeu a padaria, se aposentou e nós viemos morar nessa casa. Meu pai, com o dinheiro da venda da padaria, construiu essa casa e aquelas duas ali no fundo, o terreno era grande, e esse foi o patrimônio que ele nos deixou. Olha o que eu trabalhei para ajudar... por isso falo, por trabalhar ninguém morre. Eu carregava saco de farinha e nós tínhamos um empregado mineiro, que podia me ver carregando o saco. Se não fosse hora de trabalhar, ele não dava nem bola, então são coisas que marcam a vida da gente.

As citadas chácaras serviam-lhes para subsistência, pois ali criavam porcos, galinhas, patos, plantavam hortaliças, erva-mate etc. Essa subsistência garantia o sustento dessas famílias, e possibilitava o sustento das novas famílias, criadas a partir dos matrimônios entre os jovens que ali conviviam.

Posteriormente, com o aumento do número de crianças, foi criada a primeira escola da Vila, em 1927. Era a Escola Mista Isolada Vila Madalena. Funcionava em dois períodos. Como havia pouco espaço físico e a Vila crescia, alguns moradores com a ajuda do Governo do Estado elaboraram um projeto para a construção de uma escola maior. Foram aproveitadas essas duas salas, e montou-se toda a instalação maior, que foi inaugurada em 1933, com o nome de Grupo Escolar de Vila Madalena. Uma escola grande para a época, que mantinha o curso primário.

E essa é a vida da gente... sabe o que eu sinto mais hoje? O fato de não ter mais amizade, naquela época todos os vizinhos eram amigos, a gente fazia festas enormes nas ruas, todos participavam, hoje não. Eu tenho uma amiga que mora nessa rua, velhinha também, que é minha amiga do tempo que nós tínhamos padaria, e até hoje nós somos amigas. Hoje não. Eu tenho amigas que estudaram comigo, ali onde hoje é o Banco Bradesco, era uma escola. Nossa professora era Dona Aparecida, uma mulata, e a gente queria a professora como mãe da gente. Quando hoje aparece na televisão aquelas históricas acusando a professora de bater no filho delas, eu tenho vontade de matar. Acha que a professora vai fazer alguma coisa com o filho delas de graça? Tenha dó! Eu adorava minhas professoras, e só fiz o primário porque não tínhamos condições de fazer mais nada, só se formaram meus irmãos mais novos, o Daniel se formou professor, e o Pedro se formou economista. A gente tinha que trabalhar para mantê-los, então a vida não foi brincadeira e se hoje a gente tem alguma coisa devemos a nós mesmos e aos meus pais.

No lazer, dedicavam-se ao futebol, com dois times: o E. C. União Operária, mais tarde, em 1939, chamado 1.º de Maio, e o E. C. Leão do Morro, de Vila Beatriz, tendo inclusive, um time de futebol feminino.

Os portugueses na Vila não descansaram enquanto não tiveram uma Igreja. Em 1944 iniciou-se uma campanha para arrecadação de fundos. Saíam pelas ruas em procissão, onde arrecadavam dinheiro e prendas. Após a missa das 9h00, no domingo, era feito um leilão. Com esse dinheiro deram início às obras da Capela que recebeu o nome de Capela São Miguel Arcanjo. As procissões aconteciam com quermesses, barracas, e percorriam as ruas do bairro, com os andores dos santos enfeitados. Mais tarde, a Capela deu lugar a uma nova construção, cujo arquiteto, recém-falecido, Joaquim Guedes, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) projetou uma igreja em forma de barco, chamada de Igreja de Vila Madalena, cuja santa padroeira é Maria Madalena. O padre Olavo Pezzotti foi seu pároco por muitos anos, e através dele, que tinha um programa de rádio e posteriormente de televisão, na famosa Radiodifusora Tupi, conseguiram-se grandes benfeitorias, como calçamento, água, rede de esgoto, empregos, colégio estadual, com ginásio e colegial, bonde, ônibus, etc.

Depois veio o asfalto para a Vila Madalena, foi o padre Olavo que arrumou. Aí, o bonde começou a vir até aqui. Foi no governo Jânio Quadros, em

57, e foi quando eu virei funcionária pública. Minha vida daria um livro. Se eu pudesse, escrevia. Entrei como servente no Serviço Público, servindo café, lavando o chão e molhando plantas e não deixei de ser Maria Justo até hoje. Consegui esse emprego da seguinte maneira: o Jânio Quadros deu uns cargos de atendentes para trabalhar no hospital e outros de servente para o Padre Olavo, para ele distribuir como quisesse. Ele então me perguntou se eu queria trabalhar no governo. Disse que eu poderia ser atendente ou servente. Eu disse: – olha padre Olavo, vou ficar com o de servente, se eu não gostar caio fora, mas gostei, como eu não precisava tanto e tinha duas amigas que os pais tinham morrido, deixei o cargo de atendente para elas e fiquei como servente.

Depois de 17 anos e 3 meses como pároco da Igreja de Vila Madalena, em 13 de Outubro de 1968, Dom Agnelo Rossi, Cardeal de São Paulo, o transferiu para a paróquia de Nossa Senhora da Consolação. A saída dele foi muito triste, pois nem ele, e nem seus paroquianos queriam que isso acontecesse. Assim como os portugueses, Padre Olavo lutou pelo progresso da Vila¹⁴.

Meus pais nunca se arrependeram de ter vindo para o Brasil. Minha mãe nunca quis voltar para Portugal, meu pai voltou para vender umas terrinhas que ele tinha lá e foi o que ajudou a gente a construir essa casa aqui, a gente até insistiu para minha mãe ir com meu pai, mas ela disse não, disse que a terra dela agora era aqui, ela era brasileira. Depois que nós construímos essa casa meus pais não trabalharam mais, minha mãe era tratada que nem um bibelô, nós filhas não deixávamos que ela fizesse nada, com 50 anos ela não fazia mais nada... o médico achava ruim, falava que a gente tinha que deixar ela trabalhar, pelo menos arrumar sua própria cama.

Pelas histórias que meus pais contavam, se eles tivessem ficado em Portugal, a vida deles teria sido muito ruim, uma caca dos infernos, porque o Brasil é um país abençoado por Deus, minha mãe sempre falava, meu pai falava: – você joga um grãozinho de feijão ali no chão e nasce... em Portugal, meu pai teve uma vida muito sacrificada, ele trabalhava na lavoura. Eu tenho alguns primos lá. Eles têm fazenda, mas dão outro nome, cultivam azeitonas, minha sobrinha foi lá e achou lindo. Eu nunca fui para Portugal, tive tanta chance... mas primeiro foi minha mãe que eu tinha que cuidar. Agora estou velha... minha sobrinha quer levar a mim e minha irmã para lá... vamos ver. Olha, tem duas coisas na vida que me fazem chorar, morte já não me faz chorar, já chorei muito quando meu pai morreu, hoje eu tiro de letra... eu só choro quando toca o hino nacional brasileiro e também fico louca da vida que esses vagabundos desses jogadores não sabem nem cantar, é uma vergonha e choro quando toca o hino português, também choro. Tem o filho de uma amiga que se formou dentista e voltou para Portugal, minha sobrinha e o marido adoraram e ele fala: – Ah! Tia Maria come-se bem naquela terra.

¹⁴ PEZOTTI, 1968.

Dos antigos capinzais, das modestas casas, das ruas de barro, dos lampiões, da água de poço, a Vila a partir de 1950 passou a ter uma estrutura melhor, sendo considerada um dos bairros mais charmosos de São Paulo, recebendo o título de Vila das Artes, conquistando quem ali mora, que não deseja sair, e quem ali chega, que aprecia o que ela tem. A partir dos anos 90 até a passagem para o século XXI, a vida noturna é agitada, com sofisticados restaurantes, pizzarias, bares, confrarias, buffets, etc. Assim como modernas padarias, excelentes cafés, várias agências bancárias, mas a Vila ainda conserva algumas das antigas casas, que mesmo com as leis de zoneamento, não foram demolidas. Essas casas, assim como a de Dona Maria e outros nossos agentes convivem com imensos edifícios, de uma arquitetura moderna, transformando a Vila Madalena em um imenso bloco de cimento.

Não vamos neste artigo nos prolongar sobre este progresso até os dias de hoje. Muito ainda há para se contar dos filhos, dos netos e bisnetos desses imigrantes, desses portugueses que vieram para o Brasil e venceram, e garantiram aos seus descendentes, hoje prósperos e cultos, outros tempos, outras épocas, outros destinos, outros portos seguros.

BIBLIOGRAFIA

- AVELINO, Yvone Dias, 2008 – “Vila Madalena e a Imigração Portuguesa: Cultura, Trabalho, Religião e Cotidiano” in MATOS, Maria Izilda Santos de *et al.* (org.) – *Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses*. São Paulo, EDUSC.
- AFONSO, Décio Justo, 2002 – *Vila Madalena: História, Fatos e Fotos (1900-200)*. São Paulo: Editora Nativa.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1975 – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FROTA, Luciara Silveira de Aragão e, 1985 – *Documentação Oral e a temática da Seca (Estudos)*. Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal.
- GALLIAN, Dante M. Claramonte, 1992 – *Pedaços da Guerra: experiências com História Oral de Vida de Tobarrenhos*. USP (dissertação mimeografada).
- GAMA, Lúcia Helena, 1998 – *Nos Bares da Vida: Produção Cultural e Sociabilidade em São Paulo (1940-1950)*. São Paulo: SENAC.
- NEVINS, Allan, 1984 – The uses of Oral History, in DURAWAY, David; BAUN, Willa K. – *Oral History: an Interdisciplinary anthology*. Nashville: American Association for State and Local History.
- PEZOTTI, Olavo, 1968 – *Livro do Tombo*, Página n.ª 1 a 81. Registros da Igreja de Vila Madalena.
- SQUEFF, Ênio, 2002 – *Vila Madalena: Crônica Histórica e Sentimental*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- THOMPSON, Paul, 1978 – *The voice of Past: Oral History*. Oxford: Oxford Press.

A “ONDA” EMIGRATÓRIA DE 1912: DOS NÚMEROS ÀS TRAJETÓRIAS*

Lená Medeiros de Menezes

Natal dos emigrantes! Festa das lágrimas e das saudades; festa de nós todos, que sofremos do êxodo das famílias e da separação amarga das nossas ilusões. Como devem chorar os teus cânticos e sangrar as tuas esperanças, natal dos emigrantes¹.

Jornal de Notícias

Considerando-se os relatos existentes sobre Portugal na virada do Oitocentos e nas primeiras décadas do Novecentos, muitas e muitas festas de Natal foram turvadas pelas lágrimas e pela saudade. O texto em epígrafe traduz a realidade de um momento festivo marcado pela tristeza daqueles que viram familiares e vizinhos tudo arriscarem em busca de um futuro melhor. Nesse sentido, a tristeza, transformada em lágrimas, tornou-se a melhor tradução da dor da saudade de mães, pais, irmãos, irmãs, esposas, filhos e amigos.

Atravessando os séculos, o fenômeno da partida de homens e mulheres em busca de um novo porvir – e emigração portuguesa, durante muito tempo, foi sinônimo de emigração para o Brasil – intensificou-se em determinados momentos, nos quais pressões de diversas ordens apresentaram-se maximizadas, retirando do seio das famílias muitos de seus entes queridos. Estes empreenderam a aventura atlântica embalados por mitos, sonhos e esperanças de mudança, por vezes transformados em realidade; por vezes redundados em fracassos não admitidos ou narrados.

A verdadeira hégira da modernidade, tristemente retratada pelo jornal do Porto, encontra comprovação numérica quando são analisadas as fontes brasileiras. As estatísticas de entrada no porto do Rio de Janeiro, por exemplo, demonstram que o ano de 1912 mostrou-se um momento privilegiado de ascensão nos quantitativos de entrada. Considerando-se que a imigração para a capital brasileira esteve sempre marcada pela presença impactante do imigrante português, as palavras do Ministro da Agricultura, em seu relatório anual referente ao citado ano, comprovam a força dos números não só no Brasil, mas dos dois lados do Atlântico: “Nota-se melhor o progresso da corrente imigratória quando se comparam as

* O artigo é parte de pesquisa mais ampla sobre português(a)s no Rio de Janeiro, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

¹ SOUSA, 1988: 150.

entradas do ano passado [1912] com as de 1910 e 1911, verificando-se o aumento de 91 618 com relação ao primeiro e de 44 215 com relação ao último”².

Segundo Joel Serrão, a emigração que caracterizou os séculos XIX e XX em terras lusitanas inseriu-se em um contexto dramático que abarcou “o ontem e o anteontem”, acompanhando o próprio processo de constituição do Portugal contemporâneo³. Ao longo desse processo, considerando-se principalmente os anos que se abrem a partir de 1870, quando as partidas deslocaram-se para o norte de Portugal, o ritmo dos fluxos conheceu um movimento de tendência crescente na longa duração, pontilhado por picos que corresponderam a momentos de dificuldades internas (regra geral, centradas nos campos), bem como movimentos de queda e impactos momentâneos ou conjunturais.

Centrando a análise no ano de 1912, é possível dizer que ele representa um clímax no movimento ascendente ocorrido a partir da virada dos 1900, inserindo-se, portanto, no contexto da Grande Imigração (1890-1914). Diferentemente de outros momentos, a constatação suscita questões ainda não devidamente respondidas. Os números de partidas registrados atingiram um patamar anual até então nunca antes registrado, explicando a melancólica descrição do “Natal dos emigrantes”, publicado pelo *Jornal de Notícias*.

Quadro n.º 1 – Saídas de Portugal

Ano	Número de emigrantes
1900	21 235
1902	24 170
1904	28 304
1906	38 093
1908	40 145
1910	39 515
1911	59 661
1912	88 929
1913	77 645
1914	25 730 ⁴

De acordo com os números contabilizados por Joel Serrão, até 1912, o teto máximo de saídas anuais havia sido alcançado em 1895, quando o total dos emigrantes fora de 44 746 indivíduos, voltando a se estabelecer tendência de queda que se prolongou até 1899, quando o movimento de saída não ultrapassou 17 774 indivíduos. A partir dos 1900, entretanto, os números voltaram a crescer, com o ano de 1912 registrando a partida, rumo a outros países e continentes, de 88 929 indivíduos; total que só seria ultrapassado em 1966, quando o total geral atingiu a casa dos 120 239.

² BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura, 1912-1913*, p. 128.

³ SERRÃO, 1977: 29.

⁴ SERRÃO, 1977: 31.

Com relação especificamente à emigração portuguesa para o Brasil, de 1855 a 1920, os quantitativos tenderam a se manter para além dos 75%. Os percentuais elevados podem ser comprovados nos quadros que se seguem:

Quadro n.º 2 – Destino dos emigrantes portugueses no continente americano (1880-1960)

Brasil	Argentina	Venezuela	Outros	U.S.A	Canadá	Apenas América	Totais
1 242 496 75,7%	37 469 2,3%	23 773 1,4%	11 546 0,7%	59 193 3,6%	5 386 0,3	94 339 5,8%	1 474 202 89,8%⁵

Quadro n.º 3 – Entrada de Portugueses nos portos brasileiros (1908-1912)

1908	1909	1910	1911	1912	Total
37 628	30 577	30 857	47 493	76 530	223 085 ⁶

Quadro n.º 4 – Entrada de Portugueses no Rio de Janeiro (1907-1912)

1907	1908	1909	1910	1911	1912
31 156	46 216	42 763	37 393	72 970	83 053 ⁷

Não é objetivo desse trabalho discutir as causas gerais da emigração portuguesa ao longo do tempo, mas reforçar a idéia de que determinadas causas estruturais mantiveram-se durante o século XIX e grande parte do XX, acompanhando a marcha do capitalismo rumo aos países periféricos, ocasionando profundos desequilíbrios nos campos. Estas, associadas a problemas internos de longa duração ou a crises ocasionais, agudizaram a necessidade da partida. Nesse sentido, parece-nos válida a afirmação de que “as causas da emigração não devem ser procuradas num ‘setor em crise’ ou numa ‘região desfavorecida’, mas nas estruturas da sociedade portuguesa, em todos os setores económicos e na política econômica seguida”⁸.

No que diz respeito à conjuntura 1911-1913, podemos dizer que causas estruturais acoplaram-se a pressões advindas do momento político vivido, elevando os fluxos, de forma a totalizar 22 6235 partidas. Nesse sentido, a grande discussão que imediatamente se coloca é o papel desempenhado ou não pela virada republicana no processo emigratório ocorrido em Portugal.

⁵ EVANGELISTA, João – *Um século de População Portuguesa (1864-1960)*, p. 149. Apud: SERRÃO, 1977: 46.

⁶ BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura, 1912-1913*, p. 130.

⁷ BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura, 1912-1913*, p. 131.

⁸ ALMEIDA, Carlos *et al.*, jan. 1968– “L’Émigration Portugaise (1957-1966)”, in BERGIER, J.J. (dir.) – *Mémoire d’Économie Sociale*. Université de Genève. p.122. Apud SERRÃO, 1977: 171.

Para alguns estudiosos, a emigração portuguesa posterior a 1910 explicou-se “por motivos em grande parte de ordem política”⁹. Essa constatação, segundo outros, não deve ser assimilada sem determinados cuidados e algumas reflexões. Joel Serrão, por exemplo, ao perguntar-se se a República seria realmente a “causa” do incremento do fenômeno emigratório, contrapõe a essa possibilidade a constatação de que “motivos de ordem política” também teriam ocorrido no país após a guerra de 1939-1945, da mesma forma que, com relação a 1912, o fenômeno também teria sido conhecido pela Espanha. Em pé-de-página, o autor dialoga com Marnoco e Sousa, quando este considera que houve fuga “às perseguições que acompanham ordinariamente as convulsões políticas, mas, ainda mais que as causas políticas, influíram talvez na extraordinária emigração, que se seguiu ao estabelecimento da República, as causas religiosas”.

Com relação às causas religiosas, a hipótese levantada pelo autor é a de que a maneira brusca como se deu a separação entre Estado e Igreja alheou da República uma grande parte da população portuguesa, fundamentalmente católica¹⁰. Dessa forma, para o autor, as explicações poderiam ser buscadas em uma dialética original entre política e religião; hipótese que, certamente, não esgota as possibilidades de análise.

O desencanto com o regime republicano, por parte de alguns segmentos, foi muito rápido e nem sempre foi explicado por ressentimentos religiosos. A medida que os embates entre republicanos e monarquistas recrudesceram, cindindo-se o bloco responsável pela derrubada da monarquia, grupos variados entraram em disputa e combate. No tocante ao movimento operário, tornou-se rapidamente visível a elevação das tensões, manifestadas no aumento das greves e dos movimentos de contestação: um total de 61 em 1910 e de 80 em 1911. Ainda que o novo regime tivesse revogado a lei anti-anarquista de 1896, todo o movimento sindical – no qual os anarquistas tinham expressão – teve que se sujeitar à legislação reguladora das greves, que impunha a necessidade da apresentação de pré-aviso de todo e qualquer movimento grevista, bem como a obediência à proibição de piquetes.

Os embates políticos, associados a problemas estruturais não resolvidos, promoveram a fermentação necessária ao aparecimento de uma oposição multifacetada, bem como insatisfações variadas que, de alguma forma, deixaram indícios no Brasil. Para alguns, havia a perspectiva de que “a obra revolucionária corr[esse] o risco de se desfazer em poeira”. Dessa forma, a República, que nascera em um país com graves problemas sociais, não conseguindo resolvê-los, possibilitou que os mesmos se arrastassem no tempo.

Sem ter a pretensão de apresentar contribuições inéditas às polêmicas existentes sobre a matéria, até porque há o risco de conclusões apressadas, parece-nos plausível considerar que qualquer grande virada política, pelo menos para

⁹ GIRÃO, A. de Amorim – *Geografia de Portugal*, 3.^a ed., Porto, 1960. Apud SERRÃO, 1977: 164.

¹⁰ SOUSA, Marnoco e, 1917 – *Tratado de Economia Política*. Coimbra. vol. 1, p. 224. Apud: SERRÃO, 1977: 164.

aqueles que apostam na mudança, se faz acompanhar, inevitavelmente, por formulações míticas que projetam um futuro melhor. Nisto repousou e repousa a sedução dos processos revolucionários, que trazem, em seu bojo, a representação da mudança como caminho necessário para a chegada ao paraíso¹¹.

Quando as esperanças não se tornam realidade, os desalentos tendem a explodir em revolta, combate e luta, em proporções compatíveis com os níveis de esperança depositados na deflagração do processo. Nessa perspectiva, o caso português não foi fundamentalmente diferente do processo geral, principalmente se forem considerados os segmentos que, rapidamente, foram marginalizados da nova estrutura do poder, com destaque para os anarquistas (aliados de primeira hora), ou ainda para aqueles que, ansiando por melhores condições de vida, assistiram ao crescimento de suas aflições.

Por outro lado, quando lançamos nosso olhar para além de Portugal, nos defrontamos com as dificuldades trazidas pela conjuntura de pré-guerra, que afetaram, em maior ou menor grau, todo o continente, explicando, em um determinado ponto de vista, a elevação dos quantitativos de emigração em outros países, incluindo-se Espanha e Itália, que associavam problemas estruturais não resolvidos às pressões externas.

Ao travarmos contato com determinadas histórias de vida, nos defrontamos com evidências paradigmáticas que demonstram a força das motivações políticas na emigração portuguesa do período pós-republicano. É bem verdade que essas histórias foram protagonizadas por militantes radicais, não dando conta do universo real dos que migraram, até porque nem sempre os que partiam estavam dispostos a enfrentar novos problemas, tornando-se sujeitos a novas perseguições. Em geral, foram os contestadores radicais, partidários da violência como forma de luta, que deixaram o registro de sua passagem pelo Rio de Janeiro nos arquivos policiais, lembrando-nos Thompson quando este afirma que as classes populares deixam pouco de seus registros na História, sendo tentador buscá-los nos arquivos criminais¹².

Algumas trajetórias demonstram, por exemplo, que a luta em prol da república foi responsável por um aprendizado que, iniciado em Portugal, quando a fabricação de bombas uniu republicanos e anarquistas, foi transplantado para o Brasil, a partir do alijamento dos anarquistas do bloco de poder. Veja-se o caso de Joaquim Monteiro, expulso do Brasil como anarquista perigoso no ano de 1919.

Operário estucador por profissão, Joaquim Monteiro era casado e, segundo suas declarações, já era ativista em Portugal à época do advento da República, dedicando-se à fabricação de bombas. Era sócio da União dos Operários Civis em construção¹³, uma das entidades operárias partidárias do sindicalismo revo-

¹¹ Vários são os autores que se dedicam a este tipo de análise. Ver, dentre eles, GIRARDET, 1986; MENEZES – *Tramas do mal...*

¹² THOMPSON, 1987.

¹³ Dentre os sindicatos brasileiros de atuação mais contundente nas ruas, onde se registrava uma maior presença de imigrantes anarquistas, partidários da Propaganda pelo Ato, contavam-se os

lucionário. Segundo a polícia, ao justificar suas atividades subversivas, Monteiro afirmou que, “sendo comunista e desejando mudar a forma de governo do Brasil, visto que a atual [era] incompatível com a dignidade humana e como essa transformação só se operar[ia] com a violência, pois que a burguesia esta[va] garantida pelos numerosos soldados que comp[unham] o exército, [ele], o declarante resolveu experimentar o fabrico de bombas explosivas que deveriam ser empregadas para a resistência, guardando as referidas bombas na casa de sua amante”¹⁴.

Integrando uma amostra de 72 imigrantes de diversas nacionalidades, processados com vistas à expulsão, que escolheram o Brasil como terra de chegada entre 1910 e 1930, Monteiro pertence ao grupo dos 21 anarquistas processados (29,16% do total da amostra). Com relação especificamente aos imigrantes que chegaram nos anos de 1911, 1912 e 1913, os portugueses totalizam 26 indivíduos da amostra (36,11% do total anterior mencionado). Considerando-se apenas os anarquistas dessa nacionalidade, eles são 11, representando, portanto, 52,38 % do conjunto geral dos 21 anteriormente mencionados, expulsos, em sua maior parte, nos anos de 1919 e 1920, portanto antes do decreto de repressão ao anarquismo, datado de 1921. Esse percentual elevado é um dos indícios significativos de que a situação política nascida do advento da República pressionou alguns indivíduos a se sentirem obrigados a emigrar.

Diferentemente de outros períodos por nós já analisados, os anarquistas que chegaram entre 1911 e 1913 emigraram já adultos, certamente de posse de ideais anárquicos, o que motivava sua caracterização como “aves de arribação” feita pelas autoridades brasileiras. É o que aparece demonstrado nos exemplos que se seguem:

José Rosa da Silva chegou ao Rio de Janeiro em 1911, quando tinha 21 anos. Oito anos depois de sua chegada foi expulso do Brasil como anarquista perigoso. Era natural de Beira Alta, padeiro por profissão, solteiro, alfabetizado e tinha 29 anos no momento da partida. Durante sua estada no Brasil, trabalhou como condutor de bondes, ocupando, assim, um dos principais nichos do mercado de trabalho carioca dominado por imigrantes portugueses. Acusado de ser anarquista pela polícia, assumiu essa condição e, segundo os autos do processo, fez preleção contra o clero, ao qual acusou de ser responsável por manter o povo na ignorância. Como anarquista, declarou-se a favor tanto da igualdade quanto da revolução, embora tenha negado o emprego da violência. Pesou como provas decisivas contra ele o fato de ser representante da Federação Ope-

vinculados à construção civil e ao trabalho nas padarias, sendo de registrar-se que os anos de 1917, 1918, 1919 e 1920 foram anos de aquecimento do movimento operário no Brasil, como reflexo da Revolução Russa. O ano de 1917 foi marcado pela primeira greve de grande porte em São Paulo: a da Leopoldina. O ano de 1918 conheceu uma greve insurrecional no Rio de Janeiro. O ano de 1919 viu surgir o primeiro Partido Comunista, de inspiração anarquista. O ano de 1920 foi impactado por uma onda de explosão de padarias na capital brasileira.

¹⁴ BRASIL. Arquivo Nacional (AN). SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ7163.

rária e ter tido destaque nos tumultos ocorridos por ocasião da greve na Fábrica de Tecidos Corcovado, motivo que o levava à prisão¹⁵.

Julio César Leitão aportou no Rio de Janeiro quando tinha 20 anos. Era natural do concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda e barbeiro por profissão. Solteiro e alfabetizado, tinha 36 anos quando foi expulso. Integrava a Sociedade dos Barbeiros e, quando foi preso e inquerido pela polícia, assumiu ser simpático às idéias comunistas (em verdade, anarquistas-comunistas), tendo negado, entretanto, ser propagandista do ideário que professava. Declarou que frequentava a sede do jornal *A Nação* porque lá trabalhavam conhecidos seus. Sua participação, entretanto ia além disso, visto figurar, nos anexos de seu processo de expulsão, um artigo de jornal, de sua autoria, intitulado “Aos barbeiros e cabeleiros”, que comprovava que Leitão dedicava-se fervorosamente à propaganda de seus ideais, estando longe de ser um observador inocente¹⁶.

Bento Santos, processado também como Bento Pinto, contava 16 anos no momento da chegada, ocorrida em 1912. Era natural de Figueira da Foz, padeiro, solteiro, alfabetizado e tinha 24 anos no momento em que foi expulso, em 1920, após uma permanência de oito anos no Brasil. Como demonstra o dossiê policial anexado ao processo contra ele movido, tinha algumas passagens anteriores pela polícia, qualificado como vadio e dinamiteiro. Preso mais uma vez por motivos políticos, foi acusado de pregar idéias anarquistas e aconselhar os companheiros a desrespeitar as leis e as autoridades constituídas, sempre pregando a revolução. Como padeiro militante, fazia parte da União Geral dos Empregados em Padarias e, segundo o que declarou, “acha[va] revoltado contra os patrões, pela avareza e desumanidade com que trata[va]m seus empregados, principalmente os padeiros, que [eram] obrigados a exercerem a atividade quase todo o dia, sem salário compensador”.

Em acréscimo, Bento ainda declarou que “almeja[va] uma organização em que não [houvesse] escravos, em que a liberdade [fosse] completa”. Para tanto, considerava importante seu esforço no sentido da propagação de suas idéias, “pois o povo educado e consciente saber[ia] libertar-se de seus opressores”¹⁷.

No conjunto dos 11 anarquistas portugueses que compõem a amostra, apenas Jorge de Almeida, natural de Aveiro, trabalhador do setor de transportes, imigrou dentro da idade média com a qual os caixeiros chegavam ao Brasil (entre os doze e os dezesseis anos), registrando-se, também, um único caso de emigração durante a infância: a de Joaquim Moraes.

Jorge de Almeida chegou ao Brasil quando contava 13 anos e foi expulso em 1920, quando tinha 21. Era solteiro, alfabetizado e morava no centro da cidade do Rio de Janeiro. Segundo sua portaria de expulsão, ele era um “elemento perigoso à ordem pública pelas idéias revolucionárias que adota[va], tomando parte nos comícios operários em que prega[va] abertamente o comu-

¹⁵ BRASIL. AN. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷162.

¹⁶ BRASIL. AN. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷165.

¹⁷ BRASIL. AN. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷134.

nismo e a deposição das autoridades constituídas”. Enquanto viveu na capital brasileira, Almeida foi empregado da *Light* por três vezes. A primeira demissão da empresa ocorreu por ele ter deixado de cobrar passagens aos passageiros do bonde em que trabalhava. A segunda foi ocasionada por fumo em serviço. A terceira, por fim, deveu-se à sua participação em comissão de empregados encarregada da organização de uma sociedade destinada a defender os interesses de classe. Apesar de todas as evidências apresentadas, Almeida negou ser anarquista, o que não impediu, porém, sua expulsão¹⁸.

Joaquim Moraes chegou em terras brasileiras com 2 anos e também foi expulso em 1920, quando tinha 28 anos. Era tecelão, solteiro e alfabetizado, tendo tomado parte no movimento intitulado “Combate à fome” e na tentativa de assalto à Intendência de Guerra, ocorrida em novembro de 1918 no Rio de Janeiro, no contexto de uma greve insurrecional deflagrada pelos anarquistas¹⁹.

É interessante observar que a atitude de negar a acusação de anarquismo nos casos relatados não acompanha a tendência geral registrada no conjunto geral dos processos de expulsão movidos contra anarquistas. Regra geral, os homens solteiros tendiam a assumir a acusação, declarando-se anarquistas, por vezes, fazendo preleções contra a Igreja, contra o casamento e contra as autoridades constituídas. A negativa à acusação, por outro lado, ocorria, mais frequentemente no conjunto dos homens casados, tendo em vista que a expulsão era ato individual e, caso o expulso tivesse família no Brasil, partir podia significar nunca mais ver mulher e filhos.

A tendência contrária que se evidencia no caso dos anarquistas portugueses que emigraram entre 1910-1913, que, independentemente do estado civil, tendiam a negar a acusação, pode encontrar uma explicação no fato dos militantes terem tido problemas políticos em Portugal antes da partida para o Brasil, o que tornaria o regresso um problema de enormes proporções, principalmente quando sobre eles pesava a acusação de pregarem o uso da violência como estratégia de luta; caso de Artur da Silva e Antonio Coelho:

Artur Antonio da Silva foi expulso em 1920. Era originário da freguesia de Mansulo, Beja, Alentejo e exercia a profissão de carpinteiro. Era casado, alfabetizado e tinha 37 anos quando foi preso, em flagrante, ao colocar explosivos sobre o trilho de bonde, na rua em que morava. Era sócio da sociedade *União Geral da Construção Civil*. Embora tivesse jurado inocência, foi expulso do Brasil como “indivíduo perigoso, inadaptável, talvez, à sociedade humana”²⁰.

Antonio da Costa Coelho chegou ao Brasil com 24 anos, no ano de 1911, e foi expulso em 1919, após oito anos de residência. Era vendedor de pão, solteiro e alfabetizado, com passagens anteriores pela polícia. No momento da prisão, com ele foram apreendidas bombas de dinamite, em uma casa no bairro carioca de São Cristóvão. Consta de seu processo a acusação de que ele parti-

¹⁸ BRASIL. AN. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷163.

¹⁹ BRASIL. AN. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷163.

²⁰ BRASIL. AN. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷139.

cipou de reunião realizada com vistas à fundação de um núcleo do partido comunista (anarquista-comunista) no subúrbio de Cascadura (Rio de Janeiro), com signatários do jornal *A Razão*. O acusado, entretanto, negou ser anarquista e ter feito uso de bombas de dinamite²¹.

Outro indivíduo expulso em 1919 e que chegou ao Brasil em 1912 foi José Madeira²². O drama por ele protagonizado distinguiu-se dos demais por alguns aspectos relevantes. Em primeiro lugar porque, diferentemente dos outros participantes da amostra²³, Madeira foi expulso sem processo. Em segundo lugar, porque seu desejo de voltar ao Brasil – e ver reparado aquilo que ele caracterizava como injustiça – levou-o a impetrar *habeas corpus*, contestando a expulsão. Com esse mesmo objetivo, recorreu ao congressista Maurício de Lacerda, através de carta escrita em Lisboa, ensejando ampla discussão sobre sua deportação no plenário da Câmara dos Deputados.

Na carta escrita de Lisboa, endereçada ao parlamentar brasileiro, Madeira disse ter sido “envolvido na onda emigratória que em 1912 se efetuava de Portugal para o Brasil”. Embarcando no Tejo no dia 17 de fevereiro daquele mesmo ano, desembarcou no Rio de Janeiro em 2 de março de 1912. A partir de então, segundo suas palavras, iniciou “uma vida de trabalho e economia”. Rapidamente, porém, suas ilusões “foram roubadas”, com a instalação da crise de trabalho que se enraizou na capital brasileira. Tal fato o fez comparecer a comícios públicos e, no dia 11 de maio, quando assistia a um comício em Vila Isabel, assistiu à prisão de três operários. Chegando ao seu conhecimento que, justamente, haviam sido presos os oradores do comício, dispôs-se a explicar aos presentes o que havia ocorrido, sendo, então, interpelado pelos agentes policiais. A partir de então, para as autoridades, passou a ser um dos perigosos “oradores operários”.

Ainda que tenha afirmado na carta “que não conhecia a questão social e por isso não era anarquista”²⁴, assumiu ter feito parte da comissão organizadora da União Geral dos Trabalhadores. Nessa condição teria sido convidado “a fazer um depoimento sobre a organização da mesma União”, depoimento este que era o único que existia por ele assinado “em todas as repartições da polícia”²⁵.

Após a leitura do relato de Madeira, Maurício de Lacerda, um dos únicos parlamentares brasileiros simpáticos à causa operária, em um parlamento extremamente conservador, crítico ferrenho das arbitrariedades policiais e da apli-

²¹ BRASIL. AN. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷138.

²² BRASIL. AN. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷162. Pedido de informações para julgamento de *habeas corpus*.

²³ Observe-se, entretanto, que a expulsão sem processo era um recurso comum. Regra geral, embora houvesse a obrigatoriedade da lei, os processos, no caso dos anarquistas, somente podiam ser instaurados quando pudesse ser comprovada ameaça à segurança pública, visto a constituição garantir a liberdade de opinião. Dessa forma, calcula-se que a maior parte dos anarquistas foi expulsa sem processo.

²⁴ BRASIL. *Annaes da Câmara dos Deputados* de 1920. Sessão de 12 de agosto. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921, p. 504.

²⁵ BRASIL. *Annaes da Câmara dos Deputados* de 1920. Sessão de 12 de agosto. p. 504.

cação do estatuto da expulsão, declarou que “mesmo que [Madeira] fosse anarquista, estaria amparado pelo Supremo”, pois o direito ao livre pensamento estava garantido pela constituição. Dessa forma, protestava veementemente contra o fato “de que o paciente em questão foi preso às 6 horas e meia da tarde de um domingo, dia 4, metido incontinenti em um xadrez e dali saiu diretamente ao dia seguinte, às 2 horas da tarde, para o vapor Gelria, sem ser interrogado, sem ouvir ou interrogar testemunhas, tudo se passando, pois, no seu ‘processo’ de expulsão, à sua inteira revelia”²⁶.

Após essas palavras, o deputado encaminhou à presidência da mesa uma série de perguntas a serem dirigidas ao Ministério da Justiça, relativas a José Madeira e a outros indivíduos, arbitrariamente expulsos, mas, ao que tudo indica, elas nunca foram devidamente respondidas.

No *habeas corpus* impetrado em 11 de agosto de 1920, em favor de Madeira, por Theodoro Magalhães, o advogado atesta que figuravam, como provas decisivas para a expulsão, um depoimento anterior do acusado, prestado no ano de 1917, devido a “certos distúrbios grevistas”, quando Madeira, segundo a polícia, teria assumido ser anarquista; depoimento ao qual Madeira fez referências em sua carta a Lacerda, negando, porém, sua veracidade.

O caso de José Madeira traz não só informações importantes sobre o verdadeiro alcance da expulsão e sobre alguns dos procedimentos de defesa adotados pelos que eram por ela atingidos, quanto menções significativas quanto ao próprio ato de emigrar.

Ao se dizer “envolvido na onda emigratória que em 1912 se efetuava de Portugal para o Brasil”, Madeira, de alguma forma, demonstrava ter plena consciência da diáspora que então se efetuava, bem como da própria dinâmica de um processo que, iniciado, ganhava impulso próprio, contaminando indivíduos que se deixavam envolver por pressões coletivas transformadas em inevitabilidade.

Quanto ao fato de Madeira ser ou não anarquista, a versão que ele apresenta dos fatos, na tentativa de justificar sua participação no comício que acarretou sua prisão, tem muitas fragilidades, o que pode explicar porque a Justiça negou o pedido de *habeas corpus*. É necessário, porém, destacar que Mauricio de Lacerda tinha razão ao defender que, mesmo que Madeira fosse anarquista, tinha o direito de ser, pois isto estava garantido na constituição. De influência liberal, ela proclamava direitos iguais para brasileiros e estrangeiros residentes, sendo um desses direitos a livre expressão do pensamento, o que se ajustava perfeitamente ao caso de Madeira.

Independentemente, porém, do que dizia a Carta Magna brasileira, a defesa da ordem sempre prevaleceu sobre a lei, o que explica porque o decreto de 1907 foi aplicada, apesar de ter contra ela a arguição de inconstitucionalidade, problema que só findou quando uma reforma da constituição, efetuada em 1926,

²⁶ BRASIL. *Annaes da Câmara dos Deputados* de 1920. Sessão de 12 de agosto. p. 504.

garantiu ao Estado o direito de expulsar todos aqueles que pudessem ser considerados nocivos à sociedade ou perigosos aos interesses da República.

Ao lado de indivíduos processados, segundo rezava o Direito Internacional, muitos indivíduos, como Madeira, foram arbitrariamente expulsos do Brasil, sem a mínima chance de defesa. Em relação a alguns, a expulsão encontrou justificativas em atos de violência comprovadamente praticados. Em relação a outros, o ato mostrou-se especialmente arbitrário e cruel, com a violência policial sendo cometida em nome da ordem.

BIBLIOGRAFIA

- GIRARDET, Raoul, 1986 – *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MENEZES, Lená Medeiros – *Tramas do mal. Mídia, mito e revolução (1917-1921)*. Rio de Janeiro (no prelo).
- SERRÃO, Joel, 1977 – *A Emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, Fernando de, 1988 – *Jornal de Notícias. A memória de um século (1882-1988)*. Porto: Empresa do Jornal de Notícias.
- THOMPSON, 1987 – *Formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NO RIO DE JANEIRO: ASPECTOS SOCIAIS E FINANCEIROS EM 1912

Vitor Manoel Marques da Fonseca

INTRODUÇÃO

Em 1922, no bojo das comemorações do centenário da Independência, a Prefeitura do Distrito Federal, por meio do Departamento Municipal de Assistência Pública, edita a obra *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística*¹, com informações sobre todas as instituições, públicas ou privadas, com atuação na área de assistência social à população carioca.

O livro iniciava-se com a transcrição de um ofício de 2 de janeiro de 1913, pelo qual o então prefeito do Distrito Federal, o general Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, cuja gestão foi de 1910 a 1914, solicitava ao desembargador Ataulfo Nápoles de Paiva², então juiz da Corte de Apelação, que assumisse a direção dos trabalhos de “estatística geral de todos os estabelecimentos e instituições de caridade e de assistência, públicos e privados”³.

Ataulfo de Paiva, no prefácio intitulado *Reflexões necessárias*, historia a realização da obra. Sua origem foi preconizada pelo decreto municipal n.º 441, de 26 de junho de 1903, pelo qual o então prefeito, Francisco Pereira Passos, criava o Ofício Geral de Assistência e determinava a realização da estatística geral de todos os estabelecimentos e instituições de assistência, públicos ou privados. No seu preâmbulo, o referido ato assumia as seguintes razões para sua necessidade social e política:

Considerando a urgente necessidade de utilizar proficuamente os elementos esparsos de que já dispõe nesta capital a assistência pública e privada em prol dos necessitados em suas múltiplas formas; considerando que da sistematização desses elementos por uma instituição que os encaminhe, imprimindo-lhes unidade, fiscalizando-os e superintendendo-os, sem aliás quebrar a completa autonomia das associações e estabelecimentos já existentes, só podem provir vantagens; considerando que, com a solução desse magno problema, a

¹ ASSISTENCIA, 1922.

² Observe-se que a grafia dos nomes de pessoas e instituições e os textos reproduzidos em citação, ao longo deste trabalho, foram modernizados.

³ ASSISTENCIA, 1922: I.

nossa Capital verá, senão completamente atendida, ao menos atenuada, a triste situação que, quer da indigência inábil para prover os meios de subsistência por esforço próprio, quer da velhice desamparada, quer da orfandade desvalida, quer da infância obrigada a trabalhos nocivos à saúde, quer dos loucos de todo o gênero, quer de outros infortúnios da sociedade; considerando, em particular, quanto à mendicidade que, apesar das medidas postas em prática por esta Prefeitura e as que estão condensadas na legislação penal da União, faz-se todavia mister amparar, como um dever social e humano, a condição de certos indigentes que não podem ser internados nos asilos já fundados; considerando que a Prefeitura, quando convier, poderá, para maior utilidade da matéria, acordar com o Governo Federal, na parte de sua competência, as medidas de caráter comum, feita previamente a indispensável estatística geral e recenseamento das obras de caridade de todas as espécies existentes nesta Capital; considerando que a Municipalidade, embora preocupada com os grande melhoramentos materiais da cidade, não pode ser indiferente à sorte dos infelizes de toda a espécie, retirados da via pública ou internados em estabelecimentos de caridade, mas desprovidos de fiscalização, ora inexistente, mas necessária, para a completa efetividade e bons resultados dos socorros públicos ou privados⁴.

O decreto deixa clara a ligação desse novo órgão municipal e da necessidade de se dispor de confiáveis dados estatísticos sobre a assistência social às importantes alterações na estrutura urbana que, comandadas pelo prefeito, mais tarde cognominado “Haussmann tropical”, então se realizavam. Ao civilizar, modernizar e sanear a velha cidade colonial do Rio de Janeiro, por meio das obras no porto e abertura de avenidas, das quais a mais importante foi a Central, atual avenida Rio Branco, derrubam-se inúmeras casas e cortiços, deixando ainda mais evidente a situação de pobreza de largo contingente da população carioca⁵.

Por outro lado, numa cidade que se moderniza e que adota princípios urbanísticos derivados da Ciência, a preocupação com a estatística visava possibilitar, também na área de assistência social à população, uma atuação racional da Municipalidade, campo em que, até muito pouco tempo antes, as intervenções do Poder Público se faziam de maneira esporádica e aleatória, e que internacionalmente começava a ser pensado como necessitando de atuação constante e planejada. Importa observar que, se em nível municipal, a determinação do fornecimento de dados estatísticos pelos estabelecimentos particulares de filantropia surgiu com o decreto municipal n.º 216, 30 de novembro de 1895, pouco depois da realização do Censo de 1890, em nível federal, a preocupação com a estatística de sociedades civis só ocorre em 1908, quando o decreto n.º 1850, de 2 de janeiro, determinou o fornecimento obrigatório de dados pelas associações à Diretoria Geral de Estatística.

⁴ RIO DE JANEIRO (Prefeitura). Decreto n.º 441, de 26 de junho de 1903, que cria o *Ofício Geral de Assistência* (ASSISTENCIA, 1922: 756).

⁵ Sobre as transformações do Rio de Janeiro no período e seus significados sociais, recomendam-se os clássicos: BENCHIMOL, 1990; CARVALHO, 1986; ROCHA, 1986.

Entretanto, só em 1913, 10 anos, um outro prefeito, Bento Ribeiro, manda efetivamente realizar a referida estatística geral. Concluída ainda em sua gestão, Bento Ribeiro, pelo decreto n.º 1001, de 13 de novembro de 1914, cria a Comissão Especial de História e Estatística da Assistência Pública e Privada, não logrando, entretanto, imprimir o trabalho realizado. Tal ação será realizada no governo de Carlos César de Oliveira Sampaio (1920-1922), que a faz como uma das comemorações do Centenário da Independência, e como texto de propaganda sobre a importância do tema, uma vez que nessa mesma época se discutia um projeto de lei municipal visando uma reorganização estrutural do Ofício Geral de Assistência e das ações governamentais na área. Para isso, a obra foi atualizada, recolhendo-se dados históricos e estatísticos até o ano de 1920 inclusive.

Pelos textos introdutórios, percebe-se a preocupação com os menores abandonados e delinquentes, com a assistência à velhice, à mulher, aos estrangeiros, aos alienados, aos tuberculosos, aos leprosos, além das questões relacionadas à mendicância profissional, à assistência em domicílio e em hospitais, a acidentes de trabalho, ao alcoolismo e a doenças sexualmente transmissíveis (especialmente a sífilis). Interessa, entretanto, observar que grande parte das instituições privadas referenciadas no trabalho, ainda que tivessem atuação sobre esses problemas, o faziam de maneira indireta, por exemplo dando pensões a idosos e acidentados, fazendo empréstimos, ajudando nos funerais etc., além de atenderem um círculo restrito de pessoas e não os necessitados em geral. No caso das sociedades de auxílio mútuo, visavam

fundamentalmente, a garantia de algum tipo de benefício para seus membros, desde o que era considerado “socorros”, por exemplo, benefícios em períodos de inatividade por doença ou acidente, pensões, quando inválidos para o trabalho ou para a família, em casos de morte, ajudas para funeral e luto, do associado ou alguém de sua família, tratamento médico, assistência advocatícia, etc. Podiam estar ligadas especificamente a uma empresa, a uma categoria profissional ou, numa cidade que atraía tantos migrantes e imigrantes, a uma nacionalidade ou naturalidade⁶.

No caso das associações religiosas, que eram principalmente católicas, mas podiam pertencer a outros credos, como protestantes, judaicas ou espíritas, ligavam-se também preferencialmente a seus integrantes, embora também pudessem, por caridade, atender a não membros. Desse tipo, as mais voltadas para o atendimento aos necessitados da sociedade em geral eram as espíritas, que constituíam, muitas vezes, consultórios e farmácias homeopáticas para esse serviço. Associações sindicais tinham, normalmente, além de um caráter de defesa da classe/categoria profissional, serviços de atendimento médico e farmacêutico e atuação semelhante àquelas de auxílio mútuo, voltando-se basicamente para os associados. Na mesma época, somente as associações beneficentes

⁶ FONSECA, 2008: 118.

visavam realizar algum tipo de benefício para outros, que não os seus membros. Nesse caso, a associação não visava o bem do grupo, mas a reunião de esforços em prol de indivíduos definidos ou de todos os que, por algum motivo, a ela recorressem. Podiam também se ligarem a uma dada nacionalidade ou naturalidade⁷.

Nossa preocupação é analisar os dados levantados com relação a associações portuguesas ou de influência portuguesa referentes ao ano de 1912. Nesse sentido, é mantida a preocupação com o associativismo dos emigrantes portugueses, que vem por nós sendo apresentado e analisado nos três seminários internacionais sobre a (i)emigração portuguesa já ocorridos, além de atender ao corte cronológico definido para confrontação dos dados coletados em Portugal e no Brasil sobre a história comum da (i)emigração portuguesa.

Nos outros trabalhos, refletimos sobre a história da imigração portuguesa no Rio de Janeiro no início do século XX, as associações a que deu origem, a configuração geográfica e arquitetônica de suas sedes e o grupo de imigrantes que se constituíram como seus fundadores e diretores. Nossas análises, entretanto, não puderam, por limitações das fontes utilizadas, trabalhar com número de sócios, capital possuído ou dispêndios com os membros. O recurso à *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística* permite não só essa análise como a confrontação desses dados com informações semelhantes de outras associações simultaneamente existentes na Capital Federal, dando, portanto, condições de analisarmos a importância das associações portuguesas em relação ao quadro geral das associações atuantes na assistência social.

1. O SOLIDARISMO DOS BRASILEIROS NA VISÃO DOS INTELLECTUAIS E DO ESTADO

Na mesma conjuntura, intelectuais e o Estado, este pela voz e pena de seus funcionários administrativos, tinham visões extremamente diferentes acerca do solidarismo do povo brasileiro. Enquanto era corrente entre nossos pensadores a afirmação de que o brasileiro era caracteristicamente insolidário, avesso a associações, grêmios, grupos de pressão etc., a Prefeitura do Distrito Federal, em obra publicada em 1922, louvava o espírito solidário e altruístico do mesmo povo⁸.

Para comprovar essa afirmação, podemos confrontar textos dos dois pólos da discussão. Do lado do Estado, na obra *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística*, o texto técnico que apresenta a obra e a relaciona às preocupações das autoridades nacionais e internacionais quanto à questão, começa por afirmar:

⁷ FONSECA, 2008: 118.

⁸ ASSISTENCIA, 1922.

O Brasil, já se asseverou em outro lugar, é a terra produtiva e fertilizante da filantropia e da caridade. Da primeira à última palavra deste livro põe-se bem à mostra como rebentou aqui, desde os primeiros momentos da Colônia, resguardado de toda a utopia, o forte sentimento de solidariedade. O senso social do coletivismo, embora sob fórmula rudimentares, sempre teve entre nós um cultivo muito especial e uma estima bastante cariciosa. [...] Em cada centro associativo há um traço característico dos surtos de nossa liberalidade que constitui precisamente a afirmação espontânea e consciente do instinto de fazer o bem. O culto da caridade no nosso país possui manifestações grandiosas, imensuráveis. No sagrado interesse da indigência, existe sempre aqui uma soma infinita de nobres esforços, uma emulação piedosa, uma dedicação corajosa. Todas as desgraças encontram um apoio valioso e um amparo abnegado. Um simples apelo à generosidade da população faz brotar donativos opulentos. Os socorros que, à discrição, prodigalizamos à orfandade, à pobreza e ao infortúnio não têm barreiras impostas nem limites traçados. Por toda a parte espalham-se as casas de beneficência, os asilos, os orfanatos, os estabelecimentos hospitalares, os dispensários, as casas pias, as associações religiosas, os socorros mútuos, as devoções, as ordens e as irmandades⁹.

Para essa posição, a solidariedade era traço marcante da sociedade brasileira, demonstrada claramente pela caridade que marcava as diversas instituições que atendiam a parcela necessitada da população, fosse ela a de doentes, crianças ou pobres.

Na posição diametralmente oposta, podemos recorrer a Oliveira Viana, o principal teórico do insolidarismo como traço marcante de nossa sociedade. Ele deu um destaque tão grande à questão do solidarismo que suas idéias assumiram um caráter emblemático, tanto para quem com elas concordava, como para aqueles que as negavam. Dentre suas obras, a mais relevante para esta matéria é *Populações meridionais do Brasil*, publicada no mesmo ano de 1922. Nela, Oliveira Viana lançou as bases de seu pensamento com relação ao insolidarismo dos brasileiros, as quais serão mantidas nos livros posteriores.

Procurando responder aos problemas evidentes de pouca participação política da população, de corrupção eleitoral, de pobreza diante de uma conjuntura internacional em que tais males eram atribuídos ao passado e identificados com o atraso, criando condições desfavoráveis ao desenvolvimento, ele analisa a formação da sociedade brasileira e busca em sua história a explicação de tal fato. Após tê-lo feito, conclui:

Em síntese: *o povo brasileiro só organiza aquele tipo de solidariedade, que lhe era estritamente necessária e útil – a solidariedade dos clãs em torno do grande senhor de terras*. Todas essas outras formas de solidariedade social e política – os ‘partidos’, as ‘seitas’, as ‘corporações’, os ‘sindicatos’, as ‘associações’, por um lado; por outro, a ‘comuna’, a ‘província’, a ‘Nação’ – são,

⁹ ASSISTENCIA, 1922: 1.

entre nós, ou meras entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias, sem realidade efetiva na psicologia subconsciente do povo¹⁰.

Toda a preocupação de Oliveira Viana com essa questão liga-se ao fato dele possuir uma proposta de organização para o Brasil. A seu ver, a idéia de nação não era natural para a população, fato explicado pelo caráter nacional insolidário, ou seja, não preocupado com o bem comum, porque o meio físico exigira a dispersão e desestimulara entre os indivíduos o sentimento de interdependência. A questão não era a associação do grupo pequeno, por exemplo, aquele profissional, até porque esta ocorria, embora não fosse suficiente, como se evidencia a seguir, em texto mais tarde publicado, quando reclama dos partidos existentes:

Essas quatro associações [Associação Comercial, Centro Industrial, Sociedade de Agricultura, União dos Estivadores] são puras associações de interesse privado; mas entre elas e as nossas comunidades partidárias não há, de forma alguma, nenhuma diferença essencial¹¹.

Sua preocupação maior era a de criar o espírito público que deveria estar presente em todas as associações, como o faziam os anglo-saxões para resolver a ‘questão social’ quando se valiam do sindicalismo

praticado à maneira deles, de acordo com o gênio específico da raça. Isto é, sem preconceitos doutrinários, sem preocupações políticas, sem objetivos revolucionários, sem impulsos destrutivos, contido exclusivamente dentro do campo profissional e visando objetivos práticos, de melhoria das condições de vida do mundo trabalhador, pelo desenvolvimento do bem estar individual do operário e pelo desenvolvimento do espírito de colaboração e solidariedade¹².

Oliveira Viana assume que somos insolidários porque tem uma visão muito intransigente do que deveriam ser as associações e quais os papéis que deveriam assumir na construção da nação brasileira – não vendo na realidade social o que desejava, ou negava a existência delas ou as acusava de obsoletas, retrógradas, e, portanto, inapropriadas.

A obra da Prefeitura do Distrito Federal recenseia e recupera a história e dados estatísticos sobre sócios, capitais, socorros etc. de cerca de 500 instituições, grande parte privadas, que podiam ser lojas maçônicas, irmandades católicas, centros espíritas, asilos, sociedades beneficentes e associações de auxílios mútuos com atuação na área de assistência social. A quantidade dessas associações é eloqüente, ganhando mais importância ainda ao lembrarmos que nossas pesquisas comprovam que o associativismo também se estendia a outras áreas, como a recreativa, cultural, educativa, política e sindical¹³.

¹⁰ VIANNA, 1973: v. 1, 241-242. Itálico no original.

¹¹ VIANNA, 1923: 111.

¹² VIANNA, 1923: 96.

¹³ FONSECA, 2008.

No esforço de recolher dados que possibilitassem uma atuação combinada e racional na área de assistência social, a Prefeitura recolheu, para cada associação, sua data de fundação, endereço de sede, dados referentes à sua história, estado e movimento em 1912 (número de associados, nacionais e estrangeiros, admissões e baixas, patrimônio, receita, despesa e serviços realizados), além de dispor ao final de tabelas numéricas comparativas, separadas em classes (associações de auxílio mútuo e de beneficência, asilos e recolhimentos e estabelecimentos de assistência a enfermos hospitalizados).

Para o nosso interesse temático e cronológico, as mais importantes são as tabelas referentes a associações de auxílio mútuo e de beneficência, que informam número de associados (homens e mulheres, existentes em 1 de janeiro de 1912, admitidos e eliminados durante esse ano, por falecimento e por outros motivos; nacionais e estrangeiros, adultos e crianças, do sexo feminino e masculino associados em 31 de dezembro de 1912), beneficências prestadas nesse ano, especificando se funerárias, pecuniárias, médicas, de outra natureza e não especificadas e total, movimento financeiro (capital social, receita e despesa), verbas componentes da receita (subvenções pela União e pelo Distrito Federal, rendimento do capital social, contribuições de associados, donativos ou legados, receitas de outras naturezas e total) e verbas componentes da despesa (funerais, auxílios pecuniários, assistência médica, auxílios de outra natureza, despesas não especificadas e total).

Quanto às de asilos e recolhimentos e aos estabelecimentos de assistência a enfermos hospitalizados, as instituições listadas não têm interesse para este trabalho. Destes últimos, consta o Hospital de São João de Deus, que integrava a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, instituição maior que será analisada no contexto das demais associações de auxílio mútuo e beneficência.

Para efeito de nossa análise, não trabalharemos com todos os dados fornecidos. Pretendemos, principalmente, por meio do estudo do movimento social, do movimento financeiro e do tipo de gasto realizado, observar a importância das associações e seu significado para os membros e a sociedade carioca em geral.

2. O QUADRO SOCIAL DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS

Definimos como associações portuguesas aquelas com evidente menção a personagens ou fatos da história de Portugal ou referentes a topônimos portugueses. Nesse sentido, essa categoria engloba tanto sociedades exclusivamente de portugueses, como outras de caráter cosmopolita, que, entretanto, tiveram sua inspiração e boa parte de seus fundadores e associados dessa nacionalidade. Pode ser que uma dessas sociedades tenha sido fundada majoritariamente por pessoas de outras nacionalidades, mas seu título remete a uma clara identificação com valores lusitanos e, inexistindo a possibilidade de se estudar cada uma individualmente, assumiu-se que tal caso, se ocorresse, não comprometeria o estudo como um todo. Cabe observar, entretanto, que não foram incluídas aqui agremiações sem a característica primeira, ainda que contassem entre seu

membros uma boa parte de portugueses, como é o caso de algumas associações ligadas a profissões, por exemplo.

Em cerca de 513 associações¹⁴, trinta são ligadas a nacionalidades estrangeiras, sendo que dessas, existentes em 1912, vinte e três são ligadas, por sua origem de fundação ou por influência cultural à nacionalidade portuguesa e somente seis a outras nacionalidades estrangeiras¹⁵. Essa disparidade numérica encontra sua explicação na grande importância numérica da colônia portuguesa na população carioca¹⁶. Quanto às associações portuguesas de auxílios mútuos e de beneficência, eram as seguintes:

Quadro n.º 1 – Quantidade, sexo e nacionalidade e de membros de associações portuguesas de auxílio mútuo e beneficência em 1912

Associação	Fundação	Sócios em 1/1			Sócios em 31/12			Sócios em 31/12		
		H	M	T	H	M	T	Bras.	Est.	Ign.
Assoc. Benef. dos Artistas Portugueses (Real)	26/05/1863	436	-	436	422	-	422	-	422	-
Assoc. Benef. Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale (Real)	15/08/1865	1300	-	1300	1275	-	1275	705	570	-
Assoc. Benef. Memória a D. Afonso Henriques e a Serpa Pinto	20/06/1903	594	30	624	607	30	637	432	205	-
Assoc. Port. de Benef. Memória Luís de Camões	10/06/1880	734	-	734	744	-	744	744	-	-
Assoc. de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	01/01/1882	325	3	328	307	3	310	79	231	-
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I (Real)	10/06/1872	1077	-	1077	1064	-	1064	-	1064	-

(continua na página seguinte)

¹⁴ A *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro* fala em cerca de 500 instituições. Embora tenhamos contado 515, em alguns casos, uma entrada geral dá informações e reúne diversas associações, como por exemplo, várias lojas maçônicas, reunidas no Grande Oriente do Brasil, e as diversas conferências da Sociedade de São Vicente de Paulo. Não contamos entre as associações portuguesas de nosso universo a Sociedade Beneficente Memória a Sidônio Pais, fundada em 1918, a Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados do Rio de Janeiro, fundada em 1921, e a Loja Maçônica Luís de Camões, cujos dados individuais não são referidos.

¹⁵ São os casos da Sociedade Alemã de Beneficência (*Deutschen Hilfs-Vereins*), Sociedade Francesa de Beneficência (*Société Française de Bienfaisance*), Sociedade Francesa de Socorros Mútuos (*Société Française de Secours Mutuels*), Sociedade Espanhola de Beneficência, Sociedade Italiana de Beneficência e Socorro Mútuo e a Sociedade Filantrópica Suíça (*Société Philantropique Suisse*).

¹⁶ Segundo o censo de 1906, a população estrangeira no Rio de Janeiro era 25,94% da população total, sendo que os portugueses eram 63,36% de todos os estrangeiros e 16,43% de todos os habitantes da cidade. Em 1920, conforme o Censo, os estrangeiros eram 20,65% de toda a população e os portugueses eram 14,88% da população total e 71,69% de todos os estrangeiros.

Quadro n.º 1 – Quantidade, sexo e nacionalidade e de membros de associações portuguesas de auxílio mútuo e beneficência em 1912 (continuação)

Associação	Fundação	Sócios em 1/1			Sócios em 31/12			Sócios em 31/12		
		H	M	T	H	M	T	Bras.	Est.	Ign.
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião	08/09/1883	524	-	524	503	-	503	236	267	-
Caixa de Socorros D. Pedro V (Real e Benemérita)	31/05/1863		-			-		?	?	-
Centro Benef. D. Amélia, Rainha de Portugal	30/01/1907	493	281	774	447	265	712	365	347	-
Centro Benef. dos Monarquistas Portugueses*	05/07/1908		-			-		?	?	-
Centro da Colônia Portuguesa (Real)	23/12/1892	750	-	750	830	-	830		830	-
Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque	01/04/1897	1675	8	1 683	1699	8	1707	702	1 005	-
Congregação dos Artistas Portugueses	28/09/1883	297	-	297	316	-	316	-	316	-
Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	08/04/1883	800	-	800	813	-	813	525	288	-
Congresso Benef. Alto Mearim (Martins de Pinho)	15/08/1886	705	-	705	685	-	685	-	-	685
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	08/07/1882	982	-	982	1038	-	1038	-	1 038	-
Grêmio Benef. à Memória de Camilo Castelo Branco	30/05/1884	208	-	208	203	-	203	203	-	-
Soc. Benef. Memória aos Heróis Portugueses e Rainha Santa Isabel	26/04/1884	512	66	578	497	66	563	-	-	563
Soc. Fraternidade Açoriana	15/08/1881	288	-	288	273	-	273	-	273	-
Soc. Portuguesa de Beneficência (Real e Benemérita)	17/05/1840	40 020	-	40 020	40 384	-	40 384	-	40 384	-
Soc. de Socorros Mútuos Luís de Camões	10/06/1880	937	-	937	897	-	897	-	897	-
Soc. de Socorros Mútuos Marquês de Pombal	20/06/1881	317	-	317	318	-	318	-	318	-
Soc. União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	18/08/1907	141	-	141	162	-	162	-	162	-
Total	-	-	-	53 503			53 856	3 991	48 617	1248

* Por querelas jurídicas, ficou paralisada desde 1910.

Em termos de datas de fundação, a grande maioria, cerca de 87% dessas associações foi fundada no século XIX. A mais antiga era a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, de 1840, e a mais recente, o Centro Beneficente

dos Monarquistas Portugueses, de 1908, o que indica que já tinham uma larga história de realizações que dava crédito às suas atuações.

Somente quatro associações têm mais de mil membros, sendo que apenas a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência tinha um número de associados maior que dois mil, ainda que mais de vinte vezes superior a isso. A maioria das associações tinha entre trezentos e setecentos sócios, sendo que apenas quatro possuíam menos do piso da média. No caso da Sociedade União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos, a que tinha menos sócios, cabe destacar que ela se só aceitava naturais de Cabo-Verde, região que embora integrasse Portugal, era área de recebimento de imigrantes mais do que de emigração.

Por outro lado, o sucesso da popularmente conhecida como Beneficência Portuguesa deve ser entendido à luz do pequeno número de hospitais de qualidade, em sua maioria ligados a ordens terceiras. Numa cidade com graves problemas de saúde pública, e numa sociedade com muito poucas garantias sociais quando de doenças ou acidentes de trabalho, a filiação ao que era um dos maiores e mais modernos hospitais se impunha como mínima garantia aos imigrantes.

Embora onze das vinte e três associações tivessem sofrido um pequeno decréscimo nos seus quadros sociais, em termos gerais, o número de associados variou muito pouco ao longo do ano de 1912, apresentando até um pequeno aumento. Não há sinais de que nesse ano nada tenha especialmente estimulado ou desestimulado o ingresso em sociedades de auxílio mútuo e beneficência.

Salta aos olhos o pequeno número de mulheres que integravam essas sociedades, sendo que apenas no Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal, que coincidentemente homenageava uma mulher, seu número era cerca de 50% daquele dos homens. Essa alienação forçada das mulheres não era, entretanto, uma situação que se restringisse a associações portuguesas, repetindo-se no quadro geral do associativismo carioca:

A maioria das associações não aceitava mulheres, como veremos mais adiante, ou o fazia como sócios dependentes de uma figura masculina, que podia ser o pai, esposo ou irmão. Algumas das que aceitavam mulheres, sem colocá-las na dependência de outrem, exigiam, entretanto, o assentimento de um desses responsáveis¹⁷.

Um dado interessante é que nove das vinte e três associações, cerca de 39,13%, aceitavam brasileiros em seu quadro social, e provavelmente também estrangeiros de outras nacionalidades. Isso pode ser confrontado com o fato das associações estrangeiras não portuguesas só aceitarem seus nacionais ou, no máximo, como é o caso da alemã, das francesas e da suíça, seus descendentes,

¹⁷ FONSECA, 2008: 153.

sendo que só nessa última o número de brasileiros é maior, e bem maior, quase o quádruplo, do que o dos estrangeiros, o que, provavelmente, tem a ver com o então mínimo número de suíços no Rio de Janeiro – no Censo de 1920, eles não constam como nacionalidade específica, sendo contados como “outros europeus”, rubrica que tinha 6342 recenseados¹⁸.

No caso de algumas das associações portuguesas, o número de brasileiros impressiona – eles são a maioria na Real Associação Beneficente Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale, na Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e a Serpa Pinto, na Associação de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião, no Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal e na Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal, além de também estarem significativamente presentes no Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque.

Por outro lado, outras questões também causam uma certa estranheza: a Associação Portuguesa de Beneficência Memória Luís de Camões e o Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco só possuíam sócios brasileiros; o Congresso Beneficente Alto Mearim (Martins de Pinho) não declarou a nacionalidade de seus membros e a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, aquela sociedade com maior número de afiliados, os declarou todos como estrangeiros. Neste último caso, não parece provável que, dada a importância da garantia de uma assistência médica de qualidade, a Beneficência Portuguesa tenha conseguido resistir à natural pressão de seus associados para receber também seus parentes brasileiros.

Há indícios de que o número de pessoas participantes de associações seja significativo. Se confrontado com o número total de pessoas recenseadas em 1920, 1 157 873 indivíduos, 4,65% pertenceriam a alguma associação, o que não parece ser tão grande. Entretanto, no caso da Beneficência Portuguesa, se acreditarmos que todos os seus membros eram portugueses, ela congregaria, no mínimo, cerca de 23,43% de todos os portugueses, porcentagem que seria ainda mais elevada se considerarmos, como declarado, que todos esses membros fossem homens, enquanto o número total de portugueses incluía mulheres e crianças. Essas conclusões, entretanto, são perigosas – não só alguns desses dados permitem dúvida, como também, seguramente, algumas pessoas pertenciam a mais de uma associação.

3. BENEFICÊNCIAS PRESTADAS

A análise do tipo e quantidade de beneficências prestadas pode nos ajudar a perceber o grau de importância e significação da ação dessas associações junto a seus membros e à população carioca.

¹⁸ BRASIL., *Recenseamento do Brazil*, 1923.

Quadro n.º 2 – Beneficiados por auxílios prestados por associações portuguesas de auxílio mútuo e beneficência em 1912

Associação	Pessoas que receberam auxílios					Total
	Fune- rários	Pecu- niários	Médi- cos	Outra natureza	Sem espe- cificação	
Assoc. Benef. dos Artistas Portugueses (Real)	8	32	-	62	-	102
Assoc. Benef. Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale (Real)	35	250	50	70	-	405
Assoc. Benef. Memória a D. Afonso Henriques e a Serpa Pinto	4	49	-	-	-	53
Assoc. Portuguesa de Beneficência Memória Luís de Camões	20	77	-	-	-	97
Assoc. de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	6	20	-	2	-	28
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I (Real)	30	59	-	-	-	89
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião	6	61	-	-	-	67
Caixa de Socorros D. Pedro V (Real e Benemérita)	-	552	28 402	311	-	29 265
Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal	3	42	-	-	-	45
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses*	-	-	-	-	-	-
Centro da Colônia Portuguesa (Real)	15	65	-	20	-	100
Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque	12	77	-	1	-	90
Congregação dos Artistas Portugueses	-	46	1 283	328	-	1657
Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	10	97	-	5	-	112
Congresso Beneficente Alto Mearim (Martins de Pinho)	13	78	19	8	-	118
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	27	95	-	5	-	127
Grémio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco	-	22	-	-	-	22
Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses e Rainha Santa Isabel	12	64	6	-	-	82
Sociedade Fraternidade Açoriana	2	41	2	-	-	45
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Real e Benemérita)	118	32	2 028	-	-	2178
Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões	26	91	-	57	-	174
Sociedade de Socorros Mútuos Marquês de Pombal	8	9	-	-	-	17
Sociedade União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	-	2	-	-	-	2
Total	355	1 861	31 790	869		24875

* Por querelas jurídicas, ficou paralisada desde 1910.

Embora o número de beneficiados não seja muito grande, chama a atenção a frequência de alguns tipos de beneficência, por exemplo, o auxílio funeral e os auxílios pecuniários prestados por quase todas as sociedades. No primeiro

caso, a explicação passa pelo custo do enterramento, que, ademais, é muitas vezes inesperado. Quanto aos auxílios pecuniários, a maior parte das associações o concedia como socorros (auxílios temporários, por exemplo, por doença ou acidente) e pensões, a idosos, incapacitados ou a familiares de sócios falecidos, neste caso, geralmente, a do chefe da família. Algumas associações também socorriam pecuniariamente associados presos, não por crimes infamantes, enquanto não fosse proferida sentença, ou contribuíam para viagens, inclusive para o exterior, por recomendação médica.

Outro tipo de auxílio significativo é a gratuidade de consultas médicas. Nesse caso, chama a atenção do elevado número de pessoas que obtinham esse tipo de auxílio por intermédio da Real e Benemerita Caixa de Socorros D. Pedro V. Embora não haja dúvida de sua importância, e a sua existência e continuação do mesmo atendimento ainda hoje é prova de sua pujança, o número de pessoas beneficiadas por consultas médicas é quase dez vezes maior que aquele atingido pela Beneficência Portuguesa, que possuía um enorme e moderno hospital. Maria Beatriz Nizza da Silva afirma com relação a esse tipo de assistência prestado pela Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V:

Desde a sua fundação, a Caixa sempre contou com a colaboração gratuita de muitos médicos do Rio de Janeiro, cuja lista foi maior ou menor conforme as épocas. Esta tradição de consultas gratuitas aos pobres já vinha aliás, do período colonial, e manteve-se por assim dizer, durante todo o século XIX¹⁹.

A mesma autora levanta dúvidas se isso ocorria por verem esse atendimento como normal na idéia de sacerdócio com que, às vezes, se revestia a profissão, ou se isso teria a ver com o pequeno número de hospitais para prática profissional.

Em termos gerais o número de pessoas beneficiadas por atendimento médico pela Real e Benemerita Caixa de Socorros D. Pedro V só fica abaixo do alcançado pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia (387 541) e pela Federação Espírita Brasileira (260 698). A Santa Casa contava com vários hospitais e exercia a assistência médica à população carioca desde o período colonial. Quanto à Federação Espírita Brasileira, esse número congregava atendimentos realizados por várias associações espíritas.

O alto número de consultas médicas nos permite supor, com razoável grau de certeza, que esse atendimento fosse prestado não somente a membros dessas associações, mas também à população em geral. Isso pode ser concluído ao confrontarmos o número de associados existentes nas associações portuguesas em dezembro de 1912 e o número de pessoas atendidas por médicos – se esse serviço fosse prestado somente a membros das associações, mais da metade deles, c. 59,02%, teriam consultado um médico num mesmo ano, o que parece improvável, até porque uma consulta significava, freqüentemente, a perda de um dia de trabalho.

¹⁹ SILVA, 1990: 120.

4. MOVIMENTO FINANCEIRO EM 1912

A comparação de dados referentes ao valor do patrimônio social e os valores de receita e despesa em 1912 permite-nos avaliar a importância econômica e social de associações específicas no quadro geral daquelas portuguesas, além de nos permitir avaliar sua importância no quadro geral desse tipo associativismo, uma vez que podemos confrontar esses dados com o de outras agremiações semelhantes, ligadas ou não a nacionalidades. Os dados vão a seguir.

Quadro n.º 3 – Movimento financeiro de associações portuguesas de auxílio mútuo e beneficência em 1912

Associação	Movimento financeiro em réis			
	Capital social	Receita	Despesa	Diferença Receita e Despesa
Assoc. Beneficente dos Artistas Portugueses (Real)	209:182\$940	85:734\$000	85:205\$383	528\$617
Assoc. Beneficente Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale (Real)	360:000\$000	110:000\$000	102:200\$000	7:800\$000
Assoc. Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e a Serpa Pinto	36:000\$000	7:611\$000	6:728\$330	882\$670
Assoc. Portuguesa de Beneficência Memória Luís de Camões	184:440\$000	17:041\$500	15:449\$190	1:592\$310
Assoc. de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	117:703\$042	10:475\$460	6:169\$720	4:305\$740
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I (Real)	216:054\$816	26:888\$000	18:085\$040	8:802\$960
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião	20:000\$000	2:755\$000	3:177\$875	-422\$875
Caixa de Socorros D. Pedro V (Real e Benemerita)	1.186:180\$580	80:153\$660	75:367\$200	4:786\$460
Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal	27:000\$000	7:243\$920	5:097\$190	2:146\$730
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses*	-	-	-	-
Centro da Colônia Portuguesa (Real)	150:000\$000	34:972\$000	26:939\$000	8:033\$000
Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque	75:529\$293	17:562\$000	13:231\$430	4:330\$570
Congregação dos Artistas Portugueses	53:512\$326	55:490\$000	51:156\$100	4:333\$900
Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	30:000\$000	15:940\$500	12:485\$160	3:455\$340
Congresso Beneficente Alto Mearim (Martins de Pinho)	166:238\$202	13:361\$210	15:421\$363	-2:060\$153

* Por querelas jurídicas, ficou paralisada desde 1910.

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 3 – Movimento financeiro de associações portuguesas de auxílio mútuo e beneficência em 1912 (continuação)

Associação	Movimento financeiro em réis			
	Capital social	Receita	Despesa	Diferença Receita e Despesa
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	167:000\$000	100:589\$500	100:369\$640	219\$860
Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco	58:000\$000	6:465\$460	3:218\$150	6:137\$310
Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses e Rainha Santa Isabel	42:000\$000	7:400\$200	11:005\$660	-3:605\$460
Sociedade Fraternidade Açoriana	75:000\$000	9:115\$000	10:864\$965	-1:749\$965
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Real e Benemérita)	5.880:030\$389	539:848\$000	409:066\$280	130:781\$720
Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões	113:952\$070	19:303\$899	16:217\$590	3:086\$309
Sociedade de Socorros Mútuos Marquês de Pombal	23:620\$348	3:291\$600	3:101\$100	310\$100
Sociedade União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	1:725\$594	1:620\$594	27\$600	1:643\$406
Total	9.193:169\$600	1. 172:862\$503	990:583\$966	182:278\$537

O capital social das associações que, normalmente em seus estatutos é referido como “fundo social”, era proveniente de jóias, contribuições dos sócios²⁰, legados e doações, cabendo observar, entretanto, que nenhuma dessas associações recebeu nenhuma subvenção do Governo Federal nem do Distrito Federal. Era, comumente aplicado em apólices e prédios.

A maior parte das associações via como sua prioridade em termos de patrimônio a aquisição de uma sede²¹, desejando também possuir outros imóveis, vistos sempre como bens estáveis e imunes a flutuações especulativas. Das vinte e três associações portuguesas existentes em 1912, seis declaravam ter sede própria, a Beneficência Portuguesa não o fazia por ser patente este fato, haja visto a magnificência de seu prédio na rua Santo Amaro, e a Caixa de Socorros D. Pedro V advertia que sua sede era provisória, já que o edifício próprio, localizado na Praça Tiradentes, havia sido incendiado em 1910.

²⁰ As contribuições podiam advir do pagamento pelos diplomas, obrigatórios quando do ingresso ou, em alguns casos, também obrigatórios por mudança de status do associado, e dos pagamentos por mês ou grupo de meses, de anualidades ou de semestralidades (valor que algumas associações cobravam uma vez por ano ou de seis em seis meses).

²¹ Muitas associações, ao informarem seu endereço, indicam tratar-se de “sede própria”, dando a essa declaração um caráter de distinção baseado em sua evidente saúde financeira.

A outra aplicação principal do capital social era a aquisição de apólices da dívida pública, da União, dos estados ou do Distrito Federal. Desconhecemos qualquer determinação legal no sentido dessa opção, mas tudo indica que pareciam ser aplicações rentáveis e seguras, dois aspectos importantes para garantir aos membros a segurança de integrarem uma associação viável e estável financeiramente. Nos casos em que parte do capital estivesse sob forma monetária, normalmente era depositado numa instituição bancária, geralmente o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica.

Nos estatutos é freqüente afirmarem que tais títulos, com ou sem prévia decisão de assembleias, só podiam ser alienados em dois casos, a compra da sede e quando fosse impossível honrar os compromissos, principalmente os dos socorros e pensões, os quais, antes dessa medida, podiam até ter seus valores diminuídos. Um exemplo da importância desse capital imobilizado é dado pelo estatuto da Fraternidade dos Filhos da Lusitânia, que se extinguiria pela impossibilidade de alcançar os fins a que se propunha, tendo alienado 2/3 de suas apólices²².

Analisando os valores declarados como capital social, observa-se que as duas associações mais ricas são a Beneficência Portuguesa e a Caixa de Socorros D. Pedro V, cujos patrimônios atingem a casa dos milhares de contos, ou seja, de milhões de réis. Em todas as associações recenseadas em 1912, somente treze, das mais de 500, tinham capital nesse patamar.

Quadro n.º 4 – Capital social das associações com mais de 1000 contos de réis em 1912

Associação	Capital social
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro	50.000:000\$000
Ordem de São Francisco da Penitência (Venerável)	14.949:002\$248
Irmandade da Candelária	13.123:921\$230
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Real e Benemerita)	5.880:030\$389
Irmandade da Santa Cruz dos Militares	4.300:000\$000
Associação Geral de Auxílios da Estrada de Ferro Central do Brasil	2.444:597\$000
Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Venerável)	1.990:000\$000
Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro	1.889:053\$000
Associação Comercial do Rio de Janeiro	1.580:000\$000
Sociedade Amante da Instrução	1.537:800\$000
Ordem Terceira de N. Sra. do Monte do Carmo (Venerável e Arquiepiscopal)	1.500:000\$000
Caixa de Socorros D. Pedro V (Real e Benemerita)	1.186:180\$580
Ordem Terceira de N. Sra. da Conceição da Boa Morte (Venerável)	1.180:323\$421
Total	99 360 907\$868

²² ARQUIVO NACIONAL (Brasil) – 1.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, reg. 816.

A Beneficência Portuguesa é a quarta colocada, sendo superada apenas por irmandades religiosas muito mais antigas que ela própria, e a Caixa de Socorros D. Pedro V aparece em 12.º lugar. Tal volume da capital era raríssimo: a soma dos patrimônios de todas as associações recenseadas atinge 129 609 015\$421 réis, e só o das treze referidas anteriormente é cerca de 76,66%. Isso indica que a maioria das associações tinha um capital social pequeno, e que a maioria das associações portuguesas não tinham especial destaque nesse quesito. Aquela com menor volume de recursos, a Sociedade União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos era de recente fundação e por sua natureza restritiva, só aceitando como sócios pessoas dessa naturalidade, naturalmente tinha um fundo social menor. De qualquer maneira, na medida que o capital social de todas as associações recenseadas atingia 129 609 015\$421 réis, aquelas portuguesas detinham cerca de 7,9% desse total.

Chama a atenção, porém, o fato de quatro associações terem tido uma despesa superior à receita em 1912: a Associação de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião, o Congresso Beneficente Alto Mearim (Martins de Pinho), a Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses e Rainha Santa Isabel e a Sociedade Fraternidade Açoriana. Isso poderia ser um problema conjuntural, mas se não o fosse, era a médio prazo um grave problema, na medida em que poderia leva-las à dissolução. Comumente essas questões estavam ligadas a um aumento do número de socorros e beneficências, fato normalmente ligado ao envelhecimento do quadro de sócios, que passavam a ficar impossibilitados de trabalhar ou morriam, causando mais custos com socorros, pensões e auxílio funeral, sem haver ingresso de novos associados. Nossas conclusões, porém, ganharão mais consistência ao analisarmos as verbas componentes da despesa.

Quadro n.º 5 – Verbas componentes da despesa das associações portuguesas em 1912

Associação	Verbas componentes da despesa					
	Funerais	Auxílios pecuniários	Assistência médica	Outros auxílios	Despesas não especificadas	Total
Assoc. Beneficente dos Artistas Portugueses (Real)	560\$0000	4:459\$900	-	5:147\$000	75:038\$483	85:205\$383
Assoc. Beneficente Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale (Real)	12:305\$000	13:600\$000	1:100\$000	15:755\$000	59:440\$000	102:200\$000
Assoc. Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e a Serpa Pinto	125\$000	2:875\$000	-	-	3:727\$430	6:728\$330
Assoc. Portuguesa de Beneficência Memória Luís de Camões	840\$000	9:749\$000	-	-	4:860\$190	15:449\$190
Assoc. de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	300\$000	1:517\$700	-	760\$000	3:592\$020	6:169\$720
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I (Real)	1:565\$000	9:812\$800	-	-	6:707\$240	18:085\$040
Assoc. de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião	300\$000	1:458\$500	-	-	1:419\$375	3:177\$875

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 5 – Verbas componentes da despesa das associações portuguesas em 1912
(continuação)

Associação	Verbas componentes da despesa					
	Funerais	Auxílios pecuniários	Assistência médica	Outros auxílios	Despesas não especificadas	Total
Caixa de Socorros D. Pedro V (Real e Benemérita)	-	5:275\$350	19:110\$190	29:959\$100	21:022\$500	75:367\$200
Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal	190\$000	3:308\$460	-	-	1:598\$730	5:097\$190
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses*	-	-	-	-	-	-
Centro da Colónia Portuguesa (Real)	1:900\$000	12:589\$000	-	2:900\$000	9:550\$000	26:939\$000
Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque	760\$000	6 397\$600	-	15\$000	6:058\$830	13:231\$430
Congregação dos Artistas Portugueses	230\$000	2:201\$100	-	-	48:725\$000	51:156\$100
Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	768\$000	8:224\$560	310\$000	-	3:182\$600	12:485\$160
Congresso Beneficente Alto Mearim (Martins de Pinho)	578\$000	5:443\$800	-	2:860\$153	7:339\$410	15:421\$363
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	1:050\$000	20:309\$500	-	405\$000	78:605\$140	100:369\$640
Grémio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco	-	1:054\$200	-	-	2:163\$950	3:218\$150
Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses e Rainha Santa Isabel	473\$000	3:846\$500	-	-	6:686\$160	11:005\$660
Sociedade Fraternidade Açoriana	80\$000	6:192\$000	-	-	4:592\$965	10:864\$965
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Real e Benemérita)	3:236\$500	1:980\$000	74:532\$500	11:513\$800	317:803\$480	409:066\$280
Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões	1:040\$000	5:617\$000	-	4 042\$500	5:518\$090	16:217\$590
Sociedade de Socorros Mútuos Marquês de Pombal	320\$000	948\$600	-	-	1:832\$500	3:101\$100
Sociedade União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	-	20\$800	-	-	6\$800	27\$600
Total	26:620\$500	126:881\$370	95:052\$690	73:357\$553	669:470\$893	990:583\$966*

* A soma das colunas apresenta um valor diferente, 991 383\$006.

Em ordem de importância, depois das despesas não especificadas, que devem incluir os gastos com funcionários, aquisição/manutenção de sede, etc., vinham os auxílios pecuniários, a assistência médica, outros auxílios e só depois o auxílio funeral. Os gastos com auxílios pecuniários indicam que, para algumas associações, como a Associação Portuguesa de Beneficência Memória Luís de Camões, a Real Associação de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I, o Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal, a Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal, a Sociedade Fraternidade Açoriana e a Socie-

dade União e Progresso Protetora dos Cabo-verdianos mais de 50% de suas despesas era, provavelmente, com pagamento de socorros por doença, pensões por invalidez ou velhice ou por pensões ou pecúlios por morte de associados. Como as pensões tendiam a manter-se por longo tempo, essa situação acabava por comprometer a saúde financeira da sociedade.

Os gastos com assistência médica são realizados apenas por quatro associações, sendo que só nos casos da Beneficência Portuguesa e da Caixa de Socorros D. Pedro V assumem um valor que demonstra a importância que essas duas sociedades davam a esse tipo de benefício. Chama a atenção, entretanto, os altos dispêndios em “Outros auxílios”, maiores que aqueles usados para socorros e pensões, realizados pela Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses, a Real Associação Beneficente Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale, a Real e Benemerita Caixa de Socorros D. Pedro V e a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, o que podia estar ligado ao fato das três primeiras, das quais conhecemos o estatuto, assumirem gastos com viagens dos sócios por motivos de doença e, no caso da Caixa D. Pedro V, também realizar repatriações de imigrantes, inclusive não sócios, em situação de extrema pobreza.

Ao compararmos o total despendido por todas as associações com funerais, auxílios pecuniários, assistência médica, outros auxílios e despesas não especificadas, chegamos ao quadro que segue.

Quadro n.º 6 – Relação entre os dispêndios com auxílios das sociedades portuguesas com o total gasto por todas as associações

Rubricas de despesa	Total das associações	Associações portuguesas	% dos dispêndios das associações portuguesas em relação ao total
Funerais	487:703\$036	26:620\$500	c. 5,45
Auxílios pecuniários	2.425:547\$209	126:881\$370	c. 5,23
Assistência médica	649:629\$196	95:052\$690	c.14,63
Outros auxílios	1.105:625\$296	73:357\$553	c. 6,63

CONCLUSÕES

Os dados permitem observar que as associações portuguesas tinham um papel extremamente relevante no conjunto das agremiações que lidavam com assistência à população carioca. Isso fica patente no número de seus associados, no número de pessoas beneficiadas por suas ações, no volume de gastos efetuados com esses auxílios e no tipo de auxílios prestados. Além disso, enquanto grupo, as associações portuguesas também se destacavam pela abertura a outras nacionalidades, pela forte presença de brasileiros em seu seio, o que não era comum nas poucas agremiações existentes ligadas às outras nacionalidades, e pelo fato de terem uma ação para além dos limites dos quadros de sócios.

O associativismo português envolvido com a assistência social no Distrito Federal, embora em número significasse somente cerca de 4,48% de todo o movimento associativo com ação na mesma esfera, dispunha de um capital social maior que essa proporção, o mesmo ocorrendo com os auxílios que prestava, principalmente no caso da assistência médica, o que evidenciava sua importância nessa área. Se, individualmente, a maior parte das associações era constituída de pequenas agremiações, mantendo a tendência comum ao universo total, parece claro que não se esgotavam em si mesmas, voltando-se para um alvo maior, uma população que englobava não só os patricios com menor ventura, como também uma grande massa de pobres, independente de suas origens nacionais.

Numa época em que, após uma crise financeira que se arrasta por anos, se assiste a desapropriação da sede da Beneficência Portuguesa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e que se verifica que a maioria das associações aqui referenciadas já não mais existe, embora perdurem vários dos problemas sociais aos quais tentavam responder, importa prosseguir em estudos desse tipo, para entender, com mais detalhe, os fatores intervenientes, e os graus de influência que tiveram no processo de quase desaparecimento dessas sociedades.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ASSISTENCIA pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística*, 1922. Rio de Janeiro: Typographia do Anuario do Brasil. 2 vols.
- BENCHIMOL, Jaime Larry, 1990 – *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística – *Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920: vol. II 1.ª parte: população do Rio de Janeiro (Districto Federal)*, 1923. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 31/05/2007.
- CARVALHO, Lia de Aquino, 1986 – *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1886-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da, 2008 – *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro, Niterói: Arquivo Nacional, Muiraquitã.
- ROCHA, Oswaldo Porto, 1986 – *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 1990 – *Filantropia e imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V.
- VIANNA, Francisco José de, 1923 – *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato & C.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira, 1973 – *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2 vols.

PORTUGUESES EM SÃO PAULO. REGISTROS E INGRESSOS (1912): HOSPEDARIA DO IMIGRANTE – LISTAS DE BORDO E LIVROS DE REGISTRO

*Maria Izilda Santos de Matos
Sênia Bastos*

Esta investigação busca analisar algumas questões sobre a imigração portuguesa em São Paulo, tendo como base documental as Listas Gerais de Passageiros e os Livros da Hospedaria dos Imigrantes. Reconhecendo o potencial de tal documentação, para o presente desafio foi selecionado o ano de 1912. Através de extensa pesquisa que envolveu um total de 16 781 ingressos, possibilitou vislumbrar o movimento de entradas no porto de Santos. Pela análise desta amostragem percebe-se os fluxos de embarcações no porto ao longo do ano, os locais e portos de embarque em Portugal, as pessoas que vinham em família ou desacompanhadas, o número de homens e mulheres, estado civil, diferentes faixas etárias, locais para onde se dirigiam na cidade e no estado de São Paulo, entre outras informações.

IMIGRANTES PARA SÃO PAULO: AÇÕES E SUBVENÇÕES

A política de subvenção da imigração para São Paulo foi gradativamente ampliada, incluindo hospedagem e transporte dos imigrantes para as fazendas. Todos esses subsídios propiciaram ao Estado um controle sobre as ocupações, atividades e destino dos imigrantes chegados a São Paulo. Merecendo destaque a Inspetoria de Imigração no Porto de Santos, criada pelo Decreto n.º 1 458 de 10/4/1907, que tinha por objetivos fiscalizar a imigração, instruir, informar e encaminhar os imigrantes desembarcados em Santos e que desejarem internar-se para se fixarem no Estado; confeccionar a estatística da imigração e emigração por Santos e realizar a propaganda do Estado¹.

Entre 1908 e 1921, dos imigrantes subsidiados que entraram pelo porto de Santos, 98% passaram pela Hospedaria dos Imigrantes, dos não subsidiados, só

¹ Os dados relativos à imigração e re-imigração foram sistematizados pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, cujos boletins e relatórios constituem a principal fonte para os estudos no Brasil.

de 23% pode-se encontrar o registro nos livros da Hospedaria, isso quer dizer que a maioria deles atuou autonomamente.

Os defensores da política imigrantista consideravam esse meio o ideal para o abastecimento de trabalhadores nas fazendas de café. Dessa forma, a cafeicultura paulista foi efetivando seu projeto imigrantista, nesse processo percebeu-se a passagem de ações e interesses do grupo para uma política do Estado², inicialmente provincial e depois pelo governo federal. A proposta da elite agrária para a questão da mão-de-obra foi delineada como – uma política de imigração em massa, contínua³ e subvencionada pelo governo⁴.

O sistema implantado optou preferencialmente pela introdução de europeus⁵ e em unidades familiares, o que permitiu aos cafeicultores obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pela mão-de-obra feminina e infantil, garantindo o abastecimento de braços durante a colheita, enquanto ao colono, através da cooperação da unidade familiar, se tornava possível um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho.

A saga dos imigrantes na atividade cafeeira foi descrita nos relatórios da época, que estão repletos de denúncias: os baixos salários eram reduzidos pelas multas lançadas; a impontualidade e as fraudes nos pagamentos, confiscos, pesos e medidas ilegais, os endividamentos nos armazéns das fazendas somavam-se à disciplina coercitiva e à violência física contra os colonos.

No ano de 1912, aqui nosso foco preferencial, foi marcado por grande influência dos cafeicultores no contexto político nacional, conhecida pelo nome de República do Café com Leite. A presidência de Hermes da Fonseca (1910-14) caracterizou-se por certa instabilidade política, decorrente, principalmente, da crise da borracha e da queda do preço do café.

As necessidades de mão-de-obra para a cafeicultura eram bastante altas e constantes. O café exigia cuidados durante todo o ano. Como não ocorreu qualquer inovação tecnológica até 1930 quanto ao cultivo e à colheita, o fazendeiro dependeu sempre da permanência e disponibilidade de uma grande quantidade de trabalhadores. Estes não só eram empregados no cultivo e na colheita, mas também nas atividades complementares exigidas pela complexa empresa agrícola, na qual se transformou a fazenda de café. Portanto, a expansão da cafeicultura esteve sempre vinculada à necessidade de uma grande massa trabalhadora⁶.

² SALLES, 1986: 110.

³ A imigração contínua visava manter braços disponíveis frente a alta rotatividade dessa mão-de-obra, ao final dos contratos grande parte não permanecia nas propriedades, havendo uma contínua necessidade de braços.

⁴ A partir de 1914, a política de subsídio à imigração declinou, sendo finalmente encerrada em 1927 quando do governo de Júlio Prestes.

⁵ Esperava-se que o trabalhador imigrante reabilitasse o ato de trabalhar e que sua atividade não só regenerasse, mas que imprimisse uma característica civilizadora ao trabalho, ocupação enobrecedora e pressuposto para o progresso. O imigrante laborioso, inteligente, vigoroso e que aspirava à fortuna representaria o progresso e a civilização (SALLES, 1986).

⁶ BASSANEZI, 1996: 5.

No Estado de São Paulo, governado por Albuquerque Lins e Rodrigues Alves, a industrialização apresentava-se em crescimento, fortemente associada à renda gerada pela economia cafeeira, que também influenciava o comércio de forma favorável.

A economia cafeeira, principal item da balança comercial brasileira, proporcionava às cidades paulistas um surto de urbanização, e expressivo deslocamento do campo para a cidade. O estado encontrava-se no controle do processo imigratório, fazia propaganda do país na Europa juntamente com o governo estadual paulista, que custeava as passagens dos que quisessem se estabelecer no estado.

Esse panorama produziu, na sociedade paulista do período, uma multiplicação de profissões e ocupações a que se dedicaram os imigrantes que para aqui se dirigiram. O crescimento atingiu também pequenas cidades do interior, que se urbanizaram e estabeleceram novas relações de produção e consumo⁷.

A IMIGRAÇÃO DOS PORTUGUESES

Os lusos são considerados uns dos grupos mais numerosos de imigrantes estrangeiros e também os que mantiveram fluxos constantes de ingresso no Brasil. Em 1912, aponta-se a entrada de 76 530 lusos no território brasileiro, num universo de 177 887 imigrantes. Há que se considerar, todavia, o ingresso por via ilegal, proveniente das mesmas áreas da imigração legal, ou seja, “as Ilhas Atlânticas dos Açores e as províncias setentrionais do território português continental; nestas províncias incluíam-se tanto as costeiras (Minho, Porto e Beira Litoral) como as do interior (Trás os Montes e Beira Alta)”⁸.

No que se refere ao Estado de São Paulo, registram-se a entrada de 98 640 imigrantes, dos quais 32 813 eram portugueses⁹. Ingressaram no país, pelo porto de Santos, 30 346 lusos, dos quais 16 781 passaram pela Hospedaria do Imigrante, que contabilizou 66 764 imigrantes hospedados em 1912. Observe-se, ainda, que outros portos brasileiros também receberam imigrantes lusos, tais como Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande (RS) e Paranaguá (PR).

AS LISTAS DE BORDO

A caracterização do movimento migratório tem nas Listas de Bordo uma documentação com grande potencial de estudo, visto que contempla a proveniência regional e o destino inicial daquele que migra. Acrescente-se sua poten-

⁷ ROCHA, 2007: 34.

⁸ KLEIN, 1989: 18.

⁹ SCOTT (2001) registra o ingresso de 101 947 imigrantes em 1912, dos quais 42 487 subsidiados e 59 460 espontâneos.

cialidade para a caracterização dos imigrantes, visto que contempla idade, sexo, a unidade migratória (familiar ou individual), a qualificação da mão-de-obra, o grau de alfabetização e a religião.

A Hospedaria do Imigrante reúne em seu acervo as Listas de Bordo das embarcações que aportaram no Porto de Santos relativas ao período de 1888 a 1978, que permitem conhecer a evolução das correntes imigratórias que se relacionaram aos portos paulistas. As séries completas dessa documentação, correspondem ao período em que a Inspeção de Santos esteve subordinada à Hospedaria, relativa aos anos 1908 a 1978; ao que se refere ao registro dos retornados, encontram-se reunidos nas Listas de Bordo de Saídas de Imigrantes, que compreende o período 1900 a 1950.

Em 1912 aportaram no porto de Santos 524 navios, cujos passageiros encontram-se relacionados nas Listas de Bordo (Gráfico n.º 1). A Lista era assinada pelo comandante do navio, sendo sua responsabilidade o teor ali contemplado, quer com relação aos dados relativos à Companhia de Navegação e da Embarcação, quer ao que se refere à caracterização dos passageiros, como se pode perceber pelos campos presentes. Ao que se refere ao navio, destacam-se campos relativos ao porto de embarque, o número de ordem e a classe, reunidos no campo superior do documento; seguiam-se colunas destinadas à identificação dos passageiros, cujo teor contemplava o nome, grau de parentesco com o chefe da família, sexo, estado civil, nacionalidade, profissão, religião, instrução (relativo ao domínio da escrita), última residência (país e localidade), destino e bagagem (volumes).

As Listas de Bordo consultadas para a presente pesquisa não se encontram microfilmadas ou digitalizadas; foram disponibilizados os documentos originais, sistematizados em pastas, por ano e nome de embarcação. Os dados contidos nas listas foram de difícil compreensão em virtude de tais documentos já terem sido expostos a diferentes processos de conservação, sendo a velatura do papel o fator mais agravante, aliada a pouca nitidez da grafia manuscrita, quer pela tonalidade da tinta (decorrente do envelhecimento natural do papel), quer pelo formato da letra.

O processo de decodificação dos dados foi dificultado pela grande dimensão do documento, que complicava a sua manipulação e o acompanhamento horizontal do registro de cada passageiro nos diferentes campos, agravado pela sobreposição de elementos gráficos (riscos e garatujas) posteriores ao registro inicial. Infere-se que o risco traçado horizontalmente sobre a linha do registro destinava-se a apontar a desistência de desembarque no Porto de Santos. Ao que se refere à garatuja sobreposta ao registro, pressupõe-se a tentativa de correção ou atualização da grafia. Acrescenta-se, ainda, a presença de duplicatas, com formatos distintos, da mesma lista de bordo. Assinala-se, assim, a árdua tarefa de elaboração do banco de dados (Access) dos passageiros desembarcados no Porto de Santos em 1912, de forma a contemplar todos os campos existentes na fonte de pesquisa, acrescido do item observação. A morosidade própria à realização dessa modalidade de trabalho foi agravada por obras de

melhoramentos das instalações da Hospedaria, impedindo o acesso à documentação e a continuidade da pesquisa das listas de bordo.

Ao cotejar a Lista de Bordo com o Livro da Hospedaria observa-se que mesmo desembarcando no Porto do Rio de Janeiro o imigrante ingressa na Hospedaria, o que aponta para a possibilidade de duplicação de registros das listas de bordo do navio que tinha por destino seqüencial os portos do Rio de Janeiro e de Santos.

O transporte dos imigrantes desde o porto brasileiro até o seu destino final nas áreas produtoras de café era custeado pelo governo paulista durante o período 1890 a 1920¹⁰. Passageiros desembarcados no Rio de Janeiro podiam dirigir-se à capital paulista por trem, visto que a antiga Estrada de Ferro Central do Brasil entrara em funcionamento em 1875. Para os provenientes de outros portos brasileiros, o acesso ao porto de Santos era facultado por navios costeiros; no caso da cidade de São Paulo, chegava-se por meio da estrada de ferro, pela São Paulo Railway (inaugurada em 1867, ligava as cidades de Santos a Jundiaí, passando por São Paulo).

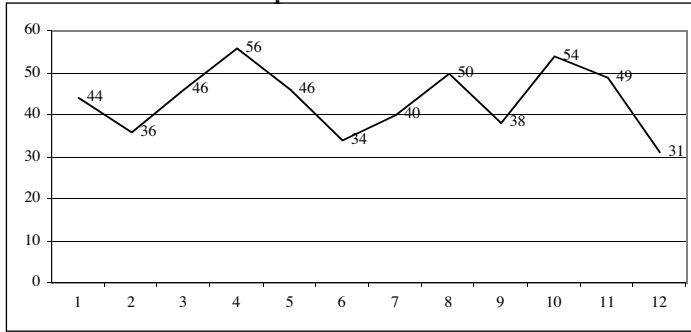
Salienta-se que nem todos aqueles identificados no Livro da Hospedaria encontravam-se presentes na Lista de Bordo, embora o registro do Livro contemple o nome da embarcação e o ano do desembarque, o que nos leva a questionar a validade dos registros. A título de exemplificação cotejamos a Lista de Bordo do Navio Petrópolis relativa ao mês de janeiro, que contempla 167 registros, com o Livro da Hospedaria, no qual se notam 179 imigrantes relacionados como tendo aportado no país a 3/1/1912, por meio do navio Petrópolis.

METODOLOGIA DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

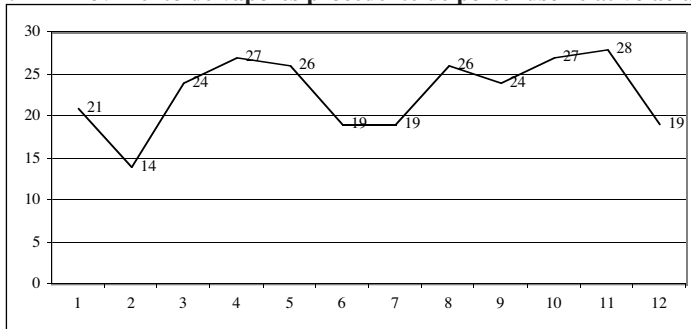
Visado à sistematização do conjunto das Listas de Bordo relativas ao ano de 1912 optou-se, inicialmente, pela elaboração de um banco de dados (Access), computando-se os campos presentes no cabeçalho: nome do vapor, procedência e a data da chegada.

No Gráfico n.º 1 pode-se observar o resultado dessa sistematização: o movimento de 524 vapores no porto de Santos. Ressaltam-se os meses de abril (56), outubro (54), agosto (50) e novembro (49) como os de maior movimento, nos quais se evidenciam transportando imigrantes tanto navios costeiros brasileiros quanto embarcações que percorriam os principais portos europeus.

¹⁰ Moura e Paiva (2008) destacam que o custeio do transporte de imigrantes desde os portos europeus até Santos não foi permanente durante esse período, realizando-se, sobretudo, nos momentos de “falta” de mão-de-obra na lavoura cafeeira.

Gráfico n.º 1 – Movimento de vapores no Porto de Santos relativo ao ano de 1912

Ao cotejar a procedência dessas embarcações vislumbram-se 274 vapores que aportaram nos portos lusos. No Gráfico n.º 2 observa-se a distribuição de embarcações, com incremento do número de vapores nos meses de novembro (28), outubro (27), abril (27), maio (26) e agosto (26). Destaca-se o mês de fevereiro (14) como o de menor incidência e certa homogeneidade (19) nos meses de junho e julho, destacando-se maior movimentação de navios no segundo semestre (143), totalizando 16 781 portugueses transportados.

Gráfico n.º 2 – Movimento de vapores procedente de porto luso relativo ao ano de 1912

No anúncio da Mala Real Hollandeza para Portugal, Hespanha e Hollanda (Figura n.º 1), que reunia os vapores Frísia (Figura n.º 2), Zeelandia (Figura n.º 3) e Hollandia (Figura n.º 4), pode-se observar os portos onde atracavam os navios da companhia: Buenos Aires, Montevidéu, Santos, Rio de Janeiro, Lisboa, Vigo, La Coruña, Boulogne e Amsterdã.

No Gráfico n.º 3 destacam-se apenas os vapores que contemplaram mais de 600 passageiros ao longo do ano de 1912. O Frísia foi responsável pela vinda de 647 portugueses, só não aportou no litoral paulista nos meses de agosto e dezembro, durante as sete vezes que esteve em Santos, o Zeelandia transportou 1 509 lusos e o Hollandia trouxe 637 portugueses. O Armênia desembarcou uma única vez, no mês de maio, transportando 656 lusos, mas foi o Hoenstaufen que trouxe o maior volume de portugueses em uma única viagem: 969. Somam-se a esses os navios Navarra (999), Santa Lucia (941), Tucumam (846) e Avon (699).



Figura n.º 1 – Anúncio da Mala Real Hollandeza para Portugal, Hespânia e Hollanda (Gerodetti e Cornejo, 2006: 202)

Gráfico n.º 3 – Volume de lusos transportados por embarcação no ano de 1912

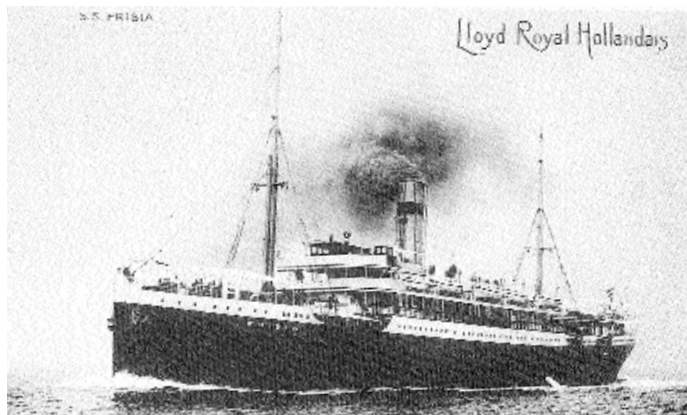
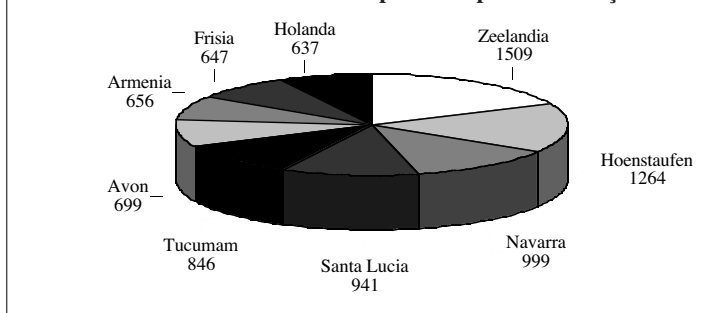


Figura n.º 2 – Vapor Frisia, da Lloyd Royal Hollandais

(Gerodetti e Cornejo, 2006: 203)

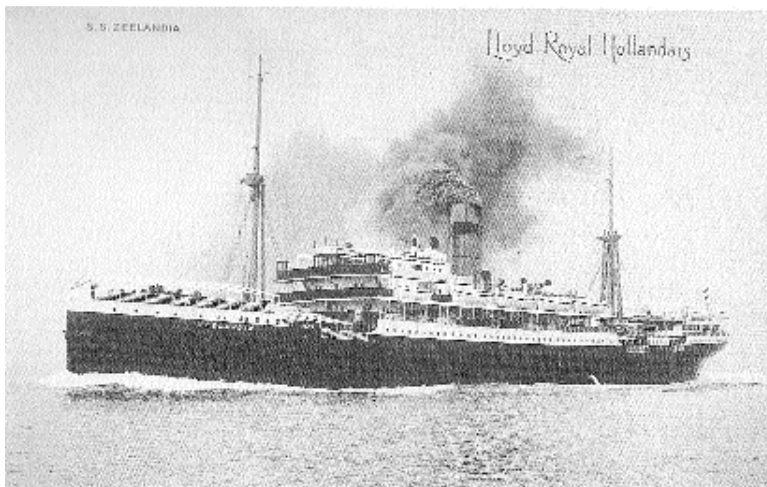


Figura n.º 3 – Vapor Zeelandia, da Lloyd Royal Hollandais

(Gerodetti e Comejo, 2006: 203)

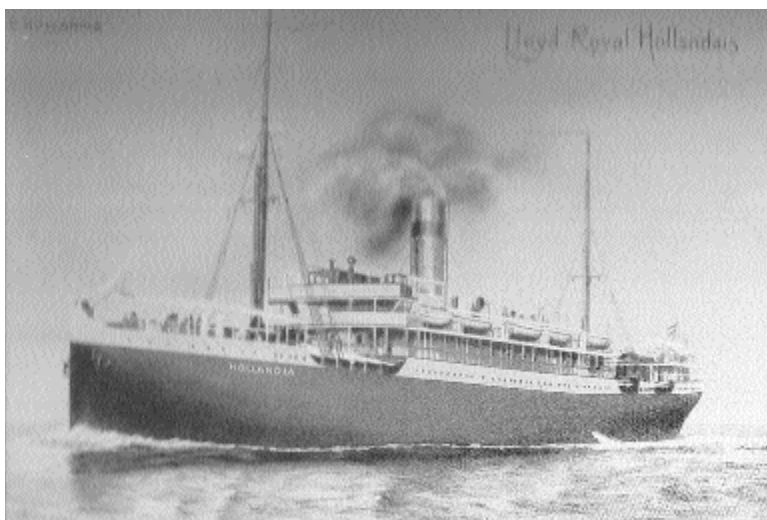


Figura n.º 4 – Vapor Holanda, da Lloyd Royal Hollandais

(Gerodetti e Comejo, 2006: 203)

Os principais portos de embarque dos lusos podem ser observados no Gráfico n.º 4. Lisboa concentra 54% dos registros declarados, enquanto o porto de Leixões reúne 37%; os demais reuniram cerca de 2% das declarações. Desembarcados principalmente no porto de Santos (74%) e Rio de Janeiro (21%), cerca de 5% omitiram a informação acerca da localidade como pode se observar no Gráfico n.º 5.

Gráfico n.º 4 – Porto de embarque no ano de 1912

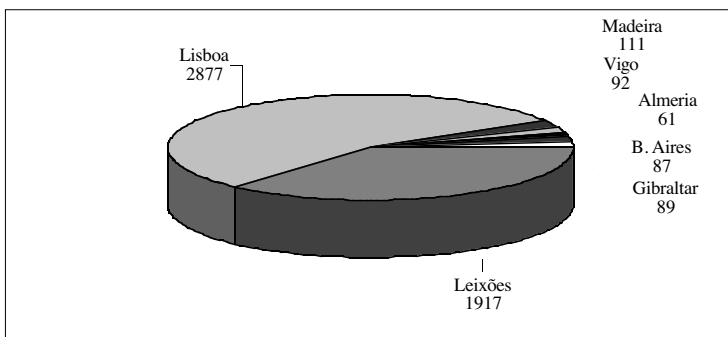
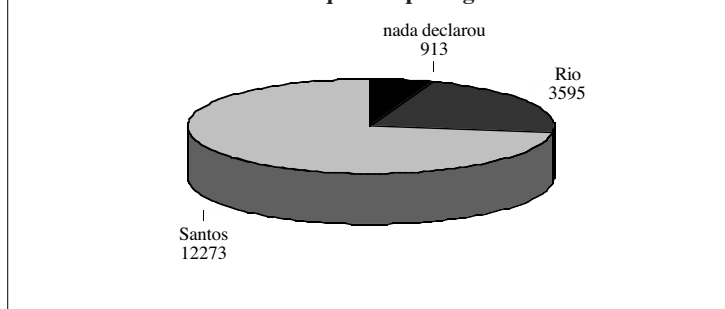


Gráfico n.º 5 – Porto de desembarque dos portugueses no Brasil no ano de 1912



A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DE SÃO PAULO

A construção da nova Hospedaria de São Paulo foi iniciada em 1886 e já em 1887, ainda em obras, recebeu os primeiros imigrantes. Pronta em 1888, a Hospedaria tinha a capacidade para 4 000 pessoas, tornando o prédio ponto central do programa de imigração paulista, nos seus dez primeiros anos de funcionamento foi coordenada pela Sociedade Promotora da Imigração. Em certos momentos chegou a abrigar cerca de 10 000, tornando suas condições de alimentação e higiene precárias.

O prédio era uma construção ampla, ocupando quase um quarteirão, possuía um desvio ferroviário com plataforma própria para a chegada dos trens¹¹. Num andar térreo localizavam-se os escritórios, casa de câmbio, setor médico, cozinhas, refeitórios e estoques.

No andar superior localizavam-se os dormitórios. Numa construção à parte no próprio terreno encontrava-se instalada o setor aonde os imigrantes se encontravam com os cafeicultores para estabelecer o contrato. Assinado o contrato o imigrante tomava um trem para o interior. Havia controle de vigias nos

¹¹ Os hóspedes podem ser agrupados em três grandes categorias: recém-chegados subsidiados e não subsidiados, estrangeiros e nacionais que vinham de outros estados.

prédios dia e noite, buscava-se evitar roubos, mas também os aliciadores que poderiam desviar os braços ou iludir os recém chegados.

De 1892 a 1905, a Hospedaria esteve vinculada à Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, passando para a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração em 1905-11, que em 1906, reformou as instalações, buscando melhorias nas áreas sanitárias, cozinha, refeitórios e dormitórios, também os contratos foram reajustados para evitar fraudes e abusos.

A partir de 1911, a instituição esteve sob a gerência do Departamento Estadual do Trabalho, retornando para o Serviço de Imigração e Colonização, em 1939. Recebeu o último grupo de imigrantes, em 1978. Calcula-se que chegou a hospedar 3,5 milhões de pessoa, de mais de 70 nacionalidades. “elas foram os locais para a expedição ou aferição de documentos, o controle médico-sanitário, o registro e encaminhamento para o local de destino [...] cumpriram um importante papel nas políticas migratórias oficiais. [Foram] criadas num contexto cuja necessidade de coordenação dos fluxos migratórios pelo Estado era fundamental”¹².

OS LIVROS DE REGISTRO DE IMIGRANTES

No acervo do Memorial do Imigrante de São Paulo destacam-se os 109 Livros de Registro de Imigrantes alojados na Hospedaria do Bom Retiro¹³ e Hospedaria do Brás, relativos ao período 1882 a 1930, destinados a registrar a recepção de aproximadamente dois milhões e 500 mil imigrantes que vieram com passagens subsidiadas pelo governo, espontâneos, com ou sem contrato, além de conter anotações sobre o cotidiano da hospedaria.

Esses livros têm no seu conteúdo as seguintes informações: número de ordem, nome, idade/filiação, nacionalidade, sexo, estado civil, família e número de membros, profissões, instrução, religião, parentesco, última residência, porto de embarque/vapor/data da saída, porto de desembarque/vapor/data da chegada, data da entrada na hospedaria, se já esteve no Brasil, volumes de bagagens, destino (estação, Município, fazendeiro, núcleos coloniais, outros estados), repatriados/rejeitados, falecidos e outras observações. Tais informações foram reunidas em um banco de dados (Access), que permitiu a sistematização de conteúdos expressas nos gráficos contemplados nesse artigo.

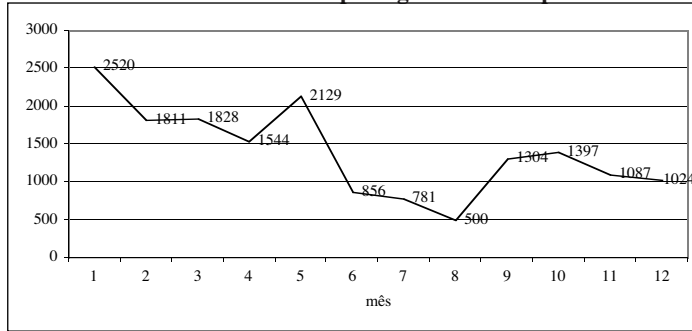
Apesar da origem rural da maioria dos portugueses que emigraram, alguns vieram diretamente para a cidade de São Paulo e outros (subsidiados ou não) após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas. Grande parte da entrada desses portugueses poderá ser localizada na documentação disponível nos arquivos do Memorial do Imigrante.

¹² MOURA; PAIVA, 2008: 13.

¹³ Construída com recursos do Governo Provincial de São Paulo, a edificação da Hospedaria do Bom Retiro localizava-se na rua Areal (antiga rua dos Imigrantes), funcionou durante o período de 1870 a 1887, com capacidade para cerca de 500 pessoas (MOURA; PAIVA, 2008: 13).

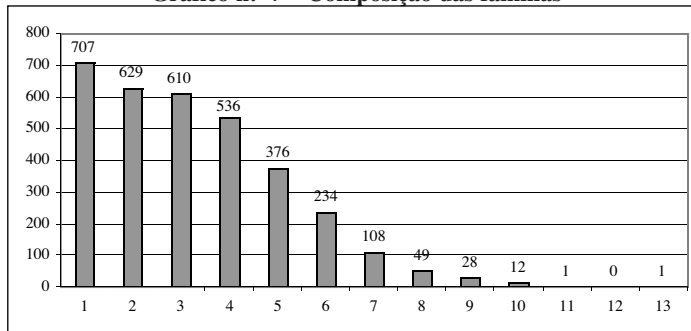
Ao que se refere ao ano de 1912 registraram-se a presença de 16 781 portugueses, concentrados, principalmente, no primeiro semestre. Nos meses de janeiro (2 520) e maio (2 129) notavam-se os maiores fluxos, enquanto os meses de julho (780) e agosto (500) revelaram-se os de menor incidência.

Gráfico n.º 6 – Fluxo mensal de portugueses na Hospedaria em 1912



A composição familiar pode ser visualizada no Gráfico n.º 7, do qual se excluiu os que se encaminharam à Hospedaria sozinhos, também denominados avulsos (2723). Predominaram famílias de dois membros e certo equilíbrio nas compostas de três (629) a quatro membros (610), observam-se, ainda famílias extensas, de dez (28) e onze (12) integrantes, nas quais se sobressaem as sogras (40), mães (18), tias (2), sobrinhos (43) e primos (31). Esse cenário expresso acompanha a política definida pelo projeto imigrantista, que privilegiava a imigração de famílias para a lavoura cafeeira.

Gráfico n.º 7 – Composição das famílias

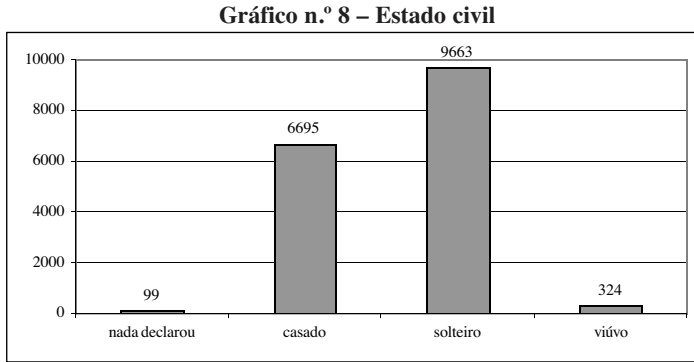


A imigração de famílias constituiu uma estratégia para estimular a fixação do imigrante, de forma a “desprendê-lo de laços de origem”, garantindo, assim, a mão-de-obra suficiente para a lavoura cafeeira¹⁴. Destaca-se, todavia, a prá-

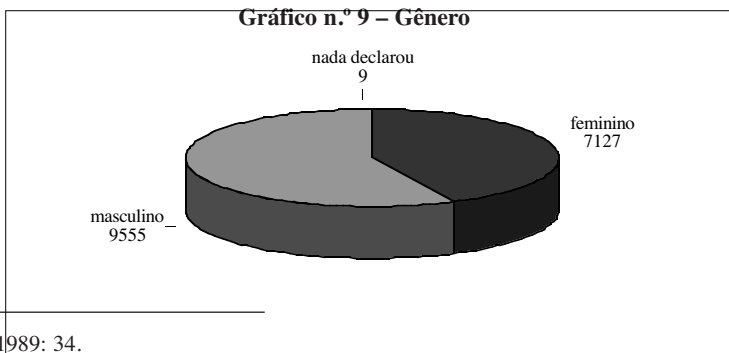
¹⁴ ROCHA, 2007: 41.

tica de imigração livre de famílias cujo destino eram as cidades e os mercados de trabalhos urbanos.

Uma das principais características dos imigrantes refere-se ao estado civil, conhecido por meio da análise do Gráfico n.º 8. Revela-se a predominância de solteiros (9 663), o que deve ser cotejado ao perfil etário dessa amostra, que expressa grande incidência de jovens e crianças (conforme Gráfico n.º 10). Os casados totalizam 40% do grupo, observando-se que essa declaração independe da vinda de sua família, enquanto os viúvos equivalem a 2%, num cenário conformado por 57% de homens (Gráfico n.º 9).



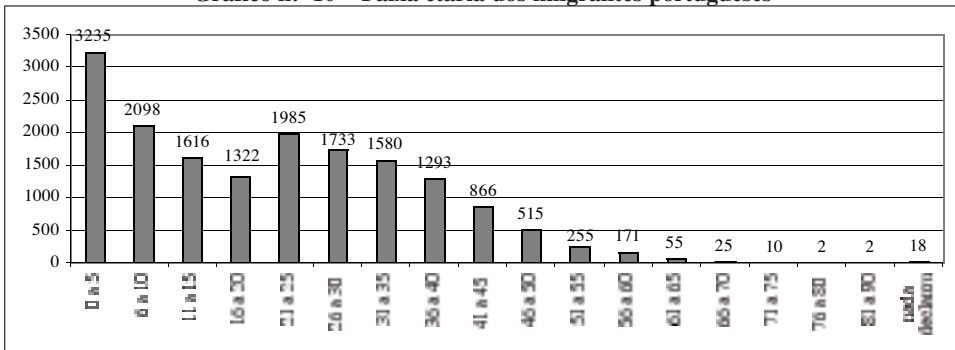
A emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, mas o contingente feminino cresceu gradativamente e em 1912 correspondeu a 7217 mulheres (43%). Verifica-se um aumento no número de mulheres casadas (2649) e mulheres desacompanhadas (247 – solteiras, casadas e viúvas), ampliando a emigração familiar de acordo com a política imigrantista paulista. Assim, a imigração caracterizada até então como individual, masculina e temporária, tornou-se tendencialmente familiar e permanente. Argumento que é reforçado por Klein¹⁵ ao afirmar que no “Registro do Movimento de Imigrantes na Ilha das Flores”, os imigrantes lusos “eram agricultores que haviam recebido subsídios para a viagem, quase todos em grupos familiares e com uma distribuição por sexos muito equilibrada”.



¹⁵ KLEIN, 1989: 34.

Apresentando maioria esmagadora de católicos, estima-se que os 8124 jovens e adultos encontravam-se aptos ao trabalho (15 a 40 anos), enquanto entre as crianças (6738) observam-se 680 bebês, dos quais três nascidos a bordo; 4653 entre 1 e 10 anos, e 1 405 entre 11 a 14 anos. O Gráfico n.º 10 permite visualizar a presença de 130 idosos cujas idades variam de 60 a 88 anos.

Gráfico n.º 10 – Faixa etária dos imigrantes portugueses



Quanto às crianças, o trabalho infantil era utilizado desde cedo em Portugal, tanto no campo, como nos lares e nas oficinas, era necessário para manutenção da família, fator de formação e ocupação profissional, condição indispensável para o desenvolvimento físico e moral. A criança era compreendida como uma criatura amoldável, devendo ser submetida a um conjunto de normas de comportamento e hierarquias, identificado como uma forma de educação, estas práticas contavam com o respaldo de pais, irmãos e parentes.

Alguns meninos e jovens migravam porque ficavam órfãos, já outros acompanhando a família, ou para fugir do serviço militar, alguns envolvidos pelos agenciadores de crianças. Para os imigrantes o trabalho era considerado importante para enfrentar as adversidades no “país de acolhimento”, desde pequenos as crianças eram iniciadas na rotina do trabalho: vendiam jornais, entregavam mercadorias, recados, cartas, eram engraxates, auxiliares em serviços domésticos, lojas e armazéns.

A necessidade de as crianças desde cedo se engajarem no trabalho, quer seja nas fábricas, oficinas e nas ruas, além de ser fruto das necessidades dos imigrantes pobres, também era vista como possibilidade da obtenção de um ofício que lhes garantisse um futuro mais promissor.

Os caixeirinhos e aprendizes trabalhavam em troca de casa e comida, numa rotina que incluía limpeza da loja e/ou oficina e da calçada, atendimento dos fregueses nos balcões, estoques, carregar e entregar mercadorias. Buscando formar trabalhadores produtivos, obedientes e dóceis, patrões e mestres impunham práticas austeras, medidas destinadas a inculcar nas crianças hábitos de trabalho, hierarquias, disciplina que incluíam castigos físicos, punições. Assim,

as condições de trabalho e de vida durante o aprendizado compreendiam a prática do castigo físico, outras práticas vexatórias e punições aviltantes e violentas, dormir debaixo dos balcões ou no ladrilho da cozinha, tornando as fugas freqüentes. Nos processos crimes e nos jornais liam-se notícias como a do menor Alfredo Júlio Machado, português de 11 anos de idade que foi se queixar ao delegado de polícia por ter sido espancado pelo seu “amo” José Rodrigues Tavares, também português.

Em geral, esses jovens trabalhadores permaneciam nos domicílios e negócios desses parentes, arcando com os afazeres muitas vezes sem nada receber, outras vezes parcamente remunerados ou submetendo-se a pagamentos incertos. Solidariedade e paternalismo não eram apenas formas de exploração, mas também estratégias de sobrevivência e de lidar com os recursos possíveis em certas ocasiões.

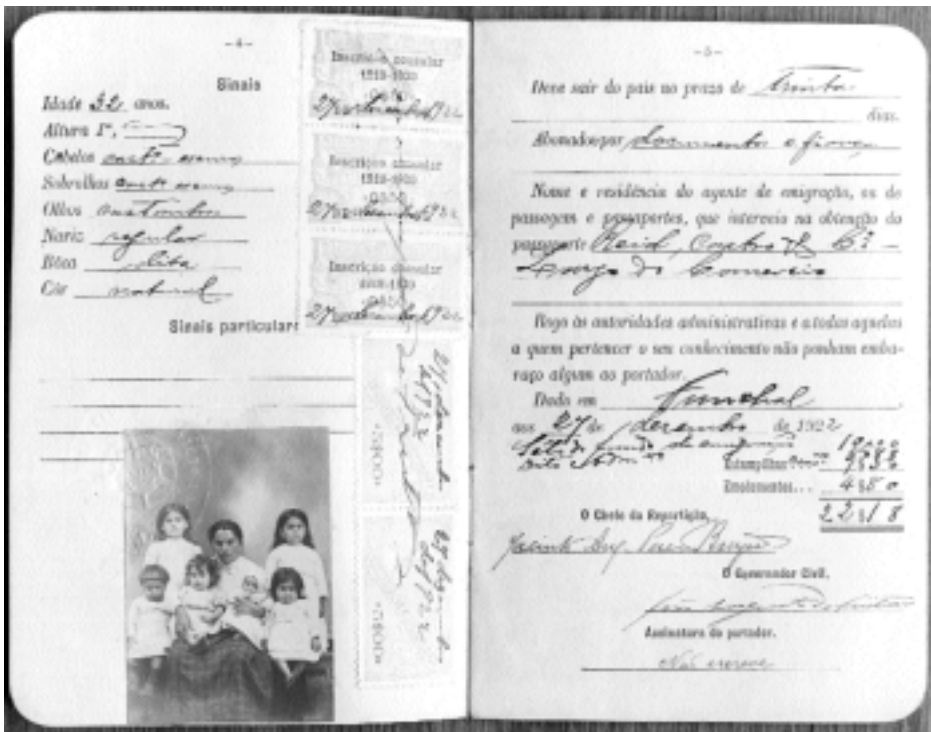
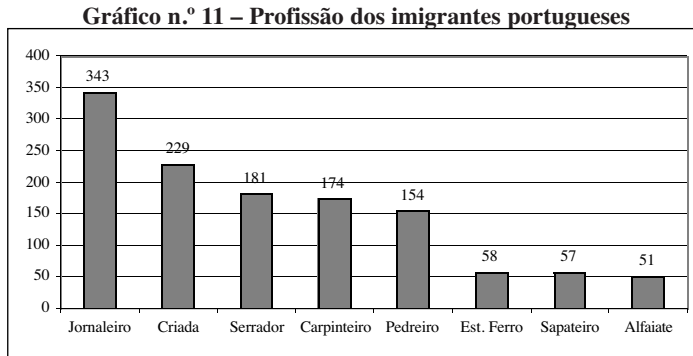


Figura n.º 5 – Passaporte

(Acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo).

Desconsiderando-se os que declararam o ofício como agricultor (4 324), o que era uma das premissas para o subsídio ao transporte e estada na Hospedaria, bem como aqueles que nada declararam (10 792) no qual se deve conside-

rar a presença de 6 738 crianças de até 14 anos¹⁶, reuniram-se os ofícios com mais de 50 repetições no Gráfico n.º 11, dos quais se destacam a ocupação como jornaleiro (343), criada (229), serrador (181), carpinteiro (174), pedreiro (154), estrada de ferro (58), sapateiro (57) e alfaiate (51).



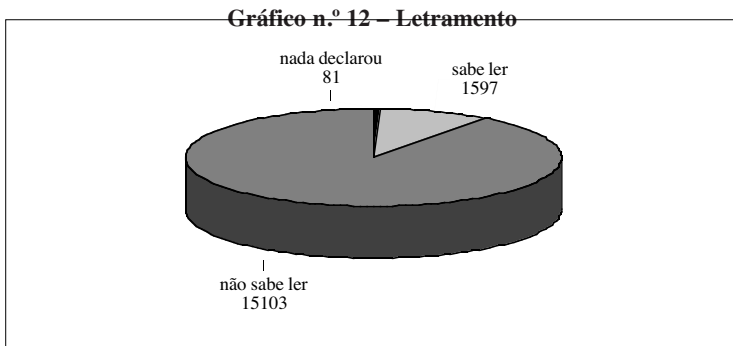
A expansão da economia cafeeira pela Província/Estado de São Paulo gerou uma ampla demanda de trabalho que coincidiu com o momento em que a crise do escravismo já se manifestava. Gradativamente, a elite agrária conseguiu impor sua proposta para a questão da mão-de-obra – uma política imigrante em massa, contínua e subvencionada pelo governo. Da mesma forma que em outras cidades, deve-se destacar que apesar da origem rural da maioria dos portugueses que emigraram, eles procuraram evitar o trabalho no campo e tenderam a se concentrar nas cidades, tendo em São Paulo um pólo de atração. Alguns vieram diretamente para a cidade, talvez previamente informados sobre as condições de trabalho na zona rural, e outros após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas de ganho, novas oportunidades abertas pelo intenso florescimento da Capital.

Na “sociedade de acolhimento” os portugueses procuraram possibilidades de arranjar emprego nas atividades urbanas fabris, setor de serviços, obras públicas e particulares e também em ocupações informais. Enfrentando as dificuldades do cotidiano em São Paulo que, apesar do intenso crescimento, tinha uma significativa concentração de trabalhadores – homens e mulheres pobres, imigrantes e nacionais, brancos e negros – que excedia largamente as necessidades do mercado, aviltava os salários, criando formas múltiplas de atividades temporárias e domiciliares, subemprego e emprego flutuante e ampliando uma população que garantia a sua sobrevivência na base das ocupações casuais, às custas de improvisação de expedientes variados, eventuais e incertos, desenvolvendo experiências cumulativas de improvisação.

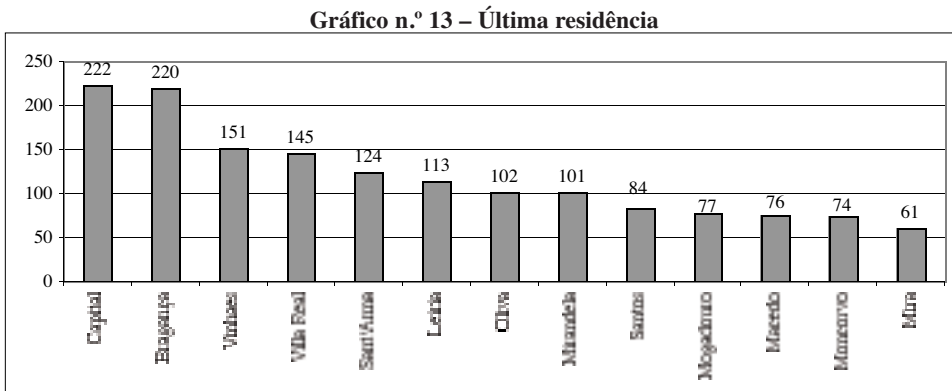
¹⁶ Segundo Klein (1989: 24) até 1955 eram consideradas crianças em Portugal as pessoas menores de 14 anos.

Falar da imigração portuguesa significa mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio, destino mistificado para todos aqueles que acalentavam sonhos de promoção social no além-mar. Nesse espaço significava, ainda, privilegiar dois atores principais do drama cotidiano: negociante e o caixeiro, figuras emblemáticas que se fizeram presentes no espaço urbano ao longo de todo o processo de urbanização. À medida que expandiu a malha urbana, o comércio português a varejo acompanhou esse crescimento tornando o português da esquina referência obrigatória.

O comércio constitui-se como um campo de possibilidades para os imigrantes portugueses, com histórias de sucesso, mas também histórias de fracasso, desventuras. Os caixeiros e caixeirinhos eram parcamente remunerados se submetiam a pagamentos incertos, em muitos casos, recebendo somente roupa, alimentação e morando debaixo do mesmo teto do patrão, muitas vezes embaixo dos balcões e em cima dos sacos.



Ao que se refere ao grau de instrução, observa-se um baixo índice de letramento. O valor expresso no Gráfico n.º 12 deve ser relativizado ao considerarmos os dados absolutos dos não letrados, visto que contempla a existência de 4133 crianças entre 0 e 7 anos que devem ser excluídas dessa amostra, o que resulta em 10 970 lusos que não sabem ler.



O Gráfico n.º 13 contempla apenas os registros que apontam mais de 50 repetições. Nele se observa a presença de localidades brasileiras, ao que se infere um reposicionamento no território brasileiro. O domínio do idioma conferia uma maior autonomia na condução de seu destino, sendo que o engajamento como agricultor na fazenda de café não consistia a única alternativa, não havendo a necessidade de se submeter aos “canais normais de recepção e encaminhamento destinado aos imigrantes estrangeiros, como por exemplo, a Hospedaria do Imigrante”. A performance do luso era alimentada pela manutenção de uma “rede informal de solidariedade e amizade que funcionava entre eles, instalavam-se em áreas urbanas onde se dedicavam, principalmente, ao comércio”¹⁷.

Desconsiderando-se que 63% não registraram o destino (10 986), observa-se que entre os declarados predomina a preferência pela capital (2 347). O Quadro n.º 1 contempla as localidades com mais de 50 ocorrências, destacando-se a presença de regiões produtoras de café localizados no Novo Oeste Paulista, bem como a cidade de Santos, que já reunia expressiva comunidade lusa.

Quadro n.º 1 – Destino declarado

Localidade	Total
Araraquara	154
Avaré	56
Bauru	103
Bebedouro	58
Botucatu	70
Campinas	64
Cravinhos	103
Jaboticabal	174
Jahu	74
Jardinópolis	63
Monte Alto	82
Orlândia	91
Pitangueira	79
Ribeirão Preto	221
Santa Cruz do Rio Pardo	59
Santos	84
São Carlos	67
São Simão	107
Sertãozinho	63

Registrou-se apenas 62% da situação final dos portugueses que ingressaram na Hospedaria: 9009 foram aceitos, 1445 foram rejeitados e dois reencaaminhados ao destino inicial. Destacam-se casos de permanência na Hospedaria para a realização de tratamento de saúde no Hospital de Isolamento da Capital (119), o deslocamento de cidade, a repatriação, o retorno para a busca de bagagem extraviada, etc.

¹⁷ SCOTT, 2001: 3.

Gráfico n.º 14 – Resultado da avaliação, indicando a situação do imigrante no Brasil



A documentação reúne ainda informações sobre o motivo particular de seu ingresso tais como reunir-se aos familiares (117) já presentes no país: veio juntar-se ao pai (13), marido (34), irmão (9) etc., bem como as redes de relacionamentos, ao que se infere, aos portadores de endereços na capital (428).

Revela a situação dos indocumentados (104), tal como a do agricultor Adriano Antonio Espírito Santo, que ingressou no Brasil no dia 3/10/1912, no vapor *Thespis*, de 34 anos, casado, procedente de Murção, que não dispunha de passaporte. Destacam-se também os sem bilhete (115), os que não pagaram a passagem (2), os que vieram por conta própria (2), os que não fizeram depósito (34) e os que dispunham de carta de chamada (122).

O deslocamento para outros Estados (Rio de Janeiro – 29, Minas Gerais – 13, Rio Grande do Sul – 1), bem como o movimento inverso, de ingresso no Estado de São Paulo (provenientes do Rio Grande do Sul – 5, Rio de Janeiro – 38, Minas Gerais – 13 e Paraná – 1), pode ser conhecido na documentação, o que permite vislumbrar a migração interna existente. Cabe destacar a circulação dos imigrantes, que iam “de zonas mais velhas, estagnadas, para a fronteira em expansão, e abandonavam as fazendas para se tornar trabalhadores independentes, morar nas cidades, ou retornar à sua terra natal”¹⁸.

A restrição pessoal é contemplada no campo observação, mediante a identificação de sua natureza, tal como a do surdo-mudo e do cego. Nesse campo também se encontra contemplado o encaminhamento ao hospital isolamento (1), ao hospital dos inválidos (1) e a nota do falecimento do único registro localizado.

A condição de ingresso foi declarada por 396 lusos que afirmaram vir por conta do decreto n.º 1802 de 15 de dezembro de 1909, no regime do decreto n.º 1458 de 10 de abril de 1907; indicaram-se também o decreto n.º 1255 de 17 de dezembro de 1904 e no regimen do decreto n.º 823 de 20 de setembro de 1900 (1) e o aviso 811 de 20 de junho de 1910 (2).

¹⁸ HOLLOWAY, 1984: 107.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos presentes nos arquivos da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo se constituem numa diversidade de fontes com grande potencial, o exercício de cruzá-las continuamente torna-se um desafio de captar os sinais que delas se emitem e de estabelecer com elas uma relação dialógica. Preservar estes documentos, organizar seus dados, examiná-los e interpretá-los, travando um diálogo, formulando hipóteses e problematizações tornam-se primordiais, na expectativa de recuperar as experiências passadas dos sujeitos sociais envolvidos nas tramas que delineiam estas histórias.

Focalizar a imigração portuguesa leva ao desafio de observar toda a complexidade de situações vivenciadas: os deslocamentos, os diferentes projetos familiares e as estratégias para concretizá-los, envolvendo escolhas, reorientações, conflitos familiares, geracionais, de gênero, provocando exploração, rompimentos, tensões, mas também solidariedades, laços de conterraneidade e afetividades.

Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando em Portugal; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas. Assim, este é um processo contínuo que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, diferentes levas, alguns vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns que chegaram ao início do processo de imigração (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros logo após a Primeira Grande Guerra e também os que vieram durante o governo de Salazar.

BIBLIOGRAFIA

- BASSANEZI, Maria Silvia, 1996 – “Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico”, in PATARRA, Neide Lopes (coord.) – *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: FNUAP.
- GERODETTI, João Emilio; CORNEJO, Carlos, 2006 – *Navios e Portos do Brasil*. São Paulo: Solaris.
- HOLLOWAY, Thomas, 1984 – *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KLEIN, Herbert S., 1989 – “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no final do século XIX e no século XX”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 4, n.º 2, p. 17-37.
- LEVY, Maria Stella Ferreira, 1974 – “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 8, p. 49-90.
- ROCHA, Ilana Peliciari, 2007 – *Imigração internacional em São Paulo: retorno e imigração*. São Paulo: Universidade de São Paulo (dissertação de mestrado em História)
- SALLES, Iraci G., 1986 – *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. São Paulo: Hucitec.
- SCOTT, Ana Silvia, 2001 – “As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)”. *Congresso de História Econômica*, Zaragoza.

EMIGRAÇÃO FAMILIAR PARA O BRASIL DO DISTRITO DE BRAGA, NO ANO DE 1912

Carmen Alice Aguiar de Moraes Sarmiento

INTRODUÇÃO

O estudo do fluxo emigratório do Norte de Portugal para o Brasil, no ano de 1912, pelas características exacerbadas que apresenta e cujas causas são já do conhecimento dos investigadores que se dedicam ao estudo da emigração além-mar, foi acordado no final do III Seminário Internacional, realizado em São Paulo e em Santos, em Setembro de 2007.

O levantamento e a informatização dos dados relativos a este período, a ser levado a cabo tanto por investigadores portugueses como brasileiros, durante 2007/2008, poderia permitir uma abordagem inovadora ao estudo do percurso dos migrantes, através do cruzamento dos dados nominais das fontes portuguesas, fornecidos pelos registos de passaporte, com os dados nominais de fontes brasileiras específicas, como listas de bordo ou os livros das hospedarias de imigrantes, entre inúmeras outras.

Com esta finalidade, a partir do livro n.º 16 existente no Arquivo do Governo Civil de Braga, informatizámos os registos de pedido de passaporte para o Brasil, de todo o distrito de Braga, no ano de 1912.

Para além da identificação do indivíduo pelo nome, filiação e naturalidade, esta base de dados permitiu-nos contabilizar o fluxo emigratório legal desta área geográfica, neste espaço temporal, e apresentar o respectivo tratamento estatístico das variáveis sexo, estado civil, idade, profissão, destino, tipo de passaporte (se individual ou colectivo) e constituição dos passaportes colectivos.

Na sequência do nosso trabalho de investigação sobre a emigração familiar para o Brasil no concelho de Guimarães, tema da dissertação de mestrado, concluída em 1997, continuamos a dar um especial relevo a este campo, agora para os restantes concelhos do distrito de Braga.

Apresentamos assim, para o ano de 1912, e por concelhos, tabelas e gráficos com os titulares de passaporte individuais e colectivos por sexos; os acompanhantes dos passaportes colectivos por sexos; parentesco dos acompanhantes em relação ao titular do passaporte; estado civil dos titulares dos passaportes colectivos; idade dos titulares dos passaportes colectivos e seus acompanhantes; profissões dos titulares de passaportes colectivos e, ainda, o destino no Brasil destes grupos familiares.

Concluimos com uma abordagem comparativa entre os diversos concelhos

do distrito de Braga, apresentando os percentuais de emigrantes que partiram integrados em grupos familiares.

1. DADOS GERAIS

1.1. O distrito de Braga

O distrito de Braga, situado a Noroeste de Portugal Continental, tinha em 1912, uma população activa que se dedicava sobretudo às actividades agrícolas. Na orla marítima do concelho de Esposende, as populações conciliavam a actividade piscatória com o trabalho dos campos, assim como os empregados das indústrias têxteis, cutelarias e curtumes, sediadas sobretudo no concelho de Guimarães, se dividiam entre o trabalho fabril e o cultivo da courela e do quintal.

Constituído, em 1912, por treze concelhos, o distrito de Braga tem actualmente mais um, o concelho de Vizela, constituído em 1998, que resultou do conjunto das freguesias de S. Miguel, S. João e S. Paio de Vizela e ainda das freguesias de Tagilde e de Ínfias que pertenciam ao concelho de Guimarães (ver Figuras n.º 1 e n.º 2).



Figura n.º 1 – Mapa de Portugal Continental



Figura n.º 2 – Mapa do distrito de Braga

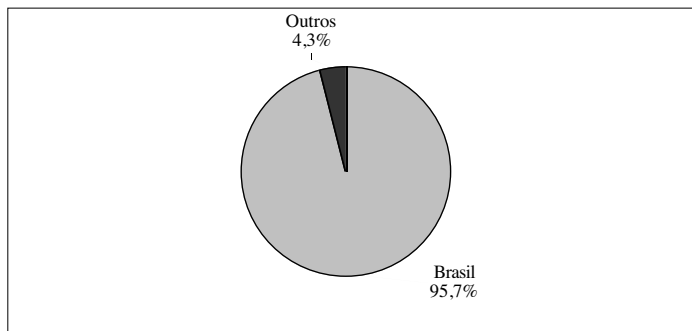
1.2. Destino – Brasil

O Brasil foi o destino declarado por 95,7% dos indivíduos que solicitaram passaporte no Governo Civil de Braga, no ano de 1912. No Arquivo do Registo Civil foram recolhidos e informatizados 4593 registos de passaporte. Deste total, 4395 indivíduos solicitaram passaporte para o Brasil, incluindo naturais do distrito de Braga e naturais de outros distritos (ver Quadro n.º 1 e Gráfico n.º 1).

Quadro n.º 1 – Emigração para o Brasil por destino (1912)

Destinos	Total	%
Brasil	4395	95,7%
Outros	198	4,3%
Total	4593	100,0%

Gráfico n.º 1 – Emigração para o Brasil por destino (1912)



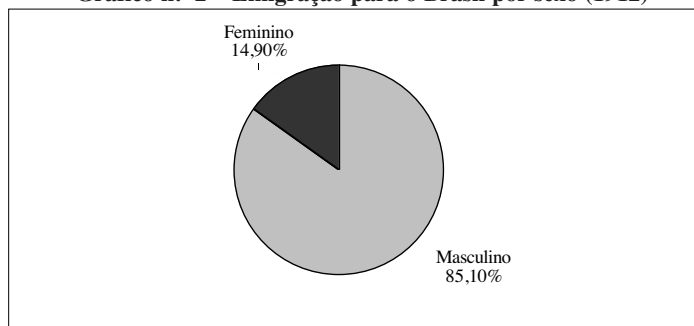
1.3. Sexos e grupos etários

Estes indivíduos são na sua maioria do sexo masculino (85,1%), jovens solteiros ou homens casados com passaporte individual, com idades compreendidas sobretudo entre os 10 e os 59 anos. O sexo feminino (14,9%) é representado essencialmente por filhas menores e esposas de titulares de passaporte colectivo, entre os 20 e os 54 anos (ver Quadros n.º 2 e n.º 3 e Gráficos n.º 2 e n.º 3).

Quadro n.º 2 – Emigração para o Brasil por sexo (1912)

Sexo	Total	%
Masculino	3740	85,1%
Feminino	655	14,9%
Total	4395	100,0%

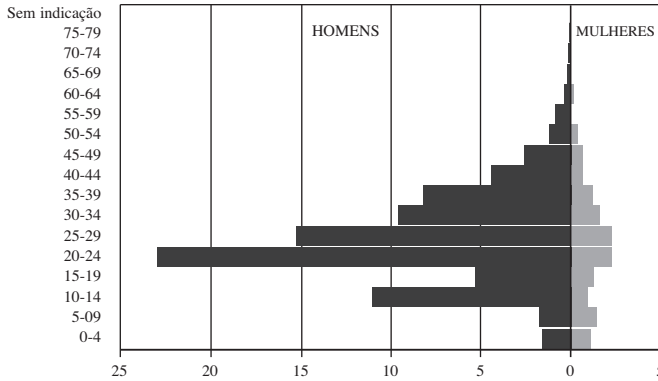
Gráfico n.º 2 – Emigração para o Brasil por sexo (1912)



Quadro n.º 3 – Emigração para o Brasil por grupo etário e sexo (1912)

Idades	Masculino	Feminino
0 – 4	71	49
5 – 9	74	68
10 – 14	482	44
15 – 19	232	59
20 – 24	1012	105
25 – 29	671	103
30 – 34	419	72
35 – 39	362	56
40 – 44	191	32
45 – 49	114	29
50 – 54	51	18
55 – 59	36	3
60 – 64	12	9
65 – 69	6	4
70 – 74	3	3
75 – 79	0	0
Sem Indicação	4	1
Total	3740	655

Gráfico n.º 3 – Emigração para o Brasil por grupo etário e sexo (1912)



1.4. Profissões/Sectores de actividade

Quanto às profissões destes indivíduos que solicitaram passaporte em Braga, no ano de 1912, as mais declaradas são as de lavrador, jornaleiro e trabalhador, sendo o sector primário o que recolhe o maior peso percentual (45,2%). Significativo é o número dos que não indicam profissão, sobretudo indivíduos do sexo feminino, ou menores de ambos os sexos, maiores de sete anos, que estariam ligados aos trabalhos agrícolas, na sua maioria, e que atingem um peso percentual de 27,9% (Ver Quadro n.º 4 e Gráfico n.º 4).

Quadro n.º 4 – Emigração para o Brasil por sector de actividades (1912)

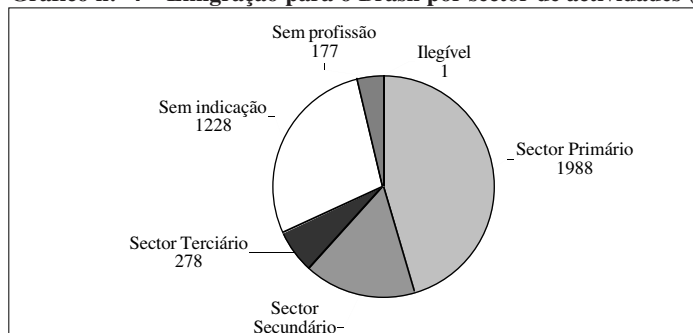
Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
Agricultor	126	Alfaiate	61	Agenciária	1
Agricultora	2	Artista	61	Agenciário	5
Apicultor	1	Caíador	11	Barbeiro	17
Cabaneiro	1	Caixoteiro	1	Caixeiro	24
Caçador	1	Carpinteiro	188	Calista	1
Canteiro	5	Cesteiro	3	Carteiro	1
Cantoneiro	1	Chapeleiro	5	Cocheiro	4
Capitalista masc.	14	Curtidor	1	Comerciante	10
Capitalista fem.	3	Encadernador	1	Costureira	19
Caseiro	1	Entalhador	1	Criado de café	1
Criada	8	Estivador	1	Dourador	1
Criado	4	Fabricante	34	Empregado comercial	118
Criado de lavoura	2	Ferreiro	39	Enfermeiro	1
Criada de servir	3	Fogueteiro	1	Engomadeira	1
Doméstica	102	Funileiro	2	Escrevente	2
Doméstico	1	Fuseiro	1	Escriturário	2
Jornaleira	19	Industrial	10	Estudante	10
Jornaleira agrícola	1	Marceneiro	5	Ferrador	2
Jornaleiro	238	Moleiro	7	Marchante	4

(Continua na página seguinte)

Quadro n.º 4 – Emigração para o Brasil por sector de actividades (1912)(Continuação)

Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
Jorneiro	1	Oleiro	21	Modista	2
Lavrador	930	Operário	16	Negociante fem.	1
Lavradeira	46	Operário fabril	1	Negociante masc.	44
Marítimo	34	Ourives	2	Padre	2
Monteiro	1	Padeiro	8	Taberneiro	3
Proprietária	19	Pedreiro	153	Tipógrafo	1
Proprietário	136	Relojoeiro	1	Vendeiro	1
Serviçal fem.	23	Sapateiro	26		
Serviçal masc.	32	Serrador	3		
Trabalhador	209	Serralheiro	11		
Trabalhador agrícola	1	Tamanheiro	16		
Trabalhadora	1	Tecedeira	4		
		Tecelão	19		
		Tecelão mecânico	1		
		Torneiro	3		
		Trolha	5		
TOTAL	1988	TOTAL	723	TOTAL	278

Sector Primário	1988	45,20%
Sector Secundário	723	16,50%
Sector Terciário	278	6,30%
Sem Indicação	1228	27,90%
Sem Profissão	177	4,0%
Ilegível	1	0,0%
TOTAL	4395	100,0%

Gráfico n.º 4 – Emigração para o Brasil por sector de actividades (1912)

1.5. Passaportes colectivos emitidos em Braga em 1912/por distritos

Do universo dos 4395 indivíduos que solicitaram passaporte no Governo Civil de Braga, com destino ao Brasil, no ano de 1912, os titulares de passaportes colectivos com os respectivos acompanhantes totalizam 775 indivíduos

o que representa um peso percentual de emigração familiar de 17,6%. Neste total estão incluídos os naturais do distrito de Braga, que totalizam 684 indivíduos que integram passaportes colectivos, mas, também, naturais de outros distritos. Mais representativos são o distrito de Vila Real, com oito titulares que levaram 17 acompanhantes e o distrito da Guarda, em que quatro titulares se fizeram acompanhar, respectivamente, por um, três, cinco e oito familiares (ver Quadros n.º 5 e n.º 6 e Gráfico n.º 5).

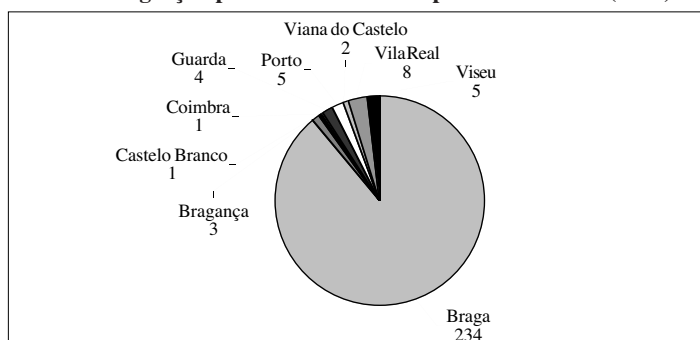
Quadro n.º 5 – Emigração para o Brasil – Passaportes colectivos (1912)

Distritos	Passaportes colectivos x n.º de acompanhantes									Total		
	1 Ac.	2 Ac.	3 Ac.	4 Ac.	5 Ac.	6 Ac.	7 Ac.	8 Ac.	9 Ac.	Titul.	Acomp.	Emigr.
Braga	119	65	27	11	3	6	1	0	2	234	450	684
Bragança	1	1	0	1	0	0	0	0	0	3	7	10
Castelo Branco	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
Coimbra	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
Guarda	1	0	1	0	1	0	0	1	0	4	17	21
Porto	3	2	0	0	0	0	0	0	0	5	7	12
Viana do Castelo	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	3	5
Vila Real	3	3	0	2	0	0	0	0	0	8	17	25
Viseu	3	2	0	0	0	0	0	0	0	5	7	12
Total	131	76	28	14	4	6	1	1	2	263	512	775

Quadro n.º 6 – Emigração para o Brasil – Passaportes colectivos (1912)

Titulares passes individuais	3613	82,20%
Titulares Passaportes Colectivos + acompanhantes	775	17,60%
Titulares Brasileiros + acompanhantes	7	0,2%
Total	4395	100%

Gráfico n.º 5 – Emigração para o Brasil – Passaportes colectivos (1912)



2. NATURAIS DO DISTRITO DE BRAGA

Depois da análise dos 4395 registos de passaporte referentes a indivíduos de todas as naturalidades, debruçar-nos-emos agora sobre os 4164 registos referentes a indivíduos naturais do distrito de Braga. Neste total estão incluídos todos os titulares de passaporte, tanto individuais como colectivos, cujos registos indicam sempre o concelho de naturalidade mas, também, os respectivos acompanhantes. No caso dos acompanhantes, os registos de passaporte apenas indicam o nome, idade e parentesco em relação ao titular, sendo omissos quanto ao concelho de naturalidade. Para os contabilizar, decidimos atribuir aprioristicamente ao acompanhante o mesmo concelho de naturalidade do titular do passaporte.

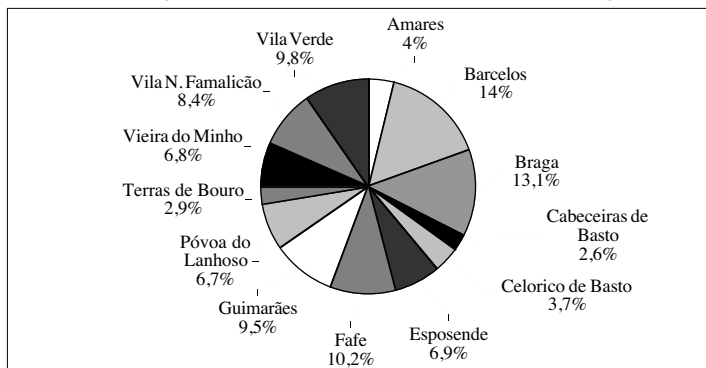
Os concelhos com maior número de passaportes individuais são Barcelos e Braga seguidos de Vila Verde, Fafe e Guimarães. Porém, se atendermos ao sexo dos titulares são os concelhos de Braga, Vila Verde e Vieira do Minho que apresentam mais titulares femininos com passaporte individual.

Contabilizando os titulares e acompanhantes é o concelho de Barcelos que lidera o total de registos de passaporte, com um peso percentual de 15,4%. O concelho de Cabeceiras de Basto apresenta apenas o peso percentual de 2,6% do universo de indivíduos naturais do distrito de Braga que solicitaram passaporte no ano de 1912 (ver Quadros n.º 7 e n.º 8 e Gráfico n.º 6).

Quadro n.º 7 – Emigração para o Brasil – Passaportes colectivos (1912)

Distritos	Passap. individ.	Passap. colectivos x n.º de acompanhantes									Total			%
		1 Ac.	2 Ac.	3 Ac.	4 Ac.	5 Ac.	6 Ac.	7 Ac.	8 Ac.	9 Ac.	Titul.	Acomp.	Emigr.	
Amares	151	5	2								158	9	167	4,00
Barcelos	544	17	11	3	2		1				578	62	640	15,40
Braga	419	19	10	4	4	2				1	459	86	545	13,10
Cabec. de Basto	69	5	4	4							82	25	107	2,60
Celorico de Basto	119	4	4		2		1				130	26	156	3,70
Esposende	273	4	2								279	8	287	6,90
Fafe	367	11	4	3	1		1				387	38	425	10,20
Guimarães	333	10	8	3				1			355	42	397	9,50
Póvoa de Lanhoso	229	13	2	3			1				248	32	280	6,70
Terras de Bouro	108	4	1								113	6	119	2,90
Vieira do Minho	210	9	9	4	1	1					234	48	282	6,80
Vila N. Famalicão	287	4	7	1	1		2			1	303	46	349	8,40
Vila Verde	371	14	1	2							388	22	410	9,80
Total	3480	119	65	27	11	3	6	1	0	2	3714	450	4164	100,00

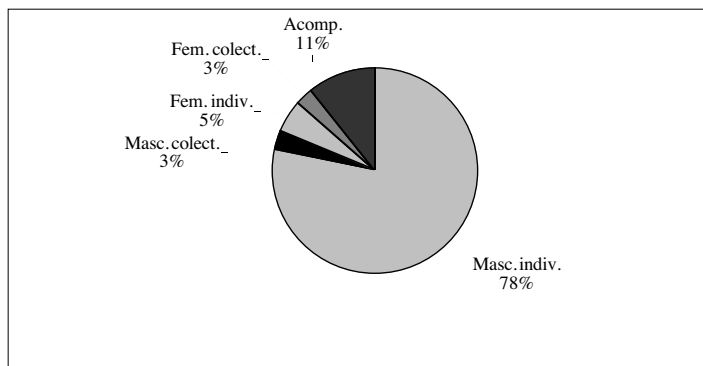
Gráfico n.º 6 – Emigração para o Brasil – percentagem da emigração por concelho (1912)



Quadro n.º 8 – Percentagem de titulares por sexo/tipo de passaporte (1912)

Concelho	Titulares masculinos		Titulares Femininos		Acomp.	Total	%
	individuais	colectivos	individuais	colectivos			
Amares	136	4	15	3	9	167	4,00
Barcelos	521	16	23	18	62	640	15,40
Braga	386	20	33	20	86	545	13,10
Cabeceiras de Basto	62	9	7	4	25	107	2,60
Celorico de Basto	109	11	10	0	26	156	3,70
Esposende	267	2	6	4	8	287	6,90
Fafe	350	10	17	10	38	425	10,20
Guimarães	322	16	11	6	42	397	9,50
Póvoa de Lanhoso	207	9	22	10	32	280	6,70
Terras de Bouro	101	0	7	5	6	119	2,90
Vieira do Minho	181	7	29	17	48	282	6,80
Vila Nova de Famalicão	279	10	8	6	46	349	8,40
Vila Verde	341	6	30	11	22	410	9,80
Total	3262	120	218	114	450	4164	
Total %	78,30	2,90	5,20	2,70	10,80	100,00	100,00

Gráfico n.º 7 – Percentagem de titulares por sexo/tipo de passaporte (1912)



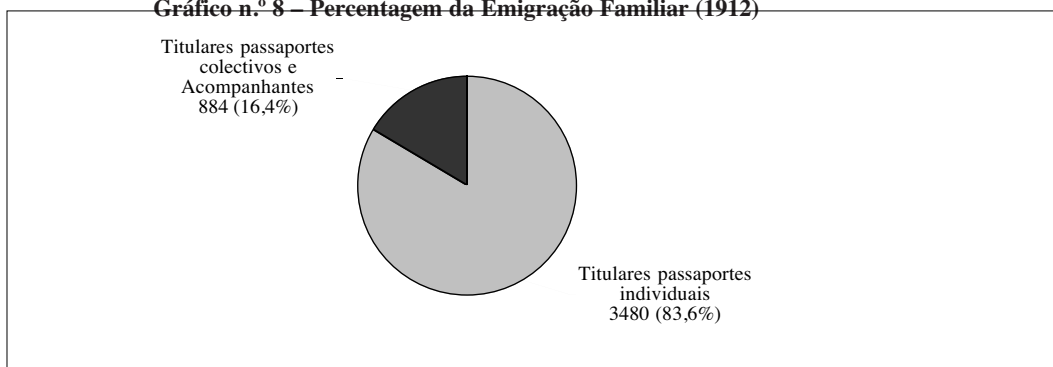
3. A EMIGRAÇÃO FAMILIAR

Se considerarmos o universo de 4164 indivíduos naturais do distrito de Braga que solicitaram passaporte em 1912, 684 registos referem-se a titulares de passaportes colectivos e respectivos acompanhantes o que constitui um percentual de 16,4% de emigração familiar (ver Quadro n.º 9 e Gráfico n.º 8).

Quadro n.º 9 – Percentagem da Emigração Familiar (1912)

Concelho	Titulares passaportes individuais		Titulares passaportes colectivos e acompanhantes		Total	
		%		%		%
Amares	151	3,6	16	0,4	167	4,00
Barcelos	544	13,1	96	2,3	640	15,40
Braga	419	10,1	126	3,0	545	13,10
Cabeceiras de Basto	69	1,7	38	0,9	107	2,60
Celorico de Basto	119	2,9	37	0,9	156	3,70
Esposende	273	6,6	14	0,3	287	6,90
Fafe	367	8,8	58	1,4	425	10,20
Guimarães	333	8,0	64	1,5	397	9,50
Póvoa de Lanhoso	229	5,5	51	1,2	280	6,70
Terras de Bouro	108	2,6	11	0,3	119	2,90
Vieira do Minho	210	5,0	72	1,7	282	6,80
Vila Nova de Famalicão	287	6,9	62	1,5	349	8,40
Vila Verde	371	8,9	39	0,9	410	9,80
TOTAL	3480	83,6	684	16,4	4164	100,00

Gráfico n.º 8 – Percentagem da Emigração Familiar (1912)



Os titulares de passaportes colectivos são 50,9% do sexo masculino e 49,1% do sexo feminino. O peso percentual do sexo feminino revela a importância do fenómeno do reagrupamento familiar. As mulheres casadas levando filhos, as solteiras na companhia de irmãos e as viúvas acompanhando netos vão, sem dúvida, ao encontro de maridos, pais e outros familiares emigrados anteriormente (ver Quadro n.º 10).

Quadro n.º 10 – Titulares de Passaporte Colectivo por sexo (1912)

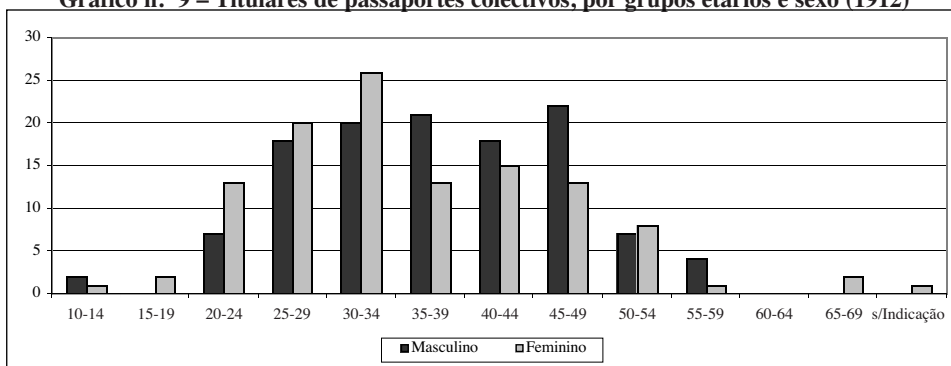
Sexo	casados	solteiros	viúvos	separados	S/indicação	Total	
							%
Masculino	112	4	2	0	1	119	50,90
Feminino	84	12	12	2	5	115	49,10
Total	196	16	14	2	6	234	100,00

Estas titulares de passaporte são, sobretudo, mulheres jovens. Em 1912, nos grupos etários dos 20-24, 25-29 e 30-34 anos, os indivíduos do sexo feminino ultrapassam em número os do sexo masculino como titulares de passaportes colectivos (ver Quadro n.º 11 e Gráfico n.º 9).

Quadro n.º 11 – Estado civil e grupos etários dos Titulares do Passaporte Colectivo (1912)

Grupos etários	casados		solteiros		viúvos		separados		S/indicação		Total	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.		%
10-14			2	1							3	1,30
15-19		1		1							2	0,90
20-24	5	8	2	3						2	20	8,50
25-29	18	17		2				1			38	16,20
30-34	20	23		2		1					46	19,70
35-39	21	10		2		1					34	14,50
40-44	18	11		1		2				1	33	14,10
45-49	19	8			2	4		1	1		35	15,00
50-54	7	5				1				2	15	6,40
55-59	4	1									5	2,10
60-64											0	0,00
65-69						2					2	0,90
s/Indicação						1					1	0,40
Total	112	84	4	12	2	12	0	2	1	5	234	100,00

Gráfico n.º 9 – Titulares de passaportes colectivos, por grupos etários e sexo (1912)



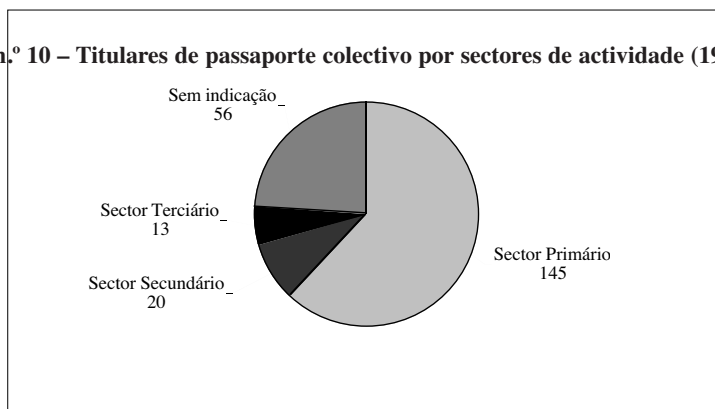
Estas mulheres titulares de passaportes colectivos são, na sua maioria, domésticas, lavradeiras e jornaleiras mas existem, também, proprietárias e capitalistas. Os titulares de passaportes colectivos de ambos os sexos declararam, em 62% dos casos, profissões ligadas ao sector primário (ver Quadro n.º 12 e Gráfico n.º 10).

Quadro n.º 12 – Titulares de passaporte colectivo por sectores de actividade (1912)

Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
Agricultor	13	Alfaiate	5	Barbeiro	1
Capitalista	6	Artista	2	Cocheiro	1
Doméstica	37	Carpinteiro	2	Costureira	6
Jornaleira	6	Pintor	1	Empregado de comércio	2
Jornaleiro	8	Pedreiro	3	Engomadeira	1
Lavradeira	16	Operário	2	Taberneiro	1
Lavrador	27	Tamanqueiro	1	Vendeiro	1
Proprietária	6	Tecedeira	3		
Proprietário	15	Tecelão	1		
Serviçal	5				
Trabalhador	6				
TOTAL	145		20		13

Sector	Total	
		%
Sector primário	145	62,0
Sector secundário	20	8,5
Sector terciário	13	5,6
Sector s/indicação	56	23,9
Total	234	100,0

Gráfico n.º 10 – Titulares de passaporte colectivo por sectores de actividade (1912)



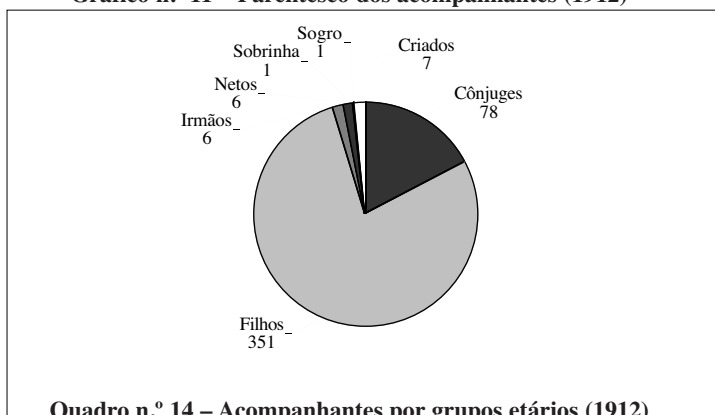
As acompanhantes do sexo feminino, sobretudo esposas e filhas, recolhem um peso percentual de 54,9%. Mas se tivermos em conta as esposas, filhas/filhos, estes constituem 95,3% dos acompanhantes, com idades com-

preendidas, respectivamente, entre os 15 e os 54 anos e os 0 e os 25 anos (ver Quadros n.º 13 e n.º 14 e Gráficos n.º 11 e n.º 12).

Quadro n.º 13 – Parentesco dos acompanhantes (1912)

Sexo	Parentesco							Total	
	Cônjuges	Filhos	Irmãos	Netos	Sobrinha	Sogro	Criados		%
Masc.	0	192	5	4	0	1	1	203	45,10
Fem.	78	159	1	2	1	0	6	247	54,90
Total	78	351	6	6	1	1	7	450	100,00
%	17,30	78,00	1,30	1,30	0,20	0,20	1,60	100,00	

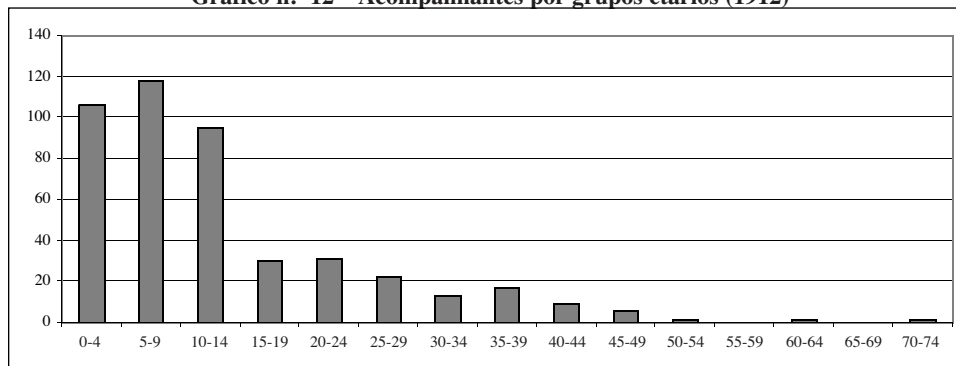
Gráfico n.º 11 – Parentesco dos acompanhantes (1912)



Quadro n.º 14 – Acompanhantes por grupos etários (1912)

Grupos etários	Parentesco							Total	
	Cônjuges	Filhos	Irmãos	Netos	Sobrinha	Sogro	Criados		%
0-4		101	1	4				106	23,60
5-9		113	3	1	1			118	26,20
10-14		91	2	1			1	95	21,10
15-19	1	29						30	6,70
20-24	16	13					2	31	6,90
25-29	17	3					2	22	4,90
30-34	12						1	13	2,90
35-39	15	1					1	17	3,80
40-44	9							9	2,00
45-49	6							6	1,30
50-54	1							1	0,20
55-59									0,00
60-64	1							1	0,20
65-69									0,00
70-74						1		1	0,20
TOTAL	78	351	6	6	1	1	7	450	100,00

Gráfico n.º 12 – Acompanhantes por grupos etários (1912)

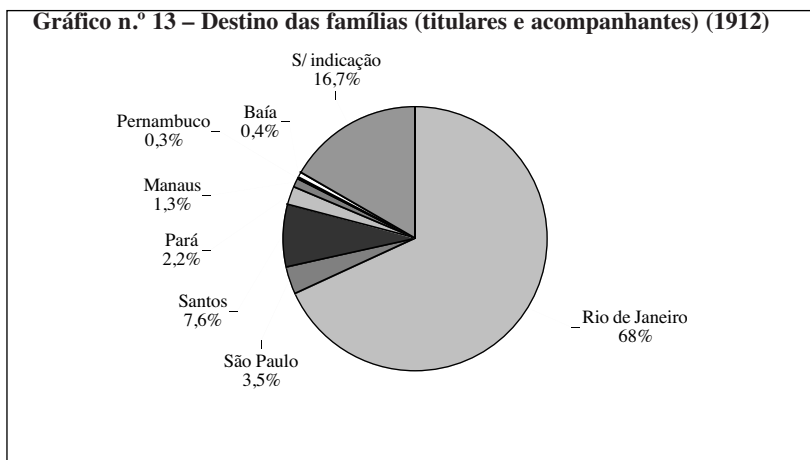


O Rio de Janeiro é declarado como destino em 68% dos casos de emigração familiar do distrito de Braga, no ano de 1912, seguido de Santos/São Paulo em 11,1% (ver Quadro n.º 15 e Gráfico n.º 13).

Quadro n.º 15 – Destino das famílias (titulares e acompanhantes) (1912)

Destinos	Titulares masculinos	Titulares Femininos	Total	
				%
Rio de Janeiro	162	303	465	68,00
São Paulo	6	18	24	3,5
Santos	15	37	52	7,6
Pará	7	8	15	2,2
Manaus	4	5	9	1,3
Pernambuco	1	1	2	0,3
Baía	1	2	3	0,4
S/Indicação	38	76	114	16,7
Total	234	450	684	100,00

Gráfico n.º 13 – Destino das famílias (titulares e acompanhantes) (1912)



O Quadro n.º 16 mostra-nos os destinos declarados pelos titulares de pasaporte por concelho de naturalidade. O movimento emigratório é um fenómeno de reencontro e de reunificação. A maioria vai para o Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, onde já se encontravam familiares, amigos, vizinhos. Outros destinos, como Pará e Manaus, são escolhidos por 10% dos titulares do concelho de Amares e por 12, 6% dos titulares dos concelhos de Braga e de Vila Verde.

Quadro n.º 16 – Destino dos titulares dos passaportes

Concelhos	Destinos dos titulares de passaporte												Total	%
	R. Jan.	S. Paulo	Santos	Pará	Manaus	Pern.	Baía	R.G.Sul	Maranh.	Ceará	S/Ind.			
Amares	123	6	9	4	12	1	0	0	0	0	3	158	4,3	
Barcelos	346	20	42	14	8	0	2	2	0	0	144	578	15,6	
Braga	356	6	9	33	25	6	3	0	1	0	19	459	12,4	
Cab. de Basto	55	2	5	3	2	0	0	0	0	0	15	82	2,2	
Celor. Basto	104	3	8	7	3	0	0	0	0	0	5	130	3,5	
Esposende	161	11	24	3	2	0	2	1	0	0	75	279	7,5	
Fafe	275	1	4	28	6	3	3	0	0	0	67	387	10,4	
Guimarães	322	9	6	6	5	0	1	0	0	0	6	355	9,6	
P. do Lanhoso	221	0	2	10	1	0	0	0	0	0	14	248	6,7	
Ter. de Bouro	100	0	0	10	0	3	0	0	0	0	0	113	3,0	
V. do Minho	211	0	5	1	2	1	0	0	0	0	14	234	6,3	
V. N. Famal.	248	2	13	8	1	1	0	0	1	0	29	303	8,2	
Vila Verde	284	4	10	41	8	1	1	0	0	1	38	388	10,4	
	2896	64	137	168	75	16	12	3	2	1	429	3714	100	

CONCLUSÕES

O Brasil foi o destino declarado por 4164 indivíduos, naturais do distrito de Braga, que solicitaram passaporte no Governo Civil de Braga no ano de 1912. O fluxo emigratório configura a persistência do padrão de emigração masculina tradicional de jovens solteiros e homens casados com passaporte individual (78,3%).

A imagem desta emigração masculina individual pode revelar-se, porém enganadora. Os passaportes solicitados por homens solteiros ou casados escondem, em muitos casos, formas de emigração familiar ou de reagrupamento familiar. As relações familiares de maridos que levavam as esposas, pais que partiam com filhos, ou irmãos que acompanhavam irmãos com passaportes individuais, foram por nós comprovadas inúmeras vezes recorrendo aos dados fornecidos pelos registos de nascimento ou casamento apensos aos Processos de Pedido de Passaporte, exaustivamente consultados e registados durante o nosso estudo sobre a emigração familiar para o Brasil, no concelho de Guimarães.

Infelizmente, não foi ainda feito o cruzamento dos dados dos registos de passaporte dos indivíduos naturais dos outros concelhos do distrito de Braga, com os dados dos Processos de Passaporte existentes para este ano de 1912.

Também os titulares femininos com passaporte individual, que neste estudo recolhem o peso percentual de 5,2%, podem ter acompanhado familiares próximos, como foi também comprovado por nós no trabalho de investigação sobre Guimarães.

A avaliação da emigração familiar dos naturais do distrito de Braga, no ano de 1912, remeteu-se, neste caso, à contabilização dos titulares de passaportes colectivos e seus acompanhantes, num total de 684 indivíduos, com um peso percentual de 16,4%.

Estes titulares de passaportes colectivos são 50,9% do sexo masculino e 49,1% do sexo feminino. As esposas e filhos/filhas constituem 95,3% dos acompanhantes. A relevância da titularidade feminina e dos acompanhantes dos titulares masculinos denunciam a importância crescente do reagrupamento familiar e da emigração familiar. A grave situação política, social e económica vivida em Portugal e a quebra do câmbio brasileiro que provocou uma retracção brutal nas remessas enviadas pelos emigrantes levaram ao abandono dos projectos de retorno. Assiste-se, então, a um crescendo das partidas de famílias. Como já temos dados informatizados do concelho de Guimarães até 1914, podemos confirmar esta situação.

No ano de 1912, como acabamos de ver para o concelho de Guimarães, dos 397 registos de passaporte contabilizados, 64 registos dizem respeito a titulares de passaportes colectivos e seus acompanhantes, o que indica que 16,1% dos indivíduos partiram em grupos familiares.

No ano de 1913, dos 405 registos de passaporte com destino ao Brasil, 102 registos são de titulares de passaporte colectivo e respectivos acompanhantes o que corresponde a um percentual de 25,2% (Sarmiento, 1997: 13).

No ano de 1914, dos 187 indivíduos de Guimarães, que solicitam passaporte para o Brasil, 12 grupos familiares eram constituídos por duas pessoas, um grupo por três, dois grupos por quatro e três grupos por cinco pessoas, o que perfaz um total de 50 indivíduos. A percentagem destes indivíduos que integraram grupos familiares é, agora, de 26,7% (Sarmiento, 1997: 13).

As relações entre família permanecem obscuras (Alves, 1994: 23). Só pesquisas de âmbito local nos poderão ajudar a ponderar e a conhecer a amplitude da emigração familiar no seio do grande movimento emigratório de Portugal para o Brasil, nos finais do século XIX, princípios do século XX (Pereira, 1993: 9, 13).

FONTE

Arquivo Distrital de Braga – *Livro de Registo de Passaportes*, n.º 16, Julho de 1911-Março de 1913.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes, 1993 – “Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista», in Pereira, Miriam Halpern *et al.* (eds.). *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos.
- PEREIRA, Miriam Halpern *et al.* (eds.) – *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos.
- SARMENTO, Carmen Alice Aguiar de Moraes, 1997 – *Emigração Familiar para o Brasil, Concelho de Guimarães, 1890-1914 (uma perspectiva microanalítica)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho (dissertação de Mestrado)

LEGISLAÇÃO SOBRE EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NA I REPÚBLICA

*Maria da Conceição Meireles Pereira
Paula Marques dos Santos*

Era inevitável que o regime republicano (1910-1926) contemplasse no seu afã legislativo uma matéria que, apesar das múltiplas questões que a República reformou e projectou para a ribalta política, continuava a ser prioritária, tanto assim que os fluxos emigratórios para o Brasil aumentaram neste período, evidenciando-se, desde logo, os anos 1911-1913 (segundo alguns o início da emigração maciça) seguidos de um decréscimo causado pela I Guerra Mundial, retomando em alta após o fim do conflito¹.

Com efeito, a República não conseguiu sustentar a sangria para o Brasil – fragilidade que durante anos os republicanos atribuíram ao mau exercício político da Monarquia – mas também não se demitiu de enquadrar essa prática num quadro legal que, por um lado, herdou as suas traves mestras da matriz monárquica e, por outro, assumiu feições próprias, mesclando inovação e continuidade. Sendo clandestina uma parte considerável da emigração, a sua repressão toma um lugar crescente na legislação portuguesa² que, todavia, carece de uma análise comparativa com a sua congénere brasileira já que, no Brasil, as mudanças de políticas imigratórias foram “sempre acompanhadas de produção abundante de instrumentos legais que as definiam e redefiniam”³.

Apesar de omitir o direito à livre circulação dos indivíduos e sua escolha do local de residência e trabalho na Constituição que promulgou em Agosto de 1911, a I República Portuguesa patenteou em mais de meia centena de textos legislativos diversas preocupações relativamente à magna questão da emigração para o Brasil, desde a viagem transatlântica até aos lugares de recepção, passando pelas empresas engajadoras e matérias de carácter administrativo-burocrático. Como é usual nos textos deste teor, é comum serem referidos os ilícitos mais frequentemente praticados e que a lei tenta corrigir, facto que lhes confere a dimensão de fontes históricas de incontestável valor. Ao incidir na emigração para o Brasil, este trabalho exclui da sua análise a legislação sobre emigração para outros destinos que, aliás, se começava a tornar mais expressiva neste período (nomeadamente a emigração para diferentes países da Europa, América do Norte e Central, etc.).

¹ PEREIRA, 1981: 20.

² PEREIRA, 1993: 14.

³ WESTPHALEN *et al* 1993; BALHANA, 1993: 25.

Por razões metodológicas, vamos avaliar esta produção legislativa recolhida nas *Colecções de Legislação* e no *Diário do Governo*, em quatro fases, consoantes os contextos histórico-políticos. A 1.^a fase, que corresponde aos alvares do novo regime, evidencia uma intenção de regular questões que se prendiam com o serviço militar e a emissão de passaportes. Assim, a amnistia (Decreto com força de Lei de 4 de Novembro de 1910) concedida para solenizar a implantação da República – “o acontecimento mais notável da história pátria” – abrangia, no seu artigo 6.º, os indivíduos que à data da publicação deste decreto estivessem considerados como refractários do exército e da armada, e se encontrassem residindo em país estrangeiro⁴.

O Ministério do Interior, pela sua Direcção Geral da Administração Política e Civil, publicou então várias circulares e portarias atinentes a assuntos relacionados com a emigração:

- A circular de 30 de Maio de 1911 visava a uniformidade na concessão de passaportes a reservistas, tornando obrigatória a licença do comandante da divisão a que pertencesse o distrito de residência do impetrante, a qual era apenas válida por 60 dias.
- A de 28 de Outubro regulamentava os termos de fiança relativos ao serviço militar.
- A de 5 de Dezembro recomendava aos governos civis o envio semanal ao Comissariado da Polícia Especial de Emigração um mapa dos passaportes concedidos.
- A de 30 de Dezembro insistia na necessidade de haver no serviço de “concessão de passaportes as maiores cautellas” pelo que exigia rigorosa observância do preceituado em tal matéria.
- A de 27 de Fevereiro de 1912 esclarecia, em virtude de terem surgido várias dúvidas, que a concessão de passaportes, bem como dos bilhetes de identidade, era competência exclusiva dos governadores civis enquanto aos administradores dos concelhos cabia apenas justificar a identidade do impetrante e lavrar o respectivo termo, sendo ele residente no concelho em causa.
- A de 13 de Abril estabelecia que de futuro só pudessem ser concedidos passaportes a pessoas que fossem naturais do distrito ou fizessem prova que nele eram residentes “há mais dum ano, não se admitindo simples alegações nem a consideração de que por falta de meios não podem ir ao distrito da sua naturalidade”⁵.

⁴ Os termos desta amnistia e sua aplicação seriam esclarecidos por decretos de 14 e 15 de Novembro do mesmo ano.

⁵ RAMOS, 1913: 162. A razão subjacente à publicação desta Circular transparece do texto da mesma que alude ao facto de haver grande facilidade, em alguns governos civis, “em conceder passaportes a indivíduos que se lhes apresentam a solicitá-los, fazendo uma simples alegação sem prova de qualidade alguma de que transferiram para ele a sua residência (...) acrescentando uma grande parte de tais pretendentes recorrerem a este meio por que no distrito da sua naturalidade não conseguiam e por atendíveis motivos que tais passaportes lhes fossem dados”.

- A de 17 de Agosto ordenava que a cada passaporte ou bilhete de identidade devia ser junto um impresso autenticado com a assinatura do governador civil e selo branco da respectiva secretaria contendo por extenso os dizeres dos artigos 26 e 28 do regulamento consular de 24 de Dezembro de 1903, bem como das alíneas a), b), c), e parágrafo único do n.º 1 do artigo 1.º da tabela dos emolumentos consulares aprovado por decreto de 26 de Maio de 1911.
- A de 18 de Setembro determinava que quando em qualquer administração de concelho se procedesse à justificação da identidade do indivíduo que pretendesse passaporte para sair do país, esse processo seria enviado ao respectivo governador civil que o deveria devolver (no prazo designado no artigo 4.º da lei de 25 de Abril de 1907) com o passaporte ao mesmo administrador que tivesse organizado o processo sem que fosse necessária a comparência pessoal do impetrante no governo civil (como se fazia em alguns distritos mas não era “harmónico com o que a citada lei preceitua”).
- A portaria de 27 de Novembro enfatizava a necessidade de aperfeiçoamento da estatística sobre a emigração e de se iniciarem trabalhos sobre imigração, pelo que reiterava a observância rigorosa de certos artigos do regulamento geral da polícia marítima de 7 de Abril de 1863 por parte da Polícia Especial de Repressão de Emigração Clandestina⁶, nos portos de Lisboa e Porto, e da polícia cívica nos demais portos do continente e ilhas, relativamente à entrega de relações de passageiros que desembarcassem nesses portos e exigissem das agências e das respectivas companhias de vapores uma relação dos que embarcassem. Quer das listas de embarque quer de desembarque, deveriam estas polícias enviar à Direcção Geral de Estatística uma nota resumida com menção do número de emigrantes e imigrantes, por sexo, profissões, estados, grupos de idade, procedência e destino.
- Outra portaria de 27 de Novembro de 1912 estipulava que, enquanto se não designasse fardamento e distintivo especiais para os agentes da Polícia Especial de Repressão de Emigração Clandestina que lhes permitissem reconhecimento e respeito no desempenho das suas funções “de indubitável importância”, estes deveriam usar a bordo dos navios um boné cujo emblema fosse formado pelas iniciais P.E. encimadas pela esfera armilar bordada a ouro.
- A portaria de 3 de Julho de 1914 voltava a tratar de passaportes para tentar resolver os frequentes “abusos praticados pelos engajadores da emigração clandestina” que incitavam os emigrantes à prática dum acto ilegal que consistia em devolverem o seu passaporte, uma vez chegados ao porto de destino, “com o fim dum outro indivíduo dele se aproveitar, continuando assim o mesmo documento a servir a vários emigrantes dentro do ano da sua validade”. Para evitar esta situação, era ordenado que no

⁶ A Polícia de Repressão da Emigração Clandestina havia sido criada em 1896, datando o seu regulamento de 3 de Julho daquele ano (PEREIRA, 2008: 43).

acto da fiscalização, em todos os passaportes de emigrantes, antes do embarque, fosse lançada uma “sobrecarga”, isto é, se especificasse o navio, o porto do destino e a data de saída.

Embora o fenómeno emigratório pudesse ser ocasionalmente alvo de disposições legais providas de outros ministérios⁷, era o Ministério do Interior quem detinha a primazia legislativa sobre a prática da emigração. Essa é também a proveniência das *Instruções de 25 de Novembro de 1912*, destinadas à interpretação da lei de 22 de Novembro de 1907 que estabelecia quem necessitava de passaportes (“emigrantes”) e quem deles estava dispensado (“simples viajantes”), para efeito de melhor fiscalização da polícia a bordo dos navios. Segundo estas instruções, eram emigrantes:

- a) Todos os nacionais que pretendam embarcar na 3.^a classe dos navios;
- b) A mulher casada que pretende embarcar na 1.^a ou 2.^a classe dos navios ou nas classes intermediárias, desacompanhada do marido, se não mostrar que está legalmente separada de pessoa e bens;
- c) Os menores que pretendam embarcar nas mesmas classes desacompanhados dos pais ou tutores;
- d) Os menores de 40 anos sujeitos ao recenseamento, ou ao serviço das tropas activas, ou das tropas de reserva;
- e) Aqueles que pretendam embarcar em 1.^a ou 2.^a classe ou classes intermediárias com a intenção de estabelecer residência fixa em países estrangeiros do ultramar;
- f) Os nacionais portadores de títulos de naturalização, tais como cartas e passaportes concedidos por autoridades brasileiras no estrangeiro, quando os seus portadores tenham menos de 30 anos e estejam sujeitos à reserva militar pelo disposto no decreto de amnistia de 4 de Novembro de 1910⁸.

Em 1914, com a eclosão do 1.^o conflito mundial – e consideramos esta a segunda fase de análise – partem do Ministério da Guerra algumas sugestões legislativas em matéria de emigração. Desde logo a lei n.^o 231, de 6 de Julho desse ano, que em 12 artigos estipulava as condições em que os mancebos maiores de 14 anos sujeitos a serviço militar e as praças das tropas activas e de reserva do exército podiam obter passaportes ou bilhete de identidade para se ausentarem para o estrangeiro. A questão militar estava na ordem do dia e a lei de 30 de Junho de 1914, relativa à emigração, é regulamentada em 8 de Agosto, entrando esse regulamento em vigor a partir de 27 de Outubro desse ano

⁷ Como é o caso da circular de 6 de Março de 1913, do Ministério das Finanças, que determinava que todo o agente de emigração estava sujeito à licença respectiva ainda que trabalhasse por conta de qualquer agência legalmente constituída.

⁸ RAMOS, 1913: 94.

(Decreto n.º 978). De forma ainda mais detalhada, eram estabelecidas as formalidades indispensáveis às tropas activas, de reserva, licenciadas e refractárias, bem como aos jovens maiores de 14 anos que pretendiam emigrar, avultando as taxas fixas e anuais, as apresentações nos consulados, também anuais, entre muitas outras exigências. Este *Regulamento para a execução da lei de 30 de Junho de 1914, relativa a emigração* incluía ainda os modelos dos impressos e guias que registavam as quantias pagas e restituídas nas diversas circunstâncias em que os indivíduos se encontravam.

Em 1916, a República, pelo Ministério do Interior, voltou a legislar sobre uma matéria que envolvia passaportes e serviço militar. Ordenava a Portaria n.º 613 (14 de Março) que deixavam de ter validade, se não fossem previamente submetidos ao visto da competente autoridade administrativa, os passaportes e bilhetes de identidade concedidos a adultos entre os 17 e os 45 anos, em serviço militar ou eventualmente sujeito a ele. A Portaria n.º 614, da mesma data, ordenava que cessasse a dispensa de passaporte de saída a todos os indivíduos mencionados nos números 1 a 3 do 1.º artigo da lei de 25 de Abril de 1907, isto enquanto durasse o estado de guerra. Saliente-se que estas portarias são publicadas uma semana após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal que ocorreu em 9 de Março de 1916. Ainda neste mês de Março, a 22, saiu a portaria n.º 620 que novamente lembrava a circunstância especial que o país vivia, determinando que aos cidadãos abrangidos pelo artigo 1.º do Decreto n.º 2287, de 20 de Março de 1916⁹, não fossem concedidos passaportes enquanto não fossem declarados isentos do serviço militar pelas juntas de saúde de revisão, e aqueles que já tivessem obtido os passaportes não os poderiam utilizar sem os submeterem ao visto da autoridade administrativa.

O estado de guerra exigia maiores e mais intensos serviços de fiscalização terrestre e marítima à Polícia Especial de Repressão de Emigração Clandestina, resultando daí a necessidade de aumentar o número dos seus agentes. Assim, o Decreto n.º 2546, de 2 de Agosto de 1916, mandou prestar serviço naquela corporação, na qualidade de provisórios, dez guardas dos corpos de polícia cívica de Lisboa e do Porto. Decorrido pouco mais de um ano sobre esta experiência, constatou-se que os efectivos da Polícia Especial de Repressão de Emigração Clandestina eram ainda insuficientes para tantos afazeres (exame e visto dos passaportes; organização do rol dos passageiros entrados e saídos; vários outros serviços de fiscalização tanto nos portos como nas estações fronteiriças das linhas férreas) pelo que o Decreto n.º 3593, de 23 de Novembro de 1917, elevou para vinte o número de agentes provisórios da Polícia Especial de Repressão de Emigração Clandestina. Para credibilizar a acção desta polícia, este Decreto considerava ainda, no seu artigo 3.º, que os autos por ela levantados

⁹ Este decreto estabelecia que seriam submetidos a juntas de saúde de revisão – que poderiam ser três sucessivas – todos os cidadãos com menos de 45 anos de idade que tivessem sido isentos do serviço militar por incapacidade física, bem como todos os militares que pelo mesmo motivo tivessem passado ou viessem a passar à situação de reserva ou de reforma.

fariam fé em juízo e teriam força de corpo de delito, desde que cumprissem o preceituado no tocante ao número e depoimentos das testemunhas.

Em 16 de Abril de 1918, o Decreto n.º 4095 voltava a apertar o torno na questão dos passaportes e dos vistos que lhes eram apostos. Segundo a lei de 1907, sempre que decorresse um ano sobre a emissão do passaporte este carecia de visto, enquanto que pela lei de 1916 o passaporte era válido por um ano mas durante esse prazo se o seu titular pretendesse sair do país deveria apresentá-lo no governo civil para ser visado. Tal regime gerava numerosos abusos pelo que este novo decreto estabelecia que os passaportes emitidos sob aquelas leis seriam apenas válidos pelo prazo de quarenta e oito horas para a saída do país. Passado esse prazo, só teriam validade para a saída do país se fossem visados no respectivo governo civil, para obterem validade por igual período. Os passaportes dos viajantes por via marítima, mesmo que fossem provenientes de outros distritos, podiam ser visados em Lisboa e no Porto pela Polícia de Emigração, se os viajantes provassem a impossibilidade do embarque no prazo indicado no passaporte.

Outra medida suscitada pelo estado de guerra consubstanciou-se na Portaria n.º 1336, de 26 de Abril de 1918 que, em virtude da necessidade de maior fiscalização sobre os indivíduos que entravam e saíam do país, determinou a criação, em Lisboa e no Porto, de uma comissão composta de três membros para verificação de passaportes, pelo que nenhum passaporte seria válido sem o visto de uma destas comissões.

Terminada a guerra, constata-se uma necessidade generalizada de melhorar e uniformizar procedimentos administrativos, constituindo este o terceiro momento a considerar pelo presente estudo. O Governo português teve então consciência que o fluxo emigratório recresceria, podendo até atingir “maiores proporções”. Foram tais receios que inspiraram o Decreto n.º 5624, de 10 de Maio de 1919, composto de 10 capítulos e 73 artigos, e que pode ser considerado a grande peça legislativa da República nesta matéria, “um dos marcos fundamentais nos domínios da nossa emigração”¹⁰. O seu preâmbulo reconhecia que competia ao Governo preparar-se para esse facto, quer para encaminhar e proteger a futura corrente emigratória, quer para o país auferir “desse fenómeno social os correspondentes resultados”. Assim, o executivo propunha-se regularizar e definir a situação dos emigrantes, estabelecendo medidas de carácter tutelar como a repatriação, consideradas formas de protecção do emigrante, à imagem do que se passava noutros países europeus. Inadiável era também a necessidade de reprimir a emigração clandestina e ilegal, bem como de regulamentar as agências de emigração e de passagens e passaportes.

No capítulo I – *Liberdade de trânsito pelas fronteiras e suas restrições* – eram identificados os indivíduos que estavam dispensados de passaporte (salvo em “casos de excepcional gravidade”) para saída do país, os quais, básica-

¹⁰ RIBEIRO, 1987: 46.

mente, eram todos os que não fossem considerados emigrantes. Por isso, o artigo 2.º continha a definição de “emigrantes e consequentemente sujeitos a apresentação de passaporte”:

- 1.º Os nacionais que com passagem de 3.ª classe embarquem para portos estrangeiros;
- 2.º Os nacionais que, embarcando em 1.ª, 2.ª ou classes intermediárias, pertençam a algumas das seguintes categorias:
 - a) Os que tiverem o propósito de estabelecer residência fixa no estrangeiro;
 - b) As mulheres casadas desacompanhadas dos maridos, salvo provando estarem legalmente separadas de pessoas e bens;
 - c) Os menores desacompanhados de pais ou tutores;
 - d) Os indivíduos com menos de quarenta e cinco anos sujeitos ao serviço militar;
- 3.º Os nacionais que pretendam sair pela fronteira terrestre para embarcar em 3.ª classe, com o fim de se esquivarem ao cumprimento das disposições deste decreto, e os compreendidos no n.º 2.º [funcionários diplomáticos e consulares] que com o mesmo fim pretendem embarcar em porto estrangeiro¹¹.

Os artigos imediatamente seguintes tratavam dos passaportes. Estes teriam que ser sempre individuais, e seria cobrada a taxa de 6\$ por cada cidadão do sexo masculino maior de catorze anos e 10\$ por cada mulher ou indivíduo do sexo masculino menor de catorze anos. Os passaportes seriam sujeitos a um modelo uniforme e deveriam conter, além das indicações regularmente prescritas, menção se o emigrante ia contratado ou partia espontaneamente, isto é, sem vínculo de trabalho. Reiterava-se a emissão dos passaportes pelos governos civis da naturalidade ou residência dos impetrantes, ou pelos consulados portugueses no estrangeiro, e a identificação do impetrante na administração dos concelhos. Fixavam-se os emolumentos respectivos bem como os documentos exigidos para obtenção do passaporte: além do documento de identificação, eram necessários o certificado do registo criminal, certidão de idade e, sendo menores de vinte de um anos, autorização de pais ou tutores; sendo mulheres, a autorização do marido ou documento comprovativo da separação de pessoas e bens; sendo funcionários públicos, a licença de superiores competentes. Os cidadãos maiores de 14 anos e menores de 45 só poderiam obter passaporte apresentando licença das autoridades militares competentes. Todos os cidadãos nacionais e estrangeiros que embarcavam com destino aos portos estrangeiros a bordo de navios de qualquer nacionalidade, ficavam sujeitos ao pagamento da taxa de 5\$, 2\$50 e 1\$, conforme adquirissem passagem em 1.ª,

¹¹ Vejam-se as pequenas diferenças entre esta definição de “emigrante” e a exarada nas *Instruções* de 1912, atrás referidas.

2.^a ou 3.^a classe (as classes intermediárias eram equiparadas às imediatamente superiores).

O artigo 9.º, último deste capítulo, determinava que o Governo podia suspender a emigração para um determinado país, por motivos de ordem pública, ou quando corresse perigo a vida, liberdade ou os bens dos emigrantes.

O capítulo II – *Da Emigração* – tratava de questões que se prendiam com a protecção dos emigrantes relativamente às formas irregulares do seu recrutamento, contratação e condições de transporte:

- Proibia-se a excitação pública à emigração, bem como a propaganda enganadora e dolosa para o recrutamento individual ou colectivo de emigrantes;
- O recrutamento de emigrantes só poderia ser feito pelos agentes de emigração definidos no artigo 16.º;
- Os agentes de emigração eram obrigados a realizar com cada um dos emigrantes um contrato escrito, em duplicado, lavrado em papel comum, isento de selo e reconhecido gratuitamente pelo notário, constando do seu texto que o contratador se responsabilizava pela segura expedição do emigrante e sua bagagem até ao ponto de destino; pela alimentação e acomodação do emigrante no porto de embarque, desde o dia anunciado para a partida até aquele em que esta efectivamente se realizasse; pela salubre acomodação a bordo e alimentos suficientes e higiénicos durante a viagem e no caso de estacionamento ou desembarque forçado; pelo tratamento e fornecimento gratuitos de médico e remédios no caso de doença; pela restituição no lugar de destino, em valor correspondente ao da entrega em Portugal, de qualquer quantia recebida do emigrante a título de depósito; pela indemnização dos prejuízos causados, reembarque para Portugal e pagamento de despesas até a chegada ao domicílio no caso do emigrante ser rejeitado pela empresa ou pessoa por conta de quem o agente havia contratado (a indemnização não tinha lugar em caso de inaptidão física ou mental adquirida durante a viagem).

As obrigações sobre condições de transporte atrás referidas eram impostas às companhias de navegação e carreiras marítimas ou aos agentes em relação aos emigrantes que partiam deliberadamente, sem vínculo contratual.

O artigo 13.º interditava a emigração às pessoas nas circunstâncias seguintes:

- Indivíduos com mais de sessenta anos que pretendessem partir espontaneamente, isto é, sem vínculo de trabalho;
- Indivíduos portadores de doença ou enfermidade que os impossibilitasse de trabalhar para angariar meios de subsistência;
- Mulheres solteiras, menores de vinte e cinco anos, não sujeitas ao pátrio poder ou tutela quando, por não serem acompanhadas de seus pais, tutores, parentes ou pessoas respeitáveis, se suspeitasse fundadamente que podiam ser objecto de tráfico desonesto;

- Os que sem acordarem com a autoridade e assistência competente, deixassem no país filhos menores;
- Os menores de catorze anos desacompanhados dos pais, tutores ou pessoas respeitáveis.

Nas duas primeiras situações, a proibição cessava quando os interessados provassem que o seu sustento estava absolutamente garantido no lugar de destino. Os menores que partiam acompanhados de pessoas respeitáveis eram obrigados a provar que tinham a sua subsistência assegurada no lugar para onde se dirigiam.

Ainda no campo contratual, esta lei dispunha que os emigrantes podiam rescindir o contrato, com direito a reembolso de metade do que haviam despendido, se avisassem a pessoa com quem contrataram cinco dias antes da data de embarque. Nos casos de doença grave ou morte, a antecedência era apenas de seis horas, devendo então o interessado ou herdeiros receber por inteiro o que tivesse sido pago. A rescisão do contrato e o reembolso pleno das despesas também podia dar-se no caso de os emigrantes se apresentarem atempadamente no porto e não embarcassem por falta de acomodações no navio.

Dos agentes de emigração e dos agentes de passagens e passaportes era o título do III capítulo que visava regular este ramo de actividade que abrangia “as companhias ou empresas e todos os indivíduos que promovam o recrutamento ou por qualquer forma angariem emigrantes para país ou colónia estrangeira”. Só podia ser agente de emigração quem tivesse feito contrato com as pessoas que, no estrangeiro, precisassem dos serviços de emigrantes e se habilitassem com a devida licença concedida pelo Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, ouvida a Inspeção respectiva. Estes contratos dependiam da aprovação do Governo e, entre outras cláusulas regulamentares, neles devia especificar-se o número máximo de emigrantes a contratar, o local para onde eram conduzidos, os serviços a que se destinavam e as garantias e proventos que lhes eram assegurados. A licença era pessoal e intransmissível, por ela era cobrada anualmente a quantia de 500\$ e apenas era concedida a indivíduos que:

- Fossem cidadãos portugueses por origem ou naturalização;
- Apresentassem certificados de registo criminal isento de crimes e atestado de bom comportamento moral e civil passado pela Câmara Municipal do seu domicílio;
- Assinassem pessoalmente ou por procurador um termo de responsabilidade em que se obrigavam a cumprir a rigorosa observância das leis e regulamentos relativos à emigração e a apresentar nos governos civis da naturalidade dos emigrantes os contratos que com eles celebrassem para serem registados e visados;
- Prestassem caução ao exacto cumprimento das obrigações contraídas para com os emigrantes e ao pagamento da contribuição industrial em que fos-

sem tributados, no valor de 6000\$, dos quais um terço poderia ser convertido em títulos da dívida pública e o restante em fiança idónea.

As licenças conferiam a possibilidade de solicitar passaporte e vender passagens, havendo também a figura de “agentes de passagens e passaportes” os quais, com ou sem escritório, recebiam remuneração ou comissão por venderem passagens, recomendarem ou ainda acompanharem os interessados às companhias de transportes marítimos ou seus consignatários. Estas licenças só eram passadas aos indivíduos que reunissem as condições atrás referidas para os agentes de emigração, pagavam selo no valor de 250\$ e fiança de 3000\$, dos quais um terço poderia ser convertido em títulos da dívida pública. As ditas licenças poderiam ser cassadas quando:

- Se provasse que favoreciam, por qualquer meio, a emigração clandestina;
- Faltassem às condições dos contratos com os emigrantes e às responsabilidades contraídas;
- O fiador retirasse a fiança e esta não fosse devidamente substituída;
- Praticassem actos que não fossem facultados pela licença.

O último artigo deste capítulo comprovava que os agentes de passagens e de passaportes podiam ser cumulativamente agentes de emigração já que, quando tal ocorria, eram obrigados a dar a cada emigrante nota das despesas efectuadas com a obtenção do passaporte, não podendo incluir, a título de comissão, remuneração ou gratificação pelos serviços prestados quantia superior a 1\$. A prática de cobrar valores indevidos seria comum entre estes agentes pois o parágrafo único do artigo 23.º estipulava o seguinte: “Contendo a nota despesas maiores do que aquelas que realmente se efectuaram, ou provando-se que o agente recebeu mais do que da nota consta, o emigrante terá direito a exigir dele o dobro do que houver pago a mais”.

O capítulo IV – *Das companhias marítimas e seus agentes e dos capitães ou comandantes de navios* – começava por enunciar as obrigações das companhias marítimas nacionais ou estrangeiras e seus agentes:

- Avisar as inspecções dos serviços de emigração com a antecipação de cinco horas, pelo menos, das chegadas dos seus navios, com a indicação se desembarcavam ou não quaisquer passageiros;
- Não fornecer bilhetes de passagem a emigrantes sem a prévia apresentação do passaporte;
- Não entregar bilhetes de passagem a quaisquer passageiros sem que se as taxas fixadas no artigo 8.º fossem cumpridas no próprio bilhete;
- Apresentar quatro horas antes da hora marcada para o embarque a relação dos passageiros que o tivessem de realizar, bem como os passaportes ou quaisquer diplomas que legitimassem o embarque dos mesmos;
- Não fazer conduzir os passageiros para bordo antes de ali se encontrar o funcionário que tivesse de fazer a fiscalização.

Os bilhetes de passagem teriam de ser individuais, escritos em português e deveriam conter indicação da classe em que viajava o seu possuidor, além dos requisitos regulamentares.

As obrigações dos capitães ou comandantes de navios mercantes nacionais ou estrangeiros constavam do seguinte:

- Apresentar a relação dos passageiros que tivessem embarcado ao funcionário do Commissariado Geral dos Serviços de Emigração que a bordo efectuasse o serviço policial de entrada;
- Não admitir a bordo passageiros em número superior àquele que estivesse especificado na relação dada pela Companhia ou seu agente consignatário;
- Não receber, antes ou depois dessa visita e depois de largarem a barra, passageiros portugueses e estrangeiros, salvo em caso de naufrágio;
- Não prejudicar, durante a viagem, as condições de alojamento em que os passageiros houvessem sido embarcados;
- A proceder, em viagem, de acordo com o funcionário do Commissariado Geral dos Serviços de Emigração que fosse a bordo, no caso de se tornarem necessárias providências para a manutenção da ordem e da disciplina alterada pelos passageiros portugueses, e quando nenhum funcionário do Commissariado os acompanhasse, a não exercer sobre eles castigos corporais ou procedimento injurioso, participando no consulado português no ponto de destino as providências que houvesse tomado.

O capítulo V – *Da repatriação* – assumia particular relevância pois só era permitido o transporte de emigrantes às companhias ou empresas de navegação nacionais ou estrangeiras que se sujeitassem à repatriação gratuita, em condições de alimentação e acomodações iguais às dos outros passageiros de 3.^a classe, de 3% de emigrantes indigentes embarcados no trimestre anterior, e por metade do preço estabelecido para a viagem, de mais 10% dos embarcados durante igual período que não possuíssem meios de subsistência e de trabalho. O repatriamento seria efectuado proporcionalmente ao número de emigrantes que cada companhia ou empresa houvesse transportado de Portugal, ao número de navios a elas pertencentes que tivessem saído durante o trimestre e às lotações de 3.^a classe.

Para o repatriamento, a preferência devia obedecer a seguinte ordem:

- Os obrigados a regressar a Portugal para cumprimento de deveres militares;
- Os que padecessem de doença grave não contagiosa;
- Os menores;
- Os chefes de família, devendo ser escolhidos os que a tivessem mais numerosa;
- Os naufragos.

Do Commissariado Geral dos Serviços de Emigração tratava o capítulo VI. O artigo 30.º estipulava que todos os serviços do continente português que se relacionassem com a emigração seriam dirigidos por esta repartição do Ministério do Interior, directamente subordinada à Direcção Geral de Segurança Pública. Dependentes do Commissariado seriam criadas duas inspecções, uma com sede em Lisboa e outra no Porto.

O pessoal do Commissariado Geral, das inspecções e o corpo de fiscalização de emigração compunham-se de: um comissário geral; um secretário do Commissariado; um amanuense do Commissariado; dois inspectores; dois secretários de inspecção; cinquenta agentes (vinte de 1.ª classe e trinta de 2.ª); dois serventes.

O texto da lei contemplava outros aspectos relacionados com este serviço como os vencimentos; categorias profissionais, respectivas idades e habilitações literárias; tipos de nomeações. As funções atribuídas ao pessoal do Commissariado Geral e das Inspecções eram vastas, encontrando-se explanadas em 16 pontos que fundamentalmente se orientavam na prevenção de práticas ilícitas. Além de providenciarem a observação das leis e dos regulamentos por parte dos emigrantes e agentes de emigração, cabiam-lhes actos de fiscalização, cobrança e arrecadação de taxas, instauração de processos, perseguição, busca e captura. Eram também obrigações suas coligir elementos para a publicação do *Boletim* de emigração que seria dirigido pelo Commissariado¹²; elaborar mapas estatísticos mensais com o número de emigrantes e imigrantes, sexo, profissões, estados civis, grupos de idade, destino e procedência; organizar o cadastro dos infractores; expedir e publicar editais esclarecendo dúvidas que fossem suscitadas sobre a aplicação de disposições relativas à emigração.

Do fundo da emigração tratava o capítulo VII que continha dois artigos que explicitavam a receita do fundo da emigração e a forma da sua aplicação.

Já o capítulo *Disposições penais* estabelecia numa dúzia de artigos as penas previstas para os infractores, destacando-se algumas situações como as que a seguir se apresentam:

- Os que tentassem emigrar clandestinamente seriam julgados e punidos com uma multa de 10\$ a 30\$ e prisão correccional de quinze dias a três meses;
- Os que incitassem publicamente à emigração e os que fizessem propaganda enganadora e dolosa para o recrutamento de emigrantes seriam punidos com multa de 50\$ a 100\$ e prisão correccional de 1 a 12 meses;
- Os agentes de emigração clandestina, além do pagamento em dobro do selo da respectiva licença, seriam punidos com a multa de 500\$ e prisão correccional de 1 a 3 anos;

¹² Previa-se que esse *Boletim* contivesse a descrição de contratos dos emigrantes, os preços vigentes das passagens marítimas, informações consulares sobre o mercado de trabalho e colocação de emigrantes, estatísticas do movimento emigratório, a lista dos agentes de emigração e dos de passagens e passaportes, e de todas as demais notícias relacionadas com a emigração.

- Os agentes de passagem e passaportes que não cumprissem o preceituado nesta lei seriam punidos com a multa de 250\$ e prisão correccional de 6 a 18 meses;
- As companhias e empresas de navegação e seus agentes, assim como os capitães ou comandantes de navios que não cumprissem o legalmente estatuído seriam punidos com a multa de 100\$ a 500\$;
- Os mestres ou arrais de barcos de pesca que conduzissem indivíduos a bordo de navios fundeados nos portos, antes ou depois da fiscalização da polícia da emigração, seriam punidos com 3 a 12 meses de prisão e perderiam os seus barcos em benefício do Estado caso fossem seus proprietários;
- Os notários que faltassem ao estipulado neste decreto e se negassem, sem justo motivo, ao reconhecimento dos contratos ou por eles cobrassem algum emolumento seriam punidos com a pena de suspensão de 3 a 6 meses, perdendo o lugar no caso de reincidência.

As *Disposições transitórias* encontravam-se reunidas no capítulo IX, referindo-se, sobretudo, a cargos, postos e direitos laborais do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, explicitando-se que o governo poderia tornar extensivo aquele serviço ao arquipélago dos Açores, criando para isso uma polícia autónoma custeada pelos corpos administrativos locais e, se circunstâncias especiais o determinassem, o Comissariado poderia exercer funções nos serviços da polícia dos Açores e da polícia de emigração no Funchal.

Por sua vez, o último capítulo abordava as *Disposições gerais* que, fundamentalmente, constituíam repetições e clarificações do texto da lei, abrindo o seu primeiro artigo com a indicação de que as disposições deste decreto a favor dos emigrantes tinham carácter tutelar e não podiam ser renunciadas. No artigo seguinte eram consideradas medidas de excepção para os distritos onde houvesse maior movimento emigratório pois aí o comissário geral deveria estabelecer “as medidas que julgar por convenientes, no sentido de reprimir a emigração clandestina”. Ainda incidindo nesta tónica, o artigo 69.º estabelecia que a repressão da emigração clandestina incumbia a todas as autoridades civis e militares, bem como aos corpos da guarda-fiscal, podendo capturar todos os indivíduos que não cumprissem as disposições deste decreto. O artigo 71.º determinava a abertura no Ministério das Finanças a favor do do Interior de um crédito especial de mais de quatro contos de réis para a execução deste decreto. No anterior, estipulava-se a publicação governamental dos regulamentos para “a uniforme e eficaz execução” deste decreto, a qual não se fez esperar.

Com efeito, volvido pouco mais de um mês, mais exactamente em 19 de Junho de 1919, pelo Decreto n.º 5886, foi publicado o *Regulamento Geral dos Serviços de Emigração, nos termos do decreto n.º 5 624, de 10 de Maio de 1919*. Este extenso diploma era composto por 144 artigos (desdobrados em numerosos pontos) que formavam 17 capítulos. Como era de esperar, retomava e transcrevia muitos aspectos do decreto de Maio, aprofundando-os, sobretudo

esclarecendo os seus trâmites burocráticos e fiscais, características que conferem a este texto uma dimensão de fonte histórica indispensável à investigação sobre emigração neste período. Em virtude da sua extensão, apenas serão aqui referidos os títulos dos capítulos e traços gerais da matéria que versavam.

O I capítulo – *Liberdade de trânsito pelas fronteiras e suas restrições* – além dos artigos iniciais, incluía uma secção denominada *Passaportes* e outra *Bilhetes de Identidade*, num total de 26 artigos. Relativamente aos primeiros deveriam conter diversas informações, nomeadamente se era emigrante contratado ou sem vínculo de trabalho, bem como “o retrato nítido e sem retoque, de data recente”. Como atrás se mencionou, o texto da lei a que este regulamento se reporta determinava que os passaportes deviam ser sempre individuais; assim, embora o artigo 14.º referisse passaportes solicitados por uma família explicava que a cada pessoa do agregado devia corresponder um passaporte: “Quando se trate da expedição de passaportes destinados a uma família, o processo de justificação e o termo de reconhecimento de identidade será apenas um, conferindo-se tantos passaportes quantas forem as entidades que constem do processo e da petição que os solicitou”.

O capítulo seguinte debruçava-se sobre o *Imposto de embarque*, explicando as suas formas de cobrança e isenções.

O capítulo III abordava em vinte artigos desdobrados em vários pontos e parágrafos a importante questão do *Regime de emigração*, explicando as formas proibidas de recrutamento de emigrantes, as referências que deviam constar dos contratos de emigração, a definição de emigração “gratuita” e “subsidiada”, o destino do documento do contrato e seu duplicado, as modalidades de rescisão dos contratos, as obrigações dos agentes de emigração e navios de transporte para com os emigrantes, os casos em que estes podiam reclamar, etc. Os três últimos artigos deste capítulo evidenciavam a dimensão tutelar e protectora relativamente à emigração (aliás deveras difícil de executar na prática) assumida pelo Estado, através do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração que deveria promover a criação de instituições de patronato aos emigrantes, tanto no país como fora dele, podendo atribuir essas funções a sociedades filantrópicas e outras instituições que lhe fossem indicadas pelos consulados, às quais poderiam ser concedidos subsídios do fundo de emigração, “de modo a procurar melhorar, instruir e educar as condições morais da emigração, e o seu desenvolvimento económico com a Pátria”.

Do *Transporte de emigrantes* tratava o capítulo IV que estipulava as medidas de fiscalização sobre as condições exigidas aos navios para bom acolhimento dos emigrantes as quais contemplavam, entre outros aspectos, a existência de um médico a bordo sempre que o número de emigrantes excedesse os cinquenta, condições de salubridade do alojamento prevendo que o espaço fosse de cinco toneladas para cada dois emigrantes incluindo tripulação, boa qualidade e quantidade dos géneros alimentícios, bom acondicionamento e quantidade da água (no mínimo, 35 litros por semana para cada indivíduo), farmácia em quantidade e qualidade suficientes.

O capítulo V abordava a questão da *Fiscalização dos portos* relativa a todos os navios mercantes nacionais e estrangeiros, a vapor ou de velas, empregados em determinadas carreiras e viagens de longo curso.

Das companhias marítimas e dos capitães ou comandantes de navios era o título do VI capítulo que fixava as obrigações dos agentes ou consignatários das empresas ou companhias de navegação, nacionais ou estrangeiras, que expedissem bilhetes de passagem para portos estrangeiros.

Os dois capítulos seguintes tratavam respectivamente de *Agências de emigração* e *Agências de passagens e passaportes*, especificando as respectivas obrigações e licenças a que tinham de se submeter.

O capítulo IX intitulava-se *Da repatriação* e estipulava os moldes em que as companhias ou empresas de navegação nacionais e estrangeiras eram obrigadas a repatriar gratuitamente emigrantes. As percentagens que cabiam a cada companhia ou empresa eram atribuídas em função das listas trimestrais elaboradas pelos cônsules portugueses que apresentavam o número de portugueses aí desembarcados por cada uma delas.

Nesta teia imbricada de deveres e obrigações, os cônsules e seus representantes eram peças importantes a quem competia assistir aos desembarques, ouvir emigrantes, elaborar relatórios actualizados, entre outros aspectos especificados no capítulo X.

Já os capítulos seguintes regulavam o funcionamento, atribuições e actividades *Do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração*, *Do Comissariado Geral*, *Das Inspeções de Lisboa e Porto*, e *Dos agentes* respectivos.

O capítulo XV explicava o modo de acumulação e aplicação do *Fundo de emigração* e o seguinte tratava *Das ajudas de custo e transportes* atribuídas aos funcionários do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração.

O último capítulo – *Disposições gerais* – abordava diferentes aspectos, destacando-se aqui o seu artigo inaugural que expressamente declarava que todas as autoridades administrativas, judiciais, militares, fiscais e consulares, bem como todos os agentes da força pública, civil, militar ou fiscal ficavam obrigados a prestar o auxílio que lhes fosse requisitado pelo pessoal do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração.

A legislação promulgada posteriormente a este importante regulamento – que constitui a quarta e última fase de análise – compôs-se de numerosos textos breves e avulsos, assumindo, sobretudo, um carácter rectificativo¹³ (definitivo ou provisório) de certos aspectos pontuais, ou clarificador da doutrina vigente.

Paradigmática desta última situação é a portaria n.º 2057, de 15 de Novembro de 1919, que lembrava nas suas palavras iniciais que a portaria de 7 de

¹³ Estas rectificações, por vezes, eram simples erratas; por exemplo, o *Diário de Governo* n.º 135, de 10 de Julho de 1919, apresenta a correcção de “inexactidões” publicadas no texto do decreto n.º 5.886, na edição do mesmo *Diário de Governo*, n.º 124, de 27 de Junho. Noutros casos são apenas publicados modelos de guias como a referida no artigo 6.º do importante decreto de 10 de Maio de 1919 (*Diário do Governo*, n.º 147, 26 de Julho de 1919).

Novembro de 1917 havia sido derogada pelo Decreto n.º 5624, “convindo esclarecer a doutrina vigente sobre passaportes”, tratando especificamente dos emitidos pelas entidades consulares. Ainda em matéria de passaportes, e como exemplo de um acrescento à lei, refira-se o Decreto n.º 6360 que alargava aos passaportes dos emigrantes por via terrestre a obrigatoriedade do lançamento da sobrecarga estipulada pelo artigo 67.º do regulamento de 19 de Junho de 1919 para os passaportes dos que emigravam por via marítima.

Já a Portaria n.º 2232, de 8 de Abril de 1920, fez uma modificação provisória. Tendo em consideração o modo por que estava sendo efectuado o embarque de grande número de mulheres entre os 16 e os 20 anos de idade, completamente desamparadas de pessoas de família, pretendia-se tomar providências especiais tendentes a evitar o abandono daquelas mulheres; assim, estipulava que “enquanto se não faz a remodelação do regulamento dos serviços de emigração, as mulheres solteiras, a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Decreto n.º 5624, independentemente da exibição do passaporte, apresentem a bordo por ocasião do seu embarque, aos funcionários daqueles serviços, atestação, passada pelos agentes consulares de Portugal dos pontos para onde se destinam, em que se certifique acerca das pessoas a quem se dirigem e dos serviços em que vão ser ocupadas”. Também relacionada com a emigração feminina, a Portaria n.º 2328, de 18 de Junho de 1920, lembrava que era frequente, nos passaportes passados nos governos civis individualmente a marido e mulher, ver-se em cada um deles apenas a designação do estado civil sem que fosse mencionado o nome do outro cônjuge, o que dificultava a inscrição, por um só termo, no livro dos registos consulares. Para evitar tal inconveniente, este diploma determinava que nos passaportes de mulheres casadas se mencionasse o nome do respectivo marido.

Em 7 de Dezembro de 1920 foi publicada a Portaria n.º 2521 com carácter clarificador do ponto 5.º do artigo 11.º do Regulamento de Maio de 1919 relativo à licença que os menores e mulheres casadas precisavam dos seus pais ou tutores e marido, respectivamente, para poderem emigrar. Para “uniformizar a jurisprudência” este diploma determinava que:

- Quando os menores pretendessem dirigir-se para junto de seus pais ou tutores deviam demonstrar, por declaração assinada e reconhecida pelo respectivo agente consular, o qual devia também certificar a identidade do signatário e a daqueles que a isso os autorizavam;
- Quando as mulheres casadas pretendessem dirigir-se para junto dos seus maridos deviam demonstrar, por idêntica declaração, que estes a isso as autorizavam, podendo levar na sua companhia os filhos menores, embora tal declaração não lhes fizesse referência.

Também o Decreto n.º 7243, de 22 de Janeiro de 1921, visava controlar a emigração subsidiada referida no artigo 36.º do Regulamento de Junho de 1919, então entendida como aquela que se pretendia fomentar e recrutar colectiva ou

isoladamente mediante pagamento de preço inferior ao ordinariamente estabelecido para os que viajam em 3.^a classe, ou na entre-ponte dos navios, ou ainda pela exigência de qualquer quantia a título de depósito. Para “evitar que a emigração anormal tome maior desenvolvimento”, determinava que o Commissariado Geral dos Serviços de Emigração era autorizado a negar o embarque a emigrantes com passagem para o Brasil quando não apresentassem atestado consular da localidade onde residiam os seus parentes. Tal documento garantia a veracidade da chamada dos seus familiares, e atestava que estes tinham meios para os sustentar enquanto os emigrantes não encontrassem emprego. Estes parentes, todavia, apenas podiam ser pais ou tutores, maridos ou irmãos maiores de 21 anos. Os agentes de emigração ou de passagens e passaportes que tratassem os casos de emigração de indivíduos com passagens pagas no Brasil que não apresentassem o documento consular instituído seriam punidos nos termos da legislação em vigor.

Este assunto viria a ser reforçado pelo Decreto n.º 7427, de 30 de Março de 1921, que autorizava o Commissariado Geral dos Serviços de Emigração a proibir o embarque de emigrantes que se apresentassem com a passagem paga nos países aonde se destinavam, nomeadamente Brasil e EUA, desde que se não encontrassem munidos da atestação ou certidão do cônsul português do respectivo distrito consular do local de destino, a qual deveria comprovar:

- Que eram chamados pelos pais, mães, tutores, ou irmãos do sexo masculino maiores de 21 anos e para cuja companhia se dirigiam;
- Que as passagens eram pagas pelas pessoas acima referidas e atestassem a veracidade das suas declarações relativamente ao facto de reunirem condições para suportar os encargos relativos às pessoas que chamavam para junto de si;
- O custo da passagem ou passagens pagas nos termos da moeda em que tal pagamento fosse efectuado e o dia desse pagamento.

O Decreto n.º 7957, de 31 de Dezembro de 1921, pretendia, mais uma vez, “dar a conveniente execução ao disposto” num artigo do Decreto n.º 5. 624, desta feita o 13.º que proibia a emigração aos indivíduos com mais de 60 anos. Assim, tal emigração passava a ser permitida se fossem acompanhados de ascendentes ou descendentes, irmãos ou outros parentes ou pessoas a quem a legislação obrigasse que lhes prestassem protecção ou tutela e alimentos.

O Decreto n.º 6912, de 9 de Setembro de 1920, operou uma modificação de maior alcance, se bem que não tivesse afectado a emigração para o Brasil. Estipulava que, temporariamente, se tornava extensível a todos os nacionais e estrangeiros a exigência de passaporte para entrar e sair no território da República¹⁴, e

¹⁴ Exceptuavam-se os que se dirigiam em carreiras directas para as colónias ultramarinas e com escala apenas em portos portugueses, se bem que por despacho ministerial de 20 de Novembro fossem também exceptuados os navios que faziam escala na Cidade do Cabo, tendo este despacho sido revogado em 15 de Agosto de 1927 (LIMA, 1929: 143-144).

introduzia algumas novidades no trânsito raiano, nomeadamente a emissão de salvo-condutos.

A questão dos passaportes colectivos emitidos pelas autoridades consulares era abordada na Portaria n.º 2467, de 14 de Outubro de 1920, em resultado de uma exposição feita pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os seus cinco pontos determinavam o seguinte:

- Que os passaportes colectivos passados pelos cônsules portugueses, nos termos do regulamento consular em vigor, garantissem a livre entrada em Portugal às pessoas neles mencionadas;
- Que garantissem também a saída das pessoas neles incluídas, mediante o pagamento das respectivas taxas de passaportes por cada pessoa referida, à excepção do chefe de família que era dispensado do pagamento de nova taxa;
- Que os governos civis visassem estes passaportes como se fossem individuais, após cobrança das taxas atrás referidas;
- Que os governos civis recusassem o seu visto nestes passaportes colectivos se os indivíduos em idade de prestar serviço militar, neles incluídos, não provassem ter cumprido os deveres militares para com o Estado;
- Que os governos civis indicassem o número de pessoas e a quantia cobrada.

A Portaria n.º 2501, de 11 de Novembro de 1920, apenas mandava que a cédula fornecida pelos governos civis fosse colada nos passaportes, a fim de evitar aos emigrantes portugueses o dispêndio da taxa de inscrição consular por se esquecerem da dita cédula ou a deixarem ficar nas mãos dos engajadores.

O objecto do Decreto n.º 7309, de 15 de Fevereiro de 1921, era proteger os emigrantes portugueses que embarcavam em navios estrangeiros. Nesta conformidade, os capitães dos portos portugueses deveriam exigir, sempre que fosse exequível, o embarque de médicos, enfermeiros e criados de câmara de nacionalidade portuguesa, por conta dos armadores, na proporção seguinte: um médico para um total de 100 ou mais emigrantes; um(a) enfermeiro(a) e um(a) criado(a) por grupos de 20 até 50 emigrantes de cada sexo. As obrigações dos armadores relativamente às condições laborais deste pessoal português ficavam também aqui fixadas.

Esta matéria foi revista pelo Decreto n.º 8847, de 21 de Maio de 1923, que considerava que a intenção do decreto anterior era a de exigir o conhecimento da língua portuguesa ao pessoal com quem o emigrante necessitava tratar durante a sua permanência a bordo, pelo que determinava que os médicos deveriam ser diplomados pelas escolas de Lisboa, Porto, Coimbra, Funchal ou Goa; deixava, pois, de se exigir a nacionalidade portuguesa aos médicos, mantendo-se, todavia, esse requisito para os enfermeiros e criados. No ano seguinte, o Decreto n.º 10312, de 19 de Novembro, exceptuava destas disposições os navios brasileiros, já que a “mesma língua e afinidades de costumes dispensam bem a exigência de embarque de tripulantes portugueses”.

Posteriormente, a proporção de médicos, enfermeiros e criados foi alterada. O Decreto n.º 10450, de 13 de Janeiro de 1925, reunia os preceitos sobre a assistência a conceder aos emigrantes portugueses que embarcassem em navios estrangeiros, alertando que os capitães de porto deviam exigir o embarque de um médico por cada grupo de 25 a 30 emigrantes e um(a) enfermeiro(a) e um(a) criado(a) por cada grupo de 50 pessoas de cada sexo. No entanto, o Decreto n.º 10561, devido às reclamações apresentadas, suspendia a execução do anterior e repunha em vigor o disposto no Decreto n.º 7309, com as alterações dos Decretos n.º 8847 e n.º 10312 anteriormente citados. Ainda sobre esta matéria, o Decreto n.º 10684, de 7 de Abril de 1925, fixava os valores seguintes: um médico por cada grupo de 25 ou mais emigrantes e um(a) enfermeiro(a) e um(a) criado(a) por cada grupo de 20 a 50 pessoas de cada sexo.

Por sua vez, o Decreto n.º 7370, de 28 de Fevereiro de 1921, insistia na obrigatoriedade de apresentação de recibo referido no artigo 82.º do Regulamento Geral dos Serviços de Emigração, devendo ser nele discriminadas todas as despesas feitas pelo agente com o emigrante, incluindo o custo do seu trabalho. Este diploma estipulava que o processo para concessão de passaporte não poderia ter andamento sem apresentação deste recibo, e apresentava as penalizações em que incorria o agente que transgredisse esta determinação regulamentar.

A Portaria n.º 2719, de 25 de Abril de 1921, esclarecia mais um artigo do Decreto 5886, desta feita o 4.º, acerca da competência da concessão de passaportes, a qual pertencia aos governadores civis da naturalidade ou residência, devendo entender-se esta “como sendo o lugar onde de facto um indivíduo se encontra com ânimo de mais ou menos demora”.

Igualmente com textos muito breves, as Portaria n.º 2767 e n.º 2768, ambas de 3 de Junho de 1921 determinavam, respectivamente, que era da exclusiva competência do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração a expedição de alvarás de licença para agências de passagens e passaportes, e que, nos termos do disposto do Decreto n.º 7370 era obrigatória a apresentação, por parte de todas as pessoas que embarcassem, do recibo das despesas feitas pelos agentes de emigração. Insistindo nesta questão, a Portaria n.º 3383, de 23 de Novembro de 1922, determinava a execução do determinado no Decreto n.º 7370 relativamente ao recibo tornado obrigatório a todas as pessoas que embarcassem.

A Portaria n.º 2774, de 4 de Junho de 1921, apresentava o modelo da nota de despesa (aliás, bastante discriminada) feita pelos agentes de emigração, a qual, além do talão, teria de conter mais dois exemplares nos quais seria passado o recibo, ficando um junto ao processo de passaporte e outro entregue ao emigrante. Todavia, a Portaria n.º 2827, de 14 de Julho de 1921, esclarecendo que “estando pendentes estudos para reorganização dos respectivos serviços”, suspendia a execução da portaria anterior relativa ao modelo de recibo das despesas dos agentes de emigração com os emigrantes.

O Decreto n.º 7538, de 9 de Junho de 1921, revogava a disposição do artigo 99.º do Regulamento dos Serviços de Emigração porque considerava que não

era consentânea com o artigo 27.º do Decreto n.º 5624 de Maio de 1919 que só permitia o transporte de emigrantes às companhias das empresas de navegação que se sujeitassem a repatriações gratuitas. Esta revogação teria como motivo principal evitar a possibilidade de diferentes interpretações que os textos dos dois artigos pudessem suscitar.

A Portaria n.º 2790, de 17 de Junho de 1921, no intuito de evitar a fuga ao pagamento da caução ou taxas militares sempre que o indivíduo solicitasse visto de saída no seu passaporte emitido pela delegação consular, determinava que nos referidos passaportes consulares a aposição dos vistos de saída nos governos civis ficasse dependente da apresentação pelos interessados do título comprovativo da existência de caução antiga ou recente. Tratando novamente de licenças militares, taxas, isenções e cauções, mas de forma mais alargada, o Decreto n.º 11300, de 30 de Novembro de 1925, previa, entre outros aspectos, a obrigatoriedade de apresentação anual nos consulados das praças às quais haviam sido concedidas licenças para se ausentarem no estrangeiro, cujos termos deveriam ser remetidos ao Ministério da Guerra com as respectivas cadernetas para averbamento, implicando a não apresentação o levantamento de autos de delito pelo crime de deserção; a legalização da situação militar de mancebos emigrados antes dos catorze anos, através dos consulados; a legalização dos indivíduos que haviam completado vinte e seis anos de idade, com mais de três anos de residência no estrangeiro, mediante o pagamento de uma taxa especial; a legalização dos refractários mediante o pagamento de uma taxa especial, mais onerosa.

A Portaria n.º 3175, de 10 de Abril de 1922, tinha como único objectivo insistir na determinação de que todos os casos que se relacionassem com a fiscalização e punição de actos respeitantes à emigração ilegal ou clandestina eram da competência do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, por intermédio das respectivas inspecções da zona norte e da zona sul.

Já a Portaria n.º 3270, de 22 de Julho de 1922, pretendia “determinar claramente o sentido disposto no artigo 65.º do decreto n.º 5886, de 19 de Junho de 1919, que permite a baldeação de passageiros que os navios conduzirem com destino a outros portos”. Esclarecia-se que tal baldeação só seria permitida se fosse feita embarcando os respectivos passageiros dentro de quarenta e oito horas para outros navios que os transportassem ao destino. Este tipo de embarque seria fiscalizado nas ilhas adjacentes pelos magistrados administrativos e, nos portos estrangeiros, pelos cônsules portugueses, no sentido de verificarem as convenientes acomodações dos barcos que transportavam os emigrantes. Essas condições deveriam observar o seguinte: os homens separados das mulheres e as crianças junto de suas famílias; os compartimentos suficientemente ventilados, as camas limpas e todas as condições de higiene respeitadas, assim como as condições da comida e número suficiente de refeições. Quando seguissem mais de cem emigrantes, deveria ir um médico e as companhias de navegação assumiriam o encargo das repatriações gratuitas e a meio preço. Estas companhias de navegação às quais fosse concedida a baldeação deveriam indicar, com a antecedência necessária, os navios para os quais essa baldeação seria

feita, podendo tal concessão ser-lhes retirada em caso de atraso, inconveniência ou incumprimento reportados pela fiscalização atrás referida.

A Portaria n.º 3380, de 22 de Novembro de 1922, conferia maior rigor ao artigo 93.º do Regulamento de 1919 o qual autorizava a distribuição de anúncios sobre as passagens de navios e seus preços; três anos volvidos, o novo diploma proibia esta publicidade se os factos nela expostos não fossem verdadeiros, “devendo as inspecções dos serviços de emigração dar as convenientes instruções e informações para que os emigrantes não sejam iludidos, ficando os transgressores sujeitos às penas legais”.

Indubitavelmente, e maugrado a consabida instabilidade política, a I República integrou o fenómeno da emigração no vasto plano de reforma legislativa que empreendeu, tendo encarado frontalmente um problema cuja prática assumiu que não podia eliminar, mas que devia disciplinar.

Apartaram-se as malhas à saída dos emigrantes, vigiou-se a acção dos agentes recrutadores, uniformizaram-se procedimentos administrativos, reprimiu-se por novas formas a emigração clandestina, reforçou-se o aparelho fiscalizador, afectaram-se mais funcionários para lidar com esta realidade em expansão. No entanto, a haver uma feição caracterizadora da legislação republicana em matéria de emigração, ela aponta para a protecção tutelar dos emigrantes, desde antes do embarque até aos locais de destino, passando pelas condições da viagem transatlântica; alargaram-se as responsabilidades das agências de emigração e das companhias de navegação, dinamizaram-se as repatriações, ampliaram-se as funções das autoridades consulares, enfim, criaram-se as bases da assistência à emigração.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- COLECÇÃO de Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911 a 1927.
- DIÁRIO do Governo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910 a 1926.
- LIMA, Adolfo, 1929 – *Emigração: seu Regímen, Passaportes*. Fimalicão: Tip. Minerva.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008 – “Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional”, in MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*. BAURU: Edusc, p. 35-47.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A Política Portuguesa de Emigração (1850 a 1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1993 – “Liberdade e Contenção na Emigração Portuguesa (1850-1930)”, in *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, p. 9-16.
- RAMOS, Carlos Vieira, 1913 – *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- RIBEIRO, F. G. Cassola, 1987 – *Emigração Portuguesa. Regulamentação emigratória: do Liberalismo ao fim da Segunda Guerra Mundial. Contribuição para o seu estudo*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Centro de Estudos.
- WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiya Pilatti, 1993 – “Política e Legislação Imigratórias Brasileiras e a Emigração Portuguesa”, in *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmento, p. 17-27.

A IMPRENSA REGIONAL COMO FONTE PARA O ESTUDO DA EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL – LAMEGO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Isilda Braga da Costa Monteiro

Oscilando entre a defesa da repressão da saída daqueles que abandonam o seu país em procura de melhores condições de vida, pelos impactos negativos que daí advinham para Portugal, e o reconhecimento de que o desenvolvimento local dependia, quase exclusivamente, das remessas dos emigrantes ou dos que, depois de uma vida de trabalho no exterior, retornavam à sua terra natal, a imprensa regional deve ser entendida, na primeira metade do século XX, como um complexo barómetro das sensibilidades locais relativamente à questão da emigração. Esta ambivalência no posicionamento dos jornais publicados no interior do país face a uma questão sobre a qual o discurso oficial, produzido a partir de Lisboa, apresenta, na generalidade dos casos, uma perspectiva negativa, não tem merecido a devida atenção na historiografia. Sublinha-se, frequentemente, os contornos dramáticos da emigração para o Brasil, quer pela saída de população do país, quer pelas más condições a que os emigrantes se sujeitavam para tentar, além-mar, um destino melhor, quer ainda pelo insucesso a que a maioria deles estava condenado, mas parece haver alguma resistência em ouvir as vozes daqueles que, em Portugal, na época, remando contra a maré, ressaltavam as vantagens que essa mesma emigração podia trazer.

No entanto, com maior ou menor eco, essas vozes iam-se fazendo ouvir na primeira metade do século XX, um pouco por todo o lado, até no próprio Parlamento como acontece quando o deputado João Pereira Teixeira de Vasconcelos, em Dezembro de 1906, partindo, certamente, da realidade duriense que tão bem conhecia, dizia que “A nossa economia publica vive do vinho exportado e dos capitaes que os emigrantes portugueses puderam reunir na América do Sul e tambem na África”¹. São, contudo, os jornais, sobretudo os que se publicavam no interior do país, que, por várias razões, se conseguem mais facilmente distanciar do discurso oficial, para nos dar uma outra visão da questão. Desta forma, a imprensa mostra-se, para a segunda metade do século XIX e para a primeira do século XX, como uma fonte primordial para o conhecimento do fenómeno emigratório para o Brasil como vários estudos anteriores já o

¹ *DIÁRIO da Câmara dos Pares*, sessão de 10 de Dezembro de 1906, p. 505 (MONTEIRO – “João Pereira Teixeira de Vasconcelos ...”).

demonstraram², permitindo, não só alargar horizontes e perspectivas que outras fontes apresentam de uma forma claramente mais redutora, como atribuir rostos e percursos de vida aos números massificadores das estatísticas oficiais.

É o que acontece com a imprensa de Lamego, que conta com vários títulos, na primeira metade de Novecentos, reflectindo uma cidade política e socialmente dinâmica e fortemente apostada na defesa dos seus interesses. Com períodos de publicação diversificados que vão dos poucos meses, como é o caso de *O Nacionalista*, *A Justiça de Lamego*, *O Balsemão*, *O Proletário*, *A Restauração*, *A Tradição*, *A Verdade* e a *Voz da Mocidade*, aos vários anos, como acontece com o *Jornal O Beirão*, *A Aspiração*, *A Nossa Terra*, *O Rouxinol*, o *Beira-Douro* e a *Tribuna*, ou a algumas décadas como se verifica com *O Progresso*, *A Semana*, *A Fraternidade* e a *Voz de Lamego*, a imprensa lamecense impõe-se como um elemento activo na vida da cidade, numa interacção atenta e constante.

Comprometidos politicamente ou proclamando a sua independência ideológica, os jornais de Lamego, quase todos de periodicidade semanal, assumem-se, na generalidade dos casos, como defensores dos interesses da cidade e da região em que se inserem, dispostos a dar um especial atenção às questões que consideram pertinentes para o seu desenvolvimento. Pelas suas páginas que folheámos, uma a uma, num levantamento exaustivo e sistemático, perpassam os nomes e os episódios que fazem a história da cidade e da região, num período especialmente conturbado como o da primeira metade do século XX. Portugal viveu então uma intensa sucessão de acontecimentos e experiências políticas que vão desde o fim da Monarquia e da vivência conturbada da Primeira República, à ditadura militar de Gomes da Costa e ao regime totalitário de Salazar. Com as sucessivas mudanças de regime, mudaram os protagonistas, mudaram os contextos, mudaram as perspectivas, mudaram as prioridades.

Mesmo em Lamego, uma pacata e conservadora cidade do interior situada fora do circuito do poder dominado por Lisboa e Porto, as mudanças políticas fizeram-se sentir, não se ficando apenas pela alteração dos homens à frente dos destinos concelhios e da política emanada do poder central. A leitura dos periódicos permitiu-nos apreender que disso resultou, em cada conjuntura política, o reposicionamento dos grupos sociais, gerando novos equilíbrios no tecido social lamecense. Assim, com a disseminação das ideias republicanas no final da monarquia e sobretudo com a implantação do novo regime em 5 de Outubro de 1910, os comerciantes da Praça do Comércio e da Rua de Almacave reforçam a sua importância, ocupando os principais lugares da administração local e do

² Para além de estudos mais abrangentes que utilizam pontualmente a imprensa como fonte para o estudo da emigração, há alguns que o fazem de uma forma exclusiva: CRUZ: 1991; LOPES: 1995; MARTINS, 1999; MAIA: 2005; PEREIRA: 2006. No âmbito do projecto *A emigração portuguesa para o Brasil e o retorno – Vila Real no século XIX e na primeira metade do século XX* que estamos a desenvolver, a partir de fontes muito diversificadas, tais como os livros de registo de passaportes e actas camarárias, estamos a fazer o levantamento exaustivo da informação sobre a emigração na imprensa local, cujos primeiros resultados serão apresentados brevemente.

movimento associativo quer fosse a considerada Santa Casa da Misericórdia ou a recém constituída Associação Comercial, quer o social Club Lamecense.

Por sua vez, com a ditadura militar imposta em 1926 e, sobretudo, com o Estado Novo, após 1933, surge uma plêiade de homens que ao berço lamecense junta uma formação universitária que lhes permite desempenhar funções socialmente relevantes na cidade, tais como a advocacia e a medicina, ou um percurso militar, a que a conjuntura política de então conferia grande prestígio e que a permanência de uma unidade militar – o Regimento de Infantaria 9 – potenciava. Bem relacionados com os membros da igreja e com as principais famílias aristocráticas da cidade e das redondezas, estes são os novos homens do poder, ocupando lugares na Câmara e nas mais diversas instituições da cidade. Confinados, com algumas excepções, às quatro paredes dos seus estabelecimentos e oficinas, aos comerciantes da Praça do Comércio nada mais restava do que a gestão dos seus negócios e uma ou outra participação pontual na vida colectiva da cidade. Arredados do principal palco político e social de Lamego, os focos da imprensa deixam de estar voltados para si, a não ser para uma ou outra referência graciosa e breve ao nascimento de um filho ou ao falecimento de um parente próximo, ou à inclusão de um ou outro anúncio à sua loja, este obviamente pago.

Com formas distintas de ver e sentir a sua terra e diferentes concepções de desenvolvimento e progresso, cada um destes grupos de homens, enquanto protagonistas do poder local, utilizaram a imprensa, dentro dos condicionalismo políticos em vigor, para moldar a opinião da população e dessa forma, moldar a cidade e o concelho aos interesses que defendiam, quer eles fossem políticos, quer de outra ordem. Sem deixar, contudo, também de sofrer a sua influência. Nessa perspectiva, ao director e à redacção de cada jornal cabia a responsabilidade de uma gestão o mais possível criteriosa da informação/opinião a veicular (ou a silenciar) nas suas páginas, em função de múltiplos aspectos, entre os quais os objectivos enunciados pelo próprio periódico, os interesses do momento, o espaço disponível – na época, e em Lamego como um pouco por todo o país, raramente ultrapassam as quatro páginas –, e os condicionalismos políticos de que a censura – esporádica antes do Estado Novo e permanente durante a sua vigência – são certamente os mais visíveis. O sucesso dessa gestão traduzia-se na manutenção de uma boa carteira de assinantes – quer quantitativa quer qualitativamente, ou seja, com os pagamentos em dia – e de anunciantes. De uns e outros resultava a sobrevivência financeira do jornal e a possibilidade da continuidade da sua publicação.

Como referimos atrás, para além de alguns títulos de curta duração, foram vários os periódicos que conseguiram, com maiores ou menores dificuldades, assegurar a sua publicação ao longo de vários anos. *O Progresso*, surgido em plena monarquia, no ano de 1885, subsiste até 1920, graças ao empenhamento do seu director, Florindo de Figueiredo. *A Fraternidade*, que desde o primeiro número se assume como órgão do partido republicano local, inicia a publicação logo a seguir à implantação da República, em Dezembro de 1910. Passando por

vários directores, editores e proprietários, vai continuar em publicação durante a Ditadura Militar e, já como “jornal republicano independente”³, nos dois primeiros anos do Estado Novo, até 1935, ano em que, com o seu encerramento definitivo se virou uma página significativa no panorama da imprensa periódica lamecense. À profusão dos títulos que, sobretudo nalguns casos, contribuíram para a pluralidade de ideias e opiniões e animaram o debate político na cidade durante a vigência da primeira república, sucede, após 1935, o monopólio informativo da *Voz de Lamego*, ainda hoje em publicação, e que viu o seu primeiro número sair em 1930, e do *Beira-Douro* que teve início em 1935 e terminou em 1946⁴. Estava-se então em plena vivência do regime estado-novista que utilizou a restrição da expressão do pensamento, nas mais variadas vertentes, como mecanismo essencial à viabilização do seu projecto autoritário. Para além da censura prévia, que passava a pente fino cada número do jornal antes deste ser disponibilizado ao público, riscando o que devia ser silenciado, à luz de critérios discricionários, o aparecimento de novos títulos obrigava, desde 1936, a um processo de licenciamento⁵ a que poucos tinham condições para se submeter. Condicionada, então, a dizer apenas aquilo que podia dizer, a imprensa lamecense evidencia para além da limitação a apenas dois títulos após 1935, uma informação claramente menos rica e diversificada do que até então acontecera.

A leitura dos periódicos referenciados permite apreender que a par das muitas questões pontuais que, semana a semana, mês a mês, preenchem as suas páginas, existem outras que se destacam pela sua transversalidade temporal. Algumas delas, consideradas fulcrais para o desenvolvimento de Lamego, mostram-se consensuais, independentemente da conjuntura política em que são equacionadas. É o que acontece com a pretendida elevação de Lamego a sede de distrito que determinaria a separação definitiva de Viseu e a desejada construção de uma linha do caminho-de-ferro da Régua a Vila Franca das Naves que colocaria, acreditava-se, Lamego na rota do progresso – as duas mais fortes aspirações da cidade, manifestadas junto do poder político, quer durante a Monarquia, quer durante a Primeira República e o Estado Novo, mas que a cidade nunca viu concretizadas. Outras, porém, embora abordadas recorrentemente, estão longe de apresentar uma única perspectiva, até no mesmo jornal e na mesma época. É o caso da emigração para o Brasil.

Pela forte dimensão social e económica de que se revestiu na cidade e no concelho, a imprensa local não podia deixar de dar especial atenção ao fenómeno emigratório. Umhas vezes mais, outras menos. Umhas vezes considerando-o positivo para o desenvolvimento da região, outras apontando-o como negativo. Umhas vezes incentivando os que pretendiam emigrar, outras desmoti-

³ *A FRATERNIDADE*, 3 de Janeiro de 1931: 1.

⁴ Na Biblioteca Pública Municipal do Porto não existe o n.º 1, sendo o n.º 2 de 26 de Julho de 1935. Por indicação da *Voz de Lamego*, o n.º 1 saiu a 19 ou 20 de Julho de 1935 (*VOZ de Lamego*, 20 de Julho de 1935: 1).

⁵ BARRETO, 1990: 276.

vando-os. Uma multiplicidade de posições e perspectivas de que, no quadro da liberdade de expressão defendido pela Primeira República, a imprensa se faz eco até 1926, para claramente se afunilarem a partir daí, até se tornarem uma questão quase silenciada durante o regime salazarista. Aspectos essenciais que procuraremos abordar neste estudo, tendo em atenção os três períodos políticos distintos que caracterizam a primeira metade do século XX – os últimos anos da Monarquia, a vigência da Primeira República e, num mesmo bloco, a da Ditadura Militar e do Estado Novo.

Começemos pelos últimos anos da Monarquia. O semanário *O Progresso*, apoiante do partido progressista, é o jornal que sistematicamente se refere à questão da emigração para o Brasil entre os anos de 1901 a 1910. Longe de a condenar e de a considerar negativa para a região, o jornal de Florindo de Figueiredo desenvolve uma verdadeira campanha contra a questão burocrática que obrigava à deslocação ao Governo Civil de Viseu para a obtenção do passaporte que permitisse ao potencial emigrante a saída do país. Contudo, o tipo de argumentação utilizada torna claro que a emigração surge aqui, não como uma questão central, mas apenas e só como uma questão secundária. Na realidade, como referimos atrás, os lamecenses desde há muito aspiravam a que a sua cidade viesse a ser sede de distrito. A dependência de Viseu, cujo distrito, tal como hoje, integrava nesta época, era-lhes, por isso, compreensivelmente penosa, procurando sempre demonstrar a desadequação da divisão administrativa em vigor à realidade. No final de 1902, sob o significativo título “Passaportes. Ressurge, Lamego”⁶, o articulista insurge-se contra o facto de só o Governo Civil poder conceder os passaportes, com todos os inconvenientes que isso representava para os habitantes do concelho de Lamego de onde, sublinha, quase todos os dias partia gente para Viseu com o objectivo de o obter. A obrigatoriedade do registo do passaporte junto do Governo Civil é sentido como um verdadeiro “vexame”⁷, o mesmo não acontecendo, diz-se, em épocas passadas, quando cabia nas atribuições dos administradores do concelho⁸.

Esta crítica é retomada quase sempre que o jornal dá a conhecer, mensalmente, os números oficiais dos registos de passaportes efectuados no Governo Civil de Viseu, discriminando o género, o concelho da naturalidade e a profissão dos que o obtinham. Embora a tendência para o aumento do número dos que faziam o registo desse documento fosse por demais evidente, passando, por exemplo, dos 89 efectuados em Julho de 1901⁹ para os 424 em Setembro de 1906¹⁰, a esmagadora maioria para partir com destino ao Brasil, os comentários relativos à questão da emigração propriamente dita são muito escassos e quando surgem centram-se sempre na indesejada obrigatoriedade da deslocação a Viseu.

⁶ *O PROGRESSO*, 13 de Dezembro de 1902: 1.

⁷ *O PROGRESSO*, 5 de Maio de 1906: 2.

⁸ *O PROGRESSO*, 24 de Junho de 1905: 1.

⁹ *O PROGRESSO*, 17 de Agosto de 1901: 2.

¹⁰ *O PROGRESSO*, 1 de Dezembro de 1912: 2.

Finalmente, depois de sucessivos artigos em torno desta questão, em Maio de 1907, o jornal congratula-se pelo facto de ter entrado em vigor uma lei que permitia às administrações do concelho fazer o registo dos passaportes¹¹, razão certamente pela qual durante alguns anos esse assunto não volta a ser trazido a lume pelos jornais lamecenses, embora se venha a salientar mais tarde que, a referida legislação não teve, na prática, qualquer efeito¹². No entanto, em 1912, já durante a vigência da República, as críticas, ainda mais contundentes, retornam, com os mesmos argumentos – as despesas excessivas que a desnecessária deslocação representava para quem em Lamego pretendia fazer o registo do passaporte. “Em Vizeu há umas tantas pessoas que lucram que a gente de Lamego e de todos os concelhos do norte do districto – alguns a uma distancia de 140 kilometros – se arraste até Vizeu por causa dos passaportes, documentos perfeitamente ao alcance do regedor de qualquer aldeia sertaneja”¹³, referindo expressamente que há lá quem se dedique a abonar a identidade das pessoas que não conhece por 1 000 réis. Ou seja, o problema em discussão, a que um outro jornal em publicação na mesma altura, *A Semana*, também dá alguma atenção, continuava a não ser o da emigração propriamente dita mas sim o das dificuldades burocráticas e das despesas relacionadas com o processo.

Tanto quanto se pode verificar, para estes periódicos a emigração não é, até 1910, um problema. Antes pelo contrário. Nesse mesmo ano, *O Progresso* dá entusiasticamente conta da subscrição permanente criada pela comunidade lamecense residente em Manaus para pagar, mensalmente, a passagem para o Brasil dos conterrâneos que não encontrassem trabalho na sua terra. Devidamente regulamentada esta auto intitulada Caixa Subsidiária de Emigração para a Amazônia propunha-se, com o apoio de pessoas de um e do outro lado do Oceano¹⁴, beneficiar, numa primeira fase, os lamecenses das freguesias urbanas e, numa segunda, os das freguesias rurais. Em Maio de 1910 tudo parece correr bem como refere o jornal, ao noticiar que o primeiro beneficiário já estava no Brasil¹⁵. Contudo, em pouco tempo o entusiasmo dá lugar à desilusão com a ingratidão daqueles que aproveitavam a oportunidade mas não cumpriam o compromisso de devolver, em pequenas prestações, o dinheiro avançado, o que faz crescer o receio de que os lamecenses de Manaus, viessem a desistir do seu benemérito propósito. Sobre isto o jornal é muito claro, quando refere que “É certo que doe muito sentir mordida a mão que distribuiu vantajados benefícios, mas também não é menos certo que os bons que carecem de ir procurar em terras ubérrimas (sic) a melhor remuneração do trabalho aturado

¹¹ *O PROGRESSO*, 4 de Maio de 1907: 1.

¹² *O PROGRESSO*, 12 de Outubro de 1912: 1.

¹³ *O PROGRESSO*, 4 de Maio de 1912: 2.

¹⁴ A Comissão de apoio à emigração constituída em Lamego integrava o presidente e o secretário da Associação Comercial, Francisco Pereira Rebelo e Melchior Guedes, respectivamente, Jaime Correia da Silva, médico municipal e o abade de Almacave, João da Piedade Ferreira Meneses (*O PROGRESSO*, 21 de Maio de 1910: 2)

¹⁵ *O PROGRESSO*, 14 de Maio de 1910: 1.

e honesto, não devem sofrer as consequências de culpas que só aos ruins pertencem. (...) Compadeçam-se dos bons que estão á espera de socorro, e, esquecendo ingratidões e ingratos, prosigam na sua bella obra, que muito poderá influir nos destinos futuros d'esta malfadada terra”¹⁶.

Perante a crise instalada no Douro, a emigração para o Brasil apresentava-se como a alternativa possível de que se poderiam aproveitar não só os que emigravam como a própria região. Disso tem plena consciência a imprensa local que conhecia bem a realidade e que via na fixação em terras brasileiras a solução mais adequada para os muitos problemas que então se colocavam à população. Se os exemplos de insucesso não faltavam, e cada vez mais, ao longo das primeiras décadas do século XX, todos conheciam alguém para quem a aventura no Brasil correria mal ou, pelo menos, não correspondera às expectativas da partida, o mesmo acontecia relativamente aos que tendo procurado além-mar a melhoria do seu nível de vida, o conseguiram com aparente facilidade.

Aos primeiros, perdidos em terras brasileiras ou nas suas terras de origem para onde os mais afortunados ainda conseguiam voltar, os jornais não davam grande atenção, a não ser numa ou noutra referência breve na altura da sua morte. Ressaltava-se então a falta de sorte que não lhes tinha permitido obter no Brasil aquilo que tinham procurado – trabalho e riqueza –, e que justificava o insucesso da experiência brasileira. As razões, no entanto, não faltavam para escrever sobre os segundos.

Retornando definitivamente ou optando por viver temporariamente em cada um dos dois países, alguns destes homens vão assumir um grande protagonismo na cidade. Passando a integrar a elite local, ou, para aqueles que já dela faziam parte antes de partir para o Brasil, reforçando nela a sua posição, estes “brasileiros” tornam-se referências na sociedade lamecense a quem a imprensa vai dar uma especial atenção. Pelas actividades em que se envolvem, pelas posições que assumem, pelo que fazem ou dizem estes homens tornam-se notícia. Ao ritmo semanal ou quinzenal da publicação do jornal, consegue-se, por isso, traçar, com algum pormenor, o seu percurso, quer no âmbito privado da sua vida familiar quer ao nível da actividade que publicamente desenvolviam. Desde a notícia do seu casamento ou baptizado dos filhos ou netos, aos bens que adquiriam até à referência concreta à sua participação activa na vida política local, tudo é passível de ser noticiado pela imprensa, com especial relevo para os actos de beneficência que praticavam a favor das instituições da cidade. Identificado individualmente como capitalista “abastado” e “importante”, que “à custa de aturado e honesto trabalho, amealhou uma bela fortuna”¹⁷ no Brasil, destes homens passava-se uma imagem de sucesso e bem-estar que facilmente poderão ter sido entendidos como modelos a seguir por aqueles que procuravam estender os horizontes para lá dos limites da sua terra¹⁸.

¹⁶ O PROGRESSO, 29 de Outubro de 1910: 1.

¹⁷ O PROGRESSO, n.º 1110, 14 de Julho de 1906: 2.

¹⁸ ROCHA-TRINDADE; CAEIRO, 2000: 11.

Embora todos saibamos que as altas taxas de analfabetismo eram uma realidade no nosso país e, sobretudo, no interior do país, na primeira metade do século XX, limitando substancialmente o número de leitores dos jornais, não será menos verdade que as notícias e as opiniões veiculadas nas suas páginas eram retransmitidas oralmente, numa difusão que facilmente se alargava ao meio rural. Na realidade, “não era necessário ser letrado para ver, ouvir, tomar parte nas conversas e tirar conclusões”¹⁹. Menos isolado do que aquilo que geralmente se refere, sobretudo na primeira metade do século XX, os campos do interior do país não se encontravam fora dos circuitos de informação da época. Graças à evolução dos meios de comunicação a que se vem assistindo, sobretudo desde as últimas décadas de Oitocentos, a circulação das notícias é agora mais célere e mais abrangente, não se confinando aos limites dos espaços urbanos, quebrando o tradicional isolamento do meio rural. Os sermões dos párocos, as conversas no barbeiro, na venda local ou na feira, a correspondência dos emigrados, e evidentemente, a imprensa periódica, alimentavam esses circuitos de informação, directa ou indirectamente, dando a possibilidade de os camponeses, mesmo analfabetos, conhecerem as situações, formarem a sua própria opinião sobre a emigração e tomarem a decisão final²⁰.

Partindo desse princípio, não podemos por isso deixar de concordar com Costa Leite quando este refere que a emigração para o Brasil não é apenas obra de insistentes engajadores que movidos pelo interesse próprio vendiam o sonho de uma vida mais fácil e mais produtiva além-mar²¹. Conscientes dos riscos a que se sujeitavam mas optando por tentar também eles buscar o sucesso que outros tinham encontrado, os que emigraram para o Brasil no final do século XIX e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, faziam-no, na generalidade dos casos, motivados e decididos, apoiando-se, frequentemente, na rede de familiares e conhecidos já estabelecidos no Brasil. Apesar da massificação das viagens transatlânticas que o vapor possibilitou, na primeira metade do século XX, graças aos preços mais acessíveis das passagens, emigrar representava altos custos financeiros. Compreende-se, por isso, que a decisão não fosse tomada irreflectidamente.

Com a República instaurada em 1910, o país entra numa nova realidade política e social que longe de alterar a situação que justificava a sangria da sua população para o Brasil, vai acentuá-la. O dedo é apontado de imediato aos engajadores que nos campos do concelho faziam o recrutamento de potenciais emigrantes e aos agiotas que enriqueciam à sua custa. Esta era, afinal, uma forma fácil de justificar os números elevados que a cada mês o movimento emigratório representava. Na imprensa de Lamego começa a delinear-se, em Março de 1912, uma verdadeira campanha contra estes homens que “com toda a fúria arrebanhando infelizes jornaleiros a que ele sabe deslumbrar com belas e risonhas miragens que a luz da realidade mais cedo ou mais tarde desfaz,

¹⁹ LEITE, 1993, 103.

²⁰ LEITE, 1994:

mostrando a desgraça e a miséria em toda a sua nudez”. Salientando que “o engajador leva ao desgraçado, que procura na expatriação lenitivo ao seu sofrimento, muito mais, muitíssimo mais do que o necessário para se expatriar, e por seu turno o agiota leva-lhe o coiro e cabelo, como costuma dizer-se, pela quantia que àquela empresta com toda a segurança e com a maior usura”, o jornal republicano *A Fraternidade* não se mostra, contudo, contra a emigração para o Brasil, mas antes contra esta forma de recrutamento de homens que, obrigando ao pagamento de avultadas quantias, provocavam a destruição e “vão enormemente agravando a economia do nosso concelho”²². Como faz questão de alertar o jornalista em questão “Se quiserem emigrar, não precisam de intermediários engajadores; aqui, nesta terra, não falta quem gratuitamente lhes indique o caminho a seguir para a realização da sua vontade”²³, aconselhando para esse efeito a Associação Comercial e o Banco do Douro que emprestava dinheiro a um juro módico. Na mesma altura, *O Progresso* fazia referência a “um afamado exportador de carne humana que no nosso concelho trabalha animadamente, como hortelão em alfobre por mondar.” Atribuindo-lhe a responsabilidade do aumento da emigração verificada recentemente no concelho e que a miséria, nos campos, por si só, não podia explicar, conclui que “É a obra do exportador activo e ávido de lucros”²⁴.

Sem dar tréguas na campanha encetada em Abril, *A Fraternidade* volta de novo a lembrar que “Continuam a ser explorados vergonhosamente pelos engajadores os desgraçados que imigram para o Brazil. Prevenimos os interessados de que as passagens custam apenas 26\$000 réis, custando o máximo de todas as despesas de embarque, 45 a 50 mil réis, ganhando já uma boa agencia os taes *gajos* engajadores que se não envergonham de levar 80 e 100 mil réis, metendo para isso em conta verbas que já não existem depois de implantada a República”. O jornal, aproveita mesmo a oportunidade para “prevenir os engajadores cá da terra, que a quererem continuar a exploração dos pobres emigrantes, se habilitem com a respectiva licença, pois de contrario não nos pouparemos á merecida campanha que o caso requer”²⁵. Nestes anos pós implantação da República, a emigração era aceitável, como estamos a verificar, enquanto decisão individual, tomada em consciência e dentro da legalidade. Da mesma forma, que o negócio montado em torno da emigração, desde que cumprindo os requisitos burocráticos e fiscais exigidos pelo Estado, também se mostrava aceitável, curiosamente o mesmo Estado que apresentava a emigração como um mal a combater²⁶.

Em Setembro de 1912, o jornal *O Progresso*, publica um editorial intitulado “Contra a emigração”, a propósito da circular que o Grémio Libertas do

²¹ LEITE, 1994: 437.

²² *A FRATERNIDADE*, 23 de Março de 1912: 2.

²³ *A FRATERNIDADE*, 23 de Março de 1912: 2.

²⁴ *O PROGRESSO*, 30 de Março de 1912: 2.

²⁵ *A FRATERNIDADE*, 6 de Abril de 1912: 2.

²⁶ LEITE, 1996: 384.

Porto espalhara então por todo o país relativamente a essa questão e em que defendia que toda a emigração, a não ser aquela que se destinava às colónias, era nefasta. Contudo, o jornalista *d'O Progresso* faz questão de ressaltar que a referida circular reconhecia que, apesar de tudo, do Brasil tem vindo muito dinheiro, comentando “Oh! Se tem! É o que tem valido, e há de continuar a valer a um paiz que tem, por assim dizer, no Brazil as suas abundantes minas d'ouro. Se não fora o Brazil não sabemos qual seria a estas horas a sorte de Portugal, apenas se sabe desperdiçar dinheiro. Nada de o fazer produzir, multiplicar.”, tanto mais que “Quem emigra é porque não tem no seu paiz, nem o animam esperanças de o encontrar, trabalho sufficientemente remunerador. Para trabalhar toda a vida, a bem dizer pelo pão que se come, nem todos estão”. Assestando armas sobre os engajadores que roubam, “á agricultura, às artes e às industrias, os braços, que cá são precisos, levando a maior parte dos emigrantes ao engano, no furor d'uma exploração que muito se avisinha da escravatura”, o autor deste artigo faz questão de salientar que é contra a repressão da emigração porque “Era o mesmo que atulharmos o poço de riquezas que nos tem valido e valerá sempre em todas as nossas más situações financeiras”²⁷.

O distanciamento dos colaboradores do jornal relativamente ao discurso político produzido em torno da questão da emigração, torna-se desde logo, como podemos verificar, muito evidente. Em Dezembro de 1912, num longo artigo publicado n'*O Progresso*, refere-se que se verificavam então “postiças lamurias, verdadeiras lágrimas de crocodilos, de alguns políticos, que attribuem este excesso de emigração ao receio da regra e pavorosa nuvem de novos impostos, que tudo deve confundir e esmagar (...) Ora se o malvado dente da politiquice chocalheira e ruim não havia de instillar os seus letaes venenos n'esta desgraça geral!... Recear contribuições quem nem sequer ganha no seu paiz o sufficiente para o pão que o alimenta”²⁸. Segundo o autor do referido artigo era necessário mudar as condições de vida e de trabalho em Portugal para se travar essa saída constante e irremediável de pessoas para o Brasil²⁹.

Contudo, perante os números cada vez mais avassaladores que os governos civis avançavam todos os meses (e que a imprensa lamecense continua a publicar após 1910, embora de uma forma mais esporádica) as posições parecem extremar-se entre os que apoiam a emigração como um bem para o país e os que a condenam, considerando-a nefasta. Sem uma linha definida, os jornais abrem as suas páginas a uma e a outra indistintamente. Entre os defensores da primeira encontram-se, sobretudo, os colaboradores locais que reconheciam as vantagens decorrentes da emigração; entre os defensores da segunda, os emigrados no Brasil, que, sendo assinantes dos jornais, os utilizavam para dar a conhecer publicamente as dificuldades crescentes que então se viviam nesse país, apelando aos seus conterrâneos para que não emigrassem.

²⁷ *O PROGRESSO*, 28 de Setembro de 1912: 1.

²⁸ *O PROGRESSO*, 14 de Dezembro de 1912: 1.

²⁹ *O PROGRESSO*, 9 de Novembro de 1912: 1.

É assim que no início de 1914, quando *O Progresso* publica um artigo em que claramente se faz a apologia da emigração para o Brasil, referindo “O que seria de todo este solo, há muito se elle não fosse providencial e abundantemente regado pelo ouro ganho no Brazil? (...) A emigração, que quanto pôde ser uma manifestação de pobreza, como – e em muitos casos, assim succede – um simples desejo de mudar de situação e até em grande parte representando um claro impulso de ambição, tem sido para todas as nações, quando as correntes mais avultam, um embaraço de momento na lavoura, e um pouco também nas industrias, mas está averiguado que tudo isso fica em plano muito inferior quando deitado na balança das compensações. Há terras e terras por esse paiz fóra que só se limpam e engrandeceram depois que os seus filhos canalisaram para ellas o ouro brasileiro, que ainda o não há melhor, apesar de todas as apregoadas decadencias d’algumas terras de Santa Cruz, para fertilisar e enriquecer o torrão natal dos que emigram”³⁰.

Opinião partilhada pelo advogado J. Seves d’Oliveira, colaborador de *A Fraternidade*, quando, anos mais tarde, numa série de artigos escritos sobre esta questão, escreve que os portugueses não se deverão deixar iludir pelo canto de sereia dos países que no pós-guerra, procurarão atrair mão-de-obra estrangeira para promover a sua reconstrução, porque “Convem-lhes não variar o rumo dos paizes d’alem-mar, e muito principalmente o Brazil e a nossa África. N’esses paizes está a provável riqueza, e, trabalhando, sempre tem o sustento seguro. Lá – digam o que quizerem os systematicos adversários da emigração, adversários que não quizeram estudar as suas causas e effeitos – nunca faltam meios ao emigrante honrado e altivo de fazer uma fortuna, que muitas vezes chega a ser verdadeira e expelendida riqueza”³¹.

Estava-se então em 1916 e poucos meses antes, o mesmo jornal publicava uma carta de um leitor residente em Manaus, José M. de Almeida, em que este chamava a atenção para o “verdadeiro absurdo” que constituía então a emigração para a Amazônia devido à crise da borracha e do café. Avisando os compatriotas de que não devem abandonar Portugal mas antes esperar por uma época de riqueza para o fazer, justifica a sua posição ao escrever que “É necessario que se saiba que algumas centenas de nossos compatriotas, pertencendo a todas as classes sociaes, aqui vivem arrastando uma vida de miserias”³². Esta visão dicotómica sobre a emigração proveniente de um e outro lado do Oceano que a imprensa lamecense passa aos seus leitores, ganha maior visibilidade ao longo da segunda década do século XX. Livres da pala partidária e dos jogos de interesses que condicionavam o discurso político elaborado a partir de Lisboa, mas presos pelo que consideravam ser o melhor para a terra em que viviam e em que viam reflectido o dinamismo e o dinheiro associado à emigração, alguns homens de Lamego não hesitam em realçar as suas vantagens. Por sua

³⁰ *O PROGRESSO*, 10 de Janeiro de 1914: 1.

³¹ *A FRATERNIDADE*, 4 de Março de 1916: 1.

³² *O PROGRESSO*, 18 de Outubro de 1913: 2.

vez, no Brasil, os que viam a vida difícil dos que continuavam a chegar, não podiam deixar de proclamar a necessidade de travar o movimento emigratório para esse país, “Não se illudam os meus patrícios que tentem embarcar para o Brasil (...) os immigrantes que vão devastar as florestas virgens e cavar a terra, são mal pagos, mal alimentados, e por fim são obrigados a fugir, sem receber os salários que só lhes pagam de trez em trez annos, para pouparem a vida que lhes foge atacados pelas febres. Não vos illudeis! (...) Cultivae os vossos campos, trabalhae nas vossas fabricas, sede patriotas no vosso paiz, que fareis um Portugal ainda maior”³³

Sem assumir uma posição clara, contrariamente ao que acontece relativamente a outros assuntos, certamente menos complexos, a imprensa de Lamego, paralelamente a estes artigos de opinião publicados na primeira ou segunda página, reservava sempre um espaço na sua página de anúncios, geralmente a terceira e a quarta, para a publicidade relacionada com o negócio da emigração que, nas primeiras décadas do século XX, parece crescer em volume e importância. Era o caso da que era feita pelos agentes locais das companhias seguradoras especialmente vocacionadas para essa área, como a Equitativa dos Estados Unidos do Brazil. Sociedade Seguros Mútuos sobre a vida, marítimos e terrestres, sedeadada em Lisboa³⁴, ou das empresas de navegação que ofereciam os seus serviços para a travessia do Atlântico. Em Lamego, no ano de 1913, referem-se dois agentes em especial: Filipe Martinho Lages, que poderia ser encontrado na Tabacaria Central de Macário Joaquim Rebelo, e Alberto Gomes da Silva Osório, na Farmácia Castro. Encarregando-se da aquisição de todo o tipo de documentos necessários, desde passaportes até licenças para reservistas e para emigrantes com passagens gratuitas, estes agentes promotores da emigração, asseguravam também a compra das passagens junto das companhias de navegação que representavam³⁵. Entre estas sobressaía a Mala Real Inglesa, que se fazia anunciar de uma forma continuada em todos os jornais publicados em Lamego, em alguns deles logo desde o seu número de abertura. Trata-se da primeira companhia a operar a partir de Leixões e com uma presença muito forte no interior do país onde tinha estrategicamente colocados os seus agentes³⁶. Indiferente à discussão aberta em torno da emigração para o Brasil, esta companhia publicitava na imprensa, com recurso a anúncios formais, veiculadores da imagem de marca da empresa, ou informais através de pequenas notícias inseridas displicentemente nas primeiras páginas em que se dava conta da aquisição de novos navios, cada vez mais rápidos e mais cómodos, ou, ainda, no início de cada ano, pela oferta de calendários às redacções dos jornais e que estas agradeciam publicamente numa das suas páginas. Embora

³³ Carta de Armando Luso, no Rio de Janeiro, dirigida a José de Meneses, proprietário e director do jornal *A Fraternidade* (*A FRATERNIDADE*, 29 de Janeiro de 1921: 2).

³⁴ Esta companhia seguradora apresentava como um dos seus serviços as dotações de crianças e tinha como seu agente um homem de Lamego, Raul Correia da Costa Florido (*O PROGRESSO*, 13 de Janeiro de 1906: 3).

³⁵ *A FRATERNIDADE*, 4 de Maio de 1913: 3; 7 de Junho de 1913: 3; 1 de Novembro de 1913: 3.

³⁶ LEITE, 1994: 345.

de uma forma mais pontual, outras companhias vão fazer, também, a oferta pública dos seus serviços na imprensa de Lamego, como acontece, por exemplo, no dia 10 de Junho de 1911 em que *O Progresso* para além da habitual publicidade à Mala Real Inglesa, inclui, na última página, os anúncios a mais duas companhias – a Companhia Real do Pacífico e a Empresa Nacional de Navegação³⁷. Constituindo inequivocamente um dos sectores de actividade que mais lucros retirava da emigração dos portugueses para o Brasil³⁸, as despesas com a cobertura publicitária realizada para o período em causa no norte do país justificavam-se pelos lucros obtidos. Certo é que, de alguma forma, esta presença continuada das companhias de navegação que, na imprensa local, realçavam a rapidez e a comodidade dos seus navios para o Brasil, com uma oferta direccionada aos vários segmentos da população, pela oferta de passagens em 1.^a, 2.^a e 3.^a classes, a partir do porto de Leixões, passava uma imagem de facilidade para transpor a barreira oceânica, tornando o Brasil mais próximo e mais familiar.

Uma facilidade e uma proximidade que ajudava a alimentar o sonho do Brasil, independentemente do nível social em que os potenciais emigrantes se incluíam, pesando decisivamente na tomada da decisão da partida. Um factor mais a juntar às referências constantes e elogiosas que continuavam a reservar-se na imprensa lamecense aos homens de sucesso que retornaram do Brasil e que, mercê do dinheiro arrecadado e do dinamismo que demonstravam, passaram a integrar a cada vez mais heterogénea elite lamecense. Ou ainda, as referências ao percurso de notoriedade e prestígio feito por alguns emigrantes portugueses em S. Paulo ou no Rio de Janeiro, noticiado nos principais títulos da imprensa brasileira que chegavam às redacções lamecenses enviados por alguns assinantes de além-mar³⁹. A probabilidade de que o sonho se viesse a concretizar assumia, para aqueles que pensavam em emigrar, contornos mais nítidos, porque se tinha corrido bem com alguns dos outros por que não com eles também? Tanto mais que o exemplo vinha de cima. Nas suas habituais crónicas mundanas, os periódicos lamecenses dão conta dos que partiam e chegavam à cidade. Centrando-se exclusivamente no círculo restrito dos que eram, por uma razão ou outra, reconhecidos socialmente na localidade, é frequente encontrar referências aos que partem para o Brasil para tentar a sua sorte, desde o filho do farmacêutico⁴⁰, ao filho ou irmão do comerciante estabelecido ou do professor do liceu, ao jornalista⁴¹ e ao

³⁷ *O PROGRESSO*, 10 de Junho de 1911: 4.

³⁸ LEITE, 1996: 382.

³⁹ Por gentileza de Tito Alberto da Fonseca, residente na Baía, a redacção d'A *Tribuna* recebe jornais brasileiros como o *Portugal Moderno*, *Correio da Manhã*, *A Tarde*, *Jornal Moderno*, *Jornal de Notícias*, *Gazeta de Notícias* e *Diário de Notícias* (A *TRIBUNA*, 31 de Maio de 1914: 1).

⁴⁰ Em 1908, o farmacêutico Joaquim Monteiro da Fonseca e a mulher vão alguns dias ao Porto para acompanhar o filho Acácio que com 19 anos embarcava em Leixões com destino ao Brasil (*O PROGRESSO*, 1 de Fevereiro de 1908: 2)

⁴¹ O colaborador d'A *Fraternidade* que assinava os seus artigos sob pseudónimo *Crisos Selva* embarca a 12 de Agosto, no porto de Leixões para o Rio, de onde continuará a colaborar com este jornal (A *FRATERNIDADE*, 9 de Agosto de 1919: 2).

antigo administrador do concelho⁴². Acompanhados da família que se deslocava especialmente ao Porto para as últimas despedidas, estes emigrantes incluíam-se no grupo dos privilegiados que, para além de terem a possibilidade de viajar nas cada vez mais cómodas e luxuosas classes superiores dos navios transatlânticos, tinham formação e podiam contar com o suporte de uma rede de parentes e amigos bem colocados no destino. A sua partida, noticiada nas páginas dos jornais, não deixaria, contudo, de funcionar como um estímulo para aqueles que embora com condições de partida muito diferentes, pensavam no Brasil como uma terra de promessa de uma vida melhor.

Ao publicar os anúncios das actividades relacionadas com a emigração em que sobressaem, compreensivelmente, os das companhias de navegação e ao fazer incidir os focos sobre os “brasileiros” que retornavam endinheirados à sua terra, a imprensa local, embora sem consciência desse facto, minimizava o impacto das determinações oficiais, dos artigos de opinião ou da correspondência que, como vimos atrás, alertavam para os inconvenientes da emigração para o Brasil.

A constatação desta realidade, que não deixará, por certo, de ter tido um peso na decisão da partida de muitos emigrantes, remete-nos necessariamente para os mecanismos de financiamento dos jornais locais. Ontem, tal como hoje, os jornais de âmbito local, do interior do país, viviam em contínuo sobressalto financeiro. Para além das receitas provenientes da publicação de anúncios e das assinaturas dos seus leitores que constituíam, afinal, os principais mecanismos de sobrevivência, mostrava-se essencial a angariação de donativos feitos pelos partidos ou agremiações políticas, associações ou simples particulares. Relativamente a estes últimos, os retornados do Brasil, com dinheiro e com interesses a defender, assumiam-se como um grupo preferencial. Na realidade, o apoio financeiro que estes homens concediam a alguns jornais locais dava-lhes, nesta época, a possibilidade de mais facilmente controlar um meio de comunicação que, cada vez mais, se apresentava como um importante meio de divulgação e de pressão junto da comunidade local, contribuindo para a sua projecção económica e social e promovendo a sua integração. Uma integração que todos sabiam não ser fácil. Ter a imprensa do seu lado e exercer a benemerência, eram, afinal, os principais trunfos que estes homens tinham de jogar para se afirmarem na cidade. Sobretudo se provinham das freguesias rurais do concelho e/ou de famílias humildes.

Além disso, pelas razões financeiras que referimos, o espaço de circulação destes jornais não se podia cingir aos limites do concelho de Lamego, alargando-se ao da residência dos seus assinantes, quer ela se situasse dentro do país quer fora dele, com evidente preponderância para o Brasil. Agradar-lhes, ir ao encontro dos seus interesses, levar-lhes as notícias do dia-a-dia da sua terra mas também daqueles que, embora tendo regressado a Portugal, tinham partilhado

⁴² Em 1923, está a viver no Brasil, para onde fora alguns anos antes, José Lucena, antigo administrador do concelho (*A FRATERNIDADE*, 1 de Dezembro de 1923: 2).

ou partilhavam ainda de forma intermitente a experiência brasileira, era um objectivo que estes jornais não podiam descurar, sob o risco de perderem os seus assinantes e leitores no outro lado do Oceano. Sintomático disso, é o facto de, com uma grande frequência, o jornal noticiar a presença, na redacção, de alguns emigrantes que estando apenas de passagem em Lamego ou vivendo entre o Brasil e Portugal, vinham cumprimentar os redactores do periódico que assinavam, na certeza de que isso seria referido e lido pelos seus compatriotas na localidade brasileira onde residiam⁴³. Era uma forma de se fazerem reconhecidos e de, interna e externamente, darem sinal da sua importância.

A imprensa regional mostra-se assim, nas primeiras décadas de Novecentos, refém de várias situações a que tinha de dar resposta, mesmo que com isso evidenciasse uma clara incongruência quanto às posições manifestadas. Como é evidente, a constatação deste facto assume-se como um importante condicionalismo que não pode deixar de ser tomado em conta quando se utiliza a imprensa como fonte para o estudo da emigração a que acresce, durante o Estado Novo, a existência de uma censura vigilante e permanente.

Quando em 1926 a ditadura militar põe fim à primeira experiência republicana portuguesa, abrindo caminho para a instauração do regime ditatorial de Salazar, a emigração para o Brasil mantém-se como opção para muitos portugueses, embora os Estados Unidos da América e as colónias em África, enquanto não chega a vez dos países europeus, comecem a surgir, cada vez mais como uma alternativa viável. Contudo, a visibilidade do fenómeno migratório na imprensa publicada em Lamego diminui compreensivelmente, até ao quase silenciamento. Da efervescência jornalística de outras épocas apenas restavam, como referimos atrás, *A Fraternidade*, que cessa a publicação em 1935, o *Beira Douro*, que surge nesse mesmo ano, e a *Voz de Lamego*, o único periódico que continuará a publicar-se após 1947.

A Fraternidade, jornal com uma forte tradição republicana, pese embora o redireccionamento político que procurou fazer após 1926 e que lhe permitiu continuar em publicação até 1935, e a censura a que obrigatoriamente tinha de submeter cada um dos seus números, evidencia-se pela atenção que persiste em dar à emigração para o Brasil. Em Novembro de 1928, sob a epígrafe “A emigração”, Martins Telles salienta que apesar das leis repressivas os vapores com destino a esse país continuam a partir repletos de portugueses. Contrariando a visão tradicionalmente veiculada de que por causa disso os campos ficam sem braços, proclamando os grandes jornais, os proprietários, os capitalistas e os industriais de que “Migrar é desertar. É um crime”, Martins Teles conclui que isso se deve apenas ao “egoísmo burguez”⁴⁴, responsável pela falta de trabalho, pelos baixos

⁴³ É o caso de Manuel do Carmo Almeida e mulher que tendo voltado de Paris, para onde foram em viagem de recreio, depois de terem chegado do Brasil, estiveram algumas horas na redacção do jornal *O Progresso*, tendo regressado ao Porto para embarcarem para Pernambuco (*O PROGRESSO*, 11 de Agosto de 1900: 2).

⁴⁴ *A FRATERNIDADE*, 17 de Novembro de 1928: 1, 2.

vencimentos e pela ausência de investimento. A emigração é, na sua óptica, uma fuga à miséria que só poderá ser combatida pelo aumento do investimento. Uma posição que, conforme reconheceu mais tarde, gerou alguma polémica mas que reafirma, por inteiro, cerca de um mês depois, no mesmo jornal⁴⁵.

Nos anos seguintes, *A Fraternidade* faz-se eco das notícias cada vez mais frequentes sobre as más condições de trabalho no Brasil e o repatriamento de portugueses, que, contudo, como reconhece, não parecem desmotivar os portugueses que, nesse país, procuram tentar a sorte de uma vida melhor. Os números a nível nacional confirmavam-no. Dando sugestões para travar o movimento emigratório, o jornal lança-se, até 1935, numa verdadeira campanha com o objectivo de demonstrar que “O Brazil já não é o El Dorado”⁴⁶. Reproduzindo o discurso negativo que a Primeira República construíra em torno da emigração, este jornal refere em Fevereiro de 1931 que “A emigração, nas condições em que se vem fazendo entre nós, é uma terrível doença que é preciso combater com decisão e inergia. E à imprensa cabe, neste combate, o papel primacial. Fazemos, pois, propaganda aturada contra a emigração e este cancro roedor do nosso organismo social será extirpado”⁴⁷. Sem baixar os braços, em 1934, quando a transição da Ditadura Militar para o Estado Novo estava em fase de conclusão e o jornal entrava no seu último ano de publicação, sob o título de “Portuguezes no Brazil” pode ler-se, numa das suas páginas, “Necessário se torna que a imprensa regional, aponte claramente àqueles que teimam em abandonar uma pobreza suportável por uma miséria certa, o perigo que correm”⁴⁸, apontando as colónias africanas como um melhor destino para os que pretendiam abandonar o continente.

Fortemente imbuídos dos princípios enformadores do regime estado-novista, os semanários *Beira-Douro* e *Voz de Lamego*, apenas pontualmente se vão referir à emigração para o Brasil. Tratava-se de uma questão politicamente incómoda, que o regime procurou condicionar, por diversas formas, na impossibilidade de a proibir. Na realidade, as relações diplomáticas entre os dois países reforçadas durante o Estado Novo em nome de uma fraternidade gizada por um percurso histórico comum, não permitiam que o regime reprimissem abertamente o movimento emigratório para o Brasil. No entanto, a ocupação das colónias portuguesas em África era então uma prioridade política para o Estado, embora sem força para se constituir como o primeiro destino dos que queriam sair de Portugal continental. Razão bastante para que estes títulos publicados em Lamego durante o período do Estado Novo, se limitem na generalidade dos casos a decalcar o discurso oficial produzido a partir de Lisboa em torno das relações luso-brasileiras, no âmbito das quais a emigração merece apenas um lugar secundário e irrelevante. São, por isso, muito esporádicas e breves as referências a essa questão, quebrando o silêncio dominante.

⁴⁵ *A FRATERNIDADE*, 15 de Dezembro de 1928: 1.

⁴⁶ *A FRATERNIDADE*, 29 de Março de 1930, p.1.

⁴⁷ *A FRATERNIDADE*, 7 de Fevereiro de 1931: 1.

⁴⁸ *A FRATERNIDADE*, 10 de Fevereiro de 1934: 1.

É o que acontece em 1940, quando o jornal *Voz de Lamego* procura acalmar a população, receosa de que o Brasil viesse a encerrar as suas fronteiras aos emigrantes portugueses, regozijando-se pelo facto de isso não se confirmar. Garantindo-se assim a continuação do envio das remessas, o jornal não deixa de tirar disso as suas conclusões, alegando que assim se reconhece, “ao emigrante português o valor do seu esforço e a sua grande capacidade de adaptação, num trabalho util para a nação irmã”⁴⁹. Esta era agora a nova imagem do emigrante que o regime fazia passar. Uma imagem positiva eivada de um profundo nacionalismo que considerava o emigrante o símbolo do trabalho, da honestidade e da tradição⁵⁰, que definiam o ser português.

Distanciado, contudo, desta perspectiva, Augusto Teixeira da Costa escreve, num longo artigo de opinião, em Fevereiro de 1952, sobre os “Efeitos da Imigração (sic)”, e sem se referir a um destino em especial, sublinha os aspectos negativos entre os quais destaca os que provocavam a quebra dos elos de família e a consequente perda dos seus valores. No entanto, alguns meses depois, em Março de 1933, é o mesmo Augusto Teixeira da Costa que tece os maiores elogios aos homens que tendo emigrado são “o orgulho duma Pátria de heróis, honrando lá longe as nossas tradições de fé e humanitarismo, com as suas qualidades de trabalho, de cidadãos íntegros e de carácter nobre, ostentando no peito a chama viva do amor de Portugal entregues durante anos a sacrifícios por uma vida mais feliz, por lá passaram a idade do seu fulgor, acalentando a esperança de um dia regressarem contentes ao seio desse berço que deixaram com tantas saudades”, num discurso idilicamente nacionalista tão ao jeito do regime estado-novista e dos seus propagandistas. Escrevendo a propósito da inauguração do posto telefónico na sua aldeia, Vila Chã de Cangueiros, no vizinho concelho de Tarouca, graças aos donativos dos emigrantes de há muitos anos no Brasil, Manuel Oceano e José Teixeira, num discurso adequado à altura do momento, o articulista faz questão de salientar que “E a Pátria, sempre carinhosa para com os seus filhos, os recebe nesse dia de regresso à casa paterna, onde a população agradecida, lhes tributa entusiástica recepção, mostrando-lhes os benefícios que a sua alma generosa proporcionou ao povoado, que antes vivera adormecido e privado de condições da vida moderna”⁵¹.

Na realidade, na vigência do Estado Novo, e paralelamente ao silenciamento quase total que existe sobre a questão da emigração para o Brasil, a imprensa publicada em Lamego continua a seguir atentamente os passos dos “brasileiros” de retorno que continuavam, tal como tinha acontecido, nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a inscrever-se entre a elite local e a merecer as referências elogiosas nos jornais. Tal como antes, espera-se destes homens o dinamismo e o dinheiro que pudessem promover o desenvolvimento local, que de outra forma se sabia mais distante. É o que acontece, por exemplo

⁴⁹ *VOZ de Lamego*, 1 de Fevereiro de 1940: 1.

⁵⁰ PAULO, 2000: 54.

⁵¹ *VOZ de Lamego*, 12 de Março de 1953: 1, 4.

com uma velha aspiração de Lamego, a construção de um hotel que oferecesse aos que visitavam a cidade e a região, um alojamento de qualidade. Certos de que só esses homens com perspectivas e bolsas alargadas pela permanência nas terras brasileiras, poderiam assumir esse desafio, o *Voz de Lamego* e o *Beira-Douro* tentam, em diferentes momentos, ao longo da década de 30 e de 40, o seu envolvimento neste melhoramento. Entusiasmados, dão notícias das reuniões preparatórias, referem nomes de “brasileiros” endinheirados, avançam com locais e com datas, porque “Lamego será, e há-de ser, dentro do possível, o que os seus filhos quiserem, se a valer e bem, souberem querer”⁵².

Ao longo de meio século, a emigração para o Brasil marcou a cidade de Lamego e a sua região, numa complexa contabilidade de perdas e ganhos nem sempre fácil de fazer. Presa entre a função de informar que sabia ser a sua e os seus interesses, a imprensa local deu voz durante a fase final da Monarquia e durante a Primeira República a várias formas de ver e sentir esse fenómeno. Ora distanciando-se, ora aproximando-se do discurso político que o considerava a ruína do país, os jornais contribuíram para a decisão que muitos tomaram de partir para aquela que certamente foi a maior aventura da sua vida. Apresentaram argumentos, forneceram informação sobre a documentação necessária à passagem do Atlântico, deram exemplos de alguns a quem o Brasil deu muito e que voltaram para a sua terra na disposição de contribuírem para o seu desenvolvimento. Com o Estado Novo, a questão da emigração para o Brasil deixa de ser a questão de que se fala, não porque os portugueses tivessem desistido de atravessar o Atlântico à procura de melhores condições de vida, mas porque isso não correspondia à imagem que o regime pretendia dar do país, numa imprensa local transformada num importante veículo de propaganda.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, José, 1990 – “Censura”, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Figueirinhas. vol. VII, p. 275-284.
- BEIRA Douro*. Lamego. Jun /1935-Mar/1946.
- CRUZ, Maria Antonieta, 1991 – “Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense”. *Revista de História*, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, n.º 11, p. 185-192.
- FRATERNIDADE* (A). Lamego. 30/Nov/1912 – 29/Jun/1935.
- LEITE, Joaquim da Costa, 1993 – “Informação ou propaganda? Parentes, amigos e engajadores na emigração oitocentista”, in *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, p. 98-107.
- LEITE, Joaquim da Costa, 1994 – *Portugal and Emigration, 1855-1914*. New York: Columbia University.
- LEITE, Joaquim da Costa, 1996 – “Os negócios da emigração (1870-1914)”. *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), p. 381-396.

⁵² *BEIRA Douro*, 18 de Abril de 1936: 1.

- LOPES, Maria Teresa Braga Soares, 1995 – “Correntes de opinião pública e emigração legal no distrito de Aveiro (1882-1894)”. *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 1, p. 209-231.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2006 – “Representações da emigração para o Brasil na imprensa do nordeste transmontano durante a 1.ª República”, in MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando de (org. de) – *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro: FAPERJ, CEPESE, p. 270-293.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2005 – “A acção dos “Brasileiros” de torna-viagem em Ovar a obra dos irmãos Oliveira Lopes (Válega)”. *Dunas: Temas & Perspectivas. Revista Anual Sobre Cultura e Património da Região de Ovar*, Ovar, ano V, n.º 5 (Novembro), p. 3-14.
- MARTINS, Maria da Graça, 1999 – “A Emigração do Distrito de Bragança e a imprensa regional, no limiar do século XX”. *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 5, p. 121-166.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – “João Pereira Teixeira de Vasconcelos – da Câmara dos Deputados à Câmara dos Pares (1906-1908)”, in *Actas do II Congresso de Amarante* (no prelo).
- PAULO, Heloísa – “*Aqui também é Portugal*”: a colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000.
- PROGRESSO (O). Lamego. 19/Jun/1885-29/Mai/1920.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos, 2000 – *Portugal-Brasil: migrações e migrantes. 1850-1930*. Lisboa: Edições Inapa.
- SEMANA (A). Lamego. 1898-1910.
- TRIBUNA (A). Lamego. 22/Mar/1914-28/Jul/1918.
- VOZ de LAMEGO. Lamego. 1930-1951.

A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE VISEU EM DIRECÇÃO AO BRASIL (1854-1973)

Paula Marques dos Santos

INTRODUÇÃO

Do Governo Civil de Viseu, entidade responsável e que centraliza, desde meados do século XIX a emissão dos passaportes, foram enviados para o Arquivo Distrital de Viseu os livros de registo de passaportes desde 1854 até 1983, bem como todo o acervo documental referente à emigração de Viseu, englobando os processos individuais de emissão de passaportes, entre outra documentação. É essencialmente através destes livros de registos que podemos desenvolver um estudo estatístico fidedigno e contínuo acerca das vagas migratórias deste distrito em direcção ao Brasil. Relativamente aos processos referentes à cedência dos passaportes aos cidadãos são ainda hoje de difícil levantamento e tratamento estatístico. De facto, conseguir estabelecer uma ordem cronológica e proceder ao levantamento desta fonte documental é extremamente complexo e moroso, já que estes se encontram agrupados e mal acondicionados em caixas e, até ao momento, não foram alvo de qualquer tratamento ou ordenação.

Genericamente, podemos então dizer que o Fundo Documental do Governo Civil é composto pela documentação abaixo indicada, donde destacamos os livros de registo de passaportes e os processos de emissão de passaportes como fontes primordiais para o conhecimento da saída de indivíduos deste distrito em direcção ao Brasil.

Quadro n.º 1 – Fundo do Governo Civil de Viseu – Arquivo Distrital de Viseu

Designação da série	Datas extremas	Unidades de instalação
Mapas do número de passaportes conferidos	1872-1881	1 Documento
Processos de emissão de passaportes	1956-1988	Cerca 185.000 processos
Registo de passaportes	1854-1983	131 Livros
Relação de indivíduos a quem foram concedidos passaportes para o estrangeiro com licença militar	1942-1946	36 Documentos
Relação dos emigrantes que solicitaram passaporte por intermédio de agentes de emigração	1905-1912	26 Documentos

Apesar do envio de toda a documentação referente à emigração¹ do distrito para o Arquivo Distrital, existem lacunas temporais dos livros de registos extremamente importantes e que, por isso, não nos permitem uma caracterização completa e definitiva de determinados períodos. Por exemplo, entre Novembro de 1905 e Janeiro de 1914, não temos qualquer livro de registos, o que, num período onde se verifica uma enorme aumento na concessão de passaportes em Portugal, torna ainda mais difícil uma real caracterização desses contingentes de indivíduos que saíram da região. Tais lapsos documentais verificam-se nas seguintes datas:

- de 28/07/1899 até 04/07/1900;
- de 31/10/1905 até 09/01/1914;
- de 21/12/1919 até 03/01/1922;
- de 13/04/1924 até 01/11/1927;
- de 31/12/1947 até 02/07/1949;
- de 21/06/1967 até 02/03/1968;
- de 31/01/1970 até 30/12/1970.

Consideramos que estas lacunas nos livros de registos poderão ser colmatadas através, como analisaremos adiante, do levantamento e tratamento da segunda grande fonte documental – os processos de emissão de passaportes, fonte que até ao momento, apesar da sua relevância (cerca de 185 000 registos), não se encontra inventariada nem devidamente organizada.

1. OS CONTINGENTES MIGRATÓRIOS SEGUNDO OS LIVROS DE REGISTO DE PASSAPORTE

Depois de um rápido crescimento demográfico que verificamos no distrito de Viseu já desde meados do século XV, fomentado pelas actividades agrícolas e comerciais, entramos na segunda metade do século XIX numa fase de maior moderação desse crescimento, fruto não só de crises agrícolas², mas ainda da consequente instabilidade socioeconómica que assola grande parte da popula-

¹ Foi-nos possibilitado, por parte do Governo Civil de Viseu, o acesso ao arquivo ainda existente nas suas instalações, bem como a todos os officios que comprovam o envio da documentação para o Arquivo Distrital de Viseu. Nessa correspondência não é feita referência a quaisquer lacunas na seriação da documentação, tal como não existe qualquer documentação anterior a 1983 que tenha permanecido no Governo Civil. Todavia, não podemos fundamentar se os livros de registo em falta não foram efectivamente enviados ou se desapareceram posteriormente, dada a ausência de um controlo pormenorizado no momento da sua recepção no Arquivo Distrital de Viseu.

² Neste período, surgem diversas crises agrícolas, como são os casos da epidemia da filoxera, que a partir de 1872 destrói grande número de vinhedos, ou o desaparecimento da criação do bicho da sede, “uma boa fonte de riqueza que findou”, como escreve um abade do norte do distrito, sob o duplo efeito da orientação dos mercados consumidores da seda para regiões extra-europeias e da doença.

ção do distrito (falta de trabalho, falta de liquidez, fome e endividamento). É perante esta conjuntura de grande insegurança económica no distrito que entramos no século XX e que transcorre toda a primeira metade dessa centúria, com condições socioeconómicas precárias e que serão ainda mais fragilizadas com as consequências das duas guerras mundiais que se reflectem no acentuar da falta de empregabilidade e do endividamento de muitas famílias³.

Do período em análise (1854-1973), e salvaguardando os hiatos de tempo não contemplados pelos livros de registo de passaporte, foram levantados 90 293 registos de passaporte (Quadro n.º 1) deste distrito em direcção ao Brasil, o que, em muitas épocas, representa a quase totalidade de passaportes emitidos pelo Governo Civil do distrito. Quer dizer, a perseverança das vagas migratórias portuguesas (e de Viseu) para o Brasil, após a separação política dos dois Estados, permite criar, reforçar e manter as afinidades luso-brasileiras, concertar redes de apoio ao trabalho e tornar operativo o conceito de *arrumação* dos portugueses que chegavam pela primeira vez a terras brasileiras (Alves, 2003). Coadjuvando a tenacidade desses indivíduos, o aperfeiçoamento dos transportes e a facilidade crescente nas comunicações, ao longo dos dois últimos séculos, será mais um factor de estímulo que não podemos esquecer para a crescente mobilidade transatlântica de indivíduos, entre Portugal e o Brasil.

Essa mobilidade portuguesa foi realizada, como referimos, e essencialmente até à eclosão da crise depressiva de 1929 e à II Guerra Mundial, em direcção a terras americanas (especialmente para territórios com uma identidade linguística comum – o Brasil), tendo apenas nas décadas mais recentes (segunda metade do século XX) alterado o seu direccionamento. De facto, após a II Guerra Mundial, os movimentos migratórios do distrito de Viseu alteram o seu destino de eleição e reorientam-se para países europeus (com grande predominância da França).

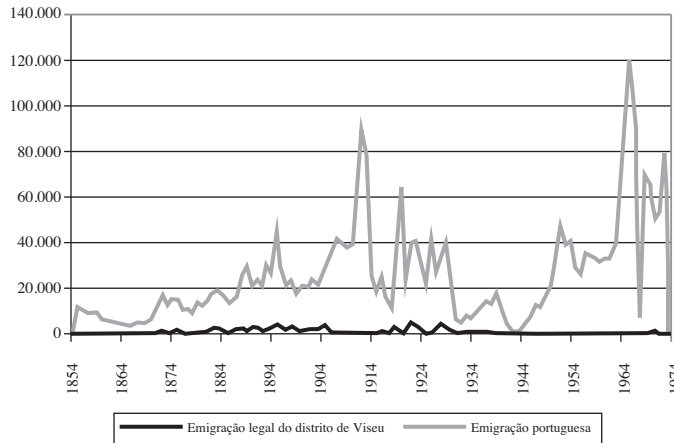
Se compararmos a emigração legal do distrito de Viseu do período em análise com os valores totais da emigração portuguesa, apresentados por Joel Serrão⁴, verificamos que a sua importância se relativiza, em termos quantitativos. De facto, dum total de 3 099 323 de indivíduos que saíram do país legalmente, e onde o Brasil aparece como país receptor por excelência até à década de 1960⁵, apenas 103 473 indivíduos solicitam passaporte no Governo Civil de Viseu, com destino para o Brasil, ou seja, cerca de 3.4% da emigração portuguesa total.

³ SANTOS, 2006a; 2007.

⁴ SERRÃO, 1974: 30-32.

⁵ SERRÃO, 1974: 43.

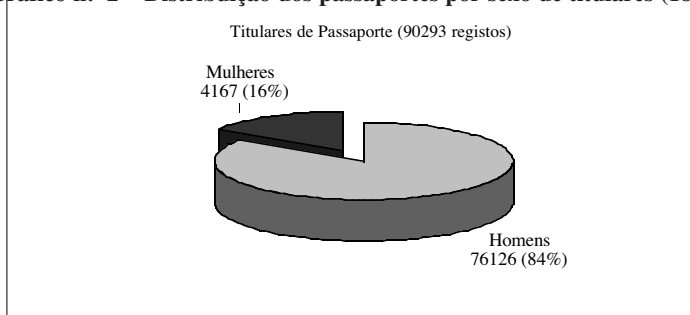
Gráfico n.º 1 – Comparação da emigração legal portuguesa com a emigração do distrito (1854-1973)



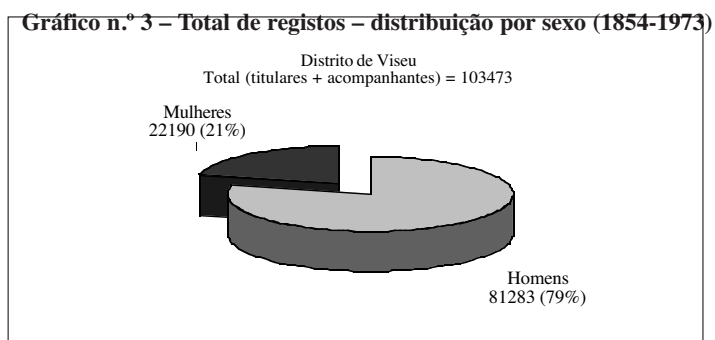
Fonte: SERRÃO, 1974

Apesar da relativa importância quantitativa, em termos gerais de movimentos migratórios, a caracterização destes fluxos regionais ganha nova centralidade, para a compreensão da própria evolução do distrito de Viseu e das condicionantes regionais que incentivaram e/ou retraíram esses mesmos movimentos de indivíduos. Desde as crises agrícolas até à dificuldade em conseguir trabalho noutras áreas económicas, passando pela dificuldade de acessibilidade de algumas zonas e ao aumento de desemprego como consequências de conjunturas nacionais e/ou internacionais, a emigração viseense reflecte todas essas condicionantes, aumentando ou diminuindo, alterando o seu destino de eleição e deixando a sua marca indelével na própria paisagem humana e socioeconómica de toda a região, pela fuga de grande parte da população em idade activa, ou até pelo regresso de emigrantes enriquecidos ou da emigração falhada.

Gráfico n.º 2 – Distribuição dos passaportes por sexo de titulares (1854-1973)



Se a este universo acrescermos o total de acompanhantes que verificamos, essencialmente até 1919⁶, o universo de registos ascende a um total de 103 473, onde predominam os indivíduos de sexo masculino (84%), face a apenas 16% de mulheres.



Como já referimos, as vagas migratórias deste distrito são influenciadas, não só pela conjuntura internacional e mundial de cada época, mas também pela própria velocidade de desenvolvimento económico da região, que entra em desaceleração a partir de meados da primeira metade do século XX. Mas curiosamente, apesar das dificuldades que afectam a maioria da população após as guerras mundiais, não verificamos um aumento da emigração viseense. Pelo contrário, no período entre guerras a emissão de passaportes diminui consideravelmente, essencialmente a partir da Grande Depressão de 1929, característica que se irá acentuar ainda mais após 1945, com a substituição do destino brasileiro por outros (europeus ou colónias africanas, essencialmente)⁷.

De facto, e se até 1929, verificamos um considerável número de emissões de passaportes com destino ao Brasil⁸, logo a partir de 1930 assistimos a uma queda abrupta do número de registos deste distrito⁹, que passa a contribuir com contingentes insignificantes em termos quantitativos. Esta discrepância que se faz sentir na emissão de passaportes pelo Governo Civil de Viseu para o Brasil deve-se ainda à nova conjuntura política que se estabelece nesse país. Ou seja, à crise que

⁶ É neste ano que a legislação portuguesa defende a adopção de passaportes individuais em detrimento dos passaportes colectivos, geralmente utilizados para familiares directos (por exemplo, quando os filhos acompanhavam um dos seus pais).

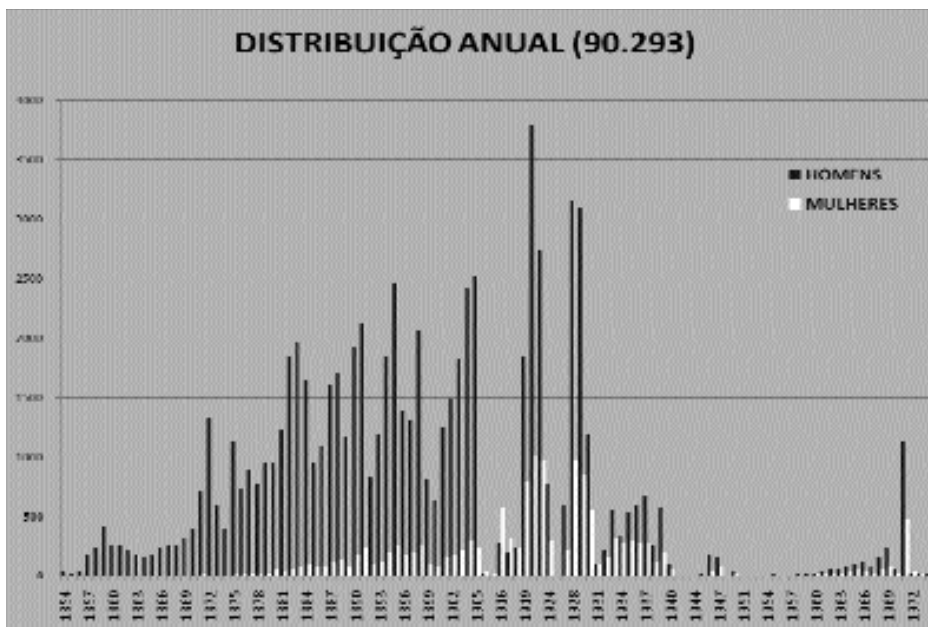
⁷ A falta de meios para garantir o êxito de tal empreendimento (compra do passaporte e das passagens e da subsistência do país de destino nos primeiros tempos), a diminuição da população activa, bem como as tentativas governativas de controlar, dentro do possível, as vagas emigratórias, quantitativa e qualitativamente, concedendo apenas subvenções àqueles que se destinavam às colónias ultramarinas portuguesas, constituirão algumas das principais condicionantes para tal decréscimo e comprovam as dificuldades que se sentiam globalmente nos contactos intercontinentais e que afectam migratórios em direcção ao Brasil (SANTOS, 2007).

⁸ No ano de 1920 temos um total de 3 964 registos, e no ano de 1928, um total de 4 129.

⁹ Em 1930 temos um total de 1 759 e em 1931, um total de 211 registos.

passa a marcar todo o sistema internacional com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 10 de Outubro de 1929, alia-se ainda a adopção de uma legislação extremamente restritiva e nacionalista¹⁰ por parte do Governo de Getúlio Vargas, que entretanto ascendera ao poder e implementará o Estado Novo no Brasil.

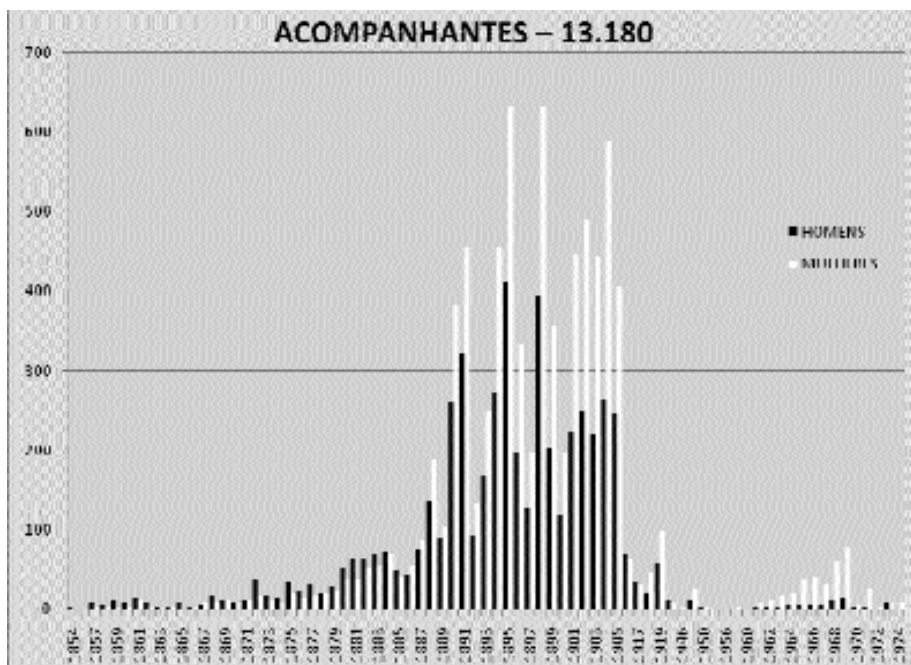
Gráfico n.º 4 – Total de registos – distribuição por sexo e ano (1854-1973)



Embora sejam os homens a dominar enquanto titulares de passaportes, tal situação inverte-se quando analisamos a tipologia dos acompanhantes, onde as mulheres predominam (8023 indivíduos) em detrimento dos homens (apenas 5157 indivíduos). Tal situação compreende-se pelo facto de, além de grande número de filhos que viajam como acompanhantes, muitas vezes também as próprias mulheres iam nessa qualidade nos passaportes dos respectivos maridos, bem como as respectivas ascendentes.

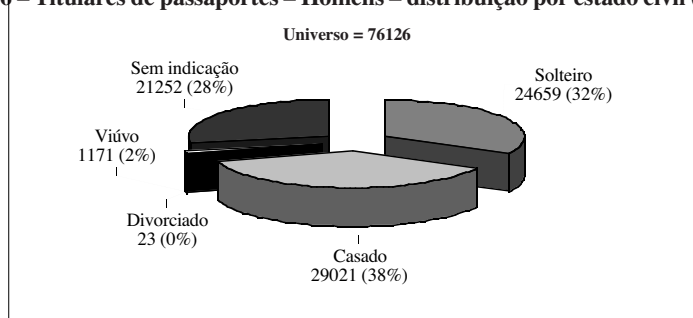
¹⁰ Esta legislação restritiva destinava-se não só à entrada de novos imigrantes, mas também à permanência dos que já aí se encontravam, bem como à sua redistribuição geográfica, em termos nacionais, procurando direccionar os estrangeiros para o interior do Brasil (grandes plantações).

Gráfico n.º 5 – Total de acompanhantes – distribuição por sexo e ano (1854-1973)



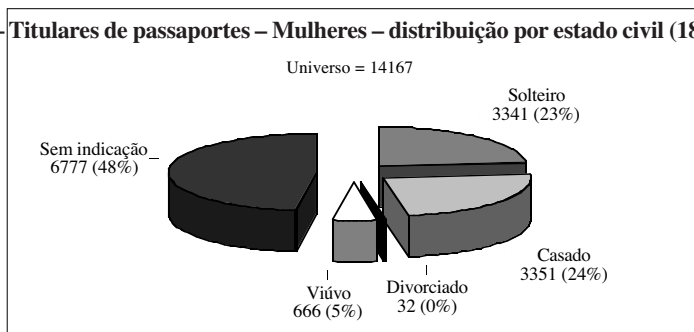
Apesar da ideia que apenas (ou maioritariamente) eram os homens, jovens e solteiros, que emigravam, com a principal justificação de fugir ao serviço militar e em busca de fortuna, os dados estatísticos referentes ao distrito de Viseu não corroboram esta tese, dado que cerca de 38% dos homens titulares de passaportes são casados. Devemos, no entanto ressaltar, que existem períodos nos quais escasseia esta informação, dado não ser um dado obrigatório no registo do passaporte, ficando ao critério do respectivo escrivão colocar essa indicação. Esta situação de ausência deste indicador verifica-se com maior incidência na década de 1870, bem como em inúmeros anos da primeira metade do século XX, abrangendo cerca de 28% do total de homens titulares de passaportes (21 252 registos). Os percentuais relativos a viúvos e divorciados são residuais.

Gráfico n.º 6 – Titulares de passaportes – Homens – distribuição por estado civil (1854-1973)



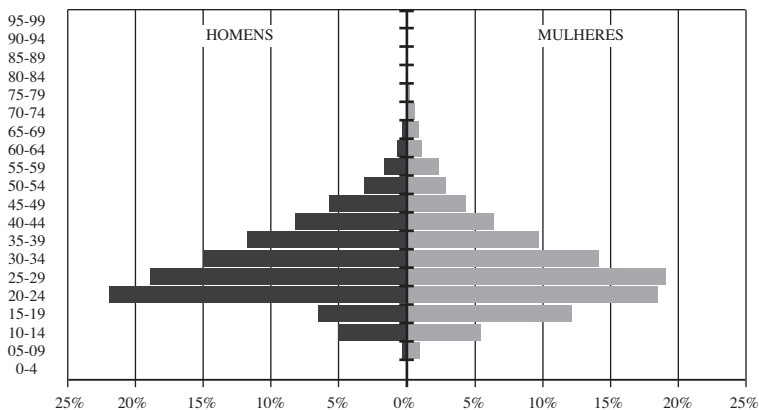
Relativamente às mulheres, titulares de passaportes, a ausência de indicação do estado civil é ainda mais acentuada (48%), sendo que o percentual entre mulheres solteiras e casadas é semelhante, além dos 5% de mulheres viúvas¹¹.

Gráfico n.º 7 – Titulares de passaportes – Mulheres – distribuição por estado civil (1854-1973)



Em termos de distribuição etária, dos titulares de passaporte, verificamos e confirmamos a tendência do predomínio de jovens, entre os 20 e 29 anos a emigrarem, ressaltando ainda a ideia que as jovens mulheres entre os 15 e os 19 eram em maior número que os homens dessa faixa etária.

Gráfico n.º 8 – Titulares de passaportes – Pirâmide Etária (1854-1973)

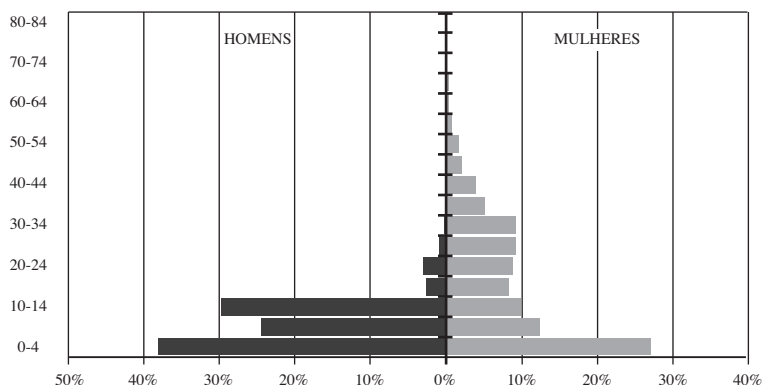


Relativamente aos acompanhantes, verificamos um grande alteração na sua distribuição etária, com uma acentuada predominância das crianças e adolescentes, de ambos os sexos, o que reforça a ideia dos filhos viajarem quase sem-

¹¹ Tal situação provém de, quando os seus filhos(as) emigram, mesmo que já casados, levam na sua companhia as suas mães e/ou sogras. Por exemplo, em muitos casos constatamos que a mulher casada, quando viaja para ir ao encontro do seu marido, já estabelecido no Brasil, leva em sua companhia, além dos filhos, mas também a sua mãe ou a sua sogra (geralmente quando já estavam viúvas).

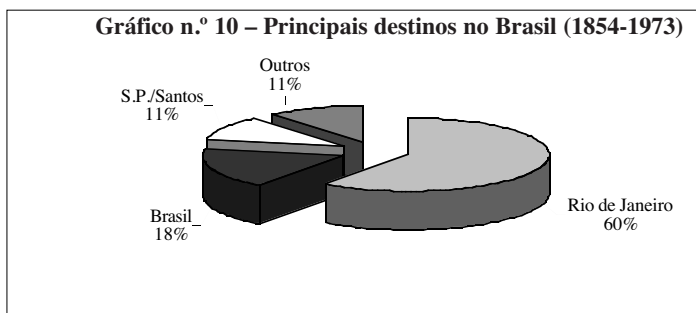
pre com acompanhantes aditados nos passaportes dos seus pais. Além disso, surgem ainda mulheres que acompanham os seus maridos, ou outros familiares (sobrinhos, pais, sogros, entre outros), bem como alguns empregados (criados e governantas, entre outros).

Gráfico n.º 9 – Acompanhantes – Pirâmide Etária (1854-1973)



Embora o distrito de Viseu seja uma região de interior, sem ligação directa ao Oceano, o registo de passaportes indica o porto pelo qual se faria a saída do país (geralmente pelo porto de Leixões), bem como o local para onde se destinavam os mesmos indivíduos. No caso do Brasil, verificamos uma predominância do Rio de Janeiro. Não podemos, no entanto, afirmar que esses indivíduos ficassem efectivamente neste Estado brasileiro. De facto, cremos que o Rio de Janeiro, tal como São Paulo/Santos, seriam essencialmente os portos de entrada no país, e a maioria dos emigrantes portugueses ver-se-ia obrigada a encaminhar-se para outros Estados do país, essencialmente interiores (apesar da preferência pela residência nestes grandes centros urbanos brasileiros).

Gráfico n.º 10 – Principais destinos no Brasil (1854-1973)



A distribuição dos titulares de passaporte pelas diversas proveniências demonstra ainda que o principal fornecedor de indivíduos para a emigração em direcção ao Brasil é o próprio concelho de Viseu.

Mapa n.º 1 – Distrito de Viseu (configuração actual)

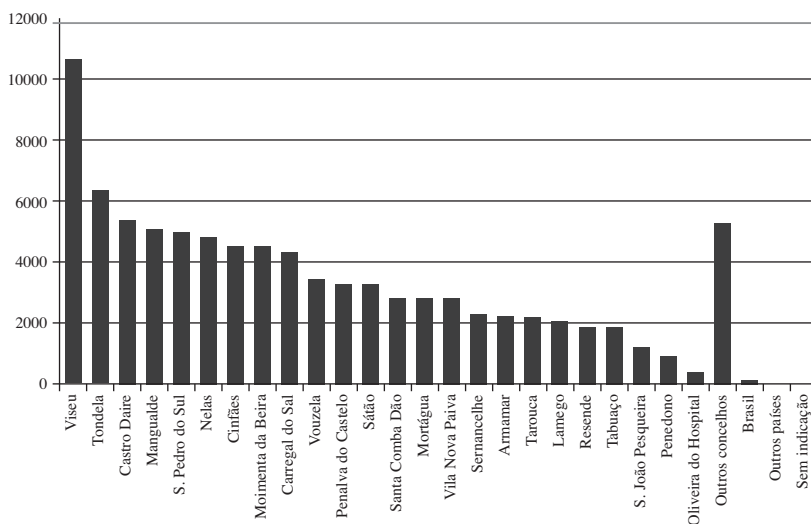


Poder-se-ia considerar que seriam os concelhos mais longínquos do centro do distrito (e com maiores dificuldades socioeconómicas) a contribuir com maiores contingentes para a emigração, mas o concelho de Viseu destaca-se consideravelmente dos demais. De facto, em alturas de maiores dificuldades económicas (falta de trabalho e fome), muitos indivíduos contraíam dívidas ou vendiam os poucos bens que detinham para poder fazer face às despesas que acarretavam o pedido de passaporte para tentar a sua sorte no estrangeiro. E era na cidade, centro do distrito, e de maior densidade populacional, que a falta de trabalho afectava de imediato a população, que se distribuía essencialmente pelos sectores económicos dos serviços e do comércio. As populações dos concelhos mais distantes procuravam sair do país essencialmente em épocas de grandes crises agrícolas.

Existe ainda um número considerável de registos de passaporte de indivíduos que não são naturais do distrito de Viseu (5287 registos)¹². A concessão de passaporte a este tipo de cidadãos era autorizada, desde que os mesmos fizessem prova que residiam no distrito com carácter permanente (genericamente considera-se como residência permanente quem provasse residir pelo menos há um ano no distrito).

¹² Os indivíduos têm naturalidade de diversos pontos do país, desde concelhos limítrofes ao distrito de Viseu até outros mais distantes, como Lisboa, existindo ainda indivíduos com nacionalidades distintas da portuguesa, donde destacamos o Brasil (183 indivíduos), os EUA e as próprias colónias ultramarinas portuguesas, entre outros.

Gráfico n.º 11 – Titulares de passaporte – Naturalidade (1854-1973)



2. OS PROCESSOS DE EMISSÃO DE PASSAPORTE

Como referimos anteriormente, a única forma que temos para conseguir colmar todos aqueles períodos cronológicos dos quais desapareceram os respectivos livros de registos será através do levantamento e sistematização dos processos de emissão de passaporte (cerca de 185 000 processos). De facto, sempre que fosse solicitado um passaporte por qualquer indivíduo ao Governo Civil, iniciava-se um processo de recolha de dados que permitia a autorização da emissão, ou a sua recusa. Todavia, esta tarefa torna-se ainda mais complexa devido à falta de organização e de tratamento cronológico desta fonte documental.

Apesar dos documentos que constituíam esse processo não fosse sempre os mesmos ao longo do período da nossa análise, existem alguns documentos incontornáveis e que estão sempre presentes. A saber:

- A ficha identificativa – formulário do Governo Civil, no qual deviam constar todos os elementos identificativos de cada indivíduo, tais como: filiação, naturalidade, idade, sexo, estado civil (nem sempre estava presente este elemento), profissão, características físicas, identificação de eventuais acompanhantes, bem como a identificação das testemunhas abonatórias;
- Diversas declarações (tais como registo criminal, reconhecimento de assinaturas, assentos de baptismo e/ou de casamento) que anuissem a veracidade de todas as informações concedidas;
- Carta de chamada, sempre que fosse o caso do indivíduo requerente ir para o Brasil através dessa modalidade (para a companhia de familiares directos, já estabelecidos no Brasil).

A título exemplificativo, analisemos o processo n.º 4887 de 21 de Novembro de 1911 (período do qual não temos livros de registos). Este processo tem como requerente Maria Pinto (*ou* Maria de Jesus), 31 anos de idade, casada, lavradora, filha de Francisco Pinto e Benância de Jesus e natural de Ramires (concelho de Cinfães, distrito de Viseu). Além destes dados principais, procede-se na ficha identificativa a uma descrição pormenorizada da sua aparência física (“altura 1,48m, rosto comprido, cabelo castanho, sobrolhos castanhos, olhos castanhos claros, nariz regular, boca regular e cor natural”), bem como das suas três acompanhantes (suas filhas, Maria Francisca de oito anos, Camila de Jesus de cinco anos e Rita de três anos).

No final da ficha identificativa apresentam-se ainda o nome das testemunhas abonatórias (Manuel Pinto da Fonseca e José Ferreira Pinto de Oliveira), sendo-lhe apensas as declarações (reconhecimento das assinaturas das testemunhas e assentos de baptismo das filhas e assento de casamento da requerente), assim como a carta de chamada, enviada pelo marido Luís de Carvalho, residente em São Paulo e que serve, neste caso, como meio que possibilita a autorização da emissão deste passaporte colectivo pelas autoridades, já que comprova que o marido tinha residência fixa e trabalho em São Paulo, isto é, meios para sustentar a família: “Maria, resolvi mandar-te vir para esta terra juntamente na companhia da mãe visto o que ela mandou dizer. Eu te mando 100 mil reis para pagares as miudezas todas e as dívidas grandes irão mais tarde.”

Na carta demonstra-se ainda que existiam pessoas que, mesmo não sendo engajadores de emigrantes, nem estando estabelecidos como agência de emigração, ajudavam, com os seus conhecimentos, os novos emigrantes: “quando vieres (...) manda fazer uma bacia para lavar as roupas das crianças em cima do vapor e se não tu fala com o senhor Teixeira que ele te explica como deves fazer (...)”. E adverte ainda que no Brasil era necessário trabalhar muito para se poder vencer: “...aqui trabalha-se de noite e de dia”.

Através da análise deste tipo de documentação, deparamo-nos com a preocupação por parte das autoridades de efectuar um rastreamento cada vez mais eficaz de todos os indivíduos que solicitavam passaporte para emigrarem. De facto, com a legislação da I República Portuguesa denota-se uma maior atenção para com a necessidade de um maior controlo (e repressão) da emigração clandestina e com a autorização da emissão de novos passaportes, ou seja, com a tipologia de indivíduos que faziam parte desses movimentos migratórios. Pretendia-se, dessa forma, que os grupos de emigrantes tivessem as características que correspondessem às necessidades existentes de mão-de-obra nos países de destino, de forma a tentar evitar (ou pelo menos minimizar) a emigração falhada¹³.

¹³ A preocupação com a emigração fracassada domina essencialmente a primeira metade do século XX, já que a necessidade de repatriação desses cidadãos pelo Estado Português onerava ainda mais as finanças públicas, as quais atravessam um período extremamente delicado até à estabilização promovida por Oliveira Salazar, durante o Estado Novo. Por exemplo, o Decreto n.º 5624, de 10 de Maio de 1919, base da legislação em matéria de emigração (do período da I República,

Do universo de cerca de 185 000 processos, e após a conclusão do levantamento dos livros de registos, iniciámos o levantamento, no Arquivo Distrital de Viseu, desta fonte documental, tendo até ao momento 18 218 processos de emissão de passaporte levantados. Todavia, apenas com o levantamento total desta documentação e do seu tratamento, poderemos apresentar os dados totais da emigração deste distrito em direcção ao Brasil e a sua caracterização completa.

NOTAS FINAIS

A emigração do distrito de Viseu apresenta, em termos gerais, os mesmos traços que são atribuídos à emigração portuguesa, especialmente em direcção ao Brasil. Ou seja, mesmo apresentando períodos de quebra quanto ao número de efectivos, ela mantém-se contínua e permanente, sendo o principal destino que absorve a quase totalidade desses efectivos. De facto, só na segunda metade do século XX, essencialmente a partir da década de 1960, este destino será substituído, passando a emigração do distrito a ganhar contornos europeus, onde a França passa a constituir o destino primordial.

Genericamente, a emigração viseense para o Brasil pauta-se por ser maioritariamente dominada por indivíduos do sexo masculino, essencialmente jovens, mas onde não podemos considerar como estado civil dominante desse universo o de solteiro, ao contrário da tese genericamente difusa que a emigração portuguesa se caracterizava por homens solteiros que, em muitos períodos, emigravam procurando fugir ao serviço militar. Existe ainda um considerável número de mulheres e de crianças que, ou como acompanhantes ou como titulares de passaportes, viajam na sua maioria ao encontro de familiares (geralmente, familiares directos).

Seria impraticável dizermos que detemos, neste momento, um conhecimento aprofundado da emigração viseense para o Brasil. De facto, o levantamento e tratamento dos livros de registos de passaportes constituem apenas uma fase inicial, mas não de somenos importância. Esta fonte é a base estatística por excelência da emigração legal do distrito de Viseu que, embora incompleta, nos permite traçar um panorama geral da saída de viseenses em direcção ao Brasil, situação relativizada ainda pela existência de lacunas temporais em momentos cronológicos cruciais e de grande saída de portugueses para o território brasileiro.

Conseguir colmatar estas lacunas, através dos processos individuais de registo de passaporte, constitui um trabalho complexo e moroso, que apenas iniciámos, não podendo ainda apresentar um estudo estatístico desta fonte documental.

bem como dos períodos subsequentes), definia que apenas que só era permitido o transporte de emigrantes às companhias ou empresas de navegação nacionais ou estrangeiras que se sujeitassem à repatriação gratuita, em condições de alimentação e acomodações iguais às dos outros passageiros de 3.ª classe, de 3% de emigrantes indigentes embarcados no trimestre anterior, e por metade do preço estabelecido para a viagem, de mais 10% dos embarcados durante igual período que não possuíssem meios de subsistência e de trabalho.

Finalmente, todo o nosso trabalho de levantamento de registos de passaporte, em ambas as fontes primordiais enunciadas, levanta-nos ainda a questão de conseguir responder a outras exigências de investigação. Primeiro, o registo de passaportes não nos garante que não estejamos a contabilizar diversas vezes alguns indivíduos, que desenvolviam uma emigração quase pendular, entre Portugal e o Brasil. Em segundo lugar, temos ainda que referir a dificuldade que, do lado da investigação portuguesa, existe para conseguir estabelecer os quantitativos dos efectivos da emigração clandestina, quer para o Brasil, quer para outros destinos europeus e mundiais. Em terceiro lugar, resta-nos ainda referir a necessidade de uma investigação aprofundada sobre a evolução socioeconómica do distrito de Viseu. Só com a reunião de todos estes estudos futuros poderemos ter a certeza dum conhecimento fidedigno dos movimentos migratórios do distrito de Viseu, quer para o Brasil, quer da emigração no geral.

FONTES

Arquivo Distrital de Viseu (ADV) – *Livros de Registo de passaportes* (1854-1973).
ADV – *Processos de emissão de passaporte*.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge, 2003 – “Atalhos batidos – a emigração nortenha para o Brasil”. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n.º 45.
- FERREIRA, José M. C.; SCHERER-WARREN, Ilse (org.), 2002 – *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização*. Oeiras: Celta Editora.
- KOTHE, Mercedes G., 1994 – “Os imigrantes na América: Isolamento e Integração Nacional”, in CERVO, Amado Luiz; DOPCKE, Wolfgang (org.) – *Relações Internacionais dos Países*. Brasília: Linha Gráfica Editora.
- MAGALHÃES, José Calvet de, 1999 – *Breve História das Relações Diplomáticas entre o Brasil e Portugal*. S. Paulo: Editora Paz e Terra.
- REGO, A. da Silva, 1966 – *Relações Luso-Brasileiras. 1822-1953*. Lisboa: Edições Panorama.
- SANTOS, Paula Marques, 2006a – “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil – as principais fontes documentais”, in Martins, Ismênia de Lima; Sousa, Fernando de (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois actos*. Rio de Janeiro: FAPERJ.
- SANTOS, Paula Marques, 2006b – “The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) – The relationship between the two national experiences of the Estado Novo”, in *E-journal of Portuguese History*. Vol. 4, number 2, Winter (http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph).
- SANTOS, Paula Marques; Ferreira, Jenifer, 2007 – “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas guerras mundiais (1918-1940)”, in SOUSA, Fernando de; Martins, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE. p. 319-335.
- SERPA, Élio, 2000 – “Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.º 39.
- SERRÃO, Joel, 1974 – *A emigração portuguesa*, 4.ª ed. Lisboa: Edições Horizonte.
- SOUSA, Fernando de (dir.), 2005 – *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.

ILUSTRES DE CÁ E LÁ. REGRESSADOS DO BRASIL NO PORTO DE OITOCENTOS

Manuel de Sampaio Pimentel Azevedo Graça

Ao longo do século XIX, milhares portugueses emigraram para o Brasil. Muitos, foram anónimos e por lá viveram e morreram anónimos. Outros, foram em busca das suas árvores das patacas, mas regressaram tão pobres como haviam ido, senão mais ainda. Apenas uns quantos conseguiram singrar, enriquecer, regressar e ostentar as suas boas fortunas. No Norte, recordam-se os nomes desses *brasileiros de torna-viagem*, que passaram a fazer parte dos imaginários de quase todas as localidades.

Entre os que passaram ao Brasil no século XIX, contam-se três famílias, cujos caminhos haviam de se inter cruzar ao longo de todo o século XIX: os Calazans Rodrigues, os Forbes e os Bessa. Os seus descendentes regressariam ao Porto, onde deixaram marca na Cidade, desde logo na opulenta Casa de São Lázaro, onde actualmente funciona da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto.

OS CALAZANS RODRIGUES

A história desta *gens* começa em Lisboa, com o casal Jerónimo Rodrigues, negociante da capital, e Joana Maria da Conceição Rodrigues¹. Destes, foi filho Manuel Jorge Rodrigues², que nasceu na freguesia de São Vicente de Fora, Lisboa, a 23 de Abril de 1777; sendo baptizado na igreja paroquial de São Vicente de Fora, Lisboa, a 2 de Maio de 1777.

Manuel Jorge Rodrigues seguiu a carreira das armas. Em 1807, era alferes do exército português. Entre 1808 e 1814, tomou parte nas Guerras Peninsulares, sendo condecorado com as medalhas Inglesa e Portuguesa pelo comando do 1.º Batalhão em Ortez e Tolosa e com medalha do Número das Campanhas das Guerras Peninsulares.

Passou, depois, ao Brasil, onde já estava em 1822, altura em que apoiou o partido brasileiro na Guerra da Independência. Em 1826, ascendeu ao posto de tenente-general do exército. Em 1835, venceu os Farrroupilhas na Batalha de Taquarí, no Rio Grande do Sul, recebendo a medalha da Pacificação do Sul.

¹ AZEVEDO FILHO, 1937: 72-73.

² AZEVEDO FILHO, 1937: 73-74. BUENO *et al.*, 1999: I, 596. ZÚQUETE, 1963: III, 72-73.

Devia ser grande a confiança dos estadistas brasileiros de 1830, que o nomearam governador de armas da província de Rio Grande do Sul e presidente das províncias do Pará e do Ceará (1835). Os seus bons serviços seriam recompensados a 25 de Março de 1845, com a concessão do título de 1.º barão de Taquary, com grandeza do Império, segundo o Alvará de Dom Pedro II, Imperador do Brasil. Do mesmo monarca foi grande do Império, gentil-homem da Imperial Câmara, do Conselho de Sua Majestade Imperial, comendador das Ordens da Rosa e de Avis, oficial da Ordem do Cruzeiro e cavaleiro da Ordem da Torre-e-Espada.

Morreu no Rio de Janeiro, Brasil, a 14 de Maio de 1845, sendo sepultado na igreja de São Francisco de Paula e em 1937 trasladado para o jazigo perpétuo n.º 109, do cemitério de São Francisco de Paula, Catumbí, Rio de Janeiro, Brasil.

O 1.º barão de Taquary casara ainda em Portugal, com Maria da Conceição Calazans, nascida em Castelo de Vide, a 14 de Outubro de 1786; que viria a morrer a 23 de Outubro de 1866. Deste casamento nasceram três filhos e três filhas:

- Jerónimo Herculano Calazans Rodrigues (Taquary)³, nasceu em Castelo de Vide, em 1801. Acompanhou os progenitores até ao Brasil, onde esteve ao serviço do pai como militar. Participou nas Campanhas da Banda Oriental (1822) e aderiu à Independência (1822). Morreu em combate, no Grão-Pará, em 1836. Solteiro.
- José António Calazans Rodrigues⁴, 2.º barão de Taquary, com a grandeza do Império. Nasceu ainda em Portugal, a 27 de Agosto de 1805. Como o irmão primogénito, acompanhou os pais até ao Brasil, onde também abraçou a carreira das armas. Reformou-se com o posto de capitão, depois de receber a medalha das Campanhas Cisalpinas. Pertenceu ao Conselho de Sua Majestade Imperial. Foi director-geral da Repartição das Finanças da Guerra e presidente da província do Ceará (1871). Recebeu as Comendas das Imperiais Ordens da Rosa e de São Bento de Avis. Casou a 28 de Maio de 1836, com Dona Clara Francisca (*Ouroana, Minas Gerais, 04.X.1816; † 13.VI.1895). Morreu no Brasil, onde a sua descendência se fixou.
- António Rosendo Calazans Rodrigues (Taquary)⁵, nasceu em Castelo de Vide, a 1 de Março de 1808. Como o irmão José António, foi membro do Conselho de Sua Majestade Imperial. Foi, também, chefe de secção da Directoria-Geral das Rendas Públicas do Ministério dos Negócios da Fazenda e Oficial da Imperial Ordem da Rosa. Morreu em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, a 31 de Março de 1880. Casou com Dona Rafaela Gabriela Carolina da Silva Pinto Bandeira, de quem deixou extensa descendência, também fixada no Brasil.

³ AZEVEDO FILHO, 1937: 72-73.

⁴ AZEVEDO FILHO, 1937: 73-74; BUENO *et al*, 1999: I, 596; ZÚQUETE, 1963: III, 72-73.

⁵ AZEVEDO FILHO, 1937: 72-73.

- Dona Rita de Cássia Calazans Rodrigues (Taquary)⁶, nasceu a 25 de Maio de 1815 e morreu a 22 de Setembro de 1870.
- Dona Maria do Carmo Calazans Rodrigues (Taquary)⁷, mulher de António Rodrigues Fernandes Forbes, de quem falaremos a seguir.
- Dona Josepha Leonissa Calazans Rodrigues (Taquary)⁸, sem mais notícias.

OS FORBES

Parece envolta nalgum mistério a origem dos chamados *Forbes do Porto*. A documentação radica-a na freguesia de Cepães, em Fafe; as tradições orais e patrimoniais, ainda resistentes entre os seus descendentes, elevam-na até à Escócia, à antiga *gens dos Forbes of Skellater*.

O primeiro Forbes em Portugal foi John Forbes *of Skellater*, filho de George Forbes, 5.º *Laird of* (Senhor de) Skellater (Condado de Aberdeenshire, Escócia), tenente-coronel dos exércitos *Jacobitas*⁹ e do Regimento Escocês ao serviço da França, e de sua mulher Christianna Joanna Gordon, *of Glenbucket*. Nasceu cerca de 1732, muito provavelmente em Skellater House, em Strathdon, Aberdeenshire, na Escócia. Estudou em Glengairn, onde granjeou fama de temperamental, pelo que recebeu o epíteto de *Ian Roy* ou *Red Jock o' Skellater* (João Vermelho de Skellater).

Com cerca de 15 anos de idade, ingressou no *Royal Écossais*, pertencente ao 103.º Regimento de Infantaria Francesa, com o qual militou na Guerra de Sucessão de Áustria. Esteve no cerco de Maestricht, com o posto de tenente¹⁰, muito provavelmente no Regimento comandado por *Lord Ogilvie* e composto por escoceses *jacobitas* exilados.

Depois de algumas alterações, embarcou para um exílio nas Caraíbas a 27 de Setembro de 1763. Contudo, escalando em Lisboa, acabou optando por desembarcar e aceitou o convite do Conde-Soberano *de e no Schaumburg-Lippe-Bückenburg* para ingressar no exército português.

Esteve presente na *Guerra Fantástica*, com o posto de capitão de granadeiros do Regimento de Lippe (1763). Foi promovido a sargento-mor do Regimento de Peniche (Decreto de 31.VII.1764 e Carta Patente de 27.VIII.1764), tristemente célebre pela indisciplina e pelos distúrbios entre as populações

⁶ AZEVEDO FILHO, 1937: 72-73.

⁷ AZEVEDO FILHO, 1937: 72-73.

⁸ AZEVEDO FILHO, 1937: 72-73.

⁹ Nas guerras civis que opuseram aquelas forças – apoiantes da Casa de Stuart – às forças Hanoverianas – apoiantes da Casa de Hanôver, eventualmente vencedora. George Forbes esteve com cerca de 400 homens de Strathdon, Glenlivet e redondezas, achou-se na Batalha de Culloden Moor (1745), onde o partido jacobita foi definitivamente derrotado. Então, procurou o exílio em França.

¹⁰ Segundo os autores portugueses, em 1748 *Skellater* ocupava aquele posto, mas no Exército Português. James Neil, documenta-se na notícia obituária que sobre Forbes publicou o *Gentleman's Magazine* (Setembro de 1808) e no *Dictionary of National Biography* (NEIL, 1902: 22).

locais, que Forbes reorganizou e disciplinou. Em recompensa, foi promovido a tenente-coronel (Decreto de 16.VI.1766) e a coronel de cavalaria do Regimento de Almeida (Decreto de 23.XII.1767). Transitou para o posto de coronel do Regimento de Cavalaria n.º 2 de Elvas (3 de Junho de 1773), cuja importância militar reforço com a construção do Forte da Graça. Ascendeu, depois, ao posto de brigadeiro, sem prejuízo de antiguidade e conservando o mesmo posto no Regimento de Dragões de Bragança (Decreto de 1.VI.1775). A 8 de Março de 1778, foi nomeado governador das armas da província da Beira. Por Decreto Real de 8.V.1789 e Carta Patente de 20.V.1789, foi elevado a marechal-de-campo, mantendo o comando do Regimento de Bragança e com o posto de coronel. Foi, finalmente, ajudante-general do exército.

Recebeu, a 22 de Junho de 1790, a Carta de Profissão do Hábito de São Bento de Avis¹¹ e, a 12 de Dezembro seguinte, a respectiva Carta de Padrão, com a tença de 112 000 réis, a título do referido hábito¹², dando-se início ao seu Processo de Habilitação para cavaleiro professo daquela Ordem, o qual ficou concluído a 27 de Agosto de 1793¹³. A 20 seguinte, recebeu a Comenda do Forno de Palhães, com a autorização de poder usar, desde logo, o hábito e a insígnia de comendador¹⁴.

A 18 de Novembro de 1793, substituiu o tenente-general Marquês de Minas no comando e posto de tenente-general das forças expedicionárias que embarcariam rumo ao Rossilhão. Zarpam dois dias depois, desembarcando em Las Rosas a 9 de Novembro seguinte. A campanha durou até 1795, tendo as forças portuguesas demonstrado bravura, o que lhes mereceu distinções dos governos português e espanhol. Pessoalmente, Forbes recebeu a Comenda de São Julião de Punhete na Ordem de Cristo (Alvará de Mercê de 28.II.1796; Alvará de Sobrevivência de 28.IV.1796¹⁵; Carta de 17.VI.1796¹⁶) e 100 000 réis de pensão no cofre das Comendas vagas, para serem distribuídas repartidamente por suas filhas¹⁷. E, do Rei de Espanha, a Grã-Cruz Carlos III de Espanha e a inclusão nos quadros do exército, com o posto de tenente-general.

Durante a Guerra das Laranjas (1801), ficou com o comando da zona entre o Guadiana e o Tejo. Nesse mesmo ano, foi criado o Conselho Militar (1.XII.1801), onde tomou assento como tenente-general e inspector-geral de infantaria. Ali, apresentou umas *Memórias*, documento que haveria de nortear

¹¹ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) – *Registo Geral das Mercês, Mercês de Dona Maria I*, L.º 25, fl. 335 v.

¹² ANTT – *Registo Geral das Mercês, Mercês de Dona Maria I*, L.º 25, fl. 353.

¹³ ANTT – *Habilitações para a Ordem de Avis*, Letra J, M 2, n.º 35.

¹⁴ SANCHES DE BAËNA, visconde de – “Traços Biographico-Genealogicos de João Forbes Skelater. Notavel Marechal do Exercito Portuguez”, *Memórias de Tolentino*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1886, p. 96.

¹⁵ ANTT – *Registo Geral de Mercês, Mercês de Dona Maria I*, L.º 18, fl. 92 v.

¹⁶ ANTT – *Registo Geral de Mercês, Mercês de Dona Maria I*, L.º 28, fl. 133 v.

¹⁷ Alvará de Mercê de 3 de Julho de 1796 (ANTT – *Registo Geral das Mercês – Mercês de Dona Maria I*, L.º 18, fl. 243 v.).

a reforma da estrutura do exército português proposta por Gomes Freire de Andrade¹⁸. Em Março de 1802, foram apresentadas as conclusões ao Ministro, que, não obstante, suspendeu o Conselho.

Em 1807, fez parte da comitiva régia que embarcou rumo ao Rio de Janeiro, ali chegando a 21 de Janeiro de 1808. Pouco após o desembarque, o Príncipe Regente nomeou-o governador das armas da Corte e Capitania do Rio de Janeiro¹⁹.

Morreu no Rio de Janeiro, Brasil, a 8 de Abril de 1808, sendo sepultado a 10 seguinte, no convento de Santo António do Rio de Janeiro, onde jaz numa sepultura armoreada.

Casou com Dona Anna Joaquina de Almeida e Portugal²⁰, nascida em 1743 e falecida nas suas casas da Rua do Salitre, freguesia de São Mamede, Lisboa²¹. Deste casamento nasceram três filhas, com ilustre e vasta descendência, espalhada por toda a Europa. Fora do casamento, deixou um filho natural, que passou pelo Brasil, finalmente instalando-se no Porto, onde deixou vastíssima descendência²².

António Ribeiro Fernandes Forbes, nasceu no lugar de Cancela, freguesia de Cepães, Fafe, a 24 de Novembro de 1791²³. O seu assento de nascimento regista-o como filho de Manoel Fernandes e de sua mulher Josefa Maria de Oliveira, moradores no lugar do Castelo, na freguesia de São Mamede de Cepães, em Fafe.

¹⁸ ANDRADE, Gomes Freire, 1803 – *Ensaio sôbre o Método de Organizar o em Portugal o Exército, relativo à população, agricultura, e defeza do Paiz*. Lisboa.

¹⁹ Também aqui diferem os autores: segundo o Visconde de Sanches de Baêna, a sua nomeação data de 23.I (SANCHES DE BAÊNA, Visconde de – “Traços Biographico-Genealogicos ... p. 98); já para Ferreira Lima, foi a 10.III (LIMA, Henrique de Campos Ferreira – “Um Marechal Escocês”, *The Anglo-Portuguese News*, n.º 232, 27 de Janeiro de 1944); finalmente, Satúrio Pires aponta para 2.IV (PIRES, Satúrio – “Quadros históricos. Um escocês ao serviço de Portugal. O tenente-general João Forbes-Skellater III (e último) – A organização do exército de 19 de Maio de 1807”. *O Comércio do Porto*, 16 de Junho de 1940).

²⁰ Filha de Dom Deniz de Almeida e Portugal, capitão de cavalos na Guerra de Sucessão de Espanha e marechal-de-campo-general e gentil-homem de câmara do imperador Carlos VI de Áustria, e de sua mulher Dona Theodora (ou Joana) Thereza d’Antas da Cunha e Vilhena, senhora da casa de seus pais e do Palácio e Quinta da Rua de Santo António de Lisboa

²¹ ANTT – *L.º 3 de Casamentos de São Mamede*, fl. 57 v.-58.

²² Sobre a sua descendência cf. GRAÇA, 2002.

²³ “Antonio Joze filho legitimo de Manoel Fernandes e de sua mulher Josefa Maria de Oliveira do Lugar do Castello desta freguesia de Sam Mamede De Sam Mamede de Cepaens da vizitação de Monte Longo neto paterno de Domingos Fernandes natural desta freguezia e de Custodia Luiza natural da freguezia de Sam Romam de Mezam frio, e materna de Francisco Ribeiro de Carvalhais natural da freguezia de Fareja e de Marta Francisca natural da freguezia de Athains. Nasceo aos vinte e coatro do mes de Novembro do anno de mil sete centos e noventa e hum e foi baptizado solemnemente aos vinte e sete do mesmo mes e anno, por mim o Padre Francisco Joze Duarte Vigario desta freguezia e foram padrinhos Francisco Ribeiro Carvalhais e sua mulher Marta Francisca Ribeira avos do baptizado da freguezia de Fareja e foram testemunhas Domingos solteiro e Antonio solteiro e por verdade fis este termo hera, dia, mes e anno ut supra” (Arquivo Distrital de Braga – Fundo Paroquial, *L.º 2 de Baptismos de Cepães, 1757-1818*, fls. 125-125 v.).

A infância e grande parte da adolescência terão sido passadas em Cepães. Dali partiu para o Brasil, talvez chamado pelo *pai* General, como regista a tradição. Dos seus primeiros tempos em Terras de Vera Cruz pouco se sabe. É possível que tenha sido acolhido no Engenho de Alagoa, junto ao Rio de Janeiro, que pertencia à família de João de Freitas Mello e Castro Pereira de Sampayo, marido de Dona Catharina Luiza Coelho da Motta Prego (putativa mãe de António Ribeiro Fernandes Forbes), e padrinho de baptismo de Custodia Luiza, irmã de António Forbes.

Ainda antes de 1820, foi tornado cavaleiro-noviço da Ordem de Cristo, sendo admitido como frade-professo a 6 de Setembro de 1820; jurado aos santos evangelhos em Mariana, a 6 de Maio de 1821²⁴; e elevado a comendador, no Rio de Janeiro, a 6 de Setembro de 1820²⁵.

Por esses anos, crescia o seu prestígio, que o catapultou a cargos da governança de Ouro Preto, em Minas Gerais. Durante períodos intercalados, ocupou a vereação daquele município: em 1822 e 1824 (2.º vereador) e em 1828 (3.º vereador) – numa primeira fase. A 1 de Outubro de 1828, foi aprovado o novo *Regimento das Câmaras Municipais do Império do Brasil*, que – entre outras novidades – prolongava os mandatos por períodos de três anos. De novo, Forbes voltou a ocupar cargos de vereação, nos mandatos de 1829-1832 (2.º da lista), 1833-1836 (7.º da lista) e 1837-1840 (1.º da lista)²⁶.

Pelos mesmos livros de vereação *ouropretenses*, podemos ver que Forbes ocupou diversos cargos militares, muito provavelmente das ordenanças locais. Assim, em 1822 e 1824, aparece nomeado como tenente; já em 1828 e 1829, surge como sargento-mor. A partir da vereação de 1830-1833, deixa de ter qualquer qualificativo militar ou miliciano²⁷.

Casou no Rio de Janeiro, em data anterior a 1836, com uma jovem 25 anos mais nova do que ele. Chamava-se Dona Maria do Carmo Calazans Rodrigues (Taquary)²⁸ e era aia da imperatriz Dona Teresa (mulher do Imperador Dom Pedro II). Este casamento certamente trouxe acrescidos haveres e prestígio.

É provável que a família se tenha mudado para o Rio de Janeiro em 1851, instalando-se numa casa da Rua de Matacavallos, 284, na freguesia da Candelária²⁹. Segundo o *Almanak Administrativo [...] do Rio de Janeiro, para o ano de 1853*, a sua morada comercial ficava na Rua Direita, 21³⁰, estando inscrito

²⁴ Documento na posse do Senhor Eng. Alexandre Corte-Real.

²⁵ O Alvará original pertence ao Arquivo Particular de Fernando de Noronha e Matos, tendo inscrito o registo L.º 60, fl. 142. Não o pudemos encontrar nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.

²⁶ <http://www.ouropreto-ourtownorld.jor.br/cmop%2020.htm>. 23-VI-2008.

²⁷ <http://www.ouropreto-ourtownorld.jor.br/cmop%2020.htm>. 23-VI-2008.

²⁸ AZEVEDO FILHO, 1937: 75.

²⁹ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1853, organizado e redigido por Eduardo Laemmert, Consel. de Sua Alteza o Príncipe Regente do Grao-Ducado de Baden, Cavalleiro da Imperial Ordem da Rosa e da Real Ordem Portuguesa de Nosso Senhor Jesus Christo, Membro Correspondente do Instituto Historico e Geographico do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1853, p. 391.

³⁰ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial ...* p. 391.

como comerciante de grosso trato e capitalista desde 30 de Janeiro de 1851, com a matrícula n.º 95.

Nesse mesmo ano de 1853, Forbes investiu no Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro³¹, de que foi um dos maiores accionistas. Esta instituição recebeu autorização governamental para começar a funcionar a 30 de Maio de 1853; mas apenas abriu a 1 de Maio de 1854. Organizava-se como uma sociedade anónima. A administração desta instituição era composta por cinco directores efectivos e outros tantos suplentes. Podiam votar e ser eleitos para alguns dos cargos do Banco, todos os accionistas com cinco ou mais acções; contudo, apenas podiam ser eleitos directores os que tivessem um mínimo de 40 acções. Ou seja, apenas os maiores accionistas, entre os quais se destacavam: os barões de São Gonçalo (Belarmino Ricardo de Siqueira) e do Pilar (José Pedro da Mota Saião), João Baptista Fonseca e António Ribeiro Fernandes Forbes³².

Num Brasil em guerras constantes com os seus vizinhos, pela delimitação de fronteiras, e com sucessivas alterações internas, o clima de desconfiança e de insegurança adensou-se. A vida tornou-se difícil e muitos emigrantes decidiram fazer as malas e regressar à Pátria de origem. Forbes foi um deles: a 8 de Agosto de 1857, acompanhado da mulher e dos três filhos menores, entrou na barra do Tejo, a bordo do paquete inglês *Avon*³³. Das duas filhas mais velhas, Dona Maria José ficou para trás, com seu primeiro marido Francisco Chaves;

³¹ GUIMARÃES: 4-9.

³² A primeira directoria do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro era constituída pelos directores efectivos: Belarmino Ricardo de Siqueira (barão de São Gonçalo), fazendeiro e capitalista, deputado provincial da província do Rio de Janeiro; José Pedro da Mota Saião (barão do Pilar), com morada comercial no Campo da Aclamação, 18 (Rio de Janeiro, Brasil); negociante com casa domiciliada no Brasil; matriculado com o n.º 430, de 15 de Novembro de 1851, referente a comércio de descontos; João Baptista Fonseca, natural de Minas Gerais e com morada comercial na Rua Direita, 91; negociante nacional, com a matrícula n.º 150, de 13 de Fevereiro de 1851, referente a comércio de comissões; António Ribeiro Fernandes Forbes, natural de Portugal e com morada comercial na Rua Direita, 21; com casa domiciliada no Brasil; matriculado com o n.º 95, de 30 de Janeiro de 1851, referente a comércio de grosso trato e capitalista. E pelos suplentes: Francisco Casemiro da Crua Teixeira, natural de Portugal e com morada comercial na Rua da Candelária, 36; negociante com casa domiciliada fora do Brasil, de importação e exportação; matriculado com o n.º 742, 6 de Novembro de 1854, referente ao comércio de comissão de géneros nacionais; João Pires da Silva, negociante com casa domiciliada no Brasil; Manoel de Araujo Coutinho Vianna, com morada comercial na Rua Direita, 58; director da Companhia de Seguro contra fogo e raio; José Henrique de Araujo; Antonio Joaquim Dias Braga, natural de Portugal e com morada comercial na Rua de São Pedro, 2; negociante com casa domiciliada fora do Brasil, de importação e exportação; matriculado com o n.º 635, de 15 de Dezembro de 1853, referente ao comércio de comissão de café; Antonio Jose Monteiro Amarante, natural de Portugal, com a morada comercial na Rua de São Pedro, 30; negociante com casa domiciliada no Brasil; matriculado com o n.º 65, 23 de Janeiro de 1851, referente ao comércio de grosso trato de fazendas secas (Arquivo Nacional (Brasil) – *Registro de Cartas de Matrículas dos Comerciantes, Corretores, Agentes de Leilões, trapicheiros e Administradores de Armazéns de Depósitos do Tribunal do Comércio da Capital do Império*, L.º I, IC3 57, Tomo I, 1851/ 1855; e *Almanaque Laemmert Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Un. Laemmert, 1851-1854, cit. in GUIMARÃES: 9).

³³ *O COMMERCIO do Porto*, Ano IV, n.º 178, 10 de Agosto de 1857, p. 2.

e Dona Josepha Carolina já tinha vindo para Portugal com o marido, José Maria de Souza Magalhães, que vinha servindo de agente do sogro.

António Ribeiro Fernandes Forbes morreu na sua casa da Rua do Heroísmo, 193, freguesia do Bonfim, Porto, vítima de um ataque de apoplexia, enquanto jantava, pelas sete horas da tarde do dia 3 de Maio de 1862³⁴. Foi enterrado no cemitério da Real Irmandade de Nossa Senhora da Lapa e dali trasladado para o jazigo da família Forbes, entretanto fundado por sua viúva, no cemitério do Prado do Repouso. Poucos dias após a sua morte, os jornais especulavam sobre a fortuna deixada, que avaliavam em 1000 contos de réis fortes. O seu testamento fora lavrado a 1 de Abril de 1857, ainda no Rio de Janeiro e pouco antes do regresso a Portugal³⁵. Por aquele documento, deixava o grosso da sua fortuna à família, sem se esquecer de legar algumas obras pias:

- a instituições: à Irmandade do Santíssimo da freguesia de Cepães, Fafe, duas apólices de 1000\$000 réis cada uma, da Dívida Pública do Brasil; à Irmandade da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, do Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, outras duas apólices do mesmo valor; ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, quatro apólices do mesmo valor; ao novo Hospital de Fafe, outras quatro apólices, também do mesmo valor; à Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, ainda o mesmo;
- a particulares: a cinco das famílias mais pobres de Cepães, 200\$000 réis a cada; a três parentes até terceiro grau e os mais necessitados, 1.500\$000 réis a cada; a cinco famílias pobres e honestas de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1500\$000 réis a cada;
- à família e amigos: a sua sobrinha Maria Josefa Fernandes, 1000\$000 réis; a Maria Augusta, de Ouro Preto, dez apólices de 1000\$000 réis cada; a Luiza Candida do Sacramento e a Maria das Dores, também de Ouro Preto, outras dez apólices de 1000\$000 réis cada; ao Padre António Augusto França, de Ouro Preto, 4000\$000 réis; a Augusto, de Ouro Preto, 6000\$000 réis; à afilhada Rita, filha de Antonio Rezende, 500\$000 réis; a onze sobrinhos de sua mulher, 100\$000 réis a cada um;
- a quem o serviu: deixou três escravos forros, de nome José, Braz e Martins, com mais 100\$000 réis a cada um.

Como testamenteiros em Portugal, nomeou o genro José Maria de Souza Magalhães (que à hora da abertura do testamento já tinha morrido) e o amigo Fernando Cazimiro da Cruz Teixeira, natural de Braga. E como testamenteiros no Brasil, nomeou o cunhado José António de Calazans Rodrigues, 2.º barão de Taquary (para o Rio de Janeiro) e Caetano da Silva Morais (para Ouro Preto)³⁶.

³⁴ Arquivo Distrital do Porto (ADP) – Fundo Paroquial, *L.º 4 de Óbitos do Bonfim*, fl. 11 v.

³⁵ *O JORNAL do Porto*, Ano 4, n.º 105, 7 de Maio de 1862, p. 3.

³⁶ Arquivo Particular de Fernando de Noronha e Matos – *Cópia do Testamento de António Ribeiro Fernandes Forbes*. Cf. *O Braz Tizana*, Ano XI, n.º 105, 6 de Maio de 1863, p. 4; n.º 106, 7 de Maio de 1862, p. 4; n.º 108, 9 de Maio de 1862, p. 3-4.

António Ribeiro Fernandes Forbes casara no Rio de Janeiro, Brasil, com Dona Maria do Carmo Calazans Rodrigues (Taquary)³⁷, que a sociedade portuense apelidaria de *a Viúva Forbes*. Nascida no Rio de Janeiro, Brasil, a 20 de Outubro de 1816, era filha dos já mencionados 1.^{os} barões de Taquary e tinha o cargo palatino de aia da imperatriz do Brasil, Dona Teresa (mulher de Dom Pedro II).

Depois de viúva, Dona Maria do Carmo deu seguimento a projectos encetados por seu marido. Em 1863, continuou com a construção da opulenta Casa da Rua de São Lázaro³⁸ (actual Avenida de Rodrigues de Freitas). Para Pinho Leal, era “talvez o mais bello exemplar do Porto”, tendo sido concluído em 1873 e custando “muitas dezenas de contos de réis”³⁹.

Juntamente com a Casa de São Lázaro, a Viúva Forbes também promoveu a memória da Família⁴⁰ com a construção de um jazigo no Cemitério do Prado do Repouso⁴¹, cujo risco do projecto foi entregue ao italiano Emídio Amatuçi. Adquirido o terreno a 12 de Setembro de 1868, as obras arrastaram-se até 1871, ano em que foram trasladadas, do Cemitério Paroquial de Santo Ildefonso, as ossadas de duas netas (Rita e Amélia), que haviam morrido na primeira infância. No ano seguinte (1872), foi a vez de António Forbes se lhes juntar, vindo do Cemitério da Ordem da Lapa.

Em 1875, a Casa foi vendida por “70 contos de réis”⁴², a José Teixeira da Silva Braga, também ele um *brasileiro*. Dona Maria do Carmo mudou-se para a Rua da Bandeirinha e, dali, para a Esplanada do Castelo. Aqui veio a morrer, pela uma e meia da manhã do dia 30 de Julho de 1901. Foi enterrada no jazigo por si fundado, no cemitério do Prado do Repouso, Porto. Não deixou testamento, pelo que todos os seus bens acabaram sendo inventariados e avaliados num valor total de 156 703\$604 réis, repartido por: bens de raiz no Porto (casa da Feira de São Bento, n.^{os} 16-18 – actual Praça de Almeida Garrett – e casas na Travessa da Póvoa de Cima) – 12 846\$000 réis; papéis de crédito (maioritariamente da dívida pública do Brasil) – 35 631\$500 réis; jóias (jóias, condecorações, moedas antigas, etc.) – 6409\$938 réis; mobiliário – 373\$400 réis; dívida activa em Fafe – 2400\$000 réis; dote de Dona Josepha Carolina –

³⁷ AZEVEDO FILHO, 1937: 75.

³⁸ Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Livros de Plantas de Casas*, n.^o XXVI, fl. 205; n.^o XXIX, fls. 130-132; n.^o XXX, fls. 60-61; n.^o XXXIV, fls. 326-328; n.^o XXXVI, fls. 303-304; n.^o XXXVII, 288-290. Segundo Pinho Leal “A quinta, que é grande, confronta a O., com a rua de S. Victor, e pelo S., com a praça da Alegria (antiga feira dos porcos)./N’esta quinta se estabeleceu, pelos annos de 1840, uma especie de pavilhão-Mobile, com uma montanha russa, e varios jogos. Denominava-se isto – o Tivoli portuense” (LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, 1876 – *Portugal Antigo e Moderno*. ... Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia. vol. VII: 500-501).

³⁹ LEAL: 1876: VII: 500-501.

⁴⁰ CATROGA, Fernando, 2000: 167-179.

⁴¹ Jazigo-capela do cemitério do Prado do Repouso, zona de administração municipal, 34.^a secção, jazigo n.^o 172. Para uma descrição cf. SOUSA, 1994: tomo V, vol. II.

⁴² LEAL, 18976: VII: 501.

2387\$380 réis; bens de raiz no Brasil (sobrados no Rio de Janeiro) – 60 555\$386 réis; dívida activa no Brasil – 36 100\$000 réis⁴³.

Do casamento de António Ribeiro Fernandes Forbes e Dona Maria do Carmo Calazans Rodrigues (Taquary) nasceram cinco filhos:

- Dona Maria José Rodrigues Forbes⁴⁴, que nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, a 18 de Fevereiro de 1836. Casada em primeiras núpcias com Francisco da Silva Chaves, acabou ficando no Brasil enquanto os pais se instalavam no Porto. Com a morte do marido, ocorrida na freguesia de São João Baptista de Niterói, Brasil, antes de 18 de Fevereiro de 1860⁴⁵, mudou-se para o Porto. Aqui, passou a segundas núpcias, com Joaquim de Bessa Pinto – de quem falaremos abaixo –, em cerimónia ocorrida na igreja paroquial do Senhor do Bonfim, freguesia do Bonfim, Porto, a 7 de Março de 1863⁴⁶. Não obstante, continuou desenvolvendo actividades de beneficência, como protectora das aulas da Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade⁴⁷. Morreu na Rua do Dr. José Ventura (Matosinhos), a 29 de Dezembro de 1928, sendo enterrada no jazigo da Família Forbes de Bessa, no cemitério de Matosinhos. Do segundo casamento, deixou extensa extensa descendência, no Porto⁴⁸.
- Dona Anna Josepha Carolina Rodrigues Forbes⁴⁹, nascida na freguesia da Candelária, Rio de Janeiro, Brasil, a 23 de Abril de 1837. Veio para Portugal antes da restante família, dotada com 10 apólices da dívida pública do Brasil, de um conto cada uma⁵⁰, e na companhia do marido. No Porto, foi protectora das escolas da Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade⁵¹ e enfermeira-mor da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade⁵². Morreu no Porto, a 2 de Outubro de 1932, sendo enterrada no jazigo da Família Forbes, no cemitério do Prado do Repouso, Porto. Ainda casou no Rio de Janeiro, por volta de 1852, tendo apenas 14 anos de idade, com José Maria de Souza Magalhães, que nascera na freguesia de Ruivães, Vieira do Minho, a 17 de Maio de 1813; e viria a morrer na

⁴³ ADP – Fundo Judicial, Comarca do Porto, *Inventário Orfanológico de D. Maria do Carmo Rodrigues Forbes*, Mç. 0062/00148.

⁴⁴ GRAÇA, 2002.

⁴⁵ Arquivo Particular de Fernando de Noronha e Matos – *Livro de Dona Maria José Forbes Chaves*.

⁴⁶ ADP – Fundo Paroquial, *L.º 5 de Casamentos do Bonfim*, fls. 13-13 v.

⁴⁷ *Almanak do Porto e seu Districto para o Anno de 1867-1868*. Porto: Imprensa Popular, 1866, p. 296.

⁴⁸ GRAÇA, 2002.

⁴⁹ GRAÇA, 2002.

⁵⁰ ADP – Fundo Judicial, Comarca do Porto, *Inventário Orfanológico de Dona Maria do Carmo Rodrigues Forbes*, Mç. 0062/00148.

⁵¹ *Almanak do Porto e seu Districto para o Anno 1896*. Porto: J. J. Vieira da Silva, 1895, p. 292.

⁵² *Almanak do Porto e seu Districto para o Anno 1896*...p. 296.

Rua do Bonjardim, 515, freguesia de Santo Ildefonso, Porto, a 24 de Outubro de 1861, pelas duas horas da manhã⁵³, sendo enterrado no cemitério da paróquia de Santo Ildefonso e posteriormente trasladado para o jazigo da Família Forbes, no cemitério do Prado do Repouso, Porto. Deixou extensa descendência, no Porto⁵⁴.

- António Ribeiro Fernandes Forbes⁵⁵, doutor em Direito pela Universidade de Coimbra⁵⁶ e, como o pai, proprietário⁵⁷ e capitalista⁵⁸. Foi membro da direcção da Sociedade do Palácio de Cristal⁵⁹, director extraordinário da Assembleia Portuense⁶⁰ e definidor da Ordem de Nossa Senhora do Terço e Caridade⁶¹. Recebeu as comendas das Ordens de Cristo⁶² e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa⁶³ e o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real⁶⁴. Morreu, deixando testamento, a 9 de Dezembro de 1919, sendo enterrado no jazigo da Família Forbes, no cemitério do Prado do Repouso, Porto. Terá sido um “espírito brilhante”⁶⁵. Não casou, nem deixou descendência⁶⁶.
- Manuel Jorge Rodrigues Forbes⁶⁷, também capitalista e proprietário, foi vice-cônsul do Brasil no Porto⁶⁸ e membro da direcção da Sociedade do

⁵³ ADP – Fundo Paroquial, *L.º de Óbitos de Santo Ildefonso, 1861*, fl. 56 v.

⁵⁴ GRAÇA, 2002.

⁵⁵ GRAÇA, 2002.

⁵⁶ FORBES, António Ribeiro Fernandes – *Dissertação Inaugural para as conclusões Magnas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865.

⁵⁷ No seu testamento menciona a casa do Largo da Biblioteca, n.º 17 (freguesia dos Mártires, Lisboa); a casa da Rua de D. Pedro (rua à época chamada de Elias Garcia e hoje desaparecida), n.º 38 (Santo Ildefonso, Porto), ocupada pela Agência do Banco de Lisboa e Açores; e a Quinta do Forbes (Praia da Granja, São Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia) (ANTT – *Livro para o Registo de Testamentos na administração do 2.º Bairro de Lisboa*, L.º 306, fl. 18 v.-25).

⁵⁸ No testamento, menciona as acções do Banco de Lisboa e Açores, 55 apólices Gerais do Brasil (depositadas no Crédit Franco-Portugais) e 1350 réis (ANTT – *Livro para o Registo de Testamentos na administração do 2.º Bairro de Lisboa*, L.º 306, fl. 18 v.-25).

⁵⁹ Direcção eleita a 7 de Junho de 1869, mantendo-se em actividade até 19 de Novembro de 1869 (*O PALÁCIO de Crystal Portuense. 1865-1890. Breve Esboço Historico do Palacio de Crystal Portuense desde a sua fundação até á celebração do seu vigésimo-quinto anniversario*. Porto: Typographia Central, 1890, p. 43).

⁶⁰ *Almanak do Porto e seu Districto para o Anno de 1869*. Porto: Imprensa Popular de J. L. de Sousa, 1868, p. 304.

⁶¹ *Almanak do Porto e seu Districto para o Anno de 1868-69*. Porto: Imprensa Popular, 1867, p. 64.

⁶² *Almanak do Porto e seu Districto para o Anno 1896*. ... p. 436.

⁶³ AHMP – *Relação dos Titulares, Commendadores e Cavalleiros das Ordens Militares, residentes na Cidade do Porto feita por Henrique Duarte e Souza Reys, Official maior da Ex.ª Câmara* (1949) (n.º Reg. 5602, fl. 49). *Almanak do Porto e seu Districto para o Anno 1896*... p. 439.

⁶⁴ *Almanak do Porto e seu Districto para o Anno 1896*... p. 434.

⁶⁵ CASTRO, 1973: 96.

⁶⁶ GRAÇA, 2002.

⁶⁷ GRAÇA, 2002.

⁶⁸ *Almanak do Porto e seu Districto para o Anno 1896*. ...p. 502. *Almanach Palhares. Burocratico e Commercial*. 1901. [Lisboa]: [s. n.], [1900], p. 947.

Palácio de Cristal⁶⁹. Nasceu na freguesia da Candelária, Rio de Janeiro, Brasil, em 1857. Em 1901, por altura da morte de sua mãe, vivia na Rua do Passeio Alegre, n.º 134. Morreu na freguesia da Foz do Douro, Porto, em 19..., sem nunca abdicar da sua nacionalidade brasileira. Casou na igreja paroquial de São Martinho de Lordelo, freguesia de Lordelo do Ouro, Porto, a 18 de Dezembro de 1869⁷⁰, com Dona Maria Emília Pinto Bessa, nascida na freguesia da Candelária, Rio de Janeiro, Brasil, em 1862 e filha de Francisco Pinto Bessa, a quem nos referiremos abaixo. Deixou descendência, já extinta⁷¹.

- Dona Eugénia Augusta Rodrigues Forbes, nascida na freguesia da Candelária, Rio de Janeiro, Brasil, a 29 de Setembro de 1842; veio a morrer no Porto, a 13 de Março de 1926, sendo enterrada no jazigo da Família Forbes, no cemitério do Prado do Repouso, Porto. Casou na igreja paroquial do Senhor do Bonfim, freguesia do Bonfim, Porto, a 24 de Dezembro de 1860⁷², com José Júlio da Costa, comerciante e banqueiro⁷³ da cidade do Porto, protector das aulas da Irmandade de Nossa Senhora do Terço⁷⁴, comendador da Ordem de Cristo⁷⁵. O marido nascera na freguesia de Merelim, Braga; e morreu a 7 de Setembro de 1907, sendo enterado no jazigo da Família Forbes, no cemitério do Prado do Repouso, Porto. Deixou extensa descendência, no Porto⁷⁶.

OS MANOS BESSA

Muito provavelmente seguindo o exemplo dos manos José e Manuel da Silva Passos – Passos José e Passos Manuel – os dois manos Bessa também se distinguiram pela organização dos seus apelidos: Francisco Pinto Bessa e Joaquim de Bessa Pinto.

Eram filhos de José Pinto de Sousa e Almeida, capitão da marinha mercante em Lordelo do Ouro (* Cedofeita, Porto, 28.II.1791; † Porto, 12.X.1868), e de sua mulher Dona Maria Emília de Bessa Leite (* Cedofeita, Porto, 03.IV.1797; casou em Cedofeita, Porto, 10.I.1816; † 23.X.1876). Eram netos paternos do Dr. Manuel José d'Almeida (* Arouca) e de sua mulher Dona Ana Joaquina de Sousa Pinto, proprietários no Couto de São João Baptista da Foz do Douro⁷⁷; e netos

⁶⁹ Direcção eleita a 9 de Março de 1882, mantendo-se em actividade até 29 de Novembro de 1889 (*O PALACIO de Crystal Portuense...* p. 44).

⁷⁰ ADP – Fundo Paroquial, *L.º de Casamentos de Lordelo do Ouro-1868-1870*, Assento n.º 29.

⁷¹ GRAÇA, 2002.

⁷² ADP – Fundo Paroquial, *L.º 2 de Casamentos do Bonfim*, fl. 47 v.

⁷³ *Almanach Palhares. Burocratico e Commercial. 1901 ...* p. 945.

⁷⁴ *Almanak do Porto e seu Districto para o Anno de 1867-1868...* p. 295.

⁷⁵ *Almanak do Porto e seu Districto para o Anno 1896...* p. 436.

⁷⁶ GRAÇA, 2002.

⁷⁷ Na actual freguesia da Foz do Douro, Porto.

maternos de Francisco Ferreira Bessa (* Lordelo do Ouro, Porto, 22.III.1771; † 28.VIII.1838), senhor da Quinta da Esperança (Lordelo do Ouro, Porto)⁷⁸, e de sua primeira⁷⁹ mulher Dona Maria Joaquina de Santa Rita (* Lordelo do Ouro, Porto, 1753; † 1822).

A família Bessa estava instalada na freguesia de Lordelo do Ouro desde o século XVII, vivendo com algum destaque. Contudo, a ilustração vinha pela família materna de Francisco Ferreira Bessa. O pai, José Ferreira Bessa (* Lordelo do Ouro, Porto, 14.X.1741; † 18.XI.1800), casou⁸⁰ com Maria Violante Leite de Moraes (* Lordelo do Ouro, Porto), filha de Francisco Leite de Moraes (* Rua dos Carros; baptizada na Sé, Porto, 23.IV.1711), cavaleiro da Ordem de Cristo (Alvará de 04.IX.1748), familiar do Santo Ofício (Carta de 21.VIII.1737), escrivão da Ribeira do Douro, e de sua mulher Filipa Rosa de Jesus (baptizada em São Tomé, Lisboa, 22.IX.1726); e neta paterna⁸¹ de Leão Leite de Moraes (* São Paio de Fão, Esposende), ourives no Porto, e de sua mulher Maria Caetana da Silva (* São Vítor, Braga; casou em São Vítor, Braga, 29.X.1704).

O primeiro dos manos Bessa a chegar ao Brasil foi Francisco Pinto Bessa. Nascera na freguesia de Lordelo do Ouro, Porto, a 16 de Fevereiro de 1821. Desconhecem-se os motivos porque passou a Terras de Vera Cruz, apenas que o terá feito a partir do Porto, possivelmente ainda em 1831. Já em Janeiro de 1832, aportou ao Rio de Janeiro, a bordo do brigue *Conjunção*, que registou a sua entrada a 23 de Dezembro de 1832⁸².

Tinha, então, 13 anos de idade e chegara para exercer a ocupação de caixeiro, numa loja da Rua da Quitanda, 220. Segundo os registos oficiais, era de estatura mediana, cor clara, rosto comprido, olhos pardos, nariz e boca regular, cabelos castanhos; sem indicações quanto ao uso de barba ou bigode e quanto à compleição e a sinais particulares⁸³.

Alguns anos mais tarde, regressou ao Porto, donde voltou ao Brasil, agora a bordo da barca *Tentador*, comandada por Vicente I. Ferreira de Carvalho e registada a 16 de Abril de 1841. Comprovava-se, assim, a mobilidade destes comerciantes⁸⁴.

⁷⁸ A Quinta da Esperança estendia-se por uma grande parte da freguesia de Lordelo do Ouro, sendo também conhecida como *Quinta do Bessa*; como memória dos seus antigos proprietários, ficou o topónimo da *Rua de António Bessa Leite* e o nome do *Estádio do Bessa*, sede do Boavista Futebol Club.

⁷⁹ Foi sua segunda mulher Dona Rosa Albertina de Melo, de quem não teve descendência.

⁸⁰ Na igreja paroquial de São Martinho de Lordelo, Lordelo do Ouro, Porto, 14.V.1770.

⁸¹ E materna de Manuel Monteiro de Azevedo (* baptizado em São Salvador do Mundo, São João da Pesqueira, 16.II.1668) e de sua segunda mulher Maria de Santo Amaro (* baptizado em São João das Lampas, Sintra, 08.X.1690; casou em Pena, Lisboa, 23.I.1721).

⁸² Arquivo Nacional (Brasil) – Cód. 381, volume 04, fl. 62 v., cit. in <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> (2008.VII.15).

⁸³ AN (Brasil) – Cód. 381, vol. 4, fl. 62 v., cit. in <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> (2008.VII.15).

⁸⁴ AN (Brasil) – Cód. 415, vol. 3, fl. 259 v., cit. in <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> (2008.VII.15).

Na década de 1860, instalou-se definitivamente no Porto, onde foi grande capitalista e comerciante da praça do Porto e onde ocupou os mais importantes cargos da governança local, como vereador e presidente da Câmara Municipal do Porto (1866-1878)⁸⁵. Ainda em 1868, foi deputado da Nação.

A sua actividade negocial levou-o a ser um dos fundadores e benemérito do Palácio de Cristal do Porto e membro da primeira direcção da Sociedade. Foi comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, cavaleiro da Ordem da Torre-e-Espada, oficial da Ordem da Rosa (Brasil).

Morreu no Porto, a 4 de Maio de 1878. Casara com Dona Maria Henriqueta da Silva Santos, que conhecera no Rio de Janeiro, donde era natural, por ter nascido na freguesia da Candelária. Vinda para a Europa com o marido, Dona Maria Henriqueta morreu no Porto.

Do seu casamento, nasceram duas filhas:

- Dona Maria Emília Pinto Bessa, nascida na freguesia da Candelária, Rio de Janeiro, Brasil, em 1862. Casou na igreja paroquial de São Martinho de Lordelo, freguesia de Lordelo do Ouro, Porto, a 18 de Dezembro de 1869⁸⁶, com Manuel Jorge Rodrigues Forbes, de quem já acima falámos.
- e Dona Maria Henriqueta Pinto Bessa, que nasceu na freguesia da Candelária, Rio de Janeiro, Brasil, em 1854; e morreu no Porto. Casou na igreja paroquial de São Martinho de Lordelo, freguesia de Lordelo do Ouro, Porto, a 29 de Setembro de 1875⁸⁷, com José António Forbes de Magalhães, de quem também já acima falámos.

O segundo dos irmãos, Joaquim de Bessa Pinto, também nasceu na freguesia de Lordelo do Ouro, Porto, a 10 de Abril de 1824, sendo baptizado na igreja de São Martinho de Lordelo, freguesia de Lordelo do Ouro, Porto, a 19 de Abril de 1824, tendo por padrinhos a Joaquim da Costa Lima, Abade de Esturões (representado por procuração por António de Bessa Leite), e Dona Carolina Augusta Delaroque⁸⁸.

Deve ter passado ao Brasil por volta de 1838. A 26 de Julho daquele ano, com apenas 15 anos de idade, já o sabemos a querer embarcar para Campos, segundo um registo de 26 de Julho de 1838. Ainda solteiro, era descrito como sendo de estatura mediana, cor clara, rosto comprido, olhos claros e nariz e boca regular; e sem observações quanto a barba, bigode, compleição e sinais particulares⁸⁹.

⁸⁵ Durante o seu mandato foram construídas as Ruas Nova da Alfândega, de Mousinho da Silveira e de Sá da Bandeira e aberta a Rotunda da Boavista, sobre terrenos cedidos pela família Bessa Leite.

⁸⁶ ADP – Fundo Paroquial, *L.º de Casamentos de Lordelo do Ouro – 1868-1870*, Assento n.º 29.

⁸⁷ ADP – Fundo Paroquial, *L.º de Casamentos de Lordelo do Ouro, 1875-1876*, Assento n.º 24.

⁸⁸ ADP – Fundo Paroquial, *L.º de Baptizados n.º 1, de Lordelo do Ouro (São Martinho)*, fls. 273 v.-274.

⁸⁹ AN (Brasil) – Cód. 0381, vol. 10, fl. 114, reg. n.º 1220, *cit. in* <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> (2008.VII.15).

Contudo, logo no dia seguinte, apresentava-se com destino a São Paulo, sendo então, completada a sua descrição pela informação da barba “ausente”⁹⁰. E, a 1 de Agosto, embarcou na sumaca *Flora*, comandada por Joaquim Peixoto Guimarães, com destino a Santos, segundo registo a 1 de Agosto de 1838⁹¹.

No ano seguinte, embarcou no porto de Santos, no vapor *Paquete do Porto*, comandado por João Francisco de Andrade e registado a 24 de Janeiro de 1839. Vinha, então, na companhia de um escravo⁹².

Como o irmão, voltou para Portugal na década de 1860. Aqui, continuou a sua próspera carreira de negociante, capitalista e proprietário e foi fundador e director do Banco Português⁹³. Morreu na freguesia da Foz do Douro, Porto, a 10 de Outubro de 1903, sendo sepultado no jazigo da Família Forbes de Bessa, no cemitério de Matosinhos.

Casou duas vezes: a primeira, ainda no Brasil, com Dona Maria Alexandrina Bicanço, falecida na freguesia de São João Baptista de Niterói, Brasil, de quem teve três filhos; a segunda, na igreja paroquial do Senhor do Bonfim, freguesia do Bonfim, Porto, a 7 de Março de 1863⁹⁴, com Dona Maria José Rodrigues Forbes, de quem já acima falámos.

EM JEITO DE CONCLUSÃO...

Três famílias distintas, com percursos que se foram inter cruzando nos seus caminhos, os Calazans Rodrigues, os Forbes e os Bessa tornaram-se na génese de uma extensa família portuense, na qual se foram realizando casamentos sucessivos e endogâmicos. Assim, formaram-se os ramos *Bessa Forbes* e *Forbes de Bessa*, aqueles herdeiros da fortuna de Francisco Pinto Bessa e Manuel Rodrigues Forbes; estes destacando-se na política do século XX republicano...

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO FILHO, José Bueno de Oliveira, 1937 – “Os Rodrigues de Taquarf”. *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, São Paulo: Instituto de Estudos Genealógicos, ano I, n.º 1. BUENO, Antônio Henrique da Cunha; BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, 1999 – *Dicionário das Famílias Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ibero América.

⁹⁰ AN (Brasil) – Cód. 423, vol. 10, fl. 132 v., reg. n.º 36, cit. in <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> (2008.VII.15).

⁹¹ AN (Brasil) – Cód. 417, vol. 05, fl. 93 v., cit. in <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> (2008.VII.15).

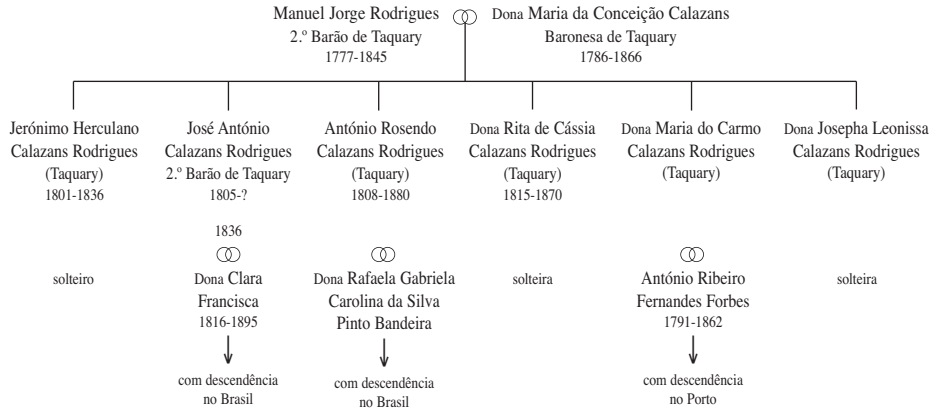
⁹² AN (Brasil) – Cód. 0415, vol. 2, fl. 302, registo n.º 415, cit. in <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> (2008.VII.15).

⁹³ Em 1874, a Direcção do Banco Português era composta por: Joaquim de Bessa Pinto, Henrique Carlos de Meirelles Kendall, Manuel Justino de Azevedo, João Ribeiro da Mesquita Júnior e Francisco José Gomes Valente (FERREIRA, 1970: 79-80).

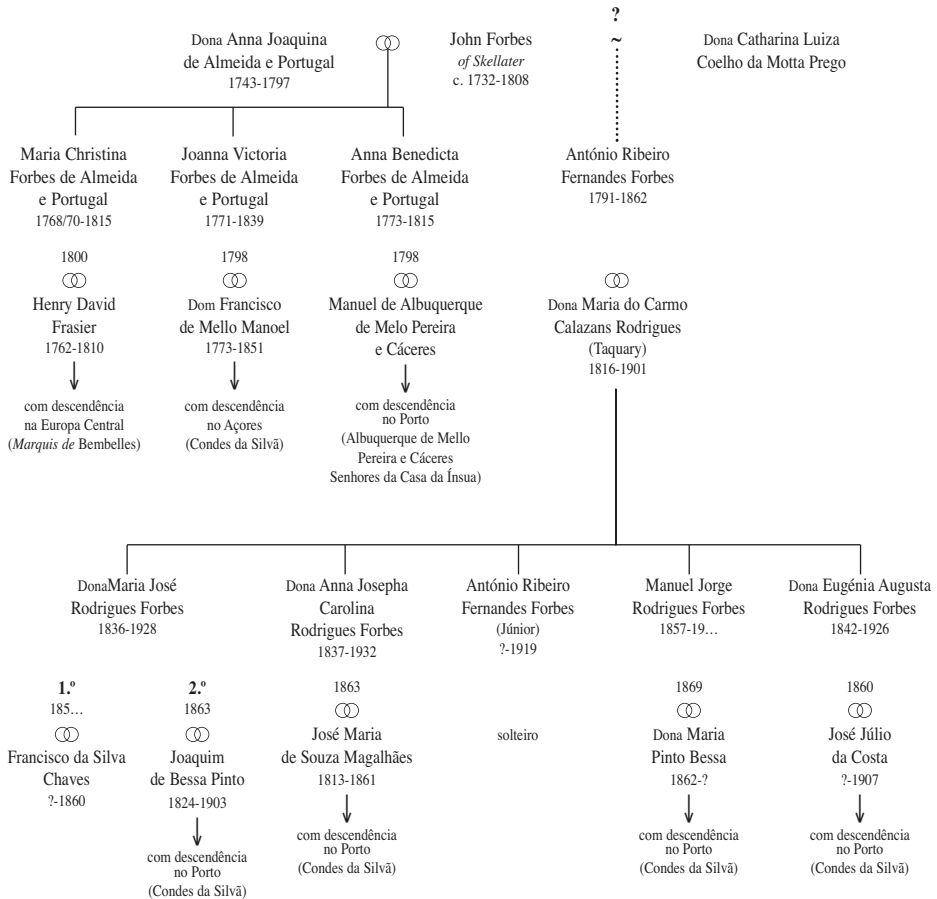
⁹⁴ ADP – Fundo Paroquial, L.º 5 de Casamentos do Bonfim, fls. 13-13 v.

- CASTRO, António Paes de Sande e, 1973 – *A Granja de Todos os Tempos. Desde a Granja dos Frades de Grijó e da Granja dos Ayres até à Granja dos nossos dias*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia.
- CATROGA, Fernando, 2000 – “A Monumentalidade Funerária como símbolo de Distinção Social”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 167-179.
- FERREIRA, António Coelho, 1970 – *A Banca Portuense. 1850-1875*. Porto (Dissertação para o acto de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo, 2002 – *Forbes de Portugal e outros mais...*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel – *O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia., do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola*.
- NEIL, James, 1902 – *Ian Roy of Skellater. A Scottish Soldier of Fortune*. Aberdeen: D. Wyllie and Son.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, 1994 – *Cemitérios Portuenses. História e Arte*. Porto. tomo V, vol. II (dissertação de Licenciatura apresentada à Universidade Portucalense Infante Dom Henrique).
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, 1963 – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada.

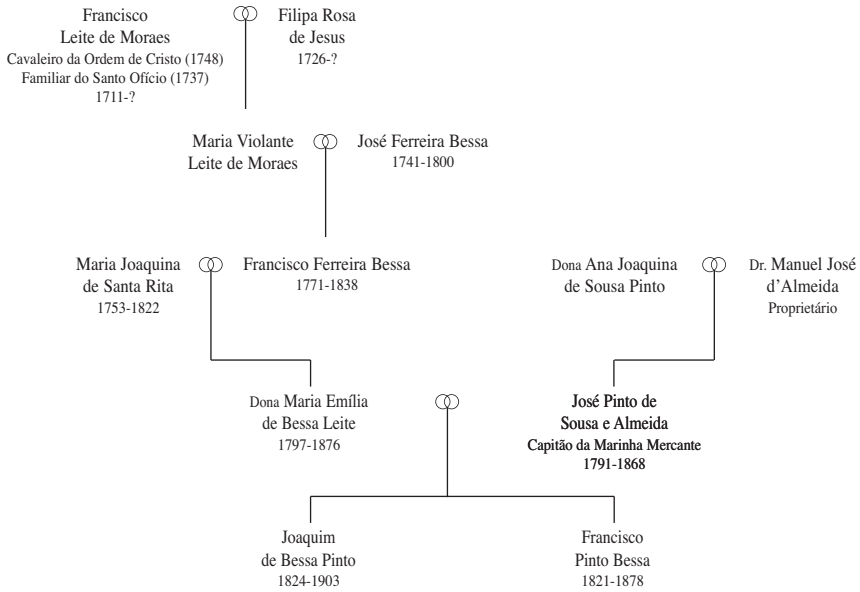
Anexo I – Os Calazans Rodrigues – descendência dos 1.os Barões de Taquary



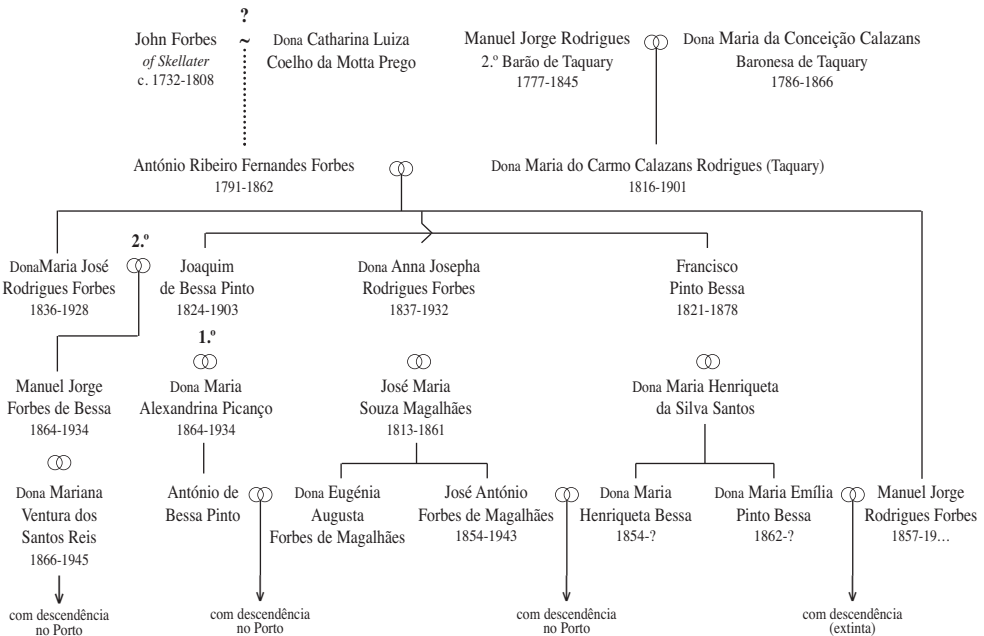
Anexo II – Os Forbes – relações em Portugal



Anexo III – Quadro – Os Bessa – origens



Anexo IV – Quadro – Calazans Rodrigues, Forbes e Bessa – ligações familiares



EMIGRAÇÃO LEGAL E CLANDESTINA NOS AÇORES DE OITOCENTOS (DA DÉCADA DE 30 A MEADOS DA CENTÚRIA)

Susana Serpa Silva

INTRODUÇÃO

Pelos condicionalismos da história e da geografia, o arquipélago dos Açores foi, desde o povoamento, território de imigrantes e também de emigração. Em pleno Atlântico norte, enquanto placa giratória de um Império pluricontinental e como centro de convergência entre as duas margens do oceano, as ilhas não só receberam gentes de múltiplas paragens, como ofereceram inúmeros contingentes à diáspora portuguesa, em geral, inscrevendo-se nos imensos movimentos migratórios europeus, prevalecentes nos séculos XVIII e XIX. No caso dos arquipélagos, outrora ditos de “adjacentes”, a dispersão e exiguidade territorial, agudizou este fenómeno como consequência inevitável do quadro socioeconómico insular. A diáspora oitocentista foi minando a população das ilhas, mas, ao mesmo tempo, contribuiu para o reequilíbrio do jogo das subsistências e de oportunidades.

Já se contam alguns estudos sobre a história da emigração açoriana e alguns deles de foro académico¹, mas como referiu Artur Boavida Madeira – historiador e demógrafo precocemente desaparecido – as fontes utilizadas, especialmente as mais antigas e de âmbito quantitativo, “demandam ponderada reflexão”². A escassez documental, relativamente a alguns períodos ou épocas, é uma das maiores limitações impostas e que inviabiliza, por exemplo, uma cobertura total e homogénea de todo o arquipélago no tocante aos movimentos migratórios. A este obstáculo acresce o problema da emigração clandestina que, apesar das “tentativas de controlo institucional” terá conhecido índices bastante significativos, sobretudo rumo ao Brasil. Urge, pois, neste domínio, proceder ao cruzamento de dados já compilados a partir de fontes portuguesas com documentação brasileira relativa à entrada e permanência de passageiros naquele território³.

¹ Vejam-se, além de Artur Boavida Madeira, os trabalhos de Gilberta Pavão Nunes Rocha, Maria Norberta Amorim, Sacuntala de Miranda, Paulo Matos, entre outros.

² MADEIRA, 1999: 48.

³ MADEIRA, 1999: 48 e ss.

É no Arquivo e Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, que se encontra o maior volume de livros de registo de passaportes, datados de finais de Setecentos e inícios da centúria seguinte, pertencentes ao fundo da Capitania Geral dos Açores⁴. A centralização político-administrativa do arquipélago, decretada em 1766, pelo Marquês de Pombal, explica esta concentração de registos que, em contrapartida, escasseiam para algumas ilhas e, sobretudo, a partir da década de 20 de Oitocentos.

De um modo geral, o maior volume de dados quantitativos sobre a emigração açoriana oitocentista emerge a partir dos anos 60 em diante, por via da actividade dos Governos Cívicos, dos respectivos relatórios e livros de termos de passaportes, bem como do maior rigor censitário e estatístico⁵. Todavia, para o distrito de Angra do Heroísmo existem livros de registo de passaportes, pertencentes ao respectivo Fundo do Governo Civil, que remontam a 1832, abarcando as décadas de 40, 50 e seguintes⁶. Esta particularidade excepcional de Angra do Heroísmo deve-se, uma vez mais, à situação político-administrativa vivida no arquipélago, pela qual, a ilha Terceira foi sede da Regência Liberal concentrando, uma vez mais o poder, nos alvares da década de 30.

Já no caso particular do distrito de Ponta Delgada, que inclui as ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, desconhece-se, por ora, o paradeiro dos livros relativos a passaportes, anteriores a 1870⁷. A única excepção parece ser a de um livro de *Registo de Passaportes e Assentos de Saídas de Navios* – que encontramos, no decurso de outras pesquisas – pertencente ao Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, com dados pertencentes à década de 30 do século XIX e ainda muito pouco trabalhado ou divulgado⁸. Embora um só livro não nos permita conhecer e aprofundar a realidade dos fluxos emigratórios deste distrito –, na suposição de que existissem outros mais – ajuda-nos, contudo, a levantar um pouco o véu sobre o número de passaportes concedido em determinados anos, os destinos preferenciais, bem como o género e a situação de alguns dos que partiam.

É certo que as primeiras décadas do século XIX, com maior evidência nos anos 20 e 30, foram assaz atribuladas, atendendo à conjuntura nacional resultante das lutas liberais. Nos Açores, o declínio da Capitania Geral, as revoltas de 1821, a instituição da Regência na ilha Terceira, o contributo humano e finan-

⁴ Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH) – Fundo da Capitania Geral dos Açores, *Livros de Registo de Passaportes*, [1770 a 1818].

⁵ Veja-se os quadros e dados estatísticos recolhidos por JOÃO, 1991: 184, 186; MENDONÇA *et al.*, 2002: 105 e ss.

⁶ BPARAH – FGCDH, Passaportes, *Livro de Registo de Passaportes, 1832-1844; Livro de Registo de Passaportes, 1844-1857*. Digitalizados pelo Centro de Conhecimento dos Açores.

⁷ BPARPD – Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada – *Guia de Fundos Documentais*.

⁸ BPARPD – FGCPD, Livro 41, *Livro de Registo de Passaportes e Assento das Saídas de navios do Porto de Ponta Delgada, 1832-1836*. Julgamos ser este o livro que serviu de base a Luís Mendonça e José Ávila relativamente a alguns dados avulsos que fornecem na obra já citada (MENDONÇA *et al.*, 2002: 105).

ceiro para o Exército Libertador, e conseqüente Guerra Civil, motivaram profundas convulsões. O arquipélago sofreria alterações administrativas de fundo, sobrelevando as novas configurações a que foi sujeito. Em Junho de 1832 ascendeu à categoria de província, cujo Prefeito se estabeleceu em Angra, subalternizando os subprefeitos de S. Miguel e do Faial. Cerca de um ano depois, devido a anseios descentralizadores, o arquipélago foi dividido em duas províncias: a oriental e a ocidental e, finalmente, em 1836 ficou repartido em três distritos (Ponta Delgada, Angra e Horta), à frente dos quais estiveram prefeitos, administradores gerais e, por fim, governadores civis⁹. Por tudo isto, parecem-nos evidentes as conseqüências resultantes destas sucessivas alterações administrativas que terão motivado, entre outras vicissitudes, instabilidade e perda do rasto de documentos e fontes. Mais se nos afigura, que períodos terão existido de manifesta incapacidade e ineficácia das autoridades o que, entre outras causas, terá também contribuído para o incremento da emigração ilegal. Eis, em nosso entender, alguns dos motivos que explicam a escassez de fontes e conseqüentes estudos sobre a emigração açoriana nas décadas de 20, 30 e 40 do século XIX.

Ainda assim, alguns autores consideram que foi por volta de 1834 – ano de triunfo da causa liberal – que se terá iniciado, nos Açores, um novo ciclo de emigração “espontânea” para o Brasil, marcado pela crescente intervenção e responsabilização dos Governos Civis nesta matéria¹⁰. De facto, foi por decreto de 18 de Julho de 1835 que definitivamente se remeteu à figura do governador civil a competência de conceder passaportes “para fora do Reino, pelos Portos de Mar”¹¹, o que parece ter sido aplicado nas ilhas mais precocemente dadas as próprias características geográficas e administrativas.

Não obstante o total obscurantismo sobre a década anterior, é também nossa convicção de que é por meados da década de 30 que tem início um intenso movimento migratório açoriano com destino ao Império do Brasil, como comprova a análise dos livros de registo de passaportes, que nos foi dado encontrar, quer no tocante ao distrito de Ponta Delgada, como ao de Angra do Heroísmo, em especial.

1. A EMIGRAÇÃO LEGAL NOS DISTRITOS DE ANGRA DO HEROÍSMO E PONTA DELGADA

A análise do Quadro n.º 1 permite-nos confirmar não apenas o peso das saídas do distrito de Angra com destino ao Brasil, mas igualmente o seu exponencial crescimento no período entre 1841 a 1845 e que terá prosseguido, nos anos seguintes, com índices igualmente elevados.

⁹ SILVA, 2003: 37-38.

¹⁰ MENDONÇA *et al.*, 2002: 103.

¹¹ Apud PEREIRA, Maria, 2008: 37.

Quadro n.º 1 – Distribuição, por destinos, dos passaportes atribuídos no distrito de Angra do Heroísmo (1832-1845)

	França	Porto	Lisboa	Inglaterra	S. Miguel	Maranhão	Pernambuco	Rio	Baía	Brasil
1832-1835	11	14	279	24	185	31	1	99	5	18
1836-1840	8	27	160	7	158	-	9	146	3	39
1841-1845	-	-	-	10	-	1*	4	8	2	952
Total	19	41	439	41	343	32	14	253	10	1009

* Pará

Embora o quadro anterior não apresente todos os destinos para onde tentavam partir os requerentes, mas apenas os mais significativos, verifica-se que do total dos 2201 passaportes contabilizados, 1318 tinham como destino o Brasil ou, mais especificamente, territórios daquele Império. Neste período de cerca de 14 anos – e exceptuando os restantes e pontuais destinos – 60% dos passaportes emitidos naquele Governo Civil visavam a ex-colónia portuguesa como porto de chegada e território de acolhimento. Não deixa, porém, de ser curioso notar como durante os primeiros anos da década de 30 se registaram múltiplos pedidos rumo a Lisboa, Porto e ilha de S. Miguel, bem como a Inglaterra e a França, o que se pode explicar pela conjuntura épocal, indissociável do papel desempenhado pela Terceira no âmbito das lutas liberais. Este protagonismo fez atrair à ilha inúmeros micalenses, continentais e estrangeiros, alguns destes ligados às trocas comerciais com os países de origem¹². Por outro lado, se já na década de 30 se podem anotar 11% de atribuições de passaportes com destino ao Rio de Janeiro e 3% com o destino genérico de Brasil, é, pois, na primeira metade da década seguinte que os pedidos rumo àquele Império ascendem a um total de 44%. No tocante a emigrantes dos Açores, em geral, só em 1845 terão entrado, no Brasil, 1284 passageiros, montante este apenas inferior aos contingentes originários do Porto¹³.

¹² Entre 1832 e 1835, por exemplo, sobrelevam com destino ao reino, França ou Inglaterra, figuras de relevo social e político, como um oficial de cavalaria, um oficial da Secretaria dos Negócios da Marinha, dois bacharéis, um mestre, um capitão do Estado Maior do Exército, 1 padre, o conselheiro da prefeitura da província do Douro, 2 deputados às cortes, oriundos do Faial, a saber: Januário Vicente Camacho e António José de Ávila, acompanhados dos respectivos criados. Entre as famílias migrantes destacamos, a título também de exemplo, as de: Francisco de Melo e Silva Cabral, com a esposa, D. Maria Rita de Morais Cabral, 5 filhos menores e criada; D. Ana Justina Emília Zagalo Nogueira, casada, 5 filhos e a fâmula Brites Maria; os casos de Frederico Alves Barbosa que partiu com o irmão Guilherme Alves Barbosa e criados ou as irmãs D. Carlota e D. Guilhermina de Avelar; João de Faria Machado Pinto de Roby, com esposa e filho menor e cunhado, Carlos Augusto Schiappa Pietra entre muitos outros. Se muitos destas situações não são casos de emigração, o mesmo não se pode dizer de dois núcleos da família Meireles, natural da ilha Terceira, que partem, em 1836 e 1837 rumo a França: primeiro três irmãos e um criado; depois Luís Meireles do Canto, com a esposa, três filhos, a mãe e quatro criados (BPARAH – FGCDAH, Passaportes, *Livro de Registo de Passaportes, 1832-184*).

¹³ *Diário do Governo*, n.º 105, 1846, cit. por Jorge Alves, apud MENDONÇA *et al.*, 2002: 105.

Segundo o Governador Civil de Angra, entre 1832 e 1853 foram emitidos, só neste distrito, 3424 documentos para o Brasil, numa média anual de 155,6. Já nos cinco anos seguintes, em plena década de 50, o volume de passaportes concedidos em Angra aumentou para uma média anual de 632¹⁴, aproximando-se, como veremos, dos valores do distrito do Ponta Delgada, já na década de 30.

Além dos destinos apresentados no Quadro n.º 1, existiram outros, muito menos significativos, como por exemplo Espanha, Gibraltar, Cabo Verde, Luanda, Madeira e EUA, avultando as migrações e viagens interilhas (rumo à Graciosa, S. Jorge, Faial, Pico e Flores) cuja obrigatoriedade de requisição de passaporte representava uma imposição legal que perdurou até 1863¹⁵.

Importa também ponderar a naturalidade dos requisitantes de passaportes no distrito de Angra do Heroísmo, observando o Quadro n.º 2.

Quadro n.º 2 – Naturalidade dos requisitantes de passaportes do distrito de Angra do Heroísmo (1832-1845)

	Reino	Terceira	S. Jorge	Graciosa	Pico	Outros	Sem Indicação
1832 a 1835	61	190	118	53	93	82	560
1836 a 1840	64	430	124	98	169	130	278
1841 a 1845	15	636	21	46	21	28	203
Total	140	1256	263	197	283	240	1041

Como se pode verificar, no total absoluto de 3420 passaportes atribuídos, além do avultado número de indivíduos sobre os quais não consta qualquer indicação da origem, 1256 requisitantes, isto é, 38% eram oriundos da ilha Terceira. À medida que se ia verificando um aumento de registos de passaportes com destino ao Brasil, também ia ocorrendo um incremento de pedidos por parte de terceirenses, enquanto decorria uma clara diminuição de solicitações de indivíduos das outras ilhas do distrito, em particular. Note-se que, para o quinquénio de 1841 a 1845, podemos contabilizar 636 requerimentos de naturais da ilha Terceira, contra apenas 21 de S. Jorge e Pico, respectivamente e 46 da Graciosa. Uma das leituras que se pode fazer a partir destes dados é a de que a centralização do Governo Civil na cidade de Angra suscitaria o recurso à emigração clandestina, rumo a paragens longínquas, por parte dos habitantes das outras ilhas do distrito, impedidos de recorrer à via legal pela falta de meios, pelas condicionantes da insularidade e também pela aversão que sentiam pelos formalismos e imposições legais da cultura letrada, quando, na sua maioria, eram analfabetos.

¹⁴ Cit. por JOÃO, 1991: 187.

¹⁵ Foi por Carta de Lei de 31 de Janeiro de 1863 que se previu a abolição dos passaportes internos o que suscitou a promulgação do *Regulamento Geral de Polícia para o trânsito no continente do reino e nas ilhas adjacentes, entrada de viandantes e sua saída para o estrangeiros*, datado de 7 de Abril do mesmo ano (PEREIRA, Maria, 2008: 40).

Entre outras naturalidades ou nacionalidades não especificadas no quadro n.º 2, não podemos deixar de referir o número de marroquinos ou hebreus (55), de brasileiros (27), de ingleses (26) e de habitantes de outras ilhas açorianas (48) que igualmente requereram passaporte para o Brasil ou para outros destinos, naquela capital de distrito. O número de judeus resulta de fluxos de imigração para terras açorianas, provenientes do norte de África, desde os anos 20 do século XIX. Se estas comunidades de “hebreus marroquinos”, que se fixaram sobretudo nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Graciosa, permitiram investimento e dinamização do comércio local¹⁶, por outro lado, em alguns casos, fizeram dos Açores um novo ponto de passagem para outras paragens, entre elas as terras do Brasil¹⁷.

Por seu turno, o caso dos brasileiros – partindo do conceito oitocentista – pode indiciar eventuais projectos de “ida e torna”. Em contrapartida – assumindo o significado actual – pode representar um sinal da possível ligação de novas gerações à terra de origem dos familiares ou, então, certamente de emergentes práticas de engajamento e recrutamento de colonos que, na década de 30, e até anteriormente, eram já uma realidade¹⁸.

No que concerne ao Governo Civil de Ponta Delgada, tomando como base a fonte que referimos anteriormente, podemos verificar, pelos dados compilados no Quadro n.º 3, que nos anos de 1833 e 1834 não existiram registos significativos de passaportes para o exterior. Ainda assim, contam-se 22 emitidos com destino ao Rio de Janeiro, mas talvez a conjuntura de instabilidade, a que já nos referimos, tenha obstado à regular e eficaz administração local, facilitando talvez a clandestinidade.

**Quadro n.º 3 – Registo de passaportes para o exterior
(em nome individual, com ou sem família) emitidos em Ponta Delgada (1833-1836)**

	Londres/ Inglaterra		Brasil/ Império		Baía		Pernambuco		Rio		América Inglesa		Jamaica		Outros	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1833	8	-	-	-	1	-	-	-	10	12	1	-	-	-	3	-
1834	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1835	6	-	8	-	3	-	25	3	418	41	51	4	32	2	19	-
1836	9	-	84	5	-	-	35	2	465	46	-	-	-	-	4	-
Total	25	-	92	5	4	-	60	5	893	99	52	4	32	2	26	-

¹⁶ Cf. DIAS, 1996: 39, 52.

¹⁷ No Verão de 1835, por exemplo, há alguma mobilidade de judeus marroquinos com destino ao Maranhão ou ao Brasil, em geral.

¹⁸ SILVA, 2003: 146-147; COSTA, 1972: 26-27.

Pelo contrário, os anos de 1835 e 1836 apresentam já uma regular atribuição de passaportes que, no caso particular do Rio de Janeiro, regista mesmo um considerável aumento. O Brasil era, sem dúvida, o destino preferencial dos emigrantes do distrito de Ponta Delgada, ainda que aparecessem escassas indicações de indivíduos provenientes ou naturais de outras ilhas, para além, como é evidente, de uns poucos naturais do Brasil. É importante referir que uma análise atenta revela a repetição de nomes de alguns indivíduos o que pode indiciar, uma vez mais, viagens de visita à terra natal e conseqüente regresso à diáspora ou então o envolvimento nos negócios em torno da emigração e aliciamiento de colonos.

Do total de 1262 passaportes emitidos em Ponta Delgada, nos anos 1835 e 36, 1135 tinham como destino o Brasil, ou seja, cerca de 90%. As indicações repartiam-se entre Brasil, Império do Brasil, Baía, Pernambuco e Rio de Janeiro que, por si só, englobava muito mais de metade das opções dos passageiros. Em 1835, dos 612 passaportes registados, 76% tinham como ponto de chegada o Rio de Janeiro. No ano seguinte, esse valor aumentou para 79%, apesar do acréscimo de passaportes para Pernambuco e o Brasil, em geral. O distrito de Ponta Delgada acompanhava, assim, a tendência geral do arquipélago, não obstante, pelo facto de ser mais populoso, estimarmos que tenha oferecido avultados contingentes nas décadas seguintes.

Entre a categoria Outros, do Quadro n.º 3, integram-se destinos como Gibraltar (3 indivíduos, em 1833), ilha da Trindade (17 indivíduos em 1835), Espanha e França (um indivíduo em 1835). Em 1836, há dois passaportes autorizados para Bristol e mais dois para Paris. Muitos destes passageiros não eram emigrantes. Se o grupo de 17 indivíduos que embarcou para Trindade se nos afigura como um caso de excepção, os restantes destinos, tal como Londres ou Inglaterra (que o quadro apresenta), estão associados às viagens de negócios dos grandes comerciantes locais – entre eles judeus de origem norte-africana, que as faziam por mais de uma vez – ou até a viagens de recreio ou culturais que era habitual encetarem os filhos e os representantes das mais abastadas famílias micalenses¹⁹.

O Verão, com especial incidência os meses de Julho e Agosto, era a época de maior concessão de passaportes, por razões óbvias, embora o movimento se mantivesse durante todo o ano. A grande leva para a Jamaica, por exemplo, em 1835, deu-se sobretudo a partir do mês de Setembro, tal como acontecia preferencialmente com as partidas do distrito de Angra, rumo ao Brasil, que se acentuavam do último mês do Verão em diante. Relativamente a estas paragens mais longínquas e não só, nota-se, pela sequência dos registos, que além de uma emigração maioritariamente individual e masculina, esta, por vezes, era feita por grupos ou levas como se obedecessem a eventual contrato.

¹⁹ Há nomes nos registos como os de: José Jácome Correia, bacharel Agostinho Machado de Faria e Maia, João Silvério Vaz Pacheco de Castro, José Caetano Dias do Canto e Medeiros (BPARPD – FGCPD, Livro 41, *Livro de Registo de Passaportes e Assento das Saídas de navios do Porto de Ponta Delgada, 1832-1836*).

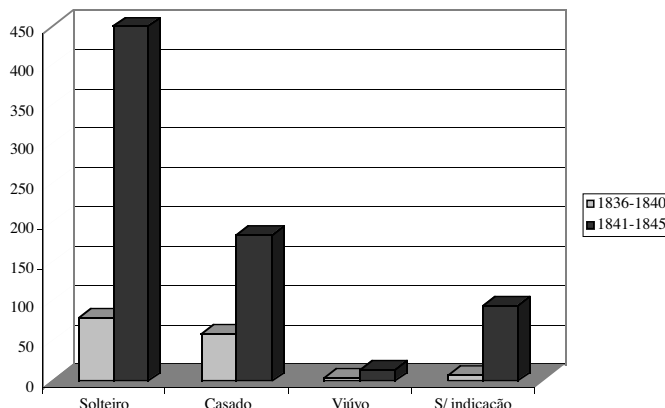
Quanto ao perfil dos emigrantes a recolha de dados dos livros de Angra do Heroísmo foi mais profícua, permitindo-nos precisar os contornos dos fluxos emigratórios para o Brasil, segundo o género, o nível etário e o estado civil. Raramente eram anotadas as profissões, descortinando-se somente os eclesiásticos e os criados de servir. Deste modo, o único meio de percepção da origem socioeconómica assenta no nome de família, o que não é totalmente fiável. Os dados compilados no Quadro n.º 4 tornam indubitável a prevalência da emigração masculina sobre a feminina.

Quadro n.º 4 – Atribuição de passaportes, com destino ao Brasil, no distrito de Angra do Heroísmo, por género (1832-1845)

	1832-1835	1836-1840	1841-1845	Total
Masculino	126	132	734	992
Feminino	29	65	235	326

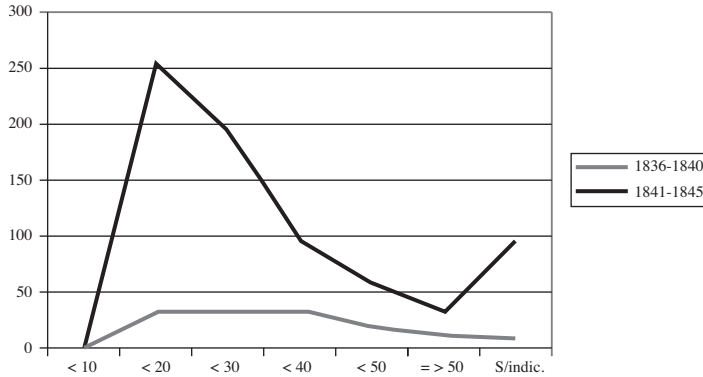
A um montante de 75% de homens emigrantes, podemos acrescentar as seguintes características, patentes nos gráficos que se seguem: mais de 50% solteiros e jovens, entre a puberdade e os 30 anos de idade. Neste particular, a emigração do distrito de Angra inscrevia-se nas tendências gerais da emigração portuguesa, que durante várias décadas de Oitocentos, reflectiu projectos de retorno²⁰. Além disso, também nas ilhas não era despidendo o recurso à emigração como fuga ao recrutamento militar.

Gráfico n.º 1 – Estados civis dos indivíduos do sexo masculino, do distrito de Angra, que requereram passaporte para o Brasil (1836-1845)



²⁰ Vejam-se os estudos clássicos de SERRÃO, 1982 e PEREIRA, Miriam, 1981.

Gráfico n.º 2 – Níveis etários dos indivíduos do sexo masculino, do distrito de Angra, que requereram passaporte para o Brasil (1836-1845)



Apesar do predomínio masculino, não podemos deixar de atender ao incremento do índice da emigração feminina com destino ao Brasil. Se entre 1836 e 1840 os passaportes requeridos por mulheres, em Angra, foram apenas 65, já entre 1841 e 1845 ascenderam a 235, representando a emigração feminina, no total do período em estudo, um peso de 25%. Mesmo em relação a Ponta Delgada, cujos dados são muito mais restritos, entre 1833 e 1836 a requisição de passaportes, por elementos do sexo feminino, rondava os 9%, sem termos em conta as que partiam na companhia dos maridos. Segundo Sacuntala de Miranda – que comprovou que entre 1890 e 1914, as mulheres representavam já um terço do total da emigração portuguesa – um dos traços diferenciadores da emigração micaelense – a que nos atrevemos a acrescentar açoriana – residia no facto de “quase desde o início, as mulheres representarem uma parcela muito importante do total”, tendendo esse peso a aumentar com o decorrer dos anos²¹.

Como podemos observar nos gráficos que se seguem, relativos ao distrito de Angra e apesar das lacunas de informação, eram mais numerosas as mulheres solteiras (83) que requeriam passaporte para o Brasil, mas essa diferença em relação às casadas (73) não era significativa. Não obstante a maioria das requerentes não ter indicação da idade, predominavam as jovens na casa dos 20 e 30 anos.

²¹ MIRANDA, 1999.

Gráfico n.º 3 – Estados civis dos indivíduos do sexo feminino, do distrito de Angra, que requereram passaporte para o Brasil (1836-1845)

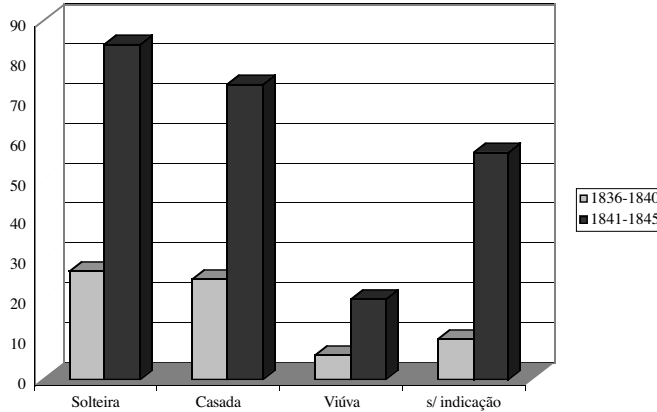
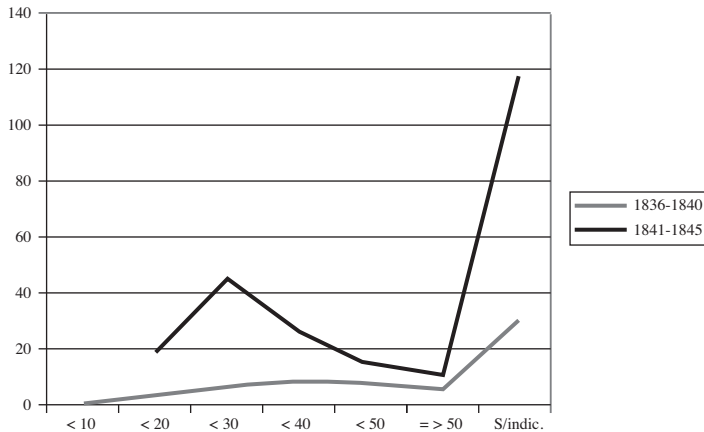


Gráfico n.º 4 – Níveis etários dos indivíduos do sexo feminino, do distrito de Angra, que requereram passaporte para o Brasil (1836-1845)



Se muitas mulheres partiam sozinhas ou acompanhadas por irmãos, irmãs ou primas, um número significativo de casadas rumava ao Brasil, junto com os filhos indo, claramente, ao encontro dos cônjuges que já lá se encontravam. Aliás, a partida de casais persistia sempre, quando não a ida de famílias inteiras e diferenciados agregados atestando, claramente, os contornos de uma emigração definitiva que já se configurava na primeira metade do século XIX, para aflorar índices preocupantes nos finais da centúria, como alertou Gil Mont'Alverne de Sequeira²².

²² Gil Motn'Alverne de Sequeira 1994 [1894], "III – A Emigração dos Açores", in *Questões Açorianas*, 2.ª edição, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, p. 92-93.

**Quadro n.º 5 – Registo de passaportes atribuídos em Ponta Delgada
a casais ou famílias com destino ao Rio de Janeiro (1836)**

Tipologia	Número de passaportes
Casais	23
Casais com um filho	15
Casais com dois ou três filhos	30*
Casais com quatro ou mais filhos	18
Casais com criados	3
Mãe com um ou dois filhos	7
Mãe com três ou mais filhos	6
Pai com um ou dois filhos	9***
Pai com três ou mais filhos	2**
Irmãos (dois ou três)	10
Tio e sobrinhos	2
Dois primos	1
Famílias alargadas	13
Homem “com sua família”	1
Total	140

* Sebastião José Soares, foi com a mulher, uma filha e um discípulo.

** Inclui Francisco Joaquim, seis filhos e uma criada

*** Inclui Jerónimo Pereira com uma enteada de 16 anos e José de Sousa de Sá

Fontes com um enteado.

Como podemos observar no Quadro n.º 5, no ano de 1836, cerca de 22% dos passaportes atribuídos em Ponta Delgada foram requeridos por indivíduos que partiram acompanhados por família o que indicia, na maior parte dos casos, uma ida sem regresso, dado que quase sempre se estabeleciam definitivamente. 21% eram casais com dois ou três filhos, seguindo-se, com 16% dos casos, maridos com as mulheres. As famílias numerosas, em busca de um futuro mais promissor, correspondem a quase 13% dos passaportes concedidos, oscilando as proles entre os quatro e os oito filhos. As famílias que consideramos alargadas representavam 9% do fluxo e eram, por exemplo, os casos de Manuel de Sousa, acompanhado de mulher e filha, uma irmã e um irmão ou de João José Tavares que seguiu com sua mulher, sogra, casal de cunhados e irmão. Por fim, seguiam dois ou três irmãos sozinhos, tios com sobrinhos, primos e até casais com os seus criados. Este leque tão variado de famílias – completamente diferente da emigração individual e masculina – suscita-nos também algumas ponderações quanto à origem social destas gentes.

Note-se, por exemplo, o caso de Francisco de Simas Silveira e sua mulher, D. Angelina Ataíde, que partiu com seis filhos e uma criada de 12 anos e cujo tratamento de Dona se torna bem significativo pelo seu condão de distinguir as senhoras das mulheres do povo revelando, pois, um estatuto social mais elevado.

Sendo certo que os estratos mais desfavorecidos ofereceriam os maiores contingentes emigratórios, com destaque para os camponeses que se iam empregar nas plantações açucareiras do Brasil, também é certo que eram impe-

lidos a embarcar, ainda que em número mais restrito, membros da pequena burguesia urbana que, por motivos económicos ou pessoais, procuravam alcançar um futuro mais risonho em terras estrangeiras²³. Na época era mesmo reconhecido por algumas autoridades que pessoas de bom nascimento, índole e educação arriscavam a vida nas águas do Atlântico, mercê de infortúnios da vida. Em anos posteriores, mais propriamente em 1874, um apontamento sobre a emigração no distrito da Horta aponta para idêntico fenómeno sociológico. Nem sempre as estatísticas confirmavam que a pobreza ou a fuga ao recrutamento militar fossem as únicas causas da emigração, pois saíam daquele distrito indivíduos de díspares categorias sociais, muitos deles já isentos do serviço militar²⁴.

Também no tocante a Angra do Heroísmo, os dados que coligimos permitiram-nos apurar múltiplas situações de emigração em família ou de indivíduos acompanhados, como se pode apurar pelo Quadro n.º 6, que exclui todas os casos que registámos uma só vez e, por isso, como menos representatividade.

Quadro n.º 6 – Registo de casos de passageiros que partiram com família ou acompanhantes de Angra do Heroísmo para o Brasil (1832-1845)

Tipologia	Número de situações
Indivíduo com criado/a	5
Indivíduo com 1 ou 2 mulheres	5
Mulher com 1 ou 2 raparigas	3
Sobrinha e tia/tia e sobrinho	5
Tio e sobrinho	10
Tio/a e duas sobrinhas	2
Dois primos	17
Duas primas	3
Dois irmãos	25
Casal de irmãos	4
Duas irmãs	14
Pai e filho	6
Pai com 2 filhos	3
Marido e mulher	38
Marido, mulher e 1 filho	14
Marido, mulher e 2 filhos	25
Marido, mulher e 3 filhos	21
Marido, mulher e 4 filhos	13
Marido, mulher e 5 filhos	10
Marido, mulher e 6 filhos	7
Marido, mulher e 7 filhos	5
Marido, mulher e cunhada/o	5

(continua na página seguinte)

²³ RILEY, 2003,: 148-150.

²⁴ A. Gil Augusto Ribeiro (1874), *Almanach Insulano para Açores e Madeira, estatístico, histórico e literário para o ano de 1875*. Angra do Heroísmo: Tip. da Terceira, p. 106-107.

Quadro n.º 6 – Registo de casos de passageiros que partiram com família ou acompanhantes de Angra do Heroísmo para o Brasil (1832-1845) (continuação)

Tipologia	Número de passaportes
Marido, mulher e sobrinho	2
Mulher casada com 1 filho	5
Mulher casada com 2 filhos menores	4
Mulher casada com 3 filhos menores	2
Mulher casada com 4 filhos menores	2
Mulher casada com 8 filhos	2
Viúvo com 1 filho ou 1 filha	4
Viúvo com 2 filhos menores	2
Viúvo com 3 filhos (e criada)	2
Viúva com 1 filho	5
Viúva com 2 filhos	3
Viúva com 3 filhos	3
Mãe solteira com filha	3
Total	279

Das 279 situações de embarque em família ou com acompanhante, com que deparamos mais de uma só vez, ressaltam as partidas de casais (14%), seguidas pelas de casais com dois filhos ou pelas idas de dois irmãos (9%, respectivamente). Note-se, no conjunto, o volume de cônjuges com numerosa prole e mesmo o de viúvos, de ambos os sexos, que talvez procurassem na diáspora uma segunda oportunidade.

Não obstante a exiguidade dos dados recolhidos para Ponta Delgada, que em contrapartida são bem mais relevantes para Angra do Heroísmo, podemos afirmar que desde a década de 30, se acentuou nos Açores um novo ciclo emigratório em direcção ao Brasil. Numa das sessões da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, de Agosto de 1837, foi discutida a necessidade de se tomarem medidas que contrariassem esta emigração que, ao tempo, era entendida como “um dos maiores males” de que sofriam as ilhas. Para este órgão urgia por cobro às ilusões com que sonhavam os povos, fazendo regressar ao arquipélago, por intermédio dos agentes consulares, todos aqueles que não haviam logrado alcançar meios de fortuna e que, por isso, se debatiam com grandes dificuldades²⁵. Nota-se, pois, a preocupação das autoridades locais com um fenómeno que tendia a crescer e que fazia temer, entre alguns sectores, a falta de braços para os trabalhos agrícolas.

Em 1843, face à dimensão da emigração açoriana, a Câmara Legislativa promoveu uma consulta aos distritos do arquipélago com o intuito de apurar as

²⁵ *Exposição Chronologica dos Trabalhos da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, Província Oriental dos Açores, do ano de 1837*. Ponta Delgada: Tip. de F.J. Corrêa, 1837, p. 33-34.

causas do fenómeno e, conseqüentemente, os remédios para o debelar²⁶. Em resposta, tanto a Junta Geral de Angra, como a congénere de Ponta Delgada, alegaram a propensão dos açorianos à aventura, combinada com o seu espírito vivo e empreendedor e o diário contacto com o mar; mas sobretudo as precárias condições de vida, decorrentes da falta de trabalho, da insuficiente produção agrícola e da inexistência de indústrias. As crises agrárias acresciam as dificuldades, quer pela falta de determinados produtos, que propiciavam períodos de escassez frumentária, quer pelas doenças e pragas que atingiam determinadas plantas. Na década de 1850, por exemplo, a propagação do oídio condicionou à miséria numerosa população das ilhas do Pico e do Faial, cuja economia, directa ou indirectamente, dependia da vinha²⁷.

A questão da propriedade vinculada não era de somenos importância, por motivar o desapego à terra por parte da maioria camponesa que não a possuía. Como realçaram alguns contemporâneos, a rigidez da estrutura da sociedade insular e o seu atraso em relação ao capitalismo impeliu muitos açorianos a buscar, fora da pátria, uma vida diferente. Finalmente, o recrutamento militar, que os povos tanto repudiavam, fazia com que os mancebos procurassem eximir-se por todas as vias, incluindo a da emigração.

Todos estes factores aceleraram a saída de gentes dos distritos insulares, em busca de melhores condições de vida, sendo pois o Brasil, como já referimos, o destino preferencial, na sequência da corrente já iniciada no século XVIII, com as levas de casais e recrutas organizadas por intervenção da própria coroa²⁸. Se na segunda metade de Oitocentos, o Brasil tornou-se no verdadeiro *El Dorado* dos açorianos, motivando uma fortíssima corrente emigratória, na primeira metade do século já o era, não obstante a independência da colónia em 1822. As afinidades culturais, a língua, as facilidades a nível dos transportes, a presença de familiares e amigos e as quiméricas promessas e visões de fortuna foram motivos de monta que influenciaram os emigrantes açorianos quanto à escolha deste destino. Além disso, não podemos descurar a própria política de imigração brasileira. À nova nação, que pretendia criar condições para o seu desenvolvimento económico, importava absorver mão-de-obra que ajudasse a explorar as terras. Por isso, como refere José Guilherme Reis Leite, desde 1835 a *Sociedade de Colonização* foi a resposta governamental brasileira no sentido de prover a essa necessidade, dispensando todos os meios de aliciamento e sedução de imigrantes. Uma verdadeira campanha de colonização do Brasil foi posta em prática, intensificando-se, por meados da centúria, com a abolição da escravatura²⁹. Portanto, os interesses brasileiros, as imagens de prosperidade divulgadas, em

²⁶ Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), *Inquéritos Parlamentares, Respostas da Junta Geral da Horta* (17/06/1843), de Angra (26/07/1843), e de Ponta Delgada (19/12/1843), cit. por MATOS *et al.*, 2008: II, 91.

²⁷ MATOS *et al.*, 2008: II, 92.

²⁸ MADEIRA, 1999: 206 e ss; MENDONÇA *et al.*, 2002: 51 e ss.

²⁹ LEITE, 1989: 56-61.

boa parte, pelos diminutos mas significativos *brasileiros* regressados e enriquecidos pelo comércio, também impulsionaram a saída de inúmeros açorianos que apenas em 1849, devido à descoberta do ouro americano, potenciaram novas vagas migratórias para os EUA, sem deixar, todavia, o Brasil que se manteve, com oscilações, território apelativo até finais da centúria.

A emigração açoriana para o Império do Brasil avolumava-se de tal forma, na década de 40 que, segundo informações oficiais, algumas embarcações não só partiam “plenamente carregadas de passageiros”, como ainda rejeitavam muitos deles, por não haver lotação suficiente³⁰.

Se para alguns sectores de opinião este fenómeno começava a suscitar preocupações – chegando-se a temer, com exacerbado alarmismo, o despovoamento de algumas ilhas – na realidade, como destacou José Silvestre Ribeiro, a emigração clara e legal não podia ser impedida pois era um direito constitucionalmente garantido, dado que a própria Carta abria “as portas da pátria a todos os cidadãos, permitindo-lhes sair para onde lhes conv[iesse]”³¹. O que devia ser coibido era a emigração clandestina, por ser fraudulenta e perniciosa. Enquanto a primeira era livre e voluntária, a segunda resultava amiúde de estratégias enganadoras e de “mesquinhos interesses” que enredavam os cidadãos incautos em redes de exploradores.

A EMIGRAÇÃO CLANDESTINA

Esta face mais recôndita do fenómeno emigratório, mais complexa e difícil de aprofundar, representava, tal como o contrabando, uma violação dos direitos do Estado e uma afronta às autoridades. Nos Açores de Oitocentos as partidas clandestinas terão sido bastante elevadas e mesmo prevaletentes nas ilhas mais pequenas e periféricas.

Que motivos levavam os insulares a embarcar ilegalmente, como se de uma fuga se tratasse? Em primeiro lugar, a pobreza dos implicados responsável pela falta de recursos para pagar os passaportes e as despesas da viagem, associada ao analfabetismo e à ignorância que afastavam os populares das formalidades das entidades oficiais. Em segundo lugar, o isolamento de certas ilhas e localidades, afastadas dos centros de decisão e poder, que dificultava o acesso a determinados serviços. Em seguida, o próprio cenário insular, que facilitava os embarques e os condicionalismos pessoais, como as situações de fuga ao recrutamento militar, à acção da justiça ou à censura familiar e social. Por fim, a não menos significativa acção dos intermediários ou engajadores que faziam do infortúnio de muitos um negócio bastante rentável. De acordo com Miriam Halpern Pereira o papel e a influência do engajador, inserido numa rede tenta-

³⁰ BPARPD – FGCPD, Livro 180, *Ofício ao Governador Civil da Horta*, 28 de Novembro de 1845, fls. 30v-31.

³¹ AHP – *Debates Parlamentares* (on-line), Sessão de 16 de Fevereiro de 1854, p. 105.

cular de agentes e intermediários, tornou-se fulcral, em todo o país, nos meandros da emigração clandestina³².

Por tudo isto, inúmeros e incontáveis açorianos rumaram ao Brasil nas malhas da clandestinidade, presos a contratos lucrativos para os intermediários e fazendeiros e caindo, por vezes, em autênticas armadilhas, porque enleados no sonho do enriquecimento fácil. Em 1845, por exemplo, alguma imprensa clamava contra os “exploradores de colonos” que contornavam a quaisquer medidas legais, que por si só eram quase impossíveis de fazer respeitar num território de cariz arquipelágico³³. Dois anos antes, o director da Alfândega de Ponta Delgada manifestara a sua preocupação face “à escandalosa emigração para o Império do Brasil” que, desde 1835, permitia o enriquecimento de forasteiros à custa do prejuízo e da escravidão de inúmeros incautos que se deixavam seduzir³⁴.

Nas ilhas do grupo central, pela proximidade entre as mesmas, os embarques furtivos eram tanto mais facilitados, quanto menor era também a intervenção das autoridades. O Faial mantinha quase todo o ano ligações com o continente americano, devido à escala de embarcações baleeiras e outras. A ilha de S. Jorge era outro ponto nevrálgico das partidas clandestinas não só devido à sua posição geográfica (próxima do Pico, do Faial e da Graciosa), mas sobretudo por causa das suas características e isoladas fajãs, abertas sobre o mar, e que facilitavam imenso os embarques ilegais. Tanto em S. Jorge, como na Graciosa, estima-se que predominariam as saídas ilegais, facto que o próprio Governador Civil, impotente, reconheceria na década de 70, afirmando que “a emigração clandestina se não excedeu a legal, não lhe foi decerto muito inferior”³⁵.

As partidas efectuavam-se durante a noite ou de madrugada, em baías, enseadas ou areais ermos e recônditos, desprovidos de qualquer fiscalização a ponto de, como refere Urbano de Mendonça Dias, se dizer deste tipo de emigração que era “embarcar de penedo”. Sucedia com muita frequência os navios abandonarem os principais portos das ilhas, com determinado número de passageiros legalizados e, iludindo as autoridades, em vez de rumarem ao destino declarado, ficavam a navegar nos mares açorianos. Voltavam um ou dois dias depois, pela calada da noite, a fim de receberem mais passageiros clandestinos que vinham ao seu encontro, em pequenos botes a remos, e em zonas previamente acordadas. Rapidamente as embarcações ultrapassavam a sua lotação, mas o negócio era tão rentável que não só os capitães arriscavam, com a conivência dos respectivos consignatários, como alguns negociantes chegavam a fretar navios para proceder ao embarque ilegal de passageiros³⁶. Alguns deles seria mesmo construídos com falsos porões e outros esconderijos para disfarçar os ilegais, contrariando todos os regulamentos policiais em vigor.

³² PEREIRA, Miriam, 1981: 21-22.

³³ *O ESCUDO*, n.º 51, 26 de Outubro de 1845.

³⁴ Cit. SILVA, 2004: 278.

³⁵ Relatório do Governador Civil de Angra de 1874.

³⁶ SILVA, 2003: 146-147.

As viagens eram feitas em péssimas circunstâncias motivando, pela falta de alimentos, de espaço e de higiene, graves enfermidades e até falecimentos³⁷. Por isso, a fiscalização das condições e segurança das viagens para o Império do Brasil faziam parte integrante das funções de polícia administrativa, emanando esta preocupação da própria legislação régia, como as portarias do Ministério da Marinha e Ultramar, de 19 de Agosto e 9 de Dezembro de 1842 e ainda de 2 de Março de 1843. Cada navio devia ser examinado “a fim de ver se esta[va] capaz de navegar com segurança para o Porto do seu destino”, assim como se devia fiscalizar os “mantimentos e aguada” em proporção ao número de passageiros e os respectivos despachos alfandegários, só depois devendo atribuir-se o respectivo certificado a remeter às autoridades distritais³⁸.

Outro expediente a que recorriam os responsáveis pelo tráfico de emigrantes era o de mandarem tirar passaportes para outras ilhas do arquipélago ou então para outras possessões portuguesas, como Cabo Verde, e depois de ludibriarem as autoridades, rumavam com destino ao Brasil. É claro que, amiúde, algumas autoridades subalternas cooperavam directa ou indirectamente com os engajadores e capitães sem escrúpulos, quer a troco de dinheiro ou, simplesmente, por incúria e negligência no desempenho das suas funções. Muito raramente a justiça conseguia actuar e mesmo sucedendo capturar-se algum infractor, estes eram sempre os peões e nunca os grandes responsáveis pela rede de tráfico.

Por tudo isto, não era fácil obstar à emigração clandestina, malgrado os esforços e o empenhamento dos governadores civis, dos capitães dos portos e de alguns administradores dos concelhos.

2.1. As tentativas de controlo e repressão

Ao longo da década de 40 (e seguintes) os governadores civis dos distritos desdobravam-se na promoção de medidas e apelos com vista a combater este flagelo.

A partir de 1844, o Governador Civil de Angra impôs rigorosas medidas de fiscalização a passageiros, bagagens e passaportes, a bordo de todas as embarcações que demandavam o porto da cidade, sob pena de os próprios capitães serem duramente punidos por qualquer infracção. As leis penais do reino e ilhas ainda não contemplavam medidas repressivas e punitivas, que só surgem com a lei de 20 de Julho de 1855, mais rigorosa e precisa do que o Código Penal de 1852³⁹. Todavia, nem sempre a burocratização e a repressão excessivas resultavam nos efeitos mais desejáveis. Recusar a emissão de passaportes, como chegaram a fazer os responsáveis pelos distritos de Angra e

³⁷ SILVA, 2003: 149.

³⁸ BPARPD – FGCPD, Livro 17, *Correspondência e Ofícios dirigidos a diversas Autoridades e Pessoas, 1842-1846*, fls. 50v-51, 54-54v.

³⁹ Cf. SILVA, 2004: 283.

Horta não era, sem sombra de dúvida, o meio mais eficaz e conveniente para obstar aos fluxos ilegais⁴⁰.

Na correspondência oficial do Governo Civil de Ponta Delgada, dirigida a diversas autoridades, é possível encontrar diversos ofícios remetidos ao Capitão do Porto para que obstasse, por todos os meios, ao embarque de passageiros clandestinos para o Império do Brasil. Alguns apelos resultavam de pedidos feitos por determinadas pessoas, por exemplo, credores ou oficiais de justiça, mas outros eram da própria iniciativa da autoridade, com o intuito de serem cumpridos os regulamentos policiais em vigor. Recomendava, pois, a máxima vigilância por ocasião das visitas a bordo, bem como a colocação de subordinados “em todos os pontos do litoral da Ilha”, após os despachos de saída dos navios mais suspeitos, para que não seguisse viagem indivíduo algum sem passaporte⁴¹. Mais ainda, lembrava o governador civil que todos os capitães dos navios que tocassem nos demais portos de S. Miguel tinham obrigação legal de se apresentar aos respectivos administradores dos concelhos, prática essa em que abusivamente eram omissos, sem declararem, como deviam, o dia ou prazo de saída⁴².

Reprimir e controlar eram as palavras de ordem e, para isso, a concertação entre os três prefeitos ou governadores civis insulares afigurava-se fundamental pois sucedia, ainda que raramente, apanharem-se emigrantes clandestinos saídos de uma dada ilha, quando o navio tocava o porto ou baía de outra⁴³. Todas as suspeitas que pendiam sobre determinadas embarcações (como o patacho Visconde de Bruges, a barca D. Maria II ou o brigue Formosura, depois designado Pedro II, o navio Triunfo Americano, entre outros), eram logo denunciadas ao homólogo mais próximo para fossem tomadas providências⁴⁴. Uma das formas de cooperação passava também pela informação confidencial dos vários sinais (às vezes dez ou mais) com que, os governadores e os secretários gerais dos distritos, rubricavam os passaportes a fim de evitar a existência de falsa documentação, crime que também afligia as autoridades⁴⁵.

Advogando muitos responsáveis que os meios indirectos e persuasivos de combate à emigração clandestina seriam os mais eficazes – como por exemplo, o aumento de empregos nas obras públicas ou a divulgação de notícias nefastas sobre emigrantes no Brasil – não deixavam, porém, de lamentar a falta de meios à sua disposição para combater este tráfico. Especialmente, a inexistência de uma embarcação de guerra que servisse, em simultâneo, de correio marí-

⁴⁰ SILVA, 2004: 285-286.

⁴¹ BPARPD – FGCPD, Livro 17, *Correspondência e Ofícios...*, fls. 12v-13.

⁴² BPARPD – FGCPD, Livro 34, *Correspondência dirigida a diversas Autoridades e Pessoas, 1840-1842*, fl. 4; Livro 17, *Correspondência e Ofícios dirigidos a diversas Autoridades e Pessoas, 1842-1846*, fls. 26-26v e 68v.

⁴³ BPARPD – FGCPD, Livro 180, *Registo dos Ofícios dirigidos à Prefeitura da Província Ocidental dos Açores, 1833-1854*, fls. 9-9v.

⁴⁴ BPARPD – FGCPD, Livro 180, *Registo dos ...*, fl. 10.

⁴⁵ BPARPD – FGCPD, Livro 180, *Registo dos Ofícios...*, Ofício dirigido ao Governador Civil da Horta, 27 de Maio de 1842, fl. 21v.

timo e de apoio à fiscalização dos mares e costas contra o contrabando e a emigração furtiva⁴⁶.

Os meios materiais nunca chegariam às ilhas, mas a questão da emigração clandestina nos Açores ascendeu aos debates das Cortes, por meados da centúria. Em 1854, diversos periódicos regionais e nacionais, noticiaram os “escandalosos” factos ocorridos em Pernambuco, com o patacho português *Arrogante*. Esta embarcação que só tinha lotação para 80 a 100 passageiros, chegara àquele porto brasileiro com 428 colonos a bordo, recolhidos na ilha de S. Miguel, dos quais apenas 100 possuíam passaporte. O problema, por já ser antigo e reincidente, mereceu a atenção de inúmeros deputados que se pronunciaram contra o crescimento deste fenómeno, bem como contra os ardilosos enganos a que eram sujeitos os emigrantes e as desumanas e promíscuas condições de uma viagem que atingia os 22 dias de mar. Para alguns representantes da nação afigurava-se necessária nova legislação ainda mais repressiva; enquanto que para outros as leis já existiam mas não eram devidamente aplicadas pelas autoridades competentes. Para o deputado Vellez Caldeira era obrigação das autoridades coibirem estes abusos, efectuando o estipulado por lei, mas não só falhavam os responsáveis do local de onde o navio saíra, como também o cônsul do sítio onde o navio fora aportar⁴⁷.

Sendo certo que muitas autoridades falhavam nas suas funções, sobretudo as subalternas que eram negligentes e, por vezes coniventes com os engajadores e os próprios emigrantes, também era um facto de que nas ilhas, dadas as condições geográficas e morfológicas, não era nada fácil combater a emigração ilegal. Como muito bem salientaram os deputados Silva Maia e Albergaria Freire, não só as autoridades insulares se debatiam também com falta de meios para combater este fenómeno, como era urgente o governo português empenhar todos os esforços necessários para promover acordos com o governo brasileiro para que, de forma concertada, debelassem este problema que, na época, muitos chegaram a designar por “escravatura branca”⁴⁸.

BIBLIOGRAFIA

- COSTA, Carreiro, 1972 – *Para a História da Emigração no Distrito de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: edição do Autor.
- DIAS, Fátima Sequeira, 1996 – *Uma Estratégia de Sucesso numa Economia Periférica. A Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura.
- JOÃO, Maria Isabel, 1991 – *Os Açores no Século XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LEITE, José Guilherme Reis Leite, 1989 – “Emigração Clandestina dos Açores para o Brasil no Século XIX”. *Revista de Cultura Açoriana*, Lisboa, Casa dos Açores, n.º 1.

⁴⁶ BPARPD – FGCPD, Livro 180, *Registo dos Offícios...*, Offício dirigido ao Governador Civil da Horta, 27 de Maio de 1842, fl. 23.

⁴⁷ AHP – *Debates Parlamentares* (on-line), Sessão de 16 de Fevereiro de 1854, p. 104.

⁴⁸ AHP – *Debates Parlamentares* (on-line), Sessão de 16 de Fevereiro de 1854, p. 105-106.

- MADEIRA, Artur Boavida, 1999 – *População e Emigração nos Açores (1776-182)*. Cascais: Patrimónia.
- MATOS, Paulo; SILVA, Susana Serpa, 2008 – “Oscilações populacionais, grupos e comportamentos sociais”, in *História dos Açores*, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. II.
- MENDONÇA, Luís Mendonça; ÁVILA, José, 2002 – *Emigração Açoriana (sécs. XVIII a XX)*. Lisboa: [s.n.].
- MIRANDA, Sacuntala de, 1999 – *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Edições Salamandra.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008 – “Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre Hecker (org.) – *Deslocamentos & histórias: os Portugueses*. Bauru-SP: EDUSC. p. 35-47.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- RILEY, Carlos Guilherme, 2003 – “A Emigração Açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais”. *Arquipélago-História*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2.^a série, vol. VII.
- SERRÃO, Joel, 1982 – *A Emigração Portuguesa: sondagem histórica*, 4.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Susana Serpa, 2003 – *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais, 1830-1841*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- SILVA, Susana Serpa, 2004 – “Emigração Clandestina nas Ilhas do Grupo Central por meados do século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do III Colóquio*. Horta: Núcleo Cultural da Horta.

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA EMIGRAÇÃO DOS CONCELHOS A NORTE DO RIO DOURO PARA O BRASIL (1886-1891)

João Ramalho Cosme

INTRODUÇÃO

Como o próprio título indica, vamos apresentar alguns tópicos sobre a emigração dos naturais dos concelhos a Norte do rio Douro. Este trabalho tem por base a pesquisa efectuada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, núcleo do *Governo Civil*, onde se encontram depositados os pedidos de passaporte requeridos no período decorrente de 1886 a 1891. O ano de 1886 foi escolhido como termo *a quo*, porque os primeiros pedidos aqui existentes reportam-se a este ano, a segunda foi seleccionada como termo *ad quem* porque foi o período de tempo que julgámos viável para executar a nossa investigação, e cuja documentação apresenta uma série contínua sem qualquer lacuna. Por conseguinte, esta investigação pautou-se pela consulta das primeiras vinte e uma caixas daquele núcleo documental.

1. BREVES NOTAS DE ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A migração é a variável menos natural que integra o sistema demográfico; por isso mesmo, pode dizer-se que é a variável mais “social”. A emigração esteve sempre ligada à história portuguesa. Vitorino Magalhães Godinho¹ referenciou-a mesmo como uma constante estrutural do passado português.

A partir da década de setenta de Oitocentos, ocorreu uma profunda reflexão sobre as causas explicativas, de cariz macroanalítico, sobre a emigração. Constatou-se que muitas das situações não eram facilmente justificadas através da dimensão macroanalítica; por isso, reduziu-se a escala de análise. Tomou-se particular atenção à decisão de emigrar e atribui-se o papel de protagonista ao indivíduo.

¹ GODINHO, 1978: 5-32.

A este propósito David Reher², defende que as teorias macroanalíticas não explicam como se produziu a selecção dos indivíduos nem como se adoptou a decisão de emigrar, nem a heterogeneidade das sociedades urbanas. Esta resposta terá de ser procurada através da análise microanalítica, onde ocorre uma redução da escala de observação e onde o método tem em conta procedimentos concretos e detalhados, procurando fazer uma descrição, o mais realista possível, do comportamento humano. Procura-se descobrir “as características sociodemográficas do emigrante, as características das unidades familiares em que germinou a estratégia de emigrar, as características das áreas ou zonas entre as quais se estabelecem os fluxos migratórios”³.

Com base nos postulados que acabámos de referir, damos particular ênfase às vantagens da utilização da metodologia microanalítica, onde as histórias de vida adquirem especial pertinência. O recurso a este método possibilita estudar a *reemigração*, bem como o *retorno*.

Convém frisar que a emigração, que vamos analisar, além de ser legal, representa também uma mobilidade de cariz particular. Por motivos de facilidade, estas pessoas dirigiram-se para Lisboa, onde providenciaram o passaporte, o visto no consulado brasileiro e tomavam o respectivo navio. O *Primeiro Inquérito Parlamentar Sobre a Emigração*⁴ apelida-a de emigração livre, por oposição à emigração contratada. Segundo este mesmo documento, a emigração livre inseria-se no grande princípio de liberdade de movimento dos povos, o qual, em regra, era proporcionador de benefícios económicos.

Além, do mais, estes migrantes dispunham de alguma capacidade financeira para adquirir o passaporte bem como o bilhete de viagem. Este género de emigração é muito bem retratada por Ferreira de Castro, no personagem Manuel da Bouça que deixou a sua terra e se dirigiu de comboio para Lisboa, onde obteve o visto e tomou o vapor com destino à terra de Vera Cruz.

2. DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DOS PEDIDOS

Começamos o nosso estudo, apresentando a distribuição do número de pedidos de passaportes pelos diversos anos. Para mais facilmente se visualizar a disposição cronológica dos pedidos, elaborámos o quadro seguinte:

² REHER, 2000: 31.

³ GARCÍA ABAD, 2005: 64-65.

⁴ *Primeiro Inquérito Parlamentar*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1873: 7-9.

Quadro n.º 1

Anos	Números absolutos
1886	27
1887	-
1888	-
1889	45
1890	105
1891	71
Total	248

O quadro que acabamos de apresentar ajuda a perceber que o número de pedidos de passaportes ganhou particular ênfase no ano de 1890, e com um valor significativo em 1891. Esta repartição é consentânea com o movimento migratório português desta época. Tal como já constatámos em dois trabalhos anteriores⁵, o ano de 1886, pautou-se por um reduzido número de pedidos, enquanto que no biénio de 1887-1888 praticamente não encontramos qualquer pedido. Foi a partir de final da década de oitenta/princípio da de noventa que ocorreu um aumento significativo do número de pedidos de passaportes para o Brasil. Estes valores estão em consonância com os dados apresentados por Jorge Fernandes Alves⁶. Este autor observou que no ano de 1890 se registou um pico máximo secundário apenas ultrapassado pelos valores de 1895.

Todavia, o recurso ao método microanalítico alerta para o fenómeno da *reemigração*. Esta realidade deve ser vincada já que ela demonstra que os valores encontrados não se reportam apenas a casos de emigração, pois detectamos algumas repetições de pedidos de passaporte⁷; o que significa que o número de pedidos de passaporte é superior ao quantitativo humano efectivamente saído. Nesta pesquisa, referente a um espaço de tempo muito curto, encontrámos vários casos que exemplificam cabalmente o que acabamos de escrever. Por exemplo, Manuel Elias José Marques de Andrade, natural de Amarante, pediu passaporte familiar em 21 de Janeiro de 1890. Através deste documento ficamos a saber que o requerente pediu autorização de saída conjunta para a sua mulher (Maria Isabel) e para os seus filhos (Ana, Manuel e Alda). Todos estes acompanhantes eram naturais do Rio de Janeiro. Isto quer dizer que ele já estivera, nesta cidade, durante algum tempo, onde se consorciou e os filhos nasceram. Agora, veio a Portugal a apresentar a sua novel família aos seus parentes e amigos, pretendo regressar novamente ao Brasil.

⁵ COSME, 2007b: 41-58; COSME, 2007a: 247-275.

⁶ ALVES, 1994: 166.

⁷ ALVES, 1999: 210.

Noutros casos, observámos que, durante estes período de seis anos que o nosso trabalho abrange, alguns requerentes solicitaram o seu passaporte mais do que uma vez. Por exemplo, o barão do Alto Marim, banqueiro, natural de Matosinhos, antigo concelho de Bouça, apresentou dois pedidos de passaporte num espaço muito reduzido de tempo. O primeiro está datado de 18 de Outubro de 1890 e o segundo foi assinado no dia 16 de Junho de 1891. Este exemplo comprova a existência de uma dinâmica de mobilidade entre Portugal e o Brasil, que tem subjacente uma lógica negocial, que não pode ser enquadrada como movimento migratório.

3. DISTRIBUIÇÃO POR SEXOS

A variável repartição por sexos é outra vertente que importa estudar. Assim, os quantitativos encontrados foram os seguintes:

Quadro n.º 2 – Distribuição por sexos

Sexo	Números absolutos	%
Homens	207	83,5
Mulheres	41	16,5
Total	248	100

Embora se possa concluir que os pedidos de passaporte foram feitos maioritariamente por homens, não se pode deixar de assinalar que cerca de 1/5 do total dos pedidos teve mulheres como autoras.

4. ESTRATOS ETÁRIOS

Passemos agora à apresentação das idades com que os requerentes solicitaram o respectivo passaporte. Para mais fácil organização, apresentamo-las por escalões de cinco anos.

Quadro n.º 3 – Estratos etários – Homens

Estratos etários	Números absolutos
10-14	5
15-19	-
20-24	17
25-29	16
30-34	28
35-39	35
40-44	36
45-49	31
50-54	16
55-59	14
60-64	3
65-69	3
70-74	3
75-79	1
Total	207

Quadro n.º 4 – Estratos etários – Mulheres

Estratos etários	Números absolutos
10-14	2
15-19	2
20-24	14
25-29	8
30-34	7
35-39	1
40-44	4
45-49	1
50-54	1
55-59	1
Total	41

Os dados destes dois quadros são bastantes elucidativos, já que o estrato modal é bastante distinto nos dois casos. Enquanto nos homens a frequência mais representativa se situa no estrato dos 40-44 anos, nas mulheres esta medida localizou-se nos 20-24 anos. Isto significa que havia uma diferença de 20 anos entre eles.

No caso dos homens, 130 dos 207 pedidos localizaram nos escalões dos 30 e 40 (30-49); ao passo que nas mulheres, 22 dos 41 situaram nos escalão dos 20 (20-29) anos. A principal causa explicativa desta diferença de comportamentos encontra-se na proibição dos homens emigrarem antes de cumprir o serviço militar.

5. ESTADO CIVIL

No que concerne ao estado civil dos requerentes de passaporte, os dados encontrados foram os seguintes:

Quadro n.º 5 – Estado civil – Homens

Estado civil	Números absolutos	%
Solteiro	86	41,6
Casado	105	50,7
Viúvo	16	7,7
Total	207	100

Quadro n.º 6 – Estado civil – Mulheres

Estado civil	Números absolutos	%
Solteira	30	73,2
Casada	6	14,6
Viúva	5	12,2
Total	41	100

Os quantitativos apresentados permitem afirmar que mais de metade dos homens que pretendiam emigrar eram casados, ao passo que nas mulheres a maioria era solteira. Os homens casados vão procurar o sustento da sua família, os elementos do sexo feminino procuram o sustento e amparo das próprias. Algumas das requerentes foram trabalhar, porém a maior parte foi juntar-se a elementos da sua família.

6. ORIGEM GEOGRÁFICA

Outra das variáveis que importa estudar é a localidade de origem dos emigrantes. Para uma análise mais completa apresentamos o número de pedidos distribuídos por *distritos*⁸.

⁸ Convém frisar que os dados do distrito do Porto estão subavaliados já que o concelho de Vila Nova de Gaia integra este distrito e nós não estudámos os pedidos dos naturais deste concelho.

Quadro n.º 7 – Distritos – Homens

Estado civil	Números absolutos	%
Braga	49	23,7
Bragança	15	7,2
Porto	60	29,0
Viana do Castelo	51	24,6
Vila Real	32	15,5
Total	207	100

Quadro n.º 8 – Distritos – Mulheres

Estado civil	Números absolutos	%
Braga	12	29,3
Bragança	3	7,3
Porto	8	19,5
Viana do Castelo	6	14,6
Vila Real	12	29,3
Total	41	100

Passemos agora a uma informação mais pormenorizada por concelhos. A cidade do Porto, com 34 pedidos, foi de longe a que apresentou um maior número de pedidos, seguindo-se-lhe Braga, Torre de Moncorvo e Arcos de Valdevez com 12 pedidos em cada uma destas localidades.

7. DESTINOS

Outra das especificidades que urge conhecer é os destinos para onde os nortenhos se dirigiram. Para os *homens* encontraram-se os seguintes dados:

Quadro n.º 9 – Destinos – Homens

Destinos	Números absolutos
Bahia	7
Ceará	2
Manaus	4
Maranhão	7
Pará	26
Pernambuco	13
Rio de Janeiro	136
Rio Grande do Sul	1
Santos	6
S. Paulo	5
Total	207

A cidade do Rio de Janeiro foi a que, mais vezes, surgiu nos pedidos de passaportes, seguindo-lhe as cidades do Pará e de Pernambuco. A capital brasileira foi preferida por 136 dos 207 pedidos, o que significa 65,7% do total; isto é, quase dois terços dos pedidos teve como destino o Rio de Janeiro. Esta concentração está certamente correlacionada com o tipo de emigrantes e a actividade que estes se iam dedicar.

Com a finalidade de se especificar os destinos pretendidos pelas *mulheres* elaborámos o quadro que se segue:

Quadro n.º 10 – Destinos – Mulheres

Destinos	Números absolutos
Bahia	1
Maranhão	1
Pará	7
Rio de Janeiro	31
Santos	1
Total	41

Também nas mulheres, a cidade do Rio de Janeiro foi a que surgiu mais vezes nos pedidos de passaporte. Pode, por isso, concluir-se que a cidade do Rio de Janeiro era nesta altura, sem margem para dúvidas o grande centro desta emigração livre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos pedidos de passaporte efectuados em Lisboa permite descortinar uma emigração individual, onde é visível que a maior parte não era agricultor, mas dedicava-se à actividade comercial (negociante, comerciante e empregado no comércio), e pretendia ir desempenhá-la no local para onde ia emigrar. Estas pessoas são portadoras de *know how* nesta área, razão pela qual são desejados nestes espaços de destino.

A leitura dos pedidos de passaporte corrobora totalmente esta asserção. A presença em Lisboa pode ser considerada como um tempo de aprendizagem dos conhecimentos inerentes à actividade comercial, alargando assim as hipóteses de inserção no mercado de trabalho.

Estes homens dirigiram-se maioritariamente para os espaços com maior aglomeração demográfica, onde o negócio, precisamente apresentava melhor condições de prosperidade.

Para a decisão de partir contribuía significativamente os conhecimentos e a presença de familiares, de amigos e de conterrâneos nos diversos destinos da

emigração, o que muito contribuiu para a saída e a inserção nos novos espaços durante os primeiros tempos em que aí chegavam.

FONTES

ANTT – *Governo Civil, Passaportes*, caixas 1 a 21.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1999 – “Variações sobre o “Brasileiro”. Tensões na emigração e retorno no Brasil”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XXXIII, p. 191-222.
- COSME, João, 2007a – “Nótulas sobre a emigração das Ilhas Periféricas (1886-1895)”, in *Actas do IV Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 247-275.
- COSME, João, 2007b – “Nótulas sobre a emigração madeirense na segunda metade do século XIX”. *Isleña*, Funchal: DRAC, Funchal, n.º 41, p. 41-58.
- FRANCO, António L. de Sousa, 1968 – “A Emigração e o Direito”, in *Visão Cristã dos Problemas da Emigração*, Encontro, V, Lisboa.
- GARCÍA ABAD, Rocio, 2005 – *Histórias de emigración. Factores de expulsión y selección de capital humano en la emigración a la Ría de Bilbao (1877-1935)*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978 – “L’Émigration Portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurelle et les réponses aux changements du monde”. *Revista de História Económica e Social*, n.º 1 (Jan.-Jun.), p. 5-32.
- MARTINS, Oliveira, 1994 – *Fomento Rural e Emigração*, 3.ª ed., Lisboa: Guimaraes Editores.
- REHER, David, 2000 – “La investigación en Demografía Historica: Pasado, Presente y Futuro”. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XVIII-II, p. 15-78.
- SERRÃO, Joel, 1974 – *A emigração portuguesa. Sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte.

EMIGRAÇÃO DOS MINHOTOS PARA O BRASIL (1850-1910) OS BEM SUCEDIDOS E OS OUTROS

Adília Fernandes
Odete Paiva

INTRODUÇÃO

O Minho terá sido a região portuguesa de onde saiu mais gente para o Brasil, desde a colonização até à emigração massiva do século XIX, tendo esta última alterado profundamente a face social e económica da região. Da História à Literatura, o fenómeno da emigração/imigração é recorrente nos autores lusos e brasileiros.

A figura do *brasileiro* ainda hoje faz parte do universo mental português. A sua intervenção, que passou nomeadamente pela banca, pela indústria, pelo comércio, pela construção imobiliária, pela instrução (construção de escolas e subsídios), pela saúde e assistência, fez mudar gentes e territórios. A participação em irmandades, bem como a criação de vínculos com pessoas da elite foi elemento de salvaguarda e trânsito social.

Gerações sucessivas de minhotos marcaram estreita ligação com o Brasil, levando para a ex-colónia um capital humano apreciável, com repercussões na pirâmide etária e na malha social do Minho.

Camilo Castelo Branco, que viveu em Ceide, freguesia do concelho de Famalicão, numa casa que era do primeiro marido de Ana Plácido, um *brasileiro de torna viagem* e onde produziu grande parte da sua obra, fala-nos incontáveis vezes da mobilidade ascendente e das representações sociais.

Em 1872, hospedou-se no hotel de Famalicão um brasileiro a quem os seus criados negros e brancos chamavam simplesmente o Sr. Comendador (...) não viera recomendado a algum dos barões da terra. Enviara adiante a recomendação da parelha das orcas, da caleche, dos lacaios (...) conquanto nem ele nem criados declarassem os seus nomes e apelidos, os jornais do Porto haviam anunciado a chegada do maior capitalista de Pelotas, o Sr. Manuel José da Silva Guimarães (...) aí está Belchior Barnabé, o enjeitado, (...) cujo palácio se avista entre as pompas da arquitectura e das decorações (...) Conversaram sobre a guerra do Paraguai, sobre a emigração dos minhotos, sobre o estado florescente da indústria e agricultura portuguesa¹

¹ NOVELAS do Minho: 104-105; 107; 123.

Nem todos os emigrantes se inscreveram neste desiderato. As histórias dos *brasileiros* descritas por Eça, Júlio Dinis e demais escritores portugueses coevos entrecruzam-se com as histórias de outros a quem a sorte não bafejou, relatadas por Sousa Fernandes e mesmo por Camilo. Histórias que nos dão a conhecer vivências diversas, as dos tais que não tiveram projecção, como a de um enjeitado, que não o comendador Guimarães (a que se alude no início), rapaz esse que casou com Maria, bonita rapariga que, chegada ao Rio, foi para a prostituição por razões de total carência económica. O marido, que entretanto fora para soldado, desertou. Chamaremos estes emigrantes de *os outros*, por antítese aos bem sucedidos, ou seja, os fracassados, na designação de Igor Machado.

Falaremos, de igual modo, dos *abrasileirados*, expressão que Jorge Alves atribui àqueles que retornavam com o dinheiro suficiente para endireitar a vida, v.g., melhorar a casa, resgatar a hipoteca, pagar as dívidas contraídas, comprar algumas terras, ou montar um pequeno negócio. E, aqui, não poderemos deixar de referir as vivências e contingências, pois nem sempre os *brasileiros* de sucesso, aqueles que compraram quintas, fizeram palacetes, ofereceram festas e banquetes, foram bem sucedidos até ao fim das suas vidas. José Francisco Trovisqueira é disso exemplo. Teve em praça muitos dos seus bens e faleceu na primeira casa que comprou, muito modesta face ao seu palacete, na antiga Rua Formosa, onde recebera reis, príncipes e muita aristocracia do seu tempo. Cabe, aqui, falar também em Pinto Monteiro, o Cego de Landim, personagem da obra *Novelas do Minho*, cuja vida foi de opulência e terminou na ladeira da pobreza, abrindo um botequim em Famalicão, onde gastou as suas últimas moedas.

1. A REALIDADE POLIÉDRICA DA EMIGRAÇÃO

Sousa Fernandes, *brasileiro* de sucesso, nasceu em Famalicão, no ano de 1849. Aos 13 anos, emigrou para o Brasil, onde encontrou o amparo de familiares, passando, em pouco tempo, de simples empregado a sócio. Conseguiu fazer fortuna em pouco tempo. Apesar disso, e porque presenciou o poliedro da realidade, manifestou-se um acérrimo defensor da contenção da emigração, afirmando ser: “um capital que perdemos e que desfalca por igual o nosso patrimonio e a nossa renda: o nosso patrimonio porque a propriedade rural decresce de valor na razão directa da somma de trabalho que falta ao seu amanhã; a nossa renda, porque a produção do solo diminue necessariamente à falta de agentes que a promova”². Acrescentou que “dos milhares e milhares de emigrantes que se vão, alguns regressam ricos e felizes, é certo, outros não voltam mas de lá subsidiam com recursos as suas famílias; é, porém, ponto averiguado que não há nesta parte útil da questão vislumbre de compensação para o pesado ónus que ella acarreta ao nosso paiz”³.

² Sousa Fernandes, 1998: 101.

³ Sousa Fernandes, 1998: 130.

Para além de Sousa Fernandes, aparecem várias testemunhas que nos dão conta da miséria por que passava a maior parte dos portugueses que chegava àquele país e consideravam exagerada esta emigração. Disto dava conta o jornal famalicense *A Estrela do Minho*, de 23 de Novembro de 1913, no artigo de um seu colaborador que se encontrava naquele país e que fazia eco com muitas outras vozes.

Inúmeras situações bem distintas dessas que a História mais gosta de registar, vão constatando tais preocupações.

Sousa Fernandes dá-nos conhecimento da vida de um emigrante português, José, criado da “chácara, que varria dos passeios as folhas mirradas pelo tempo e para alli sacudidas pelo débil sopro da viração”. Conta Sousa Fernandes que José era casado e que estava no Brasil há três meses para onde viera seduzido por “anelos de fortuna”. Ganhava 40 mil réis mensais e a mulher 30 mil, como criada de uma família alemã, e que só se viam aos domingos. Tinha o desejo de juntar uns *patacos* e regressar à terra natal, dizendo serem suficientes cem moedas e que precisava de dois anos para as conseguir.

Esta história tem, contudo, outro epílogo, a morte da mulher, vítima da febre-amarela e, passado pouco tempo, a de José, na Misericórdia, com a mesma enfermidade.

Fim idêntico tem Camilo, de alcunha o Quintinha, natural de Avidos, freguesia do concelho de Vila Nova de Famalicão, que regressou do Brasil em extrema miséria. Culto, com uma bela caligrafia, fotógrafo e pintor, mas sentindo-se um vencido da vida, isolou-se na apatia e na introversão, limitando-se a fazer leituras ao domicílio em troca de refeições.

Manuel Marques Coelho teve, também, um final pouco afortunado. Natural da localidade concelhia de S. Cosme do Vale, era conhecido pelos nomes de Manuel Marafona, marchante Marafona e *brasileiro* Marafona, alcunha que herdara do pai, emigrante como ele no Brasil. Boémio, viveu entre grandes festas, no dizer da época, emparceirando com Nuno Plácido Castelo Branco, filho natural legitimado de Camilo e Ana Plácido, conhecido igualmente por este aspecto e a quem ajudou no rapto de uma rapariga de 17 anos com quem veio a casar. Vaidoso, fazia-se passear pela cidade, de *charrette* puxada por dois cavalos.

Esta forma aparatosa de viver trouxe-lhe algumas contrariedades. Proprietário do jornal local *Progressista*, apesar de ter apenas a 4.^a classe, pensou que esse facto lhe possibilitaria aceder como sócio à *Assembleia Recreativa* que, por gozar de grande prestígio, lhe conferiria “pergaminhos de elevação”. Por votação, foi-lhe recusada a admissão. Apontaram-se, como razões para tal, o facto de ser um *brasileiro* marchante, de se desconhecem pormenores da sua vida no Brasil e de ter uma vida local reprovável.

Marques Coelho resolveu vingar-se desta afronta. Criou uma instituição semelhante à *Assembleia Recreativa*, o *Club Camilo Castelo Branco*, que veio a atrair, com os bailes que organizava, um grande número de jovens, aspecto em que rivalizava com aquela. Teve, no entanto, vida efémera. A sua triste fama

é agravada por um acto que revoltou uma população inteira. Ao pretender fazer os seus habituais passeios a cavalo e na recusa deste em andar, ateou-lhe fogo depois de sobre ele despejar aguarrás, provocando-lhe a morte. Esta situação motivou a produção de pasquins que se colavam em muros e portas. A violência popular contra Marques Coelho levou-o a andar de espingarda a tiracolo e a regressar ao Brasil.

2. OS BEM SUCEDIDOS

O Brasil foi destino por excelência dos emigrantes do Minho e, no caso de Vila Nova de Famalicão, considerando só a emigração legal, o Rio de Janeiro tornou-se a sua escolha preferencial.

Muitos são os que na terra de chegada contam com um parente, um amigo ou até um padrinho para os ajudarem a integrar-se. Partiam alguns só depois de feito o tirocínio numa casa comercial do Porto, de Guimarães, ou até de Famalicão, muitos com reduzidos conhecimentos de leitura, de escrita e de operações matemáticas básicas.

Numa região em que a pequena propriedade é dominante, a emigração enquadrava-se numa estratégia de sobrevivência e reprodução social de muitas famílias, e constituía um factor equilibrador entre população e recursos. Com um sistema de herança em que era dado ao chefe do agregado familiar e detentor da unidade económica o poder de eleger o herdeiro privilegiado, deixando-lhe o terço ou quota disponível, parte dos filhos via-se na contingência de trabalhar para a casa, o que nem sempre era possível, ou de abandonar a unidade agrícola familiar, juntando-se a emigrantes de menor disponibilidade económica.

Do seu retorno, conservam-se memórias nas escolas que edificaram para uso das populações locais, dando forte contributo para a sua alfabetização, nas Misericórdias, com o correlato apoio aos menos favorecidos, nos edifícios ditos de estilo *brasileiro*, no mobiliário com que os decoraram e em outro tipo de acervo tal como nas histórias de vida.

A ascensão social conseguida através do dinheiro é visível nas comendas e nos títulos nobiliárquicos atribuídos, v.g. ao barão de Famalicão, ao visconde de Famalicão, este último revolucionador do traçado urbano famalicense, ao primeiro barão de Joane. É patente, também, nos casamentos com noivas da aristocracia, por exemplo, a mulher do visconde de Famalicão, também chamado visconde das Águas. A sede do concelho e muitas das suas freguesias são profundamente marcadas pela presença das casas destes *brasileiros*, encontrando-se entre os seus proprietários pessoas de notoriedade nacional, como a de Bernardino Machado, filho do primeiro barão de Joane e a do barão da Trovisqueira.

Retomemos Camilo, que nos diz que Famalicão, “nesse tempo, estava na apojadura das suas prosperidades. Choviam ali brasileiros que nem maná nas



Figura n.º 1
Palacete de Bernardino Machado



Figura n.º 2
Palacete do Barão da Trovisqueira,
actual Museu Bernardino Machado

areias da Mesopotâmia. Dos paus alagadiços irrompiam casas de azulejos variegados. Vila Nova era o centro da locomoção do Minho, da mercância agrícola, da vilegiatura dos portuenses”⁴.

Os bem sucedidos apresentavam, por um lado, traços distintivos e, por outro, elementos comuns que os ligavam: partiam para o Brasil na adolescência; contavam com redes de parentesco e de vicinidade na sua ida e início de vida na nova terra; conheciam, graças ao sucesso económico, a ascensão social; deixavam marcas na terra de acolhimento e em Portugal.

Entre muitos casos já estudados, elegemos os seguintes, por nos parecerem paradigmáticos.

António da Silva Maia nasceu em Vila Nova de Famalicão, na segunda metade do século XX. Era sobrinho do Dr. Eduardo José da Silva Carvalho e de Ricardo Carvalho. Foi emigrante no Brasil, tal como o irmão, Ricardo Silva Maia, falecido no Rio de Janeiro, em Abril de 1906.

António Silva Maia teve sucesso na carreira comercial, no Rio de Janeiro, onde casou e constituiu família. Nesta cidade, desempenhou funções de relevo, de que se destacou a directoria da Real e Benemérita Caixa de Socorros Mútuos D. Pedro V. Em Portugal, foi condecorado com a comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, vindo a ser também conselheiro.

Numa altura em que a tuberculose grassava, destacou-se pelo seu contributo monetário para a construção do Sanatório Silva Maia, em Famalicão, doando também o terreno e cooperando no seu equipamento e manutenção. A

⁴ *NOVELAS do Minho*: 154-155; 165-166.

Associação promotora de que foi fundador e primeiro sócio benemérito, assumiu a designação de Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia. Para além da ajuda directa, fomentou subscrições no Rio de Janeiro, que em muito concorreram para a obra, quer do sanatório, quer do dispensário, ambas destinadas a erradicar a tuberculose, numa acção dirigida aos mais desfavorecidos do concelho, tal como refere o artigo 1.º dos Estatutos.

Faleceu ainda muito novo (1913), naquela cidade, onde também morreu o irmão.



Figura n.º 3

Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia.
Diploma

António Luís Mendes, o futuro visconde de Gemunde, nasceu no dia 11 de Novembro de 1846, na freguesia barcelense de Viatodos. Era filho de Luís António Mendes e de Joaquina Ferreira da Cruz e neto paterno de António José Mendes e Maria Pereira, da freguesia de Gemunde. Os seus avós maternos foram Manuel Ferreira da Cruz e Ana Ferreira, da freguesia de Gondifelos. Os pais, trabalhadores rurais, viveram algum tempo em Viatodos, daí o nascimento do filho nesta freguesia. Mais tarde, fixaram-se em Gemunde, vindo este a falecer aqui.

António Luís vinha de Gemunde à *Casa dos Paz*, próximo da igreja de Brufe, aprender a ler e a escrever, calcorreando caminhos em busca de instrumentos que muito o ajudaram em terras brasileiras. Chegou a Niteróy aos 14 anos (1860) e empregou-se no comércio. Passados três

anos, já trabalhava por conta própria, como negociante e, graças a um empréstimo vultuoso de um amigo, pôde investir tornando-se um importante fornecedor dos serviços militares brasileiros.

Em poucos anos, dado o volume de negócios conseguido, elevou a fortuna, a par da ascensão social. Foi membro da Junta Comercial desta cidade e comerciante matriculado (podendo vender produtos nacionais e estrangeiros), na cidade de Niteróy. O seu prestígio trouxe-lhe a nomeação para o cargo de vice-cônsul de Portugal, nesta cidade, que o acolheu e onde sempre desenvolveu a sua actividade.

Pertenceu a muitas associações, entre elas a Associação de Socorros à Pobreza Desamparada de Niteróy, para a qual foi designado Benfeitor (1895), título por excelência. Viveu, nesta cidade, 35 anos, casando com uma cidadã do Rio de Janeiro. Regressou a Portugal, já perto dos cinquenta anos. Instalou-se provisoriamente na melhor unidade hoteleira de Famalicão e, depois, numa rica vivenda mandada construir por um capitalista desta cidade, *brasileiro* como

ele. Foi o primeiro famalicense a usufruir, em sua casa, de um sistema de iluminação pelo gás acetilene.

Destacou-se pela significativa contribuição monetária à Irmandade do Hospital de S. João de Deus, de que se tornou Irmão Benemérito e Provedor (em 1896), à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, de que foi Benemérito, à Junta da Paróquia, para a continuação das obras das Escolas Oficiais, escolas estas que, devido à avultada ajuda de mais *brasileiros*, puderam ser das melhores da região. Assumiu a presidência da Assembleia-Geral do Clube de Caçadores (1897).

António Luís Mendes veio a ser nomeado visconde de Gemunde, em 1896, pelo rei D. Carlos, em reconhecimento da obra social que desenvolveu em Famalicão e da ajuda prestada a muitos compatriotas no Brasil, principalmente como vice-cônsul em Niteróy, aquando das convulsões político-sociais dos finais da monarquia e instauração do regime republicano neste país. No ano seguinte, atribuíram-lhe a Comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, a que estava inerente a regalia de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Foi distinguido pelo povo famalicense com um hino expressamente composto para ele pelo director da Banda dos Bombeiros Voluntários de Famalicão, em 1896, aquando da concessão do título. A sala do Teatro Progresso ficou com o seu nome – Teatro Visconde de Gemunde.

O visconde e a viscondessa de Gemunde privaram com a elite famalicense, incorporando-se nos principais eventos.

Este titular tinha casa alugada em Matosinhos, o que lhe permitia estanciar na praia e desfrutar do Porto, cidade próxima. A partir sensivelmente de 1902, passava a maior parte do ano em Lisboa, vindo no Verão para Famalicão. Em 1906, adquiriu a grande Quinta de Santa Marta, em Algés, onde permanecia a maior parte do tempo, com vindas anuais à sua vila.

Faleceu em Lisboa, em 26 de Agosto de 1915. Foi sepultado no cemitério da Ajuda, juntamente com o filho, nascido em Niteróy e falecido em 1913. Por sua expressa vontade, os restos mortais de ambos vieram a ser trasladados para o cemitério de Gemunde, que ele mandou construir em 1896 e onde edificou um jazigo para sepultura dos pais. Aqui repousa num sepulcro imponente, mas elegante.

Vejamos, agora, o caso de José de Araújo Carvalho. Nasceu no Louro a 19 de Fevereiro de 1866, filho de António de Araújo Carvalho e de Albina Rosa de Sá, trabalhadores rurais. No Rio de Janeiro, trabalhou como empregado comercial e, mais tarde em S. Paulo, como gerente de uma filial da mesma empresa. Trabalhador indó-

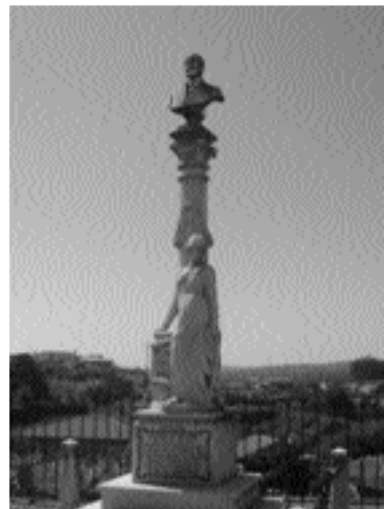


Figura n.º 4
Túmulo do Visconde de Gemunde

mito, fundou anos depois, com o irmão, uma empresa comercial de vinho tipo *cognac* e outra de sabões. Com a criação da sociedade *Vinhos Carvalho*, que detinha a exclusividade da importação dos vinhos do Alto Douro, José Carvalho atingiu o seu acume como maior empresário de S. Paulo neste sector.

Em 1905, casou com Maria das Dores Alves Guimarães, natural de S. Paulo e também ela possuidora de bens consideráveis. Não tiveram filhos. Vieram para Portugal em 1910, com uma avultada fortuna. Falava-se que José de Araújo Carvalho comprava no Louro, todas as propriedades (terras e imóveis) que lá se achavam à venda.

Grande filantropo, contribuiu para minimizar as carências de muitos dos seus conterrâneos, através da distribuição de bens alimentares, empréstimo de casas de habitação e criação de postos de trabalho, o que configura a sua consciência social. Fez donativos à Santa Casa de Misericórdia e ao Hospital, ajudou monetariamente para a conservação de património civil e religioso e para a construção de escolas. Deixou em testamento todos os seus bens à Misericórdia de Famalicão.

Desempenhou, entre 1919 e 1921, o cargo de senador na Câmara de Vila Nova de Famalicão, na edilidade de Júlio de Araújo, *brasileiro*.

Conhecido como o Carvalho de Travassos, revelou-se uma personagem de grande densidade, movendo-se nos vãos da sociabilidade. Algumas das suas acções alertaram consciências e questionaram atitudes. As pagelas, em estilo panfletário, que distribuía como manifestos, em dia de feira semanal da Vila, consolidaram-no como figura que procurou aliar o seu sincretismo religioso à pragmática do seu viver em sociedade.

Falemos agora de uma “dinastia de *brasileiros*”, os Brandão Faria. Na família de José Esteves Brandão o Brasil estava muito “próximo”, pois os seus genes por lá andavam desde, pelo menos, os tios avós, Francisco⁵ e António⁶. A avó Benta falava amiúde dos irmãos e estes descreviam-lhe a terra brasileira, dando dela uma visão de oportunidades. Assim, o pai e o tio partiram para o Rio de Janeiro já com a “carta de recomendação” para os tios, subscrita pela avó. Por lá fizeram real a possibilidade de alcançarem êxito ao dedicarem-se a uma área tão conhecida dos portugueses nessas terras, o comércio.

Os tios avós, o barão de Faria, Francisco da Costa Faria e o comendador António da Costa Faria emigraram jovens para o Brasil, onde enriqueceram e se tornaram comerciantes de “grosso trato” na praça do Rio de Janeiro. Rece-

⁵ Francisco casou no Rio de Janeiro, com uma mulher brasileira. O barão de Faria, detentor de uma enorme fortuna, foi um homem culto e filantropo. Pensamos que a Misericórdia do Rio de Janeiro, de que foi benfeitor, possui um retrato seu. Os filhos foram figuras de relevo no Brasil e um deles, António Costa Chaves, foi banqueiro e o criador do Bairro de Ipanema, nesta cidade.

⁶ O comendador António da Costa Faria nasceu em Vila Nova de Famalicão, a 20 de Agosto de 1814. Era filho de Francisco da Costa Ortiga e de D. Teodora Maria de Faria. Casou em 6 de Janeiro de 1862, com D. Maria Amélia Lobão. Regressou, mais tarde, a Famalicão onde habitou um palacete no Campo da Feira, adquirido a outro *brasileiro*.

beram os sobrinhos (o pai e o tio de José Brandão) que também lá casaram com mulheres brasileiras, tiveram filhos e singraram na vida comercial.

Retomemos o percurso de vida de José Brandão. O pai emigrou para o Brasil na adolescência, talvez depois do irmão mais velho, Paulo⁷, que se deslocou para o Rio com 13 ou 14 anos, empregando-se logo na casa de comércio do tio, o barão de Faria. Nunca regressou a Portugal. O pai de José Brandão singrou no Brasil ajudado pelos familiares e casou no Rio de Janeiro, com uma cidadã carioca, de quem teve, pelo menos, dois filhos, José e Heitor⁸. Bem sucedido nos negócios, mandou construir um palacete na zona nobre da vila de Famação⁹. José Brandão nasceu na cidade do Rio de Janeiro e aqui viveu os primeiros anos da sua infância. O seu enorme culto pela arte levou-o a investir toda a vida neste campo, a ponto de reunir uma colecção reconhecida nacional e internacionalmente e da qual faziam parte peças raras.

Conhecemos estas obras pelo catálogo produzido por uma conceituada leiloeira de Lisboa, aquando da venda do seu espólio, em 1954, (pouco depois da sua morte). Dele constavam pinturas, aguarelas e desenhos, gravuras, bronzes, mármore, marfins, louças, *bibelots*, moedas, armaria, bengalas, móveis e lotes de objectos diversos. A título meramente exemplificativo deste imenso e rico espólio, destacamos os trabalhos de pintura da escola francesa, italiana, flamenga e espanhola assinados por A. Brower, Berghen, Isidore Cunetier, Diaque, W. Whyte, Marantónio, Louis Albert Delarive, Emiliee Preyer, as aguarelas e desenhos de E. Lambert, Franc Graig, as gravuras de A. Durer, Van der Lin. Encontramos os bronzes dos mais céle-



Figura n.º 5
Catálogo das peças de arte
de José Brandão postas em leilão

⁷ Escreveu artigos de fundo para diferentes jornais brasileiros, principalmente para o *Jornal O Comércio do Rio de Janeiro* e interveio na célebre questão que envolveu o Bispo de Olinda (Pernambuco). Publicou vários livros e sustentou polémicas literárias com José Feliciano de Castilho e com Manuel de Melo, relativamente ao catálogo do Gabinete Português de Leitura.

⁸ O irmão, Heitor Esteves Brandão, casou com uma filha do comendador Constantino Nunes de Sá, natural de Minhotães, Barcelos, dono de negócios no domínio da banca, no Rio de Janeiro. Foi um grande capitalista e a sua firma estava representada em Famação por Gomes & Brandão e também Brandão & C.^a.

⁹ José Salgueiro Esteves Brandão, que então vivia em Lisboa, vendeu este grande edifício, em 1920, ao tio Carlos José de Faria Brandão e ao irmão Heitor Esteves Brandão. Em 1931, devido a problemas financeiros, Heitor vendeu a sua parte ao tio Carlos. Após o falecimento deste, a 21 de Dezembro de 1942, passou por legado à segunda sobrinha Marina Brandão. Anos depois foi comprado por Álvaro Folhadela Marques.

Peças do Catálogo



Figura n.º 6
Pintura da escola italiana
(século XVI ou XVII)



Figura n.º 7
Busto de mármore
da escola italiana
(século XVII ou XVIII)

bres escultores do século XX, como Pedro Jules Mene, Jean August Barre, Isidore Bonheur e mármore de Carrara, entre os quais sobressai um busto de Cristo do século XVII, marfins dos séculos XVII e XVIII, que contam com a linda imagem de S. José e o Menino, num só bloco, e com o célebre galo de porcelana de Saxe, de Jean Joachim Kandier, que pertenceu à coleção da marquesa da Foz.

Sigamos, agora, Bernardino Ferreira da Costa e Sousa, futuro conde de S. Cosme do Vale. Nasceu, no dia 12 de Março de 1852, na freguesia de que tomou o título. Era filho de Domingos Ferreira e Francisca da Costa Marques. Emigrou para o Rio de Janeiro em 1866, com catorze anos¹⁰ e começou a trabalhar por conta própria aos 26 anos, (1878). Recebeu a ajuda do conde de S. Salvador de Matosinhos, que também auxiliou outros emigrantes portugueses em terras brasileiras. Em 1884, Bernardino de Sousa comprou a velha Fábrica do Gelo da praia de Santa Luzia, no Rio de Janeiro e, passado pouco tempo, com a actualização dos equipamentos e outros investimentos, produzia gelo suficiente para abastecer a capital, ou seja, 36 000 quilos por dia. A indústria prosperou e trouxe-lhe riqueza¹¹.

¹⁰ No Rio de Janeiro, também trabalhavam o irmão António, como sócio na Fábrica de Gelo Santa Luzia e o Manuel como comerciante. Ambos foram agraciados com títulos nobiliárquicos, o primeiro com o de comendador e o segundo com o de barão de Famalicão.

¹¹ Conta-se que alguns dos seus empregados decidiram montar uma indústria do gelo, usando os conhecimentos aprendidos, mas Bernardino Sousa encarou esse episódio como uma afronta e baixou tanto o preço do gelo, que essa nova fábrica se encaminhou para a insolvência. Acabou por falir, quando ele decidiu fazer a distribuição do gelo gratuitamente.

Bernardino casou com Maria Dolores Josim Terám, de nacionalidade espanhola, e não tiveram filhos. O imenso património possibilitou-lhe entregar-se a obras de beneficência, bem como à promoção da cultura. Pertenceu à Sociedade Portuguesa de Beneficência, de que veio a ser eleito conselheiro-mordomo em 1903, ao Liceu Literário Português, que apoiou monetariamente, à criação da Caixa de Socorros Viscondessa de S. Cosme do Vale e do Montepio Visconde de S. Cosme do Vale (mais tarde anexados à Associação Condes de S. Salvador de Matosinhos e de S. Cosme do Vale). Preocupado com a justiça social e com os direitos humanos, tornou-se membro da Confederação Abolicionista.

Foi comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1886), visconde (1887), conde (1902) e comendador da Ordem da Rosa, (título honorífico brasileiro). Veio para Famalicão em 1903 e ficou, temporariamente, no palacete dos Machados, propriedade da família de Bernardino Machado, futuro presidente da República. Instalou-se depois numa casa alugada da zona nobre da vila, moradia antiga e de pergaminhos e que pertencia, então, à viúva de um *brasileiro* com rendimentos. A seu lado, neste largo, vivia o seu irmão, o comendador António Ferreira Marques de Sousa.

Reconstruiu a modesta habitação dos pais e lá passou a viver. Tornou-se o mentor e principal obreiro do grandioso *Edifício Paroquial para as Escolas S. Cosme do Vale*, cujo funcionamento chegou a sustentar, e de mais boas obras na freguesia.

Foi o principal benfeitor da reconstrução da Igreja matriz de Famalicão, em 1902, e promotor do embelezamento da vila, com abertura de novos arruamentos, ajudando, ainda, o Hospital da Misericórdia.

Em 1903, o conde e a condessa regressaram a Famalicão vindos de Lisboa e tiveram uma recepção em tudo idêntica à prestada à família real, quando aqui ficou a caminho de Braga. Surgiu na altura o jornal *Homenagem* inteiramente dedicado a este acontecimento. Na terra natal, teve idêntico acolhimento, com autoridades civis e religiosas, entre uma mole humana de conterrâneos.

Depois de se fixar em S. Cosme do Vale ia, anualmente, tratar de negócios ao Rio de Janeiro.

Faleceu em 25 de Outubro de 1909. O funeral foi imponente, com um grande acompanhamento enquadrado por destacadas personalidades e, dado que a sua acção se compaginou também ao Brasil, este país fez-se representar. O corpo ficou depositado em campa rasa, trasladado em 1911 para o túmulo monumento encimado pelo seu busto e mandado construir por ele nesta freguesia. A obra ficou a cargo de uma conceituada empresa por-



Figura n.º 8
Túmulo do Conde
de S. Cosme do Vale

tuense¹². Transformou-se, mais tarde, em jazigo de família e é, hoje, um *ex libris* de S. Cosme do Vale.

A imprensa e outras fontes realçam os bem sucedidos, os chamados *brasileiros*, e por vezes os *abrasileirados*. Contudo, muitos outros continuam remetidos ao total apagamento. Deles poderemos saber os nomes e aproximar-nos dos seus percursos de vida através de algumas fontes, v.g. os inventários orfanológicos, as execuções hipotecárias, as listas de mancebos refractários e os registos paroquiais, quando o redactor paroquial registava à margem “ausentou-se para o Brasil”.

CONCLUSÃO

É incontestável que a geografia minhota não mais foi a mesma, após a ida e muitas vezes vinda, dos emigrantes que demandaram terras brasileiras. Contribuíram para alterar o *modus vivendi* das regiões onde se fixaram (normalmente as de origem), e tiveram peso em diversos sectores económicos. O hermetismo social ia-se desvanecendo com a sua presença marcante. No caso em apreço, o de Vila Nova de Famalicão, vila criada pelo liberalismo, graças ao progresso alcançado pelo fluxo de dinheiro e investimento dos que emigraram para o Brasil, a face desta localidade alterou-se e até o seu pólo se deslocou para a Rua Formosa e Campo da Feira, permanecendo, actualmente, como tal. Hoje, as suas vidas são roubadas ao tempo e resgatadas, de entre outros testemunhos, da memória das casas e das instituições a que se ligaram.

Para conhecermos os “emigrantes silenciosos”, apropriando-nos também de diferentes facetas dos bem sucedidos e dos remediados, é necessário introduzir a análise micro analítica, utilizando o cruzamento das fontes da emigração, das fontes paroquiais e até notariais e fiscais. Poderemos, assim, encontrar novas matizes da emigração para o Brasil, como a explicação da disparidade de solicitações de passaportes nas diversas localidades geograficamente próximas, a identificação de grupos familiares ou de parentes que partiram juntos ou por etapas, a detecção de vizinhos que seguiam os mesmos destinos e que iam nas mesmas embarcações, as redes de solidariedade do lado de cá e de lá.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes, 1994a – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: ed. de Autor.

¹² Foi feito com base num projecto vindo do Rio de Janeiro e executado pela oficina de mármore Queiroz & Costa, da Avenida Rodrigues de Freitas, n.º 9, no Porto, por cinco contos. Ficou pronto em cerca de um ano e meio e todas as pedras foram trabalhadas no local, por artistas desta casa. Esta oficina construiu outros túmulos no concelho,

- ALVES, Jorge Fernandes, coord., 1994b – *Os “Brasileiros” da Emigração*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1983 – *A Emigração Portuguesa, suas Origens e Distribuição*. Lisboa: ICALP.
- CARVALHO, Vasco César de, 1959 – *Aspectos de Vila Nova. Biografias*. Vila Nova de Famalicão: [s.n.].
- CARVALHO, Vasco César de, 1960 – *Aspectos de Vila Nova. Desembargadores*. Vila Nova de Famalicão: [s.n.].
- CASCÃO, Rui, 1993 – “Demografia e Sociedade”, in MATTOSO, José (dir. de) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 5, p. 425-439.
- CUNHA, Cármen Alice Aguiar de Morais Sarmiento, 1997 – *Emigração Familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães 1890-1914 (Uma Perspectiva Micro Analítica)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (dissertação de Mestrado).
- DURÃES, Margarida, 1995 – “Necessidades económicas e práticas jurídicas: problemas da transmissão das explorações agrícolas, séculos XVIII-XX”. *Ler História*, n.º 29, p. 67-88.
- LAGES, José Manuel, 1999 – “Os Emigrantes de Vila Nova de Famalicão. O seu papel na Confraria de Nossa Senhora do Carmo”, in ALVES, J. F. (coord) – *Os Brasileiros da Emigração*, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p. 46-79.
- MONTEIRO, Miguel Teixeira Alves, 1996 – *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros 1834-1926. Territórios, Itinerários, Trajectórias*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado).
- PAIVA, Odete, 2001 – *S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave, Demografia e Sociedade, 1599-1995*. Vila Nova de Famalicão: NEPS e CMVNF.
- PAIVA, Odete, 2003 – “Teias que a Emigração Tece: “Os Brasileiros” no século XIX, uma Análise Micro Analítica”, in TRINDADE, Maria Beatriz Rocha; CAMPOS, Maria Christina (orgs.) – *Olhares Lusos e Brasileiros*, S. Paulo, p. 47-66.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi, 2003 – “Alternativas Locais à Emigração para o Brasil nos Finais do Século XIX”. Paper read at Jornadas do NEPS: *Comportamentos. População e Sociedade*, Guimarães: 25 a 27 de Novembro 2003.

A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL ANTES E APÓS A I GUERRA MUNDIAL (1913 E 1919): VARIAÇÕES E PERMANÊNCIAS

*Diogo Ferreira
Ricardo Rocha*

A emigração portuguesa é a que mais convém ao Brasil. Primeiro, porque é um elemento correspondente ao que aqui vive, e que vai formando (...) a raça brasileira. Segundo, porque o português é o único povo que suporta os rigores de todos os climas. E terceiro, porque o português aqui se encontra como que na sua terra.

(Veiga Simões, cônsul de Portugal no Pará e no Amazonas. *Jornal de Notícias*, 4 de Setembro de 1919)

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende estabelecer uma análise comparativa de alguns indicadores socioeconómicos – idade, profissão, naturalidade, sexo, etc. – relativos à emigração do Norte de Portugal para o Brasil nos anos imediatamente antecedentes e precedentes à Primeira Guerra Mundial, respectivamente, 1913 e 1919, e assim tentar perceber variações e constantes, e encontrar factores explicativos, pelo menos parcialmente, para os resultados alcançados.

Os nossos resultados cingem-se à emigração legal, traduzida nos livros de registo de passaportes e respectivos processos produzidos pelo Governo Civil do Porto, que ao presente se encontram disponíveis no Arquivo Distrital do Porto. Na verdade, tudo parece apontar que o número de portugueses entrados no Brasil tenha sido maior do que as estatísticas oficiais nos podem fazer acreditar, até porque os números de saída apresentados oficialmente pelo Estado português são significativamente inferiores àqueles mostrados pelas autoridades brasileiras. De resto, vários estudos estimam que o total da emigração clandestina fosse, para o período em análise, superior à emigração legal. Logo, é praticamente impossível apurar com um mínimo de rigor o volume exacto das correntes migratórias, pelo que optámos por nos circunscrever à emigração legal.

1. PORTUGAL E BRASIL NO DEALBAR DA I GUERRA MUNDIAL

Quando teve lugar a implantação da República, o optimismo e a esperança por uma mudança significativa na sociedade portuguesa eram sentimentos comuns a todos os cidadãos. Porém, e começando por analisar a vida política, pode constatar-se desde logo que “o desentendimento permanente dos principais líderes políticos do novo regime (...), a instabilidade política traduzida em governos efémeros cuja duração não excederia os três meses, e a geral incapacidade de preparar e executar reformas de fundo decepcionariam os que tinham esperado da República uma grande barrela”¹.

Mas não foi tudo... Logo no início da República também ocorreu um ciclo de anos agrícolas medíocres que se prolongou até ao final da Grande Guerra, situação que só viria a melhorar na década de 1920. Para piorar ainda mais as coisas, “a rotina e a resistência conservadora a qualquer espécie de inovação ajudavam à pobreza do apetrechamento moderno, capaz de revolucionar a lavoura e a fazer acompanhar o progresso verificado noutros países”².

Por outro lado, é possível constatar que antes da entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, o incremento da sua indústria não se mostrou significativo, uma vez que a revolução industrial quase passou ao lado de um País que, desprovido de matérias-primas, se via na contingência de as importar.

No início de 1911, multiplicaram-se as greves, assim como a violência entre grevistas e republicanos. Entre finais de 1910 e 1911, verificaram-se aproximadamente 250 greves, devido fundamentalmente às exigências dos operários por melhores salários e menos horas de trabalho.

Do outro lado do Atlântico, no início da segunda década do século XX, o Brasil permanecia como um país essencialmente agrícola, mas assistia já a um crescimento assinalável na área industrial. A instalação de fábricas no Rio de Janeiro ficou a dever-se a um conjunto diverso de factores. Segundo Boris Fausto, “aí haviam-se acumulado capitais provenientes da empresa agrícola ou dos negócios do comércio exterior (...). Os grandes bancos, cujas sedes estavam localizadas na capital do país, tinham, assim, condições de financiar outras actividades. Além disso, o mercado de consumo tinha proporções razoáveis, abrangendo não só a cidade como a região à sua volta, servida pelas ferrovias (...). Havia problemas no suprimento de trabalhadores especializados, mas não faltavam operários de baixa qualificação. Eles eram recrutados entre a população pobre, os imigrantes e os migrantes internos, para quem o Rio de Janeiro era um pólo de atracção”³.

A partir de 1907, o Governo Brasileiro continuou a sua política de incentivo à imigração, tomando uma série de medidas para a promover, tendo subjacente o objectivo de ocupar os postos vagos deixados pelos escravos com a mão-de-

¹ MEDINA, 2000: 305.

² MARQUES, 1991: 77.

³ FAUSTO, 2004: 286-287.

-obra imigrante, bem como incrementar a ocupação efectiva do território, em ordem ao reforço da soberania nacional e à valorização económica do país. Não foi de estranhar, por isso, que a partir de 1908 tenha aumentado o número de imigrantes, “para atingir o seu ponto mais alto desse século em 1913”⁴.

Por sua vez, em Portugal, os reformadores afirmavam que a fuga de mão-de-obra para o estrangeiro representava um atentado à consciência nacional. Em 1913, a Federação Operária de Lisboa defendia mesmo a repressão das agências como medida para travar a fuga de gente do País⁵.

Porém, o maior fluxo de portugueses emigrantes não provinha da capital, nem mesmo do centro ou sul do País. De facto, em vésperas da Primeira Grande Guerra, o mapa do Portugal migratório dividia-se com nitidez em duas zonas, resultado da distribuição demográfica, das condições de propriedade e da organização económico-social: o Norte, região que mereceu a nossa atenção neste estudo, e que, somado às Ilhas Adjacentes, representava a zona de origem da grande maioria dos emigrantes; e o Sul, de onde se emigrava muito menos.

Todavia, apesar deste intenso fluxo migratório, especialmente a norte, o Estado pouco fazia para se obstar à emigração. A legislação que ia tratando esta temática não tinha como objectivo principal reduzir os números da emigração, procurando antes reprimir a emigração clandestina, disciplinar a acção dos recrutadores de emigrantes, punir a intervenção dos intermediários e defender o emigrante antes, durante e depois da chegada ao país de destino.

A este facto não era certamente alheio o apoio de alguns políticos que viam nas remessas dos emigrantes uma das poucas soluções para o equilíbrio financeiro do País. Por exemplo, Afonso Costa, primeiro-ministro de Portugal em 1913, considerou publicamente a emigração como um “fenómeno altamente positivo, que traz mais de 20 000 contos por ano para o Estado, chegando mesmo a propor que se dificultasse a saída dos familiares de modo a aumentar as remessas dos emigrantes”⁶.

Mas não era só a situação económica desesperada a motivar a saída de tantos milhares de portugueses. Uma razão muito mais simples presidia ao espírito do emigrante: a “legítima ambição por uma vida melhor, oposta à reles mediania rural, ambição fomentada periodicamente pelo retorno dos emigrantes enriquecidos ou pseudo-enriquecidos”⁷, ou seja, a tentativa de procurar repetir as experiências de sucesso de amigos e familiares, assim como um natural desejo de libertação e busca de dignidade.

Esta ambição, frequentemente facilitada pelo apoio prestado pelos portugueses já estabelecidos em solo brasileiro, encontrava ainda suporte na actividade desregrada dos agentes de emigração que, em busca de lucro fácil, pintavam um quadro idílico que tinha muito pouco a ver com a realidade no Brasil.

⁴ FAUSTO, 2006: 109.

⁵ MARQUES, 1979: 35.

⁶ TELO, 1990: 131-132.

⁷ MARQUES, 1979: 35.

Em suma, o difícil acesso à terra no meio rural, a falta de trabalho na cidade, uma vez que o verdadeiro capitalismo tardava em instalar-se, as más condições de vida e, em contrapartida, o poder de atracção do Brasil, dadas as razões apontadas, “faziam o emigrante arrostar a exploração nos preços das passagens, os riscos da travessia do oceano em condições de falta de higiene, espaço e alimentação adequados, os abusos dos agentes e companhias de engajamento nos preços do transporte e nos contratos de trabalho, a dificuldade de controlo no cumprimento das leis e contratos no Brasil, pelos côsules portugueses”⁸, num fluxo que só conheceria um abrandamento no decurso da Primeira Guerra Mundial.

2. PORTUGAL E BRASIL NO PÓS-PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Após muitas indecisões sobre a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, o País acabou por entrar no conflito, com consequências bastante negativas. À instabilidade política que já se verificava, juntou-se uma participação desastrosa, que viria a agravar ainda mais as clivagens existentes, nomeadamente entre as diferentes forças políticas, pois não havia um consenso nacional no que respeitava à posição de Portugal perante o conflito. Assim, não foi de estranhar que o crescimento da violência política e da instabilidade governativa assumissem proporções elevadíssimas, situação que se estendeu para lá do fim da Grande Guerra.

Portugal teve uma insignificante participação quantitativa na Primeira Guerra Mundial, mas as consequências desse conflito reflectiram-se imensamente no País no que respeita aos custos e sacrifícios daí resultantes. Segundo Alice Samara, “o impacto económico e social da Primeira Guerra e da política de intervenção no teatro europeu abalaria a estrutura da República, traria à tona, de forma visível, todas as divergências e fracturas no campo republicano, entre os diferentes partidos e as divergentes posições face à guerra, bem como todos os descontentamentos do resto da nação, face a um regime que excluía boa parte da população...”⁹.

A estabilidade económica e financeira ficou comprometida em virtude das despesas resultantes da participação militar e da crise económica que a acompanhou (não era possível enveredar por uma política de desenvolvimento, de financiamento de projectos de infra-estruturas, de concessão de créditos); a contracção de investimentos fazia com que o sector industrial não se desenvolvesse, ao que não era alheia a contínua fuga de capitais que fluíam para mercados bolsistas, nomeadamente para o Brasil; o aumento da dívida pública trouxe consigo uma subida dos preços, situação que se verificará pelo menos até ao ano económico de 1919-1920, ao passo que a inflação portuguesa em

⁸ LOBO, 2001: 19.

⁹ SAMARA, 1998: 90.

1919 era uma das maiores da Europa, destruindo o modo de vida daqueles que dependiam de rendimentos fixos e que ficaram praticamente na miséria.

Ou seja, “ao invés de criar uma união em torno da República, a crise de intervenção viu nascer uma vasta fronda social que se iria opor ao regime, sendo o ensaio geral para o futuro derrube”¹⁰ do regime, em 1926. Assiste-se à insatisfação generalizada da população – greves, motins, levantamentos populares...

Assim, o ano de 1919 haveria de ficar na história portuguesa como uma época de grandes perturbações políticas. Tiveram início algumas revoltas por todo o País, mas foi no Porto que a desagregação das instituições republicanas foi levada ao extremo, com a proclamação da Monarquia do Norte que, embora de breve duração, acabou por demonstrar a relativa força daqueles que contestavam o regime. O clima sindical agitou-se, aumentando os roubos e os atentados pessoais, e houve ajuntamentos populares em Lisboa para a obtenção de géneros alimentícios essenciais, que rareavam.

Em resumo, o Portugal do pós-Guerra era ainda, como cinco anos antes, um País cujo quadro económico não se tinha alterado substancialmente desde a queda da monarquia, apresentando várias vulnerabilidades estruturais e uma balança comercial claramente deficitária em quase todos os géneros de primeira necessidade. O novo regime, que a todos prometera os benefícios do pão e do trabalho, defrontava-se com vários problemas, não podendo cumprir as promessas feitas nas horas eufóricas da propaganda republicana. Aos factores apontados, acrescem as inúmeras epidemias verificadas entre 1918 e 1919, destacando-se, pela sua mortalidade, o tifo e a gripe pneumónica, que acabaram por provocar mais vítimas do que a Grande Guerra.

Por sua vez, o Brasil assistia, no pós-Primeira Guerra Mundial, a um desenvolvimento industrial acelerado, fruto de uma política de incentivo às indústrias observada no decorrer do conflito, dada a interrupção da concorrência de produtos importados então verificada.

As principais cidades brasileiras estavam a desenvolver-se, por força também do afluxo de imigrantes espontâneos e de outros que trataram de sair das actividades agrícolas. A mobilidade dos trabalhadores era uma realidade, os quais se deslocavam de uma fazenda para outra, ou para os centros urbanos, em busca de melhores oportunidades.

Vivia-se, do lado de lá do Atlântico, uma situação inteiramente oposta à portuguesa, pelo menos em termos económicos, uma vez que no Brasil também se verificavam contestações sociais e greves gerais, com os operários a exigirem, acima de tudo, reajustes nos seus salários. Com o aumento das actividades industriais, aumentou o contingente de trabalhadores organizados, o que fortaleceu o movimento operário.

Mas a verdade é que, entre a agitação social e o progresso económico, o Brasil continuava a ser o destino preferencial da esmagadora maioria dos emi-

¹⁰ SAMARA, 1998: 105.

grantes portugueses, lançando entre a sociedade portuguesa o debate sobre as condições de vida e as dificuldades com que se deparavam os emigrantes, sobre as vantagens e desvantagens deste fluxo, sobre o papel da sua antiga colónia na fuga da população que, lamentavam-se alguns, prejudicava a colonização das províncias ultramarinas, apelando até para uma intervenção estatal para obstar a este movimento.

Em 1919, a imprensa nacional agitava-se em torno deste problema, dando voz a personalidades directamente relacionadas com o fenómeno, como é o caso de Veiga Simões, cônsul de Portugal no Pará e Amazonas:

A emigração portuguesa para o Brasil é talvez a única que ainda não mereceu uma atenção e um cuidado especiais da parte dos respectivos governos. Os portugueses emigram para o Brasil entregues à sua própria iniciativa, e por aqui ficam ao longo deste vasto litoral, concentrados em algumas cidades, ao Deus dará. Trazem, às vezes, uma recomendação para um parente, ou um conterrâneo, e com ela arranjam uma colocação no carregamento dos navios. Passam a vida, depois, de saca de café aos ombros, sem o real proveito económico para nenhum dos dois países que podiam ter. Os que nem essa recomendação trazem, arranjam-se como podem em ocupações menos rendosas ainda, levando uma existência cheia de privações, quando não de miséria. Como vê, são forças que se dispersam, que se perdem, causando ao país um enorme prejuízo que a quase todos tem passado despercebido¹¹.

Textos como este foram usados numa verdadeira campanha contra o Brasil, o que motivou a intervenção da própria embaixada desse país em Lisboa e a publicação de alguns livros para contrariar esses artigos.

O maior argumento para contrariar aqueles que consideravam a emigração como um mal estava ainda e sempre relacionada com as remessas enviadas pelos emigrantes, que ajudavam a equilibrar a nossa balança de pagamentos, ao passo que, se permanecessem em Portugal, dificilmente conseguiriam prestar um contributo financeiro semelhante, isto na eventualidade de encontrarem um emprego.

Havia, assim, segundo Eulália Lahmeyer Lobo, uma “contradição entre a aspiração de restringir a emigração, que prejudicava a introdução do capitalismo, dificultando a proletarização do camponês, e a necessidade de preservar a remessa de poupanças dos emigrantes que equilibrasse a balança de pagamentos e o mercado consumidor de produtos lusos pela colónia no Brasil. Tal contradição tornava ineficaz a política anti-emigratória que, em última análise, se resumiu a preconizar a protecção ao emigrante”¹².

É exemplo dessa política o decreto-lei n.º 5624, de 10 de Maio de 1919, confirmado pelo decreto-lei n.º 5886, de 19 de Junho de 1919, que visava fundamentalmente “facilitar o repatriamento dos desempregados e proteger mais

¹¹ *Jornal de Notícias*, de 4 de Setembro de 1919.

¹² LOBO, 2001: 19.

eficazmente os emigrantes no Brasil”¹³. Segundo este decreto, era igualmente “proibida a excitação pública à emigração, bem como a propaganda enganadora e dolosa para o recrutamento individual ou colectivo de emigrantes” (artigo 10.º), sendo “os agentes de emigração (...) obrigados a realizar com cada um dos emigrantes aliciados um contrato escrito” (artigo 12.º). Na prática, a nível governamental, como já referimos, verifica-se a aceitação da emigração, devido aos seus benefícios.

Não obstante, a mesma legislação enumerava, no artigo 13.º, algumas situações de proibição de emigração, casos dos indivíduos maiores de sessenta anos que pretendessem partir espontaneamente sem vínculo de trabalho; os que padecessem de doença ou enfermidade que os impossibilitasse de trabalhar para angariar os meios necessários à sua subsistência; as mulheres solteiras, menores de vinte e cinco anos, não sujeitas ao poder paternal ou outra forma de tutela, nos casos em que, por não serem acompanhadas dos seus pais, tutores ou parentes, se suspeitasse que pudessem ser objecto de tráfico; os que, sem acordarem com a autoridade e assistência competente, deixassem em Portugal filhos menores; e os menores de catorze anos desacompanhados dos pais, tutores ou outras pessoas por eles responsáveis.

3. A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL A PARTIR DO GOVERNO CIVIL DO PORTO (1913 E 1919)

Nesta investigação sobre a emigração para o Brasil a partir dos passaportes solicitados no Governo Civil do Porto em 1913 e 1919, privilegiámos a emissão do passaporte, fonte primária, avaliando os fluxos migratórios durante os anos em análise, procurando, ao mesmo tempo, caracterizar o perfil socioprofissional do emigrante.

Os *registos de passaportes* e os *processos de passaportes*, enquanto elementos do processo legal de aquisição do passaporte, revelam-se como peças documentais fulcrais para se estudar o fenómeno migratório, não obstante tais fontes, como é óbvio, não contabilizarem a emigração clandestina.

As percentagens que apresentamos nos quadros seguintes reportam-se a valores relativos e não absolutos. Ou seja, quando afirmamos que existe uma variação negativa de 12,8% nos emigrantes do sexo masculino em 1919, tal não significa que tenham viajado mais ou menos indivíduos daquele género face a 1913, mas apenas que houve uma diminuição relativa de homens no total daquele ano, comparativamente ao total observado no primeiro ano em análise.

¹³ PEREIRA, 1981: 57. Ver também *Diário do Governo*, n.ºs 98 e 117.

3.1. Número total de emigrantes

A proclamação da República esteve longe de estancar os fluxos emigratórios. Muito pelo contrário, entre 1911-1913 assiste-se à maior vaga de emigração para o Brasil que Portugal conheceu, dadas as razões já apontadas, e apenas comparável com o êxodo para França na década de 1960. Porém, assiste-se a um abrandamento desse fluxo no decorrer da Primeira Guerra Mundial, por força da mobilização de milhares de homens, devido ao esforço de guerra, da diminuição das carreiras de navegação transoceânicas, e também das epidemias que então grassaram em Portugal.

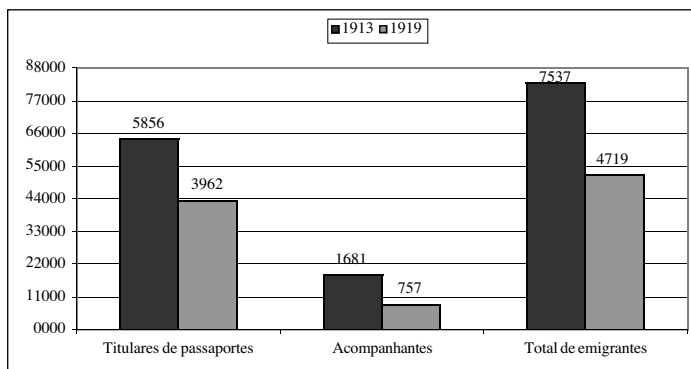
Logo após o final do conflito mundial, os índices de emigração para o Brasil voltaram a atingir valores elevados, continuando a manter esse ritmo de crescimento durante a década de 1920, embora, como podemos observar no quadro n.º 1, o número de emigrantes saídos em 1919 seja nitidamente inferior ao verificado em 1913, por estarmos no período de rescaldo da Grande Guerra.

Ainda no que respeita a este quadro, é de referir que a legislação em vigor em 1913 diferia da de 1919 no que respeita ao tipo de passaporte solicitado nos Governos Cívicos. Assim, a partir de Maio de 1919 os passaportes passam a ser individuais (artigo 3.º do decreto n.º 5624), sendo difícil avaliar, a partir destes registos, se houve ou não emigração familiar, ao contrário do que sucedia em 1913 com os passaportes colectivos. Face à nova legislação, não é de admirar a significativa diminuição do número de acompanhantes.

Quadro n.º 1 – Número total de emigrantes

	1913	1919	Varição
Titulares de passaportes	5 856	3 962	-32,3%
Acompanhantes	1 681	757	-55,0%
Total de emigrantes	7 537	4 719	-37,5%

Gráfico n.º 1 – Número total de emigrantes



3.2. Distribuição dos emigrantes por género

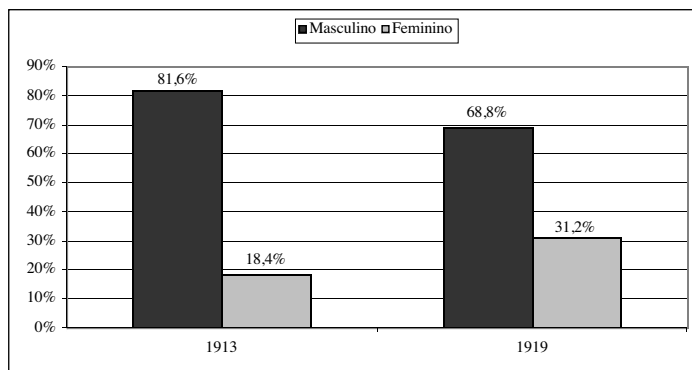
Relativamente à distribuição dos titulares de passaportes por género, podemos afirmar que os homens iam em maior número para o Brasil em busca de trabalho e de fortuna, enquanto as mulheres permaneciam em Portugal.

Uma conclusão que podemos retirar neste domínio tem a ver com a menor representação de homens emigrantes em 1919, fruto dos muitos mortos e feridos resultantes da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, o conseqüente aumento relativo do número de mulheres emigrantes em 1919 está também relacionado com a progressiva adopção do passaporte individual, em detrimento do colectivo, ao contrário do que acontecia em 1913. Uma outra explicação prende-se com a reunificação familiar, ou seja, face aos dados recolhidos, tudo parece indicar que em 1919 as mulheres partiam para o Brasil de forma a juntarem-se aos seus maridos, que haviam rumado para solo brasileiro nos anos precedentes.

Quadro n.º 2 – Distribuição dos titulares de passaportes por género

Género	1913	1919	Varição
Masculino	81,6%	68,8%	-12,8%
Feminino	18,4%	31,2%	+12,8%

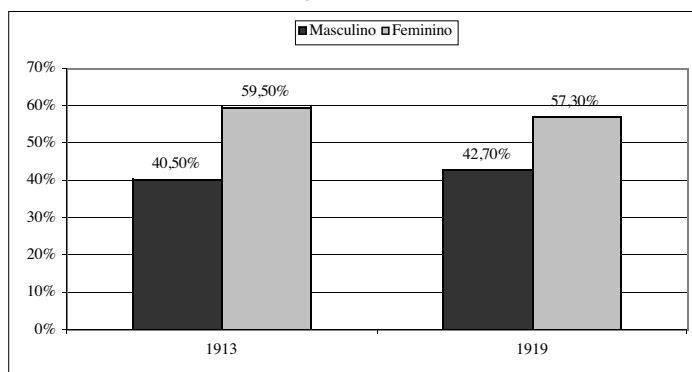
Gráfico n.º 2 – Distribuição dos titulares de passaportes por género



No que diz respeito ao número de acompanhantes, é possível verificar que as mulheres viajam mais nesta condição do que os homens. A variação registada entre os dois períodos em análise, embora não muito significativa, justifica-se com o facto de em 1919 haver mais cônjuges do sexo feminino a viajar com passaporte individual, como veremos mais adiante, o que, naturalmente, se traduz numa diminuição face aos valores registados em 1913.

Quadro n.º 3 – Distribuição dos acompanhantes por género

Sexo	1913	1919	Variação
Masculino	40,5%	42,7%	+2,2%
Feminino	59,5%	57,3%	-2,2%

Gráfico n.º 3 – Distribuição dos acompanhantes por género

3.3. Distribuição dos emigrantes por grupos etários

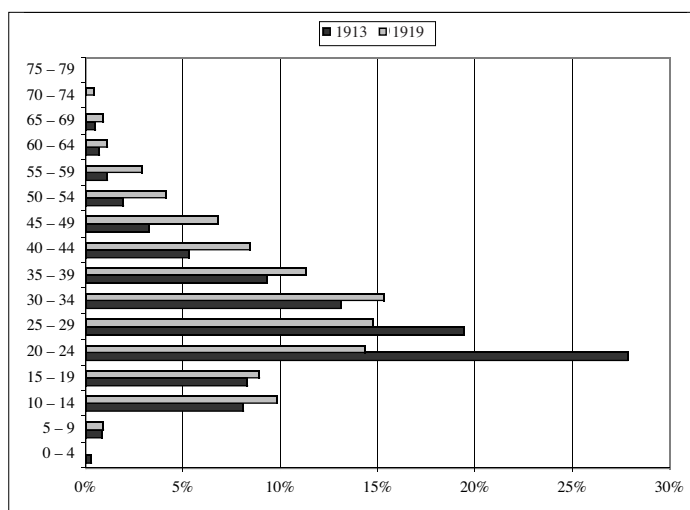
No que respeita à distribuição dos emigrantes por faixas etárias, as razões que justificam os números encontrados para os dois anos em estudo são tendencialmente as mesmas. Na verdade, a busca de um melhor nível de vida afastou da Pátria muitos jovens adultos em idade activa, entre os 20 e os 30 anos, levando muitos políticos e autores a protestar contra a diminuição da mão-de-obra disponível.

Da análise do quadro n.º 4, observamos ainda um assinalável decréscimo nas faixas entre os 20 e os 29 anos, as mais representativas em 1913, mas que em 1919 dão o seu lugar à faixa entre os 30-35 anos. É relativamente seguro estabelecer uma relação directa entre esta variação e as baixas causadas pela Primeira Guerra Mundial, pois estas idades correspondem ao principal grupo etário que partia para o conflito. Daí também o ligeiro acréscimo nas faixas etárias subsequentes, representadas por aqueles que durante o período da Grande Guerra se viram impossibilitados de sair do País.

Quadro n.º 4 – Distribuição dos titulares de passaportes, por grupos etários

Idade	1913	1919	Variação
0 – 4	0,3%	0,1%	-0,2%
5 – 9	0,8%	0,9%	+0,1%
10 – 14	8,1%	9,8%	+1,7%
15 – 19	8,3%	8,9%	+0,6%
20 – 24	27,8%	14,3%	-13,5%
25 – 29	19,4%	14,7%	-4,7%
30 – 34	13,1%	15,3%	+2,2%
35 – 39	9,3%	11,3%	+2,0%
40 – 44	5,3%	8,4%	+3,1%
45 – 49	3,2%	6,8%	+3,6%
50 – 54	1,9%	4,1%	+2,2%
55 – 59	1,1%	2,9%	+1,8%
60 – 64	0,7%	1,1%	+0,4%
65 – 69	0,5%	0,9%	+0,5%
70 – 74	0,1%	0,4%	+0,3%
75 – 79	0,1%	0,1%	=0,0%

Gráfico n.º 4 – Distribuição dos titulares de passaportes, por grupos etários



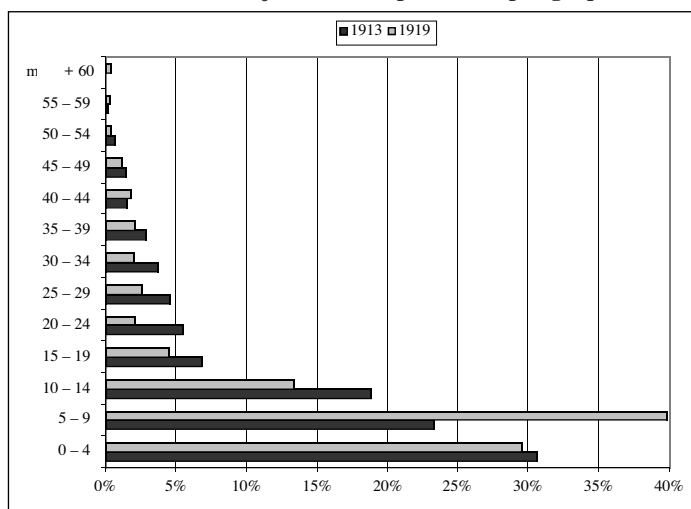
Quanto aos acompanhantes, verificamos que estes, na sua esmagadora maioria, saem de Portugal em idade muito jovem, até aos 14 anos, para irem na/para a companhia dos seus pais, que perspectivavam um futuro melhor para esses jovens em terras brasileiras. O aumento, em termos relativos, dos acompanhantes menores de 10 anos prende-se, mais uma vez, com a progressiva adopção do passaporte individual, ou seja, à medida que a idade aumenta, há

uma maior tendência para viajar na qualidade de titular de passaporte, e não como acompanhante, categoria que, com a legislação de 1919, é cada vez mais reservada a indivíduos de tenra idade. Aliás, de acordo com a referida legislação, “os menores desacompanhados dos pais ou tutores” estavam obrigados à apresentação de passaporte e, logicamente, quanto mais jovens fossem, menor a probabilidade de viajarem sozinhos ou acompanhados de outros indivíduos que não os pais.

Quadro n.º 5 – Distribuição dos acompanhantes por grupos etários

Idade	1913	1919	Varição
0 – 4	30,5%	29,5%	-1,0%
5 – 9	23,3%	39,8%	+16,5%
10 – 14	18,8%	13,3%	-5,5%
15 – 19	6,8%	4,4%	-2,4%
20 – 24	5,5%	2,1%	-3,4%
25 – 29	4,5%	2,6%	-1,9%
30 – 34	3,7%	2,0%	-1,7%
35 – 39	2,8%	2,1%	-0,7%
40 – 44	1,5%	1,8%	+0,3%
45 – 49	1,4%	1,1%	-0,3%
50 – 54	0,7%	0,4%	-0,3%
55 – 59	0,2%	0,3%	+0,1%
60 – 64	0,1%	0,4%	+0,3%
65 – 69	0,1%	0,1%	=0%
+70	0,1%	0,1%	=0%

Gráfico n.º 5 – Distribuição dos acompanhantes por grupos etários



3.4. Distribuição dos emigrantes por estado civil e grau de parentesco

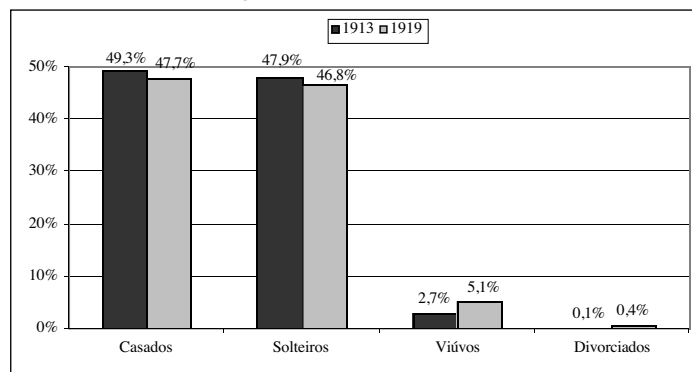
No que concerne ao estado civil e grau de parentesco, verifica-se que, no caso dos titulares de passaportes, os casados vão em maior número para o Brasil, seguidos de muito perto pelos solteiros, registando-se uma variação mínima das percentagens relativas entre 1913 e 1919.

Mais assinalável é o aumento, em 1919, da percentagem relativa de viúvos, esmagadoramente do sexo feminino, variação que se fica, certamente, a dever às mortes dos respectivos maridos no conflito mundial.

Quadro n.º 6 – Distribuição dos titulares de passaportes por estado civil

Estado civil	1913	1919	Varição
Casados	49,3%	47,7%	-1,6%
Solteiros	47,9%	46,8%	-1,1%
Viúvos	2,7%	5,1%	+2,4%
Divorciados	0,1%	0,4%	+0,3%

Gráfico n.º 6 – Distribuição dos titulares de passaportes por estado civil

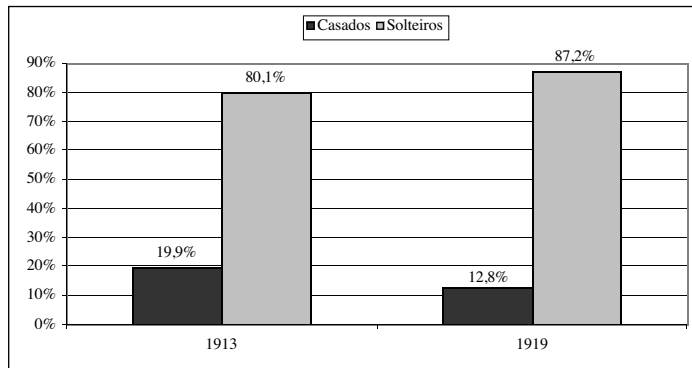


Quanto ao estado civil dos acompanhantes, estes são maioritariamente solteiros, quer em 1913, quer em 1919, havendo um acréscimo neste último ano, justificado pelo facto de irem mais filhos na companhia de seus pais e, ao mesmo tempo, menos cônjuges, que passam a viajar com passaporte individual. Estas conclusões são corroboradas pela análise da distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco (Quadro n.º 8), que nos revela que os filhos, já esmagadoramente maioritários em 1913, vêem a sua importância acrescida em 1919, muito por força da menor representatividade das mulheres casadas que, com a nova legislação, eram obrigadas a viajar com passaporte individual sempre que não fossem acompanhadas dos respectivos maridos.

Quadro n.º 7 – Distribuição dos acompanhantes por estado civil

Estado civil	1913	1919	Variação
Casados	19,9%	12,8%	-7,1%
Solteiros	80,1%	87,2%	+7,1%

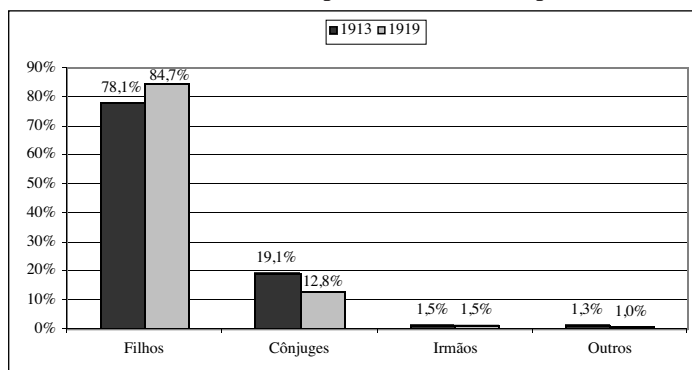
Gráfico n.º 7 – Distribuição dos acompanhantes por estado civil



Quadro n.º 8 – Grau de parentesco dos acompanhantes

Estado civil	1913	1919	Variação
Filhos	78,1%	84,7%	+6,6%
Cônjuges	19,1%	12,8%	-6,3%
Irmãos	1,5%	1,5%	=0,0%
Enteados	0,8%	0,5%	-0,3%
Netos	0,2%	0,4%	+0,2%
Criados	0,2%	0,1%	-0,1%
Pais	0,1%	0,0%	-0,1%

Gráfico n.º 8 – Grau de parentesco dos acompanhantes



3.5. Distribuição dos titulares de passaportes por naturalidade

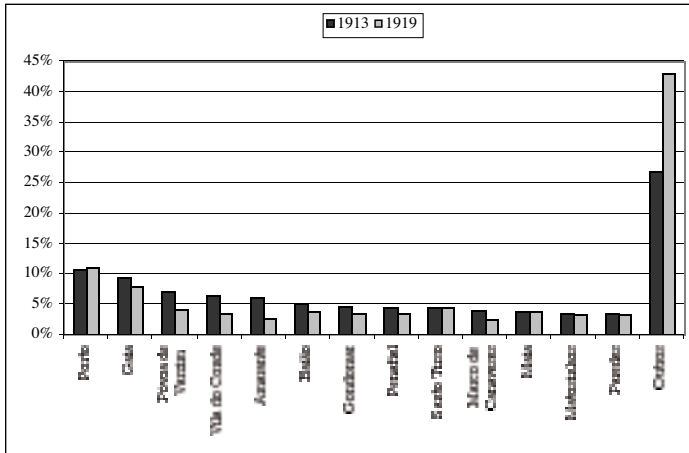
Analisemos agora a distribuição dos titulares de passaportes por naturalidade. Se é certo que este trabalho analisa os registos de passaporte emitidos pelo Governo Civil do Porto, o que por si só explica que os 13 concelhos mais representativos, para ambos os períodos em análise, pertencem em exclusivo ao distrito do Porto, não é menos verdade que, mesmo considerando o total da emigração portuguesa nestes anos, o Norte do País continue a ser, nas palavras de Paulo Guinote, a “área mais duramente afectada pelo aumento do custo de vida (...) com uma pressão demográfica excessiva relativamente à estrutura da propriedade”, despovoando-se gradualmente¹⁴. Aliás, mesmo o campo “Outros” que, pela natureza deste trabalho, achamos não ser pertinente especificar, engloba na sua quase totalidade concelhos do Norte de Portugal.

De destacar que em 1919 há uma distribuição e dispersão geográfica mais acentuadas, com mais concelhos representados, facto explicável por uma maior mobilidade da população e por um acréscimo de indivíduos que, embora naturais de outros concelhos, passaram a residir no Porto e arredores, pelo que, compreensivelmente, apresentavam o seu pedido de emissão de passaporte ao Governo Civil do Porto.

Quadro n.º 9 – Distribuição dos titulares de passaportes por naturalidade

Concelho	1913	1919	Varição
Porto	10,7%	11,0%	+0,3%
Gaia	9,5%	7,9%	-1,6%
Póvoa de Varzim	7,1%	4,1%	-3,0%
Vila do Conde	6,3%	3,5%	-2,8%
Amarante	6,1%	2,7%	-3,4%
Baião	5,0%	3,7%	-1,3%
Gondomar	4,7%	3,6%	-1,1%
Penafiel	4,5%	3,6%	-0,9%
Santo Tirso	4,5%	4,4%	-0,1%
Marco de Canaveses	3,9%	2,4%	-1,5%
Maia	3,7%	3,7%	=0,0%
Matosinhos	3,6%	3,3%	-0,3%
Paredes	3,6%	3,4%	-0,2%
Outros	26,8%	43,0%	+16,2%

¹⁴ GUINOTE, 1990: 182.

Gráfico n.º 9 – Distribuição dos titulares de passaportes por naturalidade

3.6. Distribuição dos titulares de passaportes por profissão

Passemos agora à análise da distribuição dos titulares de passaportes por profissão. A partir dos dados apresentados, verifica-se, como seria de esperar, face à diversidade de profissões e denominações profissionais existente, que a classe “Outros” tem a percentagem mais elevada em ambos os períodos analisados.

Independentemente disso, verificamos que as classes mais representativas, quer em 1913, quer em 1919, provêm do sector primário, nomeadamente a dos “Trabalhadores”, referência genérica composta essencialmente por indiferenciados e trabalhadores rurais, facto que traduz a realidade socioeconómica do Portugal de então e que se explica pelas más condições de vida no campo, que motivavam aquelas populações a procurar outros destinos.

Os nossos números vão de encontro às palavras de Oliveira Marques, quando este afirma que “de Portugal, como dos outros países, saíam massas humanas subalternas, de condição agrícola ou, às vezes, do pequeno comércio da província, de empregados na construção civil, de ocupados em profissões domésticas. Era gente desprovida de capacidade técnica para a direcção e orientação das grandes tarefas do comércio e da indústria. Saíam desesperadas pelo fraco rendimento das suas propriedades miniparceladas, pelo escasso grau de desenvolvimento comercial e industrial do país que lhes tolhia o acesso a outras profissões dentro dele, pelo aumento sem parar do saldo fisiológico, pela indiferença do Estado e das classes possidentes em as ajudar”¹⁵.

É curioso, no entanto, verificar que em 1919 há um aumento das profissões ligadas ao sector terciário, especialmente ao comércio e aos negócios, sendo

¹⁵ MARQUES, 1979: 34-35.

este, muitas vezes, um factor de medição do sucesso do imigrante, uma vez que, como refere Boris Fausto, a ascensão social media-se então pelo “abandono da vida agrária, para se estabelecerem em cidades participando das actividades comerciais ou industriais”¹⁶, como donos dos seus próprios negócios ou como operários. Todavia, importa referir, nas cidades “nem todos terão oportunidades para participar realmente num processo de ascensão social”¹⁷.

Esta evolução, embora seja ainda necessária mais alguma reflexão e estudo para a sua cabal explicação, parece ficar a dever-se ao facto de cada vez mais jovens se dirigirem para o Brasil em busca de um emprego nos estabelecimentos já abertos por familiares ou conterrâneos, e também pelo aumento do número de estabelecimentos comerciais ocorrido no Brasil durante e após a Primeira Guerra Mundial, que trouxe consigo um incremento nas oportunidades de trabalho no sector terciário. Finalmente, não nos podemos esquecer da mudança de paradigma no sector laboral em Portugal, pois, ainda que de forma lenta, com a passagem dos anos, verifica-se uma tendência para um progressivo abandono do sector primário em favor do sector secundário, e deste em favor do terciário.

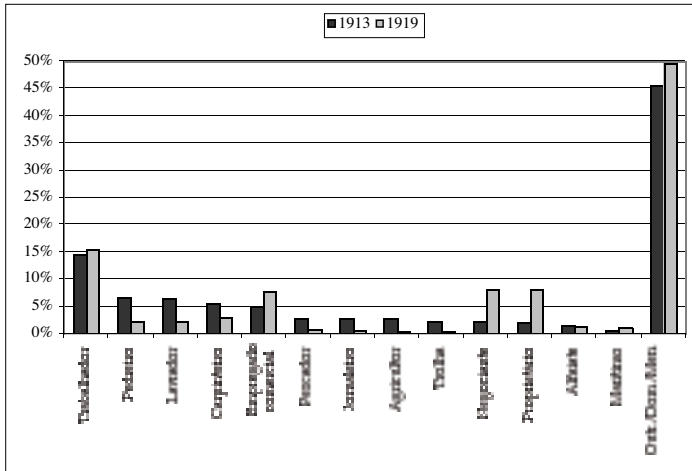
Quadro n.º 10 – Distribuição dos titulares de passaportes por profissão

Profissão	1913	1919	Varição
Trabalhador	14,5%	15,4%	+0,9%
Pedreiro	6,5%	2,3%	-4,2%
Lavrador	6,4%	2,1%	-4,3%
Carpinteiro	5,4%	3,0%	-2,4%
Empregado comercial	4,9%	7,5%	+2,6%
Pescador	2,8%	0,8%	-2,0%
Jornaleiro	2,8%	0,4%	-2,4%
Agricultor	2,7%	0,3%	-2,4%
Trolha	2,3%	0,3%	-2,0%
Negociante	2,1%	8,0%	+5,9%
Proprietário	1,9%	8,1%	+6,2%
Alfaiate	1,4%	1,2%	-0,2%
Marítimo	0,6%	1,0%	+0,4%
Outros/Domésticas/Menores	45,7%	49,6%	+3,9%

¹⁶ FAUSTO, 2006: 145.

¹⁷ FAUSTO, 2006: 145.

Gráfico n.º 10 – Distribuição dos titulares de passaportes por profissão



3.7. Distribuição do total de emigrantes por destino no Brasil

Vamos agora analisar o último dos quadros apresentados, que se reporta à distribuição do total de emigrantes por destino no Brasil. Da análise do quadro, verificamos que a menção genérica “Brasil” decresce em 1919, devido a um maior rigor do amanuense, em conjunto com uma maior exigência legislativa. Desta situação decorre também o aumento, em 1919, da percentagem relativa de emigrantes com destino ao Rio de Janeiro, cidade que acolheu o maior contingente de portugueses nos dois anos em análise, representando sempre mais de metade dos emigrantes lusos.

É certo que a maioria das cidades brasileiras estava a crescer, mas muito especialmente o Rio de Janeiro e São Paulo, que, pela sua dimensão, oportunidades de trabalho e salários mais altos, constituíam óbvios pólos de atracção. Estas cidades ofereciam um campo aberto ao artesanato, ao comércio de rua, às pequenas fábricas familiares, aos profissionais liberais e ao serviço doméstico.

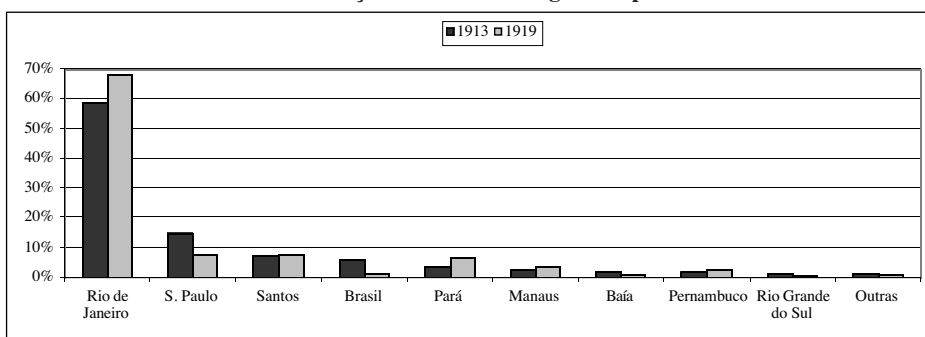
Todavia, no que se refere a São Paulo, este destino verifica, de 1913 para 1919, uma diminuição significativa nos fluxos migratórios, quer em termos relativos, quer em termos absolutos. Embora este dado exija ainda mais algum trabalho de investigação da nossa parte para ser compreendido na sua totalidade, tudo parece apontar para a adopção, pelas autoridades do Estado de São Paulo, de uma legislação mais restritiva face à imigração.

De ressaltar ainda a importância de Santos, por se tratar de uma cidade portuária, acolhendo assim, pelo menos numa fase inicial, um volume significativo de emigrantes portugueses.

Quadro n.º 11 – Distribuição dos titulares de passaportes por profissão

Profissão	1913	1919	Variação
Rio de Janeiro	59,0%	68,2%	+9,2%
S. Paulo	15,0%	7,8%	-7,2%
Santos	7,4%	7,6%	+0,2%
Brasil	5,8%	1,4%	-4,4%
Pará	3,6%	6,6%	+3,0%
Manaus	2,8%	3,4%	+0,6%
Baía	2,0%	1,1%	-0,9%
Pernambuco	1,9%	2,7%	+0,8%
Rio Grande do Sul	1,2%	0,3%	-0,9%
Outras	1,3%	0,9%	-0,4%

Gráfico n.º 11 – Distribuição do total de emigrantes por destino no Brasil



CONCLUSÃO

Podemos afirmar que 1913, como 1919, são anos em que se encontram os dois elementos fundamentais e sempre presentes nos casos de emigração maciça: fenómenos de repulsão no país de origem (Portugal) e fenómenos de atracção no país de acolhimento (Brasil), que se explicam nas posições oficiais ou oficiosas em ambos os Estados.

Se em Portugal, a emigração era importante para possibilitar um equilíbrio da balança de pagamentos, funcionando como “uma válvula de escape que atenuou as tensões sociais”¹⁸, e evitando situações de descontentamento explosivas, no Brasil, o recurso à mão-de-obra portuguesa era tido como crucial para o país, tanto nas zonas rurais (substituição da mão-de-obra escrava nas grandes plantações agrícolas, povoação dessas mesmas zonas e construção da rede viária que ligasse os núcleos agrícolas) como nas zonas urbanas (mão-de-obra

¹⁸ PEREIRA, 1981: 52.

para o comércio, indústria e grandes obras públicas), sendo apreciada “pela sua qualidade e pela sua capacidade de se tornar num elemento integrador e fomentador da coesão nacional (...), ao invés de se tornar num factor de fragmentação social e económica, como acontecia face a comunidades imigrantes de outras proveniências europeias”¹⁹.

Todavia, se os elementos de atracção e repulsa eram os mesmos em ambos os anos, a verdade é que, no que respeita à emigração de Portugal para o Brasil antes e após a Grande Guerra, nem tudo permaneceu igual. Tentaremos, em ocasião futura, aprofundar as explicações dadas nesta ocasião, sustentando-as com mais elementos e fontes adicionais, esperando, no entanto, ter de alguma forma prestado um contributo para a percepção e explicação da influência que a Primeira Guerra Mundial exerceu sobre o fluxo migratório de Portugal para o Brasil, nomeadamente, na alteração de algumas das suas características.

Mas podemos já adiantar que, como tivemos oportunidade de ver, muito embora este conflito não tenha alterado radicalmente os paradigmas deste fenómeno, que vinham já do século XIX, a verdade é que acabou por deixar alguns reflexos: menos gente a viajar, mas mais dispersa geograficamente; uma distribuição etária mais equitativa, traduzida no aumento sensível da idade média do emigrante; um peso crescente do sector terciário; e um aumento muito significativo da representatividade da mulher, entre outros. Ou seja, estamos diante de uma série de variações que, embora pequenas, são perfeitamente observáveis e todas elas, como tentámos explicar nas páginas anteriores, directamente influenciadas pelo maior conflito bélico que o mundo havia até então registado.

FONTES

Arquivo Distrital do Porto. 1913 e 1919. *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto*. Livros 3406-3411 e 3420-3423, 10 volumes.

Arquivo Distrital do Porto. 1913 e 1919. *Maços com processos de passaportes*. Maços 1772-1794 e 1855-1876, 45 maços.

DIÁRIO do Governo, n.º 98 de 10 de Maio de 1919; n.º 117 de 19 de Junho de 1919.

A EMIGRAÇÃO para o Brazil. *Jornal de Notícias*, 4 de Setembro de 1919, 32.º ano, n.º 207.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Rosana, 1997 – “Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil”. *Arquipélago*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2.ª série, vol. VII.

FAUSTO, Boris, 2004 – *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
FAUSTO, Boris, 2006 (dir.) – “O Brasil republicano: Sociedade e instituições (1889-1930)”, in *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. vol. IX, tomo III.

¹⁹ SANTOS, 2006: 241.

- GUINOTE, Paulo, 1990 – “A sociedade: da agitação ao desencanto”, in António Reis (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa. vol. III.
- LIMA, Adolfo, 1929 – *Emigração. Seu regímen e passaportes*. Famacião: Tipografia Minerva.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 2001 – *Imigração Portuguesa no Brasil*. S. Paulo: HUCITEC.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 2006 – *Breve História de Portugal*, 6.ª ed. Lisboa: Editorial Presença.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1991 (coord.) – “Portugal – Da monarquia para a República”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, António H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. XI.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1979 (dir.) – *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- MATTOSO, José (org.), 1994 – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VI.
- MEDINA, João, 2000 – “A democracia frágil: a primeira República Portuguesa (1910-1926)”, in TENGARRINHA, José (org.) – *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Lisboa: Instituto Camões.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A Política Portuguesa de Emigração: 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- REIS, António, 1990 (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. III.
- SAMARA, Alice, 1998 – “O impacte económico e social da Primeira Guerra em Portugal”, in TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.) – *Portugal e a Guerra – História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais do século XX*. Lisboa: Edições Colibri.
- SANTOS, Paula, 2006 – “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil. As principais fontes documentais”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima (orgs.) – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima, 2006 (orgs.) – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã.
- TELO, António José, 1990 – “A busca frustrada do desenvolvimento”, in REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. III.

A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL ATRAVÉS DOS LIVROS DE REGISTO DE PASSAPORTES DO GOVERNO CIVIL DO PORTO (1935-1945)

Paulo Amorim
Sílvia Braga

INTRODUÇÃO

As migrações constituem um dos fenómenos mais importantes das Relações Internacionais. Sendo uma constante multissecular da História de Portugal e incontornável no estudo das relações Portugal-Brasil pelo seu impacto aos níveis político, económico e social, escolhemos como objecto de estudo deste trabalho, a análise e caracterização da emigração do Norte de Portugal para o Brasil desde meados da década de trinta até ao fim da Segunda Guerra Mundial (1935-1945), através do levantamento, tratamento e análise dos dados recolhidos nos *Livros de registo de passaportes* do Governo Civil do Porto que integram o acervo documental do Arquivo Distrital do Porto. Recorrendo a métodos estatísticos de interpretação dos dados obtidos é esboçado um perfil do emigrante do Norte de Portugal para o Brasil, dando conta do volume dos efectivos migratórios e da sua importância no movimento migratório português, da sua distribuição por género, por estado civil, por grupos etários, por naturalidade, pela sua classificação socio-profissional e por destino. A evolução dos fluxos migratórios, neste período, reflectem condicionalismos endógenos e exógenos resultantes da evolução política e económica internacional e nacional, que simultaneamente são factores de repulsa e atracção que potenciam e se reflectem na emigração portuguesa para o Brasil, num período particular da História – crise económica internacional, a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial – em que a emigração transatlântica é condicionada, assistindo-se a uma redução acentuada do volume de efectivos emigratórios portugueses para o Brasil.

1. VOLUME DOS EFECTIVOS MIGRATÓRIOS REGISTADOS PELO GOVERNO CIVIL DO PORTO PARA O BRASIL E A SUA IMPORTÂNCIA RELATIVA NO CONTEXTO NACIONAL.

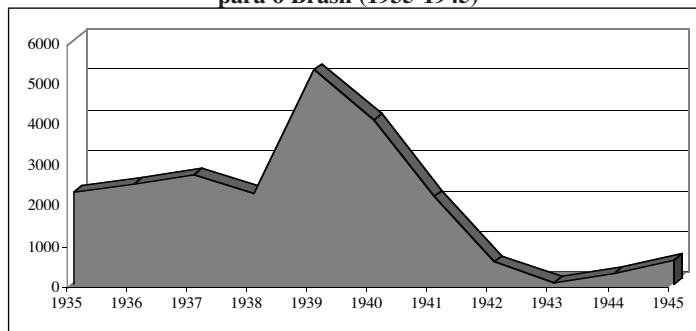
O período compreendido entre 1935 e 1945, que constitui o objecto de estudo desta investigação, apresenta uma das maiores quebras do movimento

migratório português para o Brasil da história contemporânea portuguesa como podemos constatar no Quadro e Gráfico n.º 1, registando-se apenas 22 478 emigrantes que solicitaram passaporte junto do Governo Civil do Porto, tendo o Brasil como destino. Não foram, assim, contabilizados os *registos de passaportes* para outras partes do mundo.

Quadro n.º 1 – Volume dos efectivos migratórios registados pelo Governo Civil do Porto para o Brasil (1935-1945)

Ano	N.º de emigrantes	%
1935	2 254	10%
1936	2 456	11%
1937	2 698	12%
1938	2 226	10%
1939	5 271	23%
1940	4 029	18%
1941	2 150	10%
1942	530	2%
1943	28	0%
1944	245	1%
1945	591	3%
Total	22 478	100%

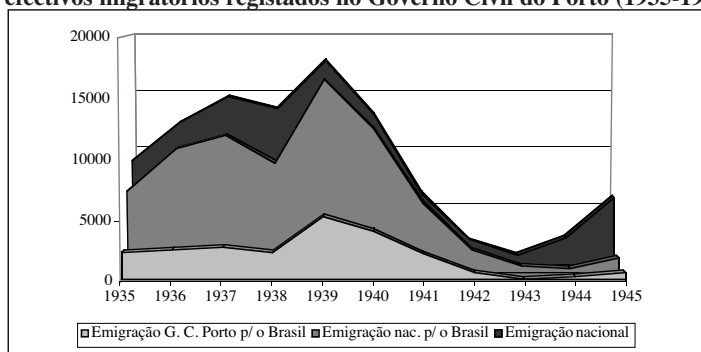
Gráfico n.º 1 – Volume dos efectivos migratórios registados pelo Governo Civil do Porto para o Brasil (1935-1945)



Quadro n.º 2 – Volume dos efectivos migratórios nacionais comparados ao volume dos efectivos migratórios registados no Governo Civil do Porto (1935-1945)

Ano	Emigração nacional			Emigração Registada no Governo Civil do Porto com destino ao Brasil		
	Total	Com destino ao Brasil	% do Total Nacional com destino ao Brasil	Total	% do Total Nacional	% do Total Nacional com destino ao Brasil
1935	9 140	6 917	76%	2 254	26%	33%
1936	12 484	10 470	84%	2 456	21%	23%
1937	14 667	11 613	79%	2 698	20%	23%
1938	13 609	9 314	68%	2 226	18%	24%
1939	17 807	16 322	92%	5 271	30%	32%
1940	13 226	12 260	93%	4 029	30%	23%
1941	6 260	5 891	94%	2 150	34%	36%
1942	2 214	1 926	87%	530	24%	28%
1943	893	502	56%	28	3%	6%
1944	2 424	341	14%	245	10%	72%
1945	5 938	1 206	20%	591	12%	60%
Total	98 662	76 762	78%	22 478	23%	29%

Gráfico n.º 2 – Volume dos efectivos migratórios nacionais comparados ao volume dos efectivos migratórios registados no Governo Civil do Porto (1935-1945)



De acordo com a estatística nacional da emigração portuguesa, apresentada pelo Instituto Nacional de Estatística¹, no período de 1935-1945 registam-se 98 662 emigrantes, dos quais 76 762 (78%) têm por destino o Brasil.

O levantamento por nós efectuado neste estudo, que diz respeito a 22 478 emigrantes abrange, assim 23% do total da emigração portuguesa deste período, e 29% do total dos efectivos migratórios nacionais para o Brasil. A redução do número de emigrantes registados no Governo Civil do Porto, acompanha, pois, a baixa da emigração legal nacional, que teve igualmente, nos anos de 1943-1944, quanto ao Brasil, os seus valores mais baixos.

¹ PORTUGAL – *Anuário Demográfico*: 1946. Lisboa: Tipografia Portuguesa, 1947.

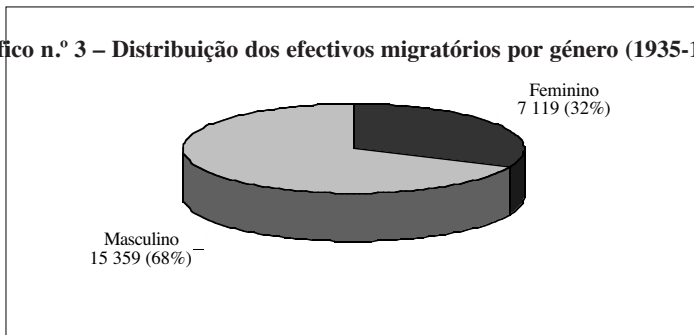
2. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES COM DESTINO AO BRASIL POR GÊNERO

A análise dos *registos de passaportes* do Governo Civil do Porto permite-nos efectuar a distribuição dos emigrantes por sexo ou género, constatando-se que 15 359 (68,33% dos titulares) são do sexo masculino, e apenas 7119 (31,67% dos titulares) são do sexo feminino. O número de titulares do sexo masculino corresponde a mais do dobro dos titulares do sexo feminino. Esta redução no número de mulheres, para além das restrições jurídicas já previstas na lei portuguesa, pode ter ficado a dever-se à insegurança internacional que é despoletada com o início da Segunda Guerra Mundial. Por um lado, não podia ser acautelada a navegação segura, por outro, as dificuldades económicas acrescidas com uma guerra na Europa que tomara proporções mundiais e as consequentes carências no que respeita ao abastecimento, que mais tarde ou mais cedo se iriam agravar, levaram os homens a arriscar tentar a sua sorte no outro lado do Atlântico.

Quadro n.º 3 – Distribuição dos efectivos migratórios por género (1935-1945)

Género	N.º de emigrantes	%
Feminino	7 119	31%
Masculino	15 359	68%
Total	22 478	100%

Gráfico n.º 3 – Distribuição dos efectivos migratórios por género (1935-1945)



Do total de efectivos migratórios femininos podemos depreender que se tratará, tanto de mulheres com intenção de se reunirem com os maridos já estabelecidos no Brasil, como daqueles que emigram juntamente com eles. O modelo de passaporte individual dificulta a percepção dos agrupamentos familiares, já que não são feitas referências ao agregado familiar, nem existem, muitas vezes, nos registos um apelido comum. Quanto às mulheres solteiras, deduzimos que seguem juntamente com os seus familiares, ou que se vão juntar às respectivas famílias no destino, estando também incluídas as crianças e as menores de 16 anos, cujo estado civil não foi indicado nos *registos de passaportes*.

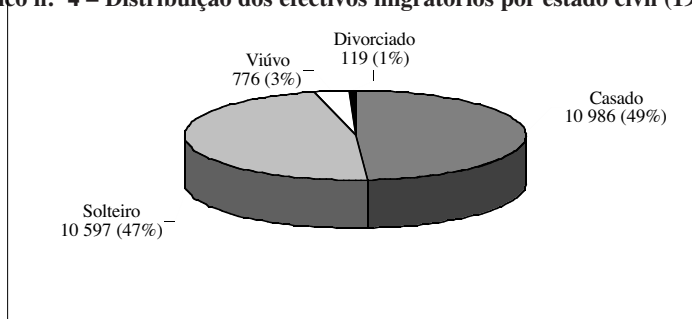
3. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES COM DESTINO AO BRASIL POR ESTADO CIVIL

Com base na análise dos *registos de passaportes* do Governo Civil do Porto (1935-1945) pudemos realizar a sua distribuição por estado civil, o que nos permite conhecer, em termos percentuais, o peso relativo dos casados, solteiros, viúvos e divorciados.

Quadro n.º 4 – Distribuição dos efectivos migratórios por estado civil (1935-1945)

Estado civil	N.º de emigrantes	%
Casado	10 986	49%
Solteiro	10 597	47%
Viúvo	776	3%
Divorciado	119	1%
Total	22 478	100%

Gráfico n.º 4 – Distribuição dos efectivos migratórios por estado civil (1935-1945)



No que diz respeito ao estado civil dos 22 478 titulares de passaportes registados com destino ao Brasil, 10 986 são casados, o que representa 49% do total de emigrantes; 10 597 são solteiros, representando 47% do total, incluindo-se neste grupo as crianças e os menores de 16 anos cuja identificação do estado civil não vem discriminada no respectivo registo. Observam-se 776 titulares viúvos, o que equivale a cerca de 3% dos emigrantes, e contabilizam-se ainda 119 titulares de passaportes divorciados, correspondendo a aproximadamente 0,5% do total, assistindo-se, neste período, a uma tendência para a mudança de mentalidade e uma gradual diminuição do preconceito em relação ao divórcio.

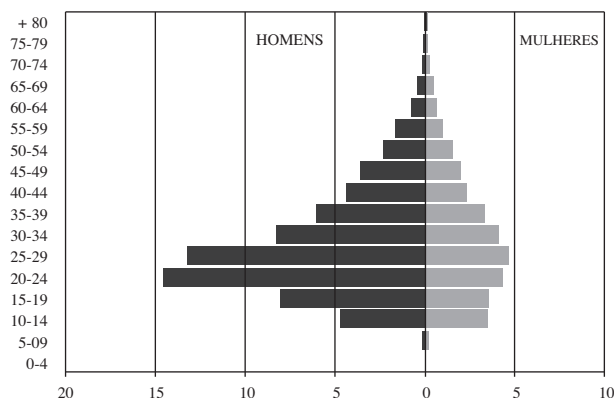
4. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES COM DESTINO AO BRASIL POR GRUPOS ETÁRIOS

As fontes consultadas permitem-nos, também, efectuar a distribuição dos 22 478 titulares de passaportes por grupos etários.

No Quadro n.º 5 apresentamos as idades dos emigrantes agrupadas em intervalos de 5 anos, tanto dos homens como das mulheres. Destacamos que a tendência das idades, nas mulheres, acompanha a dos homens. Pela análise do quadro constituído verificamos que a mediana encontra-se entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 20-24 anos, logo seguido pelo grupo etário compreendido entre os 25-29 anos, abrangendo estes dois grupos 37% do total dos titulares de passaportes. Destes dados pode-se inferir que a emigração exige gente jovem, mas que também partem crianças, adolescentes e idosos que viajam geralmente na companhia de familiares, ou que se pretendem reunir com a família já instalada no Brasil. A percentagem de população jovem até aos 19 anos corresponde a 20% do total de emigrantes. Incluídos neste valor encontram-se os menores de 14 anos, normalmente familiares, viajando na companhia da família ou pretendendo reunir com a mesma já instalada no Brasil, e que representam aproximadamente 9% do total de emigrantes. O grupo etário 15-19 anos de idade representa quase 12%, sendo constituído, na sua maioria, por jovens já com alguma experiência profissional ou, pelo menos, aprendizes nalgum ofício, quando não estudantes. Os adultos com mais de 50 anos revelam estar abaixo dos 10% do total dos titulares de passaportes.

Quadro n.º 5 – Distribuição dos efectivos migratórios por grupos etários (1935-1945)

Idade	Número de Emigrantes		Total	%
	Masculino	Feminino		
0 – 4	6	5	11	0,05%
5 – 9	41	46	87	0,39%
10 – 14	1 054	767	1 821	8,10%
15 – 19	1 811	785	2 596	11,55%
20 – 24	3 260	961	4 221	18,78%
25 – 29	2 976	1 038	4 014	17,86%
30 – 34	1 850	916	2 766	12,31%
35 – 39	1 355	734	2 089	9,29%
40 – 44	974	531	1 505	6,70%
45 – 49	820	448	1 268	5,64%
50 – 54	535	335	870	3,87%
55 – 59	362	224	586	2,61%
60 – 64	162	136	298	1,33%
65 – 69	99	100	199	0,89%
70 – 74	36	52	88	0,39%
75 – 79	15	34	49	0,22%
80 – 84	2	5	7	0,03%
85 – 89	0	2	2	0,01%
90 – 94	1	0	1	0,01%
Total	15 359	7 119	22 478	100%

Gráfico n.º 5 – Distribuição dos efectivos migratórios por grupos etários (1935-1945)

Deste modo, de acordo com esta análise, podemos concluir que estamos perante uma população emigrante jovem, constituída maioritariamente por adultos, ou seja, por emigrantes em idade activa, pelo que admitimos ser uma emigração que procura, fundamentalmente, encontrar no Brasil trabalho e rendimentos para a subsistência e sustento da família.

5. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES COM DESTINO AO BRASIL POR NATURALIDADE

A análise dos *registos de passaportes* permitiu-nos apurar a naturalidade de todos os 22 478 titulares de passaportes que requereram o seu passaporte no Governo Civil do Porto com destino ao Brasil, entre 1935 e 1945.

Privilegiámos a naturalidade dos titulares dos passaportes e não a sua residência, uma vez que, na generalidade, os emigrantes declaram a sua residência no distrito do Porto, de acordo com as directivas legais que estipulavam a obrigatoriedade de solicitação do passaporte no Governo Civil da naturalidade ou residência dos que pretendiam emigrar.

Do leque dos 342 concelhos de naturalidade declarados – no continente, ilhas e estrangeiro – como África (sobretudo as colónias portuguesas de Angola, Moçambique e Santo Tomé e Príncipe), Alemanha, América do Norte, Brasil, Espanha, França e Timor, entre outros, destacámos os 40 concelhos mais representativos da naturalidade dos emigrantes.

Optámos por indicar os 40 concelhos mais representativos, em primeiro lugar por uma questão de critério, ou seja, estes são os 40 concelhos que registam um número de emigrantes superior a três dígitos, e em segundo lugar, de forma a ser possível percebermos mais facilmente a razão pela qual nos referimos neste trabalho ao Norte de Portugal e não apenas ao concelho do Porto. Efectivamente, agrupámos no indicador “outros concelhos” cerca de três cen-

tenas de municípios tanto do Norte de Portugal como de outras regiões do país, mas que individualmente apresentam muito fraca representatividade (inferior a 1% cada um), apesar de, no seu todo, assumirem 33% da totalidade de titulares de passaportes.

Verifica-se através do Quadro e Gráfico n.º 6 que a maioria dos emigrantes são, a um primeiro nível, naturais do distrito do Porto e, em seguida, do Norte de Portugal, uma vez que 7 423 (33%) dos mesmos lhe diz respeito, sendo 461 (2%) de Amarante, 654 (3%) de Baião, 226 (1%) de Felgueiras, 534 (2%) de Gondomar, 211 (1%) de Lousada, 360 (2%) da Maia, 327 (1%) do Marco de Canaveses, 317 (1%) de Matosinhos, 183 (1%) de Paços de Ferreira, 321 (1%) de Paredes, 380 (2%) de Penafiel, 998 (4%) do Porto, 799 (4%) da Póvoa de Varzim, 358 (2%) de Santo Tirso, 155 (1%) de Valongo, 600 (3%) de Vila do Conde e 539 (2%) de Vila Nova de Gaia.

Dos 22 478 registos levantados verificámos que o concelho do Porto se destaca como a maior fonte de mão-de-obra para o Brasil (4%), seguindo-se os concelhos de Cinfães (4%), Póvoa de Varzim (4%), Resende (3%), Baião (3%) e Vila do Conde (3%). Estes seis concelhos representam 21% do total de efectivos migratórios para o Brasil registados pelo Governo Civil do Porto. Contudo, podemos dizer que todo o Norte de Portugal se encontra representado.

Quadro n.º 6 – Distribuição dos efectivos migratórios por naturalidade (1935-1945)

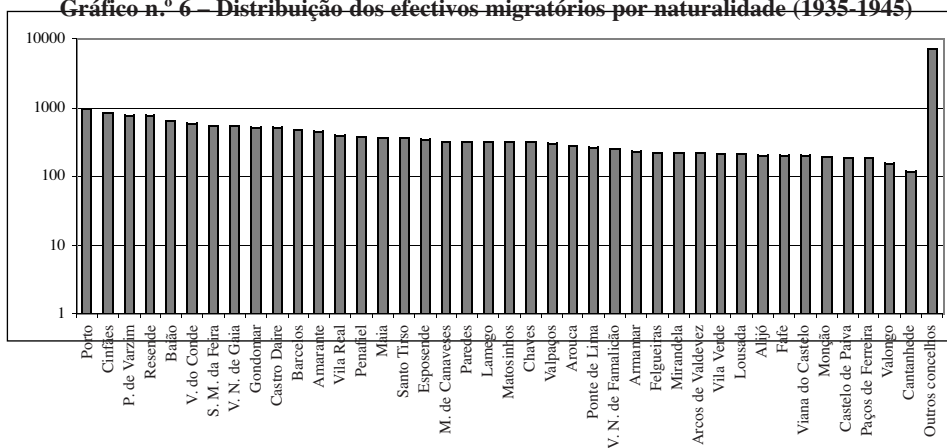
Concelho	N.º de emigrantes	%
Porto	998	4,44%
Cinfães	871	3,87%
Póvoa de Varzim	799	3,55%
Resende	771	3,43%
Baião	654	2,91%
Vila do Conde	600	2,67%
Santa Maria da Feira	547	2,43%
Vila Nova de Gaia	539	2,40%
Gondomar	534	2,38%
Castro Daire	527	2,34%
Barcelos	485	2,16%
Amarante	461	2,05%
Vila Real	397	1,77%
Penafiel	380	1,69%
Maia	360	1,60%
Santo Tirso	358	1,59%
Esposende	343	1,53%
Marco de Canaveses	327	1,45%
Paredes	321	1,43%
Lamego	320	1,42%
Matosinhos	317	1,41%
Chaves	315	1,40%
Valpaços	305	1,35%

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 6 – Distribuição dos efectivos migratórios por naturalidade (1935-1945) (continuação)

Concelho	N.º de emigrantes	%
Arouca	278	1,24%
Ponte de Lima	269	1,20%
Vila Nova de Famalicão	260	1,15%
Armamar	234	1,04%
Felgueiras	226	1,00%
Mirandela	225	1,00%
Arcos de Valdevez	221	0,98%
Vila Verde	212	0,94%
Lousada	211	0,94%
Alijó	209	0,93%
Fafe	209	0,93%
Viana do Castelo	207	0,92%
Monção	197	0,87%
Castelo de Paiva	191	0,85%
Paços de Ferreira	183	0,81%
Valongo	155	0,69%
Cantanhede	121	0,54%
Outros Concelhos	7 341	32,70%
Total	22 478	100%

Gráfico n.º 6 – Distribuição dos efectivos migratórios por naturalidade (1935-1945)



6. CLASSIFICAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL DOS EMIGRANTES COM DESTINO AO BRASIL

A partir dos *registos de passaportes*, foi-nos possível apurar a classificação socioprofissional dos emigrantes que os solicitaram junto do Governo Civil do Porto para rumarem ao Brasil nos anos de 1935-1945.

Através destas fontes, podemos verificar que existe um elenco muito extenso de denominações das actividades socioprofissionais dos emigrantes registados – excedendo as trezentas e oitenta designações – atendendo a que os funcionários que registavam os emigrantes usavam, por vezes, critérios distintos quanto à profissão daqueles que pretendiam levantar os seus passaportes. Face a esta realidade, agrupámos diferentes designações de uma profissão numa só categoria, fazendo equivaler, por exemplo, os lavradores e os trabalhadores agrícolas a agricultores; os pescadores e os marinheiros a marítimos; os tamanqueiros a sapateiros; as modistas a costureiras; os manipuladores de pão e os confeitores a padeiros; os caiadores, os estucadores, os pintores e os trolhas a trabalhadores da construção civil; os joalheiros, os cravadores e os relojoeiros a ourives, entre outros.

Mantivémos autónomas as categorias dos comerciantes (que integram os negociantes) e dos empregados comerciais, já que configuram dois grupos sociais distintos, quer quanto à média das idades, quer quanto à situação económica e familiar, integrando geralmente a categoria dos empregados comerciais, os jovens solteiros.

Nesta análise das profissões, para que se consiga ter uma boa percepção das diversas categorias, optámos por levar em consideração as profissões que registam mais de 10 emigrantes nelas inseridos, o que nos permite inclusive, fazer mais facilmente uma avaliação comparativa das profissões mais ou menos comuns ligadas à emigração do Norte de Portugal.

Para este estudo, foram apenas contabilizados os emigrantes que referem exercer uma actividade, sendo que não contabilizámos neste grupo os profissionalmente inactivos, os estudantes, os menores, e as domésticas que, embora não sejam contemplados como uma categoria profissional, totalizam 3 214 titulares de passaportes.

Quadro n.º 7 – Distribuição dos efectivos migratórios por classificação socioprofissional (1935-1945)

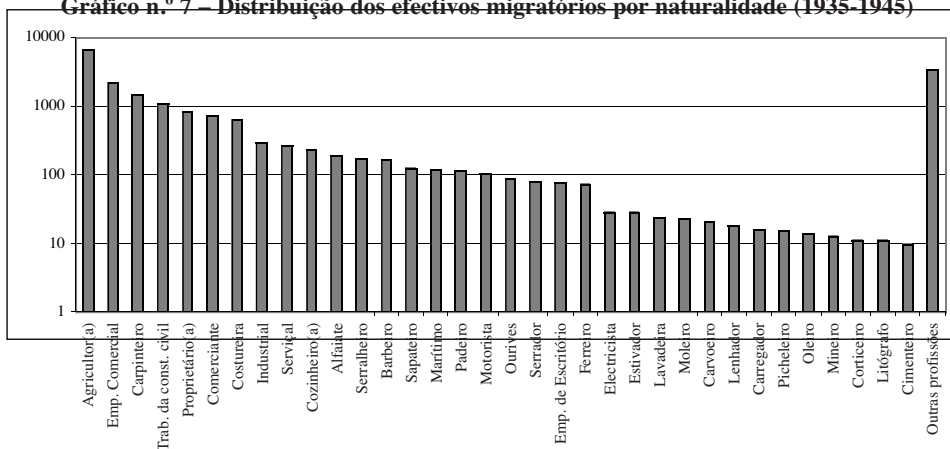
Profissão	N.º de emigrantes	%
Agricultor(a)	6 713	34,85%
Empregado(a) Comercial	2 195	11,39%
Carpinteiro	1 431	7,43%
Trabalhador da construção civil	1 053	5,47%
Proprietário(a)	836	4,34%
Comerciante	719	3,73%
Costureira	629	3,27%
Industrial	297	1,54%
Serviçal	263	1,37%
Cozinheiro(a)	238	1,24%
Alfaiate	190	0,99%
Serralheiro	170	0,88%
Barbeiro	161	0,84%
Sapateiro	125	0,65%

(continua na página seguinte)

Quadro n.º 7 – Distribuição dos efectivos migratórios por classificação socioprofissional (1935-1945) (continuação)

Profissão	N.º de emigrantes	%
Marítimo	122	0,63%
Padeiro	112	0,58%
Motorista	104	0,54%
Ourives	89	0,46%
Serrador	79	0,41%
Empregado de Escritório	75	0,39%
Ferreiro	74	0,38%
Electricista	29	0,15%
Estivador	28	0,15%
Lavadeira	24	0,12%
Moleiro	23	0,12%
Carvoeiro	21	0,11%
Lenhador	18	0,09%
Carregador	16	0,08%
Picheleiro	15	0,08%
Oleiro	14	0,07%
Mineiro	13	0,07%
Corticeiro	11	0,06%
Litógrafo	11	0,06%
Cimenteiro	10	0,05%
Outras profissões	3 356	17,42%
Total	22 478	100%

Gráfico n.º 7 – Distribuição dos efectivos migratórios por naturalidade (1935-1945)



Se observarmos as diferentes profissões mencionadas nos pedidos de passaporte, apesar do sector terciário contar com 30% do volume global de titulares de passaportes, verificamos que o sector que mais contribuiu com mão-de-obra activa para o Brasil foi o sector primário (43% do total) – composto por 6 713 agricultores, 122 marítimos, 18 lenhadores e 13 mineiros.

O sector secundário, que corresponde a 27% dos emigrantes profissionalmente activos, está representado por 4 164 emigrantes, destacando-se os carpinteiros (1 431) e os trabalhadores da construção civil (1 053).

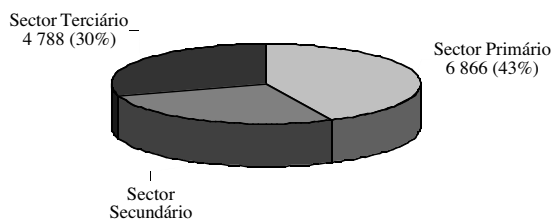
Observando o quadro construído e o respectivo gráfico, constatamos facilmente que os agricultores são, de facto, os que mais peso têm na emigração registada pelo Governo Civil do Porto, entre 1935 e 1945, representando 35% da totalidade dos titulares que exercem actividade profissional.

Isto demonstra bem a estrutura económica em que assentava a economia portuguesa neste período. A agricultura é o sector predominante, a revelar as dificuldades com que o país se defrontava, sobretudo, devido a uma industrialização lenta e tardia comparativamente aos restantes países europeus.

Quadro n.º 8 – Distribuição dos efectivos migratórios por sector de actividade (1935-1945)

Sector	N.º de emigrantes	%
Sector Primário	6 866	43%
Sector Secundário	4 254	27%
Sector Terciário	4 788	30%
Total	22 478	100%

Gráfico n.º 8 – Distribuição dos efectivos migratórios por sector de actividade (1935-1945)



É importante realçar também que a maior parte da emigração registada através dos livros de *registo de passaportes* é, como vimos, proveniente de regiões do Norte de Portugal e não apenas da cidade do Porto. Ou seja, esses emigrantes eram originários de zonas rurais, ou pelo menos de regiões menos dinâmicas economicamente, onde a actividade predominante era a agricultura. Instalar-se-iam na zona urbanizada do Porto, procurando novas oportunidades de trabalho, ou simplesmente deslocar-se-iam a esta cidade para fazerem o pedido de passaporte quando não o conseguissem fazer na sua área de residência.

Os empregados comerciais (2 195) são, de seguida, os mais representativos (11%) que, como referimos, correspondem a uma camada jovem, interessada em procurar além-fronteiras maior sustento para ajudar as suas famílias. O comércio é a actividade predominante na cidade do Porto, verificando-se que os naturais desta cidade são a fatia mais representativa da totalidade de titulares empregados na área comercial.

7. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR DESTINO NO BRASIL

Foi-nos possível apurar o destino, no Brasil, dos 22 478 emigrantes registados no Governo Civil do Porto, neste período.

De acordo com a informação registada nos passaportes, o Rio de Janeiro constitui o porto de chegada privilegiado pelos nossos emigrantes, com 15 909 (70%) pedidos de passaporte para esse Estado. O Estado de São Paulo é o destino imediatamente preferido (21%), contando com 4 877 emigrantes.

Pará, Pernambuco, Amazonas, Rio Grande do Sul e Baía são destinos escolhidos por (6%) 1 290 dos emigrantes.

“Outros destinos no Brasil” (2%) engloba destinos de pouca expressão quantitativa como Ceará e Paraná, entre outros.

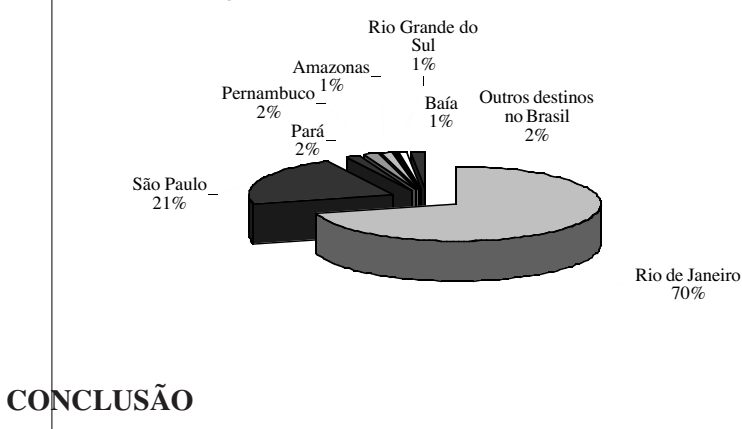
No entanto, não podemos esquecer que os valores apresentados nem sempre se assumem como os reais trilhos que, após a chegada, os emigrantes percorriam. É manifestamente difícil conhecer os pormenores dos seus trajectos, após a chegada ao destino, pelo que estes dados reflectem somente “a porta de entrada” dos emigrantes no Brasil. Isto é, os portugueses, chegados ao porto de destino, tanto podiam acabar por se fixar nessas cidades portuárias, como podiam decidir deslocar-se para outras regiões, à procura de uma oportunidade de trabalho. Também não será descabido imaginar que muitos teriam a intenção, não de se estabelecer nas cidades onde aportavam, mas procurar chegar, a partir dali, ao seu destino principal, com vista a reunir com a família ou amigos, ou seguir em direcção a localidades onde tivessem conseguido contrato de trabalho através das agências em Portugal.

Importa realçar que, apesar disto, Rio de Janeiro e São Paulo eram os Estados, cujas principais cidades se encontravam em franca expansão industrial, onde a maioria dos emigrantes (92%) se instalava, ansiando ter a sorte de ver surgir uma oportunidade de trabalho. E são efectivamente estes os Estados, onde ainda hoje as comunidades de origem portuguesa são mais numerosas.

Quadro n.º 9 – Distribuição dos efectivos migratórios por destino no Brasil (1935-1945)

Destinos no Brasil	N.º de emigrantes	%
Rio de Janeiro	15 909	70%
São Paulo	4 877	21%
Pará	385	2%
Pernambuco	344	2%
Amazonas	254	1%
Rio Grande do Sul	173	1%
Baía	164	1%
Outros destinos no Brasil	372	2%
Total	22 478	100%

Gráfico n.º 9 – Distribuição dos efectivos migratórios por destino no Brasil (1935-1945)



O contacto estabelecido entre os diferentes povos, as diversas culturas e civilizações ao longo do tempo, permite-nos perceber o mundo como ele hoje se nos apresenta, entender as relações entre os Estados, os laços que os unem, o intercâmbio e as trocas que realizam, compreender que, mesmo antes da revolução dos transportes ocorrida no século XIX e a sua sofisticação ao longo do século XX, a distância não constituiu, de modo algum, um obstáculo à comunicação e à interligação sociocultural entre as Nações, cujas consequentes interdependências económicas e tecnológicas verificadas actualmente são delas resultado. É nesta perspectiva que as migrações representam um dos fenómenos mais significativos das relações internacionais.

Portugal é disso exemplo, uma vez que os portugueses foram dos povos que mais precocemente se lançaram em movimentos migratórios internacionais. O império português mantido durante séculos nos quatro cantos do mundo comprova-o. Muito embora os fluxos migratórios contemporâneos difiram inteiramente nas motivações, comparativamente à época dos Descobrimentos, colonialismo e imperialismo, julgamos pertinente dar relevo à intensidade das migrações portuguesas em meados do século XX e a sua evolução, sobretudo no período em que nos debruçámos (1935-1945), já que se trata de uma fase pouco estudada no que respeita a este tema.

Se a imigração em Portugal se reveste de especial importância nas últimas décadas, a verdade é que a emigração portuguesa para o Brasil marcou profundamente a sociedade da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX. Ela inseriu-se, afinal, no fenómeno das grandes migrações europeias desta época, que se dirigiam fundamentalmente para o continente americano.

O nosso trabalho procurou, neste sentido, dar um contributo rigoroso e original para o conhecimento da emigração portuguesa no século XX com destino ao Brasil, ou seja, para um país que acolhia mais de 90% dos emigrantes do Norte de Portugal. Para o efeito, analisámos a emigração saída pelo distrito do Porto no período compreendido entre 1935 e 1945 e em que, por via da afluên-

cia e instalação nesta cidade de gentes das mais diversas regiões do Norte de Portugal, solicitando ao Governo Civil do Porto passaporte para o Brasil, estamos em condições de falar de uma emigração que, justamente, diz respeito a toda essa região.

O estudo realizado, baseado em fontes originais como são os *Livros de registo de passaportes* do Governo Civil do Porto, permitiu-nos, então, perceber que a emigração do Norte de Portugal, entre 1935 e 1945, acompanhou as tendências do fenómeno migratório nacional e europeu, que se pautou por um decréscimo acentuado nos efectivos migratórios, fruto da grave recessão económica, provocada pela crise de 1929, e do agravamento do clima de tensão entre as potências europeias, que desencadeou a Segunda Guerra mundial, numa época em que as disputas ideológicas tomavam proporções mais sérias, mas que manteve a histórica e tradicional referência do Brasil como destino privilegiado da emigração portuguesa.

Analisados os dados levantados relativos aos *registos de passaportes* no período entre 1935 e 1945, estamos em condições de concluir mais concretamente que, de um universo de 22 478 passaportes com destino ao Brasil, registados pelo Governo Civil do Porto, este representa 23% da emigração total nacional verificada no mesmo período. Simultaneamente, da emigração nacional registada para o Brasil entre 1935 e 1945, aquela que foi registada pelo Governo Civil do Porto também para o Brasil representou 29% desse total.

Quanto à sua caracterização, podemos dizer que a emigração do Norte de Portugal, entre 1935 e 1945, registada pelo Governo Civil do Porto, se tratou de uma emigração essencialmente masculina (68%), equilibrada entre os solteiros e os casados (47% de solteiros para 49% de casados do total de emigrantes para o Brasil), com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos de idade (17% do total registado), oriunda predominantemente dos concelhos de Porto, Cinfães, Póvoa de Varzim e Resende (15% do total de emigrantes registados) e maioritariamente ligada ao sector primário (43% da população activa considerada no nosso estudo), sendo a agricultura a actividade mais representada (35%).

Verificámos que os destinos preferenciais e mais significativos foram, também de acordo com a orientação de décadas anteriores, os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que acolheram mais de 92% da emigração registada pelo Governo Civil do Porto.

Em modo de conclusão, relevamos o facto de os *Livros de registo de passaportes* que serviram de suporte ao nosso estudo corresponderem, assim, a fontes históricas incomparáveis. É uma documentação original, totalmente excepcional no contexto europeu, à qual tivemos o privilégio de aceder, e cuja informação recolhida torna este trabalho único quanto à temática da emigração portuguesa contemporânea.

FONTES

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital do Porto – *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto*, livros 3492 a 3512, 1935-1939 (27 volumes).

Arquivo Distrital do Porto – *Maços com Processos de Passaportes*, maços 2207 a 2332 (67 maços); Maços 2255 a 2332, 1935-1939 (146 maços).

Fontes impressas

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística. 1940-1946 e 1951. *Anuário Demográfico*. Lisboa: Tipografia Portuguesa. 8 volumes.

BIBLIOGRAFIA

Monografias

ARROTEIA, Jorge Carvalho, 2006 – *A emigração portuguesa: síntese histórica e geográfica*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

BAGANHA, Maria Ioannis; PEREIRA, Miriam Pereira; SILVA, Maria Beatriz Nizza da; MARANHÃO, M. José (orgs.), 1993 – *Emigração e Imigração em Portugal*. Algés: Fragmentos.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark, 2003 – *The age of migration*. New York: Palgrave Macmillan.

FAUSTO, Boris, 2004 – *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Williams da Silva, 2003 – *O Realismo da Fraternidade Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao caso Delgado*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 2001 – *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.

OLIVEIRA, César, 1991 – Da ditadura militar à implantação do salazarismo, in REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa. vol. IV.

PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A Política Portuguesa de Emigração: 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.

ROSAS, Fernando, 1992 – Portugal e o Estado Novo (1930-1960), in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. vol. XII.

ROSAS, Fernando, 1994 – O Estado Novo (1929-1974), in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. vol. VII.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 2003 – *História de Portugal (1941-1951)*. Lisboa: Editorial Verbo. vol. XV.

SERRÃO, Joel, 1974 – *A Emigração Portuguesa. Sondagem histórica*. 4.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.

SERRÃO, Joel, 1976 – *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismenia, 2006 – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã.

SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismenia, PEREIRA, Conceição Meireles (orgs.), 2007 – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.

SOUSA, Fernando; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (org.), 2008 – *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*. São Paulo: EDUSC.

Artigos de atlas, dicionários e enciclopédias

- BAGANHA, Maria Ioannis, 1996 – Emigração, in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora. vol. I.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1999 – Emigração, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. vol. VII.
- EMIGRAÇÃO, in SERRÃO, Joel (dir.), 1971 – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais. vol. II.
- EMIGRAÇÃO, 1978, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. vol. IX.
- MIGRAÇÕES, 2005, in SOUSA, Fernando (dir.) – *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento, CEPESSE.

Artigos de publicações em série

- ALVES, Jorge Fernandes, 2000 – “Atalhos Batidos – A Emigração Nortenha para o Brasil”. *Atalaia – Revista do CICTSUL*, Lisboa: Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa, n.º 6-7.
- ARROTEIA, Jorge, 1981 – “Portugal e a Emigração”. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1-2, p. 7-30.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1991 – “Uma imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”. *Análise Social*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 112-113, p.723-739.
- MARTINS, Ismênia de Lima, 2007 – “Relações e Registros sobre a Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro. Uma Análise Crítica das Fontes”. *População e Sociedade*, Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento, n.º 14, Parte I, p.69-88.
- MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes, 2007 – “A Emigração do Nordeste Transmontano para o Brasil no início do Século XX”. *População e Sociedade*, Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento. n.º 14, Parte I, p. 257-281
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1990 – “Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa”. *Análise Social*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 108-109, p. 735-739.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2007 – “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”. *População e Sociedade*, Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento, n.º 14, Parte I, p. 41-50.
- RODRIGUES, Teresa; PINTO, Maria Luísa Rocha, 2002 – “Migrações no Portugal do século XX”. *Ler História*, Lisboa: ISCTE. n.º 43, p. 179-202
- SOUSA, Fernando, 2007 – “A União Europeia e as migrações”. *Lusitana. Relações Internacionais*, Lisboa: Universidade Lusitana Editora, n.º 6-8, p. 17-29.
- SOUSA, Fernando; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.), 2008 – “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950)”. *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*, São Paulo: EDUSC/CEPESE, p. 27-34.

Artigos de publicações em série electrónicas

- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 2001a – “As comunidades portuguesas no mundo”. *Revista JANUS 2001 – Anuário de Relações Exteriores* [em linha]. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa e jornal *Público*. [referência de 24 de Maio de 2008]. Disponível na Internet em http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2001_3_2_1_h.html.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 2001b – “Aspectos da emigração portuguesa”. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* [em linha]. [referência de 18 de Março de 2008]. Disponível na Internet em <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-30.htm>.

OLIC, Nelson Bacic, 2002 – “Fluxos migratórios contemporâneos”. *Revista PANGEA, Quinzenário de Política, Economia e Cultura* [em linha]. [referência de 10 de Maio de 2008]. Disponível na Internet em http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=132&ed=4.

A EMIGRAÇÃO LEGAL NO CONCELHO DE BOTICAS (1960/88) – CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL E MOBILIDADE

Maria Ortelinda Barros Gonçalves

INTRODUÇÃO

A emigração é um fenómeno social que sob diferentes formas aparece ao longo da história humana. Embora, os emigrantes tenham experiências comuns, a própria emigração é um fenómeno diverso e complexo. Os emigrantes podem ser diferenciados pelo género, classe social, etnicidade, pela razão da emigração, pela idade, pela forma de migração, pela natureza e influência na economia global/local.

Com o incremento da mobilidade proporcionada pelo desenvolvimento dos meios de transporte e das novas tecnologias de informação e comunicação, as migrações internacionais são um dos principais factores de transformação e de desenvolvimento dos países e/ou regiões.

No século XIX e na primeira metade do século XX, os portugueses emigraram para o Brasil e, depois, para a Europa, com destaque para a França. Mas foi desde o fim da II Guerra Mundial, e sobretudo nos princípios dos anos sessenta do século XX, que se processou o movimento emigratório, com amplitude mais notória. O pujante desenvolvimento económico verificado nas nações europeias industrializadas, no pós-guerra até aos anos setenta, gerou um alargamento do mercado de trabalho a que a população nacional era incapaz de satisfazer, obrigando à procura de mão-de-obra nas periferias europeias, nomeadamente mediterrânicas, da qual Portugal faz parte. Oportunidades de emprego e oferta de melhores salários na Europa desenvolvida, proximidade geográfica dos locais de destino e ainda razões de ordem política (regime salazarista e guerra colonial em África) configuraram-se como macro determinantes da emigração de todas as regiões do nosso país, principalmente das áreas rurais ou menos desenvolvidas.

A pouca riqueza económica, o duplo isolamento – altitude e interioridade –, a escassez e precariedade de alternativas locais, de ocupação/rendimento assim como o aparecimento de outras questões concorrentes nomeadamente as redes migratórias condicionaram e condicionam também a população barrosa a encontrar na emigração resposta às suas necessidades, participando naquele êxodo internacional.

De onde, para onde, quem emigra no concelho de Boticas¹, no período de 1960/1988? Com o objectivo de procurarmos resposta a estas questões, consultámos os dados presentes nos passaportes dos emigrantes, atinentes ao espaço e tempo referidos e cuja análise apresentamos.

CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL E MOBILIDADE GEOGRÁFICA NO CONCELHO DE BOTICAS²

Na população em estudo não foi encontrada notória discrepância no processo emigratório por género. Assiste-se, somente, a uma ligeira predominância masculina (52,8% de homens face a 47,2% de mulheres).

Quadro n.º 1 – Número de casos de emigração por género

Género	N.º de casos	Frequências Relativas (%)	Total
Masculino	970	52,8	52,8
Feminino	866	47,2	100

No respeitante à correlação entre as variáveis “género” e “estado civil” encontramos uma ligeira predominância da emigração feminina, quando se observam os emigrantes solteiros invertendo-se a tendência quando a análise recai sobre os indivíduos casados.

Quadro n.º 2 – Estado civil/género do indivíduo

Estado Civil	Género do indivíduo		Total
	Masculino	Feminino	
Solteiro	437 45,5%	437 50,8%	874 48,0%
Casado	503 52,3%	376 47,3%	879 48,2%
Divorciado	5 0,5%	2 0,2%	7 0,4%
Viúvo	16 1,7%	46 5,3%	62 3,4%
Total	961 100,0%	861 100,0%	1822 100,0%

¹ Boticas integra-se no Alto Trás-os-Montes e com Montalegre constitui a região do Barroso.

² Os quadros deste capítulo foram elaborados, com base nos dados dos passaportes diferidos aos emigrantes no período compreendido entre 1960 e 1988 e consultados no Arquivo Distrital de Vila Real.

No que concerne à “idade de emigração” propriamente dita, constata-se que são sobretudo os jovens adultos que se lançam na aventura que constitui partir para um país estranho. De facto, apenas os adolescentes com menos de 18 anos provam ser a excepção à regra, ao diferenciarem-se enquanto representantes do sangue novo – que, aparentemente, potencia a emigração. E são, efectivamente, a nota dissonante, ao reunirem uma ínfima percentagem de 7,3% de indivíduos que decidem emigrar. De resto, porém, 38,6% dos indivíduos que optaram pela emigração ostentam idades compreendidas entre os 18 e os 31 anos, sendo que o intervalo etário entre os 18 e os 24 anos de idade, por si só, representa 22,5% desse total. Aliás à medida que a idade vai avançando, a tendência é para que a apetência para emigrar vá evoluindo na direcção inversamente proporcional. Nesse sentido, enquanto que a faixa etária compreendida entre os 32 e os 45 anos concentra apenas 23% de indivíduos em fase migratória, o próprio intervalo compreendido entre os 45 e os 59 anos não engloba mais do que 17,4% da população. Finalmente, somente 13,7% de indivíduos com idade superior a 59 anos continuam a encarar a emigração como uma decisão passível de ser incluída nos seus planos de vida.

Quadro n.º 3 – Número de casos de emigração por idade

Idade de Emigração	N.º de casos	Frequências Relativas (%)	Total
Menos de 18 anos	134	7,3	7,3
Entre 18 e 24 anos	412	22,5	29,8
Entre 25 e 31 anos	295	16,1	45,9
Entre 32 e 38 anos	213	11,6	57,5
Entre 39 e 45 anos	209	11,4	68,9
Entre 46 e 52 anos	169	9,2	78,1
Entre 53 e 59 anos	150	8,2	86,3
Mais de 59 anos	251	13,7	100

Não encontramos diferenças expressivas no respeitante à idade de emigração por género dos indivíduos (Anexo I).

O processo de recolha de dados, com o intuito de procedermos a este estudo, proporcionou-nos uma extensa lista de profissões referidas pelos próprios indivíduos, no momento em que solicitavam o passaporte. A dimensão e a dispersão da lista, levou-nos a ponderar um processo de agrupamento dos indivíduos em grandes categorias profissionais, eliminando assim, quer os dados residuais, quer a grande dimensão de valores assumidos para a variável, quer ainda, eventuais imprecisões no processo analítico. Para criar estas categorias, foi utilizado o modelo desenvolvido por Augusto Santos Silva que, numa situação idêntica, optou igualmente pela criação de categorias profissionais, tendo estas sido adaptadas à realidade estudada no presente trabalho.

Assim, relativamente ao número de casos de emigração por “categoria pro-

fissional”, destacamos a forte presença de uma categoria em particular – a das domésticas –, que concentra 44,6% da população em estudo. Por outro lado, são os camponeses e os operários agrícolas os mais próximos deste valor, representando 30% no conjunto das categorias profissionais consideradas. Os proprietários, por seu turno, já só constituem 6,7% do total analisado. E as restantes categorias profissionais apresentam valores bem mais modestos, porque dispersos por todas elas.

Quadro n.º 4 – Número de casos de emigração por categoria profissional

Categoria Profissional	N.º de casos	Frequências Relativas (%)	Total
Proprietários	122	6,7	6,7
Empresários e Dirigentes	15	0,8	7,5
Profissionais Intelectuais e Científicos	23	1,3	8,8
Técnicos e Profissionais de Enquadramento Intermédio	17	0,9	9,7
Empreg. do Comércio, Administrativos e dos Serviços	42	2,3	12
Artesão e Comerciantes	97	5,3	17,4
Camponeses e Operários Agrícolas	546	30	47,3
Operários não Agrícolas	49	2,7	50
Membros da Igreja	31	1,7	51,7
Membros do Exército e das Forças Policiais	12	0,7	52,4
Estudantes	54	3	55,4
Domésticas	813	44,6	100

Considerando a freguesia de residência da população no momento da emigração, constatamos que os indivíduos em análise apresentam-se mais ou menos uniformemente distribuídos pelas diferentes freguesias que constituem o concelho em estudo. Observamos, porém, o predomínio da freguesia de Boticas (sede de concelho) como principal plataforma de partida para o estrangeiro. Tal facto confirma a teoria de Portes que refere que os mais pobres raramente emigram; fazem-no aqueles de certos recursos mais afectados pela disparidade dentro do país de partida, entre expectativas de vida moderna e os meios económicos para as alcançar. A este respeito, Castles reforça que as classes mais pobres tendem a emigrar menos porque não dispõem de capital económico e de capital cultural para conhecer as oportunidades existentes, nem de capital social (ou redes) para, com sucesso, encontrar trabalho e lidar com um novo ambiente.

Atentando, agora, ao “ano de emigração”, destacamos, dois momentos de particular relevo no que se refere ao movimento emigratório em análise. Dentre esses momentos, o período que decorre entre 1980 e 1985 é especialmente pertinente, uma vez que concentra 42,2% dos actos de emigração legal. Alguns anos antes, entre 1968 e 1973, já se verificara um surto emigratório semelhante

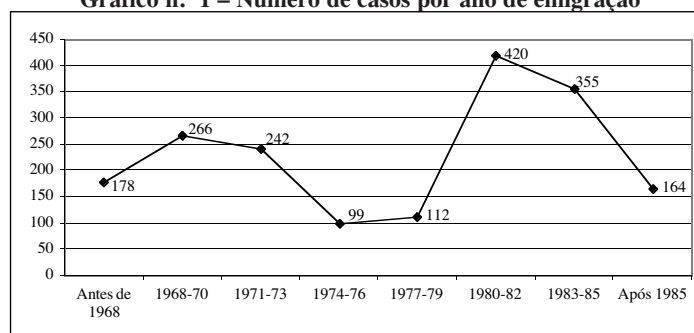
Quadro n.º 5 – Número de casos de emigração por freguesia

Freguesia de emigração	N.º de casos	Frequências Relativas (%)	Total
Alturas de Barroso	123	7,2	7,2
Ardãos	69	4	11,2
Beça	235	13,7	24,9
Bobadela	92	5,4	30,3
Boticas	277	16,2	46,4
Cerdedo	51	3	49,4
Codeçoso	41	2,4	51,8
Covas do Barroso	125	7,3	59,1
Curros	33	1,9	61
Dornelas	120	7	68
Fiães do Tâmega	52	3	71
Granja	62	3,6	74,6
Pinho	122	7,1	81,7
São Salvador de Viveiro	51	3	84,7
Sapiãos	148	8,6	93,4
Vilar	92	5,4	98,7
Fora de Boticas	22	1,3	100

e que convirá igualmente destacar, muito embora se tivesse revestido de menores dimensões do que aquele a que se assistiu posteriormente, no início dos anos oitenta. Os dados apresentados são respeitantes apenas à emigração legal. De facto, a década de sessenta do século XX correspondeu ao período de maior surto emigratório mas com carácter clandestino por motivos de ordem política (regime salazarista e guerra colonial em África). No caso de Boticas a clandestinidade do fenómeno emigratório foi favorecida pela proximidade geográfica fronteiriça.

Os anos mais fortes em termos de saída do país foram, também eles, intercalados por uma fase de quebra do movimento, registando-se uma percentagem de emigração de apenas 5,4% entre 1974 e 1976 e outra de 6,1% entre 1977 e 1979, reflexo do declínio económico dos países europeus de imigração provocado pela crise petrolífera de 73.

Gráfico n.º 1 – Número de casos por ano de emigração



Relativamente ao ano de emigração por género, apesar de não se terem verificado diferenças muito expressivas, destacamos o predomínio masculino na emigração antes de 1968, atenuando-se as diferenças entre os emigrantes de 1968 a 1970.

A partir de 1980, predominou a emigração feminina. Esta tendência de progressiva feminização dos fluxos emigratórios, encontra justificação no reagrupamento familiar e na procura de mão-de-obra imigrada feminina nos países de acolhimento. Assim, entre 1980 e 1982, os emigrantes do concelho de Boticas representavam 25,1% de mulheres emigrantes e apenas 20,9% de homens, enquanto que entre 1983 e 1985 estes valores foram de 21,1% e 17,7% respectivamente. Após 1985 volta a verificar-se um equilíbrio generalizado por género.

Quadro n.º 6 – Ano de emigração/género do indivíduo

Ano de emigração	Género do indivíduo		Total
	Masculino	Feminino	
Antes de 1968	127 13,1%	51 5,9%	178 9,7%
Entre 1968 e 1970	162 16,7%	104 12,0%	266 14,5%
Entre 1971 e 1973	117 12,1%	125 14,4%	242 13,2%
Entre 1974 e 1976	47 4,8%	52 6,0%	99 5,4%
Entre 1977 e 1979	58 6,0%	54 6,2%	112 6,1%
Entre 1980 e 1982	203 20,9%	217 25,1%	420 22,9%
Entre 1983 e 1985	172 17,7%	183 21,1%	355 19,3%
Após 1985	84 8,7%	80 9,2%	164 8,9%
Total	970 100,0%	866 100,0%	1836 100,0%

A análise do perfil dos emigrantes do concelho de Boticas a partir da década de 1960 incorreria no risco de tornar-se demasiado superficial se não se considerasse e avaliasse convenientemente os destinos norteadores desse mesmo movimento de emigração. Porque, no fundo, é precisamente esse último objectivo – o de alcançar um dado país – que está na base dos esforços empreendidos pela população em causa. E, logo numa primeira abordagem, o que se nos impõe é a fatia considerável de indivíduos (58,9%) que opta por não definir *a priori* o país ou países onde pretenderão instalar-se, factor revelador da grande incerteza do seu destino. Estes, ao invés de efectuarem uma selecção mais ou menos criteriosa face a um tão vasto leque de possibilidades, deixam

tudo em aberto ao assinalar a opção “*todos os países/diversos países*”. Importará ainda referir aqueles que, tal como os anteriores, não citam qualquer país em particular, fazendo antes referência, num caso, aos “*países com quem Portugal mantém relações diplomáticas*” (15,8%) e, noutro, aos “*países da Europa*” (0,5%). De resto, a população em análise proporciona uma numerosa listagem constituída por 37 países em que, se alguns se revelam destinos mais comuns, outros há que são apenas opções esporádicas e, portanto, com uma presença fortemente residual. Começando, naturalmente, pelos países mais referenciados, é possível encontrar, por ordem decrescente de importância: a França (15,8%), a Espanha (15,3%), a Alemanha (7%), a Itália (6,4%), a Suíça (6,4%), a Inglaterra (5,9%), a Bélgica (5,9%), a Holanda (5,4%), os E.U.A. (5,1%), o Brasil (4,1%), o Canadá (3,1%), a Dinamarca (2,7%), o Luxemburgo (2,1%) ou a Noruega (1,6%). Por outro lado, com um valor relativo inferior a 1% face ao total de países considerados, é possível deparar com países tão diversificados e díspares como a Venezuela, a Argentina, Andorra, a África do Sul, a Áustria, a Grécia, a Turquia, Marrocos, a Finlândia, a Irlanda, a Austrália, o Mónaco, o Iraque, a Islândia, Gibraltar, o Egipto, o Líbano, Israel, o México, o Japão ou a Palestina (Anexo II).

A preferência pela França como destino da emigração portuguesa, e de que a população em estudo não é excepção, tem sido uma constante desde a década de 60 do século XX e deve-se a três principais factores: “a não exigência de qualquer tipo de qualificações ou experiência anterior por parte dos empregadores franceses; a aceitação pelas autoridades daquele país de entradas em situação de total clandestinidade; a relativa facilidade de legalização de situações de estadia e de trabalho por parte das autoridades francesas e subsequentemente portuguesas”³.

Verifica-se um resultado curioso quando se analisa o país de destino dos emigrantes, à luz do género do indivíduo. Analisando somente os países que mais casos registaram (a análise recai só nestes, pois, dada a extensa lista de países indicados, só os mais mencionados apresentam resultados expressivos), constata-se que há uma tendência generalizada para que estes países sejam mais referenciados por homens do que por mulheres. Assim, temos como casos com diferenças mais notórias, a Alemanha (citada por 10,6% dos homens contra 3% das mulheres), a Espanha (20,3% contra 9,7%), a Itália (9,2% contra 3,3%) e a Holanda (8,1% dos homens, em comparação com os 2,3% das mulheres). Também nos destinos Bélgica, Brasil, E.U.A., França, Inglaterra, Suíça e na abrangente opção referente aos países com quem Portugal mantém relações diplomáticas, a tendência patente é semelhante. Somente na opção “*diversos/todos os países*” se verifica um comportamento inverso. Aqui, contam-se 54,6% dos homens contra 63,6% das mulheres, o que pode ser explicado pelo facto de esta ser (como se verá mais à frente) uma opção utilizada

³ TRINDADE, 1982: 11.

essencialmente a partir do pós-25 de Abril, período a partir do qual se verifica uma superior taxa de emigração feminina, levando a que também mais mulheres tivessem em linha de conta esta opção.

A variação da opção assinalada pelos indivíduos estudados, no que ao país de destino diz respeito, segundo o ano de emigração, merece também uma análise atenta. Assim, antes de mais, deve-se estabelecer um ponto divisório para a análise, com o 25 de Abril de 1974, como eixo de estudo. Isto porque, a partir de 1974 é insistentemente referida a opção de resposta, “diversos/todos os países”, como o demonstram as respostas obtidas nos períodos compreendidos entre 1974 e 1976 e entre 1977 e 1979, em que esta opção foi escolhida, respectivamente, por 74,7% e 64,3% dos indivíduos. Ainda assim, a sua utilização intensifica-se entre 1980 e 1982 (98,8%), para, a partir de 1983, ser mesmo estendida a todos os emigrantes.

Obviamente, a utilização desta opção vem enviesar a análise a partir de 1974, até porque estes valores surgem aliados aos da opção “países com quem Portugal mantém relações diplomáticas”, que, nos intervalos de 1974 a 1976 e de 1977 a 1979, têm, respectivamente, 21,2% e 31,3%, reduzindo as referências a outros países a valores meramente residuais.

No período que antecedeu a revolução de Abril, é possível verificar que, daqueles que emigraram antes de 1968, 94,4% citam Espanha como um país de destino, 58,4% a França, 46,6% a Alemanha, 43,8% a Suíça e o mesmo valor para a Itália, 43,3% a Inglaterra, 38,8% a Bélgica e 38,2% a Holanda, para além de um extenso número de outros países com valores não tão expressivos. Torna-se, porém impossível uma análise evolutiva, pois, a partir de 1968, o destino mais referenciado (países com quem Portugal mantém relações diplomáticas), é mais uma vez pouco concreto, quanto ao país ou países para onde os indivíduos se deslocaram. Mais uma vez, há um enviesamento na análise, uma vez que se torna impossível levar a cabo uma visão comparativa, daquela que foi a evolução dos destinos dos emigrantes de Boticas ao longo dos anos. Nos intervalos de 1968 a 1970 e de 1971 a 1973, este destino foi citado, respectivamente por 45,1% e 45,5% dos indivíduos, reduzindo imediatamente a expressividade de países como a Espanha e a França (os mais referenciados no intervalo temporal anterior), entre 1968 e 1970, para 41% e 31,6%, respectivamente. Entre 1971 e 1973, a única resposta com alguma representatividade é mesmo a França (40,1%), sendo as demais, meramente residuais (Anexo III).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Boticas é um território muito envelhecido. Em 4 décadas especificamente no período 1960-2001 o grupo de idade jovem (0-14 anos) perdeu praticamente o mesmo que ganhou o grupo de idade idosa (>65 anos). Este duplo envelhecimento afirma-se como uma tendência dominante da realidade concelhia. O visível carácter cumulativo de recessão demográfica atribui ao concelho de

Boticas a denominação de “espaço rural profundo”. O concelho tem vindo a perder população. Grande parte desta perda resultou da tendência de o índice de atratividade⁴ das freguesias que integram o espaço em estudo registar valores desde 1960 cada vez mais negativos. Tal facto confirma-nos que a emigração tem-se constituído como o principal factor responsável pelas divergências demográficas.

A análise dos resultados da aplicação recente de um inquérito por questionário⁵ por nós dirigido a 300 indivíduos em percurso emigratório no concelho de Boticas permitiu-nos reforçar a ideia de que as redes emigratórias locais têm-se auto sustentado mantendo-se o fluxo essencialmente para França, Espanha, Alemanha, Brasil, E.U.A e Canadá. Factores estruturais continuam a estimular a emigração. A inexistência prática a nível local de políticas integradas de desenvolvimento rural, tem alimentado o contínuo surto emigratório concelhio dando *corpus* às teorias que consideram os fluxos de trabalho como resultado da pobreza e do atraso nas regiões de partida.

BIBLIOGRAFIA

- ARROTEIA, J. Carvalho, 1993 – *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- BÖHNING, W. R., 1983 – “Elements of Theory of International Economic Migration to Industrial Nation States”, in M. Kritz e C. Keely (eds.) – *Global Trends in Migration: Theory and research on International Population Movements*. New York: Center for Migration Studies.
- BORJAS, G., 2000 – *Economics of Migration, International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. London.
- CASTLES, S.; DAVIDSON, A., 2000 – *Citizenship and Migration: Globalisation and the Politics of Belonging*. London: Macmillan.
- GEDDES, A., 2003 – *The Politics of Migration and Immigration in Europe*. London: Sage Publications.
- GONÇALVES, M. Ortelinda B., 2003 – *Emigração, Retorno e Desenvolvimento Sustentável no Barroso*. Porto: Universidade Aberta (dissertação de Mestrado em Relações Interculturais).
- GONÇALVES, M. Ortelinda B., 2007 – *Desenvolvimento em Meio Rural – Contributos da Emigração e do Regresso. Aplicação ao Concelho de Boticas na Região Barrosã*. Lisboa: Universidade Aberta (dissertação de doutoramento em Geografia Humana)
- GREFFE, Xavier, 2002 – *Le Développement Local*. Paris: Éditions de l’Aube/DATAR.
- LEE, E., 1996 – *A Theory of Migration*, in R. Cohen (ed.), *Theories of Migration*. Cheltenham: Edward Edgar Publishing Limited.
- PORTES, Alejandro, 1999 – *Migrações Internacionais – Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
- RAMOS, M. C. Pereira, 2003 – “Le Portugal, pays relais de la migration en Europe”. *Revue Migrations Études*, Direction de la Population et des Migrations (DPM), Paris: ed. ADRI, n.º 116, août-sept, p. 1-16.

⁴ GONÇALVES, 2007.

⁵ Tornou-se essencial delinear as características demográficas e sociais da população inquirida, tentando conhecer o contínuo fluxo emigratório presente, principalmente a nível de destinos, motivações, expectativas, e atitudes comportamentais nas vertentes social, económica e financeira.

- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1982 – *Da Emigração às Comunidades Portuguesas*. Lisboa: Edições Conhecer.
- SILVA, Augusto Santos, 2000 – *Cultura e desenvolvimento: estudos sobre a relação entre o ser e o agir*. Lisboa: Edições Celta.
- SIMMONS, A. B., 1987 – *Explaining Migration: Theory at the crossroads*. Louvain: Université Catholic.

ANEXOS

Anexo I – Idade de emigração/género do indivíduo

Idade de emigração	Género do indivíduo		Total
	Masculino	Feminino	
Menos de 18 anos	55 5,7%	79 9,1%	134 7,3%
Entre 18 e 24 anos	180 18,6%	232 26,8%	412 22,5%
Entre 25 e 31 anos	174 18,0%	121 14,0%	295 16,1%
Entre 32 e 38 anos	123 12,7%	90 10,4%	213 11,6%
Entre 39 e 45 anos	127 13,1%	82 9,5%	209 11,4%
Entre 46 e 52 anos	107 11,1%	62 7,2%	169 9,2%
Entre 53 e 59 anos	75 7,7%	75 8,7%	150 8,2%
Mais de 59 anos	127 13,1%	124 14,3%	251 13,7%
Total	968 100,0%	865 100,0%	1833 100,0%

Anexo II – Número de casos de emigração por categoria profissional

Categoria profissional	N.º de casos	Frequências Relativas (%)
Alemanha	129	7
Bélgica	108	5,9
Brasil	76	4,1
Espanha	281	15,3
E.U.A.	94	5,1
França	290	15,8
Inglaterra	109	5,9
Luxemburgo	39	2,1
Suíça	117	6,4
Venezuela	5	0,3
Argentina	4	0,2
Canadá	56	3,1
Diversos/Todos os Países	1081	58,9
Andorra	10	0,5
Itália	118	6,4
África do Sul	5	0,3
Áustria	16	0,9
Dinamarca	50	2,7
Grécia	13	0,7
Holanda	99	5,4
Noruega	30	1,6
Suécia	55	3
Turquia	8	0,4
Marrocos	9	0,5
Finlândia	6	0,3
Irlanda	10	0,5
Austrália	1	0,1
Mónaco	8	0,4
Iraque	1	0,1
Islândia	1	0,1
Santa Fé	1	0,1
Gibraltar	1	0,1
Egipto	3	0,2
Líbano	1	0,1
Israel	1	0,1
México	2	0,1
Japão	1	0,1
Palestina	2	0,1
Países da Europa	9	0,5
Países com quem Portugal mantém relações diplomáticas	290	15,8

Anexo III – Países de destino/género do indivíduo

Países de destino	Género do indivíduo			
	Masculino		Feminino	
Alemanha	103	10,6%	26	3,0%
Bélgica	81	8,4%	27	3,1%
Brasil	58	6,0%	18	2,1%
Espanha	197	20,3%	84	9,7%
E.U.A.	68	7,0%	26	3,0%
França	171	17,6%	119	13,7%
Inglaterra	85	8,8%	24	2,8%
Luxemburgo	30	3,1%	9	1,0%
Suíça	92	9,5%	25	2,9%
Venezuela	4	0,4%	1	0,1%
Argentina	3	0,3%	1	0,1%
Canadá	40	4,1%	16	1,8%
Diversos/Todos os Países	530	54,6%	551	63,6%
Andorra	9	0,9%	1	0,1%
Itália	89	9,2%	29	3,3%
África do Sul	5	0,5%		
Áustria	14	1,4%	2	0,2%
Dinamarca	41	4,2%	9	1,0%
Grécia	10	1,0%	3	0,3%
Holanda	79	8,1%	20	2,3%
Noruega	23	2,4%	7	0,8%
Suécia	43	4,4%	12	1,4%
Turquia	7	0,7%	1	0,1%
Marrocos	8	0,8%	1	0,1%
Finlândia	4	0,4%	2	0,2%
Irlanda	9	0,9%	1	0,1%
Austrália	1	0,1%		
Mónaco	4	0,4%	4	0,5%
Iraque	1	0,1%		
Islândia	1	0,1%		
Santa Fé	1	0,1%		
Gibraltar	1	0,1%		
Egipto	2	0,2%	1	0,1%
Líbano	1	0,1%		
Israel	1	0,1%		
México	1	0,1%	1	0,1%
Japão	1	0,1%		
Palestina	1	0,1%	1	0,1%
Países da Europa	6	0,6%	3	0,3
Países com quem Portugal mantém relações diplomáticas	162	16,7%	128	14,8%

O TESTAMENTO DE VICENTE JOSÉ DE ALMEIDA GUIMARÃES, NEGOCIANTE VIMARANENSE NO BRASIL (1792)

António José de Oliveira

INTRODUÇÃO

Ao desenvolver a nossa pesquisa no fundo notarial do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, com vista à realização da nossa dissertação de doutoramento em História de Arte, compulsámos documentação que julgamos de interesse para a história da emigração entre Guimarães e o Brasil. Aproveita-se esta ocasião para trazer à luz documentação, na qual encontramos como principal interveniente Vicente José de Almeida Guimarães (1754-1792), negociante vimaranense no Brasil. Neste artigo pretendemos trazer alguns dados sobre a vida de Vicente José de Almeida Guimarães, através do assento de baptismo, do seu testamento e do respectivo assento de óbito. Estas três fontes manuscritas inéditas, constituem uma importante fonte documental, não apenas para o aprofundamento do estudo deste negociante, tanto em termos pessoais, como profissionais, mas também para podermos retirar alguns elementos para o estudo da emigração vimaranense para o Brasil.

1. BREVE NOTA SOBRE VICENTE JOSÉ DE ALMEIDA GUIMARÃES (1754-1792)

Vicente Guimarães nasceu a 3 de Novembro de 1754, no lugar de Selho, da freguesia de Santa Eulália de Fermentões, do termo de Guimarães¹. Filho legítimo de António Luís da Maia e de Josefa Lopes, foi baptizado a 6 de Novembro, pelo vigário Francisco Xavier. Foram seus padrinhos Vicente de Carvalho, seu tio, um conceituado mestre pedreiro galego radicado em Fermentões; e madrinha Domingas Francisca, mulher de Domingos do Vale, do lugar de Selho².

¹ Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães) (A.M.A.P.) – *Registo Paroquial*, P-289, fls. 121-121v, Santa Eulália de Fermentões. Vide apêndice documental, doc. n.º 1.

² Foram testemunhas: o padrinho e Jerónimo Lopes.

Com 10-11 anos, Vicente Guimarães é transportado para o Brasil, regressando mais tarde à sua terra Natal. No Brasil, mais concretamente na cidade de Mariana deixa descendência, mantendo aí uma agência de negócios. Em 1792, Vicente Guimarães encontrava-se como assistente em casa do seu tio e padrinho, Vicente José de Carvalho, no lugar da Calçada, freguesia de Fermentões. A 13 de Julho de 1792, Vicente Guimarães achando-se na casa de Vicente José de Carvalho, determina fazer o seu testamento. A 22 de Julho de 1792, com 37 anos, Vicente Guimarães falecia na casa do seu tio, com todos os Sacramentos³. Dois dias depois seria sepultado na Ordem Terceira de São Francisco, de Guimarães.

2. O TESTAMENTO DE VICENTE GUIMARÃES: ESTRUTURA INTERNA

Devido à destruição a que estão sujeitos os testamentos, por serem documentos avulsos, e pela subtração dos mesmos por parte dos herdeiros para não serem obrigados a cumprir as cláusulas, torna-se difícil, por vezes, encontrar um corpo homogéneo de testamentos. No caso concreto de Vicente Guimarães possuímos apenas uma cópia do seu testamento, datada de 23 de Julho de 1792, lançada por autoridade de justiça, pelo tabelião José Pedro de Barros Costa, a pedido de Vicente José de Carvalho⁴. Através desta fonte documental existente no fundo notarial do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, temos conhecimento do teor do testamento, bem como dos respectivos: auto de aprovação e termo de abertura. Nesse manuscrito é também mencionada a petição de Vicente de Carvalho e correspondente despacho exarado.

Através desse traslado, temos conhecimento que o testamento de Vicente Guimarães foi redigido por Manuel António de Carvalho e Silva, mercador na vila de Guimarães, a 13 de Julho de 1792, na casa de Vicente José de Carvalho.

Por seu turno, o auto de aprovação do testamento foi celebrado no mesmo dia, pelo tabelião Luís António de Abreu, que se deslocou à casa de Vicente de Carvalho. O tabelião refere que na presença das testemunhas⁵ e do testador “natural desta freguesia nogociante que foi nas Americas e ao presente assistente nesta caza de pé e com alguma molestia”, lhe fora entregue o seu testamento, que ele havia ditado a Manuel da Silva, por lhe ser penoso escrever. Após todas as disposições legais, o tabelião rubrica todo o testamento, bem

³ A.M.A.P. – *Registo paroquial*, P-297, fls. 59-61, Santa Eulália de Fermentões. Vide apêndice documental, doc. n.º 3.

⁴ AMAP – *Nota do tabelião José Pedro de Barros Costa*, N-1311, fls. 48v-53v. Vide apêndice documental, doc. n.º 2. Foram testemunhas presentes: João Marinho de Queirós Viseu, escrivão “*que foi neste juizo do geral*” e Cristóvão José Batista, familiar do tabelião

⁵ São testemunhas presentes: João Rodrigues Paiva, da rua de São Dâmaso (Guimarães), António Peixoto de Freitas, do sítio da Cruz de Pedra, arrabalde de Guimarães; António Manuel, oficial de Vicente José de Faria, cutileiro; Manuel da Costa e João do Vale, do lugar da Conceição (freguesia de Fermentões).

como o auto de aprovação, que ocupam na totalidade seis folhas de papel. O testador, o tabelião e as testemunhas assinam no final do auto de aprovação. Neste auto é especificado que este testamento revogava todos os documentos e últimas disposições que antes deste tenha celebrado o testador.

Pela mesma cópia, sabemos que no dia do falecimento de Vicente Guimarães, o tabelião José Pedro de Barros Costa, deslocou-se à casa de Vicente Carvalho “aonde se achava o falecido constante do dito testamento” com o intuito de abrir o testamento, segundo o despacho do Doutor João de Sousa da Silveira, vereador e juiz da ordenação da vila e termo de Guimarães. Perante as testemunhas⁶ e de Vicente Carvalho que apresentou o testamento, o tabelião confirmava o seguinte: “abrindo o na presença das testemunhas abaixo asignadas o achei fichado e lavrado na forma do costume escrito por Manoel Antonio de Carvalho e Silva homem de negocio da dita villa o qual se achava escrito em seis meias folhas de papel com a da aprovação feita pelo taballiam Luis Antonio de Abreu sem vicio borrão nem entrelinha nem couza que duvida faça de que tudo dou fé”.

Na cópia do testamento, é também exarado a petição de Vicente Carvalho que solicitava que mediante a apresentação do testamento do Vicente Guimarães, qualquer tabelião ou escrivão o pudesse abrir e o copiasse para evitar qualquer “descaminho e evitar controversias que possãoa acontecer e depois de copiado o entregue ao suplicente porque julga ser seu testamenteiro”⁷. No final desta petição é transcrito um despacho favorável ao requerente.

De seguida, analisaremos pormenorizadamente a estrutura interna do testamento de Vicente Guimarães, que subdividimos em: prólogo, preâmbulo religioso, disposições espirituais ou legados pios, disposições materiais ou herança e escatocolo.

2.1. Prólogo

Após a feitura do sinal da cruz, o testador é identificado como: Vicente José de Almeida Guimarães, assistente em casa de seu tio Vicente José de Carvalho, morador no lugar da Calçada, da freguesia de Santa Eulália de Fermentões.

Declarava que era solteiro, sendo filho de António Luís de Almeida e de Josefa Maria Lopes moradores na freguesia de Fermentões.

⁶ São elas: Manuel José Mendes Pereira, inquiridor no juízo geral de Guimarães; José António Marques, caixeiro do capitão António José de Macedo; Manuel Soares, meirinho, da vila de Guimarães; e Manuel Ribeiro, lavrador, do lugar do Assento, da freguesia de Fermentões.

⁷ AMAP – *Nota do tabelião José Pedro de Barros Costa*, N-1311, fls.48v-53v. Vide apêndice documental, doc.n.º 2. Nesta petição é referido “que elle tinha em sua caza a seu sobrinho (...) o qual faleceo agora da vida presente com testamento (...)”.

2.2. Preâmbulo religioso

Depois da abertura dos documentos oficiais do género, com a referência à Santíssima Trindade é feita a encomendação da alma. O testador recomenda-se ao seu Anjo da Guarda e à Virgem Nossa Senhora do Rosário, que por ele intercedam, pois, é um verdadeiro Cristão e como tal, deseja salvar a sua alma. Acerca do seu estado de saúde, Vicente Guimarães declarava que se achava com “molestia que Deos Nosso Senhor foi servido dar me mas com todo o meu perfeito juizo e entendimento”⁸.

Determinava fazer o seu testamento, porque temia a morte “que a todos he comua”.

Relativamente a considerações sobre a sua vida, declarava que com a idade de 10/11 anos saíra da companhia dos pais e fora transportado para a América, “donde por minha agencia de negocio ganhei todo o meu cabedal e não por herança alguma que tivesse de parentes nem tam pouco couza alguma que recebesse dos meus pais”.

2.3. Disposições espirituais ou legados pios

O testamento descreve minuciosamente o ritual fúnebre que desejava: pretendia ser amortalhado com o hábito de Nossa Senhora do Carmo e sepultado na Capela da Ordem Terceira de São Francisco, de Guimarães⁹. O seu corpo seria acompanhado desde a casa de seu tio até à sepultura pela Ordem Terceira de São Francisco, e por todas as irmandades da vila de Guimarães que o quisessem com pelo menos mais de 12 irmãos¹⁰.

Solicitava ao seu testamenteiro que na cidade de Mariana (Brasil) “fara avizo a dita ordem (Carmo)¹¹ para me fazerem meos sufrágios e se lhe pagar o que eu dever como tambem a todas as mais irmandades que tenho na mesma cidade que se fara publico pela noticia ou avizo”.

No dia do seu enterro, estipulava que se fizesse um ofício na capela da Ordem Terceira de São Francisco com as comunidades da vila de Guimarães “que costumão assistir e pela esmola do costume”¹². As cerimónias religiosas constariam ainda da celebração dos seguintes ofícios: 200 missas por sua alma (\$200 réis cada); 100 missas pelas almas das pessoas “com quem tenho tido

⁸ No auto de aprovação, sabemos que lhe era penoso escrever e por isso a seu rogo redigira o testamento Manuel António da Silva, mercador da rua dos Mercadores (Guimarães).

⁹ Aos administradores desta ordem legava de esmola 48\$000 réis.

¹⁰ Às irmandades que o acompanhassem deixava 4\$800 réis.

¹¹ Nas disposições espirituais, o testador afirmava que era irmão professo de Nossa Senhora do Carmo, na cidade de Mariana.

¹² No seu assento de óbito redigido por Manuel António Mendes, vigário de Fermentões, é anotado à margem que foram celebrados três ofícios de 10 padres (AMAP, *Registo paroquial*, P-297, fls. 59-61, Santa Eulália de Fermentões. Vide apêndice documental, doc. n.º 3).

contas” (\$150 réis cada); 100 missas pelas almas dos seus parentes falecido (\$150 réis cada). No dia do seu enterro, mandava que se desse esmola aos pobres. Tudo o resto relativo ao seu funeral deixava à disposição do seu testamenteiro.

Pedia ao testamenteiro que satisfizesse 12\$800 réis ao Senhor de Matosinhos duma promessa que lhe devia. Rogava, ainda ao seu testamenteiro, que este desse duas moedas de ouro aos dois padres, que o assistissem quando estivesse agonizando. Estipulava que se fizesse uma festa a Nossa Senhora do Rosário, na freguesia de Fermentões, com missa cantada e Senhor Exposto. Para o efeito, doava à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário 6\$400 réis, da qual era juiz no presente ano.

2.4. Disposições materiais ou herança

No testamento, Vicente Guimarães iniciava as suas disposições materiais informando que “por fragilidade humana e miséria minha” tinha de Maria Francisca Vilaça da Encarnação, solteira, moradora na cidade de Mariana três filhos, a saber: Sebastião, Ana e Inácio. Estes seus filhos foram expostos e segundo Vicente Guimarães sua mãe “sabe muito bem aonde elles existem se ainda os não tiver em seu poder”. O testador indicava que tinha em seu poder as certidões de baptismo dos seus filhos. Vicente Guimarães instituía os seus filhos como seus legítimos e universais herdeiros nas duas partes da sua herança.

A terça parte da sua herança, repartia em partes iguais, aos seguintes familiares: à sua irmã Maria, casada com António José; à sua irmã Ana, casada com Pedro José; às suas primas Teresa Luísa, Maria Bernarda, Eugénia, Joana, Antónia e Maria Joana, filhas do seu tio e padrinho Vicente Carvalho; e à sua prima Mariana, filha de Francisco Portela¹³.

À sua tia Teodora que vivia solteira e pobre, vizinha do seu tio Vicente Carvalho, deixava a quantia de 50\$000 réis. Ao seu tio e padrinho legava todos os seus bens móveis, roupas e trastes de seu uso “pelo bom amor e trato que me tem feito e atualmente faz na minha molestia”.

No que concerne à cobrança de dívidas, declarava que na cidade de Mariana lhe ficara devendo João Ribeiro Dias o resto de uma escritura, cuja quantia lhe haveria de cobrar Sebastião Rodrigues Sete¹⁴.

Declarava igualmente que tinha realizado uma sociedade com Sebastião Rodrigues Sete e o Doutor Inácio José de Sousa Rebelo, ambos moradores em Mariana. No entanto, por cartas e avisos que dos dois teve, a sociedade ficara sem efeito. Deste modo, mandara liquidar a quantia de 37\$500 cruzados em fazendas que foram entregues em Lisboa, a Manuel de Sousa Freire, que as

¹³ Trata-se de um pedreiro natural da Galiza, cunhado de Vicente José de Carvalho.

¹⁴ Na cobrança desta dívida seriam abonadas as despesas que Sebastião Sete tivesse.

enviaria para o Rio de Janeiro, como pagamento antecipado que recebera de Sebastião Sete e do Doutor Inácio Rebelo. Esclarecia que existiam outras contas particulares que o seu testamenteiro ajustaria com Sebastião Sete.

Por lhe ter sido “percizo abontar a esta freguezia (Fermentões)”, em Lisboa, entregara a Manuel de Sousa Freire, negociante na corte, por “confiar muito da sua amizade honra e inteireza”, todos os seus “particulares”. Estes bens pessoais seriam entregues “com tempo conveniente”. Para evitar que alguns dos seus parentes menos afeiçoados do seu tio maculassem a sua verdade e reputação, declarava que não trouxera de Lisboa dinheiro por não o ter e estar empregue em negócios. No seu percurso diário até ao Porto utilizara uma carta de abono para as suas despesas.

Instituía o seu tio Vicente José de Carvalho como seu testamenteiro, pedindo-lhe que logo que falecesse, este remetesse por correio seguro e fechado para o seu testamenteiro em Lisboa, todos os papeis que lhe pertenciam. Na cidade de Lisboa pedia em primeiro lugar, a Manuel de Sousa Freire que fosse o seu testamenteiro; em segundo lugar, a Luís António Rodrigues Sete; e por último, a Manuel de Miranda Correia. Como prémio do seu trabalho deixava 400\$000 réis ao que aceitasse ser seu testamenteiro. Imediatamente, após o seu falecimento, mandava que o seu tio avisasse em Lisboa aos testamenteiros referidos, a sua morte remetendo-lhe uma cópia do seu testamento.

Mandava que os seus testamenteiros dessem cumprimento às disposições do seu testamento no termo de dois anos, após a sua morte. Sendo-lhes necessários mais tempo solicitava que recorressem à justiça. O testamenteiro nomeado em Lisboa, seria obrigado a pagar ao seu tio toda a despesa do seu funeral e missas e a enviar uma procuração a Guimarães.

De registrar é o sentimento familiar que o testador nutria em relação aos seus pais, como podemos observar, pelas suas próprias palavras: “Declaro que este meu testamento o mandei escrever lembrando me sempre que a alma hé huma só esta ponho na maons de Deos para ma salvar e por isso desapaixonado e por isso foi feito mais por satisfação de quem não sabe o como meos pais se tem portado comigo nam estranhe o não lhe deixar nada faço esta declaração alem de ter com elles gasto no discurço de vinte annos mil cruzados pois lhes mandava dar todo o percizo alem de huma moeda de ouro cada mes, e chigando a esta terra os achei pobres e tam distituhidos de moveis que os pratos para comer os comprei e por isso me derão bastante serteza de que mal applicavão o que se lhe fazia”.

2.5. Escatocolo

Este testamento é redigido a 13 de Julho de 1792, na casa de Vicente José de Carvalho, sita no lugar da Calçada, freguesia de Santa Eulália de Fermentões, por Manuel António de Carvalho e Silva, mercador em Guimarães. No

final deste documento assinam o testador e o redactor. Através deste documento, Vicente Guimarães revogava qualquer outro testamento anterior.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, procurámos analisar um dos elementos fundamentais para o estudo da emigração vimaranense para o Brasil: os testamentos.

O estudo do testamento de Vicente Guimarães permitiu-nos ter uma perspectiva multifacetada deste emigrante vimaranense: da sua visão da morte e do Além; das suas crenças e devoções; das suas mentalidades e comportamentos; dos seus sentimentos familiares; das suas expressões afectivas em relação a alguns familiares; da recordação de familiares falecidos; da reconstituição da sua descendência e do seu grupo doméstico; da sua mobilidade entre Portugal e o Brasil; da avaliação da sua fortuna; da composição e valor dos seus legados; e das suas relações viciniais.

APÊNDICE DOCUMENTAL¹⁵

Documento n.º 1

1754, Novembro, 3 – Santa Eulália de Fermentões.

AMAP, *Registo paroquial*, P-289, fls.121-121v, Santa Eulália de Fermentões

“¹⁶Aos tres dias do mes de Nobembro de mil e setecentos e sincoenta, e quatro annos nasceo Vicente Joze filho legitimo de Antonio Luis da Maia e Jozefa Lopes do lugar de Selho. Em os seis dias do dito mes o baptizei, e pos lhe os Santos Oleos. Foi padrinho Vicente de Carvalho da Calssada e madrinha Domingas // (fl.121v) Francisca molher de Domingos do Valle do lugar de Selho. Testemunhas o mesmo padrinho e Jeronimo Lopes do Brinzel todos desta freguezia, e para constar fiz este assento, que asigno era ut supra.

(Assinado:) O Vigario FRANCISCO XAVIER

(Assinado:) VICENTE DE CARVALHO

(Assinado de cruz:) JERONIMO + LOPES”

¹⁵ Os critérios usados na transcrição dos documentos em apêndice, foram os seguintes: desdobramento de abreviaturas sem assinalar as palavras reconstituídas; separação de palavras unidas indevidamente; actualização do uso das maiúsculas e minúsculas; colocação do sinal (...) no lugar de palavras com dificuldade de leitura; indicação do final de cada página do original, usando-se o sinal //.

¹⁶ Escrito na margem esquerda: “Vicente Joze”.

Documento n.º 2

1792, Julho, 23 – Guimarães.

AMAP – *Nota do tabelião José Pedro de Barros Costa*, N-1311, fls.48v-53v.

“Copia do testamento de Vicente Jozé de Almeida Guimarães assistente no lugar da Calçada da freguezia de Santa Eulalia de Fermentoens do termo desta villa lançado por authority de justiça.

Em nome de Deos Amen. Saibam quantos este publico instrumento de copia de testamento lançado por authority de justiça ou como em direito melhor lugar haja e mais firme valiozo seja virem que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e noventa e dois annos aos vinte e tres dias do mes de Julho do dito anno nesta villa de Guimarães em o meo escritorio ahi pello thio de digo (sic) em o meo escritorio da parte de Vicente Joze de Carvalho me foi requerido lançace o testamento nesta nota na forma que estava mandado pela petição e despacho ao diante copiado, o qual lancei que he o seu theor o seguinte:

Jezus Maria Joze. Em nome da Santissima Trindade Padre filho e Espirito Santo em que creio, eu Vicente Joze de Almeida Guimarães assistente em caza de meu thio Vicente Jozé de Carvalho deste lugar da Calçada freguezia de Santa Eulalia de Fermentoens do termo desta villa de Guimarães por me achar com molestia que Deos Nosso Senhor foi servido dar me mas com todo o meu perfeito juizo e entendimento, e temendo a morte que a todos he comua detremino fazer meu testamento na forma e maneira seguinte. Primeiramente emcomendo a minha alma ao meu Anjo da Goarda e a Virgem Nossa Senhora do Rozario para me ponhão na prezença do meu Criador para me salvar // (fl.49) salvar. Declaro que sou solteiro porque nunca fui cazado e sou filho de Antonio Luis de Almeida e de Jozefa Maria Lopes moradores nesta mesma freguezia. Declaro que de hidade de des para honze annos sahi da companhia dos ditos meus pais e fui transportado para America donde por minha agencia de negocio ganhei todo o meu cabedal e não por herança alguma que tivesse de parentes nem tam pouco couza alguma que recebesse dos ditos meus pais. Declaro que sendo Deos servido levarme da vida prezente quero ser sepultado na capela da Ordem Terceira do Patriarca Sam Francisco na villa de Guimarães e pesso e rego aos admenistradores da mesma ordem mandem na dita capela sepultura e a mesma ordem me acompanhará deste lugar athe a mesma capela para o que lhe deixo de esmola quarenta e oito mil reis. Declaro que sou terceiro profeço de Nossa Senhora do Carmo na cidade de Marianna nos Brazil e no mesmo habito quero ser amortalhado e enterrado e meu testamenteiro fara avizo a dita ordem para me fazerem meos sufragios e se lhe pagar o que eu dever como tambem a todas as mais irmandades que tenho na mesma cidade que se fara publico pela noticia ou avizo que for a dita ordem. Declaro que deixo as irmandades da villa de Guimarães aquelas que quizerem vir a este lugar acompanhar meu corpo athe a sepultura sejam ellas quais forem que trarão de doze irmãos para sima lhes deixo quatro mil e oitocentos reis por huma so vez. Declaro que no dia do meu enterro se me fará hum officio na capela da dita ordem terceira com as comonidades da mesma villa que costumão assistir e pela esmola do costume, como tambem se me porão missas gerais na mesma capela no dia do meu // (fl.49v) no dia do meu enterro de esmola de duzentos reis cada huma e tudo o mais respeito ao meu funeral deixo ma disposição

do meu testamenteiro. Deixo se me digão duzentas missas pela minha alma de esmola de duzentos reis cada huma e assim mais cem missas pela alma daquelas peçoas com quem tenho tido contas conforme a minha tenção como tambem outras cem pela almas de todos os meos parentes falecidos e estas e estas e as das peçoas com quem tido contas de esmola de cento e sincoenta reis. Deixo que meu testamenteiro me satisfará a quantia de doze mil e oitocentos reis ao Senhor de Matozinhos perto do Porto que he promessa que eu lhe pometi. Deixo mais que se me fará huma festa a Nossa Senhora cantada e Senhor Exposto e se lhe darão a mesma irmandade a quantia de seis mil e quatrocentos reis esmola de juiz que sou no presente anno. Deixo que meu testamenteiro dará aos dous padres que me assistirem quando eu estiverem agonizando duas moedas de quatro mil e oitocentos reis de esmola. Deixo que no dia do meu enterro se dará esmola aos pobres de des reis grandes e pequenos. Declaro que por fragilidade humana e mizeria minha tive de Maria Francisca Vilaça da Incarnação tambem solteira moradora na cidade de Mirianna em o Brazil tive tres filhos a saber, Sebastiam, Anna, e Ignacio, os quais foram expostos e sua mai sabe muito bem adonde elles existem se ainda os não tiver em seu poder, e em meu poder se achão as certidoins dos baptismos dos ditos meos filhos os quais instituo por meos legitimos e universais herdeiros nas duas partes do meu hirario. Declaro que na mesma cidade de Marianna adonde existe com o meu negocio me ficou devendo Joao Ribeiro Dias o resto de huma escritura cuja quantia a avia de cobrar Sebastiam Rodrigues Sete de que dará conta com a verdade e inteireza que costuma abonadas as despezas que tiver // (fl.50) que tiver feito. Declaro que como o dito Sebastiam Rodrigues Sete e o Doutor Ignacio Joze de Souza Rebelo ambos moradores na dita cidade tratamos huma sociedade que consta das nossas clarezas e por cartas e avizos que dos ditos tive ficou esta de nenhum efeito e conforme a sua ordem entregues na cidade de Lisboa a Manoel de Souza Freire lhe carregesse em fazendas para o Rio de Janeiro a quantia de trinta e sete mil e quinhentos cruzados emportancia que dos mesmos havia recebido. Declaro que com o dito Sebastiam Rodrigues a mais algumas contas particulares que meu testamenteiro ajustará estando pelo que der o dito Sebastiam. Declaro que na cidade de Lisboa fiz huma carregação de fazenda para o Rio de Janeiro e por me ser percizo abontar para esta freguezia entreguei todos os meos particulares ao senhor Manoel de Souza Freire negociante na dita corte por confiar muito da sua amizade honra e inteireza e com esta declará e entregará com tempo conveniente o que me pertencer. Deixo a terça parte de meu hirario que bulgarmente se chama a minha herança depois de se saber quanto ella emporta à minhas irmaas Maria cazada com Antonio Jozé, Anna cazada com Pedro Jozé e a minhas primas filhas de meu thio e padrinho Vicente Joze de Carvalho e de sua mulher que bem a ser Thereza Luiza e Maria Bernarda e Eugenia e Joanna e a Antonia e Maria Joanna como tambem a minha prima Marianna filha de Francisco Portella e de sua mulher que depois de liquida a terça parte de minha herança se repartirá por todas iguais tanto minhas irmaas, como primas. Deixo todos os meus moveis roupas e trastes de meu uso a meu padrinho e thio Vicente Joze de Carvalho com quem asisto pelo bom amor zelo e trato que // (fl.50v) que me tem feito e atualmente faz na minha molestia e por isso qualquer outro parente herdeiros testamenteiro não hajão de empetrar esta minha ultima livre e deradeira vontade. Declaro que não trouxe de Lisboa para esta dinheiros pelo não ter e estar empregado em negocio como já disse sim trouxe carta de abono para se me assistir com o meu percizo diario da cidade do Porto cuja declaração faço para que alguns de meus parentes menos afeiçoados de meu thio Vicente não maculem a sua verdade e reputação. Deixo a minha thia Teadora que vive no estado de solteira pobre vezinha do dito

meu thio Vicente a quantia de sincoenta mil reis que se tirarão da minha terça e senão esperará pelo liquido della para se lhe fazer a entrega e pagamento. Declaro que este meu testamento o mandei escrever lembrando me sempre que a alma hé huma só esta ponho na maons de Deos para ma salvar e por isso desapaixonado e por isso foi feito mais por satisfação de quem não sabe o como meos pais se tem portado comigo nam estranhe o não lhe deixar nada faço esta declaração alem de ter com elles gasto no discourço de vinte annos mil cruzados pois lhes mandava dar todo o percizo alem de huma moeda de ouro cada mes, e chigando a esta terra os achei pobres e tam distituhidos de moveis que os pratos para comer os comprei e por isso me derão bastante serteza de que mal applicvão o que se lhe fazia. Declaro pesso e rogo em primeiro lugar ao senhor Manoel de Souza Freira morador na cidade de Lisboa queira ser meu testamenteiro e em segundo lugar ao senhor Luis Antonio Rodrigues Sete, e em terceiro lugar ao senhor Manoel de Miranda Correa ambos tambem moradores na cidade de Lisboa queirão // (fl.51) queirão por me fazer merce esmola aseitar esta minha testamentarea e em premio do seu trabalho lhe deixo quatrocentos mil reis e o que aseitar esta testamentarea mandará logo procuraçam a esta villa de Guimaraís para que dentro do tempo haja de fazer aseitação cujos testamenteiros que no meio naquela cidade e em rezão dela ter o meu sobtalecimento do negocio e para de presente me comcorrer com os meus funerais e mais algumas couzas que hajão de acontecer nesta terra peço e rogo a meu thio e padrinho Vicente Joze de Carvalho queira ser meu testamenteiro, e logo que eu faleça fara avizo para Lisboa aos testamenteiros asima declarados sem perda de tempo remetendo lhe huma só copia deste testamento e logo o que qualquer dos ditos haja de aseitar lhe remeterá pelo correio seguro e fichada todos os meos papeis que forem achados e digão a meu respeito e no cazo de que os meus testamenteiros asima nomiados na cidade de Lisboa não queirão aseitar este testamentaria o ficará sendo de toda ella o dito meu thio Vicente Joze de Carvalho aos quais que aseitarem eu os aprovo e dou todos os poderes com livre e geral admenistração e nesta forma hei por findo este meu testamento que quero valha e se cumpra tudo o que nelle se contem inteira e inviolavelmente por ser minha ultima e deradeira vontade porque só esta quero valha tenha força e vigor, e revogo outro qualquer testamento que antes deste tenha feito e pesso e rogo a justisas de Sua Magestade a que o conhecimento deste pertencer o cumprão e faça cumprir como nelle se conthem e pedi a Manoel Antonio de Carvalho e Silva mercador na villa de Guimaraís que este me escrevesse e comigo assignou hoje neste lugar da Calçada // (fl.51v) da Calçada desta freguezia dita aos treze de Julho de mil e setecentos e noventa e dois annos. Declaro que os ditos meos testamenteiros nomiados darão comprimento a este meu testamento no termo de dois annos contados des o dia do meu falecimento e sendo lhe percizo mais tempo recorrerão as justizas para lho facultar. Declaro que aseitando esta testamentaria alguns dos testamenteiros nomiados da cidade de Lisboa pagará a meu thio Vicente Joze de Carvalho tambem meu testamenteiro nesta toda despeza que elle fizer com o meu funeral e missas que deixo e nesta forma finda este testamento como já disse hoje hera ut supra. // Vicente Jose de Almeida Guimaraís // Manoel Antonio de Carvalho Silva //.

Auto de aprovação // Saibam quantos este publico instrumento de auto de aprovação deste testamento cedula codecilio ultima e deradeira vontade ou como em direito milhor lugar haja virem como no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e noventa e dois annos aos treze dias do mes de Julho neste lugar da Calçada freguezia de Santa Eulalia de Fermentoens deste termo da villa de Guimaraís cazas de morada de Vicente Joze de Carvalho aonde eu tabelliam vim e ahi presente

Vicente Joze de Almeida Guimarais natural desta freguezia nogociante que foi nas Americas e ao presente assistente nesta caza de pé e com alguma molestia peçoa que reconheço pelo proprio de que dou fé, pelo qual na prezença das testemunhas ao diante nomiadas e asignadas me foi dado este papel dizendo me hera seu testamento cedula codicilio ultima deradeira vontade que elle havia ditado e por lhe ser penozo a escrever a seu rogo lhe escrevera Manoel Antonio de Cravalho e Silva mercador da rua dos Mercadores // (fl.52) dos Mercadores da dita villa e depois de escrito elle testador o lera e pelo o achar na forma em que o havia ditado elle o asignara com aquele rogado e como tal declara ser a sua ultima e deradeira vontade que quer valha como testamento cedula e codicilio ultima e deradeira vontade ou como em direito milhor lugar haja e nesta forma pedia as justiças de Sua Majestade que Deos Goarde de hum e outro foro lho fação cumprir e goardar e que por este revoga todos os testamentos e ultimas disposiçõins que antes deste tenha feito pois só quer que este valha tenha força e vigor em juizo e fora delle requerendo me lho aseitasse e aprovasse o quel eu taballiam lhe aseitei e aprovo e hei por aprovado tanto quanto em direito devo e posso e Sua Majestade que Deos Goarde manda e fica o dito testamento com este auto tudo escrito em seis folhas de papel com esta todas numeradas e rubricadas pelas cabeças com o meu cognome Abreu. Sem couza que duvida faça que por mim não fique rezervado a que foram testemunhas presentes chamadas e rugadas por parte do testador João Rodrigues Paiva da rua de Sam Damazo da dita villa Antonio Peixoto de Freitas do sitio da Cruz da Pedra arbalde desta dita villa Antonio Manoel oficial de Vicente Joze de Faria cutileiro deste sitio Manoel Lopes da Costa do lugar da Comceição desta freguezia e João do Valle do mesmo lugar e freguezia que aqui asignarão com o testador lido este a todos por mim Luis Antonio de Abreu taballiam que o escrevi em publico e razo que asignei e declaro que o testador se acha com todo o seu perfeito juizo e entendimento que Deos lhe deo de que dou fé dito o declarei. Em fé de verdade lugar do signal publico // Luis Antonio de Abreu // João Rodrigues Paiva // Antonio Manoel // Vicente Joze de Almeida Guimarais // Manoel Lopes da Costa // Antonio Peixoto de Freitas // João do Valle//.

Termo de abertura do testa // (fl.52v) do testamento retro. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e noventa e dois annos aos vinte e dois dias do mes de Julho do dito anno neste lugar da Calçada freguezia de Santa Eulalia de Fermentoins do termo da villa de Guimarais aonde eu taballiam fui vindo para efeito de abrir o testamento retro e em virtude do despacho ao diante do Doutor João de Souza da Silveira veriador e juis pela ordenação na dita villa e seu termo por Sua Majestade que Deos Goarde e na morada de Vicente Joze de Carvalho aonde se achava o felecido constante do dito testamento pelo mesmo Vicente Joze de Carvalho me foi apresentado o dito testamento e abrindo o na prezença das testemunhas abaixo asignadas o achei fichado e lavrado na forma do costume escrito por Manoel Antonio de Carvalho e Silva homem de negocio da dita villa o qual se achava escrito em seis meias folhas de papel com a da aprovação feita pelo taballiam Luis Antonio de Abreu sem vicio borrão nem entrelinha nem couza que duvida faça de que tudo dou fé a que foram testemunhas presentes Manoel Joze Mendes Pereira inqueredor no juizo geral da dita villa e Joze Antonio Marques caixeiro do capitão Antonio Joze de Macedo e Manoel Joze de Macedo digo (sic) Manoel Soares meirinho do (...) ¹⁷ da villa de Guimarais e Manoel Ribeiro lavrador do lugar do Asento desta freguezia de Santa Eulalia que todos aqui asignarão

¹⁷ Palavra de difícil leitura.

comigo Joze Pedro de Barros Costa o escrevi em fé dever de lugar do signal publico Joze Pedro de Barros Costa // Manoel Joze Mendes Pereira // Joze Antonio Marques // Manoel Soares // Manoel Ribeiro //.

Petição. Dis Joze digo (sic) dis Vicente Joze de Carvalho morador na Calçada freguezia de Santa Eulalia de Fermentoins deste termo que elle tinha em sua caza a seu sobrinho Vicente Joze // (fl.53) Vicente Joze de Almeida de Guimaraes o qual faleceo agora da vida prezente com testamento e porque para se saber quais são suas dispoziçoins perciza que qualquer escrivão ou taballiam a quem esta se apresentar vá abrir o dito testamento e o copie em sua nota de verbo ad verbum para o qua não haja desca-minho e evitar controvercias que possão acomtecer e depois de copiado o entregue ao suplicente porque julga ser seu testamenteiro pelo que pede a vossa merce seja servido de mandar que vá já o dito taballiam abrir o testamento e depois o deite em sua nota na forma que se requer e que o dito taballiam por fé da (...) ¹⁸ recebera merce.

Despacho. Qualquer taballiam a quem esta for apresentada vá fazer a abertura do testamento e o lance na sua nora na forma requerida // Silveyra//

E não se continha mais em o dito testamento aprovação avertura e petição e despacho nella que eu Joze Pedro de Barros Costa tabelliam do publico judicial e notas nesta villa de Guimaraes e seu termo por sua Majestade que Deos Goarde bem fielmente aqui copiei do proprio que outra vez entreguei ao suplicante Vicente Joze de Carvalho que este de como a recebeo asignou no fim deste e a elle me reporto que fica na verdade sem couza que duvida faça que rezervado por mim nam fica, que com o theor de tudo este comferi e comsertei com outro ofecial de justisa comigo abaixo asignado, e por verdade em fé da mesma nos asignados e no dia mes como ut supra, e foram tes-temunhas presentes João Marinho de Queiros Vizeu escrivam que foi neste juizo do geral, e Christovam Joze Baptista meu familiar que todos aqui asignarão comigo Jozé Pedro de Barros Costa taballiam que o escrevi.

(Assinado:) JOZE PEDRO DE BARROS COSTA

(Assinado:) JOÃO MARINHO DE QUEIROS VIZEU

(Assinado:) CHRISTOVAM JOZE BAPTISTA // (fl.53v)

(Assinado:) Recebi o proprio testamento VICENTE JOZE DE CARVALHO

(Assinado:) (...) ¹⁹ GONÇALO DIAS DE CASTRO”

Documento n.º 3

1792, Julho, 24 – Santa Eulália de Fermentões.

AMAP, Registo paroquial, P-297, fls.59-61, Santa Eulália de Fermentões.

“²⁰Aos vinte e dois dias do mes de Julho do anno de mil e setecentos e noventa e dois falleceu com todos os sacramentos Vicente Joze de Almeida solteiro natural desta

¹⁸ Palavra de difícil leitura.

¹⁹ Palavra de difícil leitura.

²⁰ Escrito na margem esquerda: “Vicente Joze de Almeida Guimarães solteiro da Calçada. Disse a missa d’alma. Fes ce 1.º officio de 10 padres 2.º e 3.º”.

freguezia assistente em caza de seu padrinho Vicente de Carvalho do lugar da Calçada desta mesma freguezia e aos vinte e quatro dias do sobredito mes e anno foi sepul // (fl.59v) sepultado na capella dos Terceiros da Ordem de Sam Francisco da villa de Guimaraens, fes testamento em o quall nomiou por seus unicos, e universaes herdeiros a tres filhos que teve de Maria Francisca Villassa da Incarnassão solteira moradora na cidade de Mariana em o Brazil a saber Sebastião, Anna, e Ignacio, os quaes forão expostos, e os nomiava como dito he seus legitimos, e universaes herdeiros das duas partes do seu hirario. E que por rezão de ter na cidade de Lisboa o seu estabelecimento de negocio instituhia por seu, digo (sic) rogava, e pedia em primeiro lugar a Manoel de Souza Freire morador na dita cidade de Lisboa quizece ser seu testamenteiro, e em segundo lugar a Luis Antonio Rodrigues Sete, e em terceiro lugar a Manoel de Miranda Correa ambos tambem moradores na dita cidade de Lisboa, e em premio de seu trabalho lhe deixava quatrocentos mil reis, e o que aseitace mandaria logo a esta villa procurassão para dentro do tempo houvese de fazer aseitação. E que para de presente lhe concorrece com os seus funeraes, e mais alguas couzas que houvecem de acontecer nesta terra pedia, e regova a seu thio, e padrinho Vicente Joze de Carvalho quizece ser seu testamenteiro, e no cazo que os testamenteiros nomiados na cidade de Lisboa não quizecem aseitar esta testamentaria o ficaria sendo de toda ella o dito thio Vicente Joze de Carvalho. E que queria ser sepultado na capella da Ordem Terceira do Patriarcha Sam Francisco na villa de Guimaraens, e pedia e rogava aos administradores da mesma ordem lhe dessem na dita capella sepultura, e a mesma ordem o acompanhacem daquelle lugar athe a mesma capella para o que lhe deixava // (fl.60) de esmolla quarenta e oito mil reis. E que hera terceiro professo de Nossa Senhora do Carmo na cidade de Mariana no Brazil, e no mesmo habito queria ser amortalhado, e enterrado, e que seu testamenteiro faria avizo a dita ordem para lhe fazerem seus sufragios, e se lhe pagar o que elle deve se como tambem a todas as mais irmandades que tem na mesma cidade, cujo avizo se faria publico pelo que fosse a dita ordem. E que deixava às irmandades da villa de Guimaraens aquellas que quizesem vir a este lugar e acompanhar seu corpo athe à sepultura fosse quaesquer que fossem, que levacem de doze irmãos para sima, lhe deixava quatro mil e oitocentos reis por huma só ves. E que no dia do seu interri se lhe faria hum officio na capella da dita Ordem Terceira com as comunidades da mesma villa que costumão asestir pela esmolla do costume, e se lhe porião missas geraes na dita capella no dia de seu interro, de esmolla de duzentos reis cada huma, e tudo o mais respeito ao seu funeral o deixava na despozissão de seu testamenteiro. Deixou mais que se lhe, dirião digo (sic) que se lhe disecem duzentas missas pela sua alma de esmolla de duzentos reis cada huma. E asim mais cem missas pela alma daquellas pessoas com quem tinha tido contas conforme a sua tenção delle testador, como tambem outras cem pellas almas de todos os seus parentes falecidos, e aquelas, e estas, de esmolla de cento e sincoenta reis. E que seu testamenteiro lhe satisfaria a quanthia de doze mil e oitocentos reis ao Senhor de Matozi (fl. 60v) Mathozinhos perto do Porto que hera promessa que lhe tinha prometido. E que se fara huma festa a Nossa Senhora do Rozario desta freguezia com missa cantada, e Senhor Exposto, e se lhe dara à mesma irmandade a quanthia de seis mil e quatrocentos reis de esmolla de juis que he no presente anno. E que seu testamenteiro desse a dois padres que lhe asestissem quando elle estivese agonizando duas moedas de quatro mil e oitocentos reis de esmolla. E que darião no dia de seu interro esmolla aos pobres a des reis aos grandes, e pequenos. E deixou a tersa parte de seu hirario que vulgarmente se chama heransa

dipois de se saber quanto ella importa a suas irmans Maria cazada com Antonio Joze, e Anna cazada com Pedro Joze e as suas primas filhas de seu thio Vicente Joze de Carvalho, e a filha de seu thio Francisco Portella as quais todas no dito seu testamento por seus nomes expressamente declara, E que deixava a sua thia Theodora que vive no estado de solteira prove, e vezinha do dito seu thio Vicente Joze de Carvalho a quantia de sincoenta mil reis que se tirarião da sua terssa, e se não esperaria pelo liquido della para se lhe fazer a intrega, e pagamento. E não constava mais emquanto ao pio, e para constar fis este assento que asigno era ut supra, e retro,

(Assinado:) O Vigario MANOEL ANTONIO MENDES”

A EMIGRAÇÃO NA PARÓQUIA DE SANTO ANDRÉ DA CAMPEÃ (1848-1900)

Celeste Castro

FONTES

O presente trabalho pretende ser uma tentativa para relacionar a emigração com a família e a herança familiar, no âmbito da História Local. Trata-se de uma análise da emigração da paróquia da Campeã, com destino ao Brasil, no período de tempo compreendido entre 1848 e 1900.

A pesquisa foi efectuada no Arquivo Distrital de Vila Real, nos Livros dos Registos de Passaportes, onde fizemos o levantamento da informação relativamente aos naturais de Campeã que pediram passaporte com destino ao Brasil. Utilizámos, também, a informação recolhida na base de dados que elaborámos para um anterior trabalho de investigação, sobre as famílias da freguesia de Campeã¹, e que cruzámos com os registos dos indivíduos que solicitaram o passaporte para o Brasil.

Para o período de 52 anos que considerámos (1848-1900), criámos uma tabela² – tipo de registo individual – onde figura o nome, a idade, o sexo, o estado civil, a data de nascimento, a residência, a profissão, o saber ler, a filiação, o nome do cônjuge, o nome e a residência do abonador. Paralelamente a este registo, criou-se um outro com as informações do destino: o engajamento, os acompanhantes, a data de emissão do passaporte e o número de família correspondente.

Os registos de passaportes foram levantados num total de 34 livros em bom estado de conservação, ainda que com séries incompletas. Trata-se de uma importante fonte manuscrita que nos oferece a identificação dos viajantes, por vezes de uma forma expressiva e completa, enriquecida com pormenores, como os sinais particulares. Noutras situações, deparamo-nos com o laconismo e a imprecisão das informações.

Os livros de registos de passaportes começam a referenciar Santo André da Campeã, no ano de 1848. Assim, para o período de 1848 a 1900 é-nos apresentado o seguinte movimento anual de registo de passaportes:

¹ Utilizou-se a metodologia de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim (AMORIM, 1991).

² Ver Anexo 1.

Quadro n.º 1 – Registos de passaportes relativos a naturais da paróquia de Santo André da Campeã, por ano (1848-1900)

Anos		Anos	
1848	1	1877	38
1853	6	1878	2
1854	4	1879	10
1855	5	1880	25
1856	2	1881	24
1857	14	1882	36
1858	1	1883	43
1859	14	1884	11
1860	8	1885	17
1861	1	1886	16
1862	10	1887	12
1864	1	1888	45
1865	1	1889	26
1866	1	1890	27
1867	1	1891	30
1868	1	1892	27
1869	1	1893	17
1870	2	1894	8
1871	11	1895	25
1872	4	1896	25
1873	1	1897	5
1874	4	1898	16
1875	11	1899	5
1876	21	1900	11

Na análise dos registos dos passaportes da Campeã, constatou-se um aumento nas décadas de 1880 e 1890, que coincidiu com o desenvolvimento do Brasil, que procurava então a autonomização económica através do fortalecimento da economia de exportação dominada inicialmente pelo café, e logo depois pela borracha. A necessidade da construção de melhores vias de comunicação – caminho-de-ferro, estradas – e portos, exigiu um maior esforço físico dos trabalhadores.

2. A PARÓQUIA DE SANTO ANDRÉ DA CAMPEÃ

A paróquia da Campeã pertence à província de Trás-os-Montes, distrito de Vila Real. É limitada a Noroeste pelo concelho de Mondim de Bastos e a Oeste pelo concelho de Amarante.

Ladeada pela serra do Marão e Alvão, esta região atinge uma altitude de 1400 metros, sendo em termos geológicos caracterizada pela existência de alguma ardósia e xisto duro. O principal meio de subsistência é a agricultura e

a criação de gado. Este vale verdejante é, sem dúvida, um dos mais produtivos em virtude de ser formado por terras de aluvião, arrastadas pelas correntes caudalosas que no Inverno descem as vertentes da serra, e por ser cortado por pequenos mas numerosos ribeiros.

A emigração nesta paróquia não difere da emigração do resto do Norte de Portugal. Emigra-se sobretudo por razões económicas e sociais; emigra-se para fugir às más colheitas, às dívidas acumuladas, à filoxera, ao oídio, entre outras causas.

O contingente de emigrantes da Campeã não foge aos modelos existentes noutras paróquias, logo, o emigrante continua a ser predominantemente do sexo masculino. Apenas um pequeno número de pedidos de passaportes é feito por mulheres – 48 num total de 627 pedidos de passaportes.

No que concerne aos indivíduos do sexo masculino, e através da análise do Quadro n.º 2, verifica-se que a emigração toca sobretudo as camadas mais jovens da população, com o estado civil de solteiros e com força e ânimo para tentar escapar ao infortúnio da vida e procurar a concretização dos seus sonhos.

Quadro n.º 2 – Titulares de passaportes por estado civil – Homens (1840-1900)

Anos	Solteiros	Casados	Viúvos	Desconhecido	Total
1848	1	0	0	0	1
1853	2	2	0	2	6
1854	4	0	0	0	4
1855	5	0	0	0	5
1856	1	0	0	1	2
1857	11	1	1	1	15
1858	1	0	0	0	1
1859	8	5	1	0	14
1860	7	1	0	0	8
1861	1	0	0	0	1
1862	6	4	0	0	10
1864	0	1	0	0	1
1866	0	0	1	0	1
1867	1	0	0	0	1
1868	1	0	0	0	1
1869	1	0	0	0	1
1870	1	1	0	0	1
1871	6	1	2	2	11
1872	3	1	0	0	4
1873	0	1	0	0	1
1874	2	1	0	0	3
1875	8	3	0	0	11
1876	11	7	1	0	19
1877	20	15	0	0	35
1878	1	1	0	0	2
1879	8	2	0	0	10
1880	12	11	0	2	25
1881	6	15	0	3	24

(Continua na página seguinte)

Quadro n.º 2 – Titulares de passaportes por estado civil – Homens (1840-1900) (continuação)

Anos	Solteiros	Casados	Viúvos	Desconhecido	Total
1882	5	24	0	4	33
1883	12	28	0	2	42
1884	4	6	0	0	10
1885	5	10	0	1	16
1886	7	9	0	0	16
1887	3	7	0	1	11
1888	17	24	0	0	41
1889	13	7	0	4	24
1890	15	4	1	2	22
1891	2	3	0	20	25
1892	4	6	2	13	25
1893	4	0	0	10	14
1894	5	2	0	1	8
1895	11	5	0	5	21
1896	10	8	0	2	20
1897	2	1	2	0	5
1898	0	12	0	0	12
1899	3	2	0	0	5
1900	2	9	0	0	11
Totais	252	240	11	76	579

A pouca diferença que existe entre o número de emigrantes solteiros (252) e o número de emigrantes casados (240) torna-se pouca significativa, na medida que se verifica um número considerável de indivíduos (76) cujo estado civil é desconhecido.

Estes emigrantes casados, depois de organizarem a sua vida no Brasil e terem, aí, uma vida social e económica estabilizada vão chamar para junto de si a esposa e os filhos. Assiste-se, desta forma, à união das famílias no outro lado do Oceano.

Ao observar o Quadro n.º 3, deparamos com o aumento de pedidos de passaportes. Aqui, a mulher emigra para se unir ao marido, ao pai e aos restantes familiares. Emigra, porque o seu trabalho é uma mais-valia, na economia doméstica. Estas trabalham em casas, nas fábricas, nos serviços domésticos, nas suas pequenas hortas após o horário laboral, onde o cultivo das hortaliças e frutas seriam um complemento no seu magro salário.

Quadro n.º 3 – Titulares de passaportes, por estado civil – Mulheres (1840-1900)

Anos	Solteiros	Casados	Viúvos	Desconhecido	Total
1865	0	1	0	0	1
1874	0	0	0	1	1
1876	2	0	0	0	2
1877	0	2	1	0	3
1882	0	3	0	0	3
1883	0	0	0	1	1
1884	0	1	0	0	1
1885	0	1	0	0	1
1887	0	1	0	0	1
1888	0	3	1	0	4
1889	0	1	1	0	2
1890	0	4	1	0	5
1891	0	0	1	4	5
1892	0	0	0	2	2
1893	0	1	1	1	3
1895	1	2	0	1	4
1896	0	5	0	0	5
1898	1	2	0	1	4
Totais	4	27	6	10	48

Para o período observado, o destino dos emigrantes é maioritariamente o Brasil, embora se encontrem registos de passaportes para África (8) e para França (1).

Quadro n.º 4 – Local de destino, no Brasil (1840-1900)

Destino	Número
Rio de Janeiro	217
Santos	5
S. Paulo	23
Pernambuco	3
Minas Gerais	5
Rio Grande do Sul	1
Desconhecido	359
Total	618

Através dos registos de passaportes, e sempre que o amanuense registava os destinos, este manteve-se direccionado para a cidade do Rio de Janeiro (217).

O governo brasileiro, a partir do porto do Rio de Janeiro, dirigia os emigrantes para outros locais, criando outros pólos de atracção. É verdade que as companhias de navegação, procuravam satisfazer os desejos da maioria dos

emigrantes deslocando-os para os principais portos brasileiros, tendo em conta a imposição de determinadas carreiras, alegando condições técnicas, portuárias e financeiras, que determinavam, por sua vez, o desembarque dos emigrantes num determinado porto em detrimento doutro.

3. FAMÍLIA PEREIRA BISPO

Emigrar, não era um acto individual, era uma atitude pensada em família. Quando decidia emigrar, o pretense emigrante deixava o seu mundo, a sua segurança e carregava nas suas costas as esperanças e as contas de toda a família.

Analisando as famílias da região da Campeã e dentro do universo dos emigrantes, destacamos duas famílias. Através do cruzamento de dados (passaportes e famílias) procurou-se traçar os seus percursos, adivinhando as suas angústias e esperanças.

A família Pereira Bispo³ é um bom exemplo do que acabamos de referir.

António Pereira Bispo, nascido a 6 de Junho de 1771, era filho de José Luís Serqueira Monção, natural de Monção, e tinha como profissão soldado. Sua mãe chamava-se Luísa Ribeiro e era natural e residente no lugar de Balça.

António, proprietário, casou com Caetana Alves, em 12 de Fevereiro de 1803. O quinto dos seus oito filhos, Joaquim, emigrou para o Brasil no ano de 1859 para se reunir com o seu filho, Manuel, que se encontrava no Brasil, desde 1853.

Joaquim Pereira Bispo, lavrador, era natural e residente no lugar de Balça. Casara com Joaquina Correia, do lugar de Estalagem Nova, em 27 de Dezembro de 1838, da qual teve sete filhos. O primogénito Manuel Pereira Bispo, nascido em 10 de Novembro de 1839, pediu o passaporte para o Brasil em 15 de Novembro de 1853, com a idade de 14 anos (que segundo o registo de passaporte apresentava o rosto com sinais de bexigas). Foi abonado por seu tio, Manuel Joaquim Pereira Bispo, natural de Balça, mas residente em Vila Real, que pediu o passaporte, anos mais tarde, com destino ao Brasil.

A 11 de Março do ano de 1859, Joaquim Pereira Bispo, de 44 anos (pai), foi ao encontro do seu filho Manuel no Brasil e levou o segundo filho António Pereira Bispo, com a idade de 17 anos (que se refere apresentar uma cicatriz na testa). Segundo o livro de registo de passaportes, estes foram “engajados pelo contrato de locação que apresentou e abonado por documentos legais e competentes”⁴.

Joaquim Pereira Bispo ausentou-se para o Brasil deixando a esposa grávida de quatro meses e suas filhas: Engrácia, de 13 anos; Bibiana, de 8 anos e Ana, de 7 anos. A esposa, Joaquina, veio ter um rapaz, que nasceu no dia 13 de Julho de 1859, já o pai se encontrava no Brasil a quem foi dado o nome de Joaquim.

³ Ver Anexo 2.

⁴ ADVR – *Livro de Registo de Passaportes*, 11 de Março de 1859.

Quando este perfez 13 anos pediu o passaporte para ir ter com o seu pai e irmãos (Manuel e António). Assim, em 11 de Março de 1872, foi para o Brasil saindo pela barra da cidade de Lisboa, abonado por documentos legais.

Através dos documentos, voltamos a ter notícias desta família anos mais tarde. No dia 1 de Dezembro de 1876, Manuel Pereira Bispo, o primeiro emigrante desta família, filho primogénito de Joaquim e Joaquina, pediu novamente o passaporte, apresentando-se como casado e a saber escrever e ler. De regresso ao Brasil, levou sua irmã, Bibiana, de 25 anos, solteira, que pediu o seu passaporte no mesmo dia em que o seu irmão o fez. Nesta data, foi também pedido o passaporte para Vitória, solteira, de 23 anos, também pertencente à família.

Pediu igualmente passaporte para o Brasil, o seu cunhado António Martins Carvalho, casado com Ana, jornaleira, tendo-o feito de novo, em 10 de Setembro de 1880.

Esta família é uma como tantas outras, que através do seu trabalho adquiriram um estatuto, e convenceram os seus familiares a emigrar. Embora fosse sabido que o Brasil era tido como uma terra inóspita e pouco aconselhável para as mulheres, tradicionalmente mais vocacionadas para as lides da casa e da terra. No entanto, e apesar desse facto, o lado feminino da família também emigrou.

É de salientar que o tio Manuel, comerciante, que vivia em Vila Real, abonou o seu sobrinho Manuel Pereira Bispo e Manuel Martins⁵.

4. OS IRMÃOS RODRIGUES⁶

Os testamentos são fontes importantes para o conhecimento do passado, dando informações sobre a vida familiar do testador, as suas preferências espirituais, os seus receios e segredos na hora da morte permitindo, ainda, fazer um balanço dos bens materiais que possuía.

Os testamentos seguem um formulário, onde temos o prólogo, o preâmbulo, as disposições espirituais, a distribuição do legado e as assinaturas das testemunhas. O prólogo incluía a saudação e a identificação do testador, seguido do preâmbulo religioso, com a encomendação, a invocação, as considerações sobre o estado de saúde, sobre a vida e a morte e, finalmente, a razão do testamento. Logo após, determinavam-se as disposições espirituais como a escolha da mortalha e do lugar da sepultura indicação do acompanhamento ou constituição do corteja fúnebre, número de ofícios e missas com as respectivas intenções, legados de caridade e legados religiosos. Terminada a parte religiosa, iniciavam-se as disposições materiais, com a enumeração dos herdeiros e legatários, a atribuição da terça, o pagamento e a cobrança de dívidas, a reserva do usufruto, a estipulação de encargos e pensões e a nomeação dos tes-

⁵ Manuel Martins, filho de Manuel Martins e de Maria Martins, pediu o passaporte em 15 de Novembro de 1853, com 14 anos.

⁶ Ver Anexo 3.

tamenteiros. Para finalizar indicavam-se as testemunhas, o escrivão, o lugar da redacção e a data.

O testamento de Francisco Rodrigues⁷, datado de 14 de Novembro de 1840, enquadra-se nesta apresentação.

Assim, Francisco Rodrigues, solteiro e sem herdeiros directos, encontrando-se bastante doente, nomeou Joaquina Rodrigues, mulher de seu irmão Manuel Rodrigues, como testamenteira. Deixa legados aos sobrinhos Hipólito, José, António, Silvestre, Ana e Maria. O sobrinho mais velho, Hipólito, recebeu o capote de pano, o casaco e chapéu fino, os botins, uma caixa, uma sorte na Bouça do Rego e uma leira de tojo atrás do Côtto e, ainda, a quantia de 12 mil réis. Silvestre recebeu 2400 mil réis, em dinheiro, e um souto em Val Grande.

No referido testamento estava, contudo, estipulado que os herdeiros só receberiam a herança, quando a testamenteira recebesse as quantias que lhe eram devidas e após o cumprimento dos legados espirituais, consoante a vontade expressa pelo finado.

Cruzando estes dados com os dos registos de passaporte e das famílias, verificámos que os sobrinhos de Francisco Rodrigues, já proprietários de bens, pediram, anos mais tarde, o passaporte para emigrar, para o Brasil.

Hipólito José Rodrigues, com 33 anos de idade, pediu o passaporte à comarca de Vila Real para se ausentar para o Brasil, por um período de 90 dias. Assim, “aos 18 dias do mês de Março de 1848, nesta Vila Real, se concedeu passaporte para sair deste reino (...) para a cidade do Rio de Janeiro, Império do Brasil”⁸.

Em 19 de Março de 1959, o seu irmão Silvestre Rodrigues foi ao seu encontro. É o sétimo filho do casal, solteiro, nascido em 27 de Agosto de 1830. Tinha 29 anos quando se ausentou, e como tal foi abonado por documentos legais e competentes pelos quais mostrou que não ia engajado como colono.

Tanto Hipólito como seu irmão Silvestre, só depois de receberem e cumprirem com os legados pios é que tiveram possibilidades financeiras para emigrarem. Desta família, ficaram na Campeã os restantes irmãos: Ana, nascida a 9 de Abril de 1817, José, nascido a 20 de Julho de 1822, Maria, nascida a 4 de Maio de 1825 e António, nascido a 26 de Agosto de 1827.

O estudo que temos feitos em torno da freguesia de Santo André da Campeã, permitiu-nos conhecer o percurso de duas famílias cujos elementos procuraram na emigração para o Brasil a resposta para os seus desejos de uma vida melhor. Deixando tudo para trás, lançaram-se num novo mundo, à procura dum sonho... que não sabemos se terá sido concretizado.

⁷ ADVR – *Livro de Registo de Testamentos*, Testamento de Francisco Rodrigues, solteiro, Aveçãozinho, 14 de Novembro de 1840.

⁸ ADVR – *Livro de Registo de passaportes*, 1848.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Vila Real (ADVR) – *Livros de registo de passaportes*, 1836-1900.
ADVR – Paróquia de Santo André da Campeã, *Livros de registo de nascimento*, 1760-1885.
ADVR – Paróquia de Santo André da Campeã, *Livros de Registo de casamentos*, 1814-1881.
ADVR – Paróquia de Santo André da Campeã, *Livros de registo de óbitos*, 1834-1884.
ADVR – *Livros de registo de testamento* – 1728-1747; 1750-1781; 1789-1802; 1802-1861.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge, 1994 – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: ed. do Autor.
AMORIM, Norberta, 1991 – *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga: Universidade do Minho.
CASTRO, Maria Celeste Alves, 2001 – *A emigração na paróquia de Santo André da Campeã*. Braga: Universidade do Minho (dissertação de mestrado).

ANEXOS

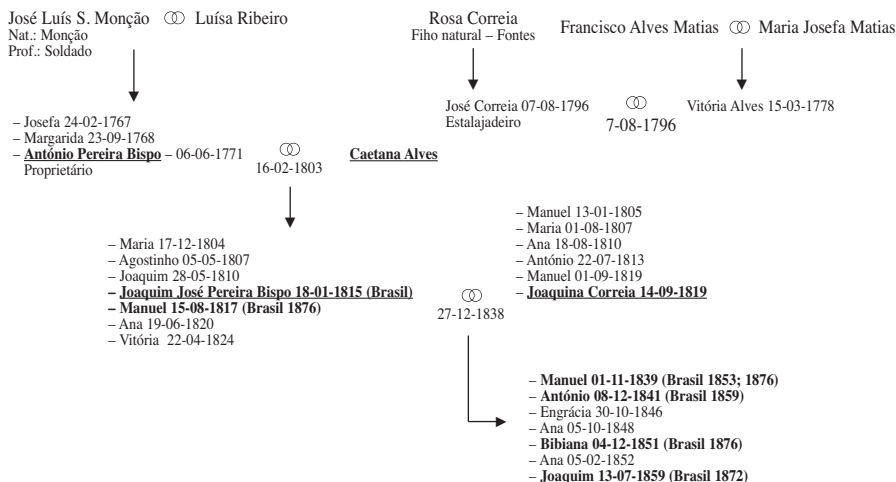
Anexo I – Registo de passaporte de Manuel Pereira Bispo

Registo de passaporte

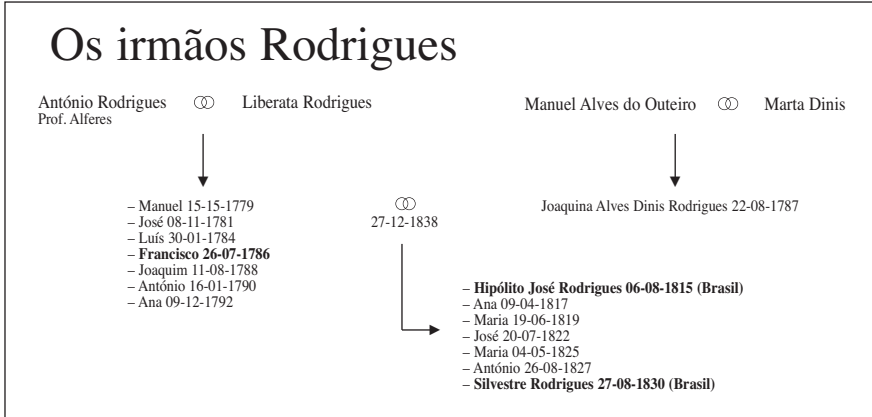
- **NOME:** Manuel Pereira Bispo
- **IDADE:** 14 anos
- **DATA NASC.:** 10-11-1839
- **RESIDÊNCIA:** Balça
- **PAI:** Joaquim José Pereira Bispo
- **MÃE:** Joaquina Correia
- **SEXO:** M
- **EST. CIVIL:** Solteiro
- **SIT. NASCIMENTO:** Legítimo
- **SABE ESCREVER:** Desc.
- **ABONADOR:** Manuel Joaquim Pereira Bispo
- **RESID. ABONADOR:** Campeã – Vila Real
- **Destino:** Brasil
- **N.º Família:** 841
- **Observações:** Emigrou seu pai e irmão cód. 39; seu tio cód. 124; seu irmão cód. 86; sua irmã cód. 125
- **Engajamento:**
- **Data de emissão:** 15-11-1853

Anexo II – Família Pereira Bispo

Família Pereira Bispo



Anexo III – Irmãos Rodrigues



OS BRASILEIROS DE PAREDES – DOIS PERCURSOS DE BENEFICÊNCIA E ESQUECIMENTO

Alda Neto

Quem foram? O que fizeram? Porque foram esquecidos pelas suas comunidades? Estas são as perguntas que as próximas gerações farão ainda que os *brasileiros* tenham o seu nome inscrito em avenidas e ruas dos seus locais de origem. É preciso trazê-los à memória, porque a vida das pessoas, depois da morte, dissolve-se no tempo se não for a História.

Os *brasileiros* de Paredes destacaram-se não só no panorama concelhio, mas também nos territórios brasileiros que um dia os receberam. Estes homens partiram das várias freguesias do concelho de Paredes, na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século seguinte e, no Brasil, dedicaram-se, sobretudo, à actividade comercial e industrial. No presente estudo, vamos debruçar-nos sobre duas personagens, Adriano Moreira de Castro (Louredo) e Zeferino Lourenço Martins (Cete).



Figura n.º 1 – Adriano Moreira de Castro
(Santa Casa da Misericórdia de Paredes)



Figura n.º 2 – Zeferino Lourenço
(Santa Casa da Misericórdia de Paredes)

Entre 1888 e as duas primeiras décadas do século XX, houve um crescimento das correntes e fluxos migratórios provenientes da Europa, em direcção ao Brasil. As actividades urbanas (comércio e indústria), nomeadamente na

cidade do Rio de Janeiro, tornaram-se a principal ocupação da comunidade portuguesa. No entanto, os portugueses deslocaram-se para todo o território brasileiro e ocuparam-se das mais variadas actividades desde a agricultura à indústria ou até mesmo à política.

Um exemplo de um emigrante penafidense que se destacou pelo seu papel político, enquanto representante português (vice-cônsul) na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, foi Zeferino Lourenço Martins. Natural do concelho de Penafiel, emigrou para o Brasil, onde adquiriu grande prestígio social entre as comunidades portuguesa e brasileira. Adriano Moreira de Castro emigrou para o Brasil, como tentativa de fuga a um futuro agrícola. Os seus progenitores eram caseiros numa propriedade agrícola, na freguesia de Louredo, concelho de Paredes. Por volta de 1872, emigrou para a cidade de Belém, no Estado do Pará, onde se destacou na actividade comercial. Começou por pequenas actividades no ramo da panificação, para, poucos anos depois da sua chegada, fundar uma empresa na área do comércio, que se transformou numa das mais importantes do Estado do Pará.

- **QUEM FORAM?**
- **O QUE FIZERAM?**

Adriano Moreira de Castro e Zeferino Lourenço Martins que nos propomos estudar neste trabalho constituem um exemplo de beneficência nas suas terras de origem, mas são simultaneamente um exemplo do esquecimento a que os seus conterrâneos os votaram.

Adriano Moreira de Castro nasceu a 9 de Dezembro de 1858, no lugar de Sobradelo, freguesia de Louredo, e com catorze anos de idade partiu para o Brasil. Desembarcou na cidade de Belém do Pará, onde começou por ser aprendiz no comércio para, alguns anos mais tarde, criar a empresa Araújo, Castro & C.^a. Esta empresa tornou-se numa das mais importantes empresas, nos finais do século XIX, no Estado do Pará. O seu regresso a Portugal terá ocorrido por volta de 1901. Após a sua chegada, encaminhou-se para a freguesia de Louredo, onde começou por adquirir um grande número de terrenos, tendo utilizado um deles para a construção de “uma linda e apalaçada vivenda da Castrália, que é um folgar de olhos pelas belezas que aí encerra”¹. Desde logo, começou a sua actividade filantrópica junto dos mais carenciados da sua freguesia e concelho, mas também dos concelhos vizinhos.

A 27 de Janeiro de 1912 foi eleito presidente da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Paredes. Durante a curta duração do seu mandato, uma vez que solicitou a exoneração do cargo em Abril do mesmo ano, deu início à construção de uma escola de instrução primária em Louredo, que posteriormente ofereceu à freguesia.

¹ A *BEHETRIA de Louredo*, n.º 2, 22 de Janeiro de 1922.



Figura n.º 3 – Escola EB1 de Louredo (fotografia Alda Neto)

Do ponto de vista ideológico, este *brasileiro* afirmou-se como um defensor dos ideais republicanos. A sua posição republicana era bastante conhecida, de forma que a imprensa apresentava-o como um legítimo defensor dos ideais. Adriano Moreira de Castro teve uma curta passagem pelo poder político, mas destacaram-se algumas medidas que tomou como a já referida construção da escola de Louredo e o pagamento integral do azeite necessário à iluminação da sua aldeia natal. Aquando da inauguração da escola de Louredo, em 1918, Moreira de Castro organizou uma grandiosa festa, na sua vivenda Castrália. Para esta festa, convidou muitas pessoas, entre eles os jornalistas dos mais importantes periódicos portuenses como *O Comércio do Porto* e o *Jornal de Notícias*.

Zeferino Lourenço Martins, contemporâneo de Adriano Moreira de Castro, nasceu na freguesia de Galegos, concelho de Penafiel, no ano de 1858, filho de José Lourenço Borges e Maria Martins Coelho. Emigrou para o Brasil bastante jovem, destacando-se rapidamente no comércio de peles. Instalou-se no Estado de São Paulo, onde se tornou uma personagem de grande prestígio, sendo nomeado vice-cônsul, na cidade de Santos, nos finais do século XIX. Devido à sua actividade junto dos outros emigrantes portugueses, Zeferino Lourenço Martins recebeu, por decreto de 11 de Julho de 1909, do rei D. Manuel II, o título de barão de Lourenço Martins².

Tal como aconteceu com Adriano Moreira de Castro, também o barão Lourenço Martins se destacou nos meios lisboetas, como transparece de vários artigos publicados em jornais nacionais, como por exemplo o *República*. A sua

² ZÛQUETE, 1960: 699.

atividade filantrópica foi por diversas vezes homenageada, como aconteceu em 1927, por ter custeado, na íntegra, as obras de carpintaria no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Cete.

Quando faleceu em 1934, a sua morte foi noticiada por vários periódicos, entre os quais *O Progresso de Paredes* que a ele se refere nos seguintes termos:

Zeferino de Lourenço Martins (Barão de Lourenço Martins) era natural da freguesia de Galegos, do visinho concelho de Penafiel, filho de José Lourenço Borges e D. Maria Martins Coelho. Morreu com a idade de 72 anos.

Há uma frase que, embora banal, se pode aplicar com todo o rigor do seu sentido: Desaparece sem deixar uma aversão, uma inimizade, uma mal que-rença. As casas de beneficência perdem com aquele chorado e caritativo homem, um dos seus melhores amigos. A sua bolsa estava constantemente aberta para, ao nosso Hospital da Misericórdia e á Corporação dos Bombeiros Voluntários de Paredes, oferecer avultados donativos³.

Os *brasileiros* de torna-viagem de Paredes eram, geralmente, oriundos do meio rural, e, quando regressavam, instalavam-se nas terras de origem ou noutras escolhidas por eles, como foi o caso de Zeferino Lourenço Martins. Quanto a Adriano Moreira de Castro, construiu a sua casa na freguesia de Louredo, local de onde era natural, enquanto o barão de Cete, natural da freguesia de Galegos, concelho de Penafiel, acabou por se instalar na freguesia de Cete, onde construiu a sua habitação. As suas habitações transformaram-se em espaços de tertúlia em que participavam intelectuais e músicos, contribuindo com as festas que aí organizavam para uma constante animação da região. Relativamente à Castrália, esta recebeu personagens ilustres como o Alfredo Magalhães, ministro da Instrução Pública em 1918, o bispo do Porto, D. António Augusto de Castro Meireles, entre os anos de 1929 e 1942, ou mesmo o importante milionário brasileiro Leônidas de Castro, grande amigo de Adriano Moreira de Castro. Significativamente, em 1901, o compositor musical Álvaro Teixeira Lopes criou uma valsa em honra de Adriano Moreira de Castro, à qual deu o nome de Castrália. Por sua vez, Zeferino Lourenço Martins também terá organizado algumas festas em sua casa, mas sobre estas existe pouca informação na imprensa.

A própria decoração das habitações no seu interior e nos jardins envolventes reflecte uma preocupação em demonstrar o sucesso obtido. No seu interior, destacam-se as pinturas murais que decoram as paredes da sala de jantar da Castrália, ilustrativas do ambiente que deixou no Brasil e do qual sente saudades. Nestas paredes, estão representadas imagens insólitas como os flamingos, ou uma extensa avenida rodeada de edifícios neoclássicos e de palmeiras. Por outro lado, este emigrante procura ilustrar o interior da sua habitação com imagens alusivas à música, ou mesmo à geografia (globo). No exterior, encarregou-se de colocar imagens simbólicas alusivas ao comércio (deus Hermes) e à indústria.

³ *O PROGRESSO de Paredes*, n.º 195, 22 de Setembro de 1934.



Figura n.º 4 – Castrália – Louredo, Paredes (fotografia Alda Neto)

Evidenciando o nível de instrução que adquiriu quer em Portugal quer no Brasil, na casa de Adriano Moreira de Castro existiam livros, revistas e instrumentos musicais, como é o caso de um piano. Adriano Moreira de Castro é um exemplo dos *brasileiros* que se instalam nos meios rurais e procuram trazer alguma dinamização à vivência social e cultural destas regiões. Por seu lado, e embora Zefirino Lourenço Martins não tivesse optado, na sua casa, por uma decoração tão efusiva, esta destaca-se na localidade pelas linhas sóbrias que a caracterizam.



Figura n.º 5 – Villa Martins – Cete, Paredes (fotografia Alda Neto)

No conjunto, estes *brasileiros* destacaram-se pela sua actividade de beneficência, mas também pelo papel preponderante que desempenharam na vida política da região e mesmo do país. Gostavam de afirmar o seu conhecimento no âmbito da política, deslocando-se por isso à sede do concelho para participar em tertúlias com outros *brasileiros* e intelectuais da região. A imprensa do concelho patrocinada por si, serve-lhe de meio de propaganda por ocasião de alguma doação ou de uma actividade filantrópica.

Adriano Moreira de Castro destacou-se pelos textos que redigiu para a imprensa local, como *A Behetria de Louredo*, jornal onde publicou alguns contos subordinados ao tema do emigrante português que partiu para o Brasil em busca de fortuna e aí enriqueceu, regressando a Portugal, país onde veio a investir o seu dinheiro em obras de benemerência. Paralelamente, redigiu vários textos, durante a década de 1920 para o *Almanaque Luso-Brasileiro*, editado pela Parceria A. M. Pereira. Dentre estes textos destacam-se poemas de homenagem aos portugueses que ficaram na cidade de Belém do Pará⁴.

Adriano Moreira de Castro e Zeferino Lourenço Martins foram importantes impulsionadores da abertura de vias de comunicação em Louredo e Cete e Paço de Sousa, respectivamente. Adriano Moreira de Castro foi um dos habitantes de Louredo que se empenhou na construção da estrada municipal que ligava esta freguesia à de Sobrosa. Por seu lado, Zeferino Lourenço Martins incentivou o alargamento da estrada municipal que atravessava a freguesia de Cete, assim como se empenhou pessoalmente na abertura de uma avenida que conduzisse o visitante desde a estação do caminho-de-ferro de Cete até ao Mosteiro de Paço de Sousa. Estas avenidas criadas por iniciativa destes homens possuem actualmente o seu nome⁵.

Um dos aspectos que mais marcou o perfil dos *brasileiros de torna-viagem* foi a actividade filantrópica, que se estendeu às mais variadas áreas, desde o apoio à instrução até à solidariedade social (asilos, hospitais, igrejas e auxílio aos mais pobres). Esta imagem de benemérito nem sempre corresponde ao perfil que se construiu do *brasileiro*, já que este é frequentemente apresentado como um avaro. No entanto, a análise mais atenta dos seus percursos de vida permite verificar, hoje, que muitos dos *brasileiros* não se enquadraram, pela acti-

⁴ O *brasileiro* Adriano Moreira de Castro foi um constante impulsionador da imprensa regional, destacando-se como colaborador mas também como principal financiador. Um dos principais exemplos é o jornal *A Behetria de Louredo*, publicado entre os anos de 1921 e 1922, que era financiado por si. Nas colunas da imprensa local foram publicados, também, alguns textos escritos por Adriano Moreira de Castro. Este jornal era distribuído gratuitamente pelo concelho de Paredes. Em determinadas ocasiões tornou-se o principal defensor do emigrante, como foi o caso da aquisição dos terrenos do passal de Louredo, onde viria a ser construída a escola de Louredo.

⁵ “O carro pára. Toma-se uma carreteira mal gradada onde a generosidade do illustre Barão da Casa de Cêtte (Zeferino Lourenço Martins) está mandando fazer á sua custa uma ampla e rasgada avenida que vae da estrada onde apeamos até junto do Mosteiro. (...) Deus queira que a freguezia de Paço de Souza saiba comprehender o nobre e magnânimo gesto do snr. Barão de Cêtte e lh’o agradeça em perdurável gratidão” (FREIRE (MARIO), s.d.: 52-53).

vidade beneficente que desenvolveram, nessa visão. É de notar, contudo, que muitos dos actos de filantropia tinham como principal objectivo a obtenção da desejada comenda ou título nobiliárquico.

Relativamente aos concelhos de Paredes e de Penafiel, concelhos rurais situados na proximidade do Porto, a filantropia dos *brasileiros* registou-se em variados aspectos, desde o patrocínio às Misericórdias, às igrejas e confrarias, até ao incentivo da instrução dos mais jovens e dos mais velhos através da construção/melhoria de escolas até ao financiamento de bolsas de estudo.

Tal como aconteceu em diversas Misericórdias do norte do país, também a de Paredes beneficiou da grande ajuda destes emigrantes, salientando-se não só Adriano Moreira de Castro e Zeferino Lourenço Martins, como também o comendador António Pereira Inácio e Elias Moreira Neto.

O Hospital da Misericórdia foi construído com grandes ajudas monetárias dos *brasileiros*, entre eles Adriano Moreira de Castro e Zeferino Lourenço Martins, barão de Cete. Os retratos destes dois *brasileiros* foram colocados na galeria dos Irmãos Beneméritos da Irmandade da Misericórdia de Paredes, onde ainda hoje estão expostos. O barão Lourenço Martins foi um importante benemérito da Irmandade da Misericórdia de Paredes e de Penafiel, assim como dos Bombeiros Voluntários de Cete e de Paço de Sousa. Organizou peditórios quer no Brasil quer nos concelhos de Paredes e Penafiel para construir o Hospital que se destinava a servir a população necessitada de cuidados médicos. Durante a década de 1930, este *brasileiro de torna-viagem* patrocinou as consoadas que eram atribuídas anualmente aos doentes que se encontravam no Hospital da Misericórdia de Paredes. Como é referido no jornal *O Progresso de Paredes*, a 29 de Julho de 1933, este homem foi “o primeiro a concorrer para o Novo Pavilhão – “do nosso querido Hospital”, citando-o: “feito o Novo Pavilhão haverá mais movimento, já podem contar que terei de dar mais do que dou, anualmente”⁶. Adriano Moreira de Castro, foi, também, um importante benemérito da Misericórdia de Paredes, na medida em que se empenhou em honrar outros *brasileiros* paredenses através das suas doações. O *brasileiro* Jerónimo de Barros (jornalista, natural de Sobrosa, emigrante no Brasil, fundador e director do jornal *A Redenção*), esquecido pelos seus conterrâneos, logo após a sua morte, foi homenageado por este através da doação de uma quantia avultada, para a construção de uma parede no Hospital. As doações à Misericórdia de Paredes e ao seu Hospital tornaram-se uma constante durante a vida de Adriano Moreira de Castro, a quem deixou, após a sua morte, 20 contos, por vontade expressa em testamento.

Na época, a instrução escolar era escassa devido ao pequeno número de escolas existentes, sobretudo no Norte do País, onde as escolas do sexo feminino eram praticamente inexistentes. As escolas constituem um outro exemplo da actividade beneficente dos *brasileiros*, tendo dado início, na segunda

⁶ O *PROGRESSO de Paredes*, n.º 135, 29 de Julho de 1933.

metade do século XIX, a um movimento de construção de escolas de forma a promover a aprendizagem das primeiras letras. Apesar da escassez de meios para a instrução, coube, assim, aos *brasileiros* um papel preponderante ao procurarem dotar as suas terras de origem de escolas para ambos os sexos (como é o caso de Adriano Moreira de Castro que construiu a escola de Louredo) ou ao patrocinarem cursos de alfabetização de adultos, como foi o caso do barão Lourenço Martins na freguesia de Cete. Estes emigrantes, ao patrocinarem a instrução, procuraram demonstrar o seu valor e os seus benefícios na sua actividade profissional e no seu sucesso.

Foi isso que fez o *brasileiro* Adriano Moreira de Castro que procurou criar as condições para que as crianças da sua aldeia natal pudessem frequentar as escolas. Para além das condições criadas, Adriano Moreira de Castro doou à sua freguesia natal um edifício para servir de escola para a aprendizagem das primeiras letras destinada a ambos os sexos, e para residência dos professores. É importante, ainda, referir que, no concelho de Paredes, foram construídas várias escolas por iniciativa dos *brasileiros* recém-regressados que, procuraram dotar as principais freguesias destes espaços. Uma das escolas mandada construir pelo Conde Ferreira, foi erigida na freguesia de Castelões de Cepeda, sede do concelho de Paredes.

Em 1912, a Câmara Municipal de Paredes recebeu a doação de cerca de 3000 m² do passal da freguesia de Louredo, para a construção de uma escola. No entanto, a Câmara não possuía meios económicos que lhe permitissem levar a cabo este projecto. Adriano Moreira de Castro, enquanto presidente da Comissão Municipal Administrativa do concelho de Paredes adquiriu o terreno doado à Câmara e iniciou a construção da escola para ambos os sexos. O conjunto projectado englobava a escola e as habitações para os professores. De imediato, iniciou o processo de pedido de autorização para construir a escola, que deveria estar pronta no prazo de cinco anos. A Comissão Administrativa do Concelho de Paredes concedeu-lhe as autorizações necessárias e o *brasileiro* comprometeu-se a comportar todos os custos necessários à construção do edifício. Nos anos seguintes, preocupou-se em adquirir o material escolar necessário, desde as carteiras às cadeiras, e mesmo aos mapas. Em 1917, doou a escola à freguesia, durante uma sessão da Câmara Municipal, sessão esta em que entregou as chaves da escola ao Presidente da Câmara. No final da sessão camarária, decidiu-se dar a conhecer ao ministério da Instrução Pública, esta atitude de beneficência em prol do desenvolvimento do concelho. No ano seguinte, em 1918, foi publicada a doação no Diário do Governo.

A escola abriu as suas portas em Outubro de 1918, após uma grandiosa recepção organizada por Adriano Moreira de Castro e na qual estiveram presentes as principais personagens do concelho, entre elas José Coimbra Pacheco, proprietário do solar da Venda, mais tarde Estância de Saúde de Louredo, e o futuro bispo do Porto, D. António Augusto de Castro Meireles. A escola foi completamente mobilada bem como dotada de material didáctico necessário para os alunos, desde uma colecção de mapas de Portugal e das suas colónias, até um

conjunto de estampas sobre a História de Portugal. O ministro da Instrução Pública, Dr. Alfredo de Magalhães, não esteve presente nesta inauguração, mas enviou um cartão felicitando Adriano Moreira de Castro por esta iniciativa.



Figura n.º 6 – Notícia da inauguração da Escola de Lourenço
(*Jornal de Notícias*, 8 de Outubro de 1918)

O jornal *República*, no dia 12 de Outubro de 1918, publicou um artigo sobre o Adriano Moreira de Castro e a inauguração da escola, salientando sobretudo a defesa da instrução como um valor republicano, “Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo” (frase transcrita na fachada principal da escola). Desta forma, Adriano Moreira de Castro é exaltado como um modelo dos ideais republicanos, assentes sobretudo na instrução e na educação do povo. Este *brasileiro* defendia o alargamento da instrução a todas as classes sociais, ajudando para tal os mais necessitados através da concessão de bolsas de estudo, ou mesmo da dádiva dos materiais necessários, como é ainda hoje recordado por algumas pessoas da freguesia.

Após a inauguração do edifício, Adriano Moreira de Castro instituiu donativos anuais para que os jovens mais necessitados pudessem frequentar a escola e criou prémios de mérito escolar, que eram atribuídos na festa de Natal que, anualmente, se realizava na escola. Esta atitude de beneficência ficou registada numa pequena placa colocada na frontaria do edifício. A escola, para além de

um espaço destinado ao ensino das letras, veio a constituir, nos anos seguintes, um espaço para actividades culturais, como os saraus promovidos pela Tuna de Cristelo.

É de salientar, que, do edifício construído no início do século XX, pouco resta actualmente, uma vez que sofreu obras de grande envergadura que modificaram por completo o seu interior. No entanto, apesar desta intervenção, a memória de que a escola resultou de uma acção beneficente permanece, sem que seja recordado o nome do seu autor, o *brasileiro* Adriano Moreira de Castro, esquecido quer pelas entidades municipais quer pela população.

Contudo, na sua época, a acção de Adriano Moreira de Castro foi reconhecida. Em 1936 recebeu o título de Cavaleiro da Ordem da Instrução Pública conferido pelo general Óscar Carmona.

Quanto ao barão Lourenço Martins, este destacou-se pelo incentivo dado à alfabetização de adultos na freguesia de Cete, criando para tal um curso nocturno e prémios para os melhores alunos. O barão Lourenço Martins procurou, desta forma, contribuir para a diminuição da taxa de analfabetismo entre os adultos em Portugal. No jornal *O Progresso de Paredes*, este homem foi referido como o grande benemérito da instrução popular na freguesia de Cete, só comparável a Vitorino Leão Ramos, um outro *brasileiro* de Cete que se empenhou na aquisição dos terrenos e posterior construção da escola do Verdeal.

A afirmação do sucesso destes homens que fizeram fortuna no Brasil, também, se materializou com a participação nas festas e romarias da sua terra natal. Esta participação foi, sobretudo, monetária, e permitia que o emigrante agradecesse ao santo da sua devoção as benesses obtidas no Brasil. No concelho de Paredes, na freguesia de Louredo, a 7 de Outubro de 1901, o *brasileiro* Adriano Moreira de Castro realizou uma festa em honra de São Sebastião, em cumprimento de uma promessa. O artigo publicado no jornal *O Comércio de Penafiel* salienta a grandiosidade da procissão: “Á noute queimou-se um vistosíssimo fogo de artifício, preso e do ar, no pittoresco largo fronteiro á igreja que se achava profusamente illuminado, bem como a frontaria da igreja. Durante o fogo tocaram com muita correcção duas bandas de música e foram lançados ao ar muitos aeróstatos”⁷.

O barão Lourenço Martins destacou-se pela ajuda monetária que conseguiu reunir, enquanto vice-cônsul na cidade de Santos, para auxiliar as vítimas de um terramoto que ocorreu no Ribatejo em 1909. Entre os portugueses na cidade de Santos, o Barão conseguiu amealhar cerca de 17 contos de réis, que foram entregues ao tesoureiro da Comissão de Socorros aos sobreviventes do Ribatejo⁸.

No concelho de Paredes, tal como acontece em Penafiel e noutras regiões do Norte do país, as pessoas tendem a esquecer-se da acção desenvolvida em prol do progresso da sua terra por estes *brasileiros*, que continuam a ser enca-

⁷ *O COMÉRCIO de Penafiel*, n.º 2656, 9 de Outubro de 1901.

⁸ *O PENAFIDELENSE*, n.º 3191, 10 de Agosto de 1909.

rados como personagens camilianas. É preciso, por isso, recuperar a memória destes homens e das suas acções, uma vez que os *brasileiros de torna-viagem* constituíram um importante motor da sociedade portuguesa nos finais de Oitocentos e na primeira metade do século XX. Homens como Adriano Moreira de Castro e Zeferino Lourenço Martins, que se destacaram nas suas comunidades não podem ser esquecidos, na medida em que se perderá não só a memória das suas acções, mas também uma parte da história local.

Como refere Ricardo Jorge, na sua obra *Brasil!Brasil!*, o *brasileiro* constitui uma personagem que se destacou no panorama português pelo sua beneficência, mas também pela mudança do panorama do Norte do país.

O tenente-coronel José Ribeiro da Costa Júnior assinou um artigo no jornal *O Progresso de Paredes*, em 1925, intitulado *Os Brasileiros*, onde salienta o trabalho desenvolvido por estes homens que regressaram do Brasil, enriquecidos quer económica quer culturalmente:

No concelho de Paredes estão bem patentes as produções resultantes do dinheiro dos brasileiros, por exemplo temos: na sede do concelho, (...) as escolas oficiais semi – Conde de Ferreira; (...); em Louredo a Castrália e a sua mola; (...).

Se Camilo tivesse podido contar o ouro que todos os anos os ‘brasileiros’ fazem pesar na nossa balança económica e influir tão beneficentemente na nossa situação financeira;

Se Camilo tivesse anotado, de norte a sul do nosso país, o que os ‘brasileiros’ tem feito de útil e de belo, mesmo de grandioso, em vivendas, quintas, estradas, igrejas e hospitais!...

Se Camilo tivesse feito uma estatística dos pobres socorridos, das famílias remediadas e das doenças tratadas com o dinheiro dos ‘brasileiros’!...

Se Camilo, tudo isto tivesse visto e pesado, teria por certo feito escrever, á sua pena sublime incomparável, obras maravilhosas de louvor e gratidão pelos ‘brasileiros’.

Comparem-se agora com estes beneméritos, essa alcateia de vampiros que abruptamente surgiram neste lindo país, durante e depois da guerra, e, que aproveitando-se das facilidades do crédito e da desvalorização da moeda tão rapidamente fizeram fortuna que o povo os alcunhou de novos-ricos. Estes diferenciam-se bem dos ‘brasileiros’ como o egoísmo da filantropia como a avareza da generosidade.

Os ‘brasileiros’ enriquecem o país com o ouro que nos mandam, os novos-ricos empobrecem-nos com o ouro que exportam. Aqueles criaram a abastança, a parcimónia no viver, estes desenfream o luxo e o prazer de gastar. Os primeiros encheram o país de escolas e obras de beneficência, os últimos abriram nas cidades os clubes de depravação e desviaram da honestidade milhares de raparigas⁹.

⁹ O NOVO PAREDENSE, Paredes, n.º 57, 5 de Abril de 1925.

O autor do artigo compara o tipo social criado pela literatura portuguesa da época, nomeadamente por Camilo Castelo Branco, com o emigrante português que tendo regressado rico, se preocupou em beneficiar a sua comunidade local. De acordo com o tenente-coronel José Ribeiro da Costa Júnior, os *brasileiros de torna-viagem* são diferentes dos “novos-ricos” que surgiram em Portugal, nos finais do século XIX, na medida em que se preocuparam em dotar as suas comunidades com infra-estruturas que impregnaram algum desenvolvimento, e não se limitaram a esbanjar o dinheiro angariado no Brasil. No entanto, é necessário referir que estes emigrantes procuraram um reconhecimento social junto das comunidades locais, através destas constantes dádivas à população ou às instituições existentes (Irmandade da Misericórdia, jornais, escolas, Câmara Municipal).

Como refere Maria Conceição Meireles Pereira, a emigração portuguesa revestiu-se de histórias de sucesso e de insucesso. Construíram-se fortunas e percursos notáveis. No entanto, houve muitos caminhos que, por várias razões, não foram concretizados¹⁰. O grande objectivo destes emigrantes portugueses que partiam com destino ao Brasil era o regresso com um pé-de-meia que lhes permitisse demonstrar, na sua terra de origem, o sucesso obtido. Desta forma, e como refere Ferreira de Castro, na sua obra *Emigrantes*, é preciso descontar por cada um que regressa rico, milhares de desgraçados que perderam a vida ou esmolaram o repatriamento. Outros regressaram enriquecidos, demonstrando desta forma o sucesso da sua vivência no Brasil, mas tal como muitos portugueses que lá morreram no esquecimento, também estes têm vindo a ser esquecidos pelas comunidades de onde eram naturais. Se os seus actos de filantropia ficaram registados na memória dos seus contemporâneos e familiares, o tempo tem-se encarregado de a apagar.

Os *brasileiros* de Paredes apresentados neste artigo, constituem dois importantes exemplos destes emigrados que, abanando a árvore das patacas, conseguiram realizar o sonho do Brasil. Regressados à sua terra natal, contribuíram para a melhoria das condições de vida da população. Contudo, sobre eles, hoje, pouco se guarda na memória colectiva local. “Os ‘brasileiros’ merecem pois as minhas homenagens e daqui os saúdo efusivamente”¹¹.

É necessário levar a cabo um trabalho de investigação consistente que permita o conhecimento das actividades desenvolvidas localmente pelos *brasileiros de torna-viagem*. É importante que o esquecimento a que foram votados seja ultrapassado e, que lhes seja conferido o lugar que merecem no âmbito da História Local.

¹⁰ PEREIRA, 2000: 359-369.

¹¹ O NOVO PAREDENSE, Paredes, n.º 57, 5 de Abril de 1925.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes, 1989 – “Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX”. *Revista de História*, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, vol. IX, p. 267-289.
- BARREIRO, José do, 1924 – *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia Barros e Costa.
- BASTO, Artur de Magalhães, 1958 – “Faça-se justiça ao ‘Brasileiro’ que o Romantismo tanto caluniou”. *O Tripeiro*, V série, ano XIV, n.º 8, p. 225-227.
- COSTA JÚNIOR, José Ribeiro da, 1947 – *A Árvore das Patacas: romance com uma descrição da vida no Rio de Janeiro há 50 anos*. Lisboa: [s.n.].
- FREIRE (MARIO), João Paulo, [s.d.] – *Terra Lusa – Impressões de Viagem*. Braga: Raul Guimarães & C.^a – Editores.
- JORGE, Ricardo, 1930 – *Brasil! Brasil!*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense.
- LEAL, Joaquim da Rocha, 2002 – *História Concisa da Santa Casa da Misericórdia de Paredes*. Paredes: Santa Casa da Misericórdia de Paredes.
- MEIRELES, Maria da Conceição, 2000 – “Os Brasileiros Notáveis e... os outros”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 359-369.
- SOUSA, António Gomes de; COELHO, Manuel Ferreira, 1990 – *Temas Penafidelenses (Subsídios para a Monografia de Paredes)*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel.
- ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins, 1960 – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. vol. II, p. 699.

CONCLUSÕES

O trabalho que agora se publica sobre a Emigração do norte de Portugal para o Brasil, intitulado *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*, editado pelo CEPES, contou com investigadores portugueses, brasileiros e espanhóis que se têm centrado, nas suas investigações, sobre o complexo fenómeno da emigração/imigração para o Brasil, através do levantamento e análise dos fundos documentais disponíveis num e no outro lado do Oceano. Assumindo-se como uma importante plataforma de encontro e de debate, este Projecto dinamizou as relações há muito estabelecidas entre os investigadores de vários países, permitindo, uma vez mais a aferição de metodologias e o enriquecimento da problemática.

Nesse sentido, foram apresentadas mais de trinta textos, que, no conjunto, possibilitaram novos dados e achegas sobre a questão da emigração/imigração para o Brasil, contribuindo, decisivamente, para o alargamento do seu conhecimento nas suas múltiplas vertentes. Desde a identificação das fontes, à análise quantitativa e qualitativa da informação até à apresentação das bases de dados já existentes e/ou a criar, foram vários os temas em análise, amplamente discutidos nos debates que tivemos a oportunidade de realizar.

Procurando responder ao desafio lançado no III Seminário Internacional, realizado em São Paulo e em Santos, em Novembro de 2007, alguns dos investigadores presentes centraram a sua análise no ano de 1912, permitindo estabelecer as bases para um estudo comparativo entre os dados disponíveis nos países de partida e no país de destino da emigração, o Brasil. Este cruzamento de informação mostrou-se fundamental para a caracterização dos fluxos migratórios, de forma continuada, fundamentada e rigorosa, e deve ser tido como um princípio norteador da investigação a desenvolver.

Além do levantamento e análise estatística dos dados que ainda existem dispersos em muitos arquivos, foi também preocupação evidenciada por alguns investigadores a caracterização socioeconómica das comunidades dos emigrantes/imigrantes nos diferentes estados brasileiros, bem como o estudo do associativismo que dentro dessas comunidades se assumiram como importantes meios de integração no Brasil e da manutenção da sua identidade. Neste ponto, procurou-se perceber de que forma as comunidades estrangeiras se organizaram e participaram na organização socioeconómica e política do território brasileiro.

Aliado ao fenómeno da migração, surgiu, ainda, como preocupação de análise, o estudo dos impactos da emigração para o Brasil nas regiões de origem, ao nível do desenvolvimento socioeconómico local. Nessa linha de problema-

tização, procuraram-se encontrar novos mecanismos de análise do fenómeno do retorno dos emigrantes (compulsivo e/ou por vontade própria) bem como da influência que os “brasileiros de torna-viagem” exerceram nos diversos sectores da sociedade em que se reintegraram, desde a economia até à política à cultura e arquitectura, assumindo-se como elementos essenciais para o desenvolvimento local.

Com a publicação deste trabalho que resulta de uma reflexão aprofundada de investigadores portugueses e brasileiros sobre a Emigração para o Brasil, ressalta uma vez mais o muito que ainda há a fazer em torno desta questão. Com perseverança, trabalho e o reforço do diálogo não só com o Brasil como com outros países europeus onde o mesmo fenómeno se verificou, quer ao nível dos resultados quer ao nível das metodologias de investigação, é necessário colocar objectivos cada vez mais ambiciosos e exigentes que permitam relançar questões e abordagens.

Por último, fazemos questão de sublinhar a importância do diálogo luso-brasileiro que, pela investigação que tem vindo a ser desenvolvida por académicos e investigadores de vários países, tem contribuído para o debate científico numa perspectiva abrangente, permitindo apontar rumos de investigação paralelos e convergentes, nomeadamente através da planificação do estudo de fontes complementares existentes nos arquivos de ambos os países. A continuação desta abordagem metodológica possibilitará o cruzamento dos dados, a aferição dos resultados e o levantamento sistemático da informação tendo em vista novas problematizações e interpretações, a exigir, assim, a continuidade do projecto de investigação e dos seminários que anualmente o CEPESE, em colaboração com a FAPERJ e com outras instituições universitárias, tem realizado.

FINAL REMARKS

The work that is now published about Emigration from the North of Portugal to Brazil, intitled *On both sides: the Portuguese in Brazil*, organized by CEPESE, had the participation of Portuguese, Brazilian and Spanish researchers that focused their investigations on the complex phenomenon of emigration/immigration to Brazil, through the survey and analysis of documentary funds available in both sides of the Ocean. As an important platform for meeting and discussion, this project promoted the long-established relationships between researchers from different countries, allowing once again the measurement methodologies and the enrichment of the research on the theme.

Thus, more than thirty works were presented, which allowed new data and surveys on the issue of emigration/immigration to Brazil, contributing decisively to the expansion of the subject in its multiple aspects. The identification of sources, the quantitative and qualitative analysis of information, the presentation of existing databases and the creation of new ones were some of the themes widely discussed.

To respond to the challenge of the III International Seminar held in São Paulo and Santos, in November 2007, some of these researchers focused their analysis in the year 1912, allowing to establish the basis for a comparative study between the data available in the departure and destination countries of emigration – Portugal and Brazil. This combination of information proved to be crucial for the characterization of migratory flows, in a permanent, motivated and rigorous way, and should be taken as a guide line of the research to develop.

Besides the survey and statistical data analysis, many of it still scattered in many archives, it was also highlighted the socioeconomic characteristics of the communities of emigrants/immigrants in the different Brazilian states, and the study of associations that were created within these communities as important means of integration in Brazil and for the maintenance of their identity. At this point, we tried to understand how the foreign communities were organized and participated in the social and political organization of the Brazilian territory.

Together with the migratory phenomenon, another study took place: the impact of emigration towards Brazil in the regions of origin, at a socioeconomic level. We tried to find new mechanisms for examining the phenomenon of returning emigrants (compulsive and/or by free will) and the influence that the “Brazilians of torna-viagem” had in different sectors of society, from the economy to politics, culture and architecture, all of them essential for local development.

This publication once again highlights how much is yet to be done on this issue, but, with perseverance, work and by strengthening the dialogue not only with Brazil but with other European countries where the same phenomenon occurred, it is necessary to place more ambitious and demanding goals on future approaches.

Finally, we are keen to stress the importance of the Portuguese-Brazilian dialogue that, through the research that has been developed by academics and researchers from several countries, has contributed to the scientific debate in an in-depth perspective, allowing to point out new research directions, particularly through the planning of the study of additional sources available in the archives of both countries. The continuation of this approach allows the crossing of data, the measurement of results and the systematic survey of information, looking for new problems and interpretations, requiring therefore the continuity of the research project and the seminars held each year by CEPESSE, in collaboration with FAPERJ and other universities.

RESUMOS / ABSTRACTS

RESUMOS

FERNANDO DE SOUSA/MARIA JOSÉ FERRARIA

A emigração portuguesa para o Brasil e as oigens da Agência Abreu (1840)

A emigração portuguesa para o Brasil, no século XIX, só pode ser entendida como a continuação de um processo multissecular iniciado no século XVI e que, ao longo do tempo, com altos e baixos, se prolongou até praticamente aos nossos dias. Quer sob a forma de colonização/emigração durante o Império Português (1500-1822), quer sob a forma de emigração propriamente dita a partir da independência do Brasil (1822), exigindo sempre, de 1709 em diante, a emissão de um passaporte para quem pretendesse ausentar-se de Portugal para aquele território, esta longa emigração iludiu as leis da proibição ou restrição de cá e de lá, e ignorou as mudanças dos regimes políticos que ocorreram em cada um dos países nos últimos dois séculos.

Estas breves considerações vêm a propósito do percurso de um português que cedo emigrou para o Brasil e regressou a Portugal como outros tantos *brasileiros* para fundar, no Porto, em 1840, a Agência Abreu, a mais antiga empresa de viagens portuguesa, uma das mais antigas do mundo, e que, nas mãos da mesma família, veio até aos nossos dias. Importa, assim, caracterizar a emigração portuguesa para o Brasil entre 1836-1843, traçar o perfil do seu fundador Bernardo Luís Vieira de Abreu e explicar as razões que estão na origem da Agência Abreu, a qual, durante largas décadas, teve na emigração transoceânica a sua principal actividade.

Palavras-chave: Emigração; Brasil; passaportes; legislação, Agência Abreu.

ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

A movimentação de portugueses no Brasil: 1808 a 1842. A Base Lusa do Arquivo Nacional

O trabalho que agora se publica, apresenta a base de dados montada para comportar os dados originalmente extraídos do fundo da polícia da Corte, 1808-1842, existente no Arquivo Nacional. Comportando 63 189 registos, o instrumento terá abrangência sobre 96 volumes de livros de registos produzidos pela Polícia da Corte para controlo da movimentação de estrangeiros, tanto em deslocamentos para o interior quanto para o exterior do país. A estrutura básica dos dados incluídos compreende: nome e sobrenome, naturalidade, idade, características físicas, estado civil, ocupação/profissão, moradia, local de trabalho, data de chegada, procedência, tipo de embarcação, nacionalidade da embarcação, nome da embarcação, comandante, razão da vinda, destino, data do registo, observações e notação. Finalmente, serão apontadas as possibilidades deste instrumento de pesquisa, que se encontra disponibilizado *on-line*, resultado do Convénio CEPES/FAPERJ/Arquivo Nacional.

Palavras-chave: Brasil; Arquivo Nacional; imigração portuguesa; registos de passaporte.

JORGE CARVALHO ARROTEIA**Emigrantes e irmandades de origem portuguesa no Brasil: as Santas Casas de Misericórdia**

Criadas nos finais do século XV por acção da Rainha D. Leonor, a Irmandade da Confraria de N.ª S.ª da Misericórdia de Lisboa, cedo se espalhou por todo o território do reino, nas principais cidades e vilas, difundindo-se com o movimento dos Descobrimentos, a várias praças e cidades fundadas pelos portugueses. Assim acontece com o Brasil, sendo que, desde a chegada dos portugueses a este território até à data da sua independência, foram fundadas mais de uma dezena de irmandades em território brasileiro. Esta acção segue o modelo centralizador da administração portuguesa durante o período colonial, mas prossegue após a independência, respondendo a muitas solicitações assistenciais e outras, da população local e emigrante. Relacionar o movimento de criação das Santas Casas de Misericórdia com a emigração portuguesa no Brasil, constitui uma linha de pesquisa enriquecedora, a qual beneficia do levantamento orientado pela Prof.ª Doutora Yara Aun Khoury (2004), da PUC-SP, no âmbito das celebrações dos 500 anos do Brasil.

Palavras-chave: Brasil; emigração portuguesa; irmandades; Santas Casas de Misericórdia.

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA**Migrações sociais, transmigrações políticas e receptividade imigracional**

O objetivo central deste texto é estabelecer uma forte relação entre as dimensões políticas e os processos migratórios. No caso específico, trata-se de focar a transmigração da família real portuguesa para o Brasil, onde esteve pelo período de 13 anos, e o estabelecimento de condições favoráveis para o desenvolvimento da imigração portuguesa no Brasil durante o século XIX, na medida em que representou uma continuação do regime político (Império) e, sobretudo, uma continuação dinástica (Braganças), elementos que, certamente, tornaram acolhedor o território brasileiro para aqueles portugueses que se dispuseram a emigrar.

Palavras-chave: Imigração; transmigração; Braganças, D. Pedro II; abertura dos portos.

GLADYS SABINA RIBEIRO**Portugueses e a luta pelo alargamento de direitos e pela cidadania no final do século XIX e início do século XX**

Pretende-se analisar a participação dos imigrantes portugueses nos movimentos sociais de finais do século XIX e inícios do XX, em busca de uma igualdade democrática através da inserção na sociedade brasileira. Nossa perspectiva é a de que a cidadania não se remete apenas aos direitos políticos, mas tem dimensões relativas aos direitos sociais e direitos humanos ao se travar uma luta pela equidade social. Nesse sentido, as liberdades, como as de associação, de livre exercício profissional e de expressão, assumiriam sentido específico tendo no Judiciário um importante canal de expressão. Estas demandas teriam significado especial em momento de pretensa igualdade democrática, como no primeiro período republicano, que, contudo, demonstrou-se ocasião de exceção política constante com estados de sítio decretados justamente em função do ale-

gado perigo à ordem, consubstanciado pelo intenso movimento social. Portanto, ao analisar a participação dos portugueses nos movimentos sociais e o recurso à Justiça pretendemos avançar nas reflexões sobre a necessidade de alargarmos o conceito de cidadania, ultrapassando a sua divisão em direitos políticos, civis e sociais. Pretendemos reforçar a ideia que a cidadania deve apontar na direcção das identidades construídas no movimento social e o seu entendimento deve mapear as expectativas de vivências das liberdades dentro de uma sociedade democrática. A luta política pode ser entendida como forma de alargamento de direitos, onde o indivíduo nem é cooptado pelo Estado nem meramente aceita ou reivindica a concessão de direitos.

Palavras-chave: Imigrante português; cidadania; Primeira República; império.

**MARIA APPARECIDA FRANCO
PEREIRA/MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO**

Os trabalhadores portugueses na cidade portuária de Santos, no final do século XIX

O presente estudo pretende conhecer os trabalhadores portugueses imigrados para a cidade portuária de Santos, que passava por intensa transformação, sobretudo pela grande exportação de café, que impulsionava a modernização do porto e buscava superar as inúmeras epidemias que sacrificavam a população. Os portugueses formaram a principal corrente imigratória estrangeira na região das últimas décadas do século XIX a meados do século XX. Visou-se, neste primeiro momento, o levantamento dos trabalhadores das principais instituições da cidade, tais como a Empresa Melhoramentos do Porto de Santos (depois Cia. Docas de Santos); da Cia. City (concessionária dos transportes coletivos) e dos hospitais da Santa Casa de Misericórdia de Santos (o primeiro do Brasil) e de Hospital Santo Antônio, da Sociedade de Beneficência Portuguesa. A intenção foi traçar um perfil dos mesmos, procurando saber quem eram, de que regiões são oriundos, seu grau de instrução, suas relações com os espaços de trabalho, seus principais problemas (multas, demissões, internações), como a grande rotatividade do trabalho e a fuga das epidemias. Um estudo crítico das fontes e do potencial das mesmas também se fez necessário, a fim de melhor compreender a presença desses trabalhadores no meio santista e sua relação com a cidade. Um dos principais problemas para o pesquisador são as falhas de dados contínuos nas fontes e as lacunas de informação, nos livros de registro funcional e nos de resumo de frequência (livro do ponto).

Palavras chave: Trabalhadores portugueses; registro funcionais; Santos; Brasil.

FREDERICO ALEXANDRE HECKER

A repressão aos imigrantes portugueses em São Paulo: os subversivos e os outros

Neste artigo pretende-se, por meio da documentação reunida pela polícia política paulista, interpretar alguns dos sucessos relativos à história política da imigração portuguesa, justamente no período em que sua presença nas transformações sociais brasileiras tornava-se fundamental: dos anos 1920, até o momento da instalação do governo varguista do Estado Novo (1937).

Palavras-chave: Imigração portuguesa; polícia política; história política.

ADELINA PILOTO/ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS**Vilacondenses na fundação e engrandecimento do Real Hospital Português de Pernambuco**

Em meados do século XIX uma mortífera epidemia de *cholera-morbus* assolou o Brasil, martirizando de forma particularmente dramática o Estado de Pernambuco. Face a essa terrível realidade que chegava a ceifar mais de cem vidas diárias em todo o país, a comunidade portuguesa liderada pelo Dr. José de Almeida Soares Lima Basto decidiu fundar em 1855, o Real Hospital de Beneficência no Recife, para tratar gratuitamente as vítimas da moléstia. Desde a sua fundação, e ao longo dos mais de 150 anos de existência, muitos naturais de Vila do Conde, à semelhança de outros portugueses solidários e altruístas, têm concedido generosos donativos e desempenhado cargos da mais alta responsabilidade nessa instituição.

Palavras-chave: Hospital; beneficência; Pernambuco.

CRISTINA DONZA CANCELA**Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)**

Neste artigo, analiso a imigração portuguesa para Belém durante os anos de 1870 a 1920, período de desenvolvimento e crise da economia da borracha. Observo o perfil dessa imigração quanto ao gênero, a origem e a atividade exercida, destacando os motivos do deslocamento, os arranjos necessários para que ele ocorresse, a presença feminina e as cartas trocadas pelos casais. Investigo ainda as alianças matrimoniais e familiares e a inclusão dos comerciantes portugueses junto às famílias proprietárias de terra e gado da elite local.

Palavras-chave: Imigração portuguesa; Amazônia; família.

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA**Os “brasileiros” de torna-viagem e as relações Portugal Brasil na década de 1930 – estudo de caso**

Com fortes raízes na região Noroeste do continente português que, desde o século XVII, viu muita da sua população excedente cruzar o Atlântico em demanda do Brasil, seria, no entanto, apenas no século XIX que a emigração para o território americano registaria um volume quantitativo mais significativo, factor responsável e determinante para o debate que a partir de então suscitou. Embora inserida numa era de migração de massas que afectou toda a Europa, a emigração portuguesa para a antiga colónia americana, agora nação independente, não deixaria de ser vista, pelo Estado, como um fenómeno isolado, expressão sintomática de uma vivência patológica da sociedade portuguesa. Talvez assim se perceba melhor a tendência do discurso oficial para, pelo menos até à década de 1940, acentuar a noção de decadência na análise deste fenómeno. Ora, nesta comunicação, a partir de uma abordagem biográfica, pretende-se evidenciar o papel do emigrante português no Brasil (o conhecido *brasileiro*) enquanto protagonista no processo de desenvolvimento das relações Portugal-Brasil durante a década de 1930, ou seja, nos alvares do Estado Novo.

Palavras-chave: Emigração; Brasil; relações Portugal-Brasil.

MARIA DE NAZARÉ SARGES**Os Portugueses na cidade: trabalho e cotidiano (Belém – 1900)**

No início dos anos 1900 o estado do Pará recebeu um expressivo contingente de imigrantes portugueses. Alguns vinham com a passagem subvencionada e embarcados na maioria, pelo porto de Leixões. Sob o forte apelo da propaganda imigrantista do governo paraense, os portugueses chegando à cidade de Belém não demonstraram interesse em se fixar no campo, como determinavam os contratos de trabalho, visto que pouquíssimos eram lavradores. Na cidade exerceram várias atividades, desde vender peixes pelas ruas até carregar pianos ou lavar as casas de pessoas ricas, embora muitas vezes tenham se tornado donos de estabelecimentos comerciais. Também é evidente que desenvolveram estratégias de solidificação de uma certa identidade lusitana por meio de criação de associações como o Grêmio Literário Português ou de gazetas como *O Lusitano*, e *A Colônia Portuguesa*, entre outros. Mas é no universo do trabalho que eles irão desenvolver suas práticas cotidianas de resistência, de conciliação e de adaptação à nova terra e aos novos costumes.

Palavras-chave: Pará; Belém; Portugueses; migração; trabalho.

JUAN ANDRÉS BLANCO RODRÍGUEZ**Emigración y asociacionismo español en Brasil**

Brasil es el tercer país americano que más inmigrantes españoles recibe, fundamentalmente en las dos últimas décadas del siglo XIX y tres primeras del XX. Como en Argentina o Cuba, los españoles llevarán a cabo en Brasil un amplio proceso asociacionista que comienza a mediados del XIX centrado en la beneficencia y la ayuda mutua y que va ampliando sus objetivos y servicios en la etapa de emigración en masa, incidiendo también en los recreativos y culturales. Será un asociacionismo generalmente étnico globalmente español, pero también están presentes las asociaciones regionales, fundamentalmente las constituidas por la colectividad más amplia, la gallega. La segunda ola inmigratoria tras la Segunda Guerra Mundial revitalizará esos espacios de sociabilidad que el corte de la corriente inmigratoria había debilitado y dará lugar a muchos otros que desde los años sesenta protagonizarán un proceso de fusión que trata de incrementar su reducida influencia en la colectividad española.

Palavras-chave: Emigración; inmigración; asociacionismo; colectividad española.

MARIA DA GRAÇA MARTINS**Fontes para o estudo da emigração: o caso do nordeste transmontano (1901-1920)**

É objectivo deste artigo apresentar e comentar algumas das características das fontes estatísticas nacionais que serviram de base ao estudo da emigração do distrito de Bragança, nas duas primeiras décadas do século XX, dando especial destaque aos Livros de Registo de Passaportes, então sob a tutela do Governo Civil. Um outro conjunto de fontes históricas permitiu, ainda, a análise qualitativa do fenómeno emigratório transmontano, como os boletins de emigração e a imprensa regional, preciosos mananciais de informação sobre a temática e a vida deste distrito de interior fronteiriço que contribuiu com um forte contingente emigratório para ao Brasil.

Palavras-chave: Emigração; fontes estatísticas; livros de registo de passaportes, imprensa regional; Bragança.

YVONE DIAS AVELINO

Heróis no mar, heróis na terra: Vila Madalena, um porto seguro

O presente artigo é resultado parcial de uma pesquisa em andamento, que estuda um bairro da cidade de São Paulo, que passou por várias transformações através das décadas, sendo neste recorte nosso foco iluminador o processo da imigração portuguesa para este território. Muitos foram os intelectuais que se interessaram em narrar os acontecimentos que ocasionaram a transformação no bairro de Vila Madalena. Nenhum porém, salvo melhor juízo, se debruçou na temática da imigração portuguesa. Através da técnica da Documentação Oral, além de outras fontes utilizadas, traremos a visão desses imigrantes, que ajudaram a construir esta vila, outras vilas e esta cidade. Esse tema da imigração para o Continente Americano, especificamente o Brasil, pode ser abordado sobre o prisma de enfoques diversificados. É frutífero nesse universo analisá-lo de forma macro, buscando suas estruturas e razões do deslocamento na Europa. Não deixa de ser também importante adotar um enfoque mais micro, mais pontual, olhando e analisando a trajetória de famílias e suas localizações em diferentes regiões, que é o que nos propomos fazer na nossa pesquisa, e que agora, sintetizamos neste artigo. Nesta pequena reflexão, nossa intenção é lançar o foco iluminador sobre algumas famílias de imigrantes portugueses, que chegaram nos primeiros anos do século XX, numa seqüência até os anos 60, para a cidade de São Paulo, e que ajudaram a construir o bairro de Vila Madalena, onde se instalaram.

Palavras-chave: Vila; história; i/emigração; memória.

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

A “onda” emigratória de 1912: dos números às trajetórias

O artigo coloca em destaque a emigração portuguesa para o Brasil em 1912. Nessa perspectiva, discute a importância da proclamação da República em Portugal para a elevação dos números relativos à emigração, cotejando os números existentes em Portugal e no Brasil. Diversos métodos são utilizados para demonstrar como os fatores políticos ganharam destaque na conjuntura que enquadrou a mudança de regime em Portugal, enriquecendo o empurra-puxa (*pull-push*) com histórias de vida baseadas em processos de expulsão movidos contra anarquistas portugueses residentes no Brasil, emigrados entre 1911 e 1913.

Palavras-chave: Emigração portuguesa; imigração portuguesa no Brasil; 1912; proclamação da República em Portugal; anarquismo.

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

Associações portuguesas no Rio de Janeiro: aspectos sociais e financeiros em 1912

Com base em estatísticas oficiais de assistência social, são apresentados dados quanto a quantidade, sexo e nacionalidade de membros, capital social, receita e despesa, tipos de dispêndio e número de beneficiados das associações portuguesas existentes em 1912 no Rio de Janeiro. A análise avalia a importância e a ação dessas entidades tanto em relação a elas mesmas quanto em relação a congêneres não portuguesas.

Palavras-chave: Brasil, imigração portuguesa, associativismo.

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS/SÊNIA BASTOS

Portugueses em São Paulo. registros e ingressos (1912): Hospedaria do Imigrante – listas de bordo e livros de registro

A análise dos registros de ingressos de portugueses em São Paulo, por meio das listas gerais de desembarque de passageiros e dos livros da Hospedaria para o ano de 1912, permite vislumbrar o seu movimento nos portos de Santos (12 273) e do Rio de Janeiro (3 595). Há que se destacar a sobreposição das listas de bordo dos navios custodiadas pelos arquivos das duas cidades, visto que muitos desembarcaram no Rio de Janeiro, seguindo para a Hospedaria, em uma nova embarcação (no que resulta a duplicação das listas). Na Hospedaria do Imigrante de São Paulo observam-se listas de bordo de 524 diferentes embarcações, que trouxeram à Hospedaria 16 781 lusos (que embarcaram em 274 diferentes embarcações ao longo do ano) provenientes, principalmente, dos portos de Lisboa, Leixões, Madeira e Vigo. Cotejadas ao livro de registros de imigrantes da Hospedaria, pode-se constatar a permanência do fluxo ao longo do ano, com maior incidência de seu desembarque no Brasil nos primeiros cinco meses (9 832), especialmente em janeiro (2 520) e maio (2 129). O não conhecimento da escrita (15 103), o predomínio de solteiros (9 663), e de homens (9 555) corrobora o que tem sido apontado pelos estudos acerca da imigração portuguesa para o Brasil. A amostra indica que 1 445 lusos não foram aceitos como colonos, mas as fontes consultadas não permitem acompanhar suas trajetórias, indicando os limites da análise.

Palavras-chave: Imigração portuguesa; Hospedaria do Imigrante.

CARMEN ALICE AGUIAR DE MORAIS SARMENTO

Emigração familiar para o Brasil do distrito de Braga, no ano de 1912

No Arquivo do Governo Civil de Braga, informatizámos os registos de pedido de passaporte para o Brasil, de todo o distrito de Braga, no ano de 1912. Esta base de dados permite-nos contabilizar o fluxo emigratório legal desta área geográfica, neste espaço temporal, e apresentar o respectivo tratamento estatístico das variáveis sexo, estado civil, idade, profissão, destino, tipo de passaporte (se individual ou colectivo) e constituição dos passaportes colectivos. Apresentaremos assim, para o ano de 1912, e por concelhos, tabelas e gráficos com os titulares de passaporte individuais e colectivos por sexos; os acompanhantes dos passaportes colectivos por sexos; parentesco dos acompanhantes em relação ao titular do passaporte; estado civil dos titulares dos passaportes colectivos; idade dos titulares dos passaportes colectivos e seus acompanhantes; profissões dos titulares de passaportes colectivos e, ainda, o destino no Brasil destes grupos familiares.

Concluiremos com uma abordagem comparativa entre os diversos concelhos do distrito de Braga, agora estudados, e o concelho de Guimarães cujo estudo está já concluído, apresentando os percentuais de emigrantes que partiram integrados em grupos familiares.

Palavras-chave: Emigração familiar; Brasil; Braga, 1912.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA/PAULA MARQUES DOS SANTOS

Legislação sobre emigração para o Brasil na I República

Na sequência do estudo sobre a legislação portuguesa relativa à emigração para o Brasil no período da Monarquia Constitucional, este trabalho visa apresentar o enquadramento normativo

que sobre a mesma matéria foi produzido durante a I República. A recolha da informação nas *Colecções de Legislação* e nos *Diários do Governo* suscitou a compilação de mais de meia centena de diplomas legais que são analisados nos seus aspectos mais expressivos em articulação com o contexto político-social da época, pelo que se divide este período cronológico em quatro fases: os alvares do novo regime; os anos da I Guerra Mundial; a época posterior à guerra; os últimos anos da República.

Na primeira fase avultam os temas do serviço militar e da emissão de passaportes, os quais prevalecem na segunda fase, dado o contexto bélico, aliados ao reforço do serviço de fiscalização e prevenção da emigração clandestina. O terceiro momento é crucial em termos de produção legislativa da República nesta matéria, haja em vista a publicação do importante e extenso decreto de 10 de Maio de 1919, completado em 19 de Junho seguinte pelo *Regulamento Geral dos Serviços de Emigração*. Os últimos anos da República são marcados pela publicação de vários diplomas cuja natureza era preponderantemente rectificativa (a título definitivo ou provisorio) ou clarificadora da doutrina vigente sobre a matéria em questão.

Palavras-chave: Emigração; legislação; Portugal; I República; Brasil.

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO

A imprensa regional como fonte para o estudo da emigração para o Brasil – Lamego na primeira metade do século XX

A importância da imprensa periódica como fonte para a História Contemporânea é hoje inquestionável. Formando e/ou amplificando opiniões, a imprensa regional reveste-se de especial importância no interior do país. É o caso do concelho de Lamego, que, localizado na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, sente de forma intensa o fenómeno da emigração para o Brasil, ao longo da primeira metade do século XX. Um fenómeno de grande impacto social e económico a que a imprensa local, evidentemente, não pôde ficar indiferente. O levantamento da informação que fizemos de forma sistemática nos jornais da cidade de Lamego, sede de concelho, permitiu-nos confirmar que, tal como acontece em outras localidades, também aqui se verificam, para o período cronológico referido, distintos posicionamentos face à emigração para o Brasil. A imprensa constitui assim um complexo barómetro das sensibilidades locais relativamente a essa questão que importa equacionar. Para além de as identificar e sistematizar, procuraremos, neste estudo, entender os condicionalismos da imprensa que justificam os diferentes discursos, bem como apreender o papel que esta, voluntária ou involuntariamente, assumiu, na sua área geográfica de influência, como importante agente motivador ou desmotivador da emigração para o Brasil.

Palavras-chave: Imprensa; emigração; fontes; Trás-os-Montes, Alto Douro.

PAULA MARQUES DOS SANTOS

A emigração do distrito de Viseu em direcção ao Brasil (1854-1973)

Esta comunicação pretende apresentar uma análise das fontes documentais existentes no Arquivo Distrital de Viseu sobre a emigração. Após o levantamento deste fundo documental, consideramos importante estabelecer as suas características básicas, bem como identificar possíveis diferenças na informação fornecida, de acordo com o período cronológico. Neste artigo

apresentaremos a análise das duas grandes fontes documentais existentes no Arquivo Distrital de Viseu – os livros de registo de passaporte e os processos individuais.

Palavras-chave: Emigração; Viseu; fontes documentais.

MANUEL DE SAMPAYO PIMENTEL AZEVEDO GRAÇA

Ilustres de cá e lá. Regressados do Brasil no Porto de Oitocentos

Durante séculos, o Brasil apresentou-se como a *árvore das patacas* para muitos portugueses: milhares partiram para terras de Vera Cruz, onde organizaram novas vidas; alguns enriqueceram; uns quantos regressaram ao solo pátrio. Entre esses *brasileiros de torna-viagem*, contaram-se três famílias, cujos caminhos inter cruzaram-se ao longo de todo o século XIX: os Calazans Rodrigues, os Forbes e os Bessa. No Brasil, ocuparam cargos palatinos e de governança, estatuto que mantiveram após o seu regresso ao Porto; aqui, deixaram marca na cidade, desde logo na opulenta Casa de São Lázaro.

Palavras-chave: Calazans Rodrigues; Barões de Taquary; Forbes; Bessa (Francisco Pinto Bessa e Joaquim de Bessa Pinto); Rio de Janeiro.

SUSANA SERPA SILVA

Emigração legal e clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de 30 a meados da centúria)

No segundo quartel do século XIX, os fluxos emigratórios açorianos demandavam preferencialmente o Brasil, na sequência das levas já verificadas no século XVIII, ainda que estas tenham tido incentivo régio, ao contrário do que se verificou em Oitocentos. A independência daquele território, em 1822, não representou um entrave para os emigrantes insulares que, por via legal ou por intermédio de estratégias ilícitas, partiam em busca de novos horizontes. As preocupações das autoridades face a este fenómeno, em crescendo, demonstram, entre outros aspectos, as dificuldades sentidas no controlo e repressão da emigração clandestina, em especial.

Palavras-chave: Emigração; destinos; clandestinidade; autoridades; Açores.

JOÃO RAMALHO COSME

Subsídios para a história da emigração dos concelhos a Norte do rio Douro para o Brasil (1886-1891)

Esta comunicação tem por base a investigação que realizámos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, núcleo do Governo Civil de Lisboa, onde estão depositados os pedidos de passaportes requeridos na capital do reino. É uma análise de cariz microanalítico, onde estudamos as petições feitas, entre 1886 e 1891, pelos naturais das localidades a norte do rio Douro.

Palavras-chave: Brasil; emigração; Norte do rio Douro.

ADÍLIA FERNANDES/ODETE PAIVA

Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910). Os bem sucedidos e os outros

Trataremos, neste artigo, da emigração para o Brasil entre a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX, centrando-nos no concelho de Vila Nova de Famalicão, no distrito de Braga. Foi feita uma abordagem em que utilizámos diversos tipos de fontes, de que destacamos os dados da paróquia reconstituída pelo método da reconstituição de paróquias, de Norberta Amorim, os registos de passaportes e a imprensa local da época. Tal como o título sugere, falaremos de alguns *brasileiros*, os tais bem sucedidos, mas também dos outros, alguns dos outros, deixando interrogações e caminhos possíveis para os resgatar do esquecimento, tendo sempre a visão de conjunto, mas privilegiando a micro análise. Usando o estudo de caso, poderemos seguir em longa duração a história de vida do emigrante e tentar encontrar estratégias seguidas por eles e suas famílias, numa aproximação à compreensão dos múltiplos eixos da questão emigratória.

Palavras-chave: Emigração; Famalicão; Brasil; 1850-1910.

DIOGO FERREIRA/RICARDO ROCHA

A emigração do Norte de Portugal para o Brasil antes e após a I Guerra Mundial (1913 e 1919): variações e permanências

Este trabalho pretende estabelecer uma análise comparativa de alguns indicadores socioeconómicos – idade, profissão, naturalidade, sexo, etc. – relativos à emigração do Norte de Portugal para o Brasil nos anos imediatamente antecedentes e precedentes à Primeira Guerra Mundial, respectivamente, 1913 e 1919, e assim tentar perceber variações e constantes, e encontrar factores explicativos, pelo menos parcialmente, para os resultados alcançados.

Palavras-chave: Portugal; Brasil; emigração; variações; Grande Guerra.

PAULO AMORIM/SÍLVIA BRAGA

A emigração do Norte de Portugal para o Brasil através dos livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto (1935-1945)

Este estudo, subordinado ao tema *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil através dos Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil do Porto (1935-1945)*, apresenta os resultados do levantamento e tratamento estatístico dos elementos identificativos referentes aos emigrantes, cujos passaportes foram requeridos no Governo Civil do Porto entre 1935 e 1945. O objectivo deste trabalho é traçar o perfil do emigrante do Norte de Portugal para o Brasil, dando conta do volume dos efectivos migratórios e da sua importância no movimento migratório português, da sua distribuição por destino, por naturalidade, por género, por estado civil, por grupos etários e pela sua classificação socioprofissional. A emigração portuguesa para o Brasil é uma componente estrutural da História contemporânea portuguesa, em geral, e das relações Portugal-Brasil, em particular, destacando-se o papel da cidade do Porto enquanto palco de afluência de gentes das mais diversas regiões e estratos sociais, que se serviram do seu porto para rumar ao Brasil em busca do *Eldorado*.

Palavras-Chave: Emigração; imigração; Portugal; Brasil; passaporte.

MARIA ORTELINDA BARROS GONÇALVES**A emigração legal no concelho de Boticas (1960/88) – caracterização profissional e mobilidade**

Migrações: de onde, para onde, quem emigra no concelho de Boticas no período de 1960/1988. Com o objectivo de procurarmos resposta para estas questões, consultamos os dados presentes nos passaportes dos emigrantes, atinentes ao espaço e tempo referidos. Os resultados desta análise constituem, em parte, o cerne do entendimento dos movimentos migratórios internacionais da população local, bem como das suas implicações demográficas e económicas locais.

Palavras-chave: Boticas; emigração; implicações demográficas e económicas locais.

ANTÓNIO JOSÉ DE OLIVEIRA**O testamento de Vicente José de Almeida Guimarães, negociante vimaranense no Brasil (1792)**

Neste artigo pretendemos trazer alguns dados sobre a vida de Vicente José de Almeida Guimarães (1754-1792), negociante vimaranense no Brasil, através do seu assento de baptismo, do seu testamento e do respectivo assento de óbito. Natural da freguesia de Santa Eulália de Fermentões (concelho de Guimarães), emigrou para o Brasil, onde deixou descendência, regressando mais tarde à sua terra natal. Faleceu na casa do tio e padrinho, Vicente José de Carvalho, um conceituado mestre pedreiro galego radicado em Guimarães. Estas três fontes manuscritas inéditas, constituem uma importante fonte documental, não apenas para o estudo biográfico deste negociante, tanto em termos pessoais, como profissionais, como para o estudo da emigração vimaranense para o Brasil.

Palavras-chave: Guimarães; Mariana (Brasil); negociante; testamento; *brasileiro*.

CELESTE CASTRO**A emigração na paróquia de Santo André da Campeã (1848-1900)**

Muitos foram os emigrantes do norte de Portugal que largaram da barra do Douro ou Tejo, em direcção ao Brasil. Estes tinham um sonho em comum, fossem homens ou mulheres, novos ou velhos – regressar e, de preferência com meios suficientes para construir uma casa com terreno e proporcionar aos seus uma vida confortável. Trataremos, no presente estudo, de duas famílias oriundas do distrito de Vila Real, no interior de Portugal, possuidoras de bens, que emigraram, no séc. XIX, para o Brasil. Dois percursos familiares, onde a opção perante as vicissitudes da vida foi a emigração e o reencontro da família, no outro lado do Oceano.

Palavras-chave: Emigração; família; testamento; Vila Real.

ALDA NETO

Os brasileiros de Paredes – dois percursos de beneficência e esquecimento

Os *brasileiros* de Paredes sobre os quais nos vamos debruçar no nosso estudo, foram figuras de destaque não só no panorama concelhio, mas também nos territórios brasileiros que os receberam. Estes homens partiram do concelho de Paredes com destino ao Brasil, na segunda metade do século XIX e no primeiro quartel do século XX. Após o seu regresso, contribuíram para obras de beneficência quer ao nível de construção de escolas quer de ajuda aos mais necessitados. Adriano Moreira de Castro e o barão de Lourenço Martins são dois exemplos de emigrantes portugueses no Brasil que tiveram um percurso de sucesso, quer nesse país, quer em Portugal.

Palavras-chave: Paredes; emigração; filantropia; instrução; Misericórdia.

ABSTRACTS

FERNANDO DE SOUSA/MARIA JOSÉ FERRARIA

The Portuguese emigration to Brazil and the origins of the Agência Abreu (1840)

Portuguese emigration to Brazil, in the 20th century, can only be understood as a permanent process initiated in the 16th century until the present. Under the setting of colonization/emigration during the Portuguese Empire (1500-1822), or under the form of emigration after the Independence of Brazil (1822), always requiring, since 1709, a passport emission, this emigration deluded the prohibition and restrictive laws of both countries and ignored the political regime changes of the last two centuries.

This explanation is essential for one to understand the role of a Portuguese individual that went to Brazil very young and returned to Portugal to establish, in 1840, the Agência Abreu, the oldest travel agency of Portugal, one of the oldest in the world and that remains in the same family in the present.

Keywords: Emigration; Brazil; passports; legislation; Agência Abreu.

ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

Portuguese movements in Brazil: 1808-1842. The National Archive Database

Our work presents a database elaborated in order to do a statistic treatment of the data found in the documentation of the *Royal Court* police that is kept in the National Archive. With 63 189 registries, this database includes 96 volumes of registration books, created to control the foreigner's movements in Brazil. The basic structure includes the following items: name and surname, birthplace, age, physical signs, marital status, professional occupation, address, job address, arrival date, origin, type of ship, ship nationality, ship name, the name of the ship captain, the reason to go to Brazil, the final destination, the registration date and observations. At the end, we highlight the potentialities of this research instrument, which is on-line, after the CEPES/FAPERJ/Arquivo Nacional protocol.

Keywords: Brazil; National Archive; Portuguese immigration; passports registry.

JORGE CARVALHO ARROTEIA

Emigrants and Portuguese brotherhoods in Brazil: the Misericórdias

Created at the end of 15th century, by Queen D. Leonor, the Brotherhood of N.ª S.ª da Misericórdia de Lisboa was rapidly spread throughout the kingdom, in the main towns and villages, in the context of the Portuguese Discoveries movement. This also happens in Brazil since the

Portuguese arrival to this territory until its independence, a period where more than ten brotherhoods were founded. This action follows the centralized model of the Portuguese administration during the colonial period, that after its independence tries to answer to many requests of assistance, of local and foreign population. We compare the “Misericórdias” dissemination to Portuguese emigration in Brazil, a very rich research, that began with the survey of Prof. Yara Aun Khoury (2004), PUC-SP, in the scope of the celebrations of the 500 years of Brazil.

Keywords: Brazil; Portuguese emigration; brotherhoods; Misericórdias.

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

Social migrations, political transmigrations and immigration receptiveness

The central purpose of this text is to establish a strong relation between the political dimensions and migratory processes. In the specific case, the point is to focus the transmigration of the Portuguese Royal Family to Brazil, where it stayed for 13 years and the establishment of favorable conditions to the development of the Portuguese immigration to Brazil during the 19th century, as a continuation of the political system (Empire) and, above all, a dynastic continuation (Braganças), elements that, certainly, turned Brazil into a very welcoming territory for those Portuguese that were prepared to emigrate.

Keywords: Immigration; transmigration; Braganças; Pedro II; opening up the ports.

GLADYS SABINA RIBEIRO

Portuguese and the struggle for the enlargement of the rights and citizenship at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century

We intend to analyze the Portuguese immigrant’s participation in the social movements, at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, looking for the democratic equality through its insertion in the Brazilian society. Our perspective is that citizenship isn’t just political rights, but it has some dimensions related to social and human rights when fighting for a social equality. Thus, some rights such as of association, professional or opinion freedom became very important and had in the judiciary way an expression channel. During the republican period we assisted many occasions of political exceptions, many siege states to prevent the alleged order’s danger, because of the intense social movement.

By analyzing the Portuguese participation in these movements and the possibility to appeal to Justice, we intend to contribute for the research about the need to enlarge the citizenship concept, surpassing its division in political, civil and social rights. We intend to reinforce the idea that citizenship must point to the built identities in social movement and its comprehension must show the expectations created to live these kind of rights and freedoms. The political struggle can be understood as a way to enlarge rights, where the individual isn’t neither coed-opt by State nor accepts or demands the concession of rights.

Keywords: Portuguese immigrant; citizenship; First Republic; empire.

MARIA APPARECIDA FRANCO PEREIRA/MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO**Portuguese workers in the port town of Santos, in the end of the 19th century**

Santos, in the 19th century, was developing a process of huge transformations because of the coffee export and the consequent modernization of its infrastructures, but it is also true that back in those days, many epidemic diseases affected the region. It is precisely within these scenarios that our presentation intends to study the Portuguese workers in the port city of Santos. In fact, the Portuguese constituted one of most important migratory flows in this region, from the 19th century to 20th century. Being so, our main goal is to build a survey on the workers of the major town institutions, such as the Firm *Melhoramentos do Porto de Santos* (later known as *Cia. Docas de Santos*); the Cia. City (concessionaire of the public transports) and the *Santa Casa de Misericórdia de Santos Hospital* (the first in Brazil) and the *Santo Antônio Hospital*, of the *Sociedade de Beneficência Portuguesa*. The purpose was to know who were these workers, from which region they came, their level of instruction, their essential problems in a new country, among other interesting items.

Keywords: Portuguese workers; registers; Santos; Brazil.

FREDERICO ALEXANDRE HECKER**Portuguese immigrants repression in S. Paulo: the subversives and the others**

This work intends, through the documentation gathered by the political police of São Paulo, to interpret some of the successes on the political history of Portuguese immigration, precisely during the period in which their presence in the Brazilian social transformations was crucial: the years 1920, until the establishment of the *varguista* government of the *Estado Novo* (1937).

Keywords: Portuguese immigration; police policy; political history.

ADELINA PILOTO/ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS**Distinguished Vila do Conde inhabitants in the Royal Charity Portuguese Hospital of Pernambuco**

In the middle of the 19th century a deadly *cholera-morbus* plague devastated Brazil, dramatically destroying the state of Pernambuco. Regarding that terrible reality that could, in a day, kill more than one hundred lives in the region, the Portuguese community led by José de Almeida Soares Lima Basto decided to found, in 1855, the Royal Charity Hospital. Its purpose was to take care of the victims, saving many lives. Since its foundation and throughout more than 150 years, many friendly and unselfish Vila do Conde inhabitants have been giving generous donations to that institution where they have played highly responsible tasks, and even supervising the institution.

Keywords: Charity; hospital; Pernambuco.

CRISTINA DONZA CANCELA

Portuguese immigration, marriage and wealth in Belém (1870-1920)

This article analyses Portuguese immigration between 1870 and 1920, a period in which Amazônia experienced the development and the crisis of rubber economy. This study discusses the immigrants profile in relation to gender, origin and professional activity highlighting reason for immigration, all the necessary arrangements for the journey, women participation and letters exchanged between husbands and wives. Among the others topics under investigation we approach: marriage and family, and the inclusion of Portuguese merchants in the local elite dominated by landowners.

Keywords: Portuguese immigration; Amazônia; family.

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

The *brasileiros de torna viagem* and the relations Portugal-Brazil in the 1930's – a case study

With strong roots in the Northwest region of Portugal, which, since the 17th century, saw its exceeding population leaving to Brazil, it was only in the 19th century that emigration to American territory became very important, in terms of quantitative volume. This fact increased the debate on the theme. Portuguese emigration towards Brazil, although a part of an immense European movement, was seen by Portuguese governments as a singular phenomenon that expressed a pathological tendency of the Portuguese society. That is perhaps the reason to better understand the negative view of the *official political discourse* about the theme until the 1940. We present in this paper the role of the Portuguese emigrant during the decade of 1930, as an example of how the relations between the two countries developed within this context of social tendency.

Keywords: Emigration; Brazil; Portugal-Brazil relations.

MARIA DE NAZARÉ SARGES

Portuguese in the city: work and everyday life (Belém, 1900)

In the early XX century, the Brazilian state of Pará received a remarkable contingent of Portuguese immigrants. Some of them had their travel tickets subventioned by the Pará government and most of them embarked on the Port of Leixões, Portugal. Under the strong appeal by the “immigrantist” propaganda made by the Para’s government, the Portuguese immigrants didn’t go to the rural areas, since that most of them never worked in agriculture. In the city of Belém (the capital of the State), they performed many activities, from selling fish on the streets to carrying pianos or cleaning the rich people’s houses. Nevertheless, some immigrants even became owners of commercial houses. Their activities in the city show that they invested in a certain “lusitan” identity through the creation of ethnical associations, as the Grêmio Literário Português, and newspapers like *O Lusitano* and *A Colônia Portuguesa*, among others. But it’s in the labor context that they would develop their everyday practices of resistance, conciliation, and adaptation to the new land and new costumes.

Keywords: Pará; Belém; Portuguese; immigration; labor.

JUAN ANDRÉS BLANCO RODRÍGUEZ

Emigration and Spanish associationism in Brazil

Brazil is the third American country in the number of Spanish immigrants received, particularly in the last two decades of the 19th century and during the first three of the 20th century. Similarly as in Argentina or Cuba, the Spanish immigrants developed in Brazil a wide associationist process which begins in the mid-19th century and focuses on charity and on reciprocal assistance, broadening more and more its goals and services during the stage of massive emigration, and also emphasizing the leisure and cultural aims. It is a generally ethnic and globally Spanish associationism, with the regional associations being present, though, basically those made up by the largest community, the Galician one. The second immigration wave after the Second World War gives a new impetus to those places for social exchange that the power struggle had weakened. Also, it gives rise to many other places which, from the 1960's onwards, will be in the middle of the fusion process that tries to increase its reduced influence in the Spanish community.

Keywords: Emigration; immigration; associationism; Spanish community.

MARIA DA GRAÇA MARTINS

Sources for the study of emigration. The Northeast of Trás-os-Montes (1901-1920) – a case study

The purpose of this work is to present and analyse some of the features of the national data sources which supported the study of emigration from the district of Bragança, on the first two decades of the 20th century, with a special relevance to the register books of passports, in that epoch under the responsibility of the *governo civil*. Other aspect that drawn our attention is the qualitative analysis of the migratory phenomenon in Trás-os-Montes, especially if we consider the emigration statistics and the regional press, precious sources of information about the theme and the life of the interior district border, which has contributed strongly for the migratory contingent that left to Brazil.

Keywords: Emigration; statistic sources; register books of passports; regional press; Bragança.

YVONE DIAS AVELINO

Heroes in the sea, heroes in the land: Vila Madalena, a safe port

This article is the partial result of a research about a specific neighbourhood of S. Paulo. This neighbourhood has suffered several changes through the years that allow to understand the immigration process to Brazil. Many people showed their interest to know what happened through the years in Vila Madalena neighbourhood. But none of them studied the Portuguese immigration. Through the oral documentation technique, among other sources, we will bring to

light the vision of those immigrants that helped to build this neighbourhood as many others in this town.

The immigration to America, and especially to Brazil, can be studied from different perspectives. We can analyze it from a macro analysis standpoint, trying to find its structures and basic reasons to migrate from Europe to our continent. But it is also important to study it from a micro analysis standpoint, looking for the families' trajectories and their location in different regions, as we did in our article. We intend to study some families of Portuguese immigrants that arrived in the first years of the 20th century until the 1960's to S. Paulo and helped to build the Vila Madalena neighbourhood.

Keywords: Ville; history; immigration; emigration; memory.

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

Emigration in 1912: from the numbers to the trajectories

This paper highlights the Portuguese emigration to Brazil during the year of 1912. It analyses the impact of the new Portuguese Republic in the increase of emigration. For this matter, this paper compares the numbers in emigration/immigration both in Portugal and in Brazil. Several methods are used to show how politics had an important role in the rise of these numbers. Here, the "pull-push" is enriched by individual stories. These are based on the process of expulsion moved against Portuguese anarchists who emigrated to Brazil and lived there between 1911 and 1913.

Keywords: Portuguese emigration; Portuguese immigration in Brazil; 1912; Portuguese republic's arrival; anarchism.

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

Portuguese associations in Rio de Janeiro: social and financial aspects in 1912

Based on official statistics of social assistance, it is presented the quantity, sex and nationality of the members, capital, income and expenditure, types of expenditure and number of beneficiaries of the existing Portuguese associations in 1912 in Rio de Janeiro. The analysis evaluates the importance and action of these entities in relation to themselves and in relation to other non-Portuguese associations.

Keywords: Brazil; Portuguese immigration, associationism.

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS/SÊNIA BASTOS

Portuguese immigrants in São Paulo – records and registration (1912): lists of on-board and entries books

The work analyses the Portuguese Immigrants entrance records in São Paulo, through the general lists of disembarked passengers and the Immigrants' Lodge book of 1912, which offers

a glimpse of the movement at the ports of Santos (12 273) and Rio de Janeiro (3 595). It is important to report the superimposition of boarding lists of crafts observed in the files of both cities, because many immigrants disembarked in Rio de Janeiro and then steered into the Lodge, aboard another ship (that proceeding resulted in the duplication of the lists). At São Paulo Immigrants' Lodge it's possible to verify boarding lists of 524 different crafts, which brought into the Lodge 16 781 Portuguese immigrants (that embarked in 274 different crafts along the year) coming, mainly, from the ports of Lisbon, Leixões, Madeira and Vigo. Compared to the records of the Immigrants' Lodge book, it's possible to find out the permanence of this flux throughout the year, with a higher incidence of landing in Brazil in the first five months (9 832), especially in January (2 520) and May (2 129). The lack of knowledge of writing (15 103), the predominance of unmarried people (9 663) and men (9 555) reinforce what has been targeted by the studies about Portuguese immigration to Brazil. The sample indicates that 1 445 immigrants were not accepted as settlers, however, the consulted sources do not allow to follow their trajectories.

Keywords: Portuguese immigration; immigrants' Lodge.

CARMEN ALICE AGUIAR DE MORAIS SARMENTO

Family Emigration to Brazil – Braga district (1912)

The *Arquivo do Governo Civil de Braga* provides all the records of the passport requests to Brazil, for all over the Braga district in 1912. As part of this project, these records were digitalised and organised as a database to allow for the accounting of the legal migratory flows and statistical processing of the following variables: sex, marital status, age, occupation, destination, passport type (individual or collective) and deployment of collective passports. We will thus present tables and graphs with: individual and collective passport holders by sex; the companions of the collective passport by sex; the kinship ties of the companions to the passport holder; marital status, age, occupation and destination of the collective passport holders and their companions (where applicable).

We conclude our work with a comparative analysis of the several municipalities of the Braga district, including the Guimarães municipality, whose study was already finished, presenting the percentage of emigrants which have departed as part of family groups.

Keywords: Family emigration; Brazil; Braga; 1912.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA /PAULA MARQUES DOS SANTOS

Legislation on emigration to Brazil during the First Republic

Following the study on the Portuguese legislation regarding emigration to Brazil during the Constitutional Monarchy, this work aims to provide the legal framework that on the same subject was produced during the First Republic. The survey of information in the collections of legislation and in the Government Gazette allowed the compilation of more than half hundred pieces of legislation that are discussed in its most expressive aspects, together with the social-political context of the time. Hence, it was decided to divide this time period in four stages: the dawn of the new regime, the years of the First World War, the post-war era, and the last years of the Republic.

In the first phase, we approach the themes of military service and the issuing of passports, which prevail in the second stage, given the context of war, coupled with the expansion of services

for monitoring and prevention of illegal emigration. The third period is crucial in terms of legislative output of the Republic in this area, due to the publication of the important and extensive decree of May 10, 1919, completed on June 19 following by the Rules of the Bureau of Emigration. The last period of the Republic is marked by the publication of several pieces whose nature was predominantly as an amendment (permanently or temporarily) or to clarify the current doctrine on the matter in question.

Keywords: Emigration; legislation; Portugal; First Republic; Brazil.

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO

Regional press as a source for the study of emigration to Brazil – Lamego during the first half of the XX century

The importance of the press as a source for Contemporary History is, nowadays, a very expressive reality. Especially from the reading of regional press it is possible to get a better understanding of the images people make of several subjects as well as to observe in which way the opinions transmitted by the papers affect the public opinion. This is the case of Lamego, a city integrated in the region of *Trás-os-Montes* and *Alto Douro*, particularly affected by emigration towards Brazil during the first half of the XX century. The systematic research we have made through the journals published in Lamego, allowed us to verify that different opinions were stated regarding the emigration phenomenon to Brazil. This is, after all, the aim of our presentation: to try to present some conclusions based on the press discourse – sometimes in favour, sometimes against – around this important subject.

Keywords: Press; emigration, Trás-os-Montes; Alto Douro; sources.

PAULA MARQUES DOS SANTOS

Emigration from Viseu district to Brazil (1854-1973)

Our investigation intends to analyze the documental sources concerning emigration, existing in Viseu Public Archive. After the survey of those sources, it is now important to determine its main characteristics, as well as to identify eventual differences in these data, according to the chronological period. In this article we present the two major documental sources – the passport registration books and the individual files to acquire passport.

Keywords: Emigration; Viseu; documental sources.

MANUEL DE SAMPAYO PIMENTEL AZEVEDO GRAÇA

Distinguished people from Portugal and Brazil. Arriving from Brazil in Porto during the XIX century

For centuries, Brazil was the source of riches for many Portuguese: thousands sailed to the lands of Vera Cruz, where they built their new lives; some got rich; a few returned to their father-

land. Between those *brasileiros de torna-viagem* – as they were called back in Portugal – there were three families, whose paths crossed all through the 19th century: the Calazans Rodrigues, the Forbes – of Scottish ancestry – and the Bessa. In Brazil, they occupied court offices and governance posts, a status that they managed to maintain after their return to Porto; here, they left their mark, beginning with the opulent Manor House of São Lázaro.

Keywords: Calazans Rodrigues, Barões de Taquary; Forbes; Bessa (Francisco Pinto Bessa e Joaquim de Bessa Pinto); Rio de Janeiro.

SUSANA SERPA SILVA

Legal and clandestine emigration in Azores during the second quarter of the 19th century

In the second quarter of the 19th century, the migratory flows from Azores were predominantly to Brazil, following the movements of the 18th century, even if with royal incentive, which didn't happen at that moment. The independence of Brazil, in 1822, didn't stop this emigration, by legal or illegal ways. The authority worries regarding this growing phenomenon show the difficulty felt to control and to repress, particularly the clandestine emigration.

Keywords: Emigration; destinies; authorities; clandestine situation; Azores.

JOÃO RAMALHO COSME

Some remarks about emigration from Municipalities up North of river Douro to Brazil (1886-1891)

This work is the result of our research in the National Archive of Torre do Tombo, in the Governo Civil of Lisbon, where a survey of the requested passports of this kingdom's capital exists. It is a micro-analytical analysis, in which we study all the petitions between 1886 and 1891 done by the people from the region north of Douro river.

Keywords: Brazil; emigration; north of Douro river.

ADÍLIA FERNANDES/ODETE PAIVA

Emigration from Minho region to Brazil (1850-1910). Successful people and the others

We will analyze the emigration to Brazil, between the second half of the 19th century and the first ten years of the 20th century, especially from Vila Nova de Famalicão, Braga. We made an approach using different kinds of sources, from which we enlighten the parochial data, rebuilt by parish reconstitution method, of Norberta Amorim, the passports and the local and contemporary press. We will approach some well succeeded *brasileiros*, but also some that were forgotten. We will privilege the micro analysis. With a case study, we'll be able to follow the story of the emigrant life and try to find some strategies followed by them and their families.

Keywords: Emigration; Brazil; Famalicão; 1850-1910.

DIOGO FERREIRA/RICARDO ROCHA**Emigration from the North of Portugal to Brazil before and after World War I (1913 and 1919): variations and permanencies**

This work intends to establish a comparative analysis of some socioeconomic indicators – age, profession, marital status, birthplace, gender, etc. – regarding the emigration from the North of Portugal to Brazil in the years preceding and following World War I, respectively, 1913 and 1919, in order to understand the influence that this conflict had in the characteristics of migratory flows and, at the same time, to attempt to find some of the reasons that explain the obtained results. Our research is limited to the legal emigration, by means of the passport record-books and processes produced by the Civil Government of Porto, currently available at the District Archive of Porto, since it is impossible to determine with some accuracy the exact numbers of clandestine emigrants.

Keywords: Portugal; Brazil; emigration; variations; World War.

PAULO AMORIM/SÍLVIA BRAGA**Emigration from the North of Portugal to Brazil through the passport record-books from Porto's Civil Government (1935-1945)**

This work, aims to present the results of the survey, treatment and analysis of the emigrant's data gathered at the passport record-books from Porto's Civil Government, which are part of the documental collection of the Porto District Archive. Through the use of statistical methods of interpretation of the data, we mean to draw a general profile of the emigrant from the North of Portugal going to Brazil between 1935 and 1945, highlighting its importance in the Portuguese migratory movement, the volume of the departing individuals, their distribution by destination, birthplace, gender, marital status, age groups and social and professional classification. Portuguese emigration to Brazil is one of the most important phenomena for the analysis of contemporary Portuguese History, in general, and Portugal-Brazil relations, in particular. The city of Porto performed as a central stage for the influx of people from different regions of northern Portugal, people with different social backgrounds, choosing to emigrate in search of *Eldorado*.

Keywords: Emigration; immigration; Portugal; Brazil; passport.

MARIA ORTELINDA BARROS GONÇALVES**Legal emigration in Boticas (1960/88). Professional characterization and mobility**

Migration: where from; where to; who emigrated in the Boticas municipality in the period of 1960/1968. In order to search for answers for these questions, we looked through the data inscribed into the emigrants' passports to get information about the period of time and the territory above mentioned. The results of this research are to a certain extent the main reason for understanding the migration movements of the subject population as well as its local implications.

Keywords: Boticas; emigration; local demographic and economical implications.

CELESTE CASTRO

Emigration in Santo André da Campeã (1848-1900)

There were many who migrated from the north of Portugal to Brazil. They all had the same dream, men or women, young or old – to return with enough means to build their own house and to give their family a better life. We are going to study two families from Vila Real, in the interior region of Portugal, already with some possessions, who migrated to Brazil in the 19th century. Two family stories, where the option for a better life implied emigration and gathering with their family across the other side of the Ocean.

Keywords: Emigration; Vila Real, family, will.

ALDA NETO

The *brasileiros* from Paredes: two examples of beneficence and forgetfulness

The *brasileiros* from Paredes, the theme of our presentation, achieved an important role not only in the municipal context, but also at the Brazilian territories where they settled in. These men departed to Brazil from the municipality of Paredes during the second half of the 19th century and the first quarter of the 20th century. After their return, they represented important cases of charity and beneficence, by supporting the construction of schools and helping those in need. Adriano Moreira de Castro and the Baron of Lourenço Martins constitute two examples of Portuguese emigrants in Brazil with a successful life both in Brazil as in Portugal.

Keywords: Paredes; emigration; philanthropy; instruction; assistance.

SOBRE OS AUTORES

FERNANDO DE SOUSA

Professor catedrático da Universidade do Porto e da Universidade Lusíada do Porto. Presidente do CEPESE.

Licenciado e doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Publicações mais recentes: *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*. Porto: CEPESE, 2008 (em parceria); *A Real Companhia Velha. Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE, 2006; *Félix Pereira de Magalhães. Um político do Liberalismo português (1794-1876)*. Lisboa, Assembleia da República, 2007; *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*. Porto, CEPESE, 2008 (em parceria); *Espólio Fotográfico Português* (coord.). Porto: CEPESE, 2008.

MARIA JOSÉ FERRARIA

Professora do ensino básico e secundário. Investigadora do CEPESE.

Licenciada e mestre pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutoranda em Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusíada do Porto.

Publicações mais recentes: “A emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1880-1882), preliminares de um estudo”, in MARTINS, Ismênia; SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro, Muiraquitã, 2006, p. 231-238; “A emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1880-1890)”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima (org.) – *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto: Cepese/Edições Afrontamento, 2007, p. 279-282 (em parceria); “Os Negócios da Companhia dos Vinhos com o Brasil (1831-1842)”, in SOUSA, Fernando de (coord.) – *A Companhia e as Relações Económicas com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE, Real Companhia Velha, 2008, p. 279-282 (em parceria); “A emigração portuguesa para o Estado de São Paulo através dos livros de passaportes do Governo Civil do Porto (1880-1893): percursos de uma diáspora (1880-1893)”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru: EDUSC, 2008 (em parceria).

ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

Professora do Curso de Pós-Graduação em História da UFF – Universidade Federal Fluminense. Coordenadora de Editoração e Acervo da FAPERJ

Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense. Doutora em História pela Universidade de S. Paulo.

Membro da Comissão Editorial de várias revistas na área da História.

Publicações mais recentes: *História: Estratégias de Pesquisa*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001; “Memória e História: o caso de São Lourenço dos Índios”, in *Nuevas perspectivas teóricas y prácticas*. La Habana: Instituto de História de Cuba, 2005; “O imigrante e a historiadora”, in MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando de (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói: Muiraquitã, 2006. p. 15-26.

JORGE CARVALHO ARROTEIA

Professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Licenciado em Geografia pela Universidade de Lisboa e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro.

Publicações mais recentes: “Notas sobre o povoamento e a demografia do concelho de Peso da Régua”. *População e Sociedade*, n.º 10, 2003, p. 197-213; *A IGCES e o sistema de acção social no contexto da lei de desenvolvimento e qualidade do ensino superior*. Lisboa: Inspecção-Geral da Ciência e do Ensino Superior – MCES, 2004; *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2007; *Educação e desenvolvimento: fundamentos e conceitos*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2008.

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

Professor titular da Universidade do Sagrado Coração, São Paulo.

Licenciado e doutor em História pela Universidade de São Paulo.

Publicações mais recentes: “A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (org.) – *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, Ed. Afrontamento, 2007. p. 13-40; “Barradas de Carvalho nas lentes da PIDE”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamento & História: os portugueses*. Bauru: EDUSC, 2008. p. 371-380; “O novo imperialismo britânico e o fenômeno Brasil”. *Revista USP*, v. 79, 2008, p. 22-33; *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru: EDUSC, 2008.

GLADYS SABINA RIBEIRO

Professora do Departamento e da Pós-Graduação em História da UFF – Universidade Federal Fluminense. Coordenadora executiva do CEO (Centro de Estudos de Oitocentos)/ PRONEX –CNPq-FAPERJ.

Mestre em História pela UFF e doutora em História pela UNICAMP.

Publicações mais recentes: “O imigrante e a imigração portuguesa no acervo da justiça federal do Rio de Janeiro (1890-1930)”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (org.) – *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, Ed. Afrontamento, 2007. p. 121-141 (em parceria); “Imigração” (verbetes), in VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.) – *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008 (em parceria); “O funcionamento da Comissão Mista Brasil – Portugal do Tratado de Paz e Aliança de 1825 e os sequestros de bens”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 171-188 (em parceria); “Nação e Cidadania em alguns jornais da época da abdicação: uma análise dos Jornais O Repúblico e o Tribuna do Povo”, in LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Brito (org.) – *Entre a Monarquia e a República: Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1989)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 35-60.

MARIA APARECIDA FRANCO PEREIRA

Professora do Mestrado em História da Educação da Universidade Católica de Santos

Licenciada em Pedagogia e História pela Universidade Católica de Santos e em Filosofia,

pelo Centro Universitário Assunção, São Paulo. Mestre em História Económica e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

Publicações mais recentes: *História da mulher na história* (coord. e co-autoria). Santos: Leopoldianum, 1997; *Santos, História & Café* (coord. e co-autoria). Santos: Leopoldianum, 1998; “Fontes para o estudo da presença portuguesa em Santos”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, Ed. Afrontamento, 2007. p. 283-290 (em parceria); “Portugueses no alto comércio santista no início da República Velha”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 119-130.

MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO

Foi professora da Universidade Católica de Santos, Unisantos, de Março de 1983 a Dezembro de 2006. Pesquisadora do LIAME: Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação.

Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Santos. Mestre em História pela USP – Universidade de São Paulo.

Publicações mais recentes: “Santos e a Imigração: um estudo de perfis femininos lusos”, in *História da mulher na história* (coord. e co-autoria). Santos: Leopoldianum, 1997; “Fontes para o estudo da presença portuguesa em Santos”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, FAPERJ, 2007. p. 283-290 (em parceria); “A presença portuguesa no comércio de Santos”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 141-154.

FREDERICO ALEXANDRE HECKER

Professor de História Contemporânea – UNESP/Universidade Mackenzie

Publicações mais recentes: “Uma História do Brasil para Refletir”. *Revista de História* (UFES), v. 1, 2001, p. 32-52; “Dalla ditatura corporativa alla democrazia liberale: posizioni conflittuali all’interno della sinistra brasiliana” in PASETTI, Matteo (org.) – *Progetti Corporativi tra le Due guerre mondiali*. Roma: Carocci editore, 2006, p. 245-455; “Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra”; in FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.) – *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 21-52; “Polícias e políticas autoritárias tanto lá como cá”, in MATOS, M. Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru – SP: Edusc, 2008, p. 381-390.

MARIA ADELINA AZEVEDO PILOTO

Professora do ensino básico e secundário. Investigadora do CEPESE.

Licenciada e mestre em História pela faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutoranda da mesma faculdade.

Publicações mais recentes: *Naufrágios – História Trágico-Marítima de Vila do Conde, 1588-2006*, Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2007 (em parceria); “A emigração de Vila do Conde para o Brasil (1865-1875)”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, Ed. Afrontamento, 2007. p. 371-384 (em parceria).

ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS

Paleógrafo. Investigador do CEPESE.

Publicações mais recentes: *Naufrágios – História Trágico-Marítima de Vila do Conde, 1588-2006*, Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2007 (em parceria); “A emigração de Vila do Conde para o Brasil (1865-1875)”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, Ed. Afrontamento, 2007. p. 371-384 (em parceria).

CRISTINA DONZA CANCELA

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará-UFPA.

Publicações mais recentes: “Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém 1870-1920)”. *Cadernos Pagu*, UNICAMP, vol. 30, 2008. p. 301-328. <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n30/a16n30.pdf>; “Família, Riqueza e Contratos de Dotação na Belém da Borracha”. *Histórica: Revista On-line do Arquivo Público do Estado São Paulo*, Ed. n.º 19, fevereiro, 2007. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao19/materia02/> “Uma cidade...muitas cidades: Belém na economia da borracha”, in *Conheça Belém, co-memore o Pará*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2008, p. 79-82.

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

Professora de História e Geografia de Portugal e investigadora do CEPESE.

Licenciada e mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutora em História pela Universidade Portucalense.

Comissária científica das exposições “Os Brasileiros de torna-viagem no Norte de Portugal” e “Portugal de relance – a viagem: encontro de dois povos”.

Publicações mais recentes: “O Processo de Construção da Legitimidade Parlamentar no Portugal da Primeira Metade de Oitocentos”. *Noroeste. Revista de História*. Actas do Congresso Internacional de História: Territórios, Culturas e Poderes. Vol. 2, Braga: Universidade do Minho; Núcleo de Estudos Históricos, 3, 2007, p. 687-694; “As Eleições Portuguesas em Finais do Século XIX: entre o *Ser* e o *Parecer*”. *Tombo de Memórias*, Penafiel: Arquivo Municipal, Ano 5, n.º 11 (Jan.-Dez. 2007), p. 15-16; “A Guerra Civil da Patuleia e o Burgo Portuense: na encruzilhada de dois percursos”. *Boletim*, Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, n.º 8, 2008, p. 27-32; Prefácio, in ALVES, Paulo Bruno – *A Folha: jornal diocesano de Viseu (1901-1911)*. Viseu: Palimage, 2008. p. 21-23.

MARIA NAZARÉ SARGES

Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Licenciada em História pela Universidade Federal do Pará, mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas.

Publicações mais recentes: “La Belle Époque en la Amazonia en la época del caucho”, in PÉREZ, José Manuel Santos e PETIT, Pere (eds.) – *La Amazonia Brasileña en Perspectiva histórica*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. p. 91-108; “Do traçado de Landi ao plas-

mador da cidade: a obra historiográfica de Augusto Meira Filho”, in FONTES, Edilza (org.) – *Diálogos entre História, Literatura & Memória*. Belém: Paka-Tatu, 2007. p. 329-344; “O Colyseu: arena de touros e toureiros do além-mar – Belém do Pará (1894-1900)”, in MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008. p. 321-338.

JUAN ANDRÉS BLANCO RODRÍGUEZ

Professor Catedrático de História Contemporânea, Universidade de Salamanca.

Publicações mais recentes: *De Zamora a Cuba. Memoria de la emigración zamorana*. III, Salamanca, Junta de Castilla y León/Diputación de Zamora/Caja España, 2007 (em parceria); *Gestión económica y arraigo social de los castellanos en Cuba*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2008 (em parceria); *La emigración castellana y leonesa. Actas del primer congreso sobre la emigración castellana y leonesa*. Salamanca, UNED/Junta de Castilla y León, 2008 (em parceria); “*Historia Contemporánea de Castilla y León*”, in GARCÍA, Juan José (coord.) – *Historia de Castilla. De Atapuerca a Fuensaldaña*. Madrid, La Esfera de los Libros, 2008 (em parceria).

MARIA DA GRAÇA LOPES FERNANDES MARTINS

Directora académica do ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração de Bragança. Investigadora do CEPESE.

Licenciada em História pela Faculdade de letras da Universidade de Lisboa, mestre e doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações mais recentes: “A Emigração do Distrito de Bragança e a imprensa regional, no limiar do século XX”. *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 5, 1999, p. 121-166; “Trajectórias geográficas dos emigrantes transmontanos no limiar do século XX”. *Revista Cultural Domus*, Bragança: ISLA, n.º 3-4, 1999, p. 175-249; “Níveis de alfabetização dos emigrantes transmontanos no limiar do século XX”. *Revista Cultural Domus*, Bragança: ISLA, n.º 5/6, 2000, p. 91-126; “A emigração do Nordeste Transmontano para o Brasil no início do século XX”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima (org.) – *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Cepese/Edições Afrontamento, 2007, p. 257-281.

YVONE DIAS AVELINO

Professora titular no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Coordenadora do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC – da PUC-SP.

Licenciada em Ciências Humanas (História), mestre em História Social e doutora em História Económica pela Universidade de São Paulo.

Publicações mais recentes: *O Colégio de Piratininga*. São Paulo: Edições Loyola, 2007 (Apresentação, Prefácio, Posfácio); “Saúde Pública e Cidade: Territórios de Exclusão Social, Memórias, Tensões e Poderes”, in *XIX Encontro Regional de História – ANPUH*. São Paulo, 2008; “Vila Madalena e a Imigração Portuguesa: Cultura, Trabalho, Religião e Cotidiano”, in *Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses*. São Paulo: Bauru, EDUSC, 2008, p. 293-302; “Entrevista – Ditadura Salazarista”. *Revista Ditaduras e Golpes no Século XX*. 15/09/2008 (Jornalista Sheyla Pereira). São Paulo: Editora Escala. 2008.

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

Professora titular de História Contemporânea na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em História Social das Ideias pela Universidade Federal Fluminense. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

Publicações mais recentes: “Les Portugais en tant que représentation de l’immobilisme dans la modernisation républicaine au Brésil (1890-1920)”, in BENZONI, Maria Matilde; FRANK, Robert; PIZETTI, Silvia Maria (org.) – *Images des peuples et histoire des relations internationales du XVIe siècle à nos jours*. Paris: Publications de la Sorbonne/Edizioni Unicopli, 2008, p. 271-280; “A imigração européia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX”, in CANCINO, Hugo; MORA, Rogelio de la (org.) – *Ideas, Intelectuales y paradigmas en América Latina, 1850-2000*. Xalapa/Veracruz: Universidad Veracruzana, 2008, p. 396-416; “A imigração nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro: facetas parisienses do sonho civilizatório”, in LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia; BRITO, Carla P. de (org.) – *Entre a Monarquia e a República: Imprensa, Pensamento Político e Historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 221-241, “Imigração e Negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870)”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamentos & Trajetórias: os portugueses*. São Paulo: EDUSC, 2008, p. 103-118 (em parceria).

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

Professor do Curso de História da Universidade Gama Filho, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Biblioteconomia), na Fundação Getúlio Vargas (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais) e no Curso de Especialização em Planejamento, Direção e Organização de Arquivos (Arquivo Nacional/Universidade Federal Fluminense). Técnico Superior no Arquivo Nacional do Brasil.

Mestre e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

Vice-presidente do Comitê de Normas Profissionais e Boas Práticas do Conselho Internacional de arquivos (ICA/UNESCO) e presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do Conselho Nacional de Arquivos.

Publicações mais recentes: “Monumentos à imigração: as sedes das Associações portuguesas no Rio de Janeiro, em inícios do século XX”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima (org.) – *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Cepese/Edições Afrontamento, 2007, p. 417-436; “Imigração: identidade e integração, 1903-1916”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. São Paulo: EDUSC, 2008, p. 357-370.

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Professora titular da PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Mackenzie. Pesquisadora do CNPq.

Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorada pela Université Lumière Lyon 2. França. Recebeu o prêmio SESI-CNI de Teses Universitárias pelo trabalho *Trama e Poder* (1994) e o Prêmio Clio (2008).

Publicações mais recentes: *Trama e Poder*, 6.^a ed. Sette Letras, 2005; *Dolores Duran: Experiências Boêmias em Copacabana nos anos 50*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005; *Ancora de*

emoções. Bauru: EDUSC, 2005; *Histórias e Deslocamentos: os portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008 (co-org.).

SÊNIA REGINA BASTOS

Professora titular do Mestrado em Hospitalidade e do curso de Turismo da Universidade Anhembi Morumbi. Diretora Científica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo – ANPTUR. Editora da Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo – RBTur.

Licenciada, mestre e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Publicações mais recentes: “Hospitalidade e história: a cidade de São Paulo em meados do século XIX”, in DENCKER, Ada de Freitas Maneti – *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003; “Patrimônio cultural e hospitalidade: subsídios ao planejamento turístico”, in DENCKER, Ada de Freitas Maneti – *Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004; “Negociantes e caixeiros na cidade de São Paulo em meados do século XIX”, in MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org) – *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008, p. 131-141; “Cidade e hospitalidade: o Bairro de Santa Ifigênia em São Paulo”. *Os Urbanitas*, São Paulo, v.5, 2008, p. 1-17 (em parceria).

CARMEN ALICE AGUIAR DE MORAIS SARMENTO

Investigadora de CEPES.

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em História das Populações pela Universidade do Minho.

Publicações mais recentes: “Destinos da emigração do Minho para a América do Sul, entre 1890-1914”, in *Actas do V Encontro Internacional da Língua e Culturas Lusófonas*. Buenos Aires: Universidad Argentina da la Empresa, 1998; “Minha querida marida – subsídios para o estudo da família emigrante através das cartas de chamada”, in *Actas do Congresso Maia, História Regional e Local*, Fórum da Maia, 1998; Um exercício de cruzamento de fontes: identificação de uma família emigrante do concelho de Guimarães (1903-1913), in MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org) – *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008, p. 87-99.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES

Professora associada no departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de letras da Universidade do Porto. Directora da revista *População e Sociedade*. Vice-presidente do CEPES.

Licenciada, mestre e doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações mais recentes: “O Brasileiro no Teatro musicado português – duas operetas paradigmáticas”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima (coord.) – *A Emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Ed. Afrontamento, CEPES, 2007, p. 449-466; “Um Rio para Dois Países. Tratados luso-espanhóis sobre o Rio Douro”, in PEREIRA, Gaspar Martins (org.) – *Livro sobre o Rio Douro*. Porto: Águas do Douro e Paiva, 2008; *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*. Porto: CEPES, 2008 (em parceria); “Legislação sobre a emigração

para o Brasilç na Monarquia Constitucional”, in MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org) – *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008, p. 35-48.

PAULA MARQUES DOS SANTOS

Professora auxiliar na Universidade Lusíada do Porto e professora equiparada a coordenadora na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego. Investigadora do CEPESE.

Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto e doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações mais recentes: “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil – as principais fontes documentais”, in MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando de (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois actos*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006; “The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) – The relationship between the two national experiences of the Estado Novo”, in *E-journal of Portuguese History*. Vol. 4, number 2, Winter 2006 (http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph); “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas guerras mundiais (1918-1940)”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE. 2007, p. 319-335; Os Portugueses no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial – a questão da nacionalidade e a naturalização obrigatória, in MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org) – *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008, p. 391-406.

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO

Investigadora do CEPESE.

Licenciada e mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutora em História pela Universidade Portucalense.

Publicações mais recentes: “Os “Brasileiros” de torna-viagem como agentes culturais. O caso de Lamego na primeira metade do século XX”, (em parceria) <http://www.museu-emigrantes.org/seminario-comunicacao-f-maia.htm>; “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, FAPERJ, 2007, p. 385-400; “A Câmara dos Pares na Regeneração – reavaliação do seu papel político”. *NW. Noroeste. Revista de História*, Braga: Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, vol. II, Março 2007, p. 695-706; *Lousada – Percursos de Memória*, Porto: Reviver Editora, 2008 (em parceria);

MANUEL DE SAMPAYO AZEVEDO GRAÇA

Técnico Superior de História da Arte na Câmara Municipal do Porto.

Licenciado em História, Variante de Arte, e Mestre em História da Arte em Portugal, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações mais recentes: *Forbes de Portugal e outros mais...*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto., 2002; “Júlio José de Brito, arquitecto e engenheiro civil – um artista no Porto”, in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa*. Porto: CEPESE, 2008, p. 145-162.

SUSANA PAULA FRANCO SERPA SILVA

Professora auxiliar no departamento de História da Universidade dos Açores.

Doutora em História pela Universidade dos Açores.

Publicações mais recentes: *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais, 1830-1841*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003; “Emigração Clandestina nas Ilhas do Grupo Central por meados do século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do III Colóquio*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2004; *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*. Açores: Universidade dos Açores, 2007 (dissertação de doutoramento).

JOÃO DOS SANTOS RAMALHO COSME

Professor Auxiliar de nomeação definitiva na Faculdade de letras da Universidade de Lisboa.

Licenciado em História e em Direito pela Universidade de Lisboa. Mestre e doutor em História pela Universidade de Lisboa.

Publicações mais recentes: *História da Polícia de Segurança Pública. Das origens à actualidade*. Lisboa: Edições Sílabo, 2006; “Olivença (1640-1715). População e Sociedade”. *Revista de Estudios Extremeños*, T. LXII, N. II, Mayo-Agosto, Diputación de Badajoz, 2006, p. 753-824; “As Preocupações Higio-Sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do XX)”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III Série, vol. 7, 2006, p. 181-195; “Nótulas sobre a emigração das Ilhas Periféricas (1886-1895)”, in *Actas do IV Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2007, p. 247-275.

ADÍLIA FERNANDES

Investigadora do CEPES.

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em História pela Universidade do Minho. Doutoranda na Universidade do Minho.

ODETE PAIVA

Professora do Ensino Secundário.

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em História pela Universidade do Minho. Doutoranda na Universidade do Minho.

RICARDO MIGUEL NUNES ROCHA

Investigador do CEPES.

Licenciado em Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto. Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações mais recentes: *Dicionário de Relações Internacionais* (coord. Fernando de Sousa), 2.ª ed. Porto: CEPES, 2008; *A Real Companhia Velha. Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPES, 2006 (colaboração); “Os Ingleses e a Companhia

do Alto Douro nas vésperas das Invasões Francesas (1804-1805)”, in *A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE, Real Companhia Velha, 2008. p. 319-364 (em parceria); “A Rússia e a Companhia do Alto Douro. Um balanço dramático de três décadas de relações comerciais (1805)”, in *A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE, Real Companhia Velha, 2008. p. 365-401 (em parceria).

DIOGO TEIXEIRA GUEDES FERREIRA

Bolseiro de investigação da FCT. Investigador do CEPESE.

Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto. Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações mais recentes: *O Património Cultural da Real Companhia Velha*. Porto: CEPESE, 2005 (colaboração); *A Real Companhia Velha. Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE, 2006 (colaboração); “Os Ingleses e a Companhia do Alto Douro nas vésperas das Invasões Francesas (1804-1805)”, in *A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE, Real Companhia Velha, 2008. p. 319-364 (em parceria); “A Rússia e a Companhia do Alto Douro. Um balanço dramático de três décadas de relações comerciais (1805)”, in *A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE, Real Companhia Velha, 2008. p. 365-401 (em parceria).

PAULO JORGE RIBEIRO DE AZEVEDO AMORIM

Docente da Universidade Lusíada do Porto. Investigador do CEPESE.

Licenciado e mestre em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto. Doutorando em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusíada do Porto.

Publicações mais recentes: *A Real Companhia Velha. Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE, 2006 (colaboração); “A emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1880-1890)”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima (org.) – *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto: Cepese/Edições Afrontamento, 2007, p. 279-282 (em parceria); “Os Negócios da Companhia dos Vinhos com o Brasil (1831-1842)”, in SOUSA, Fernando de (coord.) – *A Companhia e as Relações Económicas com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE, Real Companhia Velha, 2008, p. 279-282 (em parceria); “A emigração portuguesa para o Estado de São Paulo através dos livros de passaportes do Governo Civil do Porto (1880-1893): percursos de uma diáspora (1880-1893)”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru: EDUSC, 2008 (em parceria).

SÍLVIA CRISTINA AZEVEDO BRAGA

Investigadora do CEPESE.

Licenciada e mestre em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto. Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade Lusíada do Porto.

MARIA ORTELINDA BARROS GONÇALVES

Professora do Ensino Secundário.

Licenciada em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em Relações Interculturais e doutora em Geografia Humana pela Universidade Aberta.

Publicações mais recentes: “Mobilité Geographique et Developpement Local au Portugal” in *Actas do Colloque Internacional, Population et Travail. Dynamiques démographiques et activités*, Universidade de Aveiro: AIDELF (Association Internationale des Démographes de Langue Française, em colaboração com a APD (Associação Portuguesa de Demografia), 2006, p. 1-12 (em parceria); “Educação: Unidade ou Diversidade Regional em Portugal”. *Revista da Associação de Professores de Geografia*, Lisboa: APOGEO, n.º 33, 2007, p. 20-25; “Multiple Citizenship: Case Studies Among Individual Citizens in Portugal”, in PITKAANEN, Pirkko; KALEKIN-FISHMAN Devorah (eds.) – *Multiple State Membership and Citizenship in the Era of Transnational Migration*, Sense Publishers, Rotterdam/Taipei, 2007, p. 41-65 (em parceria); *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: CEPES, 2009.

ANTÓNIO JOSÉ OLIVEIRA

Professor do Ensino Básico e Secundário. Investigador do CEPES.

Licenciado pela Universidade Portucalense, mestre em História e Cultura Medievais pela Universidade do Minho. Doutorando em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações mais recentes: “Elementos para a história do Convento da Costa: artistas e obras (1598-1784)”. *Poligrafia*, Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, n.º 11/12, 2004/2005, p. 87-134; “A actividade de entalhadores, douradores e pintores do Entre-Douro-e-Minho em Guimarães (1572-1798)”, in *Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte: artistas e artífices e a sua mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 69-91; “A actividade de escultores e pintores na Colegiada de Guimarães (1687-1730)”. *Veduta: Revista de Estudos em Património Cultural*. Guimarães: Oficina, n.º 1, 2007, p. 4-9; “A actividade de Pedro Coelho, mestre escultor e entalhador, na Colegiada de Guimarães (1687-1713)”, in MARINHO, Natália Ferreira-Alves (coord.) – *Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa*. Porto: CEPES, 2008, p. 33-42.

CELESTE CASTRO

Arquivista nos Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento da Maia. Investigadora do CEPES.

Licenciada em Ciências Históricas – Ramo Científico e Ramo Património pela Universidade Portucalense. Mestre em História das Populações pela Universidade do Minho.

Publicações mais recentes: *A emigração na paróquia de Santo André da Campeã – 1848 – 1900*. Braga: Universidade do Minho (dissertação de mestrado)

ALDA HELENA SILVA NETO

Professora do Ensino Básico e Secundário. Investigadora do CEPES.

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

**CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES
DO CEPESE**

REVISTA POPULAÇÃO E SOCIEDADE





LIVROS DE ACTAS



*Relações
Portugal-Espanha
Cooperação
e Identidade
I Encontro
Internacional*

CEPESE
FRAH
2000



*Relações
Portugal-Espanha
Uma História
paralela, um destino
comum?
II Encontro
Internacional*

CEPESE
FRAH
2002



*Relações
Portugal-Espanha
O Vale do Douro
no Âmbito das
Regiões Europeias*

CEPESE
Edições Afrontamento
2006



*Artistas e Artífices
e a sua Mobilidade
no Mundo de Expressão
Portuguesa*

CEPESE
2005



*Artistas e Artífices
no Mundo de Expressão
Portuguesa*

CEPESE
2008



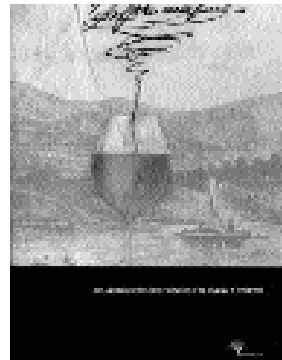
***O Património
Histórico-Cultural
da região
de Bragança-Zamora***

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



***O Património
Cultural da região
de Bragança-Zamora***

CEPESE
Associação Ibérica
dos Municípios Ribeirinhos
do Douro
2008



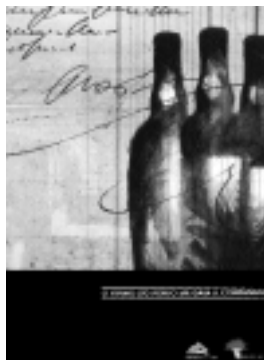
***Os Arquivos do Vinho
em Gaia e Porto***

CEPESE
2000



***Os Arquivos da Vinha
e do Vinho no Douro***

CEPESE
Edições Afrontamento
2003



***O Vinho do Porto em
Gaia & Companhia***

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



***A Companhia
e as Relações
Económicas de Portugal
com o Brasil,
a Inglaterra e a Rússia***

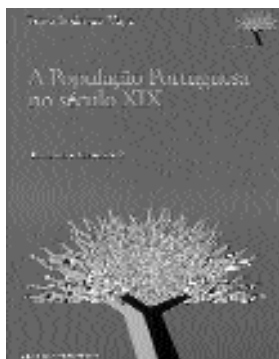
CEPESE
Edições Afrontamento
2008

COLEÇÃO ECONOMIA E SOCIEDADE



***A Indústria das Sedas
em Trás-os-Montes
(1835-1870)***

CEPESE
Ed. COSMOS
2001



***A População Portuguesa
no Século XIX***

CEPESE
Edições Afrontamento
2004

COLEÇÃO OS PORTUGUESES NO MUNDO



***A Comunidade Lusíada
em Joanesburgo***

CEPESE
Fronteira do Caos
2009



***Migrações
e Desenvolvimento***

CEPESE
Fronteira do Caos
2009

PUBLICAÇÕES AUTÓNOMAS



Desafios da Democratização no Mundo Global

CEPESE
Edições Afrontamento
2004



Estudos e Ensaio em Homenagem a Eurico Figueiredo

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



Dicionário de Relações Internacionais (2.ª edição)

CEPESE
Edições Afrontamento
2008



História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes

CEPESE
Edições Afrontamento
2006



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto

CEPESE
2009



***Portugueses no Brasil:
Migrantes em dois atos***

CEPESE
FAPERJ
2006



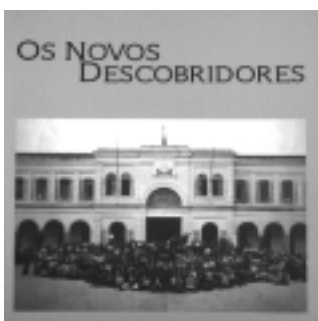
***A Emigração
Portuguesa
para o Brasil***

CEPESE
Edições Afrontamento
2007



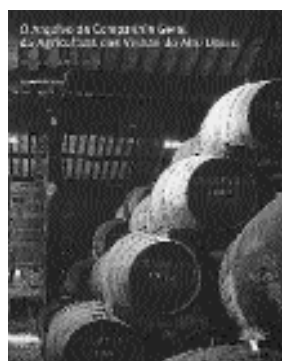
***Deslocamentos
& Histórias:
Os Portugueses***

CEPESE
EDUSC
2008



Os Novos Descobridores

CEPESE
2008



***O Arquivo da Companhia
Geral da Agricultura das
Vinhãs do Alto Douro –
Real Companhia Velha***

CEPESE
2003



***O Património Cultural da
Real Companhia Velha***

CEPESE
2004



***A Real Companhia Velha.
Companhia Geral da
Agricultura das Vinhas do
Alto Douro (1756-2006)***

CEPESE
2006



***O Brasil, o Douro e a Real
Companhia Velha***

CEPESE
2008



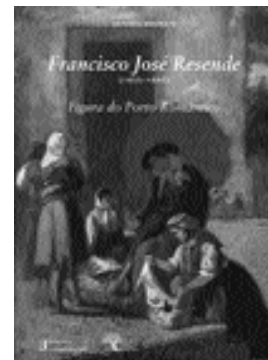
Espólio Fotográfico Português

CEPESE
2008



***Dicionário de Artistas
e Artífices do Norte
de Portugal***

CEPESE
2008



***Francisco José Resende
[1825-1893]***

CEPESE
Edições Afrontamento
2007

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	
<i>Fernando de Sousa</i>	5
INTRODUCTION	
<i>Fernando de Sousa</i>	9
A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL E AS OIGENS DA AGÊNCIA ABREU (1840)	
<i>Fernando de Sousa/Maria José Ferraria</i>	13
MOVIMENTAÇÃO DE PORTUGUESES NO BRASIL: 1808 A 1842. A BASE LUSA DO ARQUIVO NACIONAL	
<i>Ismênia de Lima Martins</i>	33
EMIGRANTES E IRMANDADES DE ORIGEM PORTUGUESA NO BRASIL: AS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA	
<i>Jorge Carvalho Arroiteia</i>	41
MIGRAÇÕES SOCIAIS, TRANSMIGRAÇÕES POLÍTICAS E RECEPTIVIDADE IMIGRACIONAL	
<i>José Jobson de Andrade Arruda</i>	51
PORTUGUESES E A LUTA PELO ALARGAMENTO DE DIREITOS E PELA CIDADANIA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX	
<i>Gladys Sabina Ribeiro</i>	69
OS TRABALHADORES PORTUGUESES NA CIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS, NO FINAL DO SÉCULO XIX	
<i>Maria Aparecida Franco Pereira/Maria Suzel Gil Frutuoso</i>	95
A REPRESSÃO AOS IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO: OS SUBVERSIVOS E OS OUTROS	
<i>Frederico Alexandre Hecker</i>	121
VILACONDENSES NA FUNDAÇÃO E ENGRANDECIMENTO DO REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE PERNAMBUCO	
<i>Adelina Piloto/Antônio Monteiro dos Santos</i>	137
IMIGRAÇÃO PORTUGUESA, CASAMENTO E RIQUEZA EM BELÉM (1870-1920)	
<i>Cristina Donza Cancela</i>	149
OS “BRASILEIROS” DE TORNA-VIAGEM E AS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL NA DÉCADA DE 1930 – ESTUDO DE CASO	
<i>Fernanda Paula Sousa Maia</i>	163
OS PORTUGUESES NA CIDADE: TRABALHO E COTIDIANO (BELÉM – 1900)	
<i>Maria de Nazaré Sarges</i>	177

EMIGRACIÓN Y ASOCIACIONISMO ESPAÑOL EN BRASIL <i>Juan Andrés Blanco Rodríguez</i>	189
FONTES PARA O ESTUDO DA EMIGRAÇÃO: O CASO DO NORDESTE TRANSMONTANO (1901-1920) <i>Maria da Graça Martins</i>	213
HERÓIS NO MAR, HEROÍAS NA TERRA: VILA MADALENA, UM PORTO SEGURO <i>Yvone Dias Avelino</i>	227
A “ONDA” EMIGRATÓRIA DE 1912: DOS NÚMEROS ÀS TRAJETÓRIAS <i>Lená Medeiros de Menezes</i>	237
ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NO RIO DE JANEIRO: ASPECTOS SOCIAIS E FINANCEIROS EM 1912 <i>Vitor Manoel Marques da Fonseca</i>	249
PORTUGUESES EM SÃO PAULO. REGISTROS E INGRESSOS (1912): HOSPEDARIA DO IMIGRANTE – LISTAS DE BORDO E LIVROS DE REGISTRO <i>Maria Izilda Santos de Matos/Sénia Bastos</i>	269
EMIGRAÇÃO FAMILIAR PARA O BRASIL DO DISTRITO DE BRAGA, NO ANO DE 1912 <i>Carmen Alice Aguiar de Morais Sarmento</i>	289
LEGISLAÇÃO SOBRE EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NA I REPÚBLICA <i>Maria da Conceição Meireles Pereira/Paula Marques dos Santos</i>	307
A IMPRENSA REGIONAL COMO FONTE PARA O ESTUDO DA EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL – LAMEGO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX <i>Isilda Braga da Costa Monteiro</i>	329
A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE VISEU EM DIRECÇÃO AO BRASIL (1854-1973) <i>Paula Marques dos Santos</i>	349
ILUSTRES DE CÁ E LÁ: REGRESSADOS DO BRASIL NO PORTO DE OITOCENTOS <i>Manuel de Sampaio Pimentel Azevedo Graça</i>	363
EMIGRAÇÃO LEGAL E CLANDESTINA NOS AÇORES DE OITOCENTOS (DA DÉCADA DE 30 A MEADOS DA CENTÚRIA) <i>Susana Serpa Silva</i>	381
SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA EMIGRAÇÃO DOS CONCELHOS A NORTE DO RIO DOURO PARA O BRASIL (1886-1891) <i>João Ramalho Cosme</i>	401
EMIGRAÇÃO DS MINHOTOS PARA O BRASIL (1850-1910). OS BEM SUCEDIDOS E OS OUTROS <i>Adília Fernandes/Odete Paiva</i>	411
A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL ANTES E APÓS A I GUERRA MUNDIAL (1913 e 1919): VARIAÇÕES E PERMANÊNCIAS <i>Diogo Ferreira/Ricardo Rocha</i>	425
A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL ATRAVÉS DOS LIVROS DE REGISTO DE PASSAPORTES DO GOVERNO CIVIL DO PORTO (1935-1945) <i>Paulo Amorim/Sílvia Braga</i>	447

A EMIGRAÇÃO LEGAL NO CONCELHO DE BOTICAS (1960/88) – CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL E MOBILIDADE <i>Maria Ortelinda Barros Gonçalves</i>	465
O TESTAMENTO DE VICENTE JOSÉ DE ALMEIDA GUIMARÃES, NEGOCIANTE VIMARANENSE NO BRASIL (1792) <i>António José de Oliveira</i>	479
A EMIGRAÇÃO NA PARÓQUIA DE SANTO ANDRÉ DA CAMPEÃ (1848-1900) <i>Celeste Castro</i>	493
OS BRASILEIROS DE PAREDES – DOIS PERCURSOS DE BENEFICÊNCIA E ESQUECIMENTO <i>Alda Neto</i>	505
CONCLUSÕES	519
FINAL REMARKS	521
RESUMOS/ABSTRACTS	523
SOBRE OS AUTORES	549
CATÁLOGO DAS EDIÇÕES DO CEPESE	563

Colaboraram nesta publicação: Adelina Piloto, Alda Neto, António José Oliveira, António Monteiro, Carmen Sarmiento, Celeste Castro, Cristina Donza Cancela, Diogo Ferreira, Fernanda Paula Sousa Maia, Fernando de Sousa, Frederico Alexandre Hecker, Gladys Sabina Ribeiro, Isilda Braga da Costa Monteiro, Ismênia Lima Martins, João Ramalho Cosme, Jorge Arroiteia, José Jobson Arruda, Juan Andrés Blanco Rodríguez, Lená Medeiros de Menezes, Manuel Sampaio Azevedo Graça, Maria Adília Fernandes, Maria Aparecida Franco Pereira, Maria Conceição Meireles Pereira, Maria da Graça Martins, Maria Izilda Santos de Matos, Maria José Ferraria, Maria Nazaré Sarges, Maria Ortelinda Barros Gonçalves, Maria Suzel Frutuoso, Odete Paiva, Paula Marques Santos, Paulo Amorim, Ricardo Rocha, Sênia Bastos, Sílvia Braga, Susana Serpa Silva, Vítor Fonseca e Yvone Dias Avelino.



ORGANIZAÇÃO: CEPESE

CO-ORGANIZAÇÃO:



GOVERNO CIVIL - DISTRITO DO PORTO



UNIVERSIDADE LUSÍADA PORTO

PATROCÍNIOS:



GRICES Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - INSTITUTO DE FÍSICA DE CARLOS CHALGRIAN



BANCO ESPÍRITO SANTO

CORDEIROS | GALERIA



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

Programa FACC
FUNDO DE APOIO À COMUNIDADE CIENTÍFICA

Ciência, Inovação 2010
Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



ISBN 978-972-36-1028-4



9 789723 610284